

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG  
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
DOUTORADO EM HISTÓRIA DA LITERATURA

O CRONISTA MARAGATO:  
LITERATURA E HISTÓRIA NAS CRÔNICAS DE ÂNGELO DOURADO  
PUBLICADAS NO *ECO DO SUL* (1896-1902)

MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

Abril de 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG  
INSTITUTO DE LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
DOUTORADO EM HISTÓRIA DA LITERATURA

O CRONISTA MARAGATO:  
LITERATURA E HISTÓRIA NAS CRÔNICAS DE ÂNGELO DOURADO  
PUBLICADAS NO *ECO DO SUL* (1896-1902)

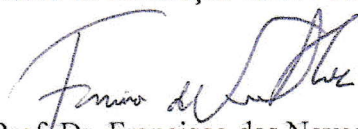
Tese apresentada à banca examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História da Literatura no Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, sob orientação do Prof. Dr. Francisco das Neves Alves.

Rio Grande, RS  
2018

## MARCELO FRANÇA DE OLIVEIRA

### O Cronista Maragato: Literatura e História nas crônicas de Ângelo Dourado publicadas no Echo do Sul (1896-1902)

Tese aprovada como requisito parcial e último para a obtenção do grau de Doutor em Letras, na área de História da Literatura, do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Rio Grande. A Comissão de Avaliação esteve constituída pelos seguintes professores:



Prof. Dr. Francisco das Neves Alves  
(FURG) – Orientador



Profa. Dra. Maria Eunice Moreira  
(PUCRS)



Prof. Dr. Reto Monico  
(Universidade de Genebra) – por Skype



Prof. Dr. Mauro Nicola Póvoas  
(FURG)



Prof. Dr. Luiz Henrique Torres  
(FURG)

*A* memória de meus pais, seu Aristides e dona Jussara,  
pois nenhum agradecimento sintetiza tudo o que  
eu devo e sempre deverei a eles, a base de tudo.

*D*edico também a todos os que, em algum momento,  
lutaram contra alguma forma ou manifestação de  
tirania, como o próprio Ângelo Dourado.

## AGRADECIMENTOS

Se o processo de escrita de uma tese é um exercício solitário, esse estágio só se torna possível após a inestimável colaboração de muitas pessoas. Seriam necessárias outras tantas páginas para poder agradecer a todos os que, de alguma forma, colaboraram para o cumprimento de mais essa etapa acadêmica. Então, de forma sintética, e provavelmente incorrendo em alguma injustiça por lapso de memória, gostaria de agradecer:

À **CAPES** (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão da bolsa de estudos durante todo o doutorado;

À **Biblioteca Rio-Grandense**, depositária de tesouros históricos inestimáveis e sua guarda zelosa e competente do acervo que, sem o qual, esta tese sequer existiria, e à toda a equipe, representada pelo colaborador **Marco Antônio Cunha**;

À **Biblioteca Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**, por permitir acesso ao seu valioso acervo mesmo para quem não é seu aluno;

Ao **Museu Benjamin Nogueira**, da cidade de João Dourado (BA), na pessoa de seu diretor **Evandro Miranda**, pela cessão das fotografias de Ângelo Dourado;

Ao bisneto de Ângelo Dourado, **Ricardo Autran de Gusmão**, que forneceu indicações importantíssimas sobre a biografia do ilustre bisavô, em 2008 e 2018;

À banca de seleção do Programa de Pós-graduação em Letras, professores **Carlos Baumgarten, José Fornos e Raquel Souza**, pela receptividade e as primeiras indicações bibliográficas sobre o gênero crônica;

À banca de qualificação da tese, professores **Maria Eunice Moreira e Mauro Nicola Póvoas**, pela disponibilidade, contribuições, correções e sugestões que guiaram a feitura final deste estudo;

À banca de avaliação da tese, novamente os professores **Maria Eunice Moreira e Mauro Nicola Póvoas**, além dos professores **Luiz Henrique Torres e Reto Monico**, pela gentileza e disponibilidade em aceitar novamente o convite para analisar e contribuir com o presente trabalho;

E, finalmente, ao professor **Francisco das Neves Alves**, primeiramente por ter sido ele o descobridor das crônicas de Dourado no *Eco*, mas também pela paciência com que lida com alguém que normalmente não se dá bem com prazos, pela orientação sempre segura, por ser meus olhos e braços quando não posso estar fisicamente na Biblioteca Rio-Grandense, por estar sempre disponível e, principalmente, por aceitar uma vez mais orientar um trabalho meu. Para mim é uma honra poder contar com seus ensinamentos.

Meus sinceros agradecimentos!

## RESUMO

A presente tese analisa a produção discursiva do médico, político e escritor Ângelo Dourado através das crônicas publicadas no jornal rio-grandino *Eco do Sul*, entre os anos de 1896 a 1902, sob o prisma da História da Literatura. Para tal, o trabalho contempla a biografia do autor, analisa seus principais escritos, e, para melhor fundamentar o estudo proposto, faz uma reflexão sobre o gênero crônica, seu surgimento, desenvolvimento, características e tipologia no Brasil e no Rio Grande do Sul, percebendo nas crônicas do médico baiano seus elementos constitutivos, influências histórico-literárias, suportes narrativos, seu ideário e seu possível alcance, com o objetivo de estabelecer uma classificação do conjunto de seus escritos no diário sulista.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crônica, Ângelo Dourado, *Eco do Sul*.

## **ABSTRACT**

This thesis analyzes the discursive production of the physician, politician and writer Ângelo Dourado through the chronicles published in the newspaper *Eco do Sul*, between the years of 1896 to 1902, under the prism of the History of Literature. In order to better substantiate the proposed study, it reflects on the chronic genre, its emergence, development, characteristics and typology in Brazil and Rio Grande do Sul, perceiving in the chronicles of the writer his constitutive elements, historical-literary influences, narrative supports, his ideals and his possible reach, with the objective of establishing a classification of the set of his writings in the Brazilian southern daily.

**KEY WORDS:** Chronicles, Ângelo Dourado, *Eco do Sul*.

## RESUMEN

La presente tesis analiza la producción discursiva del médico, político y escritor Ángel Dorado a través de las crónicas publicadas en el diario rio-grandino *Eco do Sul*, entre los años 1896 a 1902, bajo el prisma de la Historia de la Literatura. Para ello, el trabajo contempla la biografía del autor, analiza sus principales escritos, y, para mejor fundamentar el estudio propuesto, hace una reflexión sobre el género crónico, su surgimiento, desarrollo, características y tipología en Brasil y en Rio Grande do Sul, que se percibe en las crónicas del médico sus elementos constitutivos, influencias histórico-literarias, soportes narrativos, su ideario y su posible alcance, con el objetivo de establecer una clasificación del conjunto de sus escritos en el diario sureño.

**PALABRAS-CLAVE:** Crónica, Ângelo Dourado, *Eco do Sul*.



# SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	11
------------------------------	----

## CAPÍTULO 1

ÂNGELO DOURADO, UM HOMEM DE SEU TEMPO .....	20
1.1 BREVES NOTAS BIOGRÁFICAS .....	20
1.2 INTELECTUALIDADE E IDEÁRIO POLÍTICO .....	25
1.3 REVOLUÇÃO FEDERALISTA: O DESPERTAR DO CRONISTA .....	32
1.4 <i>VOLUNTÁRIOS DO MARTÍRIO</i> : ENTRE A CRÔNICA DA GUERRA E O MANIFESTO POLÍTICO .....	35
1.5 A PRODUÇÃO DISCURSIVA E O ALCANCE DO CRONISTA MARAGATO .....	47

## CAPÍTULO 2

A CRÔNICA BRASILEIRA E SUL-RIO-GRANDENSE NO SÉCULO XIX .....	56
2.1 ORIGENS .....	56
2.2 AO RÉS-DO-CHÃO: O NASCIMENTO CRÔNICA MODERNA .....	60
2.2.1 O FOLHETIM .....	60
2.2.2 DO FOLHETIM À CRÔNICA .....	64
2.3 CARACTERÍSTICAS FORMAIS E TIPOLOGIA DA CRÔNICA .....	65
2.3.1 HÍBRIDA NA CRIAÇÃO E NO SUPORTE .....	65
2.3.2 UM GÊNERO MENOR? .....	68
2.3.3 UMA TIPOLOGIA DA CRÔNICA .....	72
2.4 A CRÔNICA E A LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL .....	75
2.4.1 A LITERATURA E A CRÔNICA NA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE .....	77

## CAPÍTULO 3

O CRONISTA MARAGATO .....	82
---------------------------	----

3.1 PREÂMBULO: DO ROMANTISMO AO REALISMO.....	82
3.2 AS CRÔNICAS DE DOURADO NO <i>ECO DO SUL</i> .....	85
3.2.1 AS PRIMEIRAS CRÔNICAS (1896).....	88
3.2.2 OS FANÁTICOS DA BAHIA .....	103
3.2.3 OS ALERTAS.....	148
3.2.4 OUTRAS CRÔNICAS INDEPENDENTES .....	170
3.2.5 PARALELOS – TIRANOS E TIRANETES.....	177
3.2.6 O HIPÓCRITA .....	183
3.2.7 O APÓSTOLO .....	189
3.3 UMA TIPOLOGIA DA CRÔNICA DE DOURADO NO <i>ECO</i> .....	196
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	200
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	206
ANEXOS.....	217

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando o historiador Sérgio da Costa Franco afirmou que, subscrevendo o manifesto de fundação do Partido Federalista em 31 de março de 1892, na cidade de Bagé, estava a “figura estelar” do médico baiano radicado no Rio Grande do Sul, Ângelo Dourado (2007, p. 135), não cometia nenhum exagero. A dimensão de sua popularidade à época, no entanto, não me parecia ser tamanha quando tive o primeiro contato com seu livro *Os Voluntários do Martírio*, edição dos originais de 1896 fac-similados pela editora porto-alegrense Martins Livreiro em 1992, na época em que escrevia minha monografia de conclusão do curso de Bacharelado em História, pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 2008. Aos poucos, conforme fui aprofundando meu olhar sobre Dourado, percebi que *Voluntários* despertava grande interesse aos historiadores da Revolução Federalista. Mas isso o colocaria em uma posição de destaque no futuro (em relação ao tempo em que viveu), sendo difícil, considerava eu, poder mensurar isso no seu presente.

Mas as pesquisas foram se aprofundando, ganhando corpo a cada etapa acadêmica superada (a especialização em História do Rio Grande do Sul e depois o mestrado em História, ambos na FURG), e novos elementos eram adicionados à minha “trama” sobre Dourado até finalmente chegar na pesquisa para esta tese. Quando deixei os livros do médico baiano (é um reducionismo drástico chamá-lo de médico, quando foi também cronista, teatrólogo, “publicista”, político e revolucionário, mas como o próprio sempre assinava, “Doutor Ângelo Dourado”, mantemos a deferência) de lado e me deparei com suas crônicas na imprensa sul-rio-grandense, em especial no jornal *Eco do Sul*, da cidade de Rio Grande, pude perceber que sua ação narrativa era bastante profícua e superava (em volume, em objeto) *Voluntários*. Contudo, a curiosidade, peculiar ao historiador, conduziu-me além das páginas do diário rio-grandino e me possibilitou descobrir escritos do cronista maragato em outros tantos jornais, de estados tão distantes quanto Rio de Janeiro, São

Paulo, Pernambuco e Paraná, além, é claro, do próprio Rio Grande do Sul. Nas leituras desse material, e, sobretudo, aquilo que escreviam sobre Dourado, foi possível compreender melhor a possível extensão de sua fama (para o bem e para o mal), e qual sua origem.

Decerto que a profissão médica lhe angariou simpatias, e mesmo reconhecimento público, mas sua distinção era notada pelo que escrevia. Sua combatividade era equivalente ao volume do que produzia, a notar pela extensão das crônicas que produziu desde o término da guerra civil sul-rio-grandense. Parecia mesmo sempre pronto a empunhar a pena para defender a causa federalista e para atacar seus opositores políticos, em especial seu alvo mais constante, Júlio de Castilhos. A medicina seria seu sustento, seu “ganha-pão”, mas seu prazer mesmo estava nos momentos em que podia se dedicar à escrita (por prazer e para abstrair-se da realidade do ofício principal, como veremos mais adiante na análise das crônicas), reservando espaço quase diário para tal. Nem tudo o que escreveu era destinado à publicação imediata, o que pode indicar uma produção superior ao que conhecemos, o que revela sua devoção à escrita. De fato, não havia hora nem lugar para isso: escreveu nos campos de batalha, no exílio do Uruguai, e, claro, em sua casa. Escreveu até mesmo “na primeira hora do primeiro dia” de 1897. A tudo isso, trataremos com mais detalhes oportunamente, no decorrer desta tese.

Essas informações introdutórias servem apenas ao propósito de destacar a importância e alcance (relativamente mensurável, pelos indícios documentais que apresentaremos) do médico baiano, e situar a origem de sua “fama” através dos seus escritos. O material colhido nos jornais que não o *Eco*, serve de suporte, de acessório, de ilustração, preenchendo lacunas quando possível e onde elas existem, mas nossos esforços são para as suas crônicas no diário rio-grandino, a maior coleção de escritos que se tem notícia de Dourado em qualquer jornal, do Rio Grande do Sul ou além.

Especificando um pouco mais, e como forma de justificar minha ligação com o objeto (ainda que a perspectiva e o *corpus* da pesquisa aqui apresentada sejam inéditos) é preciso dizer que a figura e os textos do médico baiano permeiam a maior parte de minha caminhada acadêmica até o

momento, remontando ao trabalho de conclusão de curso *Quando a memória vira História: Ângelo Dourado e a historiografia sul-rio-grandense* (2008), onde analisei a obra *Voluntários do Martírio* e seus usos pela historiografia, tendo este estudo, inclusive, dado origem a um livro homônimo, publicado em 2009.<sup>1</sup> Já no curso de especialização em História do Rio Grande do Sul, também pela mesma universidade, avancei o espectro de análise e somei outras obras de Dourado, entre textos avulsos, livretos e livros, em especial *A situação política do Brasil*, que deu origem à monografia *A formação do Rio Grande do Sul republicano: versões e narrativas de um militante revolucionário* em 2010, e cujo conteúdo serviu de base para o ensaio de mesmo nome publicado no livro organizado pelo prof. Francisco das Neves Alves *Memória, mídia e sociedade no Rio Grande do Sul*.<sup>2</sup> Também publiquei o artigo intitulado *Das armas à pena: intelectualidade e militância na formação do Rio Grande do Sul republicano*, explorando a intelectualidade de Dourado como reflexo de seu tempo, no livro *História e intelectualidade no Rio Grande do Sul*,<sup>3</sup> no ano de 2010. Em 2013, publiquei o artigo *Os tiranos da nação: a luta contra o autoritarismo no Rio Grande do Sul em “Voluntários do Martírio”*, nos anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Na conclusão do mestrado profissional em História, defendi a dissertação *A trincheira discursiva: escritos políticos de Ângelo Dourado em livros e na imprensa rio-grandina na formação do Rio Grande do Sul republicano (1893-1905) – usos e possibilidades para a pesquisa e o ensino de História no ensino superior* em fevereiro de 2014. Finalmente, também publiquei, em iniciativa preliminar no âmbito da História da Literatura, o livro *Crônicas temporais: passado, presente e futuro nas crônicas de Ângelo Dourado no jornal Eco do Sul*,<sup>4</sup> em coautoria com o prof. Francisco das Neves Alves, no

---

1 OLIVEIRA, Marcelo França de. *Quando a memória vira história: Ângelo Dourado e a historiografia sul-rio-grandense*. Rio Grande: Pluscom, 2009.

2 ALVES, Francisco das Neves (org.). *Memória, mídia e sociedade no Rio Grande do Sul: estudos históricos*. Coleção Pensar a História Sul-Rio-Grandense, vol. 50. Rio Grande: FURG, 2011.

3 MATOS, Júlia, SCHIAVON, Carmem (orgs) *História e intelectualidade no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Pluscom, 2010.

4 ALVES, Francisco das Neves; OLIVEIRA, Marcelo França de. *Crônicas temporais: passado, presente e futuro nas crônicas de Ângelo Dourado no jornal Eco do Sul*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2017. Destaque-se que o livro traz uma análise conjuntural e biográfica, restringindo-se ao *Eco* e ao

ano de 2016.

Afirmar que uma tese é inédita, parece redundante e desnecessário. Porém, para que possa melhor apresentar esse estudo, é preciso destacar seu duplo ineditismo: primeiro, por tratar das crônicas de Dourado na imprensa rio-grandina, material até hoje praticamente ignorado por historiadores e literatos, que buscam nas análises em relação ao médico baiano eminentemente o que ele escreveu em *Voluntários do Martírio*, desconsiderando que a atividade intelectual do escritor federalista se manteve, de forma muito profícua, ao longo de sua militância político-intelectual em terras sul-rio-grandenses através da imprensa.

Além disso, a abordagem dos escritos de Dourado como fontes para a escrita da História e da História da Literatura sul-rio-grandense também é iniciativa inédita, pois normalmente seus registros têm sido fonte (e ainda majoritariamente *Voluntários do Martírio*) para a narrativa da história da Revolução Federalista e eventos espaço-temporais conexos.<sup>5</sup> Mas Dourado teve uma forte ligação com a Literatura, seja através de suas crônicas, ou dos livros ficcionais que publicou, e também notada influência literária percebida através dos seus textos, característica que, de certa forma, legou a pelo menos um descendente ilustre: era avô paterno do escritor mineiro Autran Dourado. Também foi personagem do conto *Uma ou duas cabeças*, na antologia *Os pêssegos verdes*, de Augusto Meyer.<sup>6</sup>

Em uma pesquisa que se pretende multidisciplinar, alguns dos fundamentos norteadores passarão, em maior escala, por conceitos literários, históricos e histórico-literários. Assim, Literatura, Teoria da Literatura,

---

médico baiano, não contendo análise das crônicas apresentadas, em número de 20.

5 Dentre os trabalhos mais significativos de historiadores brasileiros e estrangeiros que utilizaram escritos de Ângelo Dourado para a produção de conhecimento historiográfico sobre a Revolução Federalista, podemos citar os autores Joseph Love, (1975), Cláudio Boucinha (1989), Dante de Laytano (1992), Sérgio da Costa Franco (1993), Helga Piccolo (1993) Moacyr Flores (1993), Nuncia Santoro de Constantino (1993), Hilda Agnes Hübner Flores (1994) John Charles Chasteen (1993 e 1995), Elio Chaves Flores (1992, 1993 e 1996), Francisco das Neves Alves (2005 e 2010) e Ana Luiza Setti Reckziegel (2007). Levantamento feito a partir de OLIVEIRA (2009, p. 72-89).

6 MEYER, Augusto. *Os pêssegos verdes*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002, p. 139-147.

Teoria da História da Literatura e a História, propriamente dita, emprestarão olhares imprescindíveis para a leitura, problematização e análise de nosso objeto.

Nesta tese, a crônica enquanto gênero da Literatura será compreendida analiticamente como a interpretação do contexto social pelo autor e sua manifestação artística, bem como as possíveis influências e intertextualidades<sup>7</sup> presentes na obra. Entretanto, para fazermos a intermediação entre Literatura e História como sujeito/objeto ou objeto/sujeito, a partir das crônicas de Dourado, é necessário considerá-las enquanto documento. Assim Leticia Mallard alerta para as dificuldades que podem ocorrer nesse sentido:

O texto literário como documento da História ou a História como contexto que atribui significado ao texto literário são caminhos que podem colidir no congestionamento da mão única por onde enveredam. Neste sentido, reflexo, expressão, testemunho, articulação, influência e termos similares são o léxico que costuma vincular o texto literário ao que há de coletivo e social para quem e para além de suas páginas. Aliás, a escolha de um ou de outro termo já implica não só menor ou maior grau do entrelaçamento postulado entre Literatura e História, como também e sobretudo o modo como se postula tal entrelaçamento (MALLARD *et. al.*, 1995, p. 21).

Por isso, sem abrir mão do componente literário, mas ao contrário, conjugando a análise a partir desse enfoque, faz-se necessário uma incursão a outros conceitos que ajudarão a articulação de saberes e a análise de nosso objeto, como o conceito de imprensa e o papel da crônica para a construção de uma discursividade de natureza política. Se é verdade que os meios de comunicação em geral, e os jornais em específico, não são *a priori* realidades propriamente políticas, também é verdade que estes podem tornar-se políticos em virtude de sua destinação (RÉMOND, 2003, p. 441). Para Alves (2002, p. 14), a imprensa, ao longo de suas diversas etapas de evolução, transformou-se em elemento constituinte da sociedade e refletiu, em suas páginas, os diferentes momentos do Estado Nacional, e acrescentamos aqui os diferentes momentos também da Literatura nacional, orientando, formando ou manipulando a

---

7 Aqui adotamos o conceito de *intertextualidade* conforme proposto por Culler (1999, p. 40) como sendo uma obra que “existe em meio a outros textos, através de suas relações entre eles”, ou seja, considerar a obra, em sua individualidade ou totalidade enquanto “evento linguístico que tem significado em relação a outros discursos”.

opinião pública, influenciando direta ou indiretamente em seus rumos. Assim, “a imprensa tornou-se um fator essencial nas interpretações históricas a respeito da formação brasileira, nos seus mais diversos fundamentos, como o político, o econômico, o social ou o ideológico” (ALVES, 2002, p. 14).

O chamado “filtro” do veículo, em um primeiro momento, mas também – ou principalmente – do autor, a análise contextual, das características e de produção do veículo, o próprio conteúdo intra e interdiscursivo, bem como seus autores, ideários, proprietários, órgãos vinculados direta ou indiretamente, enfim, todos estes aspectos e agentes devem ser considerados e são fundamentais para que a História da Literatura por meio da imprensa seja viável e relevante do ponto de vista historiográfico, ainda mais quando nos propomos a utilizar/analisar uma imprensa com características próprias e marcantes, e este é precisamente o caso da imprensa sul-rio-grandense de fins do século XIX e princípio do século XX, época em que Dourado publicou suas crônicas.

Nesse período, no Brasil, a prática mais comum é o que Tânia Luca (2012, p. 149) denomina de “jornal-tribuna”, ou seja, o jornal que serve de plataforma para difusão de ideias, críticas e posicionamentos, em suma: um “palanque discursivo”, afirmação que encontra suporte e complementação nas palavras de Alves (2002, p. 21), para quem, no Brasil, “o discurso político-partidário emitido através da imprensa exerceu um papel essencial dos diversos momentos que caracterizaram o cenário político, seja no âmbito nacional, regional ou local, servindo os jornais de veículos de propagação dos mais diferentes ideais”.

No Rio Grande do Sul, em particular, no mesmo sentido e na mesma época, praticava-se um jornalismo predominantemente opinativo, expressando os jornais em suas páginas os “interesses e vínculos com grupos políticos, atividade decorrente da militância política como elemento fundamental da estrutura argumentativa de seu discurso de convencimento ideológico e mobilização política” (ALVES, 2002, p. 140-141). Segundo Hohlfeldt (2007, p. 323), “os jornais do final do século XIX expressaram fundamentalmente o pensamento das elites sul-rio-grandenses, fossem estas conservadoras ou não”,



e eram justamente estas elites que entravam em choque, pelas vias bélicas e pelo embate através da imprensa, seja para a conquista ou pela manutenção do poder.

Para Sodré (1999, p. 263) “a exaltação da política da época está integralmente na imprensa”, constituindo-se esta como indispensável fonte para a construção de conhecimento. No entanto, Rüdiger (1990, p. 23), reconhece que os historiadores têm utilizado largamente a imprensa-documento, de onde tiram conclusões imputadas ao político-social, mas a imprensa enquanto interventora na sociedade de sua época, produzindo e reproduzindo os acontecimentos históricos daquele tempo, seu desenrolar e o cenário que viria a se compor nos anos subsequentes, principalmente através da perspectiva da História da Literatura, ainda tem um campo a ser explorado.

Nosso objetivo geral é, então, analisar as 130 crônicas de Ângelo Dourado publicadas no jornal rio-grandino *Eco do Sul* no período compreendido entre os anos de 1896 a 1902, sob o prisma da História da Literatura. Sobre os específicos, destacamos:

- Identificar os tipos de narrativas presentes nas crônicas;
- Conhecer as influências literárias manifestas textualmente ou perceptíveis presentes nas crônicas;
- Identificar a intertextualidade das crônicas com outros textos de sua época ou de épocas pretéritas ao autor;
- Perceber elementos políticos, ideológicos e posicionamentos abrangidos na produção discursiva a partir das crônicas selecionadas;
- Estabelecer uma tipologia própria para as crônicas de Ângelo Dourado.

A problemática que norteará a pesquisa é fértil e, respondidas as principais questões, elas fornecerão um panorama mais delineado dos escritos do médico baiano. Dentre as questões norteadoras que nos parecem mais importantes a serem respondidas, estão: a) quais os tipos de crônica escreveu Ângelo Dourado nas cento e trinta inserções no *Eco do Sul*? b) quais as características predominantes das crônicas publicadas? c) A preocupação

literária nas crônicas é perceptível em um mesmo modo do que suas demais produções escritas? E, finalmente, d) quais foram suas influências literárias mais destacadas percebidas através de sua construção discursiva?

Na metodologia empregada, optamos por fazer uma análise cronológica, isto é, seguindo a ordem de publicação, analisando individualmente cada crônica ou série, em um primeiro momento, e coletivamente, logo após. Do ponto de vista do documento em si, que é cada crônica, para processar a escrita de Dourado com vistas à análise daquele gênero, faremos uso do estudo discursivo do seu texto. Há várias acepções possíveis para o termo *discurso*, mas, nessa tese, tomamos o significado de acordo com o enunciado por Eni Orlandi (2002, p. 17) que define o termo como sendo “o lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos”, levando-se em conta que “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido” e, “a materialidade específica da ideologia é o discurso” onde se estabelece a relação língua-discurso-ideologia. Assim, Francisco Rüdiger afirma que: “os discursos formam uma economia que traduz as relações e as transformações entre grupos políticos e classes sociais, configurando campos discursivos que não se limitam a retratar os acontecimentos, mas também por em jogo vários sistemas de ações” (RÜDIGER, 1990, p. 23).

Desse modo, uma análise discursiva leva em consideração não apenas o dito, mas onde foi dito, a forma pela qual foi dito e por quem foi dito, bem como o silenciado, as relações que esse dito estabelece com o que já foi dito antes e atentando, também, para a posição social e histórica dos sujeitos e para as formações discursivas às quais se filiam os discursos (FRASSON, 200, p. 3), para compor uma reflexão (literária e histórica,) válida sobre o período pesquisado.

Mas quando um discurso é considerado com valor histórico? É em Orlandi que encontramos a resposta para essa problematização, quando afirma que “o discurso é considerado histórico conquanto se produz em condições determinadas e projeta-se no ‘futuro’, mas também [...] porque cria tradição,

passado, e influencia novos acontecimentos”. (ORLANDI, 1990, p. 35). É importante também levar em consideração, ampliando a noção de documento histórico como portador de um discurso, de que um texto, seja qual for o suporte que lhe dê registro, primeiro e antes de tudo, é a representação física da linguagem e, “enquanto veículo de ideias e informações, a linguagem escrita traduz um universo simbólico [...] que abarca signos, símbolos, conteúdos, mensagens, sentidos, construção argumentativa, entre outros pressupostos” (SAMARA & TUPY, 2010, p. 121). E sua codificação impõe o conhecimento do contexto muito preciso que o produziu ou fez existir (já que não existe discurso que não esteja relacionado com seu local de produção) e demanda, para tanto, um trabalho de especialista no manejo histórico, com o suporte crítico e teórico do pesquisador.

## CAPÍTULO 1:

**ÂNGELO DOURADO, UM HOMEM DE SEU TEMPO****1.1 BREVES NOTAS BIOGRÁFICAS**

Ângelo Cardoso Dourado Pereira, coronel-médico na Coluna de Gumercindo Saraiva e um dos fundadores do Partido Federalista, fora também político e escritor. Estabelecido no Rio Grande do Sul, atingiu considerável projeção política, especialmente nos municípios sul-rio-grandenses de Bagé, Jaguarão, Santa Vitória do Palmar e Rio Grande, onde residiu, estabeleceu-se profissionalmente e participou da elite política e intelectual desses locais. Durante a Revolução Federalista, tomou parte do conflito armado desde seu princípio até a deposição de armas, em 1895, participando, durante esse tempo, de seus deslocamentos e embates pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, bem como, em determinados momentos, refugiou-se nos países vizinhos Argentina e Uruguai. Efetuou o registro de suas observações e ideais, em plena vivência no campo de batalha. Tais registros, produzidos primeiramente sob a forma de cartas dirigidas à esposa, logo em seguida converteram-se em um diário-epistolar escrito,<sup>8</sup> o qual foi organizado, reunido e publicado sob a forma de livro pelo autor, tão logo ocorreu a pacificação. O livro, intitulado *Voluntários do Martírio – fatos e episódios da guerra civil*, publicado em Pelotas pela Livraria Americana no ano de 1896, tornou-se uma das mais dramáticas e ricas descrições da revolução, sendo qualificado por Moacyr Flores como “o mais notável livro sobre a

---

8 Apesar de grande parte da historiografia tradicionalmente categorizar *Voluntários* como um *diário*, John Charles Chasteen (1993, p. 83) o denomina como “diário epistolar” categorização que julgamos mais precisa, ainda que não abarque a contento todo o conteúdo do livro. Há diferentes tipos de escritas que compõem a obra: sua redação principia por cartas endereçadas à esposa do autor, e aos poucos a narrativa é substituída pelo relato testemunhal. Porém, compõem o texto, ainda e em número considerável, reflexões, parábolas, críticas e até mesmo excertos manifestadamente ficcionais. Destaque-se, também, que a discursividade do autor é dirigida, na maior parte do livro, à figura de um leitor contemporâneo (e não a si, como sugeriria um diário), sendo bastante perceptível também a intencionalidade do convencimento da ótica federalista. Permeando e ligando todos os elementos, a crônica da guerra à qual participava, conforme OLIVEIRA, 2009, p. 51 e 91-92.

revolução de 1893” (FLORES, 1993, p. 126-127). A obra foi largamente utilizada por pesquisadores e historiadores que buscavam, cada qual com suas especificidades, estudar a guerra que opôs federalistas e legalistas, ou, maragatos e pica-paus.<sup>9</sup>

Baiano,<sup>10</sup> nascido na pequena cidade de Jacobina, Ângelo Dourado formou-se médico pela Faculdade de Medicina da Bahia no ano de 1880, ao defender a tese sobre a “Operação cesariana”<sup>11</sup>. Quando estudante, empregava seu tempo de férias “viajando pelos sertões em todas as direções”, levado a isso “pelo desejo de descrevê-lo nos seus habitantes e costumes”.<sup>12</sup> Casou-se naquela então província com Francisca Autran, de família aristocrática soteropolitana e, segundo o próprio, nascida e educada em Salvador, descendente “dos ricos armadores Amorim Filgueiras e dos fidalgos Albuquerque, e dos Autrans cujo nome ilustre [...] perpetuou no Brasil pela distinção intelectual como mestre em medicina e jurisprudência” (DOURADO, 1905, p. 58), com quem teve dez filhos.

Exerceu a profissão por um tempo na capital baiana, ocupando o cargo de Médico Ajudante da Saúde do Porto de 26 de novembro de 1886 a 24 de março de 1887, quando foi exonerado a seu pedido<sup>13</sup>. Em 10 de julho

---

9 Um estudo mais aprofundado sobre o uso da historiografia nacional e internacional com relação a *Voluntários do Martírio* foi realizado por OLIVEIRA, 2009, p. 72-89.

10 Quanto à data de nascimento de Dourado, os autores apresentam divergências: segundo Sérgio da Costa Franco, na apresentação do livro *Voluntários do Martírio*, ele teria nascido em 6 de outubro de 1856; informação compartilhada por VILLAS-BOAS (1974, p. 169). Já para Mario de Lima Beck, Dourado nasceu em 6 de novembro de 1856 (CORREIO DO POVO, 14/12/1957, p. 9); enquanto para Walter Spalding (1969, p. 49), o médico baiano nasceu em 6 de novembro de 1857. O *Eco do Sul*, no entanto, em 23 de outubro de 1905, afirma que o médico baiano tinha 50 anos “recém-completados” na ocasião da sua morte, tendo ele nascido, nesse caso, em 1855.

11 Localizamos a existência de uma cópia da “tese” de Dourado na Biblioteca Nacional, cujo registro completo é DOURADO, Ângelo Cardoso. *Operação Cesariana: sua apreciação...* Bahia: Imprensa Econômica, 1880. 56 p. (Localização: Obras Gerais - V-182,3,5, n.18).

12 Como informa em carta a Euclides da Cunha. DOURADO, Ângelo. *Carta a Euclides da Cunha*. Rio Grande, 25 de outubro de 1903 (documento manuscrito).

13 Fala do Conselheiro João Capistrano Bandeira de Melo, presidente da província da Bahia, na abertura da 2ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 4 de outubro de 1887. Salvador: Tipografia da Gazeta da Bahia, 1887, p. 84. Disponível em <<https://archive.org/stream/rpebahia1887#page/n1/mode/2up/search/%22angelo+cardoso+dourado%22>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

do mesmo ano, partia de Salvador conforme anunciado pelo jornal *Diário de Notícias*:

Partiu ontem para a província do Rio Grande do Sul o Sr. Dr. Ângelo Dourado, comissionado pelo governo para prestar serviços médicos nas colônias de Conde D'Eu, Alfredo Chaves e outras, naquela província. O Dr. Ângelo Dourado, clínico na província da Bahia, é um moço ilustrado e estudioso, já conhecido por várias publicações sobre patologia e outros assuntos (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11/07/1887, p. 2).

Nomeado médico das colônias pelo Barão de Cotegipe, emigrou para o Rio Grande do Sul, desempenhando seu ofício médico especificamente nas localidades próximas ao atual município de Garibaldi. Dourado foi relacionado por Elvo Clemente como um dos primeiros médicos do local, a partir de seu levantamento efetuado entre os registros de correspondências, e atendia não só a colônia Conde D'Eu como também Dona Isabel e Caxias (CLEMENTE 1993, p. 45). Em dezembro do ano seguinte, o diário soteropolitano informava que havia sido concedida licença remunerada de três meses ao médico baiano, “para tratar de sua saúde onde lhe convier” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/12/1888, p. 1). Finalmente, em agosto de 1889, é exonerado do cargo, não estando claro se a seu pedido (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23/08/1889, p. 1), rumando, muito provavelmente, para a cidade fronteira de Bagé.

Mesmo levando-se em conta seu idealismo manifesto, o que talvez tenha motivado a transferência do médico baiano e sua família para tão longínquos destinos foi a busca de terrenos mais promissores para sua atividade profissional. Indícios para tal afirmação encontram-se nos próprios registros de Dourado, em que reclamava do excessivo “número de doutores” formados pelas escolas de medicina:

[É preciso] calcular-se a relatividade da nossa população para o número de doutores que hoje são brotados, com rapidez espantosa, das nossas academias; e que nas povoações disseminadas não terão o ganho suficiente, ao menos, para a existência, e aglomerados nas cidades serão indigentes; e se supõe-se que a emigração progressiva aumenta o terreno para o exercício dessas profissões enganam-se, porque com ela virão os profissionais de que precisem; calculando-se que o único meio será procurar o emprego público fatível de demissão [...] (DOURADO, 1905, p. 55).

Em virtude de a Faculdade de Medicina localizar-se na Bahia, e ainda que para lá fossem estudantes de todo o Império e não apenas os locais, é natural pensar que houvesse já razoável número de médicos formados atuando em Salvador, o que diminuía as chances de desempenhar a contento as atividades profissionais daqueles recém-formados. Os jovens médicos, então, buscariam a sorte em outros lugares, como fez o próprio Dourado ao clinicar na localidade de Alto S. Francisco, conforme atesta o artigo publicado no jornal *Gazeta Médica da Bahia*, datado de 2 de agosto de 1885,<sup>14</sup> antes de se transferir para o Rio Grande do Sul.

É provável que gozasse de boa situação financeira, uma vez que possuiu, no mínimo, cinco escravos em seu poder, os quais acompanharam sua família pelo menos até o exílio no Uruguai, por ocasião da Revolução Federalista. Nominou-os em um de seus escritos, sugerindo que haviam sido libertados antes mesmo da *Lei Áurea*:

[...] o dr. Júlio de Castilhos anunciava pelo telégrafo, a nossa morte, em combate, dando-nos celebridade que nunca julgamos merecer, anunciando a viuvez da jovem e amorosa esposa, e a orfandade dos filhinhos, antigos escravos nossos, por que não dizer-lhes os nomes? Nanán, Zizina, Faustina, Martha, Raphael, que se achavam no lugar onde a família órfã estava, acorreram, e cada qual procurava primar no afago ao orfãozinho que tomava a sua conta. [...] Nos cartórios do sertão da Bahia está o nosso nome libertando-os em massa, pelos motivos mais fúteis; até o nascimento do primeiro dente do nosso primeiro filho (DOURADO, 1905, p. 42).

Apesar disso, “tanto ganhava quanto gastava”, o que obrigou sua esposa, com cinco filhos pequenos e grávida do sexto, a emigrar às pressas para o Uruguai (na cidade de Melo), levando consigo “apenas roupas e joias”. Ela, segundo informa a sobrinha Nilda Autran Cruz, “não sabia onde estava o marido, o pouco dinheiro que tinha acabou, e foi vendendo as joias para ir-se mantendo com os filhos” (CRUZ, 1958, p. 41). Porém, é preciso destacar que, mesmo durante a guerra, exercia o ofício médico nas localidades em que tal fosse possível, provavelmente para prover seu sustento pessoal e/ou enviar

---

14 O artigo intitulava-se *A pilocarpina no tratamento das adenites*, publicado na GAZETA MÉDICA DA BAHIA. Ano XVII, nº 3, setembro de 1885 p. 105-107, do qual o autor da tese possui uma cópia digital.

recursos para a família. Um indício nesse sentido é o anúncio publicado no jornal *Diário do Comércio*, de Curitiba, no qual constava “O Dr. Ângelo Dourado, médico operador e oculista, dá consultas provisoriamente, todos os dias, das 7 às 10 da manhã, no Hotel Paraná – Rua da Liberdade, 12” (DIÁRIO DO COMÉRCIO, 17/03/1894, p. 3).

Terminada a revolução e voltando Dourado às suas atividades profissionais regulares, ainda assim não conseguiu formar grande patrimônio, uma vez que, ao morrer, “deixou a viúva com dez filhos e sem recursos” (CRUZ, 1958, p. 41). Alba Carvalho Degrazia, amiga de infância de uma das filhas de Dourado, contudo, narra que o médico baiano mandara construir uma casa para melhor acomodar a família, quando residia em Rio Grande, e esta era “ricamente mobiliada”. Pai zeloso, não permitia que a filha visitasse a amiga, “porque ela tinha dois irmãos”, no entanto, permitia que Alba visitasse a família e lá brincasse aos domingos. A memória da menina lembra do “Doutor Ângelo, com seu avental branco, suas barbas pretas, compridas, era um verdadeiro médico” (DEGRAZIA, 1981, p. 27-28).

Dourado atingiu destacada posição na sociedade sulina da época, especialmente na região sul do estado: participou da administração municipal em Bagé, foi um dos fundadores do Partido Federalista (FRANCO, 2007, p. 135), escreveu para jornais, publicou livros, frequentava banquetes e recepções (DOURADO, 1905, p. 20) da elite gaúcha de seu tempo,<sup>15</sup> tendo sido, inclusive, dirigente da Loja Maçônica Acácia Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande, nos anos de 1898 e 1900 (COLUSSI, 1998, p. 467). As mudanças de cidade, no pós-guerra, eram invariavelmente motivadas por problemas políticos, oriundos de seus fortes posicionamentos através da imprensa local, que resultavam em ameaças veladas ou escancaradas à sua integridade física. Foi assim que se mudou de Bagé para Rio Grande, e depois, de Rio Grande para Jaguarão. Ao fim de sua vida, residia nesta última, onde sofreu de “grave enfermidade” tendo falecido logo após na cidade do Rio Grande a 23 de outubro de 1905.

---

15 Conforme o legalista Jorge Reis, durante o banquete de inauguração da charqueada de Santa Tereza, de propriedade do então Visconde Ribeiro Magalhães, “fez uso da palavra o inteligente médico e eloquente orador dr. Ângelo Dourado” (REIS, 1911, p. 136).



## 1.2 INTELECTUALIDADE E IDEÁRIO POLÍTICO

Idealista, Dourado era o que se pode considerar como um típico intelectual<sup>16</sup> de fins do século XIX: erudito, costumava citar, em seus escritos, passagens célebres de autores clássicos da Literatura universal como Dante Alighieri, Camões, Miguel de Cervantes, Shakespeare, Lord Byron, Milton, Rousseau, Victor Hugo, além dos brasileiros José de Alencar e Visconde de Taunay. Possuía um gosto externado por óperas e concertos musicais, os quais não se furtava de apreciar mesmo em pleno período revolucionário. Em certa ocasião, estando de passagem por Buenos Aires, foi presenciar diversos espetáculos no teatro lírico local, tais como *Lucia*, *Sonâmbula*, *Rigoletto*, *Cavalaria Rusticana*, *Dinorah*, *Gioconda* e *Aida*, além de ter visto e afirmado sua admiração pela soprano ligeira italiana Luisa Tetrazzini (DOURADO, 1992, p. 336), que viria a se tornar uma das mais famosas cantoras líricas de fins do século XIX e início do XX. Ao lado disso, manteve sua grande inclinação à atividade da escrita, campo em que atuava nos mais variados segmentos, desde os trabalhos específicos concernentes à sua atividade profissional, os diversos artigos publicados na imprensa, e até mesmo obras literárias (dentre elas, o drama *O médico dos pobres* e o livro *As minas de ouro: dramas sertanejos*), passando por aquela que é a sua mais famosa e citada obra, o livro *Voluntários do Martírio*.

Meio de formação de Dourado, as faculdades de Medicina, assim como as de Engenharia do período, baseavam seu ensino quase que exclusivamente nos livros, inexistindo, em quase todas, a prática de laboratório e investigação. Deste modo, conforme Carvalho:

Produziram engenheiros, médicos, militares, que sabiam filosofar sobre a ciência e o mundo, sem saber fazer ciência. E filosofavam no melhor estilo retórico, em que o brilho da frase, sua qualidade literária, a variedade dos tropos, eram mais importantes que sua veracidade. Naturalmente, brilho era o que deles se esperava, mesmo quando falavam contra o vício da retórica (CARVALHO, s.d., p. 145).

---

<sup>16</sup> Para este texto, adotamos a definição de intelectual conforme a descrita por Bobbio, como sendo aquele “sujeito específico, ou mais precisamente a um conjunto de sujeitos específicos, considerados como criadores, portadores (transmissores de ideias) que desde há um século são chamados de ‘intelectuais’” (BOBBIO, 1997, p. 109).

Na inexistência da prática, sobravam elucidações teóricas. O médico formado nestes moldes privilegiava a busca pelo conhecimento através do estudo de outros autores, notadamente do centro irradiador de cultura e ciência – a Europa – em detrimento da experimentação. Isto explica, em parte, a inclinação dos médicos deste período à erudição, à valorização do saber através do livro, caracterizando aquilo que Michel de Certeau (2007, p. 224-230) define como “progresso do tipo escriturístico”, enquanto prática “legítima” (científica, política, escolar, etc.) das sociedades ocidentais do período. Em Dourado, encontramos um dos exemplos característicos, cuja prática escrita foi uma constante ao longo de sua vida, pois desde muito cedo demonstrou inclinação às letras: em 1876, então com vinte anos, escreveu o drama *O médico dos pobres*. Antes disso, aos 14 anos e enquanto convalescia do tifo, teria escrito seu primeiro drama, como afirma em *Voluntários*, apesar de não informar, contudo, mais detalhes sobre esta obra (DOURADO, 1992, p. 99).

Em decorrência do modelo estabelecido, a figura do médico e do cientista social, nas faculdades de Medicina do século XIX, se confundem, dando origem a um tipo de intelectual com intervenção política e social. Surge então o que Schwarcz chama de “médico político”, o sujeito que buscava afirmar-se em campos maiores de atuação:

Trata-se, portanto, da emergência de um saber médico no país, pautado por novas ambições e projetos, que fazem desses profissionais concorrentes à altura na disputa pela hegemonia intelectual no país. Os alvos, porém, são específicos: enquanto no interior da faculdade de medicina da Bahia percebe-se uma atenção especial aos temas da medicina criminal e toda uma batalha (...) nesse sentido; no Rio de Janeiro já será a pesquisa e atuação na área da higiene pública e da epidemiologia que congregarão o grosso dos esforços (SCHWARCZ, 1994, p. 144).

Dourado, formado neste meio acadêmico baiano, foi influenciado ao longo de sua graduação e reproduziu muito deste conhecimento adquirido e deste sentido de “papel social” que deveria desempenhar, algo próximo do defendido por Gramsci como um “intelectual orgânico”, isto é, proveniente da classe social que o gerou, tornando-se seu especialista, organizador e

homogeneizador, e cuja característica insere-o em “uma ou mais camadas de intelectuais [de um grupo social] que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (GRAMSCI, 1982, p. 3-4). No caso de Dourado, em especial, sua ação intelectual era pautada tanto na reflexão quanto na crítica eminentemente daqueles dois últimos elementos. Como tal, fazia parte de sua ação preocupar-se tanto com a realidade política e social à sua volta quanto com sua profissão, o que, seguindo a lógica do “progresso escriturístico”, a legitimação de suas atividades passava, necessariamente, pela publicação daquilo que produzia. Entre os trabalhos produzidos por Dourado relacionados à área médica estão o artigo intitulado *A pilocarpina no tratamento das adenites* publicado na *Gazeta Médica da Bahia*<sup>17</sup> (1885) e os livretos *Mémoire sur un cas de échinocoque rétrobulbaire* (1892), *Oftalmia virulenta* (1899) e *O impaludismo no Rio Grande do Sul* (1900) (OLIVEIRA, 2009, p. 40).

Outra característica apontada como constituinte da intelectualidade do médico baiano – estabelecida ou pretendida – está na correspondência. Como Malatian (2009, p. 208) afirma: “intelectuais escrevem cartas”, e através delas se podem detectar as redes de relações sociais, opiniões, posicionamentos, sentimentos diversos e movimentações entre os correspondentes. Há pelo menos um registro de envio de carta por Dourado destinada a um contemporâneo ilustre, o escritor Euclides da Cunha, com elogios a *Os Sertões* e considerações sobre a Guerra de Canudos.<sup>18</sup> Também foi escrevendo cartas que teve início seu famoso relato-testemunho *Voluntários do Martírio*. Ainda que não tivesse um caráter de troca intelectual (o interlocutor neste caso específico era sua esposa, que ficara no Uruguai), Dourado expressava

---

17 A respeito do papel e da importância da *Gazeta Médica da Bahia* no âmbito do conhecimento e disseminação científica no Brasil imperial ver SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 198-215.

18 Consta no arquivo pessoal de Euclides da Cunha a correspondência recebida, datada de 25 de outubro de 1903 e enviada da cidade do Rio Grande, contendo elogios a obra *Os Sertões* e considerações sobre a Guerra de Canudos e a situação política do Brasil. Disponível no sítio <<http://www.euclidesdacunha.org.br/>> (documentos manuscritos). Acesso em: 08 dez. 2017. O documento original está, atualmente, no acervo iconográfico da Biblioteca Central da PUCRS, em Porto Alegre.

muito de suas opiniões e ideias através destas, ciente da importância de seu testemunho para a reconstrução dos episódios da revolução e citando as conversas travadas entre ele e Gumerindo Saraiva, nas quais afirmava que, se não morresse, haveria de escrever a história daqueles dias fratricidas em que viviam (DOURADO, 1992, p. 244), reproduzindo o que definimos como seu “papel social” de intelectual.

Ângelo Dourado era também um liberal. Sua postura de defesa dos princípios liberais e contra o positivismo pode ser percebida em diferentes passagens de suas obras. Como membro do Partido Federalista, seus discursos eram fundamentados nas concepções do Direito Natural e das Gentes e no iluminismo-liberalismo, teorias que já circulavam pela região platina e colonial lusitana no final do século XIX (COSTA, 2009, p. 17). Os federalistas se apropriaram dessas concepções em escolas e universidades ou, de maneira informal, pela leitura de livros e jornais e participação em reuniões de discussão política. O liberalismo era manifestado desde a divisa revolucionária ostentada (“Tudo pela Liberdade”) (DOURADO, 1992, p. 77) até os princípios expostos nos artigos e livros publicados. Em *Voluntários do Martírio*, é justificada a revolução:

O que aí vai não é a história do esforço popular rio-grandense contra o poder esmagador que tentou asfixiá-lo. [...] Quem escrever essa história, indagando a gênese de todos estes descabros, se não conseguir acordar o país indicando o declive rápido que o leva à destruição, conseguirá muito no futuro da humanidade escrevendo a Bíblia exata de um povo que desapareceu no interesse dos que se apregoavam de Messias da liberdade, da igualdade, da fraternidade, da ordem e do progresso (DOURADO, 1992, p. 1).

O “poder esmagador”, “asfixiante”, seria aquele exercido por Floriano Peixoto em nível federal e Júlio de Castilhos e o Partido Republicano Rio-grandense (PRR) em nível estadual. A revolução, nestes termos, seria uma forma de resistência ao poder opressor, exercido pelos que se “se apregoavam de Messias” (Peixoto e Castilhos). Em uma visão liberal, o Estado existe para garantir a segurança, a propriedade e a liberdade dos cidadãos, neste caso, a resistência contra a opressão era legítima:

A nação compreenderá que precisa de repouso para poder progredir, indagando qual o motivo daquele mal-estar, qual a causa daquela enfermidade. Reconhecerá que a causa é a opressão, é a violação dos direitos, é o aniquilamento de uma parte de sua população; que o opressor é o governo, que o aniquilador, o violador, é aquele a quem ela confiara a execução e distribuição da justiça. Que esses crimes só têm por móvel o interesse individual e toda ela se levantará contra ele e os seus, que terão de ceder. As tropas cansadas, maltratadas, começarão a compreender que se devem obediência às leis, os governos que oprimem, que autorizam o latrocínio e o assassinato estão fora da lei; que devem antes ser punidos a exigir deles que sirvam de carrasco para os que reclamam contra tais crimes (DOURADO, 1992, p. 39).

Sendo tirânico e opressor, o governo estaria, desta forma, fora da lei, o que legitimava o processo revolucionário na visão liberal. Para Dourado, o país que seguisse o liberalismo, ou seja, que “tem leis, que se rege por elas, que respeita o direito de cada qual, que tem por norma a justiça, que garante o produto do esforço individual, nunca terá revoluções” (DOURADO, 1992, p. 393). Sobre os boatos de que os governistas, já nas negociações de paz, estariam dispostos a garantir somente o direito à vida e à propriedade, Dourado desdenha como algo não negociável, pois faria parte dos direitos básicos entre os países onde não há escravizados (ou seja, países liberais) sendo nada mais do que a lei (DOURADO, 1992, p. 413).

Em contrapartida, o positivismo recebia críticas contumazes deste intelectual. Considerava a “ditadura científica” francesa e paraguaia como exemplos fracassados (DOURADO, 1992, p. 105) e ironizava o lema “ordem e progresso”, que no caso brasileiro significaria “guerra civil, aniquilamento da maior nação sul-americana” (DOURADO, 1992, p. 103). Também criticava outro dos lemas do positivismo, o “viver às claras”:

[...] então o povo julga-se com direito de protestar e protesta pelo modo como qual desperdiçam o seu trabalho, mas em vez de moderarem ou modificarem esse modo de *viver às claras* [grifo nosso], mandam matá-lo e para isso é ainda o seu trabalho do passado e todo o trabalho de sua geração [...] É daí que vem a guerra civil; é daí que vem a queda das instituições, é daí que vem o aniquilamento dos povos, a extinção das nacionalidades (DOURADO, 1992, p. 393).

Este pressuposto positivista, para o autor, seria um dos elementos absurdos a que o regime castilhista estaria submetendo as gentes do Rio Grande do Sul, e, como tal, acabaria culminando na revolta dos submetidos, e que aconteceriam as mortes motivadas pela repressão.

Por fim, Dourado acreditava que a política não era uma “ciência positiva” e sim, “um misto de ideias e observação” (DOURADO, 1905, p. 60), e nisto estabelecia a diferença entre o ideal liberal-federalista, enquanto parte de uma oposição plural que, sob a bandeira de um único partido congregava as mais diferentes correntes do pensamento; e do ideal positivista-castilhista, altamente centralizador, dogmático, rígido na disciplina e nas convicções, que subjugou as suas oposições durante toda a República Velha.

Fiel às suas convicções, afirmava não seguir homens, mas ideias (DOURADO, 1992, p. 116), ao passo que sempre destacava, ao longo de seus escritos, valores como honra, dignidade, honestidade, que serviam de contraponto àquilo que criticava. Isto, ao lado de suas opiniões e percepções acerca do seu tempo e realidade histórica apresentados, contém a mensagem de Dourado ao mundo, aquilo que ele quer comunicar – e influenciar. A narrativa parece tentar o convencimento do leitor, uma tentativa de alterar a realidade, defendendo o federalismo maragato enquanto legítimo movimento revolucionário.

O médico baiano possuía uma visão crítica com relação à prática política, e causava desconforto a falta de reflexão crítica frente ao tema. Afirma que “fala-se em política, todo mundo é político, e predomina sobre eles o que leu em um artigo de jornal, e repete uma frase picante de qualquer orador inútil e chato, mas que faz chegar ao gosto do populacho” (DOURADO, 1992, p. 102). Porém, ao passo que lhe causava irritação os influenciáveis, reprodutores de ideias e argumentos políticos de outros, tentava ele próprio, de igual forma, influenciar seus contemporâneos através da palavra escrita. Para isso, teve a imprensa como veículo para disseminação de suas proposições intelectuais no período pós-revolucionário, mas também durante o conflito, sempre que possível fosse. Fazendo isso, acreditava no alcance e poder da persuasão dos jornais em sua época, pois não desperdiçava chance de publicar artigos por

onde passasse. Em Santa Catarina, por força dos deslocamentos que fizera acompanhando a Coluna de Gumercindo Saraiva, Dourado registra: “Fonseca pediu-me em nome do redator do jornalzinho da terra, algumas linhas para publicar...” (DOURADO, 1992, p. 78) e, em outra ocasião, desta vez em Corrientes, República Argentina: “[...] e depois [recebeu a visita] dos dois redatores dos jornais da terra, que pediram-me para escrever alguma coisa sobre nossa marcha, o que fiz e foi publicado em português” (DOURADO, 1992, p. 319). Além disso, o jornal uruguaio *El Deber Civico*, do município de Melo, publicava regularmente uma coluna de Dourado, em português, sobre o cotidiano das trincheiras (CHASTEEN, 2003, p. 139-141), também se utilizando desse veículo para fazer acusações aos inimigos legalistas, bem como para promover a defesa dos princípios maragatos, característica que acompanham toda a produção discursiva do médico baiano. Ao final do capítulo, trataremos com mais detalhes a produção escrita de Dourado através da imprensa.

De todo modo, essa característica de guerra também por meio das palavras, evidenciada, sobretudo, na escrita, é típica desse período revolucionário sul-rio-grandense, compreendendo a Revolução Federalista, propriamente dita, e o período imediatamente posterior. Conforme Alves,

Ao longo de pelo menos duas décadas, as narrações/descrições/interpretações acerca dos acontecimentos inerentes à Revolução Federalista foram entabuladas de forma engajada e sob o prisma das convicções e/ou paixões partidárias. Deste modo, o conflito entre maragatos e pica-paus se estenderia para além das atividades bélicas, deixando uma grande herança representada pelos confrontos discursivos. Nos artigos de jornais, em folhetos e em livros, as forças divergentes digladiaram-se entre si, cada qual defendendo suas ideias e atacando as dos adversários, além de buscarem construir elementos explicativos/argumentativos para descrever a recente história gaúcha a partir de seus respectivos pontos de vista (ALVES, 2002b, p. 44).

O partidarismo refletido pela escrita, em que cada qual dos lados intentava ser o detentor da “verdade”, encontrou em Dourado um dos mais combativos representantes. Não apenas como o analista do presente, mas também como propositor de modelos a serem seguidos, em concordância

com a elite ilustrada da época, que utilizava de seu aparato ideológico como instrumento de leitura e mudança da realidade. Assim, nas palavras de José Murilo de Carvalho,

Embora de natureza fundamentalmente discursiva, as justificativas ideológicas possuíam também elementos que extravasavam o meramente discursivo, o cientificamente demonstrável. Supunham modelos de república, modelos de organização da sociedade, que traziam embutidos aspectos utópicos e visionários (CARVALHO, 2007, p. 9).

Desse modo, como parte da elite educada da época, Dourado, de seu lado, questionava, criticava, acusava, mas também propunha modelos e sugeria caminhos, como veremos adiante. Sua intelectualidade militante, formada a partir das experiências ainda na sua iniciação acadêmica na Faculdade de Medicina da Bahia, veio a desenvolver-se justamente durante os episódios da Revolução Federalista. Os registros efetuados enquanto estava participando da guerra viriam a servir de instrumento de difusão de ideias, críticas à república que se instalava e proposições acerca desta, sob o pano de fundo das suas vivências no campo de batalha, com todos os horrores de uma guerra. Legitimava, desta forma, seu discurso revolucionário. Como um típico intelectual do período, teve formação erudita e fizeram parte de sua produção ativa intelectual não só os livros editados, mas também os artigos publicados na imprensa, o papel engajado que desempenhava na sociedade, servindo de elemento-chave na propaganda dos ideais liberal-federalistas, constituindo-se num porta-voz do movimento. O prestígio alcançado pelo intelectual federalista permitia que fosse respeitado mesmo pelos adversários, tanto que fora ele um dos emissários do general Tavares para tratar da entrega de armas das forças revolucionárias, então reunidas em Dom Pedrito (DOURADO, 1905, p. 20).

### **1.3 REVOLUÇÃO FEDERALISTA: O DESPERTAR DO CRONISTA**

A ação discursiva que Ângelo Dourado irá empreender através de suas crônicas no *Eco do Sul* tem por base e como evento catalisador a Revolução



Federalista. Por isso cabe uma breve incursão à guerra civil para melhor situar – e auxiliar a entender – o que desenvolveremos no capítulo terceiro desta tese.

Deste modo, partimos da gênese do movimento que resultaria na Revolução Federalista, que foi a aglutinação das oposições a Júlio de Castilhos, que se organizam efetivamente a partir do retorno de Gaspar Silveira Martins do exílio, no ano de 1892. Ainda liderança de prestígio e influência no Estado, sobretudo na região da Campanha gaúcha, Silveira Martins pretendia fundar um partido independente e forte, articulado para defesa dos princípios liberais (FRANCO, 2007, p. 134). À presença do antigo tribuno, somaram-se lideranças locais de diversas matizes<sup>19</sup>, para fundar, finalmente em 31 de março daquele mesmo ano na cidade de Bagé, o Partido Federalista, agremiação que teria destaque na cena política gaúcha pelas próximas três décadas. O historiador brasilianista Joseph Love defende que a escolha do município da Campanha não foi debalde:

O município de Bagé, na Campanha, foi o local escolhido para a convenção organizatória do novo partido e continuaria a ser o centro do poder federalista. Município rico, embora de população altamente estratificada e baseada no latifúndio, Bagé não era só a terra de Silveira Martins mas também da poderosa família Tavares; antigos dirigentes monarquistas e tradicionais rivais políticos haviam sido compelidos a dar-se definitivamente as mãos, devido a Castilhos (LOVE, 1975, p. 53-55).

Além de Bagé e outras cidades importantes da fronteira, como Sant’Ana do Livramento, havia representantes de peso de outros municípios do estado, o que possibilitava uma forte base de sustentação do novo partido, entre as quais Porto Alegre, Passo Fundo, Caçapava do Sul, São Gabriel e Pelotas (FRANCO, 2007, p. 135).

O regresso de Silveira Martins impôs nova disciplina às forças anticastilhistas, tanto em termos de ideologia como de liderança, ganhando mais coesão e unidade de propósito. Os aliados do poder político, ao lado dos dissidentes castilhistas, agora aglutinados militarmente sob a égide

---

19 As oposições reunidas no Partido Federalista eram compostas por ex-liberais e ex-conservadores, além de dissidentes republicanos descontentes ou expurgados pelo castilhismo.

de federalistas,<sup>20</sup> deram início à reação armada. A guerra eclodia em 5 de fevereiro de 1893, quando o general-em-chefe dos federalistas, João Nunes da Silva Tavares, fez divulgar um manifesto que conclamava os cidadãos às armas (ESCOBAR, 1983, p. 95). No mesmo dia desta proclamação, a primeira partida de rebeldes, a mando de Gumerindo Saraiva, ultrapassava a fronteira do município de Bagé, oriunda da república vizinha do Uruguai, onde as forças insurretas estavam sendo organizadas. Em 11 de fevereiro, já no Brasil, acontecia o primeiro embate entre os federalistas e as forças legais (FRANCO, 1996, p. 133).

A Revolução Federalista foi um dos maiores e mais dramáticos conflitos armados ocorridos na História do Brasil, contabilizando, segundo a maioria dos historiadores e pesquisadores do tema, algo em torno de 10 a 12 mil mortos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, entre os anos de 1893 e 1895. A Revolução não deve, contudo, ser reduzida apenas a este curto período temporal, uma vez que seus antecedentes remontam a antigas rivalidades fortalecidas a partir da instauração da república no Brasil (e o seguinte apeamento dos antigos mandatários liberais do poder local), bem como não se pode considerar totalmente encerrada após o armistício de 1895. Ainda que o conflito armado seja normalmente estudado sob os enfoques econômico e social, sobretudo o fator *violência*, que majoritariamente é destacado quando se trata de Revolução Federalista, é o aspecto político que merece nosso olhar mais atento. Nas palavras de Alves,

O confronto militar representou o ápice da bipolarização político-partidária que dominara o cenário gaúcho desde a Proclamação da República. A visão e os projetos políticos de cada um dos grupos em conflito eram incompatíveis entre si [...]. A guerra movida contra os castilhistas tornar-se-ia também um combate ao Marechal Floriano que sustentava a situação gaúcha, de modo que as atividades bélicas ultrapassaram as fronteiras sul-rio-grandenses, chegando às terras catarinenses e paranaenses (ALVES, 2002b, p. 35-36).

---

20 A relação direta entre os fundadores do Partido Federalista e os signatários do manifesto que os comandantes da rebelião assinaram em Sant'Ana do Livramento em 15 de março de 1893, é estabelecida por Sérgio Franco, que identificou nada menos que 17 fundadores do partido, em comum nas duas atas, conforme FRANCO (2007, p. 136).

A luta estabelecia objetivos políticos bem delineados. Para Joseph Love, o que os federalistas revoltosos desejavam, primeiramente, era a extinção da Constituição castilhistas de 14 de julho de 1891, o que, atingida a meta, conseqüentemente provocaria a queda de Floriano Peixoto, então protetor de Castilhos. Uma aspiração mais ampla dos revoltosos era a substituição do sistema presidencial, estabelecido na Constituição Federal, por um regime parlamentar, enquanto alguns mais exaltados, “ousadamente”, segundo Love (1975, p. 65), professavam a volta à monarquia.

Nessa guerra preponderava o elemento civil, sobretudo no lado federalista. Eram, basicamente, “estancieiros à frente de peões armados” (FRANCO, 1993, p. 47), em uma força que alcançava a marca de 80% do total de combatentes revolucionários (MOREIRA, 1993a, p. 21). Dentre esses civis, na coluna liderada por Gumercindo Saraiva, estava Ângelo Dourado. Entre as batalhas, enquanto socorria e tratava feridos nos combates em que teve participação, registrava no seu diário os temores, vivências, observações, mas principalmente suas posturas políticas, que viria a servir, terminada a revolução, de instrumento de propaganda ideológica da causa federalista.

#### **1.4 VOLUNTÁRIOS DO MARTÍRIO: ENTRE A CRÔNICA DA GUERRA E O MANIFESTO POLÍTICO**

Apesar de *Voluntários do Martírio* ser um livro eminentemente memorialístico, a partir dele é possível identificar vários aspectos de crenças e ideias do médico baiano, no aspecto político. O registro que se deu no livro era o relato daquilo que o federalista intencionava registrar, e, sobretudo, propagar. Como o livro não é obra sobre o passado a não ser o recente, a narrativa e, por conseguinte, a atenção de Dourado, se voltava também para justificar a luta armada ao expor suas ideias políticas. A partir do que escreveu, percebemos seus temores diversos quanto ao momento em que vivia, tanto nos aspectos políticos quanto sociais. Se na política o cenário se apresentava como insustentável, no plano social a situação lhe parece ser, no mínimo, preocupante. Vemos isso em especial na questão da imigração europeia,

sobre a qual Dourado refere-se mostrando certo temor quanto aos desafios e dificuldades que seus filhos encontrarão no futuro:

Nessa vida social que levamos, os filhos vivendo só da herança paterna, ou raramente surgindo um ou outro vulto progenitor de si mesmo, eu pensava em preparar os nossos para essa luta hercúlea do futuro, em que os descendentes da atual família brasileira para não desaparecerem ante a imigração europeia já habituada a lutar pela existência, teriam de conquistar terreno palmo a palmo no próprio solo onde nasceram (DOURADO, 1992, p. 10).

A preocupação demonstrada com o elemento imigrante, que lhe foi tão próximo quando esteve estabelecido, no início de sua jornada pelo Rio Grande do Sul clinicando na colônia Conde D'Eu, é um dos traços marcantes de sua obra. Em determinado momento ironiza a situação, quando faz referência explícita aos imigrantes alemães e italianos que, devido ao grande número, acabariam transformando o Brasil talvez em outro país, de nome inspirado em suas regiões de origem: “[...] se esse patronímico [brasileiro] não se tornar tão desprezível que precise ser mudado, talvez em nova Germânia ou nova Lombardia” (DOURADO, 1992, p. 234).

Os temores de Dourado com o expressivo volume de europeus chegando ao país era reflexo de uma realidade social de fins do século XIX no Brasil. Para Thomas Skidmore, o advento da abolição estimulou aquilo que chama de “uma onda dramática de imigração para o Brasil”. O autor afirma que o número de imigrantes entrando no país saltou de menos de 33 mil em 1886 para 132 mil apenas dois anos mais tarde. E, tal como na Argentina e nos Estados Unidos, este fluxo prosseguiu em grande escala até a Primeira Guerra Mundial (SKIDMORE, 1998, p. 104-105).

As afirmações de Dourado, referentes aos imigrantes, evidenciam sinais de teorias evolucionistas presentes no período, ou ao menos forte influência destas sobre o autor. O evolucionismo aplicado às sociedades humanas foi obra do filósofo inglês Herbert Spencer (1820-1903), que fundamentou sua filosofia na teoria evolucionista e defendia que a seleção natural possibilitava “a sobrevivência dos mais aptos” (BURNS, 2001, p. 633), ou ainda, nas palavras de Renato Ortiz, “no contato inter-racial e na concorrência social vence a

raça superior” (ORTIZ, 1990, p. 20). Em ambas as afirmações, encontramos algo muito próximo do que escreveu Dourado. É possível supor que o médico baiano acreditava também nesta pretensa superioridade europeia, ou pelo menos em uma melhor aptidão dos imigrantes europeus em relação aos demais povos, haja vista suas afirmações quanto aos alemães e italianos residentes no Brasil, e também, de acordo com a relativa popularidade que o evolucionismo e o darwinismo social gozavam em fins do século XIX no país, como bem afirma Skidmore, para quem “a elite brasileira pós-1870 logo caiu sob a influência de doutrinas europeias e norte-americanas de racismo científico, que apoiavam a ‘evidência’ biológica e histórica para justificar suas afirmações de superioridade branca” (SKIDMORE, 1998, p. 112), afirmação corroborada por Lilia Moritz Schwarcz, confirmando que houve a entrada coletiva, simultânea e maciça destas doutrinas, além do que, a noção de “evolução social funcionava como um paradigma de época” (SCHWARCZ, 2007, p. 43).

Além disso, o evolucionismo de Spencer e o darwinismo social, juntamente com o positivismo de Comte, foram as três mais impactantes teorias que delimitaram os limites no interior dos quais grande parte da produção teórica da época pós-1870 se desenvolveu (ORTIZ, 1990, p. 14). O pensamento spencerista, por exemplo, estava presente também no Rio Grande do Sul, onde, inclusive, aconteceram duas conferências proferidas em Porto Alegre, e que mais tarde foram reunidas em um livro cujo título era *A Terra e o Homem à luz da moderna ciência*, de Karl Von Koseritz. Em 1891, Graciano Alves de Azambuja publicava *Lições de Filosofia Elementar*, obra que reunia artigos filosóficos lançados na *Gazeta de Porto Alegre*. Segundo Luiz Olavo Leite, Graciano foi o precursor do spencerismo no Rio Grande do Sul (LEITE, 1993, p. 21).

Pelo receio que demonstrou Dourado de que os alemães ou os italianos (ou ambos) viessem a “dominar” o Brasil, causando extinção do “patronímico brasileiro” parece-nos razoável supor que, se não era total a sua crença no evolucionismo ou mesmo no darwinismo social, pelo menos estava familiarizado com estas teorias, especialmente se levarmos em conta

que Dourado escrevia seus relatos justamente em fins do século XIX. Este período, é importante destacar, foi quando:

Gobineau divulgava, através do “Ensaio sobre as desigualdades das raças”, a teoria de que as raças seriam desiguais. Inspirado em Darwin, argumentava “cientificamente” que haveria raças superiores e inferiores: “as raças são desiguais, e a raça branca é inequivocamente superior às demais raças”. Assim se justifica o domínio dos brancos europeus sob os povos dos demais continentes. O branco é superior. A Europa é seu país de origem (MELLO, 2006, p. 94).

Contudo, o conceito de “raça”, no relato de Dourado, não apresenta um único sentido. Em algumas vezes, significa país. Um exemplo aparece quando escreve que os inimigos estariam “destruindo a raça atual no Brasil” (DOURADO, 1992, p. 79), ou quando afirma que “um outro desta raça honrada que fecundou mundos, que relembra D. Henriques ou Vasco da Gama [...] voavam como ousadas gaivotas onde o nome lusitano tornaram sublimado” (DOURADO, 1992, p. 109-110), referindo-se, neste caso, a Portugal. Em outros casos, a palavra raça é usada como sinônimo de sociedade: “há porém, em nossa raça o hábito de acreditar que o homem deve saber tudo [...]” (DOURADO, 1992, p. 102).

Além das preocupações relativas ao seu presente, dos temores quanto ao futuro e a uma eventual competição com os imigrantes europeus, Dourado trata, em algumas passagens, do passado mais distante. O faz, porém, num tom idealizado. Nestes registros, a tônica se dá em comparação ao tempo em que vive. Tal afirmação evidencia-se quando justapõe as distintas guerras civis – a primeira, Farroupilha, e a segunda, Federalista:

Ali mesmo estivera acampado em 1835 o exército revolucionário nove meses sem ser incomodado. O que eram as guerras de então e o que são as de hoje. Naquele tempo puderam fazer capital em Piratini, até moeda cunharam [...] os prisioneiros eram respeitados, os feridos, medicados (DOURADO, 1992, p. 58).

Além do exemplo que considerava positivo, também registrou o que considerava negativo, usando de ironia:

Numa praça ergueu-se o altar da Pátria, onde a guilhotina mandava diariamente centenas de cadáveres porque a Pátria deles era como a deusa Kalli, nutria-se de sangue e tinha por adornos das orelhas cadáveres humanos. Porque o Brasil, um século depois, não há de imitar a França? (DOURADO, 1992, p. 103).

Nesses trechos, cada qual com sua lição, emerge o conhecido preceito greco-romano (Tucídides, Políbio, Cícero) segundo o qual a História é a mestra da vida (*historia magistra vitæ*), a que serviria como ensinamento para a geração presente e também às futuras. É no passado, pois, que Dourado encontra exemplos (de guerra, de conduta) melhores do que aqueles com os quais convive em seu presente. Tal característica será bastante evidenciada nas crônicas publicadas no *Eco do Sul*, como um dos suportes narrativos mais presentes.

Em outra referência ao passado, demonstra certa simpatia à monarquia, especificamente, neste caso, a portuguesa: “enquanto a minha pátria guardava as tradições de suas leis [...] gozavam meus irmãos de paz...” (DOURADO, 1992, p. 110). Ao falar sobre a antiga metrópole, e embora a referência fosse ao período em que o Brasil era colônia lusitana, o país parecia gozar de situação melhor do que estava no período em que fez tal observação, talvez nem tanto pela ligação com Portugal em si, mas de modo a estabelecer o contraste entre aquele tempo virtuoso, de suposta estabilidade política, e o momento em que escrevia seus relatos, em que havia a lamentada “guerra fratricida”.

Médico por profissão, Dourado nutria igualmente duas outras atividades que lhe garantiram projeção e notoriedade em terras sul-rio-grandenses: a escrita e a política. Uma servia de combustível e instrumento à outra, ambas andavam interligadas. Ângelo Dourado era republicano manifesto, participou da primeira junta administrativa, encarregada de governar o município de Bagé, por ocasião da Proclamação da República. Conforme Reis:

Por ato do general governador do Estado, de 24 de fevereiro [1890], foi dissolvida a câmara municipal, sendo nomeada uma junta administrativa [...] composta dos senhores dr. Ângelo Dourado, Cornélio Vieira da Silva e João Antonio Damé, sob a presidência do primeiro (REIS, 1911, p. 97).

Cargo este que, aliás, ocupou de forma efêmera, sendo destituído deste em 28 de julho do mesmo ano (REIS, 1911, p. 101). Fato posto, é inegável a simpatia externada pela monarquia, observada em diversos momentos de *Voluntários do Martírio*. Se tal simpatia se dava por força das circunstâncias, saudosismo pelo imperador deposto, ou mesmo decepção com o regime instaurado, intimamente ligado aquilo que ora combatia, ainda é obscuro e carece de provas mais substanciais. É possível que não desejasse, efetivamente, a restauração<sup>21</sup>, mas em diversos momentos revela seu apreço à monarquia.

Quando confrontado, apressava-se em se declarar republicano, ainda que com ressalvas quanto ao tipo de república existente no país:

Declarei-lhe que, por minha índole, e desde a mocidade, o que provei com o testemunho de Barros Falcão, fora sempre republicano, mas não desejava uma república militar [...] as repúblicas assim só têm uma máxima que é “mata, se não queres ser morto” (DOURADO, 1992, p. 50).

Não poupou críticas à república brasileira daquele momento, que, segundo ele, apresentava falhas e “defeitos” já na sua origem. Dizia que a república “que nasceu fraca porque o terreno não estava preparado, que nasceu criminosa porque foi filha de uma traição”, porque quem a proclamou, referindo-se a Deodoro da Fonseca, “traiu o juramento que prestara de defender com a vida e com a honra o que ela destruiu, o Império” (DOURADO, 1992, p. 300).

Além das críticas da *república circunstancial* referente àquele momento, Dourado censura a república como forma de governo, cuja efemeridade

---

21 Os federalistas eram frequentemente acusados pelos legalistas de lutarem pela restauração monárquica, como afirma, entre outros, Loiva Otero Félix: “mesmo diante dos manifestos federalistas, acentuando que a Revolução era contra a tirania de Castilhos e não para restaurar a monarquia, os editoriais [de *A Federação*] registram frequentemente ligações diretas com a ideia da restauração” (FÉLIX, 1993, p. 160). Acusador também foi o legalista Euclides B. de Moura, o qual afirmou que “em seus discursos e proclamações [os federalistas] baniam cuidadosamente os vivos à república, chegando em quase todas as municipalidades a tornarem a colocar em seus antigos lugares os retratos do ex-imperador, ostentando também a antiga bandeira” (MOURA, 2000, p. 69), além do próprio Dourado, que registrou a percepção de alguém que o havia interpelado: “um moço oficial de nome Americano, aparteou-me dizendo que a revolução é restauradora da monarquia.” (DOURADO, 1992, p. 49) e “disseram-me alguns que lutaram, [apenas] porque se dizia que nós lutávamos pela restauração” (DOURADO, 1992, p. 170).



dos mandatos contribuía para que os governantes da ocasião não fossem bem sucedidos, pois, segundo sua visão, na república, o governo é restrito a pequeno espaço de tempo, “não tem a necessidade de preparar terreno para seus sucessores serem bem-sucedidos”, ao contrário, “erichar seus espinhos” no caminho que o sucessor terá de percorrer, “para que seja pior do que ele, parece ser a preocupação deles” (DOURADO, 1992, p. 104).

E também, outras declarações suas ao longo de *Voluntários do Martírio* revelam a proximidade com o tema monárquico, como no seguinte trecho:

Enfim, lhe disse eu, o meu pensamento é o seguinte: se esses homens que assassinam e roubam em nome da república, persistem em nos mandar matar, em vez de se levantar a bandeira da separação do Rio Grande, como pensam uns poucos que julgam que a nação é a culpada da perversidade de uns poucos rio-grandenses, *eu preferiria que se levantasse a bandeira da restauração da monarquia* (DOURADO, 1992, p. 13). [grifo nosso]

Vai além, quando julga ser a república a “assassina do Brasil”. Se tal continuasse, ela estaria “cometendo um suicídio; portanto, para salvar a Pátria só teríamos a restauração da monarquia, ainda que nos viesse um Belzebu”, desde que a unificasse sem sair da lei (DOURADO, 1992, p. 13).

Essas declarações, ainda que escritas no calor dos acontecimentos, evidenciam o sentimento momentâneo de que o retorno à monarquia parecia ser a saída mais apropriada, para estabelecer a ordem que a república estaria destruindo. Dourado não esconde, por exemplo, sua admiração pelo período imperial, e especialmente pela figura de D. Pedro II, como assinalado no trecho em que conjectura o que aconteceria, na História do Brasil, caso Garibaldi não tivesse existido: “D. Pedro não teria começado seu reinado, hoje *glorioso, e não teria sido o fiscal incansável do progresso de sua pátria*” (DOURADO, 1992, p. 80) [grifo nosso]. A julgar pelas suas opiniões sempre prontamente externadas, quando o objeto é a política (a exemplo de suas críticas mordazes a respeito da república, Castilhos, Peixoto, etc.), caso nutrisse antipatia pela monarquia seguramente deixaria registrado. E, em momento algum ao longo de todos os seus apontamentos fez qualquer referência negativa ao regime monárquico ou à figura do imperador, ao contrário de quando falava

da república, onde não faltavam críticas. Digno de referência e registro é o trecho a seguir, onde cita uma prática de seu amigo, coronel Fulião:

[...] o meu velho amigo coronel Macedo Fulião, é o mais característico. À tarde faz sua gente rezar ao terminar o fogo, pela manhã faz o mesmo antes de começar. Para principiar o fogo ele tem uma prática imprescindível: viva S.M. o Imperador! – Viva a antiguidade do Império! – Fogo! [...] Uma vez que assisti junto dele ao início do combate, fiz notar-lhe que isto não era correto; que não temos imperador e sim república (DOURADO, 1992, p. 164).

Interessante notar que Dourado não defende a república para o amigo, nem tampouco a enaltece, como fazia quando o assunto era o antigo regime deposto, ou a figura do imperador. Apenas atesta ser o Brasil uma república, nada mais.

Inúmeras declarações, ainda que aparentemente atribuídas aos excessos dos governantes (Castilhos e Peixoto) igualmente sugerem uma certa simpatia monarquista. Após uma discussão acerca do estado atual das coisas, declara “[...] *só a restauração poderia salvar o Brasil*” (DOURADO, 1992, p. 171) [grifo nosso]. E, adiante, sobre a forma como se deu a proclamação, de cima para baixo e não o contrário: “a nação não fez a república; aceitou-a porque julgou-a boa” (DOURADO, 1992, p. 171). Em determinado trecho, Dourado faz referência a um alemão, agredido pelas forças legalistas e que, devido a “tantos castigos corporais quase perdeu toda a pele” (DOURADO, 1992, p. 60). Segundo ele, um boticário conservou no álcool alguns fragmentos desta pele, e Dourado pretendia presentear um museu (não especifica qual), por ser

[...] uma boa preparação anatômica porque sendo tirada do vivo, conserva todas as suas ramificações venosas [...]. Irá com esta inscrição: “pele humana de um teuto brasileiro [...] [morto] por agentes do governo do dr. Júlio Prates de Castilhos, no 4º ano da república e segundo do governo do marechal Floriano Peixoto” (DOURADO, 1992, p. 60).

Apesar de ser comum a citação do “ano da república” (como era o da Independência, em outros tempos), se a intenção era responsabilizar Castilhos e Peixoto, é sintomático o fato dele associar o nome “república”

a estes, sobretudo por figurar também a datação do governo do marechal. Mencionando ambos, enfatiza a ligação entre os horrores praticados e o regime estabelecido. É mais um elemento que reforça sua oposição ao regime republicano, ou, em última análise, ao governo constituído. Tal percepção foi verificada também por Sérgio da Costa Franco:

Conquanto a restauração do trono não fosse um objetivo declarado dos federalistas, sobrevivia, irracional, entre eles, um certo saudosismo pelo passado monárquico. Para todos os descontentes e ressentidos, que haviam perdido com o advento da República, esse saudosismo se materializava através do combate sistemático ao novo regime. O livro de Ângelo Dourado, *Voluntários do Martírio*, é sintomático dessa disposição de espírito. O autor não cessa de criticar a “República da Ordem e do Progresso”, e, em várias passagens, expande-se em elogios ao Imperador e aos homens do regime deposto. Se isso acontecia com Dourado, que era intelectual, e que integrara a primeira junta governativa de Bagé depois do 15 de Novembro, o que não sucederia com os velhos “coronéis” gasparistas, desde cedo hostilizados pelo partido de Castilhos? (FRANCO, 1993, p. 49).

A questão da restauração entre os federalistas não está suficientemente definida. Entre os combatentes, além do citado coronel Fulião, há indícios de que, para alguns, a república não gozava de unanimidade. Escreveu Dourado que “os soldados, que, creio, não morrem de amores pela república, [...] não se incomodam em mostrar saudades pelos outros tempos” (DOURADO, 1992, p. 263). O próprio Silveira Martins, durante seu exílio na Europa, encontrou-se várias vezes com o imperador deposto, chegando mesmo a participar de reuniões de antigos fiéis ao trono que tratavam do início de um movimento restaurador (ORICO, 1935, p. 325), quando já retornado ao Brasil, aparentemente rejeitava tal ideia (LOVE, 1975, p. 66). Dourado, ao contrário, de republicano declarado, derramava-se em elogios ao antigo regime, principalmente à figura do imperador, tanto que, quando da morte do monarca, um artigo de sua autoria foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, em edição especial lançada em 1894, onde adjetivou-o de “novo Atlas”, suportando “durante meio século, todo o peso da política da América do Sul” (DOURADO, 1894, p. 775). Outros elogios póstumos são dirigidos ao ex-soberano:

Foi com este nome que ele durante 50 anos iluminou com suas virtudes, com o seu saber progressivo, com a sua infatigabilidade, com a sua bondade, toda a América do Sul, sem interrupção, guiando sua pátria com vagar, para que crescesse sem se tornar epiléptica, libertando os outros povos dos tiranos que os oprimiam. Foi talvez isto que produziu a sua queda como rei para transformá-lo em anjo como homem (DOURADO, 1894, p. 776).

Enquanto Dom Pedro II recebia homenagens, sobravam críticas para os homens da nova república, seus governantes e também, em igual medida, a organização do Estado. Uma destas dizia respeito ao exército permanente, que julgava inadequado:

Tivéssemos uma república honesta, sem exército permanente, porque na hora da luta externa todo cidadão é soldado, sem fortunas rápidas feitas à custa das revoluções, os próprios monarquistas viveriam satisfeitos dentro dela, porque ao homem não é a forma de governo que o preocupa, é a honestidade desse governo e a equidade da justiça (DOURADO, 1992, p. 105).

Um exército permanente, sob as ordens do presidente da república e aliado do governante do estado, certamente contrariava alguém que se encontrava, naquele momento, em oposição justamente a estes elementos.

Seus alvos preferidos, e que recebiam as mais contundentes críticas, eram, no entanto, Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto. Castilhos era definido como um assassino, o chefe de quem vinham as ordens de matar os inimigos federalistas:

Se perguntarem aos nossos porque matam, eles responderão: para não morrer, ou porque mataram os meus; mas se perguntarem a eles porque nos matam, eles dirão: é pela *legalidade* e por ordem do chefe Júlio de Castilhos (DOURADO, 1992, p. 248).

Igualmente pejorativo, o governante era tratado como aquele que “vendera” o Rio Grande do Sul para Floriano, questionando: “Qual a ideia que obrigou o sr. Júlio de Castilhos a vender o Rio Grande ao sr. Floriano?” (DOURADO, 1992, p. 23) e, comparando-o à grande esfinge que devoraria quem se colocasse em seu caminho: “[...] como se arredaria o obstáculo do caminho dessa esfinge [Castilhos] que tem traçado seu plano de domínio

sobre este povo ‘bestializado?’” (DOURADO, 1992, p. 6), ou seja, Castilhos era o grande e terrível monstro que exterminava sem hesitação todos aqueles que se pusessem em seu caminho.

Finalmente, distingue aqueles que estão ao mando da legalidade, mas que não compartilham dos supostos lucros. Esses, por situarem-se em hierarquia subalterna, mesmo executando ordens de Castilhos, acabam não se beneficiando dos privilégios do poder, pois “[...] não tinham parte nos lucros do Sr. Castilhos e seus amigos, que lá estão em suas casas, no seio de suas famílias, ou nos *Clubs...*” (DOURADO, 1992, p. 5), em outras palavras, enquanto os soldados lutavam e entregavam a própria vida em nome da legalidade, Castilhos e os seus tinham asseguradas suas integridades físicas, dada a distância da guerra propriamente dita.

Floriano, por sua vez, era definido como um ditador: “nosso objetivo era o Paraná, onde o ditador concentrava todos os recursos disponíveis” (DOURADO, 1992, p. 147). Ainda a respeito do marechal de ferro, mas agora sobre os soldados que o governo central enviava para as batalhas contra os federalistas, assim afirma: “[...] e o sr. Floriano fez deles presente ao sr. Júlio de Castilhos para mandá-los ao matadouro contra seus irmãos [...] Seu plano [de Floriano] está traçado: implantar o terror e se fazer o deus onipotente” (DOURADO, 1992, p. 5). Para enfatizar o sentimento de antagonismo ao presidente da república, utilizava, além do registrado textualmente como opinião sua nos relatos, também a opinião de pessoas com as quais supostamente conversava, como, por exemplo, no trecho em que narra a conversa com um conhecido argentino:

O seu marechal, pelo que tenho lido, apesar de ser uma alta autoridade no exército de sua terra, tem alcançado suas posições por traição, dando assim um mau exemplo a seus subordinados; depois, talvez com medo da queda e da punição, manda destruir os bons e eleva os maus (DOURADO, 1992, p. 301).

Esse diálogo teria sido, nas palavras de Dourado, o que o argentino falou para ele. Com isso, procurava demonstrar que a rejeição a Floriano existia por toda a parte, mesmo além-fronteiras. Ao registrar a opinião de

outrem, corroborava e abonava as suas próprias.

Finalmente, denuncia o tipo de relação estabelecida entre Castilhos e Floriano, baseada, segundo suas afirmações, na falsidade e em um jogo de interesses: “[...] o Sr. Floriano foi denominado pelo Sr. Castilhos três vezes traidor”, seria então “o seu maior amigo, por que lhe manda dinheiro, e homens do norte para morrerem, [...] com o fim de obrigar o Sr. Júlio de Castilhos a dizer o contrário do que disse dele” (DOURADO, 1992, p. 314).

Há um certo abrandamento na forma como seus dois maiores adversários manifestos são tratados no final do livro, no capítulo intitulado “A Paz”. Ao longo das quatro páginas, em espaço onde faz uma espécie de balanço sobre a guerra civil, nenhuma crítica é nominalmente dirigida nem a Castilhos, nem a Floriano. A última referência de hostilidade a Castilhos é quando diz, referindo-se ao fato de não ter sido exigida a renúncia deste ao governo do Rio Grande do Sul como condição à deposição de armas e assinatura do tratado de paz: “[não foi pedida a saída de Castilhos para] não colocá-lo em condições de poder ter o direito de ser revoltoso” (DOURADO, 1992, p. 414). É a última referência ao antagonista. No capítulo reservado à paz, nem uma linha mais é dedicada aos antigos inimigos.

A paz, poderíamos pensar, enfim fê-lo mais confiante no presente e nos rumos da república. Engano. Demonstra que tem a consciência de que a situação estava longe de ser resolvida, mesmo com a assinatura da deposição de armas. Diz: “o ato do general Galvão não será somente um armistício por um tempo mais ou menos limitado?” (DOURADO, 1992, p. 419). O tempo daria razão às suas suspeitas: as antigas feridas da Revolução Federalista não cicatrizariam de todo, e em 1923 o Rio Grande do Sul era novamente o palco de mais um levante, dezessete anos após a morte de Ângelo Dourado.

Com o final da guerra civil, o processo de implantação da república no Brasil estava mais próximo de ser consolidado. Esta nova realidade política, intimamente ligada à vitória do modelo castilhista, exigiria novas formas de enfrentamento e ação das forças oposicionistas.

## 1.5 A PRODUÇÃO DISCURSIVA E O ALCANCE DO CRONISTA MARAGATO

O livro *Voluntários do Martírio* foi, destacadamente, a obra de maior alcance de Ângelo Dourado no que tange à utilização historiográfica sobre a Revolução Federalista, mas não foi o único registro publicado pelo médico baiano. Era um escritor contumaz, que gostava de utilizar seu tempo livre para colocar no papel tanto textos literários como publicações técnicas de sua área profissional, mas, sobretudo, artigos e crônicas sobre a situação política do país, seus prognósticos e proposições, nos mais variados suportes, desde livros, almanaques, revistas, e, principalmente, jornais.

Dentre os livros, sua primeira incursão é a peça de teatro *O Médico dos Pobres*, publicada em 1876, enquanto cursava o 4º ano do curso de medicina, “que foi elogiado por algumas folhas, como *A Lei*” (BLAKE, 1886, p. 85), e “muito elogiado pela imprensa” segundo o português Souza Bastos em seu *Carteira do Artista: apontamentos para a história do teatro português e brasileiro*.<sup>22</sup> A partir desse drama, Pedro Calmon o situa entre os “dramaturgos acidentais” da Bahia (CALMON, 1949, p. 137). Apesar de nossas insistentes tentativas de localizá-lo, não há nenhum exemplar conhecido. Seu segundo escrito é a já mencionada tese de doutoramento sobre a *Operação cesariana*, de 1880, cuja cópia está disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em 1897 publica *As Minas de Ouro – dramas sertanejos*, cuja existência é confirmada pelo envio de exemplar ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (conforme apresentado em sessão de 1º de julho de 1898).<sup>23</sup> Em 1899, publica o livreto *Oftalmia Virulenta* pela Livraria Rio-Grandense e do qual há cópia na Biblioteca Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande (ALVES, 2005, p. 53). No ano seguinte, em 1900, publicaria o estudo *O Impaludismo no Rio Grande do Sul*, existindo um exemplar no Instituto Histórico e Geográfico do Rio

22 BASTOS, Souza. *Carteira do Artista: apontamentos para a história do teatro português e brasileiro*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1898, p. 576. Disponível em: <<https://archive.org/details/carteiradoartist00sousuoft?q=%22angelo+cardoso+dourado%22>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

23 Relação das ofertas em 1898, p. 787. In REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, tomo LXI, parte I (1º e 2º trimestres). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Disponível em <<http://books.google.com/revistadoinstit86brasgoog>> Acesso em: 4 fev. 2018.

Grande do Sul, e, finalmente, a coletânea de artigos *A Situação Política do Brasil*, publicada em 1905, cuja cópia também está sob a guarda da Biblioteca Rio-Grandense. Estas são as obras que a historiografia tradicional atribui ao médico baiano, algumas mais, outras menos famosas, além de uma suposta publicação póstuma, que trataremos a seguir. Além disto, em nossas pesquisas junto à Biblioteca Rio-Grandense, localizamos duas obras ainda não referenciadas pela historiografia: o livreto *Silveira Martins: discurso e referências depois de sua morte* (1901) e o estudo, em francês, intitulado *Mémoire sur un cas de échinocoque rétrobulbaire* (1892), além do breve artigo denominado *Dom Pedro, o bom*, em homenagem à memória de Dom Pedro II, publicado na edição especial da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no ano de 1894 (DOURADO, 1894, p. 775-776). E há também os que, embora supostamente escritos (ou em processo), não chegaram a ser publicados: *A Filha de Judas – lenda árabe adaptada à política brasileira* anunciado ao final de *Voluntários* como “do mesmo autor a entrar no prelo” (1896); *Tapera*, cujos originais teriam se perdido por ocasião do incêndio da *Tipografia Trocadero*<sup>24</sup>, em 1898, fato noticiado no *Jornal do Recife*, que informa também o suposto processo que moveria Dourado contra a tipografia rio-grandina, exigindo ressarcimentos da ordem de 4:000\$000 “por danos e prejuízos causados pelo desaparecimento dos originais” (JORNAL DO RECIFE, 14/09/1898, p. 1). Por fim, nos seus derradeiros dias de vida, trabalhava em um livro que se chamaria *A epopeia de um povo*, que segundo Paulo Dourado de Gusmão, neto do médico baiano, seria sobre “os feitos gloriosos dos gaúchos” e cujos originais, “em virtude de fatos desconhecidos da família, desapareceram” (DEGRAZIA, 1981, p. 83). Na carta enviada a Euclides da Cunha, Dourado menciona que, no exílio, quando pensou publicar seus escritos (provavelmente referindo-se aos livros *As Minas de Ouro* e *Tapera*), um “encarregado seu” levou os originais “à tipografia de um adversário político, que além do preço exagerado” que levou pelas impressões, “mandou um trabalho sem a mínima correção, e, portanto, privado de circulação, e queimou-me o outro”,

24 A *Tipografia Trocadero* era a mesma que havia publicado o livro *As Minas de Ouro – dramas sertanejos* (VILLAS-BOAS, 1974, p.169). Também onde o jornal literário rio-grandino *Corimbo* foi impresso no ano de 1898, sendo interrompida sua publicação nesse ano justamente por esse incêndio.



informando que enviava “o que mal imprimiu” (DOURADO, 1903, p. 4). Há também textos seus no *Almanaque Popular Brasileiro*, de 1894 (um texto sobre “brinquedos perigosos”) e no *Almanaque Literário e Estatístico* de 1898 (uma homenagem a Gumercindo Saraiva), periódico que também publicara resenhas de *Voluntários do Martírio* desde sua publicação até, pelo menos, 1903.

No âmbito dos jornais, a lista é maior. Segundo o próprio informa (em *Voluntários*, nas crônicas do *Eco* e em *A Situação Política*), escreveu regularmente para *A Reforma* de Porto Alegre, *União Cívica*, de Bagé, e *Diário de Jaguarão*, além de *El Dever Cívico*, jornal de Melo, no Uruguai, este último informado por John Charles Chasteen (2003, p. 139-141). Em um levantamento preliminar e acessório para esta tese, descobrimos também escritos regulares seus em *A Federação*, do Paraná (tendo escrito aproximadamente 12 colunas, todas em 1894) e no *Diário do Comércio*, também do Paraná (5 colunas e um anúncio de suas consultas “provisórias” em um hotel da capital paranaense). Há também os registros esporádicos, encontrados nos jornais *Cidade do Rio*, *O Canabarro*, de Sant’Ana do Livramento, *Diário Popular*, de São Paulo, *Opinião Pública*, de Pelotas, e duas menções indiretas, feitas em *A Federação* (de Porto Alegre), de que teria publicado em pelo menos outros dois jornais do interior do estado. O primeiro registro seria uma carta, no jornal *Tribuna*, do Rio Grande (A FEDERAÇÃO, 9/08/1900 p. 2), e o segundo, uma coluna no *Correio Mercantil*, de Pelotas (A FEDERAÇÃO, 13/06/1903 p. 2). Além, é claro, das 130 crônicas publicadas no *Eco do Sul*, a mais longeva e numerosa coleção de escritos publicados em um único jornal por Ângelo Dourado, de que se tem conhecimento até agora.

Foi retirado da lista o livreto/discurso *Reforma Constitucional* (1912), atribuído a Ângelo Dourado pela maioria dos pesquisadores que dedicaram algumas linhas biográficas ao médico baiano (dentre eles Guilhermino Cesar, Sérgio da Costa Franco e Pedro Villas-Boas), porque não considero de sua autoria. Na verdade, sempre me causou certo espanto, um “discurso” publicado postumamente na cidade de Salvador, pela tipografia do jornal *Gazeta do Povo*, sete anos após sua morte e sobre um assunto ao qual o médico baiano

não costumava se debruçar, nem em *Voluntários*, nem nas crônicas do *Eco*, nem em *A Situação Política*. Depois de exaustivas pesquisas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, verifiquei que existia um deputado estadual, na Bahia, de nome Ângelo Dourado, que escrevia regularmente para a *Gazeta do Povo*, jornal que publicou seu discurso *Reforma Constitucional*, que, no entanto, versava sobre a Constituição estadual baiana (GAZETA DO POVO, 29/10/1912, p. 2). Em um primeiro momento, pensei se tratar de apenas de um homônimo, e o engano dos historiadores poderia ter havido em função disso, produzindo o chamado “efeito cascata”. Pesquisando um pouco mais, descobri que o nome completo do dito deputado era Ângelo Autran Dourado e era militar de carreira, o mesmo nome do primogênito do médico baiano, e a mesma profissão. Como sabia que o filho de Ângelo Dourado assinava Autran Dourado (ao menos em suas colaborações para o *Eco*,) julguei ser possível, dadas as coincidências, mas ainda não plenamente provável, tratar-se da mesma pessoa. Eis que, na edição de 20 de maio de 1926, o jornal *O País*, do Rio de Janeiro, noticiava o falecimento, na véspera, do capitão Ângelo Autran Dourado. Nas homenagens que prestava o jornal carioca, trazia também sua biografia, confirmando que o capitão do Exército fora deputado estadual na Bahia, jornalista na *Gazeta de Notícias* de Salvador e “filho do Doutor Ângelo Dourado”, listando a seguir todos os seus irmãos,<sup>25</sup> também filhos do médico baiano (O PAÍS, 20/05/1926, p. 5). Tudo indicava que o primogênito, em tendo o mesmo nome, assumira o do pai após a morte deste, o que explicaria a equivocada inclusão de *Reforma Constitucional* entre as obras do cronista maragato. Mistério resolvido, erro corrigido.

Antes, em 1905, morria o pai, e sua morte foi destaque em jornais como *A União*, do Rio de Janeiro, *Diário da Tarde*, de Curitiba, e os rio-grandinos *Diário do Rio Grande*, o *Artista* e, como não poderia deixar de ser, o *Eco do Sul*. O diário carioca informava que “na cidade do Rio Grande do Sul faleceu anteontem o Dr. Ângelo Dourado [...] verdadeiro apóstolo do bem,

---

25 Os parentes assinalados pelo jornal no convite para a missa de 7º dia, incluem: Francisca Autran Dourado (mãe), Luiz Ângelo Dourado (filho), Chiquinha, Ângela e Maria Autran Dourado (irmãs), tenente-coronel Carlos Autran Dourado, Dr. Edgard Autran Dourado, Dr. Telêmaco Autran Dourado, Aguinaldo Autran Dourado (irmãos) (O PAÍS, 24 e 25/05/1926, p. 11).

jamais recusou os seus serviços clínicos a quem deles carecia”, sendo, na cidade de Bagé, “muitíssimo estimado”. Destaca a trajetória política e profissional do médico baiano, informando também que deixava “viúva e dez filhos” (A UNIÃO, 25/10/1905, p. 2). O jornal curitibano, por sua vez, apenas menciona em nota curta que “do Rio Grande do Sul comunicam haver também falecido anteontem o Dr. Ângelo Dourado” (DIÁRIO DA TARDE, 25/10/1905, p. 2).

Em uma nota intitulada “Falecimentos”, o *Diário do Rio Grande* informava que Dourado “sucumbira à gravíssima enfermidade de que fora acometido em Jaguarão”, tendo sido “improficuos todos os esforços da ciência e os extremos da família para salvá-lo”. Referindo-se à biografia do morto, o jornal destacava que o Dr. Dourado, natural da Bahia, havia muitos anos fizera domicílio no estado, “tendo residido e clinicado em diversas localidades rio-grandenses” e, sendo filiado ao Partido Federalista, fora “político extremado, tomando parte na revolução, em cujas fileiras prestara relevantes serviços profissionais (DIÁRIO DO RIO GRANDE, 24/10/1905, p. 1). O *Artista*, por sua vez, narrava que a sociedade rio-grandense fora dolorosamente surpreendida com a “inesperada e constritora notícia do falecimento do ilustrado médico, conspícuo cidadão e cintilante escritor Dr. Ângelo Dourado”. Explicava que, em Jaguarão, uma “insidiosa moléstia” acometera o médico, que se transportara para Rio Grande, localidade na qual o seu “robusto organismo cedera à foice ceifadora e traiçoeira da morte”. Segundo o jornal, a biografia de Dourado era “uma página brilhante de dedicação ao seu ideal político, à ciência e à família, que encontraram nele um forte campeão, um devotado apóstolo e um exemplar chefe”. Destacava que o personagem era um “escritor fecundo, tendo colaborado assiduamente na imprensa do estado” (O ARTISTA, 23/10/1905, p. 2).

O *Eco do Sul*, em sua edição do dia 23 de outubro, lembrava que, terminada a Revolução Federalista “e quando lhe acenavam os carinhos da família, convidando-o ao descanso de tantas e tão labutosas jornadas, o ilustre cidadão empunhou a pena e com ela continuou a obra ingente da regeneração pátria”, destacando que, mesmo quando dos primeiros sintomas da “terrível moléstia que o prostou” o médico baiano mantinha “o mesmo posto de

combate, pelas colunas do *Diário de Jaguarão*, abrilhantadas cotidianamente pelo produto de seu profundo intelecto”, e estende, ao final, os pêsames à família e, especialmente, ao seu “inteligente colaborador e amigo Autran Dourado” (ECO DO SUL, 23/10/1905, p. 2). No dia seguinte, noticiava que mais de mil pessoas participaram de cortejos fúnebres em homenagem ao médico baiano, entre políticos e autoridades civis e militares da cidade do Rio Grande, incluindo correligionários, aliados e também adversários políticos (ECO DO SUL, 24/10/1905, p. 2).

Fato curioso, teve sua “morte” anunciada em setembro de 1894 pelo *País* (RJ) e “festejada” pelo *República* (SC), supostamente durante um combate travado em Cruz Alta, em plena Revolução Federalista. No diário carioca, a notícia afirma ter sido encontrada “uma bolsa com instrumentos de cirurgia e medicamentos que se supõe pertencentes ao Dr. Ângelo Dourado, que foi morto pelas forças legais” (O PAÍS, 21/09/1894, p. 2). O segundo não fala da bolsa, mas afirma que chegam notícias da morte do “ilustre médico”, apesar de tratar dos federalistas como “infestadores da república”, pagos “com o ouro do terceiro reinado” (REPÚBLICA, 15/09/1894, p. 2).

O alcance da figura do médico, político e escritor, pode ser observado pela profusão de citações a que foi submetido, desde notícias a seu respeito quanto a textos seus produzidos, tanto em vida quanto na morte, em veículos de lugares diversos como o Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Mas a maior demonstração do apelo popular é trazida pela matéria do *Eco* sobre uma reunião federalista ocorrida na cidade de Herval, que corrobora com a afirmação de Sérgio da Costa Franco de que Dourado era uma figura “estelar” do partido. Diz o diário rio-grandino que:

A pedido geral dos nossos correligionários daquele município, que insistiram pelo telefone, reclamando a presença de nosso ilustre amigo dr. Ângelo Dourado, este influente político compareceu à reunião, chegando em diligência às 2 horas da tarde do dia 2 do corrente.

Mais de 400 federalistas, inclusive senhoras e uma banda de música, aguardavam fora da vila o dr. Ângelo Dourado, que saltou da diligência entre aclamações ruidosas.

O dr. Dourado respondeu com um viva à nação brasileira e outro ao federalismo rio-grandense, empreendendo-se depois a marcha para a vila,

muitas vezes interrompida para os abraços ao manifestado, contando-se nesse número pessoas que com ele fizeram a gloriosa campanha de 93. A porta do hotel onde se hospedou, o nosso amigo dirigiu a palavra aos federalistas hervalenses, emprazando-os para a reunião que devia comparecer. Não se movendo, porém, a massa popular, que desejava ansiosamente ouvir de novo o prestigioso companheiro, este pronunciou um belíssimo discurso, calorosamente aplaudido (ECO DO SUL, 6/04/1905, p. 2).

Através da nota, reforça-se a ideia de que realmente o médico baiano gozava de um prestígio inegável junto ao público. Mesmo que tenha havido qualquer tipo de exagero por parte do jornal federalista, algum fundamento haveria de ter para ensejar tal distinção, mas, a considerar os registros (somente os conhecidos, certamente há mais material à espera de ser descoberto), Dourado possuía um reconhecimento além-fronteiras que lhe permitia, sim, ser cotejado dentro de seu próprio partido como figura de relevo, ainda mais que vultos do porte de Gumercindo Saraiva e Silveira Martins já estavam mortos em 1905.

Outro ponto de reforço para poder mensurar, de alguma forma, o alcance do cronista maragato é dado, justamente, pelo representante do maior inimigo: *A Federação*, maior e principal jornal legalista, responde ou cita Dourado nominalmente em diversas edições, ora de forma irônica, ora agressiva. Aleatoriamente, citarei algumas menções do pós-1900, uma vez que há registros desde 1888, mas cujos detalhes exigiriam um outro trabalho, com olhar específico, o que foge ao escopo da presente tese. Como exemplo, uma nota veiculada no diário legalista dizia que “a justiça acaba de chamar a contas o dr. Ângelo Dourado, venerável da loja maçônica *Acácia*, devido a inverdades contidas na circular pelo mesmo dirigida ao povo maçônico sobre a situação local” (A FEDERAÇÃO, 6/08/1900 p. 2). Dois dias depois, o mesmo jornal em nota mais destacada que o médico baiano depôs na polícia sobre seu pedido de garantias para o funcionamento da *Acácia*, demonstrando interesse no caso (A FEDERAÇÃO, 8/08/1900 p. 2). Ainda sobre esse caso, há a notícia de que, “no Rio Grande, o dr. Ângelo Dourado publicou uma carta na *Tribuna*, declarando não ter, em seu depoimento prestado à polícia, comprometido pessoa alguma” (A FEDERAÇÃO, 9/08/1900 p. 2). Para um adversário político, essa menção ultrapassa a categoria informativa e se configura ou em acusação velada (dada ao destaque), ou irônica. Em julho de

1902 o jornal traz uma nota atribuída à *Gazeta Comercial e Financeira*, do Rio de Janeiro, em que teriam sido descobertas “grandes jazidas de diamantes e carbonatos” na localidade de Rio Preto, “próximo à América Dourada, vasta região pouco habitada, pertencente ao ilustre dr. Ângelo Dourado e sua exma. família” (A FEDERAÇÃO, 23/07/1902 p. 2). Como não há qualquer referência do médico baiano ter tal propriedade, e a considerar a situação na qual ficou a viúva após sua morte, tudo indica ser uma notícia improcedente, ainda que a imprecisão seja difícil de responsabilizar pois não foi possível localizar a edição referida do diário carioca. Se foi *A Federação* que incluiu o nome do cronista maragato como sendo já muito rico, e potencialmente ainda mais depois da descoberta, há que se descobrir os motivos que levaram a folha porto-alegrense a fazer isso, a não ser uma espécie de calúnia, uma vez que, mesmo que as terras fossem de propriedade da família de Dourado, a ordem usual pediria a inversão das citações, algo como “pertencente à família do...”, e não como fora apresentado.

No ano seguinte, o jornal publicou uma matéria com o título “Corpo sem cabeça”, trazendo logo abaixo como subtítulo “Pedacinhos de ouro: gasparismo às moscas”. O texto tratava da suposta desorganização e lutas internas do Partido Federalista no estado, situação que teria sido percebida até mesmo por Ângelo Dourado, “gasparista de todos os tempos e pessoa qualificada nos arraiais federalistas”, que teria lançado, nas páginas do *Correio Mercantil*, de Pelotas, um “protesto enérgico e veemente”, e chega mesmo a transcrever vários trechos, com o destaque: “se fôssemos nós a dizê-lo, o *Eco* taxaria-nos suspeitos: quem o diz, porém, é o dr. Ângelo Dourado, que condena semelhante *orgia política*” (A FEDERAÇÃO, 13/06/1903 p. 2). O título, ainda que faça referência à falta de lideranças que uniformizassem e aglutinassem os federalistas, também é uma espécie de sarcasmo, uma vez que um dos líderes máximos dos maragatos, na época da guerra, fora Gumercindo Saraiva, que teve seu túmulo improvisado violado e, sua cabeça, arrancada e enviada para Júlio de Castilhos.

Concluindo, esses exemplos citados ajudam a perceber, de alguma forma, a importância do médico baiano na sociedade em que viveu e quis

transformar. Ainda que, em sua plenitude, tal percepção não seja possível, os indícios corroboram para que possamos atribuir certo relevo ao médico baiano, e aquilo que dizia (e, sobretudo, escrevia) reverberava em cantos diferentes do país e encontrava eco até mesmo entre os seus mais ferrenhos adversários.

## CAPÍTULO 2:

**A CRÔNICA BRASILEIRA E SUL-RIO-GRANDENSE  
NO SÉCULO XIX**

Para podermos proceder à análise dos escritos de Ângelo Dourado no *Eco do Sul*, empreendida no próximo capítulo, é necessário que nos debrucemos sobre o conceito de crônica, sua formação histórica, sua composição e variantes ao longo do tempo, bem como as características e tipologia que passou a configurar o gênero, especialmente em sua feição moderna, adquirida a partir do século XIX.

**2.1 ORIGENS**

A palavra crônica, em sua origem, é oriunda do grego *chronos* (*χρόνος*), termo associado ao tempo, tendo por base Cronos (*Κρόνος*), a divindade que, em algumas versões da teogonia, apresenta-se como filho de Urano (o céu) e Gaia (a Terra). Após destronar o pai, Cronos reina no universo devorando os próprios filhos quando estes nascem, a fim de perpetuar sua supremacia. Foi derrotado pelos chamados deuses olímpicos, liderados pelo seu filho caçula Zeus, já adulto, salvo do destino antropofágico por artimanhas de Rea, esposa do titã (PUGLIESI, 2005, p. 40). Na alegoria<sup>26</sup> grega, o tempo é pai e o senhor supremo da ordem, que engole tudo o que por ele é criado.

Outros vocábulos derivados são elencados por Antenor Nascentes em sua clássica obra *Dicionário etimológico da língua portuguesa* como cronologia, cronômetro, cronograma e mesmo crônico (NASCENTES, 1955, p. 144), todos relacionados ao sentido original de tempo, mas a etimologia de crônica remete à palavra grega *khronikós* (*κρονικός*), que por sua vez originou a latina *chronica*, cujo significado seria “relato de fatos, narração”, conforme destaca o

---

26 Por “alegoria”, utilizaremos o conceito de Jorge de Sá, que a define como “a narrativa em que o pensamento é exposto de forma figurada, representando uma coisa para dar ideia de outra” (SÁ, 1987, p. 88).



*Dicionário de termos literários*, de Massaud Moisés (MOISÉS, 2004, p. 110). Segundo Ilka Laurito, enquanto “designativo de um gênero específico de textos, o termo mudou de sentido em sua evolução, mas nunca perdeu os vínculos com o sentido etimológico que lhe é inerente e que está em sua formação” estando subordinado e atrelado “à ideia contida no radical” que o designa; “assim, seja um registro do passado, seja um flagrante do presente, a crônica é sempre um *resgate do tempo*” [grifo nosso] (BENDER e LAURITO, 1993, p. 11).

E é nesse sentido onde primeiro a crônica aparece como gênero. Massaud Moisés destaca que:

O vocábulo “crônica” mudou de sentido ao longo dos séculos. Empregado primeiramente no início da era cristã, designava uma lista ou relação de acontecimentos, arrumados conforme a sequência linear do tempo. Colocada, assim, entre os simples anais e a História propriamente dita, a crônica limitava-se a registrar os eventos, sem aprofundar-lhes ou dar-lhes qualquer interpretação. Em tal acepção, a crônica surgiu na alta Idade Média, após o século XII (MOISÉS, 2004, p. 110).

Em seu cunho histórico, o primeiro e um dos maiores expoentes<sup>27</sup> é Fernão Lopes, cuja trajetória começa em 1418, quando é nomeado guardador da Torre do Tombo, com a missão primeira de conservar os documentos e velhas escrituras do reino. Em 1434, é investido também cronista-mor de Portugal pelo rei D. Duarte, com a expressa obrigação de “pôr em crônica as histórias dos reis, que antigamente em Portugal foram; e também os grandes feitos e atos do mui virtuoso, El-Rei, seu senhor e pai”.<sup>28</sup> Assim, a data reveste-se de marco não apenas da História, mas da Literatura portuguesa, bem como para o gênero crônica, pois a partir deste momento, “o cronista – que já vinha desde a Idade Média – passa a ser um escritor profissional, pago para

27 Para a presente tese, interessa-nos sobretudo estabelecer o nexu da crônica em língua portuguesa de modo geral, e brasileira e sul-rio-grandense em específico. Porém, cabe destacar brevemente que, além de Fernão Lopes, outros pioneiros destacados do gênero, na época, foram: Froissart, na França; Geoffrey of Monmouth, na Inglaterra; e Afonso X, na Espanha (MARTINS, 1984, p. 6).

28 Grafia atualizada pelo autor do português arcaico “*poer em caronyca as estórias dos Reys, que antigamente em Portugal foram; e esse mesmo os grandes feytos e altos do muy virtuoso, e de grandes virtudes, El-Rey seu senhor e padre*”, em CUNHA, Pe. Arlindo Ribeiro da. *A língua e a literatura portuguesa*. Braga, Ed.do Autor, 1948, p. 161.

trabalhar com a matéria histórica” e que, doravante, deveria “despojar-se do maravilhoso e do lendário [...] para ater-se aos fatos e à interpretação destes fatos” (BENDER e LAURITO, 1993, p. 12). Para Moisés, nesta altura, a crônica acercou-se francamente do polo histórico, o que teria determinado uma distinção:

As obras que narravam os acontecimentos com abundância de pormenores e algo de exegese, ou situavam-se numa perspectiva individual da História, recebiam o tradicional apelativo de “crônica”, [...]. A partir do renascimento (séc. XVI), o termo “crônica” começou a ser substituído por “História” (MOISÉS, 2004, p. 110).

Esse tipo de narrativa histórica abarcada pela crônica desde sua origem, baseada sobretudo no registro dos feitos de reis e povos, fez com que alguns autores situassem dentro do gênero diferentes tipos de escritas produzidas no passado. Desta forma, é bastante recorrente a atribuição do *status* de crônica aos relatos das grandes navegações portuguesas, resultando no ciclo dos descobrimentos, de onde o principal deles, do ponto de vista brasileiro, foi o nosso “descobrimento”. Nesse sentido, diz Ilka Laurito:

A pré-história brasileira começa com uma crônica. Com efeito, crônica, no velho sentido da palavra, é a Carta de Pero Vaz de Caminha, o escrivão da armada de Pedro Álvares Cabral, que relata ao rei D. Manuel os lances da descoberta do Brasil em 1500. Como a carta só chegaria ao destinatário tempos depois do evento, os acontecimentos relatados no momento mesmo da descoberta já se constituíam, por si, um registro do passado. Nesse sentido, Caminha comporta-se como um cronista à moda do Quinhentismo português. No entanto, comporta-se também como um cronista no sentido atual da palavra – o de deflagrador do presente – na medida em que seu relato é contemporâneo dos acontecimentos que narra (BENDER e LAURITO, 1993, p. 12) [grifo nosso].

Na mesma direção, Jorge de Sá situa Caminha como “o primeiro cronista” brasileiro, com a salvação de que é bastante discutível se a carta inaugura ou não nosso processo literário, destacando, contudo, que ela é “um começo de estruturação, é o marco inicial de uma busca que, inevitavelmente, começaria na linguagem dos descobridores” (SÁ, 1987, p. 6). Ainda segundo o autor, é:

Indiscutível, porém, que o texto de Caminha é criação de um *cronista* no melhor sentido literário do termo, pois ele recria com engenho e arte tudo o que ele registra no contato direto com os índios e seus costumes, naquele instante de confronto entre cultura europeia e a cultura primitiva. [...] Caminha estabeleceu também o princípio básico da *crônica*: registrar o circunstancial. Nossa Literatura nasceu, pois, de uma circunstância. Nasceu da crônica (SÁ, 1987, p.6-7).

O primeiro problema para a afirmação dos autores, situando a crônica quinhentista como ao mesmo tempo histórica e moderna, surge quando se leva em conta o público ao qual é destinada a narrativa, apontado pelo próprio autor como um receptor “privilegiado” como o rei D. Manuel. Além disso, outros autores, como Marcus Vinicius Nogueira Soares, discordam da ideia de que a Carta corresponderia à primeira manifestação da crônica no Brasil. Segundo ele:

A razão para nossa discordância é bastante simples: a Carta não pertence efetivamente ao gênero, nem se encarássemos do ponto de vista dos relatos historiográficos tal como praticados por Afonso Cerveira, Gomes de Zurara ou Fernão Lopes, também conhecidos pela mesma designação de crônica. Como assinala Jaime Cortesão, o texto de Caminha [...] é uma “carta-diário” que se vincula “a um gênero, o mais vivo, próprio e original da Literatura portuguesa: as narrativas de viagem” (SOARES, 2014, p. 31-32).

Assim, quando Caminha escrevia sua Carta a partir do Brasil, “havia mais de meio século que os escrivães portugueses exercitavam e afinavam a arte de registrar os fatos de maior relevo da viagem” e, deste modo, ainda de acordo com Soares, ao invés de prenciar, quatro séculos antes, um gênero dos primórdios da indústria cultural como as modernas crônicas, a Carta “parece contribuir para a afinação e consolidação de outro”, do chamado “padrão dos diários de bordo” (SOARES, 2014, p. 32). O embrião da crônica moderna nasceria não das cartas para um público restritíssimo, mas através das páginas de um veículo voltado para o grande público (levando-se em consideração, obviamente, o universo de leitores da época), como chamado por Soares de “constituente dos primórdios da indústria cultural”: o jornal<sup>29</sup>.

29 Os primeiros impressos a serem aceitos verdadeiramente como jornais surgiram nos primórdios do século XVII, segundo Arnt: “o que os caracterizava como jornal era o fato de trazerem notícias de todos os gêneros e terem periodicidade”. Os primeiros jornais, trazendo variedade e periodicidade, surgiram

## 2.2 AO RÉS-DO-CHÃO: O NASCIMENTO CRÔNICA MODERNA

A clássica expressão utilizada por Antonio Candido<sup>30</sup> tornou-se um marco para delimitar o surgimento e fixação do gênero crônica na sua concepção moderna, na qual a maioria dos autores parece concordar. Originária do francês *rez-de-chaussée*, fazia alusão ao rodapé dos jornais franceses no século XIX, em geral na primeira página. Segundo Dileta Martins, as crônicas passaram a ocupar este espaço em uma “seção, via de regra semanal, na qual aludiam os fatos marcantes da semana. O uso da palavra para indicar relato e comentário, na pequena seção dos jornais, acabou por estender-se à definição desse mesmo espaço e do tipo de literatura que se produzia” (MARTINS, 1984, p. 8).

### 2.2.1 O FOLHETIM

Na edição do dia 28 de janeiro de 1800, o *Journal des Débats et Lois du Pouvoir Législatif, et des Actes du Gouvernement* de Paris inaugura a seção intitulada *feuilleton* (*Feuilleton du Journal des Débats*), no *rez-de-chaussée*, separado do restante do jornal por um traço horizontal das demais seções do dia. Neste espaço, segundo Gomes, “eram publicados textos diversos, de propaganda de espetáculos teatrais a efemérides políticas e literárias, passando por itens dedicados à moda, a jogos de adivinhação” aparecendo gradativamente, já a partir da edição de 31 de janeiro daquele ano, as primeiras

---

na Alemanha (em 1609, nas cidades de Augsburg e Strasbourg). Em Portugal, o primeiro jornal com periodicidade mensal foi *A Gazeta*, que surgiu em 1641 com notícias militares e políticas. A imprensa diária teve vez na Inglaterra (com o primeiro jornal diário editado em 1702), França (Paris, com seu diário em 1777) e, em 1784, inaugurava o primeiro diário norte-americano (ARNT, 2001, p. 23-24). No Brasil, esse processo se daria mais tardiamente, apenas quando da transferência da corte portuguesa para o país em 1808, por determinação de D. João VI fundando a Imprensa Régia e a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial publicado inicialmente duas vezes por semana, tendo sua primeira edição a 10 de setembro daquele ano. O primeiro jornal de circulação diária apareceria mais tarde, em 1821, com o *Diário do Rio de Janeiro* (OLIVEIRA, 2013, p. 33-34).

30 CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In \_\_\_\_\_. [et. al.]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

opiniões e autonomias do redator da seção<sup>31</sup> (SOARES, 2014, p. 78). Com essa nova forma de mediação, a cidade, especificamente Paris, “descobria no *feuilleton* certo modo discursivo de manifestação cultural”, sendo copiado por outros periódicos não só em Paris, mas também em outras cidades francesas, que acabavam por publicar versões locais que atenderiam aos interesses também locais (SOARES, 2014, p. 79).

O universo cultural brasileiro do século XIX, em processo e busca de configuração própria, absorvia comumente usos e costumes europeus, sobretudo franceses e ingleses, o que não seria diferente também nas experiências e modelos da imprensa do Velho Mundo. Assim, o sucesso do *feuilleton* francês logo aportaria em terras tropicais em congêneres inspirados em todo ou em parte no que se produzia originariamente. Tal importação deu-se, de certa forma, naturalmente, como bem destaca Soares, uma vez que:

muitos jornais aqui publicados eram êmulos de modelos franceses, como o *Jornal dos Debates*, *O Gabinete de Leitura*, etc., e alguns até foram criados por imigrantes da terra de Balzac, como o *Jornal do Comércio*, fundado em 1827 por Pierre Plancher, sem contar os que eram impressos diretamente em francês, como *L'Independant: Feuille de Commerce, Politique et Littéraire*, também de 1827, o inicialmente bilíngue *O Moderador*, de 1831, e a parte política e literária da edição dominical do *Correio Mercantil*, entre outubro de 1851 e março de 1852 (SOARES, 2014, p. 12-13).

No âmbito literário, a maior parte do que se publicava lá também encontrava traduções nas páginas dos jornais locais, como, por exemplo, os romances de Balzac, Alexandre Dumas, Eugène Sue, e até mesmo de nomes que não sobreviveram ao tempo, como os hoje desconhecidos Paul de Kock, Xavier de Montépin, Paul Féval, Alexis de Valon, Élie Berthet e Emmanuel Gonzalès, em sinal de que, de acordo com Soares (2014, p. 13) “mesmo autores de qualidade duvidosa encontraram respaldo na imprensa” brasileira do período, em contraste do que acontecia com textos de mais envergadura publicados em nossos vizinhos sul-americanos que por aqui permaneciam desconhecidos<sup>32</sup>, em afirmação que caminha no mesmo sentido da crítica de

31 Julien-Louis Geoffroy, o primeiro redator do *feuilleton*, era professor de retórica em Paris (FRANÇA, 2012, p. 24).

32 Como exemplo, *Facundo, ou civilização e barbárie*, obra-prima do argentino Domingo Faustino

José de Alencar feita em sua própria seção cronística: “nós macaqueamos dos franceses tudo quanto eles têm de mal, de ridículo e de grotesco” (MEYER, 1992, p. 99).

Assim, a adoção do *feuilleton* pela imprensa brasileira era apenas parte deste contexto de repercussão. No Brasil, “os seus imitadores, aparecidos depois de 1836<sup>33</sup>, traduziam o termo para ‘folhetim’” (MOISÉS, 2004, p. 10). Esta data, que durante décadas foi indicada como a inauguração do gênero no país, porém, é controversa. Nas pesquisas para sua tese de doutorado<sup>34</sup>, a canadense Nova Doyon comprovou que o jornal *O Moderador, Novo Correio do Brasil, Jornal Político, Comercial e Literário*, foi onde surgiu pela primeira vez a seção nomeada *feuilleton*, na edição de 9 de abril de 1830. Com efeito, “no segundo número, publicado em 10 de abril, aparecia [...] uma resenha ao primeiro volume do *Parnaso Brasileiro, ou Coleção das melhores obras dos poetas do Brasil, tanto inéditas como já impressas*, do Cônego Januário da Cunha Barbosa” (SOARES, 2014, p. 89).

O folhetim, então, era “um espaço livre no rodapé do jornal, destinado a entreter o leitor e a dar-lhe uma pausa de descanso em meio à enxurrada de notícias graves e pesadas que ocupavam – como sempre ocuparam – as páginas dos periódicos” (BENDER e LAURITO, 1993, p. 15). Ilka Laurito divide o folhetim brasileiro em:

---

Sarmiento, publicado no periódico chileno *El Progreso* e em livro, ambos em 1845 e que traziam temas diretamente relacionados ao Brasil, como as políticas do também argentino Juan Manuel de Rosas, só seria publicado no Brasil em 1923, tendo chegado à corte antes, mas em tradução francesa, conforme estampado no *Diário do Rio de Janeiro* em 12 de agosto de 1854 (SOARES, 2014, p. 15). No entanto, se as obras publicadas em livros eram escassas, isto não quer dizer que inexistiam relações literárias entre Brasil e Argentina, por exemplo. Elas se estabeleceram ao longo do século XIX, sobretudo no 2º Reinado como apontado por Maria Eunice Moreira (2015, p. 228-244). Ainda de acordo com a autora, “alicerçadas geralmente no silêncio, citadas com raridade e parcimônia, ocultadas por motivos políticos e ideológicos, sobretudo de lá para cá, as relações literárias entre brasileiros e argentinos tornaram-se, porém, vozes soantes para a leitura da história da literatura de ambas as nações” (MOREIRA, 2015, p. 240-241).

33 Em 23 de maio de 1836 ocorreu o lançamento do periódico *O Cronista*, “abrindo um espaço jornalístico para a criação livre e descompromissada” (MEYER, 1996, p. 60).

34 Intitulada *Le rôle de la presse dans la Constitution du Littéraire au Bas-Canada et au Brésil au cours du premier XIXe siècle. Vers la formation d'une culture nationale dans les collectivités nouvelles des Amériques*, apresentada na *Université du Québec à Montréal* em 2008. A informação consta na página 293 da referida tese e foi citada por Soares, 2014, p. 89.

- *Folhetim-romance*, que incluía a publicação de romances na forma de capítulos e assim apareceram pela primeira vez textos que mais tarde dariam origem a livros como *O Guarani*, de José de Alencar, *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida, *O Ateneu*, de Raul Pompéia e *O triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, entre outros; e
- *Folhetim-variedades*, o espaço onde fatos relevantes ou comezinhos eram comentados, refletindo sobre a vida cotidiana da cidade, da província, do país ou até do mundo (BENDER e LAURITO, 1993, p. 16-17).

É deste último gênero que evoluiu aquilo que hoje chamamos de crônica, ficando o folhetim como sinônimo da seção destinada aos gêneros ficcionais diversos ou outras formas literárias (MARTINS, 1984, p. 15). Sobre o folhetim, escreveu Machado de Assis:

[...] o folhetim nasceu do jornal, o folhetinismo, por consequência, do jornalista. Esta última afinidade é que desenha as saliências fisionômicas na moderna criação.

O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério consociado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como polos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal.

Efeito estranho é esse, assim produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista. Daquele cai sobre este a luz séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda. Pelo que toca ao devaneio, à leviandade, está tudo encarnado no folhetinista mesmo; o capital próprio.

O folhetinista, na sociedade, ocupa o lugar do colibri na esfera vegetal; solta, esvoaça, brinca, tremula, paira e espaneja-se sobre todos os caules suculentos, sobre todas as seivas vigorosas. Todo mundo lhe pertence; até mesmo a política (ASSIS, 1974, p. 109)

Tal passagem evidencia uma característica presente no gênero que se desenvolveu no Brasil, desde seus primórdios, a “crônica da crônica”<sup>35</sup>,

---

35 Além de Machado de Assis, outros cronistas do século XIX como José de Alencar e França Júnior também publicaram crônicas que eram “esboços de reflexões críticas” sobre a própria atividade. Tal prática perdurou no tempo e encontrou eco também no século XX, como em Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade e Vinicius de Moraes (BENDER e LAURITO, 1993, p. 17-27).

que consistiria em “um exercício de metalinguagem”, ou seja, “a crônica que se debruça sobre si mesma, discutindo suas propostas, suas finalidades, sua linguagem, seus assuntos ou falta de assunto, as especificidades do gênero e suas relações com o público leitor” (BENDER e LAURITO, 1993, p. 17).

### **2.2.2 DO FOLHETIM À CRÔNICA**

O final do século XIX reserva uma separação mais delineada, resultando evolução do folhetim-variedades, configurando o que atualmente se entende por crônica. Segundo Dileta Martins, há “uma modificação nos modelos estéticos: o predomínio sensível do Parnasianismo [...]. A crônica passou então por uma transformação: aproximou-se do gênero ensaístico”. Prossegue a autora que, “sob a influência dos parnasianos, a crônica e os cronistas cinzelavam a forma, concentrando seus comentários em determinado fato ou ideia” (MARTINS, 1984, p. 19).

É também nesse período que se destaca Paulo Barreto, mais conhecido pelo seu pseudônimo João do Rio. A inovação do cronista aconteceu quando “percebeu que a modernização da cidade exigia uma mudança de comportamento daqueles que escreviam a sua história diária” (SÁ, 1987 p. 8). Esta mudança diz respeito à ação do cronista: ao invés de esperar um informe para dar origem a alguma reportagem, João do Rio ia ao local dos fatos para melhor investigar e “dar vida” aos seus textos, “subindo morros, frequentando lugares refinados e também a fina flor da malandragem carioca”, e assim sendo, “construiu uma nova sintaxe, impondo a seus contemporâneos uma outra maneira de vivenciar a profissão de jornalista. Mudando o enfoque, mudaria também a linguagem e a própria estrutura folhetinesca”, dando à crônica uma “roupagem mais literária” (SÁ, 1987, p. 8-9). Foi também João do Rio que iniciou a crônica social moderna. Segundo Dileta Martins, sua obra “representa a mais arrojada tentativa para elevar a crônica à categoria de gênero autônomo. Tinha ele a impressão [...] de que a crônica podia ser o espelho capaz de guardar imagens para o historiador futuro” (MARTINS, 1984, p. 19). Assim, aos poucos, “o ‘folhetim’ foi encurtando e ganhando certa



gratuidade, certo ar de quem está escrevendo à toa, sem dar muita importância. Depois, entrou francamente pelo tom ligeiro e encolheu de tamanho, até chegar ao que é hoje” (CANDIDO, 1992, p. 15).

## **2.3 CARACTERÍSTICAS FORMAIS E TIPOLOGIA DA CRÔNICA**

### **2.3.1 HÍBRIDA NA CRIAÇÃO E NO SUPORTE**

Característica predominantemente apontada entre os teóricos é o hibridismo que consagrou a crônica, sendo ao mesmo tempo Literatura e jornalismo, embora haja distinções e este ou aquele autor privilegie um ou outro aspecto. Qualificar o gênero, atribuindo contornos precisos, constitui uma tarefa complexa, preferindo os analistas destacar justamente a ampla variedade e diferenças da crônica como uma de suas características maiores. Neste sentido, afirma Martins que:

Oscilando na sua própria ambiguidade, a crônica brasileira deflui para um espaço, onde a mobilidade permanente de seus limites dificulta o enquadramento tipológico. É, exatamente, essa variação no gênero que a enriquece e a distingue. Deslizando desde o poema, o conto, passando pela sátira, pelo burlesco ou pelo debate e a argumentação e abeirando-se da reportagem, do comentário, ora com teor coloquial, outras vezes alcançando a reflexão, o lirismo – a crônica possui força intrínseca para se impor como gênero puro na sua variada imprecisão.

Desse modo, a linguagem jornalística e a linguagem poética – cujo único ponto de contato é a palavra – dão origem a um discurso novo no qual o fato se desfolha e se torna tão ambíguo quanto a própria linguagem que o moldou (MARTINS, 1984, p. 23).

Nem todos os seus teóricos concordam com esse hibridismo como característica exclusiva da crônica. Em artigo onde defende o questionamento daquilo que considera os “conceitos-fetichê” acerca da descrição e qualificação da crônica, Maria Cristina Ribas pondera sobre a particularidade em questão, já que “os outros textos não são híbridos? Não se tratam de intertextos? Não são polifônicos?” E prossegue: “todos os textos são híbridos, intertextos, interdiscursos. Vale lembrar que nós, como sujeitos, somos formações intertextuais” (RIBAS, 2013, p. 71).

Inegável é, porém, o fato de que, nascida do jornal, a crônica “herda sua precariedade, esse seu lado efêmero de quem nasce no começo de uma leitura e morre antes que acabe o dia, no instante em que o leitor transforma as páginas em papel de embrulho”, assumindo para si também essa transitoriedade, criando um dialogismo literatura-jornalismo que equilibra o coloquial e o literário (SÁ, 1987, p. 10-11) e, em última análise, traz consigo uma carga informativa e literária que o perfila como “literatura dentro do jornalismo e jornalismo dentro da literatura”, na inspirada síntese de Dileta Martins (1984, p. 13).

Para Marcus Soares, a crônica é predominantemente jornalística, afirmação que faz textualmente e defende ao longo de seu livro *A crônica brasileira no século XIX: uma breve história*, uma das mais abrangentes e consistentes pesquisas sobre o gênero publicadas recentemente no Brasil. De acordo com o autor, a crônica não configura gênero literário para muitos críticos, ao ser “um tipo de texto redigido ‘ao correr da pena’ para ser lido ‘ao correr dos olhos’ em suporte efêmero, tratando de variedades quase infinitas de assuntos, e assuntos muitas vezes miúdos do dia a dia, não teria vez no panteão dos grandes gêneros literários” (SOARES, 2014, p. 48). No entanto, reconhece o autor, um problema se apresenta a estes mesmos críticos – e por extensão, à própria literariedade –, quando as crônicas saem de seu suporte original e vão habitar outra plataforma física de existência: os livros. Cita o autor:

Em artigo estampado na seção “Literatura” do *Cademo B do Jornal do Brasil* de 7 de agosto de 1963, “A Crônica É o Limite”, Francisco de Assis Almeida Brasil reage contrariado à “enxurrada de livros de crônica publicada ultimamente”, segundo ele, um “mau sinal para Literatura brasileira”, já que, por um lado, converte o escritor de talento, entregue ao percurso fácil e lucrativo, em “cronista leviano, superficial e romântico”, e, por outro, explicita certa atividade editorial perniciosa, na qual gatos são vendidos no lugar de lebres, “crônica jornalística como Literatura”? Para o crítico, a situação é ainda mais grave, pois editoras estavam sendo criadas para tal fim e, com elas, uma espécie de vida literária mundana onde qualquer idiosincrasia do autor se tornava tema de crônica. Assis Brasil não salva nem a decantada poeticidade de alguns exemplares do gênero que “não passa de um lirismo choramingas completamente ultrapassado”, daí ser o cronista o “beletrista moderno”, sob esse aspecto, um tipo de escritor fora do lugar na Literatura e no jornalismo contemporâneos por sinal, avaliação

muito próxima àquela defendida por Nelson Werneck Sodré sete anos antes em artigo estampado no jornal *Última Hora*, sintomaticamente intitulado “Decadência da Crônica”: “tudo aquilo que convencionamos aceitar como literário representa, na imprensa, o resíduo provinciano. Substituída, pouco a pouco, pela reportagem, incompatibilizada com o sentido de atualidade que o jornal não pode dispensar, a crônica descambou para uma falsidade transparente de que não pode encontrar saída” (SOARES, 2014, p. 48-49).

Adentrando o território da Literatura por excelência, o livro, a crônica passa a ganhar existência diferente da sua intenção original, o que implica, para sua viabilização, a escolha, o recorte, o agrupamento temático, que podem ser tanto obra do editor quanto do próprio cronista, normalmente privilegiando perspectivas (ou temas) de apelos mais universais e menos ligados ao fugaz do momento de suas feitura. Como afirma Flora Bender, “tornar o transitório definitivo é a essência da crônica literária” (BENDER e LAURITO, 1993, p. 59). Contudo, alerta Coutinho:

[...] é enganoso supor que o livro é que dá qualificação definitiva a qualquer escrito. E a crônica que não haja pago excessivo tributo à frivolidade ou não seja uma simples reportagem, estará sempre a salvo, como obra de pensamento ou de arte, embora não saia nunca das folhas de um periódico. (COUTINHO, 2003, p. 135)

De acordo com o autor, para romper a barreira que a aprisiona no seu meio de produção, a crônica somente será considerada gênero literário “quando apresentar qualidade literária, libertando-se de sua condição circunstancial pelo estilo e pela individualidade do autor” (COUTINHO, 2002, p.123).

Para Moisés, no entanto, o transporte de um para outro veículo traz prejuízos à crônica, melhor amparada nas suas qualidades literárias em seu ambiente original:

No livro, porém, a crônica sugere o reparo de Tristão de Ataíde e gera monotonia, e o possível sobressalto que acompanha a leitura dum boa crônica de jornal se atenua pela expectativa de uma sensação análoga oferecida pela leitura de um texto colocado a seguir. Mais do que o poema, a crônica perde quando lida em série; reclama a degustação autônoma, uma a uma, como se o imprevisto fizesse parte de sua natureza, e o imprevisto colhido na efemeridade do jornal, não na permanência do livro. Eis porque raras crônicas suportam a releitura; é preciso que ocorra o encontro feliz entre o motivo da crônica e algo da sensibilidade do escritor à espera do chamado para vir à superfície (MOISÉS, 1982, p. 107).

Dentre os diferentes posicionamentos sobre o gênero, o que define seu valor é menos o seu lugar de existência do que seu produtor. Assim, nas palavras de Portella, “o que interessa é que a crônica, acusada injustamente como um desdobramento marginal ou periférico do fazer literário, é o próprio fazer literário. E quando não o é, não é por causa dela, a crônica, mas dele, o cronista” (BENDER e LAURITO, 1993, p. 53).

### 2.3.2 UM GÊNERO MENOR?

A discussão feita até aqui nos encaminha para outra questão sempre presente nos debates acerca da crônica. Em sendo ela Literatura, é uma arte “menor”? E o que tal afirmação/questionamento significa?

O lugar da crônica nos estudos literários é marcado, segundo Luiz Carlos Simon, por desencontros. Embora apareça com frequência em livros didáticos, referentes ao ensino de Português e Literatura, “é também evidente seu baixo prestígio nos currículos dos cursos de Letras”, sobretudo se houver uma comparação entre “o destaque conferido à crônica e o foco mais privilegiado que se destina ao poema, ao romance e mesmo ao conto”. Continua o autor que a questão também é significativa nos estudos literários, “embora ainda se encontrem avaliações negativas sobre o gênero e se constate a escassez de estudos que assumam o papel analítico da produção dos cronistas”, no âmbito tocante à teorização, contudo, “o elenco de pesquisadores é altamente respeitável”, citando nomes como Afrânio Coutinho, Antonio Candido e Massaud Moisés, dentre outros (SIMON, 2011, pos. 363-367)<sup>36</sup>.

No âmbito da História da Literatura, José Veríssimo e Alfredo Bosi, dois críticos que produziram obras bastante conhecidas e utilizadas, fazem pouco caso da crônica moderna como constituinte das letras brasileiras. Veríssimo, em sua *História da Literatura Brasileira* (publicado originalmente em 1906, mas cuja edição aqui utilizada data de 2015), apenas faz referências à crônica histórica, ignorando por completo o gênero moderno. Ausente

---

36 Por se tratar de livro digital, lido em dispositivo Kindle, não é possível identificar a página que corresponderia à sua versão impressa, e sim a posição nessa versão da obra.

também é o termo “folhetim”, o que soa estranho por ter o autor dado destaque considerável a Machado de Assis<sup>37</sup>, mas também se explica pela proximidade entre o universo literário em observação (no tempo presente de Veríssimo) e a publicação de sua obra, algumas décadas antes de o gênero ter alcançado seu maior sucesso (ao menos de público). O caso de Bosi é mais sintomático: Rubem Braga, um dos grandes expoentes da crônica brasileira, sequer é mencionado pelo historiador no livro *História concisa da Literatura brasileira* (2006). Há raríssimas menções à crônica, e menos ainda do folhetim. Sobre a crônica no século XIX, em especial, não se debruça, restringindo-se a agregar às biografias de José de Alencar (p. 141 e 142), Machado de Assis (p. 184, 185 e 186) e Olavo Bilac (p. 240 e 241) a condição de cronistas, mas restringe estas informações às notas de rodapé destes escritores, sem elencar ou se aprofundar em nenhuma em especial. Em uma das únicas menções ao folhetim, é ainda mais severo:

O romance romântico dirige-se a um público mais vasto, que abrange os jovens, as mulheres e muitos semiletrados; essa ampliação na faixa dos leitores não poderia condizer com uma linguagem minimamente elaborada nem com veleidades de pensamento crítico: há o fatal “nivelamento por baixo” que sela toda subcultura nas épocas em que o sistema social divide *a priori* os homens entre os que podem e os que não podem receber instrução acadêmica. O fato é que o novo público menos favorecido busca algum tipo de entretenimento sendo *o folhetim o que melhor responde à demanda e melhor se estrutura no seu nível*. Hoje fazem-se acurados estudos sobre cultura de massa manipulada pela indústria: a história em quadrinhos, a novela de rádio, o show de televisão e a música de consumo têm analistas que vão da psicanálise à sociologia e se encontram na encruzilhada da teoria das comunicações. Nos meados do século passado vigorava o prejuízo aristocrático pelo qual as produções feitas para o gosto menos letrado *caíam fora da cultura*, e, como tal, *não deveriam ser objeto de estudo e interpretação*. (BOSI, 2006, p. 107) [grifos nossos].

Ao versar sobre o romance romântico de apelo ao “público mais vasto”, demonstra seu posicionamento a respeito do folhetim que se inspirava no modelo do gênero no século XIX, e a conseguinte comparação com as vertentes modernas da cultura de massa (mas que também pode ser lida, nesse

---

37 Que escreveu 614 crônicas ao longo de sua vida (MARTINS, 1984, p. 18), sendo considerado por muitos um dos mais destacados cronistas brasileiros por, dentre outros, CANDIDO (1992), NEVES (1992), CARDOSO (1992) e RIBAS (2013).

contexto, como “subcultura”), também evidencia a categorização do folhetim – e por extensão, da própria crônica – de fato como um gênero menor.

Antonio Candido conclui que ela não é um “gênero maior”, pois “não se imagina uma literatura feita de grandes cronistas, que lhe dessem o brilho universal dos grandes romancistas, dramaturgos e poetas. Nem se pensaria em atribuir o Prêmio Nobel a um cronista, por melhor que fosse. Portanto, parece mesmo que a crônica é um gênero menor”. (CANDIDO, 1992, p. 13). Porém, ao qualificá-la como ao rés-do-chão, ao mesmo tempo que alude ao fato de ter a crônica nascido dos rodapés dos jornais, também destaca uma marca que a torna especial: a proximidade com o leitor, o contato mais íntimo “principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural”, pois ela é “amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas” (CANDIDO, 1992, p. 13-14). No mesmo sentido, Flora Bender celebra a característica menor, ou “popular” do gênero, como uma virtude:

Dir-se-ia que a crônica, como um gênero de rodapé, ajuda o “homem rodapé”, não o general ou o presidente; para esses existem os maquiavéis, os estrategistas, os constituintes. A crônica existe para o mísero mortal, ou seja, para nós, homens menores, e isso é bom, pois desperta a humanidade que há em nós e que as misérias do mundo tentam adormecer, matar talvez. O leitor se dignifica, ao perceber, nas grandes crônicas, o pequeno se eternizar, o prosaico transcender (BENDER e LAURITO, 1993, p. 45).

Maria Cristina Ribas questiona esta distinção (segundo ela, mais um dos “conceitos-fetichê” da tipologia da crônica) antes de apresentar sua teoria a respeito da controversa questão:

Para completar o rosário de conceitos-fetichê, não poderíamos esquecer outro complicador: o atributo da crônica como gênero menor - essa estratégia e/ ou mania recorrente de qualificar, medir e hierarquizar uma obra, qualquer que seja, por um pretensível valor visível, hierárquico, medido pelo movimento de aplicabilidade e retorno, no contexto da sociedade consumista que compomos hoje. Preferimos dizer que a decantada (falsa?) modéstia do dito “gênero menor” é na verdade uma prática social, um jogo de auto-projeção pelo avesso. (RIBAS, 2013, p. 72)

A autora chama isso de “processo de institucionalização da crônica como gênero ‘menor’” que se deu através dos tempos, iniciado pelos próprios cronistas e legitimada pelas sucessões de críticos que se apropriaram do termo. Destaca argumentos, que, segundo ela, sempre foram usados para dar suporte à afirmação (ou defesa) da menoridade da crônica, como por exemplo o menor tempo de elaboração (em comparação ao romance e à poesia), espaço reduzido (quando em seu suporte original, o jornal), localização no rodapé dos periódicos, etc. Segundo a autora, o exame que fez das críticas, os estudos entabulados sobre o tema e correspondência entre autores apontam para uma hipótese de que o qualificativo “menor” tinha outra função, que não a de se considerar, de fato, menor:

Do ponto de vista do cronista (autor), funcionava como apelo à modéstia e jogo retórico entre os pares, o que, além de estabelecer um pacto entre eles, estabeleceria uma folga e uma garantia, junto à intelectualidade, para o escritor se distanciar do cânone; do ponto de vista do crítico, uma isenção do risco de endossar um gênero tido como superficial, descuidado, voltado para a massa. Em ambos os casos, ser menor sugere certa isenção e uma justificativa para as eventuais concessões de um produto voltado para a massa. Por este motivo supomos que a estratégia vigorava entre a elite intelectual e não tinha grande serventia junto à comunidade leitora, à massa que degustava o produto sem se preocupar com sua decantada “menoridade”. Vale, ainda, pensar no estigma “menor” por conta de estar a crônica num veículo de comunicação de massa - de ampla circulação, portanto -, o que interferiria na sua composição: proposta mais simplificadora, apelativa, próxima do público... Enfim, “menor”. (RIBAS, 2013, p. 80-81).

A teoria é interessante e merece um olhar mais acurado, porém, atendo-se à sua última afirmativa do trecho que destacamos, é preciso também considerar que durante o século XIX as redações dos jornais ainda não se constituíam em “empresas de massa”, sendo ainda semiartesanais e dominada por escritores, e não repórteres de ofício integral, ou jornalistas no sentido contemporâneo da palavra, sendo a imprensa o “lugar” do escritor que poderia exercer seu ofício e, sobretudo, atingir um universo de público leitor.

Finalmente, Marcus Soares pondera que a origem do termo estaria ligada às questões materiais decorrentes da própria existência original das crônicas/folhetins:

A designação “Páginas Menores” corresponderia à versão quase literal do vocábulo francês *feuilleton* - “folhazinha”, como sugeriu, em 1836, Justiniano José da Rocha, especulando sobre as possíveis traduções do termo: assim como sucedeu na matriz francesa, o sintagma assinala o espaço reduzido na página e, ao mesmo tempo, destacável em sua disposição horizontal, o que lhe conferia certo grau de autonomia, como se fosse um pequeno jornal no interior de outro, de certo modo preconizando o que hoje se entende por caderno cultural, como o “Suplemento Literário” da *Folha da Manhã* (1940) e de *O Estado de S. Paulo* (1950), e o “Folhetim” da *Folha de S. Paulo* (1980) (SOARES, 2014, p. 47).

Assim, a classificação inicial acabou moldando as referências ao gênero como uma qualidade, e não como uma característica de origem como teria sido nas primeiras utilizações do termo. Mas o autor aventa também outra hipótese, citando uma entrevista de Jorge Luis Borges, onde o escritor argentino afirma, referindo-se à poesia, que “a palavra ‘menor’ é mal-empregada [...] Deveríamos falar de poesia menor como falamos de poesia lírica, ou de poesia dramática. É um gênero de poesia, e talvez mais difícil do que os outros” (SOARES, 2014 p. 44). Valendo-se de tal afirmação, o autor concorda que o mesmo ocorre (ou deveria ocorrer) com a crônica, “a aplicação do termo menor serve para qualificar a crônica como nos sugere Borges em relação a determinada forma de poesia: gênero breve, curto” (SOARES, 2014, p. 48).

### 2.3.3 UMA TIPOLOGIA DA CRÔNICA

Quanto aos tipos em que se apresenta, a crônica pode ser categorizada de diferentes maneiras, e uma tentativa de classificação formal foi tarefa empreendida por teóricos da envergadura de Antonio Candido e Massaud Moisés. Na classificação de Antonio Candido, existem a *Crônica-Diálogo* (Carlos Drummond, Fernando Sabino); a *Crônica Narrativa* (Rubem Braga); *Crônica Anedota Desdobrada* (Fernando Sabino) e *Crônica Exposição Poética ou Biográfica Lírica* (Paulo Mendes Campos) (CANDIDO, 1992, p. 15-22). Massaud Moisés comenta dois tipos de crônica, baseado na questão da ambiguidade do gênero: *Crônica-Poema* – prosa emotiva que chega ao verso; e *Crônica-Conto* – o cronista narra um acontecimento que provoca sua atenção como se fosse um conto. (MOISÉS, 2004, p. 111). Porém, ambos os autores



empreendem a tarefa com base sobretudo em exemplos, prática considerada insuficiente para Maria Cristina Ribas:

Primeiro, enfatizamos que os exemplos funcionam para garantir a especificação que a definição por si só não sustenta. Segundo, a leitura e análise dos textos das crônicas demonstram que as várias textualidades do discurso cronístico deslizam destes enquadres e, mesmo aquelas que confortavelmente poderiam se instalar nestes compartimentos pela mão de um crítico mais afeito a categorizações configurariam uma contribuição pouco eficaz. Qual o efeito de um enquadre sem a consciência de sua provisoriedade? (RIBAS, 2013, p. 69).

Afrânio Coutinho, por sua vez, traz uma tipologia mais bem delineada, dividindo as crônicas pela natureza do assunto ou pelo movimento interno. Assim, define que elas podem ser: a) *narrativas*, aquelas que narram uma história e, assim, se aproximam do conto; b) *metafísicas*, que contém reflexões mais ou menos de natureza filosófica; c) *poemas-em-prosa*, cujo conteúdo é mais lírico; e, finalmente, d) *comentários*, aquelas do tipo opinativo, que versam sobre acontecimentos da atualidade. De qualquer modo, destaca o autor, “o fundamental na crônica é a superação de sua base jornalística e urbana em busca da transcendência”, seja construindo uma “vida além da notícia” ou enriquecendo esta com elementos de tipo psicológico ou metafísico, ou ainda com humor, fazendo o subjetivismo do artista (ou o seu universo interior) sobrepor-se à preocupação objetiva do cronista (COUTINHO, 1976, p. 83-84).

Entretanto, mesmo reconhecendo os limites de uma categorização mais precisa (na inexistência de uma concordância generalizada), para esta tese optamos por adotar, como ponto de partida, uma que nos parece a mais abrangente e que melhor distingue os diferentes tipos de crônicas produzidas, especialmente por tratar do universo sul-rio-grandense, nosso foco, e depois formarmos nossa proposta de tipologia própria, específica ao conjunto das crônicas do médico baiano. Assim, Dileta Martins (1984, p. 23-24) apresenta sua classificação, desprovida de exemplos, mas com fundamentação argumentativa coerente e consistente. Em síntese, propõe a autora que a crônica pode ser:

- *Narrativa* – quando acentua este aspecto, com o cronista assumindo o papel de narrador, o historiador de sua época;
- *Satírica* – quando faz o leitor sorrir através do seu jogo verbal, satirizando situações, semeando ironias, o bom-humor, a comicidade, dizendo verdades graves com a delicada desconfiança de quem julga estar dizendo mentiras;
- *Lírica* – em algumas crônicas, o lirismo e a sonoridade chegam a cunhar versos, exercitando o processo natural de intimidade do poeta com o leitor e consigo mesmo;
- *Analítica* – ao criticar os problemas da sociedade percebe-se uma certa inclinação para a análise – e nisso se confundem o cronismo e o ensaio;
- *Relato* – relatando a vida, as coisas, os fatos em diferentes épocas – numa conjugação de história e memória – a crônica conta o que passou ao sabor das lembranças do cronista;
- *De viagens* – os países, as paisagens, o espaço físico – hábitos e tradições – revivem nas crônicas de viagem. Nela o cotidiano assume marcas singulares.

Cabe reiterar, uma vez mais, que não se trata de contornos definitivos nem deve ser lido como um delimitador completo e perfeito do gênero, sendo mais um rumo para facilitar a identificação dos textos analisados no capítulo 3 desta tese. Pela elasticidade assumida pela crônica ao longo do tempo, em especial na sua distinção mais clara do folhetim, é possível encontrar um ou mais aspectos abarcados na classificação acima feita pela autora, sem prejuízo da sua caracterização. Em comum, a crônica se alimenta “da linguagem e pela linguagem”, sendo a imaginação e a originalidade do tecido linguístico os elementos que atestam as marcas literárias do gênero, onde a subjetividade é marca indelével do exercício de sua construção (MARTINS, 1984, p. 24).

## 2.4 A CRÔNICA E A LITERATURA NO RIO GRANDE DO SUL

As primeiras manifestações de cronistas, no Rio Grande do Sul, estão ligadas ao sentido histórico do termo: compreendem relatos de viagem, percepções acerca dos aspectos físicos, geográficos, econômicos, o tipo humano e as organizações das sociedades dos pioneiros que aqui habitavam, a maior parte possibilitada de sistematizar devido ao minucioso trabalho de compilação empreendida por Guilhermino Cesar em sua obra *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul – 1605–1801* (CESAR, 1998). Nem poderia ser de outra forma, pois os documentos arrolados correspondem ao período entre os séculos XVII e XVIII, antes, portanto, do surgimento da imprensa sul-rio-grandense e mesmo brasileira, como já visto, que ocorreu no século XIX – e, sobretudo – ao próprio nascimento do gênero crônica no sentido moderno do termo. Assim justifica Guilhermino Cesar o seu recorte:

Tivemos um só objetivo na escolha dos textos ora apresentados ao leitor: coordenar algumas fontes primárias, realmente essenciais, da história rio-grandense. Traçamo-nos os seguintes limites cronológicos: desde 1605, momento em que a ação missionária da Companhia de Jesus, partindo da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, alcançou o silvícola das imediações do rio Mampituba, até 1801, ano em que os rio-grandenses incorporaram as Missões Orientais do Uruguai ao território brasileiro. Nesse período, de quase dois séculos, tomou o Rio Grande a sua feição territorial definitiva, salvo retificações posteriores da linha fronteira, sem maior importância no conjunto (CESAR, 1998, p. 10).

Sobre a designação escolhida para intitular seu livro, o também autor de *História da Literatura do Rio Grande do Sul* (1971) explica:

Resta explicar o título deste livro. Em suas páginas convivem espíritos cultos, a exemplo de Antônio Vieira, com homens de poucas letras, como os vereadores da Câmara da Laguna. Mas, de qualquer modo, a matéria-prima que manipularam foi o tempo histórico, *cabendo-lhes por isso, a todos eles, o nome de cronistas*. Quase todos têm um mérito: escreveram a história de seus próprios feitos; foram pioneiros no melhor sentido da palavra. Até aqui vieram, ao Rio Grande, por diversos motivos: uns, por obrigação; outros, por gosto; outros, por ambição de glória ou de fortuna, e mesmo uns poucos, como os missionários, por amor de Cristo. Quer escrevendo cartas íntimas, informações ou relatos, fizeram a crônica, ou melhor, a história viva da sociedade gaúcha. Assistiram-lhe ao nascimento e colaboraram na expansão da cultura que a definiu; desta fazem parte, nela se inscrevem por uma forma de contribuição em muitos aspectos absolutamente original (CESAR, 1998, p. 11) [grifo nosso].

Em suma, o manejo do tempo histórico, a narrativa ligada ao tempo da vivência dos seus autores, tudo enfim autoriza Cesar a utilizar-se do termo no sentido das antigas crônicas históricas portuguesas das quais Fernão Lopes foi o inaugurador, ou antes ainda, do sentido expresso no radical da *chronica* (relativa ao tempo) ancestral.

Debruçando-se sobre o mesmo material, Dileta Martins nota que “além de observações sobre a História do Rio Grande, os cronistas de então situam-se na crônica abordando seus textos de uma certa coloquialidade, o que viria, mais tarde, a caracterizar o gênero” (MARTINS, 1984, p. 32). Prossegue a autora, em defesa da legitimação dos relatos no âmbito da crônica (ou sua ancestral direta) no universo literário do Rio Grande do Sul:

Considerando os primeiros cronistas que falam sobre o Rio Grande, mesmo não sendo rio-grandenses, não se pode esquecer que os *mesmos iniciaram o gênero*. Se esse cômputo de linguagem fosse apenas referencial e histórico, não se teria a crônica: seria a informação impessoal, fria, sem emoção. Criaram eles mesmos a necessidade, tornada consciente, de aquecer os relatos com a alma e o coração além de contribuir para a formação do léxico regional (MARTINS, 1984, p. 33) [grifo nosso].

Ao todo, Guilhermino Cesar reproduz 24 crônicas de 23 diferentes cronistas (alguns de autoria anônima), permeadas de notas explicativas nos rodapés em que “esclarecem-se dúvidas ou acrescentam-se informes julgados úteis à inteligência do texto” (CESAR, 1998, p. 13). Agrupou o autor os textos conforme a intenção do conteúdo de cada uma, nos seguintes eixos temáticos: “o indígena e a catequese (1605 a 1663); “tentativas de povoamento” (1698 a 1725); “a fundação do Rio Grande de São Pedro” (1737); e “de ‘terra de ninguém’ a ‘terra dos muitos’” (1737 a 1801). Sobre as crônicas contidas no livro, resume Dileta Martin que “esses primeiros cronistas do Rio Grande do Sul, no espaço compreendido entre os séculos XVII e XVIII, contribuíram sobremaneira para testemunhar o surgimento, a expansão e a fixação definitiva do tempo histórico e da nacionalidade sul-rio-grandense” (MARTINS, 1984, p. 35).

#### 2.4.1 A LITERATURA E A CRÔNICA NA IMPRENSA SUL-RIO-GRANDENSE

O marco inicial do jornalismo literário no Rio Grande do Sul coincide com a fundação de *O Guaíba*, lançado em Porto Alegre, no dia 3 de agosto de 1856. Nesse jornal, foram impressas as ideias dos principais representantes da primeira geração romântica local. “Nas páginas escritas pelo grupo de *O Guaíba* deu-se o início da organização da Literatura sul-rio-grandense” (STRELOW, 2011, p. 2).

Mas a popularização da Literatura começa, efetivamente, com o surgimento dos romances-folhetim. Para Aline Strelow, “é provável que a publicação do primeiro folhetim no estado tenha se dado exatamente em *O Guaíba*”. Assim, a publicação dos folhetins e crônicas teria ocorrido em diversos periódicos da província, seja na forma de traduções de originais franceses, seja como criações intelectuais locais. De acordo com Antonio Hohlfeldt, a Literatura popularizou-se através do jornalismo, mudando constantemente suas características: “escritores sobreviviam do jornalismo enquanto desenvolviam suas obras. Os livros, originalmente muito caros, tiveram seus preços barateados, à medida que a revolução industrial aperfeiçoava as máquinas e as tiragens aumentavam”, explica (HOHLFELDT, 2003, p. 30).

Ao mesmo tempo, o folhetim se populariza atingindo as mais diferentes camadas da população, sobretudo devido ao desenvolvimento de novas técnicas narrativas e emprego de novos temas por parte dos autores, conforme destaca Strelow. Ao todo, prossegue a autora, “cerca de 70 publicações jornalístico-literárias circularam no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, levando a público a produção literária que começava se proliferar. Crônicas, contos, ensaios, além, é claro, das notícias, eram alguns dos gêneros textuais que tinham lugar nessas folhas” (STRELOW, 2011, p. 3).

Mas qualquer proposta de uma História da Literatura em geral, e mesmo da crônica em especial, no Rio Grande do Sul, estaria incompleta se não contemplasse a *Sociedade Partenon Literário*, fundada em 18 de junho de 1868 em Porto Alegre, ainda que de forma muitíssimo breve. Segundo Mauro Nicola Póvoas, é o periódico que recebeu e recebe, sem dúvida, mais atenção da

crítica, e, “mesmo no século XXI, livros a respeito do *Partenon* continuam vindo a lume” (PÓVOAS, 2017, p. 96). A repercussão da revista, continua o autor, era significativa mesmo entre seus contemporâneos, e seu interesse repousava, principalmente, em uma “triade de matérias: Literatura, História e Filosofia, sendo a primeira a mais saliente e importante” (PÓVOAS, 2005, p. 105-106).

Desse modo, o *Partenon* nasce em um momento que Guilhermino Cesar denomina como de “inquietação” em terras sul-rio-grandenses, seja pela Guerra do Paraguai, ainda em curso, seja pela “tensão de espírito” que prenunciava o Manifesto Republicano de 1870, e ainda o recrudescimento da propaganda abolicionista em curso. Na Literatura, um Romantismo em declínio no resto do Brasil, “conquistou verdadeiramente o Sul, revelando, de resto, grande ímpeto e combatividade” (CESAR, 1971, p. 175). Sua atuação transcende o puramente literário, ainda que esta fosse sua vocação e contribuição maior, mas passava por iniciativas de fomento à cultura, num nível amplo, bem como o debate político-social. Em síntese, enumera Cesar as iniciativas da *Sociedade Partenon Literário*:

Agremiou prosadores, poetas e homens de teatro, dando-lhes oportunidade de aparecer em conjunto, através de ruidosas afirmações. Publicou a Revista Mensal, cujo primeiro número apareceu em março de 1869. Instituiu aulas noturnas gratuitas, que começaram a funcionar em 1872, para ministrar ensino supletivo. Bateu-se ardorosamente pela Abolição, organizando para isso festivais de propaganda e recolhendo donativos para a libertação de crianças escravas (numa de suas sessões, o Conde de Porto Alegre propôs a criação - o que foi feito - da “Sociedade Libertadora dos Escravos”). Procurou libertar a mulher de certos preconceitos e atraí-la a cultivar o espírito - em reuniões literárias como pela imprensa e o livro. Criou a sua própria biblioteca e estimulou a formação de outras. Incluiu entre seus fins a pesquisa biobibliográfica relativa a homens de letras e rio-grandenses notáveis, como se vê de estudos publicados regularmente; Levantou o primeiro registro das tradições e lendas locais. Deu grande ênfase à comemoração de datas nacionais, como 7 de Setembro e o 21 de Abril. Dedicou especial atenção ao teatro, dele fazendo uma arma em favor da libertação do escravo e das ideias republicanas. Exerceu intensa atividade social, promovendo reuniões em que se discutiam as teses mais diversas. Criou a imprensa literária e atraíu ao grêmio o simpático J. J. da Silva, que chegou a editar livros dos consócios, com vistas a fundar uma editora. Como se está vendo, não faltou energia, combatividade e idealismo ao “Partenon”. As atas de suas reuniões, nos anos de 1872 e 1873, mostram ao vivo a ebulição intelectual que por lá se verificava. Realizavam, então, os agremiados seus círculos de estudo, em que discutiam variados temas, desde os maliciosos e provocantes aos ingênuos e excusados (CESAR, 1971, p. 178-179).

A geração do *Partenon*, é quem vai “descobrir o Rio Grande para a vida literária, explorar o rico filão de seus costumes, hábitos e tradições” (CESAR, 1971, p. 171). Sua contribuição, em sintonia com o detalhado por Guilhermino Cesar, ajudou a divulgar livros e seus autores, fomentando e instigando a atividade intelectual, de certa forma transformando o próprio exercício intelectual sul-rio-grandense.

Apesar de não destacada com tanta ênfase neste estudo de Guilhermino Cesar acerca da *Sociedade do Partenon Literário*, a crônica teve lugar de destaque entre as produções dos seus filiados. Sobre a presença e a importância do gênero na *Revista Mensal*, afirma Dileta Martins:

No início, havia, na crônica brasileira, uma preocupação informativa visando ao comentário. Desse modo, na “Revista Mensal do Partenon Literário”, os primeiros cronistas despontam lapidando com mestria o cotidiano que se convertem em atestado perene de uma época. Há uma pitada de tudo em seus trabalhos: temas variados, notícias, fotografia do momento. Comentando tipos, vultos históricos, ambientes, os cronistas revitalizam o cotidiano. Na época, a política da Província representava-se por dois grandes partidos: o Liberal e o Republicano. Ambos dominavam a esfera política. Os escritores do Partenon abeberaram-se das ideias nascentes e formaram grupos, houve cisões, antagonismos. Entre os mais jovens, renunciava-se o Positivismo, assumindo os mesmos as ideologias que surgiam em outros países (MARTINS, 1984, p. 37).

Desta forma, a *Revista Mensal*, publicada a partir de março de 1869 a setembro de 1879, recebeu contribuições dos mais destacados intelectuais sul-rio-grandenses do século XIX, em um cenário em que Martins chega a afirmar que “a Literatura rio-grandense toma vulto através destes escritores, pois nas suas produções, na metade do século, floresce o veio literário incipiente que viria a consolidar o regionalismo gaúcho”. Nas páginas da *Revista*, os escritores mais representativos estiveram a serviço da crônica<sup>38</sup>, sendo o mais destacado deles Apolinário Porto Alegre, que “terá inúmeros seguidores que integrarão o que de mais representativo foi feito no gênero, no Rio Grande

---

38 A relação dos cronistas que desfilaram sua prosa na *Revista do Partenon Literário*, segundo Dileta Martins, inclui, além do citado Apolinário Porto Alegre, José Bernardino dos Santos, Francisco Isidoro de Sá Brito, Nicolau Vicente, Vasco de Araújo e Silva, Augusto Totta, Aurélio V. de Bittencourt, O. Bernardot, Manoel de Araújo Castro Ramalho, Cristiano Kraemer, Múcio Teixeira, Augusto Luiz e Joana Manuela de Gorriti (MARTINS, 1984, p. 38-51).

do Sul, em diferentes momentos literários” (MARTINS, 1984, p. 36-38).

Apurando a lente, chegamos finalmente à cidade do Rio Grande. Aqui, os cronistas se colocavam a serviço da imprensa “que se destacou tanto pela qualidade, quanto pela quantidade do número de periódicos” (GAUTÉRIO, 2013, p. 313), tendo sido uma das primeiras cidades sul-riograndenses a possuir jornais editados, superada apenas pela capital, Porto Alegre. O folhetim surge na imprensa local pela primeira vez na edição de 15 de maio de 1856, justamente nas páginas do *Eco do Sul*. Ali, era publicada uma coluna ocupando a seção dos folhetins, na primeira página, denominada *Revista Semanal* (por outras vezes denominada *Revista Teatral*), escrita com tom ameno e a preocupação de chamar a atenção de leitores heterogêneos, segundo Rosa Gautério. Assim, o redator que se apresentava como “Lince”, escreve em crônica de 29 de maio sobre a responsabilidade de assinar um gênero ainda pouco conhecido:

Nós porem aqui ainda vacilamos se o nosso folhetim corresponde as exigências [...], estamos perplexos entre o riso e a seriedade. [...] A tarefa em escrever no Rio Grande uma análise crítica às ocorrências que surgem no decorrer dos dias da semana, se não é ardua, pelo menos, não é fácil! [...]. Raciocinemos: no Rio de Janeiro, aonde se aspira mais força vital, aonde a vida borbulha incandescente nos seres orgânicos e inorgânicos, há oportunidades em que as Revistas Semanais parecem terem sido traçadas com o pé no estribo.

E a semana, e a semana?! Interrogatório ingênuo que alguns caros leitores se dignarão fazer-nos. Perdão, minhas senhoras, o cavaco do princípio do folhetim, é o transunto da esterilidade das ocorrências hebdomadárias. Disse-nos o que nos era mister para completar o folhetim, porque tinhamos forçosamente que dizer alguma cousa (ECO DO SUL, 29/05/1856 p. 1).

O cronista estabelece aquilo que já apresentamos como uma característica recorrente da crônica desde sua origem folhetinesca, a autorreflexão, o pensar (e externar) o próprio ofício. Neste caso, as lamentações do autor dizem respeito não só a tarefa em si (orientação/ordenação dos proprietários? Auto-ordenação para acompanhar os tempos? Desejo/pedido do público leitor do *Eco*?), como pelas pretensas dificuldades em se levar adiante a tarefa a partir do seu lugar de produção, importante, mas periférico em relação à capital da província, e principalmente (como destacado na



própria crônica) à capital do império.

Feita esta breve incursão teórica – e também historiográfica – sobre a crônica brasileira e sulina, passemos à análise das crônicas de Ângelo Dourado, propriamente ditas, no *Eco do Sul*.

## CAPÍTULO 3:

**O CRONISTA MARAGATO****3.1 PREÂMBULO: DO ROMANTISMO AO REALISMO**

Como bem ressaltou Terry Eagleton (2003, p. 1-22), não é possível ver a Literatura como uma categoria “objetiva”, descritiva, com características precisamente delineadas e imutáveis através do espaço-tempo. O que poderia sugerir uma pretensa elasticidade e permissividade conceitual, porém, dissolve-se ao revelar que as escolhas classificatórias sobre o que é ou não é Literatura passa, necessariamente, pelo filtro ideológico de quem pretende ou empreende a classificação, com toda a rede simbólica de crenças – veladas ou aparentes – constituintes do imaginário, entendido aqui enquanto manifestação simbólica da mentalidade, tanto pessoal quanto coletiva. Para Culler (1999 p. 33) a diferenciação entre os trabalhos literários de outros textos de demonstração narrativa é que aqueles “passaram por um processo de seleção: foram publicados, resenhados e reimpressos, para que os leitores se aproximassem deles com a certeza de que outros haviam considerado bem construídos e ‘de valor’”. Desse modo, a Literatura é, em si própria, um contexto, “que promove ou suscita tipos especiais de atenção” (CULLER, 1999, p. 32). Assim, a Literatura também pode ser entendida como um reflexo do seu tempo, representando, portanto, a relação que o autor tem com a sua sociedade. Nesse sentido, para Chalhoub & Pereira (1998, p. 7) “a Literatura é, enfim, testemunho histórico”.

O entrecruzamento entre Literatura e história também é revelado na contextualização literária do período em que podemos alocar as publicações das crônicas de Dourado no *Eco do Sul*. É preciso analisar o tipo de Literatura que caracterizava o espaço sul-rio-grandense de então e Maria Eunice Moreira e Carlos Alexandre Baumgarten, em seus respectivos artigos publicados em obra alusiva ao centenário da Federalista, fornecem as reflexões necessárias para compormos este panorama. Conforme Moreira,

Entre 1870 e 1920, quando, no plano histórico, registra-se o fenômeno que Joseph Love denomina *regionalismo gaúcho*, outra manifestação de caráter regionalista marcaria o quadro cultural rio-grandense, definindo o *regionalismo literário*. A eclosão desse segundo regionalismo – o literário – não deve ser entendida como uma oposição ou uma excludência do primeiro, mas como uma manifestação simultânea e com profundas raízes de ordem histórica. As condições para o aparecimento e conformação do regionalismo literário esclarecem-se quando se retomam, ainda que rapidamente, as características culturais vividas pela província rio-grandense, nos anos iniciais do século XIX. Tais condições, ao mesmo tempo que singularizam a região, quando comparadas às outras da nação, marcam a base da cultura rio-grandense e, em especial, de sua literatura (MOREIRA, 1993b, p. 131).

Os escritores gaúchos de então, ainda que alinhados com os princípios de estética romântica, “voltam-se para a exploração do espaço regional para dele tirar o material para a elaboração literária” (MOREIRA, 1993c, p. 133). Mas não só a produção, como também a crítica literária sulina segue igual percurso. Assim, afirma Baumgarten que:

A valorização do local, sem dúvida um dos alicerces da crítica romântica brasileira, é encampada pelo ensaio crítico sulino. Debruçando-se sobre a realidade que conheciam – o Rio Grande do Sul, seu homem e seu cenário – os críticos gaúchos inscrevem a Província no âmbito das reflexões teórico-críticas do Romantismo (BAUMGARTEN, 1993, p. 125).

Produz-se, então, uma visão mítico-ufanista do gaúcho, herança do pensamento romântico, segundo Baumgarten, que contrapõe uma dupla natureza no que diz respeito à produção literária regionalista: se, de um lado manifesta o desejo de afirmação do Rio Grande no conjunto da nação brasileira, de outro evidencia a associação desta produção enquanto Literatura autônoma (BAUMGARTEN, 1993, p. 126-128).

As influências da estética do Romantismo, presentes nos textos de Dourado são percebidas por Boucinha na obra *Voluntários*. Segundo ele, a valorização (e, em muitos casos, a idealização) do passado, a figura mítica do herói, a tradição, a religião, a ideia da história como perfeição e a valorização do sentimento (o amor é citado em inúmeras passagens, principalmente quando o autor fala da esposa e filhos deixados para trás quando partiu para a guerra) são indícios categóricos de que Ângelo Dourado pode ser classificado como representante característico do Romantismo (BOUCINHA, 1989, p. 53). De

fato, o Romantismo, de acordo com Bosi, traz temas como o amor, a pátria, a natureza, a religião, o povo e o passado como constituintes dessa estética, ainda que também esses temas possam ser verificados em praticamente todos os movimentos literários, e o que os distingue enquanto características inerentes é justamente quando são postos em situação, tematizados e lidos como estruturas estéticas. Citando Karl Mannheim, o autor afirma que “o romantismo expressa os sentimentos dos descontentes com as novas estruturas” do seu tempo (BOSI, 2012, p. 95).

Assim, tais enunciados são perceptíveis na obra de Dourado, mas também é possível identificar características do Realismo em seus escritos. É ainda em Bosi que buscamos a definição conceitual: “iniciado ao tempo das campanhas pela Abolição [da escravidão negra no Brasil] e pela República [...] o período realista conheceu amplamente o uso da palavra como forma de ação política” e que, “[...] em alguns casos, interessa à história literária, conforme a maneira pela qual se comunicam e se configuram os materiais ideológicos” (BOSI 2012, p. 272). Não apenas a defesa do liberalismo e o combate ao positivismo, presentes em praticamente toda a produção de Dourado, indicam aspectos do Realismo. A partir de afirmações em *Voluntários* (DOURADO, 1992, p. 10, 79 e 234), percebemos claramente a influência de teorias evolucionistas, especialmente o chamado darwinismo social, tão em voga no Brasil do século XIX, quanto o spenceriano, conforme destacado no capítulo 1. A defesa de que aspectos da prosa de Dourado convergem também para percebermos nela aspectos do Realismo encontra suporte nas características majoritárias do próprio jornal *Eco do Sul* daquele período. Nos textos do diário sul-rio-grandense analisados por Artur Emílio Alarcon Vaz,

Há um predomínio do estilo romântico, obedecendo aos padrões literários da época pesquisada no contexto do estado, embora os textos, *a partir do ano de 1881, demonstrem mudança para uma tendência realista*. Há, também, um predomínio de publicações de poemas e contos de autores locais, sendo os folhetins, em sua maioria, de autores estrangeiros, que também eram publicados em jornais paulistas e cariocas do período (VAZ, 2005, p. 12) [grifo nosso].

Desse modo, se poderia falar em uma verdadeira amálgama de características, e especificamente em Dourado podemos afirmar que vemos também uma interseção, ainda mais por tratar-se de uma época de tantas transformações de modo que, sem negar o Romantismo, é possível também utilizar conceitual teórico do Realismo para analisar as crônicas do médico baiano. Não é demais lembrar que neste período ocorria um processo de transição do Romantismo para o Realismo-Naturalismo. Como explica Baumgarten,

A passagem da crítica romântica à naturalista, no plano do ensaio literário produzido no Rio Grande do Sul, não foi imediata. Situa-se entre elas uma fase de transição, representada pelo trabalho desenvolvido por Damasceno Vieira e Carlos von Koseritz. Esse período, que convive com as últimas manifestações do Romantismo, é fruto de uma difusão inicial do ideário cientificista assumido pela intelectualidade brasileira e sul-rio-grandense do final do século XIX e primeiras décadas do atual (BAUMGARTEN, 1997, p. 103).

O próprio Damasceno Vieira (engajado por muito tempo na crítica literária romântica), em sua fase naturalista manteve com um grupo de ensaístas românticos uma certa vinculação, “sobretudo quando se dedica à reflexão sobre o estágio em que se encontra a crítica literária sul-rio-grandense” (BAUMGARTEN, 1997, p. 109). Assim, ainda que o Realismo, em grande escala, constituiu-se em negação aos princípios da estética romântica, não é impossível, devido ao próprio período de transição em que estavam inseridas, que as crônicas de Dourado apresentassem características presentes em ambos.

### **3.2 AS CRÔNICAS DE DOURADO NO ECO DO SUL**

O diário rio-grandino *Eco do Sul*, veículo onde Ângelo Dourado publica as crônicas que constituem o material de análise principal desta tese, foi um dos mais longevos jornais sul-rio-grandenses. Iniciou sua circulação no município de Jaguarão, mas, a partir de 1858, passou a ser editado na cidade do Rio Grande. Possuiu distintas posturas e defendeu diferentes ideários ao longo de sua existência. Com o advento da República, o jornal manteve sua

conduta embasada no partidatismo, em um primeiro momento apoiando os novos governantes, e logo a seguir adotando uma postura ostensivamente oposicionista, sendo francamente contrário ao sistema castilhistaborgista (ALVES, 2002, p. 271). Segundo Francisco das Neves Alves, isso teria um preço:

Tal postura custaria caro ao jornal rio-grandino que foi fortemente vigiado e perseguido, chegando a ter a sua circulação suspensa por diversas vezes. Mesmo assim, permaneceu em sua posição anticastilhista, apoiando os federalistas até mesmo à época da Revolução Federalista, ou pelo menos em parte dela, tendo em vista que o cerceamento e a coerção governamentais levariam à interrupção de sua edição. Mas o *Eco* voltaria à empreitada e não abandonaria suas convicções, transformando-se em uma das poucas folhas que, no contexto gaúcho, se opôs e buscou resistir ao avassalador predomínio do regime castilhistaborgista. [...]

O retorno à circulação, após o término da Revolução Federalista, em 1895, foi um dos momentos de maior engajamento do *Eco* em sua profissão de fé anticastilhista. Ainda que saudasse o fim do conflito, o periódico acabaria por demonstrar que não enxergava na pacificação o encerramento dos confrontos, ódios e paixões partidárias que levaram à deflagração bélica. Em tal retorno, o jornal explicava as razões da suspensão, enaltecendo a volta da normalidade na comunidade gaúcha e anunciava a sua postura a partir de então, dizendo que, entre os cânticos sublimes de patriotismo e os sons dulcíssimos dos hinos festivos com que o povo rio-grandense celebrava, em ondas de alegria, as derradeiras conquistas de seu espírito eminentemente democrático, emergia aquela folha da penumbra, em que, por efeito de uma situação política impossível, mas felizmente terminada, silenciara por longo tempo (ALVES, 2016, p. 16).

Na profética visão de “paz relativa” após o fim da Revolução Federalista, pode-se dizer que o jornal teve sua parte para manter viva a chama maragata, uma vez que suas páginas serviram de “trincheira discursiva” contra o legalismo. O jornal ainda seria fechado, ou teria sua circulação interrompida outras vezes, entre 21 de março e 30 de setembro de 1897 e entre 23 de julho de 1900 e 28 de fevereiro de 1902 (ALVES, 2016, p. 26-29). Este último período receberá nossa atenção com mais detalhes a seguir, pois trata diretamente de um episódio emblemático envolvendo os federalistas rio-grandinos, Ângelo Dourado e o próprio *Eco*.

Em nosso recorte delimitador do *corpus* da presente tese, analisaremos 137 registros ligados ao cronista maragato no *Eco do Sul*, entre os anos de 1896 a 1902, sendo 130 crônicas de sua autoria e 7 ocorrências diversas

ligadas à sua figura e/ou escritos (notícia, anúncio, análise, etc.). Do primeiro grupo, destacam-se as crônicas seriadas<sup>39</sup>, constituindo-se na grande maioria de seus escritos regulares, totalizando 116 inserções (sendo 38 intituladas “Os fanáticos da Bahia”; 46 chamadas de “Alerta”; 8 nomeadas de “Paralelos – tiranos e tiranetes”; 17 cujo título era “O hipócrita”; e 7 de nome “O apóstolo”). Tal arrolamento é complementado por outras 14 independentes, ou seja, com o assunto sendo tratado por meio de enfoque específico e sem continuação.

Em comum, todas traziam em maior ou menor evidência a crítica ao tipo de república estabelecida no país àquela época, e os pungentes ataques ao castilhismo, com menções explícitas em alguns casos, ou de maneira mais subliminar em outros, sob a abordagem ora em seu aspecto macro (o nacional, o mundial), ora micro (o local e episódico), em que aspectos de autoria ficavam destacados, seja na linguagem lírica empregada, no apoio narrativo de elementos da história e da Literatura, ou nos recursos estilísticos de que se valia para a análise da realidade retratada, características que exploraremos mais detalhadamente na análise de cada série ou crônica independente.

Do ponto de vista do “lugar” de suas crônicas no *Eco do Sul*, isso é, o espaço físico que ocupavam na distribuição dos textos do jornal, os escritos de Ângelo Dourado foram publicados sempre na primeira página, tradicionalmente mais nobre e de maior destaque. De todas as crônicas analisadas, apenas uma delas avança à página 2 (o “Alerta” de número 25) e, ainda assim, como continuação da página anterior, o que indica a popularidade e o prestígio que o cronista maragato desfrutava junto ao jornal e, muito provavelmente, ao seu público leitor. Em todas, assinava ao final como “Doutor Ângelo Dourado”; em alguns casos a assinatura era antecedida por datação completa (cidade, dia, mês e ano) e em outros, quando não desejava informar sua localização naquele momento, apenas com a data em que escrevia.

---

39 Por crônicas *seriadas*, consideraremos aquelas que ultrapassaram duas edições no jornal. Para as demais, e inclusive as que constaram de apenas duas inserções, trataremos por crônicas *independentes*, uma vez que a segunda invariavelmente apenas complementava e encerrava o tema tratado na crônica anterior, assim divididas, muito provavelmente, por questões de limitação de espaço do diário rio-grandino.

### 3.2.1 AS PRIMEIRAS CRÔNICAS (1896)

Os primeiros registros que aparecem no diário rio-grandino datam de 1896, portanto, menos de um ano após o término da Revolução Federalista, e trazem no título “Os voluntários do Martírio”, o mesmo do livro que lançaria naquele ano. A crônica inaugural, apesar de trazer a escrita do médico baiano, é mais uma transcrição de excertos do livro *Voluntários do Martírio*, conforme principia a apresentação do *Eco*: “como espécie do estilo usado nas cartas do nosso amigo doutor Ângelo Dourado à sua esposa, que em breve sairão dos prelos, com o título acima, vamos a um fragmento delas” (ECO DO SUL, 9/05/1896, p. 1). Na verdade, apesar de o diário caracterizar como “cartas”, o trecho que se segue é parte de uma reflexão do escritor sobre o Natal, presente já na parte final de *Voluntários*, mais precisamente nas páginas de número 395 a 398. O fragmento, dividido em duas partes (além da edição do dia 9 também aparece na do dia 13 de maio daquele ano), contudo, não é reprodução exata do texto que apareceria no livro, sendo ampliado em relação a este, e com o emprego de certa linguagem lírica. Nele, o cronista maragato diz que houve um tempo (referindo-se à sua infância) em que se sensibilizava ao ouvir “a leitura daqueles passos do grande martírio”, em alusão ao martírio de Jesus Cristo, na voz “suave, cadenciada” de sua mãe, “jovem ainda”, que fazia o então menino chorar porque ela chorava também, enquanto entoava, “com uma voz angélica, um canto do qual a memória guardou uma estrofe”: “Adoro-vos meu Jesus / Pelos homens condenado, / A levar em vossos ombros / Esse madeiro pesado”. Realça na lembrança o sacrifício de Jesus, tal qual o sacrifício dos federalistas nos campos de batalha. Ainda merece destaque a associação de sua mãe com Maria, mãe de Cristo:

O que se passaria em tua alma, ó minha mãe, tendo no teu regaço o filho primogênito enquanto pensavas nos mártires de um filho e nas dores de uma mãe que o vi-a morrer? Talvez no teu espírito representasse aquela cena cruenta, a figura de teu filho, como a minha apresentava o teu gosto à semelhança da imagem da Conceição, que tínhamos em nossa capela *como se o pintor te tivesse tomado por modelo* (ECO DO SUL, 9/05/1896, p. 1) [grifo nosso].



Nesse trecho, além da relação entre os sofrimentos de ambas as mães pelos seus filhos, também menciona Nossa Senhora da Conceição (Maria) como imagem e semelhança de sua própria mãe. Não é demais lembrar a relação pretendida entre o “martírio” de Jesus com os “voluntários do martírio” do exército federalista, na dicotomia estabelecida do bem enfrentando o mal. Sobre essa identificação de cada lado com os personagens da trama bíblica, o trecho a seguir é sintomático:

Talvez que, quando num gozo inaudito da atualidade se anunciou a minha morte, tu te lembrasses do meu cadáver exangue em meio dos de bravos companheiros, motivado pela faca da *legalidade*, como o amor de Cristo descido da cruz, na quietação do sepulcro, devia estar no pensamento de Maria, a *Mater Dolorosa*, enquanto Herodes festejava em Palácio o seu triunfo e César, o *Magnânimo Protetor* deliciava-se na ordem e no progresso de Capria.

E a noite percorria lenta o espaço com seu cortejo de trevas como triunfadoras, enquanto, após surgiram as estrelas, ora dispersas como medrosos, depois acumuladas, brilhantes, como novo exército a combater as trevas, e a lua despontava lenta, envolta em nuvens, como esposa abandonada que debalde buscasse seu esposo que lhe fugisse pelo caminho do Sol (ECO DO SUL, 9/05/1896, p. 1).

No lirismo da narrativa do cronista (a noite com seu “cortejo de trevas como triunfadoras” e a lua despontando “como esposa abandonada”), há a menção explícita da “faca da legalidade”, a Herodes (Castilhos) e César (magnânimo protetor/Floriano Peixoto), como antagonistas, identificados com o mal, além da menção ao dístico positivista e da bandeira republicana, da “ordem e progresso”. Finalizando o excerto do livro veiculado no *Eco*, o cronista deixa ainda mais clara as identificações das personagens envolvidas na comparação com a versão bíblica:

Não sois mais do que escravos do crime, do que almas vendidas que para viver tendes de assumir a paternidade de todos os horrores que cometeram em vosso proveito e em vosso nome; que, mesmo quando ante esse acervo de ignomínia a consciência vos pergunta — por que não pairais em vosso caminho? o crime os obriga a responder: — Dei a minha alma ao diabo; só tenho um bem — é o mal (ECO DO SUL, 13/05/1896, p. 1).

O “diabo” representa, ao mesmo tempo, tanto a entidade antagonista da crença cristã, o “inimigo”, quanto aos “diabos” chefes legalistas, em linguagem

figurada. Destaque também para a palavra “bem” no sentido de “posse”, mas que igualmente serve para antepor ao “mal”, tal qual um paradoxo, ou seja, pelo que o “crime” cometido (segundo a concepção de Dourado) obriga os defensores legalistas a responder, que o “bem” que praticam (em nome da legalidade) é, na sua concepção, o mal.

Esse recorte, inserido pelo cronista como excerto de sua obra no diário rio-grandino, parece-nos ter quatro sentidos possíveis. O primeiro, mais óbvio, a) como de divulgação do livro que seria lançado naquele mesmo ano, mas b) também destacar o aspecto da religiosidade (ou da crença cristã) que será retomado outras tantas vezes nas futuras crônicas atacando a separação da Igreja ao Estado pela instauração da república no Brasil, ao mesmo tempo em que ataca a fé positivista da *Religião da Humanidade* (isso será sentido nas próximas crônicas e merecerá nossa atenção mais detalhada). Além disso, apesar de não ser uma crônica no sentido mais literal por não ter sido totalmente escrita especificamente para o jornal (mesmo considerando as alterações do texto original), o fato de, entre mais de 400 páginas do livro, esse recorte ter sido o eleito, também demonstra a preocupação do autor em inseri-lo como c) sujeito da narração, destacando a presença do “eu” através da evocação da memória tanto da infância quanto do momento da guerra, além, é claro, d) da associação pura e simples do bem opondo-se (e sofrendo, e resistindo) ao mal.

Cerca de cinco meses decorridos desses excertos, o médico baiano publica no *Eco* duas crônicas em forma de parábolas, nas edições dos dias 4 e 10 de outubro de 1896, lançando mão de alegorias para a construção de sua narrativa. A primeira delas, intitulada “A louca”, fala de uma “mais digna e honesta matrona”, que ainda jovem e já mãe, orgulhava-se de “lançar os olhos sobre a numerosa prole e vê-la digna, forte, unida, modesta e respeitada”, fato que enchia a matriarca de orgulho, que se julgava “igual àquelas matronas antigas que se julgavam imortais “pelo caráter másculo de seus filhos que se tonificavam no sofrimento”, e se tornavam imortalizados pelas suas participações “nos campos de batalha contra o estrangeiro, e cujos corpos eram trazidos sobre os escudos [...] para que os vivos ouvissem os oradores

que em presença do cadáver dos homens narravam os feitos gloriosos dos heróis” (ECO DO SUL, 4/10/1896, p. 1). Na crônica, esses filhos marchavam para as batalhas com a imagem da digna mãe na lembrança, até que um dia, “após um bacanal”, seus filhos, os que ela mais estimava e em quem mais confiava, “bestializados, serviram de auxílio para os maus que, ansiosos por entrarem na posse absoluta da fortuna comum, destruíram a todos os irmãos que lhes moderavam os ímpetos de maldade”, ou seja, uma luta fratricida onde a ganância de uns trouxe a ruína de todos, com os “bons” e “confiáveis” servindo aos interesses perversos dos outros. Segue a história:

Ela, bestializada, também recebeu a nova cruel, como se fosse um bem. Despiram-lhe suas vestes modestas e convenceram-na que devia usar as vestes dos arlequins saltimbancos. E ela vestiu. Não era mais a matrona honesta, era a barregã dissoluta. Os próprios filhos levavam-na a prostituir-se em leitos estranhos ou traziam estrangeiros para dormir naquele leito então tão casto. Estava escrito porém, que a punição não tardaria. Os mesmos que a degradaram no afã de serem os únicos possuidores das vendas e das joias começaram a devorarem-se. Os que não tinham até então recebido nenhum quinhão dos proventos tiveram de receber o quinhão do sacrifício. Começou a correr o sangue de irmãos tirado por irmãos; e enquanto estes matavam e morriam, os que mandavam matar e morrer amontoavam para si as parcelas pertencentes aos mortos, e achavam que isso era bom; que deviam morrer todos porque assim só eles ficariam donos dos tesouros. Um dia, que foram ver aquela respeitável matrona, encontraram-na louca. O desrespeito, as injúrias haviam sido tantas que apagou-se-lhe de todo a luz do Espírito. Uma sua rival porque tinha zelos do seu nome sua fama, sabendo que ela se tinha transformado e decaído tanto, mandou-lhe seus filhos afim de verificarem se tudo isso era verdade. Os filhos traidores vestiram na de galas para aparentar antiga majestade, mas ela, a louca, foi além. — Rebocava-se no lodo de sangue e miséria de seus próprios filhos, para parecer correta antes seus hóspedes... E os filhos criminosos esbofeteavam-se, matavam ao mesmo diante desses hóspedes para apoderarem do prato de lentilhas, dizendo para os hóspedes: — assim é que compreendemos a honra. — não é verdade que somos um povo honrado?... Dizem que alta noite, quando tudo repousa, a louca medita e chora — e clama por aqueles que ela viu partir para depois começar a orgia. — Mas sente junto de si uma figura sinistra que lhe diz: Louca... Matar-te-ei antes que eles voltem... E esta figura é a dos filhos que ela mais amava. Então num gargalhar de dor — ela disse — não — não. Vós sois os que me amam — vós sois os que me sabeis amar (ECO DO SUL, 4/10/1896, p. 1).

Aqui Dourado utiliza-se do recurso da parábola para estabelecer o vínculo da realidade inserida durante e depois da Revolução Federalista. A matriarca, outrora digna e honesta, representa a pátria brasileira, orgulhosa de seus filhos e seus feitos heroicos “no estrangeiro” (as campanhas platinas e a Guerra do Paraguai, por exemplo), até a ganância operar e destruir aquilo onde antes reinavam a paz e a ordem (em alusão aos desmandos econômico-financeiros e políticos dos primeiros tempos republicanos). A alegoria da pátria enquanto figura feminina não representaria novidade naquele momento histórico, conquanto fora uma das imagens utilizadas pelo imaginário republicano<sup>40</sup> com esse mesmo propósito, mas não deixa de ser uma pequena ironia de Dourado, crítico da república de então, utilizar-se justamente dessa simbologia para tipificar, em sua crônica, a pátria.

Os filhos, por sua vez, representariam o povo, em um quadro pelo qual os bons foram ludibriados pelos inescrupulosos, que queriam se apossar das riquezas do país, representados pelos “tesouros” e joias pelos quais brigavam. Mas há mais referências: no trecho “ela, bestializada, também recebeu a nova cruel, como se fosse um bem”, evoca a proclamação da república e a reação do povo frente à novidade, sem perceber o que viria depois em consequência. A “prostituição em leitos estranhos” ou estrangeiros que eram trazidos pelos próprios filhos para “dormitar naquele leito até então tão casto”, diz respeito, respectivamente, às relações externas do Brasil na época (e também aos empréstimos externos obtidos em condições desfavoráveis) e aos imigrantes que aqui vinham para se estabelecer<sup>41</sup> (este último tema constitui-se em

---

40 Segundo José Murilo de Carvalho, a representação do imaginário republicano brasileiro imediatamente pré e pós-proclamação costumava valer-se da figura alegórica feminina inspirada em algo entre a francesa Marianne e Maria, mãe de Jesus (CARVALHO, 2007, p. 75-96).

41 No período, especialmente durante o mandato de Prudente de Moraes, cabe recordar, ocorreu a questão da Ilha da Trindade, onde os ingleses invadiram e decretaram a posse da ilha; a França invadiu o Amapá atacando e incendiando alguns povoados fronteiriços; também ocorreu o aumento da dívida externa em decorrência ainda da política do Encilhamento e dos gastos militares empreendidos para o enfrentamento da Revolução Federalista e da Revolta da Armada. Ainda sob seu governo, o Brasil assinou o *Tratado de Amizade, Comércio e Navegação* com o Japão (novembro de 1895) que tinha por objetivo estimular a imigração japonesa ao nosso país (DORATIOTO, 2012, p. 142-144). Todo esse cenário externo constituía, na visão de Dourado, o quadro perfeito de “prostituição” e “desrespeito” dos estrangeiros para com a pátria brasileira.

preocupação recorrente de Dourado, sendo objeto de reflexões em muitos dos seus escritos, desde *Voluntários* até *A situação política do Brasil*, passando pelas crônicas no *Eco*). A “loucura” da mãe que via a desgraça de si e dos filhos, os mais diletos, seria o atual estado da nacionalidade brasileira, como privada da razão frente aos desastros reinantes. Apesar disso, nos momentos de repouso e na solidão da noite, a “pátria louca” recupera por momentos sua lucidez, e “medita e chora”, clamando por uma realidade que já não existe mais, e mesmo assim ainda é assombrada pela figura de alguns dos filhos que irão acabar matando a mãe, ou seja, brasileiros exterminando a própria pátria, justamente aqueles que dizem que a amam, ou seja, os novos donos do poder.

A segunda crônica intitulada “Parábolas”, publicada no dia 9 de outubro de 1896, traz como subtítulo “Solar improvisado”, e dessa vez a personagem central é um homem, “João Pereira de Moraes”, sujeito “calmo, sério e honrado”, muito respeitado na aldeia em que vivia, rosto sempre bem barbeado, vestindo roupas elegantes, mas que o tempo fora desbotando. Era, porém, o resquício de um passado que também não existia mais, pois ali perto onde habitava, em um mato fronteiro, havia as ruínas da casa do capitão-mor, seu tataravô. O velho Moraes, louco como a personagem da parábola anterior, gastava seu tempo a ler, e lia muito, segundo a crônica do médico baiano: “sabia de cor a história verdadeira de Carlos Magno, então revia-se naqueles valentes personagens”. Na casa do ancestral, vivia encerrada a bela Florípes, amor platônico de Pereira de Moraes e à qual ninguém via, “ninguém a conhecia senão por ele dizer que ela estava ali, e seu nome escrito no livro”. A julgar que a amada habitava, indefesa, as ruínas, andava o velho pronto para defendê-la com a velha espada e com sua espingarda. E essa estranha relação promoveu a criação de uma quadra que, na parábola, se cantava pelas estradas: “o Pereira do Arraial / parece um Napoleão, / já passeia na calçada / de clavinote na mão” (ECO DO SUL, 9/10/1896, p. 1).

Tinha por fiel companheira, Quitéria, “sua velha caseira”, que também fazia as vezes de cozinheira e cuidava da casa enquanto o velho passava as horas lendo ou em lutas e combates singulares imaginários. Como se julgava um guerreiro que devia “dar leis a povos”, era necessário “estudar a natureza

humana”, sendo o livro em que Pereira de Moraes “estudava as desgraças sociais que tinha de corrigir era o da princesa Magalona e do cavaleiro Pierre, que ele pronunciava Pierré”. Então Quitéria, “sua única companheira, acocorava-se a seus pés, [acendia] um cachimbo de barro e punha-se a ouvir, e ele lia pausado, soletrado...”. Eis que, em uma dessas leituras em voz alta, chegaram uns sujeitos foragidos da polícia e, ao se aproximarem, ouviram o velho bradar: “pajens, meu cavalo de batalha, Florípes, a bela Florípes, vai ser roubada, vão assassiná-la, vão comê-la. Hei de salvá-la, ou hei de morrer com ela. Oliveiros, Roldão, meus companheiros...”, ao que respondeu um dos foragidos, “velhaco”, na definição de Dourado, que naquele momento compreendia a loucura de Pereira de Moraes e pretendia dela tirar proveito: “pronto! [...]. Este é um príncipe da Germânia, [...] este é o senhor de Trebizonda, [...] este é o valente Oliveiros [...] e eu sou o Roldão”. O velho desconfia: “Roldão? O senhor? Como a gente se engana! Pois eu era capaz de jurar que lhe vi no arraial da Furna ajudando missa, tocando o sino no dia de finados [...]”, e então o velhaco desconversa, e resolve apelar para o orgulho de Pereira de Moraes, dizendo que lhe reconheceu como sendo Carlos Magno, que ali vivia incógnito, com o seu palácio e a companhia da bela Florípes. E assim, no dia seguinte, o velho informa à Quitéria que irá abandoná-la para seguir sua sina junto de seus companheiros, e o bando então passou a saquear as aldeias vizinhas sempre com a desculpa de que Florípes se encontrava em perigo. Quando retornavam das pilhagens, com perseguidores em seu encalço, estes se deparavam com o velho e voltavam dizendo: “não, não é possível, o pobre louco João Pereira é honrado, não podia ter feito isso”. E assim foi aumentando o número de comparsas, até congregar “toda a vagabundagem” de então, mas não tardou a brigarem entre si, uns sabotando os outros, até que os habitantes do lugar perceberam que Pereira de Moraes era apenas um “testa de ferro”, e obrigaram os bandidos a fugirem, levando consigo todos os seus haveres. O velho chorava e dizia “levaram, roubaram Florípes”, e Quitéria, que também chorava, resumia a situação: “eis aí está o que se fazem os livros em quem só sabe ‘assoletrar’ e quer ler...” (ECO DO SUL, 9/10/1896, p. 1).

Nessa parábola, Dourado utiliza-se da linguagem dos romances

de cavalaria para ilustrar sua narrativa. Antes, e mais destacadamente, a primeira referência é a semelhança de Pereira de Moraes com Dom Quixote, personagem-título do romance de Miguel de Cervantes (apesar de não ser exatamente um romance de cavalaria, mas sim uma paródia ao gênero). Na crônica, Pereira de Moraes também teria perdido a razão ao ler muito aquele tipo de literatura. Tal qual o fidalgo espanhol, os enfrentamentos de inimigos e perigos imaginários, até mesmo a figura do fiel escudeiro, na pele da humilde Quitéria fazendo as vezes de Sancho Pança, encontram eco na crônica. Além disso, há duas referências explícitas a outros dois romances do tipo. O primeiro deles, famoso em Portugal e Espanha desde o século XVII até o XIX, é “História do Imperador Carlos Magno e os 12 pares de França”<sup>42</sup>, no qual se narram as aventuras de Florípes, dama de encantadora beleza e irmã de Oliveiros, que a oferece em casamento a Roldão, as três personagens que aparecem na parábola de Dourado. O segundo é o “História verdadeira da princesa Magalona, filha do rei de Nápoles - e [também] do nobre e valoroso cavaleiro Pierre, ou Pedro de Provença”<sup>43</sup>, uma tradicional história do medievo que narra as desventuras de Pierre até conseguir se encontrar e casar com a amada Magalona.

A parábola, ancorada em atmosfera quixotesca, estabelece uma relação similar à da crônica anterior, mas onde antes a figura da mulher simbolizava a pátria, agora o velho louco representa o povo “ilustrado” ou pretensamente ilustrado (vide a passagem em que o velho, ao invés de Pierre, pronunciava “Pierré”, e o fato de ler com dificuldade) que, incauto, e já louco, sucumbe à influência dos bandidos enganadores que o seduzem valendo-se dos desejos e sonhos de grandeza (tanto do velho, quanto do povo). Quitéria, que faz

---

42 A versão mais antiga que encontramos no sítio *Archive.org* data de 1675, publicada em Barcelona, e a mais recente publicada em 1907, em edição conjunta de Paris e Cidade do México, sendo esta tradução do francês atribuída a Nicolás de Piamonte. A primeira está disponível na íntegra em cópia digital no endereço <<https://archive.org/stream/historiadelemperadorcarlosmagno1675>> e a segunda, também em texto integral e cópia digital no endereço <<https://archive.org/stream/historiadelemper00piam#page/2/mode/2up>> ambas consultadas em 04 jan. 2018.

43 Cujas data de edição em português mais antiga é de 1789, localizada por nós no sítio *Google Books*, disponível na íntegra em versão digital no endereço <<https://books.google.com.br/books?id=qwdGAAAAcAAJ&dq=Magalona&hl=pt-BR&pg=PA1#v=onepage&q&cf=false>> Acesso em 04 jan. 2018.

as vezes da fiel escudeira, seria o povo simples, humilde, serviçal e iletrado, simples observadora sem nada poder fazer para salvar o seu senhor, apesar de continuar a servi-lo, e, no entanto, guarda mais lucidez do que o seu amo “ilustrado”. No final, é ela quem dá a lição última da parábola, de que nada vale a ilustração (representada ali pela leitura) para quem “mal sabe soletrar”, ou seja, um povo supostamente ilustrado (talvez em alusão à segmentos intermediários da sociedade), passa a ser simples massa de manobra de oportunistas e aproveitadores sem escrúpulos. Em síntese, dos novos “donos” da república.

Na edição do dia 29 de outubro de 1896, publica a crônica “Ontem e hoje”, em que aborda aspectos do passado e do presente do Exército, evocando a memória, “adormecida de muitos”, “antes que a concreção da lama a asfixie para sempre”. Para o cronista, a simples presença de um soldado de linha já bastava para estabelecer a ordem, pois ele representava toda a instituição donatária de grande prestígio patriótico. Para corroborar a afirmação, insere-se como personagem da própria narrativa, quando exemplifica o “ontem”:

Vi mais de uma vez, forças de linha, ou destacamentos comandados por um sargento, desempenhar em comissões difícilísimas, com toda correção, sem que os chefes das parcialidades litigantes pudessem acusá-los.

[...]

Eu me recordo bem de duas sessões do Parlamento. Uma na Câmara, onde Afonso Celso Júnior, com abnegação das almas sonhadoras encaravam a censura, contra direito, feita o exército como uma ofensa feita à pátria, e já rouco de tanto falar ele terminou seu discurso — “não ceder, não ceder, não ceder”.

Afonso Celso foi depois uma das vítimas, enquanto os que provocavam e sustentavam a questão como os militares, “aderindo”, transformaram-se em protetores da república cujo berço foi transformado em balcão onde se vende a honra da pátria e compra-se consciências, como nos lupanares onde os cafetões vendem a honra das mulheres inexperientes e habitam em casas onde se vestem de honradez.

A outra foi no Senado. O imortal Barão de Cotegipe, de profética memória, discutia a questão, procurando fugir de toda e qualquer irritação. Referindo-se a Madureira, falou com cara de riso, que era uma questão bizantina.

O velho visconde de Pelotas, doente e fraco ergueu-se como impelido por uma mola de aço e dirigindo-se ao grande brasileiro, ao Senado, dos tempos em que o Senado era composto só de homens dignos, que não havia um ali despachante de alfândega demitidos por peculato, ao presidente do Conselho, ao chefe de um partido prestigioso, bradou-lhe: — não ria, não ria porque está se referindo um coronel do Exército Brasileiro (ECO DO SUL, 29/10/1896, p 1).



Assim, coloca-se como testemunha não só da história comezinha, do relato do cotidiano (no exemplo dos destacamentos comandados por um sargento, militar de baixa patente), como da história daqueles que denominava como grandes homens, tanto na Câmara quanto no Senado, frisando que em tempos de outrora os representantes eram “homens dignos” ao contrário dos “despachantes de alfândega despedidos por peculato”, por exemplo. Estes designados grandes homens discursavam, representavam então a grandeza do Exército e ali exigiam o devido respeito à instituição. Cabe ainda destacar as comparações da república entre lupanares e cafetões, seguindo linha alegórica iniciada em “A louca”.

Para ilustrar o “hoje”, destaca que o Exército, apesar de “ter feito a república em nome do povo, porque era preciso que todos fossem ‘cidadãos’” [aspas do cronista], não teve a “parte do leão”: “aumentaram-lhe o soldo, é verdade, mas o câmbio pôs o soldo de um alferes ao par de um soldo de um sargento nos tempos normais”. A parte que coube aos militares foi, então e unicamente, “a do sofrimento”:

Disseram que a República foi feita por ele [o Exército], por isso é imortal. Como todos os crentes o Exército aceitou o aforismo, e começou a sofrer. De lutas cruentas, selvagens, incompreensíveis, hoje, ele assumiu a paternidade.

Morriam os soldados no campo de batalha, porque, as vítimas cansadas de sofrer, lembravam-se que a vida só é compatível com a dignidade; as famílias dos militares se cobriam de luto, os órfãos dessas famílias sofriam fome; a nação sacrificava-se contraindo compromissos que a geração não pagará em um século.

Dizia-se à nação que esse compromisso era para salvar a honra da Pátria, para pagar a valentia do exército lutador.

O Exército ficou na miséria — sofre misérias, e os que nunca brigaram, que nunca dormiram numa barraca, são capitalistas, ostentam luxos, insultam a pobreza dos valentes e bradam — viva a república!

Para esses, o exército brasileiro foi e é o mesmo que os antigos escravos das fazendas, trabalhando dia e noite para os senhores moços poderem se entregar a depravação nas cidades.

Consinto que me chamem de mentiroso quem me provar que a sorte do soldado do exército brasileiro é melhor do que as dos escravos das fazendas. Não bastou, porém, a esses roubadores da honra e do ouro da Pátria o sacrifício material do Exército.

Quiseram mais, fizeram o sacrifício moral.

Não houve celerado que não tivesse uma farda de honorário; não houve militar digno que não fosse punido (ECO DO SUL, 29/10/1896, p. 1).

O Exército que “ficou na miséria” e “sofre misérias”, no entanto, seria formado pelos honrados que não se dobrariam às vontades, ou estavam associados, aos governantes de então. Para o cronista, a situação do soldado é análoga à dos escravizados em tempos passados (argumento que retomará em crônicas futuras), trabalhando para os “senhores moços”, ou seja, os jovens republicanos que, especialmente no caso do Rio Grande do Sul, substituíam a antiga classe hegemônica dos velhos latifundiários.

Finaliza a crônica novamente valendo-se da lição do passado, estabelecendo um paralelo entre os fatos da Revolução Francesa e seu povo, com o Brasil e o Rio Grande do Sul de então:

Está escrito... Quem com ferro fere com ferro será ferido.  
 Deve aproveitar a época o senhor governador do Rio Grande.  
 Transformou seu jornal de propaganda em “*Père Duchene*”.  
 Os gritos de angústias dos oprimidos, súplicas dirigidas a quem prometeu garantias, são levados ali ao ridículo pela linguagem do cinismo feroz.  
 O povo francês então não era diferente do povo brasileiro de hoje.  
 Tinha o mesmo caráter sofredor, a mesma resignação estoica, mas levantou-se um dia e a guilhotina foi quem vingou as vítimas dos que o tornaram assassino.  
 Um dia depois do outro, é a lei eterna.  
 Espere quem puder, espere que verá quem puder ver (ECO DO SUL, 29/10/1896, p. 1).

O seu “jornal de propaganda” era *A Federação*, publicação legalista onde Castilhos e seus seguidores não só faziam propagandas de seu ideário e realizações como atacavam seus opositores, e é comparado justamente com um jornal radical francês da época da Revolução Francesa, chamado *Le Père Duchesne*<sup>44</sup>, em cujas páginas aquele que era denunciado como inimigo da república, seria invariavelmente levado à guilhotina. Possuía como segunda

---

44 *Père Duchesne* (dois títulos) e *Père Duchene* (sem o “S”, um título) foram, segundo Josemar Machado de Oliveira (2002, p. 143-144), o nome de ao menos três jornais publicados durante a Revolução Francesa e que deram origem a outros tantos homônimos em tempos posteriores. No período que nos interessa, todas as folhas possuíam conteúdo e posicionamento semelhante, então seria indiferente (e talvez impossível) buscar qual das três estaria se referindo Dourado, sendo mais um conceito ilustrativo (por isso utilizamos o artigo indefinido “um jornal” ao invés de “os jornais”) uma vez que a ideia por trás da comparação é plenamente aplicável a qualquer um deles, seja qual for. No texto original do cronista maragato, a grafia utilizada foi “Pere Duchene”. Como em vários outros casos de citações a nomes históricos a grafia divergia tanto da forma usada naqueles tempos quanto da atual, não nos parece indicativo de precisão, e sim, mais um erro involuntário do médico baiano.

característica a forma de linguagem popular e a utilização de termos considerados chulos como, por exemplo, se referir a Maria Antonieta como *putain* (OLIVEIRA, 2002, p. 143-151). Na metáfora, além da semelhança que vê entre um e outro jornal e seus objetivos, demonstra a ilustração característica que serve de suporte para o desenvolvimento de suas crônicas e as lições esperadas delas. Além disso, se vale de expressões como “quem com ferro fere, com ferro será ferido” e “um dia depois do outro”, exemplos de máximas de sabedoria popular e, portanto, pretensamente profetizadoras do porvir.

No dia 18 de novembro de 1896, publica uma crônica escrita (segundo a assinatura desta) em 15 de novembro, ou seja, aniversário da república, com o sugestivo título de “As festas”. É a primeira em que se debruça sobre aspectos do cotidiano de maneira mais explícita, e principia já deixando claro sua opinião sobre as comemorações: “não é preciso ter um espírito muito atilado para observar-se o que vai de repugnância no espírito público por essas festas oficiais que comemoram as datas republicanas”, uma vez que, apesar de a república ter sido instaurada no país “sob auspícios de uma paz rara” apesar de “imposta ao Brasil como uma surpresa”, em pouco tempo “viu medíocres, ou nulos desconhecidos, ostentarem o luxo, a riqueza, como se a pátria fosse um inimigo vencido em batalha” e, por isso, com direito aos despojos. Prossegue sobre as comemorações:

Fazem festas, acordam o silêncio da plácida noite de luar com as músicas, é a artilharia troa.

Há músicas também depois das batalhas, proa a artilharia para festejar o triunfo, mas nos olhos dos que executam essas harmonias, dos que fazem o canhão troar os lares, há lágrimas porque no campo da batalha ficaram adormecidos para sempre os irmãos, os pais, os filhos, os amigos, e se essa batalha é numa guerra civil provocada pela insânia dos governos, há mais uma vítima, uma grande vítima que não tem voz para lamentar e só tem lágrimas de sangue, é a pátria — ela que se mutila, é ela a quem se mata.

Festejam por ordem superior, mas o povo, o que leva as alegrias espontâneas para o alarido das festas justas, cala-se e olha como vítima, porque cada nota de música, cada tiro de canhão, acorda-lhe no peito a saudade de um ente caro que o Minotauro devorou em nome da república, e desviou os olhos desse passado de ontem, para encarar resignado esse futuro mais cruel com que ele acusa o dia de amanhã (ECO DO SUL, 18/10/1896, p. 1).

Essas festas, então, seriam “por ordem superior”, cabendo ao povo assisti-las sem tomar verdadeiramente parte porque não havia o que comemorar, “olhando como vítima” e traz na metáfora do Minotauro, a alusão do povo de Atenas que, em tributo ao rei Minos, enviava anualmente as vítimas em oferta e sacrifício para a morte certa, como o povo brasileiro que também enviava seus filhos para as guerras fratricidas. Depois das festas, “recai o silêncio” continua o cronista, evocando sua experiência de médico onde cabem também metáforas do ofício: “[a república] já está contaminada de todas as lepras; a mais profícua terapêutica apenas poderá prolongar-lhe a agonia e se ela foi longa, a morte da Pátria será inevitável”. Finaliza pedindo que “cessem, portanto, as festas, porque elas são os funerais de um povo que agoniza”.

A última das crônicas “independentes”, antes de iniciar a primeira série denominada “Os fanáticos da Bahia”, recebeu o título de “Antônio Conselheiro”, publicada no dia 16 de dezembro de 1896. Apesar da temática similar, optamos por classificá-la entre as independentes porque ela distingue-se da série por dois aspectos relevantes: a) ela inicia e encerra o assunto no seu espaço de publicação, e b) possui características de estilo diferente do que viria a publicar a seguir (ainda que, seguramente, serviu-lhe de inspiração para as reflexões posteriores). Em “Antônio Conselheiro”, vemos a continuidade da ligação do cronista com o presente enquanto matéria-prima do seu texto, e as costumeiras críticas com a situação política do Brasil de então. O estilo (ou recurso narrativo), porém, é o de uma hipotética carta ao líder de Canudos:

Não chegará a ti meu grito de adesão, ó nobre fanático que leva da vida, tua e dos teus, para selar com sangue a profissão de fé de tuas crenças. Chamo-te nobre porque nos papéis onde por conchavo infernal se diz — saúde e fraternidade —, chamam-te bandido.

[...]

Chamam-te fanático por que conduzes imagens de mártires que não mandaram matar para roubar; não exigiram o sangue de um povo para poderem dormir; não venderam a honra de uma nacionalidade para poder dominar; não mataram um país novo em nome do progresso; não aniquilaram os hábitos de uma grande nação em nome da ordem; não distribuíram a fortuna pública por alguns em nome do viver para outrem; não mandaram assassinar por interesses individuais em nome da humanidade (ECO DO SUL, 16/12/1896, p. 1).

Nessa imaginada correspondência a Antônio Conselheiro, o verdadeiro destinatário é o público leitor do *Eco*, e o “grito de adesão” é menos por um suposto alinhamento a crenças messiânicas e mais pelo fato de ser taxado de “inimigo da república”. Conforme Carla Costa, em 1896, os jornalistas, escritores, críticos e políticos identificados com a república (ou seja, a imensa maioria dos letrados, uma vez que eram raríssimas as manifestações públicas de restauração da monarquia) do Rio de Janeiro, que:

Frequentavam as redações, editoras, lojas, restaurantes, cafés e livrarias da rua do Ouvidor – local de reunião da elite política e intelectual – eram republicanos de vários matizes que tinham como paradigma de modernidade e civilização a cidade de Paris e seus modelos políticos, literários e sociais a serem alcançados no futuro. Essa intelligentsia urbana desconhece profundamente o modo de vida do interior do Brasil, os sertanejos, o catolicismo popular e a figura de Antônio Conselheiro. A imprensa divulga em artigos e editoriais que os conselheiristas são monarquistas, católicos, que tem apoio de países estrangeiros e principalmente que são conspiradores que querem derrubar a República e restaurar a monarquia. São inimigos da República recém-instalada e devem ser exterminados porque querem a volta da ordem monárquica escravocrata (COSTA, 2017, p. 14).

Sendo o “assunto do momento” entre a elite intelectual, reverberando em todo o país inclusive no extremo sul, e tendo contra si as antipatias da elite republicana, Antônio Conselheiro também era alvo das mesmas acusações que os federalistas haviam sofrido durante a guerra civil de 1893-95, e fazendo-os, apesar da diferença de organização, atos e propósitos, próximos em relação ao “inimigo comum”, os novos chefes republicanos, justificando o tal “grito de adesão” do cronista maragato. Cabe destacar também a atualidade da temática, uma vez que, nesse período, o arraial de Belo Monte de Canudos era notícia nacional muito recentemente, datando de novembro de 1896 a primeira expedição militar contra o povoado. Essa expedição, liderada pelo tenente Manuel da Silva Pires era formada por “113 soldados, oficiais, médico e guias recrutados nas forças do estado da Bahia”, que, no entanto, não logrou êxito (COSTA, 2017, p. 13).

Dourado, ao avaliar o contexto social e a ação do governo empregada, vaticina o destino de Conselheiro, no desdobrar dos acontecimentos:

Tu morrerás aí, nesses áridos sertões, mas morrerás contente por que fosse levado ao sacrifício tendo por manto a auréola de tuas crenças.

[...]

E os que te vão matar, porque com os teus levas a vida em holocausto à tuas crenças, tem símbolos que eles não compreendem, porque instrumentos dos vilões que com formas cabalísticas se locupletaram, e se locupletarão com o ouro em que se transforma o suor do povo bestializado, eles se sacrificam, enquanto os tartufos se enchem e falam em pátria e humanidade — pátria que agoniza pelos roubos praticados por eles; humanidade que ser desonra pelos crimes legais.

Teu corpo de ignorante é uma arca de concerto onde se asila uma alma que não se deixa apodrecer pela osmose da infâmia.

A vida para ti não é um caminho para o gozo, é um meio para dignidade.

Tu não terás palácios em cujas escadas se acumularão os lacaios, a se digladiarem para, primeiro beijar a mão do que por munificência, distribui por poucos a fortuna de todos.

[...]

Tu és bandido, não pertence as legiões da nobreza moderníssima, por isso não é aclamado.

Morre com os teus, com duas crenças.

Ao menos não verás, com tua alma de herói, a próxima partida do esqueleto da tua pátria, porque a vida e a seiva da tua nacionalidade, irão longe locupletar de gozos os sábios que te chamam ignorante, porque não sabes ser hipócrita, porque não sabes ser ladrão falando em bem público.

Não tiveste fineza para abandonar os protocolos italianos pela promessa da venda dos bens nacionais (ECO DO SUL, 16/12/1896, p. 1).

Por “símbolos que eles não compreendem” refere-se aos símbolos cristãos, pela separação Igreja/Estado ocorrida com a república e sua primeira Constituição e a conseqüente laicização do governo, e também do afastamento moral dos novos senhores da república aos preceitos cristãos, uma vez que, segundo ele, roubam e matam, práticas condenáveis. Nesse trecho também se pode notar a ironia quando chama Antônio Conselheiro de “bandido” porque “não pertence as legiões da *nobreza moderníssima*” [grifo nosso] e, por isso, é considerado inimigo ao invés de aclamado. O “moderno”, nas análises do cronista maragato, tem conotação negativa, as vezes irônica, como no trecho destacado, em franca oposição à tradição, na maioria das vezes evocada como exemplo de tempos melhores, mais dignos. Há consonância com o provável sentimento de nostalgia dos federalistas, muitos dos quais antigos liberais, que na década anterior gozavam do pleno exercício do poder no Rio Grande do Sul, até serem alijados do poder com o advento da república e a ascensão dos novos líderes republicanos positivistas liderados por Júlio de Castilhos.

Finalmente, na conclusão, há a referência aos chamados “Protocolos italianos”, também assunto recente da época, daquele mesmo ano de 1896. Em suma, a tensão diplomática que levou esse nome foi uma série de pedidos do governo da Itália em virtude de danos supostamente causados por brasileiros aos imigrantes daquele país, e também a avarias em navios e roubo de propriedades italianas desde a *Revolta da Armada*, reverberando em pequenos conflitos nas ruas de São Paulo. Após a Itália ameaçar impedir a emigração de colonos, o governo de Prudente de Moraes acaba concordando e submetendo-se às exigências do país europeu (BACKES, 2006, p. 138, 210 e 304). Uma vez mais, a república (ou seus governantes) davam mostras à visão de Dourado de que a honra pátria era constantemente atacada, sempre submetida aos interesses estrangeiros, provavelmente por meio de incentivos obscuros, como pode ser interpretado no trecho da “promessa da venda dos bens nacionais”.

### **3.2.2 OS FANÁTICOS DA BAHIA**

A primeira série regular de crônicas de Ângelo Dourado no Eco do Sul recebe o título de “Os fanáticos da Bahia” e é publicada entre 31 de dezembro de 1896 a 13 de março de 1897, com intervalo regular de dois dias, em média, entre uma e outra, totalizando 38 inserções.

O conflito ocorrido no nordeste do estado da Bahia, em conjunto com as quedas da escravidão e da monarquia, além da própria Revolução Federalista, integra o “pórtico avermelhado de entrada do país no século XX, além de assinalar o início da integração ao todo nacional de parte significativa da sociedade brasileira, mantida até ali em arrendamento completo” (MELLO, 2014, p. 18). Apesar das gritantes diferenças entre as guerras de Canudos e Federalista, desde espaciais até ideológicas, passando especificamente pelos objetivos de lá e cá, havia algo em comum que poderia indicar a comoção do médico baiano em dedicar uma série inteira de crônicas para tratar do assunto: a oposição ao governo republicano de então. Mesmo que aí também seja possível identificar mais diferenças do que semelhanças, afinal os Federalistas

atacaram e os conselheiristas começaram se defendendo, foi o fato de ambos os grupos serem perseguidos e considerados inimigos da república que talvez provocou a empatia do cronista maragato. Canudos, guardadas as proporções, era a nova revolta dos maragatos, era uma rebeldia que se impunha a despeito do poderio militar e econômico do governo central, dos “novos donos” da república brasileira. E isso o fez voltar à pena, mas para ser bem interpretado, para separar o joio do trigo, se fazia necessária uma exposição longa, demorada, detalhada. E foi o que o médico baiano fez, apesar de ainda não dimensionar qual seria a duração nem o alcance do conflito.

Assim, com a derrota das tropas governistas em Belo Monte de Canudos, os acontecimentos sucedidos no sertão da Bahia ganhariam ainda mais evidência no noticiário nacional e o interesse do cronista maragato era justificado, pois se utilizaria do mote de Canudos para estabelecer seus paralelos com a situação política e social do Brasil, além de prover material para aprofundar suas críticas à república, em geral, e a Júlio de Castilhos, em particular. Para Dourado, o conflito nos confins do país erroneamente visava combater os efeitos, ao invés de atacar as causas, o que apenas agravava a situação. Diz o cronista:

Vendo o que se está passando na Bahia, os homens do governo só encaram um punhado de homens a destruir, e para isso nada mais fácil porque tem Exército.

O Brasil não precisa desses seus filhos, porque o europeu virá povoá-lo, e dar uma raça melhor, branca, sem etnografia mais agradável à vista; e os soldados que morrem não causam pesar aos governos porque olha os apenas como instrumentos obedientes, por fatores da fortuna alheia, garantidores de suas posições.

Demais, sendo a grande maioria dos soldados tirados das classes infelizes pelas condições de raça e ignorância, os governos que desejam ver seus governados serem brancos e civilizados, olha essas mortandades como um meio de purificar a raça, um escoadouro para essa infeliz parte do povo brasileiro que não se tornou branca pela posição, nem sabia por conchavo ou aclamação; mas a nação que não tem um olho para ver os privilegiados que são os que a matam e desonram e outro para ver os desgraçados que são os que sofrem, mas que nos perigos são os que a defendem e desafrontam, é quem perde, é quem sofre.

Para os indiferentes, esse grupo de fanáticos não pesa na balança. São fanáticos. Usam de práticas contrárias às da religião, que já não pertence ao estado, mas se fosse Antônio Conselheiro quem a 15 de novembro se achasse com seus 5000 fanáticos no Rio de Janeiro para abrir as portas da fortuna aos tartufos espertos, se teria glória em escrever nos papéis públicos



a suas máximas, fazer bandeiras com as figuras esquisitas que eles levam como emblemas nos combates (ECO DO SUL, 31/12/1896, p. 1).

Abandonando a forma epistolar, a crônica assume contornos mais críticos e faz alusão direta à desigualdade das forças em oposição, ao “indiferentismo” de parte da população porque os “fanáticos” não fariam falta à nação brasileira, ainda mais porque, em substituição àquela pobre gente morta, viriam europeus para “dar uma raça melhor, branca, de etnografia mais agradável à vista”, revelando tanto as preocupações imigratórias já reveladas em *Voluntários* quanto aos processos de eugeniação do período, desejos de uma elite que se entendia “moderna e cosmopolita”, para a qual “Canudos representou a entrada de um Brasil ‘diferente’” (SCHWARCZ, 2012, p. 55). Para Dourado, a despeito desses fatores, o tratamento seria bem diferente caso o grupo de Antônio Conselheiro militasse pelo republicanismo e empunhasse bandeiras com “seus símbolos esquisitos”, isto é, republicanos.

Logo após, e mais uma vez, apoia-se em elementos e personagens da história universal para fins de comparação com aquilo que está analisando:

Tomás Aniello, ou Masaniello, era mais ignorante do que Antônio Conselheiro, e a fidalguia napolitana de então esteve à suas ordens enquanto vira nele o árbitro do vice-reinado de Nápoles; vendo espírito o ato de heroísmo nele, quando, na praça pública, baixava os calções para voltar as nádegas para o Palácio do Duque de Arcos, Vice-rei.

O que preocupa aos governos disto a que estão dando o nome da república, é o meio de ter dinheiro para contentar aos adesivos, sanguessugas que só se desapegarão da república quando ela já não tiver seiva, o que parece ser proximamente, então se ocultaram para fazer a digestão vivendo “honradamente”, lamentando os erros dos Floriano e dos Prudente, como as que aderiram a Deodoro lamentavam os de Dom Pedro, o magnânimo, os que aderiram a Floriano, mesmo os que o chamaram *três vezes traidor*, censuravam a Deodoro, e os que se gloreavam de serem os mentores do pobre senhor Prudente, aderindo ao Dr. Manuel Vitorino, já censuravam o senhor Prudente e amanhã se ele voltar se supliciarão confessando publicamente o erro porque o senhor Prudente será então o sábio Ulisses, o severo Catão, o legislador Licurgo, até o impetuoso Alexandre para consolidar a república, se nos cofres houver dinheiro, ou possibilidade de obtê-lo; e o senhor Manuel Vitorino, se não houver possibilidade de voltar ao poder será um “irrequieto”, um “energúmeno”, um “díscolo” (ECO DO SUL, 31/12/1896, p. 1).

O paralelo estabelecido em relação ao pescador e revolucionário napolitano Tomás (Tommaso) Aniello D'Amalfi (conhecido como Masaniello) – o qual, se rebelando contra os impostos do vice-reinado espanhol dominante naquela região italiana de então, liderou o movimento conhecido como *Revolta Napolitana* em 1647 abrindo caminho para a instauração da república cinco meses após sua morte (HUGON, 2014 p. 33, 167-168 e 388) –, tenta demonstrar que não era a origem humilde nem o povo que Conselheiro liderava que o tornavam inimigo da república, e sim sua postura. Ao evocar o caráter popular do líder de Belo Monte (tal qual Masaniello) questionava quem ainda poderia se levantar contra os descabros da república, mesmo em condições aparente e momentaneamente desiguais. Também a comparação com a antiguidade clássica, agora em tom de ironia, de como Prudente de Moraes seria chamado caso retornasse ao poder<sup>45</sup>, como Ulisses, personagem homérico da Odisseia, e o lendário legislador espartano Licurgo, por exemplo. Conforme iam se alternando os chefes do governo, assim iam também se alternando os adjetivos a ele atribuídos. Cabe também destacar a menção velada a Júlio de Castilhos quando Dourado fala em “sanguessugas”, verificada no trecho “[...] os que aderiram a Floriano, mesmo os que o chamaram três vezes traidor [...]”. Desde *Voluntários* que o cronista maragato atribui essa frase/acusação de Castilhos referindo-se ao marechal de ferro como “o marechal três vezes traidor” (DOURADO, 1992, p. 200 e 405).

Na segunda crônica, publicada na edição do dia 1º de janeiro de 1897, abre o texto novamente com uma comparação de fundo histórico como preâmbulo da análise que iria empreender:

Quando, antigamente, surgia do meio do povo um homem com uma coragem de não se vender aos eternos senhores da “elite”, diziam logo — é um profeta — profeta em hebraico quer dizer: louco. Era, portanto, um louco quem tinha coragem para se opor ao poder dos Herodes. Todas as perseguições eram lançadas contra ele, é ele na consciência de que

---

45 Na época da publicação da crônica, Prudente de Moraes estava afastado da presidência (desde 10 de novembro de 1896), por motivos de saúde, estando na chefia do poder executivo, interinamente, seu vice, Manuel Vitorino, com o qual possuía divergências políticas. Moraes retornaria ao cargo somente em 4 de março do ano seguinte.

a vida de um homem é apenas um milésimo de segundo na vida de um povo, sem temer nem as fogueiras, nem os leões, sustentavam que aquele caminho era o da ruína da raça hebreia, do povo de Israel. Somente os loucos tiveram força para dizer a Nabucodonosor, o rei vitorioso, que um exército vencedor não triunfa sempre, e que os que acreditam que os exércitos e o povo, bestializados, podem transformar matérias em Deus, assassinos em heróis salvadores, só o que fazem é transformar o homem em besta (ECO DO SUL, 1º/01/1897, p.1).

A despeito da imprecisão etimológica do vocábulo “profeta”<sup>46</sup>, esse fundo histórico, no entanto, traz a moral cristã da subversão daqueles considerados loucos que ousavam enfrentar o poder estabelecido. Há a mistura de personagens do *Velho* e do *Novo Testamento* (Nabucodonosor e Herodes, respectivamente) e, novamente, um paralelo com o presente na expressão “bestializados” (o povo, na república), e “um exército vencedor não triunfa sempre”, como no caso da primeira expedição contra Canudos.

Como ápice da reflexão que empreende nesse segundo texto da série, busca o exemplo de Jesus Cristo, como o sucessor dos profetas “irrequietos”, porta-voz de um reino tão estranho aos atuais donos do poder:

Depois desses irrequietos surgiu a figura divina do Cristo.  
 O que se fez Deus; o que só pensava no bem, no futuro, na tranquilidade, na vida modesta e calma de todos que tendo nascido tinham o direito de viver. Modesto, sábio, honesto, vivendo de pouco, e o pouco que lhe davam distribuindo pelos necessitados, Ele percorria as aldeias a consolar, a dizer: “esperem — Deus existe — Deus é a verdade, Deus é o castigo. Ouça-me bem, quem me puder ouvir — quem com ferro fere com ferro será ferido.  
 Não faças a outrem o que não queres que se faça a ti.  
 Dá a cada qual o que é seu — e assim tereis paz.  
 Eu vos farei chegar ao reino dos céus...  
 Mas esta palavra — céu — abstrata, parecia um outro mundo e eles duvidavam. Um outro mundo para que?  
 O que precisavam era dinheiro para viver. Viver, sim, infames embora. Esse mundo de que Ele falava era um absurdo.  
 O mundo que eles queriam era de gozos, como hoje no Brasil a república que eles querem é a dos lucros — por isso ninguém ouviu.  
 Mataram-no, mas a morte dele, foi também a morte do povo hebreu.  
 Está escrito (ECO DO SUL, 1º/01/1897, p. 1).

---

46 O *Dicionário etimológico de língua portuguesa* situa a origem da palavra no latim *propheta*, por sua vez derivada do grego *prophetés* (CUNHA, 2010, p. 523). A raiz latina também é confirmada pelo *Dicionário Priberam de língua portuguesa*, em sua versão em linha, cujo significado literal seria “intérprete ou porta-voz”. Disponível em <<https://www.priberam.pt/dipo/profeta>> Acesso em: 06 mar 2018.

No trecho, percebemos a sucessão de máximas populares e expressões atribuídas a Jesus enquanto críticas (ancoradas na moral cristã) tendo por função a advertência. Desse modo, as preocupações terrenas momentâneas como o gozo, o dinheiro e o lucro, estariam distantes da compreensão do que realmente seria importante e, por conseguinte, que levaria a pátria para seu caminho correto, do bem (simbolizado pela alegoria do céu), de que o povo não entendia porque era conceito “abstrato” e “absurdo”. A morte de Cristo, nesse cenário, também representou a morte do povo hebreu, advertência de que o mesmo poderia acontecer ao país, pois assim “está escrito”, e, portanto, profetizado.

As duas crônicas seguintes, publicadas nos dias 3 e 5 de janeiro, seguem o tom da analogia bíblica, avançando o espectro para as perseguições que os cristãos sofreram em Roma no início da era, retratada como “a escravizadora, a destruidora”, em meio de uma “turba feroz que aplaudia os sacrifícios humanos, entre o rugir dos leões e dos tigres famintos e o gargalhar dos espectadores, ‘consolidadores’ do poder de César” (ECO DO SUL, 3/01/1897, p. 1) para logo a seguir criticar os descaminhos dos “consolidadores” do cristianismo séculos mais tarde, por ocasião das Cruzadas, “desvirtuando-lhe a essência” e com o objetivo de “formar reinos e impérios naquela velha região de povos aniquilados [a Palestina], não levasse ali o terror com o ferro e o fogo, a destruição por toda parte em nome do que só pedira o respeito, a humanidade, a justiça”, e essa ação, por sua vez, teria dado como único fruto “valentes cruzados [...] que lá ficaram sepultados deixando apenas o ódio de raças e crenças, fazendo odiar” (ECO DO SUL, 5/01/1897, p. 1). Finalizando o texto publicado no dia 3, escreve “Bagé, primeira hora do primeiro dia do ano de 1897”, e, na seguinte (dia 5) informa “1º de janeiro de 1897”. O destaque, ao mencionar a “primeira hora do primeiro dia” como momento de escrita, apesar de não estar explicitado em palavras, revela a vontade de o cronista informar ao público-leitor que não para nem nos festejos, e a “trincheira discursiva” é lugar que ocupa sem descanso, reforçando na igualdade das datas que ambas foram redigidas no mesmo dia, o primeiro do ano, sendo assim a luta pela pátria desejada não deveria ter descanso nem pausas e ele mesmo

dava o exemplo.

Na publicação do dia 7 de janeiro, defende a ideia de que não seriam absurdas as analogias entre as lutas religiosas do passado e a de Antônio Conselheiro, porque “todas as lutas que começam, sempre tem uma causa remota, longa, e os seus heróis surgem sempre de meios obscuros, humildes”, e retoma a crítica aos novos “donos” da república. Para Dourado, “enganam-se os que pensam que dos gabinetes, das discussões, podem nascer religiões; apenas terão adeptos em grupos ‘sui generis’, que poderão mesmo dominar com os elefantes de Pirro” (ECO DO SUL, 7/01/1897, p. 1). Essa referência é à *Religião da Humanidade* criada por Augusto Comte (portanto, em gabinete), uma religião “puramente natural, racional, científica e exclusivamente humana, que não admite mistérios, revelação, vontade sobrenatural e que não aceita nenhuma crença, cuja exatidão a sua razão não lhe tenha podido demonstrar” (RIBEIRO, 2003, p. 29), seguida no Brasil por positivistas mais ortodoxos. Também merece destaque a menção a Pirro, rei macedônico que pretendia restaurar o império de Alexandre Magno e chegou mesmo a derrotar os romanos em duas batalhas, mas as perdas consideráveis que sofreu impediram-no de conquistar Roma (GIBBON, 2005, p. 510), dando origem à expressão “vitória de Pirro” ou seja, vitória que pouco ou nada vale, tal qual seriam, em sua visão, as vitórias do governo, maculadas pelas grandes perdas envolvidas.

Na mesma crônica, retoma a carga, agora explícita, contra Júlio de Castilhos, utilizando uma figura de linguagem para teorizar sobre ideia atribuída ao líder legalista, a quem seus próprios antigos aliados, e depois desafetos (dentre eles os coronéis Carlos e Pantaleão Teles e o ex-deputado estadual Piratinino de Almeida) teriam sido “quem mais concorreu para os horrores do Sul”, e supostamente disse Castilhos, “foi quem me fez criar esses cabelos brancos”. Pondera Dourado:

Não fora nossa posição digna e altiva, o nosso brio em não nos quisermos humilhar, contasse o senhor Castilhos com a submissão, ou a tolerância da quase totalidade dos federalistas, como desgraçadamente teve alguns, e o senhor Castilhos em pouco seria juiz severíssimo para punir a todos os seus, e assim dizer que foi contra sua ordem todos horrores cometidos e que

quem lhe fez, tão moço ainda, criar tantos cabelos brancos, não foram os Maragatos, mas os seus amantes da República (ECO DO SUL, 7/01/1897, p. 1).

A metonímia empregada, “criar tantos cabelos brancos”, no sentido de envelhecer antes do tempo, atribui os incômodos, desgostos e contratempos que teriam concorrido para tal efeito em alguém “tão moço” como Castilhos, aos seus partidários, acusação corroborada pelo cronista maragato. Tal prática de relativizar, e em muitos casos elogiar mesmo a quem, de alguma maneira, esboçava algum confronto ou discordância contra o castilhismo ou seu líder máximo, tinha por objetivo arregimentar esses eventuais dissidentes à causa federalista, e as crônicas (como também os editoriais dos jornais maragatos) eram o espaço ideal para tal propósito.

A figura do narrador presente, da testemunha da história (e, portanto, sua autoridade) retorna na crônica publicada no dia 10 de janeiro de 1897. Afirma Dourado que “muitos têm sido esses fanáticos nos sertões do Brasil onde chegam a criar em torno de si verdadeiros crentes, até entre famílias distintas”, tendo ele próprio conhecido um tipo assim na cidade de Tibagi, no Paraná, sujeito “sujo, sórdido, asqueroso” a quem “os enfermos iam consultá-lo”, incluindo famílias importantes da região, e eram curados, porém toda a farmácia utilizada “consistia em um pouco de cinza que ele mandava engolir de tal ou tal maneira, em tal hora, pronunciando tais e tais palavras” e isso bastava para o povo, crédulo, seguir o “fanático”. Cita também os Muckers, no Rio Grande do Sul, que “chegaram a criar partido, infelizmente [este] não se desenvolveu por que foi mal o lugar escolhido e o meio, mesmo assim, porém, bastante custou a sua extinção”<sup>47</sup>, referindo-se ao conflito de contornos messiânicos ocorrido na zona colonial alemã sul-rio-grandense, nos anos de 1873-74, liderados pelo casal Jacobina e João Jorge Maurer. Não entra em muitos detalhes sobre esse caso, mas aproveita para divulgar seu livro, *Voluntários do Martírio*: “no meu livro sobre a revolução, que em poucos dias será submetido à apreciação pública, trato dele por mais de uma vez”.

---

47 Caso Dourado tenha utilizado o termo no sentido de “agremiação política”, não há registros históricos que deem suporte a essa informação.

Outro caso, o cronista testemunha ter conhecido ainda na Bahia, quando lá vivia. A esse, dá mais detalhes:

Na Bahia, apareceu um rapazinho, pardo, franzino, feio. Passou pela minha fazenda e mandou, à noite, pedir-me licença para os fâmulos irem rezar o terço com ele. Respondi que não, porque minha vó se encarregava de fazê-los rezar. Ao amanhecer tinha saído, e naquela única noite teve tempo de impressionar os meus trabalhadores que lamentavam não ter deixado ele permanecer ali. Três anos depois passando eu pela povoação do Pão de Colher, distante da cidade de Minas do Rio de Contas oito léguas, e da vila do Paramirim quatro, veio a mim um rapaz bem vestido, de gravata e relógio, mas descalço, fazer uma visita em nome do mestre “que muito me queria porque eu pelo meu modo de proceder como médico estava no caminho da lei de Cristo”. Indagando quem era aquele “mestre” que assim já me queria canonizar, os meus amigos dali, todos os chefes de famílias respeitáveis, narravam-me virtudes dele que chegavam a santificá-lo. Entretanto, este santo não era outro senão o pardinho Mateus que tinha passado pela minha fazenda. Nem se eximiam de entregar-lhe os filhos para educar; impunha aos maridos abstinência e obrigava-os a comer muito sal para purificar dos pecados; e já ia até à igreja fazer práticas e sacrifícios segundo o seu rito (ECO DO SUL, 10/01/1897, p. 1).

Esse rapazinho “pardo, franzino e feio”, um “mestre” (posto entre aspas para destacar a ironia), que queria praticamente canonizá-lo apenas por ser médico, era apenas um desqualificado, ex-funcionário ou agregado de sua fazenda que voltara tempos depois como algum místico qualquer que, no entanto, era tido pelos locais como “santo”, educador, doutrinador. Esse exemplo testemunhal comunicava sua opinião de que, naqueles tempos, qualquer um poderia ser alçado à qualidade de guia messiânico, ainda que desprovido de predicados. Não era uma exclusividade de Antônio Conselheiro, mas informava muito sobre a credence do povo que aceitava facilmente crenças externas, desde que alguém se dispusesse a guiá-lo. A situação seria controlada – e resolvida – após interferência sua:

O meu velho amigo cônego Augusto Vieira, cujas virtudes são conhecidas em todo o arcebispado da Bahia, e que mais de uma vez rejeitou uma mitra para não abandonar o seus paroquianos do Paramirim, foi ali quando soube desses abusos.

Respeitado, estimado, querido por todos os paroquianos, ele exortou-os na missa a abandonar aquelas práticas que profligou com energia.

Suas palavras foram recebidas com frieza.

Ao terminar a missa, pisou em falso num degrau e foi com o joelho em

terra; foi quanto bastou para levantar-se um alarido horrível dentro da igreja onde ele só ouvia: castigo de Deus, castigo de Deus. Mateus é um santo. Os ânimos dos crentes se exaltaram, e muitos foram esperá-lo para castigá-lo corporalmente e o teriam feito se uma coincidência não tivesse colocado junto ao vigário, um meu rapaz quando passava ele onde estavam os emboscados.

Sabendo disto, e vendo os perigos que corria os habitantes do lugar porque o Padre Augusto não era homem de recuar no cumprimento do dever, e pertencente a uma das maiores e mais poderosas famílias do sertão, as represálias seriam certas, mandei chamar os meus amigos do Pão de Colher, mostrei-lhes o perigo em que estavam, uma luta entre uma família poderosa e eles, como fanáticos, e convenci-lhes que convinha afastar dali aquele “mestre”, o que prometeram-me e cumpriram.

A saída de Mateus foi sabida com desolação e todas as famílias do lugar acompanharam-no a distância e muitos chegaram a querer vender as propriedades para acompanhá-lo (ECO DO SUL, 10/01/1897, p. 1).

Ainda que não deliberadamente, o trecho mostra que os crentes, ou fanáticos, quando influenciados por algum pretense guia/salvador, podem se tornar massa que represente certo perigo mesmo para as autoridades antes “respeitadas” e “estimadas”, como foi o caso do padre Augusto Vieira. Dourado “ensina” através da sua crônica, o caminho que seguiu na ocasião: sem enfrentamento físico, sem derramamento de sangue, ou seja, sem mortes de nenhum dos lados, encontrou uma forma de resolver a situação sem também desagradar qualquer um dos lados envolvidos no problema, e com consequências mínimas, baseado apenas na força das palavras e no apelo ao bom-senso.

Essas experiências testemunhais, que dariam certa autoridade para sua análise e sugestão de caminhos, eram de certa forma legitimadas na sua inserção como sujeito (ou personagem) daquilo que narrava, algo no sentido “não li nem me disseram, eu vi, eu fiz”. Em verdade, essas realidades narradas eram bem conhecidas pelo cronista maragato, tanto por ser oriundo do interior da Bahia, antes de ingressar na Faculdade de Medicina de Salvador, como depois pelo período em que esteve residindo e prestando serviços como médico na zona colonial sul-rio-grandense e, principalmente, por perambular por todos os estados do sul em seus mais variados recantos (e alguns países limítrofes como o Uruguai e a Argentina) enquanto fazia parte do exército maragato durante a Revolução Federalista.



As crônicas publicadas entre os dias 12 a 30 de janeiro de 1897, a despeito de manter a titulação “Os fanáticos da Bahia”, não citam implícita ou explicitamente Belo Monte de Canudos ou Antônio Conselheiro, sendo antes um extenso exercício de reflexão sobre a Igreja Católica e o Exército, culminando com a comparação mais ostensiva entre ambas as instituições na coluna veiculada no dia 23 de janeiro daquele ano, ainda que pequenos encontros e comparações ocorram, sutilmente, em outras delas. Notamos que essa espécie de “preâmbulo gigantesco” pode ter dois objetivos: não escrever nada muito definitivo sobre Canudos antes de que ocorresse outra tentativa por parte do governo em resolver a situação naquele arraial e/ou esmiuçar muito bem, com detalhes explicativos, seus pensamentos sobre as duas instituições, sem lhes ferir o caráter inadvertidamente ou angariar antipatias gratuitas, já que seu poder, presença e influência eram inegáveis naqueles tempos e o seu apoio, ou total oposição, poderia ser o fiel da balança para o sucesso ou derrocada dos federalistas.

O assunto é inaugurado, em primeira pessoa, com o recurso do contraste, expressando primeiramente um posicionamento para em seguida alterar a perspectiva, subvertendo-a de antipática à simpática, ou ao menos compreensível. Escreve o cronista maragato:

Na nossa juventude fomos dos que mais ódio, talvez, teve aos padres que se denominavam jesuítas.

Originava aquele ódio na leitura de fatos isolados onde o caráter de um indivíduo, ou de um grupo, servia para estabelecer-se o julgamento da comunhão ou da classe a que eles pertenciam, e o que líamos sobre os Cimourdins enchia-nos de indignação contra “ordem” deles.

Mais tarde, a meditação levou-nos à apreciação do caráter daqueles sublimes abnegados que penetraram nas florestas virgens da América com a palavra de paz e de esperança; que deixavam-se matar para provarem assim que a esperança neles era firme e por convicção; paz e esperança que a pseudo-civilização brasileira, nos nossos dias, transformou em guerra de extermínio tendo por único objetivo apoderarem-se dos cofres públicos e com eles comprar adeptos que garantam aos depositários enquanto consolidam a fortuna própria e dos seus (ECO DO SUL, 12/01/1897, p. 1).

No trecho, a juventude do médico baiano trazia a ideia de imaturidade, de julgamento prematuro, o que lhe conduziu ao “ódio” aos jesuítas, em virtude de leituras superficiais, deslocadas de seus contextos, em que tomava

o todo pelo ato individual, segundo dizia, questão superada pela experiência adquirida mais tarde e a ponderação dos fatos, passando a ter visão oposta à anterior. Quando cita “cimourdins” muito provavelmente estaria se referindo a Cimourdain, um dos protagonistas da obra *Noventa e três*, último romance de Victor Hugo e ambientado nos dias mais duros da Revolução Francesa. Empregado no plural, figurativamente, o nome passa a designar, à imagem da personagem, um tipo de religioso-militar (ou vice-versa), que se insere em lutas civis, algumas vezes valendo-se do terror para instaurar um regime de opressão, submetido a algo ou alguém relacionado à “ordem”.

Na coluna seguinte, faz uma regressão até o medievo, onde teria nascido a “política” no seio da Igreja, ou seja, a interferência das estruturas temporais que iria se reproduzir e influenciar negativamente as ordens religiosas:

Na Idade Média, os conventos e as abadias tornaram-se refúgios ou doações, para os filhos dos fidalgos que, não tendo a primogenitura, não tinham o direito à sucessão que se devia encarregar de perpetuar o nome e o poder da família.

Daí nasceu a política, o poder temporal das ordens, e as tiranias religiosas, filhas das ambições quer civis quer eclesiásticas (ECO DO SUL, 14/01/1897, p. 1).

Da prole numerosa, das famílias distintas, aqueles que não herdariam as terras, os títulos e o poder de seus pais, enchiam os conventos e as ordens eclesiásticas, transformando esses lugares em extensões de seus feudos, trazendo as disputas próprias da política e tratando da Igreja como propriedade secular, tornando o clericalismo como um verdadeiro “partido”, não para propagar a fé cristã, “não para ensinar a lei da igualdade e do perdão, mas para se impor, para dirigir, para aspirar as mais altas posições” transformando então a vida religiosa em uma “escada para as altas posições, arma terrível em mãos de espertos que vivem entre povos ignorantes”. Mas havia a clara distinção entre o alto e o baixo clero, não apenas na origem, mas, em especial, na experiência da religiosidade e condições de atuação. Os primeiros eram gananciosos, aspiravam ao poder; os últimos, eram verdadeiros mártires e “apóstolos” da fé. Destes, escreveu Dourado:

Esses míseros não tinham medo das prisões porque a vida para eles não era um gozo, não tinham medo da morte porque a carne era um decreto para alma. E os maiores infames viam na resignação e na coragem deles, o espírito divino que os animava, espírito que tinha poder de apresentar-lhe a lenda fatal — Mane, Tecel, Fares, que já eles sentiam no sussurrar dos instrumentos de que lançaram mão e que só podiam confiar desconfiando, e ou fugiam para não morrer, ou moderavam-se para poder viver; e os selvagens que viram a resignação e a calma com que eles recebiam o martírio entoando o “*Gloria in excelsis, Deo*”, julgavam ver Deus descendo sobre a terra para levá-los, viu mesmo figuras que nunca haviam visto, signos que nunca foram escritos nem desenhados, e curvavam-se, e convenciam-se de que a vida não consiste em poder matar, mas em viver sem precisar matar. Esses míseros que Manzoni personificou em Fra Cristóforo, Chateaubriand, no padre Aubry, que a Igreja santificou em Francisco Xavier, que o Brasil venera em Anchieta e Nóbrega, que morrem diariamente na África, na Armênia, na Palestina, e que acabo de ler, tem um representante no Brasil, que busca, no seus oitenta anos, fundar um asilo no sertões entre Goiás, Mato Grosso e Pará para os selvagens que catequizou em toda sua vida de apostolado, fizeram mais pela humanidade, libertaram mais vítimas das mãos dos algozes do que todos os livros sobre direitos do homem. Todas as frases dos demagogos, que matam o presente das nações para cuidar do futuro individual, levariam os povos ao desaparecimento se não fosse a esperança que esses humildes incutem no espírito dos que sofrem (ECO DO SUL, 14/01/1897 p. 1).

Uma vez mais, há referências histórico-literárias, e, como não podia deixar de ser (dada a narrativa), histórico-religiosas, que ilustram as lições que deviam ser aprendidas. A primeira delas, extraída do Livro de Daniel constitui-se nas três palavras escritas no muro do palácio de Baltasar, da Babilônia “mane, tecel, fares”, cujo significado seria a profecia do fim de reinado de iniquidades e sua substituição por outro rei, Ciro, da Pérsia (Daniel, 6, 25-29). A segunda faz nova alusão a obras da Literatura, sendo Fra Cristóforo, um frade capuchinho personagem do romance “Os noivos” do italiano Alessandro Manzoni; e o padre Aubry, personagem do livro “Atala”, do francês François de Chateaubriand, um religioso que “resgata” dois selvagens em perigo (uma indígena cristianizada, Atala, e seu amor não-batizado, Chactas) e pretende doutriná-los aos preceitos da vida cristã (CARMINATTI, 2016, p. 327-330). A terceira referência, histórico-religiosa, é aos padres jesuítas pioneiros da catequese indígena em terras do Brasil colônia, Manuel da Nóbrega (chefe da primeira missão jesuítica à América) e José de Anchieta, e aos anônimos que morrem diariamente em toda parte do mundo.

Na crônica do dia 15, chega ao exemplo do Brasil na sua contextualização histórica do nascimento, ou antes desenvolvimento, da classe religiosa em modelos nacionais. Segundo Dourado, o Brasil, com o advento da independência, adotara “na sua organização definitiva o modelo do velho Portugal, cujos fatos eram escritos com a espada dos heróis, e cujos costumes recordavam a vida patriarcal, e cuja honradez dispensava as firmas”. Tal qual o país europeu, “o esforço de todas as famílias abastadas consistia em ter um filho que adotasse a vida eclesiástica” com a educação, desde a infância, dirigindo-lhes os caminhos e preparando-lhes a vocação, cercando a criança em uma verdadeira “atmosfera de virtudes”. Tal comportamento também era observado, ainda de acordo com o cronista maragato, nas famílias humildes: se, em uma “família pobre aparecia um rapaz de costumes ou índole que indicasse uma vocação para vida eclesiástica, as famílias abastadas se cotizavam, ou uma única, assumia a si, a educação daquele pobre, até fazê-lo um padre”. Desse meio surgiram “as maiores figuras, quer em virtudes, quer em sabedoria, quer em eloquência, quer no magistério, que abrilhantaram a história da igreja brasileira na sua curta existência”, e “rara era a missa nova [missa inaugural de um padre recém-ordenado] que não mandasse aos seminários muitos rapazes que, dominados por aquela festa, julgavam ser dispostos a optarem pela vida eclesiástica” (ECO DO SUL, 15/01/1897, p. 1). Talvez em virtude dessa popularidade, ou “desejo de figura” nas palavras do cronista (ou seja, um desejo de distinção), não tardou muito para que por aqui também a classe sacerdotal fosse composta de “um corpo de rivais”, palco de ódios e intrigas provocando um “desmoronamento do catolicismo” de alguns padres desejando ter fortunas e ostentação, verdadeiros comerciantes que tornavam o altar um “balcão de negócios”, esclarecendo que “não vai nisto uma censura a toda a classe sacerdotal. A censura só atingir aquele que a merece e originou-a”. Provavelmente para não parecer que era uma crítica localmente dirigida, fez questão de destacar:

Muitos são os sacerdotes que conheço, e conheço muito poucos em relação ao número, que são verdadeiros apóstolos. Seria injustiça não recordar o nome do cônego J. I. de Bittencourt, vigário desta paróquia, que se não tem nome brilhante entre os doutores da igreja, tem-no porém em todas as casas

dos pobres, em todos os necessitados a quem, quase medroso, ele manda ou leva o auxílio que afugenta a fome e o frio (ECO DO SUL, 16/01/1897, p. 1).

De fato, o cônego João Inácio de Bittencourt, pároco da igreja matriz de S. Sebastião (desde janeiro de 1873 até sua morte, em outubro de 1906), em Bagé, era figura de considerável destaque e prestígio, sendo bastante considerado na comunidade não apenas pelos seus atos como vigário, suas ações com os desfavorecidos, mas também por ser ele o responsável pela igreja (epicentro da vida religiosa municipal) na época do Cerco de Bagé, durante a Revolução Federalista, quando o templo fora a última trincheira da resistência legalista (TABORDA, 1975, p. 136-156) na cidade fronteira onde Dourado residia na época dessa crônica. Então, por tudo isso, parecia coerente de sua parte efetuar essa ressalva para evitar qualquer desconforto ou revés aos seus escritos.

Em coluna publicada no dia 20 de janeiro, o Exército passa a ser o mote, encaminhando a argumentação aonde queria chegar:

Quando a 15 de Novembro o Exército, sem consciência do ato que praticava, fez presente da nação a um sindicato de exploradores sem critério e sem interesses outros, a não ser o bem-estar e a fortuna para seus descendentes, não se incomodando com o futuro da nacionalidade atual, sindicato que tornou-se uma companhia monstruosa, maior do que a Companhia das Índias, pelo número de aderentes aventureiros em busca de fortuna, tendo todos eles como único capital a crença do exército de que tendo dado a isto o nome de república é preciso sustentá-la a custa da própria vida, com sofrimentos e misérias dos seus, enquanto a companhia rouba até o que de direito lhe pertence, *o clero brasileiro calou-se, e até um bispo mandou sua benção apostólica ao mostrengo a que batizaram com o nome de república* (ECO DO SUL, 20/01/1897, p. 1) [grifo nosso].

Quando diz que o exército não tinha consciência do ato que praticava, retoma uma argumentação segundo a qual a instituição era vítima e não vilão, papel reservado aos “aventureiros” que se aproveitaram da força militar “ingênua” para tomar posse das riquezas e amealhar o poder no Brasil. Ainda a mesma estratégia de cortejar o Exército enquanto reconhece que ele teve sim parte importante (diria, fundamental), na implantação daquela atual ordem de coisas, mas que, ao mesmo tempo, não seria justo atribuir-

lhe culpa alguma. Finalmente, a acusação mais importante, a vinculação do silêncio clerical com um suposto apoio, concordância ou submissão com “o monstrengo a que batizaram o nome de república”, empreendida por homens que:

Sem nunca sonharem de passar de simples oposicionista, quase todos pagos a tanto por linha, como era o senhor Bocaiúva no “*País*”, como acabo de ler e dificilmente pode-se acreditar era o senhor Castilhos na “A Federação”, o legislador de um país onde se acaba de derrocar uma instituição que tinha como escudo a sabedoria e a bondade de um velho que toda a sua vida tinha passado numa luta ingente pela pátria, os novos legisladores passavam a rasura em tudo, desde os emblemas de ferro dos gradis pela lima e o martelo do operário até a noção do dever, pelo dinheiro da nação (ECO DO SUL, 20/01/1897, p. 1).

Eram esses homens que receberam o poder das mãos do Exército e a bênção (ou o silêncio, a omissão) por parte da Igreja. Homens que nunca teriam pensado em ser algo mais do que uma oposição pequena, talvez barulhenta, mas a qual faltaria preparo e predicados para o exercício do poder. E mais, acusava que tanto Quintino Bocaiúva, republicano histórico e combativo jornalista d’*O País*, quanto Júlio de Castilhos eram mais do que redatores apaixonados pela causa republicana tão-somente: eram “profissionais”, “pagos” para disseminar sua ideologia e, assim, doutrinar a população. Se nas primeiras parábolas tal contingente populacional era tratado como sábio, agora o desencanto faz o cronista considerar que “o povo, em seu conjunto, é ignorante, indiferente à cogitação; abdica tudo que não consiste em interesse individual, material, propriamente dito” (ECO DO SUL, 19/01/1897, p. 1).

Frente a tudo isso, “o clero calou-se”, procurando apenas existir como se nada tivesse acontecido, e “em vez da propaganda que acordasse nos espíritos a fé adormecida pela ofuscação momentânea, ia para os templos solitários comer a hóstia do Cordeiro de Deus, por tantos mil réis”. Trata-se de uma contradição no pensamento manifestado em uma crônica anterior, na qual afirmava que “as próprias lutas políticas eram incruentas porque o padre que não era político, era um ponto neutro onde os adversários iam se reconciliar” (ECO DO SUL, 15/01/1897, p. 1), sendo, então, algo bom o padre ser um “ponto neutro” a fim de poder arbitrar e reconciliar. Agora,

julga negativa a “neutralidade” ao invés de “fazer propaganda que acordasse os espíritos”. Anota outra atitude que esperaria por parte do clero, se não o enfrentamento ostensivo ou a pregação reveladora:

Não seria curial também que o clero se reunisse e, com o dístico na frente, fosse ajoelhar-se diante do senhor Júlio de Castilhos pedir-lhe que abrandasse o seu rigor, que privasse essa matança de homens indefesos na campanha e nas cidades porque o senhor Júlio de Castilhos, como recruta do rei que danou, se ajoelharia também e pediria que fizessem com que todos se sujeitassem à sua vontade, que o mais que ele poderia fazer era dar-lhes de chicote, que o chicote não mata, mas, assim, eram eles mesmos os rebeldes que iam levar as gargantas nas facas dos seus pobres e humildes executores da lei, que já viviam aborrecidos de cortar tanta garganta que até já tinham escolhido a nuca para as vítimas não ver com o que tristeza eles executavam a vontade delas.

Mas quando um flagelo cai sobre um povo não é fazendo ou se ocultando no fundo das casas que se livra dele (ECO DO SUL, 21/01/1897, p. 1).

Ao afirmar que o clero se reunisse e seguisse “com o dístico na frente” ir ter com Júlio de Castilhos, defendia que fosse uma proposta oficial, da autoridade da Igreja, e não tentativas e apelos individuais, pois, talvez desse modo, surtisse algum efeito. Apesar de ser uma atitude que parece esperar, e a que julga mais correta por parte da Igreja brasileira, não cogita que surtiria algum efeito prático em convencer o presidente do estado de não mais efetuar a “matança de homens indefesos” por meio de sanguinários que “já viviam aborrecidos de cortar tanta garganta”, ou seja, já se tornara para eles algo corriqueiro, banal e enfadonho. Se o clero tivesse tal atitude, seria o mesmo tornado inimigo e sobre ele viria toda a fúria e violência “legalista”. Continua Dourado:

Se a legalidade do Brasil é um flagelo que passeia como o “cholera morbus” de um ponto ao outro tendo seu máximo de intensidade no Rio Grande do Sul, ao clero brasileiro impunha-se o dever de abrir os templos onde se guardou aqueles painéis e chamar para eles todos os sofredores e ao som do órgão entoarem o “Dies iræ! dies illa. Solvet sæclum in favilla”.

Isto não modificaria a “demofobia” do senhor Júlio de Castilhos, mas faria lembrar aqueles infelizes que todos os povos que tem governos como os dos Herodes e faraós estão sujeitos aos mesmos flagelos (ECO DO SUL, 21/01/1897, p. 1).

Associar a “legalidade” a uma doença (no caso, o cólera), também é uma característica da presença do “médico social” em seus textos, o que o coloca tanto como analista privilegiado (diagnóstico), como conhecedor do remédio (ou cura), que prescreve por meio de suas receitas, isto é, suas crônicas. A citação do hino “*Dies iræ!*” (no trecho citado, a primeira estrofe, em tradução é “dia de ira, aquele dia, em que os séculos dissolver-se-ão em cinzas”), normalmente entoado na missa católica para os mortos, dá o tom da epidemia diante da qual restaria a resignação frente à morte certa, o hino reconhecendo o destino, ainda que essa resignação não alterasse a “demofobia”, ou o ódio ao povo, de Castilhos. Além disso, a menção também ilustra tanto a erudição do cronista maragato, pretensamente conhecedor do latim, como sinaliza sua familiaridade com o rito católico. Assim, o clero ensinando ao povo “a resignação e confortando a esperança teria o esplendor de profeta ante as vítimas, que seriam tidos como emissários de Deus. Mas isso não se deu, e em parte do clero deu-se o contrário disso” acusa o escritor (ECO DO SUL, 21/01/1897, p. 1).

Nas crônicas dos dias 23 e 24 de janeiro, estabelece o paralelo entre o clero e o Exército, encontrando pontos de similaridade:

O clero e o Exército são duas classes que se assemelham e se aproximam, pela disciplina, conquanto o conceito público as distancie, porque vendo no soldado uma arma, que fere e mata, julga que ele faz por gosto ou por luxo, não se lembrando de que ele, o soldado, não representa uma vontade sua, mas um executor de ordens, um defensor da nacionalidade, sua fortaleza, seu paladino, e para isso ela busca cercá-lo de todo o prestígio, busca garantir-lhe o pão em toda vida, quando mutilado, em serviço, e o da família, “post mortem” (ECO DO SUL, 23/01/1897, p.1).

Ambos seriam soldados que empreendem missões em nome de algo ou alguém, cumpridores de ritos e ordens, ainda que o militar seja “uma arma que fere e mata”, mas que não o faz por vontade própria, mas antes por ordens superiores, e a paga pela entrega, a “defesa da nacionalidade” como missão, era a tarefa do Estado garantir o pagamento (o soldo, metaforizado no trecho como o “pão”) em vida como a pensão para a família depois de morto. Um modelo distinto do existente foi buscado na Literatura internacional, que



aparece uma vez mais como exemplo e comparativo de realidades, em que o cronista maragato advoga atribuindo a proposição à ilustre figura:

O conde Tolstói, na autocrática Rússia, levantou a ideia de que ao russo é permitido alegar que não quer fazer parte do exército, porque a morte nos combates é um assassinato e por isso não deve servir no exército a quem repugna esse assassinato, e esta ideia vai crescendo; na América Latina os exércitos quase não tem lutas externas, mas diariamente tem lutas contra irmãos que a opressão obriga a pegar em armas, ou a sede do poder e do ouro.

Entretanto entre os oprimidos estão os de onde saíram os soldados, seus amigos, seus parentes, seus “correligionários políticos”, e a estes que eles vão matar ou às mãos deles morrem.

Se não vão, são covardes, se desertam infamam-se e perdem todos os anos de longo sacrifício, portanto, para não serem covardes, para não perderem o pão da família tem que sujeitar-se ao duplo sacrifício de arriscar a vida pelo interesse individual de terceiro, de ir matar aqueles muitos dos quais eles salvariam à custa da própria vida, se não fossem soldados (ECO DO SUL, 23/01/1897, p. 1).

Referiu-se a Leon Tolstói, literato russo autor da monumental obra *Guerra e Paz*, situando-o precisamente na “autocrática Rússia”, ou seja, um regime de concentração de poder absoluto nas mãos do monarca cujo poder era conferido pela tradição e pela religião, e não “aventureiros republicanos”, já lá estava ficando popular a proposição (segundo Dourado) de que ao serviço militar fosse facultativa a adesão militar, sem, contudo, constituir-se em desonra. Para ele, no Brasil isso não seria pensável, pois aqueles que não alimentassem as fileiras do Exército seriam considerados “covardes”, o que constituiria uma desgraça ainda pior do que a deserção.

No dia seguinte, destaca as diferenças, não sem antes citar as incongruências do regime republicano:

Se o clero secular, não tem, como o soldado, o modo definido de ação e obediência, conquanto, ao oficial seja permitido exercer o direito do voto, e portanto manifestar suas opiniões políticas, opiniões que em um país como nosso [...] não podem ser francas, porque, sobretudo no Brasil, o oficial que se declarasse francamente monarquista seria tido como traidor porque o militar não tem o direito de desejar para o país um outro governo a não ser o vigente, tem contudo de observar os preceitos e dogmas da Igreja, difundi-los em todo terreno, fugir, de tolerar ou submeter-se, a tudo que pode ferir, direta ou indiretamente, esses preceitos ou dogmas.

Ao clero político porém, isso não importa (ECO DO SUL, 24/01/1897, p. 1).

Assim, o direito de voto do oficialato, que representaria “manifestar sua opinião política” era direito limitado e relativo, uma vez que, caso declarasse publicamente simpatias à monarquia, seria considerado um traidor da pátria. Os religiosos, por sua vez, teriam por única obrigação seguir, difundir e defender os dogmas cristãos, opondo-se ao que pudesse ofender ou contrariar tais preceitos. Algo que não seria observado à risca pelo chamado “clero político”. Novamente apoia-se na qualidade de médico, em consonância com os princípios higienistas da época, ao afirmar que a política, naquele tempo, não era a “higiene social, que purifica o ambiente, que conserva os bons costumes, ou os melhora, ou os corrige, não tem por fim fazer progredir a nacionalidade ou privar que se degenere, e, portanto, sucumba”, sendo “um monte de preceitos escusos”, servindo apenas de meio para os partidários conseguirem a posse de seus desejos materiais próprios. Em suma, essa política seria a “antítese absoluta dos preceitos cristãos” e, mesmo assim, o “clero político está completamente filiado” a ela (ECO DO SUL, 24/01/1897, p. 1).

A crônica seguinte, veiculada em 26 de janeiro, é quase inteiramente composta da história de Demódoco e Cimódoce, precedida por mais um posicionamento que entrava em conflito com suas opiniões anteriores a respeito do partidarismo na Igreja. Diz Dourado que o templo católico “nunca deveria servir para tomar parte nas lutas políticas, transformando o seu púlpito em tribuna de demagogia pela ideia ou adesão do Padre que a ocupa”, sendo o lugar apropriado para isso a imprensa, “porque ali, cada qual responde [por] suas ideias, ataca ou defende conforme a intuição do seu espírito”. A seguir, narra o drama de Demódoco, sacerdote grego do início da era cristã e sua filha Cimódoce, convertida ao cristianismo e que, em decorrência, havia sido condenada à morte. Quando seria entregue às feras no *circus*, surge seu pai e apela à sentença por serem ambos cidadãos romanos, não podendo morrer nem ser escravizado. O público, então, comoveu-se “ante as lágrimas”, e o velho Demódoco suplica para que a filha negue a fé cristã ante o povo e a César para que seja finalmente absolvida, e a multidão em coro igualmente o pedia. E a bela Cimódoce, narra o cronista, “erguendo aos céus

os olhos suaves, como se neles já se refletisse a glória dos anjos, sem tremer ante o rugir das panteras cujos dentes em pouco despedaçariam o formoso corpo, disse, confirmando sua sentença de morte — eu sou cristã...” selando seu destino. Como a maioria de suas histórias, parábolas e comparações, esta também ali estava cumprindo uma função de apoio narrativo. Prosseguiu o médico baiano:

A nós, porém, não intimidam esse ranger de dentes, nem o olhar vesgo da crueldade. Já provamos nos sofrimentos de toda natureza, e se para viver é preciso calar, se calar é consentir sem protesto na morte desta infeliz nacionalidade, nós preferimos falar, chamar contra nós todos os dias, mas satisfeito como Cimódoce no circus romano, dizendo “eu sou cristã”, nós podemos dizer: somos brasileiros, isto é, amamos a nossa Pátria e por ela lutaremos até o último alento, diremos que a matam,, que a infamam, que a vendem, todas as verdades que é preciso dizer, e se isso não acordar o espírito dos bons, será sem dúvida a nossa condenação, a nossa morte sempre preferível à vida infame em uma pátria jugulada e oprimida (ECO DO SUL, 26/01/1897, p. 1).

A mensagem, contida na comparação, era que os federalistas também eram mártires, também não traíam aquilo em que acreditavam e por isso eram mortos. Quando a filha do sacerdote grego manteve-se altiva e sustentou sua fé, dizendo que era cristã e assumindo o fatal destino, o mesmo faziam os federalistas ao continuarem militando por seus ideais, antes nos campos de batalha e, naquele momento, nas “trincheiras discursivas”, sob o mesmo perigo de morte.

Prova de que a Literatura se constitui em grande sustentáculo narrativo, para suas crônicas, ou exemplo distinto, Dourado utiliza-se novamente da ficção de François de Chateaubriand, mas não menciona o fato de que a história fora criação do escritor francês para a obra *Os Mártires, ou o triunfo da religião cristã*. Não é possível afirmar se tal omissão foi de modo involuntário, talvez julgando ser fato de conhecimento geral, ou se foi propositalmente, aplicando então um verniz de veracidade ao martírio. De toda forma, cumpre sua função de possibilitar a equiparação entre fé e civismo, religião e patriotismo, tornando-se ambos os martírios louváveis e exemplares.

O espaço da crônica do dia 30 de janeiro é ocupado por uma longa carta do médico baiano ao “reverendíssimo senhor Cônego doutor Emílio Lopes Freire Lobo”, teólogo, pároco da Catedral de Salvador e antigo Diretor Geral de Instrução Pública da cidade soteropolitana. Mantém, contudo, o título que precede o destinatário como “Os fanáticos da Bahia”, o que faz a epístola ser, na prática, uma crônica também (mesmo porque não há o registro explícito de se tratar de reprodução de alguma correspondência real ao dito clérigo, apesar de bastante provável que sim). Na forma, utiliza-se de linguagem mais rebuscada, preocupação estética e liricidade maior; no conteúdo, demonstra uma certa reverência à autoridade clerical, mas também lamenta, e mostra algum desencanto, com a pretensa atitude do religioso:

Meu velho mestre e amigo — só agora me foi dado ler na transcrição, em jornal local, a vossa homilia, sagrando todos os horrores da guerra civil no panegírico com que exaltais as qualidades do que a presidiu sem misericórdia e sem descanso.

Na vasta nave da marmórea Catedral de nossa terra, onde sempre ecoaram os hinos sagrados, em agradecimento pelas vitórias do Exército Brasileiro, morrendo para libertar a um povo estranho, da tirania que o oprimia e jugulava, onde as frases incomparáveis de Barroso, Carneiro, Teodolindo e vossas, descreviam os fatos daqueles heróis que deixavam os ossos, “do vasto pampa no funéreo chão” ergueu-se agora vossa voz para sancionar o início da ruína da nossa pátria, para canonizá-la.

Talvez tivestes razão.

Nesse templo adusto, que relembra a nossa origem porque nasceu com os primeiros que edificaram a nossa nacionalidade, dormem as sombras dos heróis que a dignificaram, que a libertaram.

Suas paredes absorveram as páginas da história, do nosso povo narradas, de seu púlpito, desde o padre Antônio Vieira, até vós.

Sua abside guarda ainda os trapos das bandeiras que levavam nossos irmãos aos combates, de onde voltaram triunfantes (ECO DO SUL, 30/01/1897, p. 1).

Principia evocando o motivo que teria provocado a correspondência: o contato que teve com a transcrição do posicionamento do religioso em relação aos fatos do arraial de Belo Monte de Canudos. Quando trata por “mestre e amigo”, comunica que tem laços intelectuais e afetivos com o antigo mestre, e, em decorrência, intimidade para dirigir-lhe a carta com a censura, não sem antes reconhecer-lhe a autoridade e méritos, bem como lembrá-lo da sacralidade do templo onde exercia o sacerdócio, a “marmórea catedral de

nossa terra”, “templo adusto”, colocando-o em grau de equivalência a outros (Barroso, Carneiro, Teodolindo) que também teriam dirigido palavras de exaltação ao heroísmo brasileiro naquele púlpito, e finalmente como herdeiro de uma linhagem iniciada pelo padre jesuíta Antônio Vieira. Imputa também qualidades políticas e intelectuais do destinatário: “fostes vós [...] padre liberal, filósofo ilustre em vossa juventude, o poeta que em versos heroicos cantastes os soldados de Cristo, cantastes, portanto, os mártires” (novamente a figura do mártir destacada, em franca alusão aos novos mártires do país), chamando a atenção que, apesar de toda a história e predicados, o clérigo acabou renegando suas crenças com o posicionamento manifesto:

Que triste abjuração de crenças, que funesto derrocamento de um passado digno!

Ministro de Cristo, abandonaste o seu altar onde as vítimas viam fonte do consolo, levando para ele a sagração dos opressores e o insulto aos oprimidos., poeta, transformaste a vossa alma sonhadora em prol do bem e das grandes ideias em turíbulo de incenso partidário; cidadão, homem liberal, perdesse a vossa altivez, a vossa virtude cívica, tendes de envergar o burel dos entes submissos a quem se ordena consciência, a quem se manda como instrumento aviltante contra os que morrem para não se desonrarem; vos dirão todos os que sofreram as dores da luta, todos os que sofrem as consequências dela, ouvindo ou lendo o vosso panegírico, mais cruel do que os esbofetear pelo carrasco as faces da cabeça separada do corpo pela guilhotina, porque aquele era um carrasco, tinha as mãos sujas de sangue, vós sois um padre, vestis a alva da pureza, tendes as mãos lavadas nas águas da inocência.

Mas se Pilatos perguntava a Cristo — o que é a verdade? Vós dizeis com energia — esta é a LEGALIDADE (ECO DO SUL, 30/01/1897, p. 1).

A “defesa da legalidade” parece ser o pecado capital do antigo conterrâneo de Dourado, que teria “esquecido que a 15 de novembro também existia uma legalidade”, referindo-se ao império, em contraste com a atual, exaltada pelo religioso, “foi feita por quem tinha obrigação de defender a outra; foi o seu fator quem depois impôs-se à nação, quem provocou no Rio Grande essa guerra civil que manchará o nosso nome por muito tempo”, acusando taxativamente de traidores da pátria os que empreenderam a república, sendo, portanto, um desatino defendê-los agora. Conclui que:

Legalidades como esta, meu amigo, podem ser aclamadas nos clubes políticos, mas nunca, nem mesmo nas ruas onde provocaria protestos, muito menos num templo que é asilo de todos, e principalmente dos infelizes. Bem quisera saber, que figura teria vossos olhos a partir da imagem do Cristo, o perfil daqueles missionários carregando nos ombros crianças indígenas pelos sertões, que se vê nos painéis do teto. Sem dúvida todos esses mártires do dever vos pareciam monstros quando na vossa eloquência incomparável dignificáveis a “legalidade” (ECO DO SUL, 30/01/1897, p. 1).

Ao evocar a imagem de Cristo, em referência simbólica, e aos “painéis do teto” da igreja, como referência física, tenta chamar à razão o despropósito que seria, uma verdadeira afronta à religião, à história e ao próprio Cristo, tal tomada de posição pública por parte do religioso.

A linguagem rebuscada de que se valeu Dourado e o uso mais abundante de adjetivos, diferencia a prosa tradicional dos escritos do médico baiano no *Eco* (ainda que não se possa conceituar a linguagem anterior como coloquial), dando contornos distintos à crônica em sua forma de carta e indica um cuidado maior em sua elaboração. Cabe destacar, também, que o motivo da publicação de uma correspondência dirigida, ainda que retome o propósito inicial de “Os fanáticos da Bahia”, é sintomático quanto aos objetivos perceptíveis nessa série até aqui. Mais do que se debruçar sobre os fatos ocorridos no sertão baiano e analisá-los (basta recordar o hiato em que não foi dita palavra sobre Antônio Conselheiro e os seus, ainda que a segunda expedição contra o arraial de Canudos tenha ocorrido em meados de janeiro de 1897 e, muito certamente, já seria do conhecimento do cronista maragato), a narrativa se esforça em expor as contradições da Igreja e do Exército, mostrando que seriam incompatíveis com os valores que deveriam nortear essas instituições e, ao mesmo tempo, externar severas críticas, como de costume, ao castilhismo e ao republicanismo brasileiro desde a sua instauração como forma de governo. Em suma, a crônica, sob a forma de carta, serve como pretexto ideal e coroa a longa exposição anterior iniciada na edição do dia 12 de janeiro no *Eco*.

A próxima crônica tem características histórico-literárias, privilegiando a Revolução Francesa como objeto principal, que serve de suporte para sua

discursividade. Inserida nela há também a figura do narrador, ainda que de maneira sutil, subliminar, mas de certa forma vinculando-o aos grandes feitos e fatos que apresentava:

Quando se lê a história de Napoleão, escrita, por assim dizer, por admiradores que nunca estiveram no campo de ação, e só pelos resultados fatais, remontavam aos feitos, fica-se entusiasmado ante o gênio guerreiro do herói do Thermidor, mas quando se lê a história imparcial, estudando as pequenas coisas, quando o entusiasmo não nos faz julgá-lo pela imaginação de Victor Hugo na sua monumental descrição nos — Os miseráveis —, da batalha de Waterloo, e lê-se depois a história daquela célebre batalha por um major inglês, que ali ficou como cicerone para os visitantes, que não nega nem o valor, nem a dignidade dos franceses, que faz arrepiarem-se as carnes de quem lê, ante tanta bravura, fica-se convencido de que o moderno César na França, o moderno Alexandre na Itália não foi mais do que um filho do acaso, carregando sobre os que fugiam, acumulando as glórias dos que morriam, mesmo quando já em retirada, em derrota, aparecia um Dessiex que ia reaver a vitória, e morrer na ação para dar-lhe todo renome, se não teria de morrer pelo laço legal, depois, como Pichegru, ou seria aniquilado como o duque de Eugiheu, o último dos condes, porque fazia convergir sobre si os olhares da simpatia pública, foi um desastre em Waterloo onde não soube aproveitar as probabilidades que os franceses lhe deram muitas vezes, de vitória, e onde seria um vitorioso pelo que se depreende nas narrativas dos próprios adversários (ECO DO SUL, 31/01/1897, P. 1).

Estabelece que os feitos atribuídos a Napoleão (“moderno César na França”, “moderno Alexandre na Itália”), escritos “por admiradores que nunca estiveram no campo de ação” (em flagrante contraste com seu *Voluntários*, narrado por quem esteve em meio aos acontecimentos, ou seja, ele próprio), ou influenciados pela “imaginação de Victor Hugo”, em *Os miseráveis*, são incorretos ou imprecisos, quando tomados em comparação com a “história imparcial”. Nas várias referências, destacam-se as figuras de comandantes militares de nome “Dessiex”, o duque (ou conde) de “Eugiheu” e Pichegru. Dos três, somente do último podemos confirmar a existência como personagem histórico: Jean-Charles Pichegru foi um general napoleônico que comandou as tropas francesas em seu avanço na Bélgica e nos Países Baixos, e depois participou junto de outros de uma conspiração visando remover Bonaparte do poder. Tendo fracassado, foi executado (D’AVALON, 1882, p. 213). Ainda que não se conheça todas as personagens envolvidas, a lição parece clara: ou se morria em combate pela “legalidade” (nesse caso, a napoleônica, e na

metáfora de Dourado, a castilhistas), ou seria morto por ela, mais cedo ou mais tarde, vide a sorte de quem tentasse se levantar contra ela (no caso de Pichegru).

Ainda na ânsia de demonstrar as imprecisões ou incoerências da história do imperador francês, busca agora uma narrativa histórica:

Lendo-se Thiers, fica-se sabendo que Napoleão passou os Alpes sem o menor conhecimento do terreno, como sempre acontece aos heróis que ganham sua esporas de cavaleiro em frente ao imprevisto, e não nas batalhas estratégicas ou campinas onde o maior número de mortos pesa na balança em favor dos que os mataram; que havia ali um forte impedindo a marcha, onde o exército francês teria de estacionar ou retroceder; que Napoleão passou os Alpes montado em uma mula, por ser animal seguro de patas, das que cavalgam os montanheses e os monges de São Bernardo, entretanto David, o pintor clássico, pinta Napoleão a cavalo, nos Alpes, com as roupas agitadas pelo vento, e o cavalo inquieto enquanto ele lançava o olhar sobre a verde Lombardia, que dali não se avista.

David, portanto, dava a Napoleão formas extraordinárias onde ele devia ter o mesmo aspecto que nós quando comíamos pinhão nos matos do território contestado, e tomava para ele toda glória dos franceses (ECO DO SUL, 31/01/1897, p. 1).

Adolphe Thiers, citado por Dourado, foi um político e historiador francês que publicou a história do consulado e império napoleônico, reconhecido tanto na historiografia atual por Eric Hobsbawm (2015, p. 373), quanto por Mário de Artagão, por exemplo, naquela mesma época<sup>48</sup>. É quem traz a “história imparcial” e, portanto, verdadeira dos fatos, narrando um Napoleão montado em mula, animal mais apropriado ao terreno do que o cavalo sobre o qual seria retratado no famoso quadro de Jacques-Louis David. Outro erro incorrido pelo pintor das façanhas napoleônicas seria a visão, a partir dos Alpes, da Lombardia, na Itália, “que dali não se avista”. Ao final, insere-se na história ao dizer que o imperador francês deveria ter o mesmo aspecto dos federalistas, ele incluso, quando comiam pinhão nas campanhas militares, ou seja, que fora dos momentos de batalhas não havia

---

48 Na resenha do livro *Voluntários do Martírio* publicada no *Eco do Sul*, o destacado escritor rio-grandino Mário de Artagão afirma que, em algum dia no futuro, os historiadores poderão medir a Revolução Federalista, “nas suas justas proporções, a grandeza da luta que, pela sanha dos ódios e episódios fabulosos, deve sofrer confronto [...] com toda a heroicidade que das aventuras napoleônicas nos apresenta Thiers” (ECO DO SUL, 7/02/1897, p. 1), indicando, ao mencionar o historiador francês, o prestígio que a obra gozava naqueles tempos.



nada de grandioso ou extraordinário em acampamentos ou deslocamentos de guerra. A comparação não deixa de comunicar que esse era assunto que podia discorrer com a autoridade de quem conhecia bem, havia experienciado, sabia do que se tratava. Mas sua suposta equiparação (ou o esforço em criar um vínculo narrativo que aproxime cronista da personagem, de certa forma) à história de Napoleão não se limitou ao breve paralelo. A certa altura, narra:

Na invasão da França, quando Napoleão se apresentou na Bretanha, todo mundo fugia ou adería. Quando ele passava uma ponte romana, apresentou-se uma mulher alta, de fisionomia bela e respeitável pelos cabelos brancos, que pegando-lhe nas rédeas do cavalo perguntou-lhe: — não estás satisfeito de sangue, monstro? Queres levar a França à sua ruína completa? Volta, porque vai ser punido.

Napoleão empalideceu e disse num tom de quem pede: — mulher, deixa-me passar.

— Bem, vai, disse ela, não tens pena da França, os teus dias estão contados. Esta Fidalga bretã era madame Becker, sogra de Joseph Autran, cujo sangue ainda corre em meus filhos (ECO DO SUL, 31/01/1897, p. 1).

É difícil situar em que medida essa história contribua para a reflexão de Dourado, a não ser gabar-se de ter ligação com tão extraordinário feito. Não é possível chancelar sua veracidade, ainda que tal fato tenha ocorrido, sendo o mais provável é que tal menção eventualmente provocaria em seus adversários o deboche e a chacota, por crer o médico baiano que o poderoso imperador levaria uma reprimenda de uma mulher (pensemos no século XIX e a condição da mulher então) que o deixaria constrangido diante da tropa, sem infligir pena. Quando menciona a identidade de tão destemida “fidalga” somente ao final, toma corpo a intenção da grande revelação, da apoteose daquela coragem “cujo sangue ainda corre” nas veias de seus filhos.

A crônica do dia 6 de fevereiro trazia o médico baiano de volta ao tema que nomeava suas colunas no *Eco*, e retornava também a elencar exemplos presentes da cidade de sua residência, Bagé, entremeados nas suas análises, não sem antes criticar o positivismo:

Enquanto o país é obrigado a sujeitar-se a preceitos de uma escola filosófica antiliberal, tão absurda em um povo ignorante, e será, portanto, sempre inadaptável porque não há lembrança de um povo científico, nem esperanças disto, portanto, adaptá-lo é colocar a nação na contingência de

seguir e obedecer a indivíduos que não elegeu e aos que eles entenderam impor-lhe, quão absurdas seriam as práticas de Antônio Conselheiro num povo civilizado.

Entretanto, o governo da república que não cogita no futuro da nação, em vez de buscar homens moderados para, por meio da persuasão, por meio de uma catequese, conquanto lenta, mas de resultado infalível, pensou que por meio do terror e do morticínio, pode chamar à ordem e obediência os que ouvem e obedecem a Antônio Conselheiro, e para isso lança mão do pobre soldado brasileiro, sempre vítima em todo esse cortejo de erros por incompetência, indiferença ou perversidade, que há quase dois lustros nos vai dissolvendo e aniquilando. (ECO DO SUL, 6/02/1897, p. 1).

Quando equipara a filosofia comtiana com Antônio Conselheiro, está, deliberadamente, comparando a ambos os seguidores como “fanáticos”, sendo mais fácil entender o sucesso do líder de Canudos do que a adesão ao positivismo, uma vez que o povo brasileiro, nas próprias palavras do cronista maragato, está mais para “ignorante” do que “científico”. E, esses próprios discípulos de Comte, a despeito de sua pretensa “civilidade científica” não a representavam a contento, pois não buscariam a solução inteligente, duradoura e definitiva (porém lenta) da “catequese” àquele povo, preferindo o terror, o assassinato em massa. O instrumento para essa nefasta prática, seria o “pobre soldado brasileiro” (mais uma vez), que a tudo assistia como vítima. Aproveita para criticar a separação da Igreja frente ao Estado, novamente, mas agora sob a perspectiva do soldado:

O soldado brasileiro que viu, de um momento para o outro, retirar dos quartéis as práticas religiosas, que uma longa tradição dava ao caráter de disciplina, que não teve mais à noite os cantos que invocavam a proteção dos seres invisíveis e ideais, em favor do guerreiro que, por ordem, foi obrigado a marchar para os combates sem a ideia de que existe além, nos páramos infinitos um olho protetor que não se envolve em política, que não receberia recompensas pelas crueldades que praticasse ou consentisse ou mandasse praticar, para protegê-lo, porque sendo a justiça, ele julga justa a causa porque vai se bater, que viu como há pouco se deu em Bagé, proibir-se uma parada na comemoração religiosa da memória de um chefe, por se ter separado Igreja do Estado, e portanto a comemoração excluía a memória do morto das honras militares, tem agora de ir matar ou deixar-se matar às mãos dos crentes de Antônio Conselheiro porque não pertencem a Igreja Católica, e não foram bastante hipócritas para mascararem a prática de seu culto deles com algumas frases ou preceitos recomendados por Augusto Comte (ECO DO SUL, 6/02/1897, p. 1).

O prejuízo ao soldado com essa separação, e os consequentes afastamentos e retiradas de ritos e símbolos cristãos nos quartéis, afetava diretamente os aspectos interiores e subliminares de cada militar, como se a laica decisão influenciasse diretamente na supressão da crença desses, retirando-lhes o conforto e mesmo uma possível esperança trazidos pela fé católica. O exemplo da proibição de honras militares em homenagem a um chefe conjuntamente à celebração religiosa em sua homenagem na cidade fronteira, traz à narrativa a ligação com o local, deixado de lado nas últimas crônicas.

O “pobre Exército”, “criado para misteres mais nobres, e por isso digno de melhor sorte” seria instrumento de horrores, outrora nas mãos de Júlio de Castilhos, e agora nos sertões da Bahia. Teria seu sangue novamente e inutilmente derramado no solo pátrio, esse mesmo que, segundo Dourado, ainda “ontem corria a jorros para ser agradável ao senhor Júlio de Castilhos, e o senhor Júlio de Castilhos não conseguiu aniquilar o espírito rio-grandense que cada vez se conforta mais diante da perspectiva de horrores com que ele o ameaça” (ECO DO SUL, 9/02/1897, p. 1). Seria inútil porque o lugar onde ocorria o conflito era terreno fértil para a proliferação de líderes messiânicos:

O que importará a destruição de Antônio Conselheiro se na vasta zona onde ele exerce sua influência apareceram centenas de apóstolos? Onde cada apóstolo congregará milhares de crentes?

Para o governo que olha a vida do soldado como propriedade sua, como outrora os senhores olhavam a dos escravos, pouco lhes importa que para destruir os fanáticos destruam-se centenas de vidas, no exército.

Mas é preciso que esses homens compreendam que o soldado é um homem, que sua vida é cara, que ele tem direito a esta vida, que ele tem família, que ele tem afetos e que o soldo que se deixa ao seus não pagam esses afetos (ECO DO SUL, 9/02/1897, p. 1).

Em suma, o problema não seria, exatamente, Antônio Conselheiro. Abatido este, surgiriam novos porque aquele povo era suscetível a esse tipo de fenômeno. E, uma vez mais em suas crônicas, o soldado é comparado aos povos escravizados, sendo todos encaminhados para a morte pelo desprezo dos chefes que neles não reconhece direito a vida, tratando-os como propriedade, ignorando que possuem famílias que os aguardam ou deles dependem o

sustento, e que possuem sentimentos como qualquer outro, então a perda de uma vida dessas seria dano irreparável. Como forma de provar o desprezo do governo com as vidas em jogo, tanto dos “fanáticos” conselheiristas quanto dos soldados que lá iriam enfrentá-los, Dourado cita dois dos comandantes designados:

Mandou-se o senhor Moreira César. Só este nome faz arrepiar carnes e cabelos.

Mas se o senhor Moreira César pode impunemente arrancar da sua casa o velho Marechal do Exército, oficiais briosos e sem crime e mandar matá-los friamente; se pode mandar mutilar publicamente o infeliz desembargador Caldas, para depois fazer cessar o tormento com a morte, e não teve quem tivesse a coragem de fazer um protesto, ao contrário, teve flores, lá no sertão entre os fanáticos as coisas serão diversas.

O senhor Febrônio de Brito acaba de confessar a loucura daqueles fanáticos que buscam a morte abraçando-se aos canhões, o que quer dizer são convencidos em suas crenças (ECO DO SUL, 9/02/1897, p. 1).

Antônio Moreira César, a quem “só este nome faz arrepiar carnes e cabelos” foi comandante militar e presidente de Santa Catarina entre 1894 e 1895, ocasião em que pacificou o estado à custa de um “banho de sangue” executando 43 pessoas, dentre elas três engenheiros franceses, e que jamais admitiu prestar contas ao Congresso Nacional por tais atos. Segundo o pesquisador Frederico Pernambucano de Mello, Floriano o comparava a Napoleão, sendo atribuída ao marechal de ferro a frase “se o perdesse, não sei aonde iria para encontrá-lo; se tivesse dois, mandaria matar um” (MELLO, 2014, p. 265-267). Comandou a terceira expedição na guerra de Canudos e era mais conhecido por “corta-cabeças”, tal era sua fama frente aos inimigos (COSTA, 2017, p. 17-18), portanto, sendo justificada a apreensão de Dourado na época. Febrônio de Brito, por sua vez, foi o chefe da segunda expedição ao arraial de Belo Monte de Canudos, ocorrida em janeiro de 1897, e tal foi sua derrota que declarou: “a tropa está morta, extenuada, maltrapilha, quase nua e é impossível refazer-se em Monte Santo”, localidade baiana (MELLO, 2014, p. 121). Quando o cronista maragato afirma que Brito acabava de “confessar a loucura daqueles fanáticos que buscam a morte abraçando-se aos canhões, o que quer dizer são convencidos em suas crenças”, estava afirmando que os

conselheiristas não iriam ser vencidos porque estariam dispostos a tudo para defender suas posições.

Na crônica do dia 10 de fevereiro, ao tomar conhecimento da ida de Moreira César para a Bahia, diz que “passou-me pela vista a figura da morte com o crânio nu e a foice devastadora, mutilando os pobres sertanejos quer sejam fanáticos quer não”, por isso dirigiu ao presidente interino Manuel Vitorino o seguinte telegrama:

Doutor Manuel Vitorino,  
Rio — Itamaraty.

Sois filho da Bahia, conheceis o gênio altivo sertanejo quando lhes quer oprimir. O nome Moreira César bastará para acordar brios em todos que ainda não vivem de politica. Bandões[?] bastam para justificar o que penso. Oferta dos italianos de São Paulo, Tiradentes, Rio, acordarão ideia de socorro aos fanáticos em todos que se doem dos fracos. Luta civil do Rio Grande é exemplo disto. Em vez de extinção dos fanáticos eles serão considerados vítimas ou mártires. Apelo para vosso amor à nossa terra, para vossa índole pacífica. Peço em favor daqueles infelizes (ECO DO SUL, 10/02/1897, p. 1).

Outra vez uma crônica ganha contornos epistolares, mas dessa vez a carta deu lugar ao telegrama, dada a urgência que a situação pedia. A ideia, no entanto, permanecia a mesma, sendo o verdadeiro destinatário do conteúdo o público-leitor do *Eco*, e não o presidente interino. Como no episódio da carta ao cônego de Salvador, ou a curiosa narrativa da corajosa fidalga bretã, aqui reaparece a intimidade com personagens de destaque, afinal Vitorino e ele eram ambos baianos (em crônicas futuras dará mais detalhes sobre como conhece Vitorino). Quando alerta sobre a imprudência em enviar o sanguinário Moreira César pelo que poderia desencadear, também está falando ao público de que, frente ao descalabro, à violência sem medida, a resposta do povo seria na igual medida, sentimento que ocorreria naturalmente em “todos que se doem dos fracos”. Logo após, complementa, finalizando a coluna daquele dia:

Louvado seja Deus.

Nesta república já é preciso pedir a compaixão do senhor Manuel Vitorino, filho de homens pacíficos e honrados, que se fizeram de honra e esforço, para poupar a vida de brasileiros, de baianos, que ele deu de presente ao senhor Moreira César.

Louvado seja Deus.  
 O senhor Manuel Vitorino tem direito de vida e morte sobre seus patrícios.  
 Pobre pátria. Em pouco te entoarão o DIES IRÆ sobre o cadáver exangue.  
 Louvado seja Deus... (ECO DO SUL, 10/02/1897, p. 1).

Nos parágrafos finais, a tripla ocorrência do “louvado seja Deus” e a justificativa do porquê enviara tal correspondência, buscava declarar que foi uma atitude extremada, cristã, que não lhe dava nenhuma satisfação, mas assim fazia em virtude de suas obrigações patrióticas e suas convicções humanitárias. Novamente surge a referência ao hino entoado na missa dos mortos como prenúncio do que viria dali em diante, em face das decisões tomadas na capital da república.

A crônica do dia 12 de fevereiro representa uma leve, mas perceptível mudança de estilo narrativo de Dourado. A periodicidade e regularidade com que escreve talvez tenha diminuído a rigidez formal dos escritos anteriores. Começa aqui de forma ainda tímida (sem, contudo, perder o estilo predominante), uma narrativa mais similar à conversa entre amigos:

Muito antes de seguir para o sertão, a expedição comandada pelo senhor major Febrônio de Brito, *eu disse aqui a amigos*, e entre eles diversos oficiais do exército, qual seria o resultado dela, e a minha previsão confirmou-se. Não é que pudesse julgar que o senhor major Febrônio não tivesse capacidade para a empresa, ao contrário, porque nesse gênero de lutas não é precioso mais do que a atividade e inteligência, porque ali naquele teatro a tática que aprende o militar, para as guerras de exércitos, carece de importância. Ali o que é preciso é valor, e insensibilidade para os sofrimentos. O exército de Napoleão que já olhava as vitórias como propriedade, teve de fugir em desbarato da Rússia em vista do deserto que o gelo e o incêndio que os russos deixavam por toda a parte, causando assim a fome e o desalento ao grande exército que nunca recuara diante do perigo. Em vista do que dizem os jornais, o procedimento do major Febrônio Brito foi correto, e a bravura e resignação do soldado brasileiro, nunca desmentidas foi ali posta em cruel provação (ECO DO SUL, 12/02/1897, p.1) [grifo nosso].

Não é mais apenas o exemplo da “destruidora Roma”, ou dos “magníficos templos”, nem a “bela Cimódoce” que ilustram a crônica, mas a narrativa de uma informal conversa entre amigos, como uma extensão da comum e diária atividade. Essa nova característica não depõe em nada nem diminui a qualidade da escrita do médico baiano, podendo ter sido utilizada

como recurso consciente de proximidade com o leitor, ou uma evolução escriturística normal. A ancoragem na história, nos vultos, ainda permanece (o exército de Napoleão ainda está lá), mas agora com a companhia relaxada do trivial e comezinho.

Na crônica posterior a essa, publicada no dia 17 de fevereiro (o espaço do dia 14 fora ocupado pela segunda parte da resenha de Mário de Artagão sobre *Voluntários*), traços de uma linguagem mais próxima do coloquial se fazem notar novamente. Começa adjetivando suas reflexões como “longa e estopante série de artigos, que o *Eco*, talvez por simpatia pessoal, tem publicado, e que bem poucos, talvez, tenham lido”. A qualidade “enfadonha” das crônicas, que segundo o médico baiano tinha por objetivo indicar a origem dos “fanáticos que ameaçam não somente a Bahia, mas todo o país senão toda a América do Sul”, seria talvez assim percebida porque no país havia uma “monstruosa massa de povo ignorante que aí vive nas baixas camadas servindo de fonte onde os tosquiadores vão buscar instrumentos para poder conter o rebanho a tosquiar”. Ao utilizar-se da expressão “tosquia”, ou tosa, extração da lã de rebanhos ovinos, comum no Rio Grande do Sul, a metáfora ancorada no linguajar pampiano aproxima ainda mais o cronista do meio em que está inserido, em mais uma amostra de familiaridade tanto com o longínquo sertão baiano, quanto com a sua terra de adoção.

Traços de sua personalidade são adicionados à crônica, ainda reveladores de qualidades, mas em teor distinto da grandiloquência de exemplos anteriores:

Sou de extremos. Capaz de beijar a mão do mendigo das ruas que debaixo dos seus trapos conserva na alma os predicados da dignidade humana, capaz de cuspir na face do potentado infame sem me preocupar com o esbordoamento que os lacaios assalariados possam trazer sobre mim.

Respeito ao meu adversário radical ou convencido, louvo-lhe a firmeza das crenças, repugna-me o entusiasmo dos que abraçam hoje uma ideia com ardor, e amanhã abraçarão outra, e outra, somente porque veem naquele meio a promessa de um emprego mais fugitivo do que o trabalho, por mais ruim que seja, quando o corpo são tem forças para enfrentá-lo e há uma dignidade para torná-lo digno por mais sórdido que seja.

Era por isso que eu amava como irmãos aos trapentos Maragatos que sem pensar em proventos riam contentes no meio dos perigos, suavizavam a fome no silêncio em que a suportavam, sem maldizerem a sorte que lhes levava ali, porque eles se julgavam enobrecidos nessa abnegação, nesse desprezo

de si mesmo, julgando talvez que a pátria fosse uma individualidade cujos olhos lhes visse os sofrimentos, o heroísmo, as feridas, a nudez, cujos ouvidos ouvissem as palavras de conforto que eles mesmos pronunciavam para consolarem-se (ÉCO DO SUL, 17/02/1897, p. 1).

A humildade cristã em “beijar a mão do mendigo das ruas”, a coragem patriótica em “cuspir” no poderoso infame que dispõe de meios para castigá-lo, o respeito republicano ao “adversário radical” e o nojo pessoal dos influenciáveis que, sem convicções, mudam de lado conforme conveniências e anseios pessoais, são distinções de caráter ou traços individuais que aproximam o narrador do leitor, assumindo contornos mais humanos. Ainda que permaneça a característica regular de testemunha da história (na lembrança dos tempos em que esteve na luta federalista), agora há o elemento novo do homem Ângelo Dourado, “que amava como irmãos os trapentos maragatos”, suas virtudes e personalidade que ganham distinção na prosa do cronista.

A crítica aos líderes da república e os fatos relevantes do presente, “assuntos do momento” voltam a ter palco nas colunas do *Eco* assinadas pelo médico baiano no final de fevereiro. Delineia-se uma oposição mais declarada e direcionada ao presidente em exercício, Manuel Vitorino, e apresenta nova comparação como apoio narrativo baseada em exemplos de religiões ou divindades mundo afora:

O que espera o governo como resultado deste sacrifício de vida dos soldados brasileiros, dessa mortandade de pobres ignorantes?

Por acaso julga o senhor Manoel Vitorino que os raios de Júpiter Tonante abatem os espíritos valorosos, desfazem crenças?

Não sabe ele que se a perseguição aumenta o número dos crentes, que a opressão da força dos gases é capaz de destruir as grossas paredes de ferro que os envolvem?

Esquece-se que as perseguições aos cristãos firmaram a religião cristã, única aceita pelos povos civilizados, e que neles cada vez se firma mais pela tendência do homem em edificar a família e buscar a tranquilidade, o bem-estar sem surpresas?

Esquece-se que as lutas dos cruzados na Ásia firmaram o islamismo ali onde o sangue jorrava sem descanso?

Ora de cristãos, ora de crentes, e sempre de ambos?

Não sabe que quanto mais absurda é uma religião tanto mais fanatismo desperta nos povos ignorantes e sem garantias, sem auxílio na lei que em vez de buscar elevar-lhes o caráter os deprime?

Onde encontrar-se crentes mais fanáticos do que entre os párias hindus,



que chegam a se atirarem para serem mortos pelas rodas pesadas do carro que conduz a figura monstruosa do deus que eles adoram? Onde maior desprezo da vida do que, entre eles, nos faquires que se mutilam, deixam-se matar lentamente pelas formigas ou pelas serpentes para cumprir a promessa que fizera à sangrenta Cali? (ECO DO SUL, 20/02/1897, p. 1).

Os “raios de Júpiter Tonante” seriam a força desproporcional, poderosa, do governo contra os “fanáticos da Bahia”, que, no entanto, resultaria inócua àquele povo combatido porque não afetaria sua obstinação, senão apenas alimentando-a e fortalecendo-a. Como exemplo, afirma que o islamismo foi firmado pela ação dos cruzados, como reação a presença e luta cristãs naquela região asiática. Para reafirmar, cita os “párias hindus” e seu pretense desapego à vida, na figura dos faquires que se deixam morrer por formigas e serpentes, e dos “fanáticos” que encontram a morte sob as rodas do carro que leva uma “monstruosa divindade” em procissão, pelo simples fato de considerarem sagrados o veículo e o que ele transporta. Ao citar a deusa hindu Cali, também estabelece semelhança com os fatos do país naquele momento, uma vez que a divindade é geralmente representada manchada de sangue e simboliza o poder destruidor (AZEVEDO, 2002, p. 421), alegoria similar às descrições das práticas da república brasileira em suas crônicas.

Se antes a responsabilidade pelos atos ocorridos em Canudos era atribuída predominantemente aos comandantes das expedições, Febrônio de Brito e Moreira César, agora cabe ao chefe do executivo sua primazia, alvo também de duras críticas aos seus atos administrativos e à economia:

“*Le roi s’amuse*”, o rei se diverte —deveria ser o título deste artigo, já que vai inaugurar no Rio de Janeiro o segundo caríssimo palácio que se tem comprado, em 7 anos, para morada dos presidentes desta mendiga a que dão nome de república; palácios iguais aos de *Mil e uma noites*, mas donde só tem saído a sanha feroz de derramar sangue brasileiro no interesse de indivíduos; palácio onde “tudo tem perdido” os que tem ido habitar, se é que para lá chegarem não perdiam tudo em seu caminho.

[...]

Vai-se inaugurar o segundo palácio do governo. Este palácio que não vale mil contos de réis custou *três mil contos*, mas se forem passar uma revista no livro de perdas do Banco da República encontrarão ali, talvez metade dessa quantia destinada a pagar a altas influências políticas a sua corretagem na venda de tal palácio.

[...]

Só o serviço, os lavadoiros de prata devem ter custado com as estátuas dos “felicidades” do povo brasileiro, mais de mil contos, entretanto a miséria já oprime a todo homem de trabalho, a tudo que não conseguiu fazer uma fortuna, ou trabalhando ou roubando e toma-se dinheiro a *oito por cento* para pagar estes luxos, e suspendem-se trabalhos que dariam, em próximo futuro, lucros materiais e morais, que proibiriam o aparecimento de muitos Conselheiros que vão surgir nos sertões onde a ignorância cria um povo a parte da comunhão, e põe por aí na vagabundagem milheiros de homens por falta de trabalho, leva a miséria às famílias, e acorda-lhes no espírito a justiça em favor dos que buscam vingar-se no sofrimento destruindo pela dinamite as vidas e propriedades dos que são ricos (ECO DO SUL, 26/02/1897, p. 1).

O “título que deveria ter” a crônica, *Le roi s’amuse*, também nomeia uma peça de Victor Hugo datada de 1832 e com publicação em língua portuguesa ao menos uma vez em 1890<sup>49</sup>, portanto, plenamente possível de ser do conhecimento do erudito Dourado (mesmo em francês), e bem de acordo com o seu costume de citar a Literatura universal, especialmente a francesa. Ilustra o despropósito da compra do “caríssimo” palácio do Catete, que custou destacados “três mil contos”, e a despeito dos gastos estapafúrdios em tão desnecessária aquisição, toma empréstimos a taxa de oito por cento, igualmente bem destacado, para “pagar esses luxos”. Manuel Vitorino seria o rei que, a despeito das contas públicas, da situação econômica e do derramamento de sangue na guerra de Canudos, sai às compras inadvertidamente:

Vai-se inaugurar o segundo palácio com grandes festas. Ali aparecerão centenas de indivíduos que a 14 de Novembro de 1889 não possuíam senão duas camisas e comiam nos freges pagando duzentos mil réis por cada refeição, e hoje são ricos, são milionários, têm carros, têm palácios, olham altivos para os lados, como se o empertigar do corpo pudesse por de pé a alma do ladrão, enquanto nos sertões da Bahia se derrama, contra a ordem expressa da lei, abundante sangue brasileiro, e enquanto nas míseras habitações dos pobres trabalhadores das estradas de ferro a miséria já campeia tão forte que já é preciso destacar o exército brasileiro ao longo das linhas para impedir o justo desforço dos que sofrem.

Bem triste punição vai tendo o exército. Ora é correr pela campanha para morrer e matar em guerra civil para deixar o senhor Júlio de Castilhos complete o recebimento de seus 150 contos; 30 mil vidas, o duplo de órfãos e viúvas, por cento e cinquenta contos de réis para o senhor Júlio de

---

49 Localizamos a tradução em língua portuguesa publicada em 1890, em Lisboa, pela Tipografia de A. J. da Silva Teixeira, intitulada “O rei diverte-se: drama em cinco actos”, no acervo do *Google Books*, disponível no endereço: <<https://books.google.com.br/books?id=SrXwAAAAMAAJ>> Acesso em: 08 mar 2018.

Castilhos.

[...]

E o exército que também é composto de filhos, de pais, de esposos terá de ver impassível a miséria, a fome nessas crianças filhos dos trabalhadores, verá as esposas sem alimento não poderem levar a teta criadora à boca ressequida dois filhos recém-nascidos de pobres raparigas que enquanto a alma chora venderem o corpo para matar a fome porque os pais e os irmãos não encontram trabalho, e o exército silenciará ante todas estas desgraças porque é preciso tirar o pão que o pobre compra com o suor para pagar o luxo dos ladrões, para antepor ao câmbio que a rapinagem fez baixar a oito, com a venda das estradas; porque é preciso que o presidente da república tenha dois palácios de luxo, tenha lavatórios de prata até para os “criados” de servir.

Já não é d’agora isto. Quando no Rio Grande derramava-se tanto sangue que se fosse extraído o ferro nele contido poder-se-ia fazer com ele uma estátua para o senhor Júlio de Castilhos, ou a que este vai mandar fazer para o senhor Floriano a quem em vida o senhor Castilhos denominou três vezes traidor, na legação brasileira em Montevideu dava-se bailes de fantasia de luxo desusado, presenteava-se a quem podia auxiliar a matança de rio-grandenses, bailes em que os Vieiras se enriqueciam. (ECO DO SUL, 26/02/1897, p. 1).

Repete inúmeras vezes a expressão “vai-se inaugurar o segundo palácio” como recurso estilístico que reforça a mensagem e denota sua estupefação com a descabida notícia em contraste com a “república mendiga”, onde os convidados da inauguração seriam os cúmplices do assalto ao poder e cofres da pátria, aqueles que antes da proclamação nada tinham, segundo o cronista maragato, e depois enriqueceram. Também lembra do velho inimigo regional, Júlio de Castilhos, calculando que os 150 contos que o chefe sul-rio-grandense recebia, valia além de 30 mil mortos e 60 mil “viúvas e órfãos”, a completar-lhe o salário. Lembra aos leitores, também, que tal prática não é exclusiva da sede do poder executivo, nem foi seu pioneiro: durante a Revolução Federalista, Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto davam exemplo semelhante ao patrocinar, na embaixada brasileira em Montevideu, “bailes de fantasia de luxo desusado”, e distribuía presentes “a quem podia auxiliar a matança” do povo sul-rio-grandense. Também cumpre destacar o empenho em lembrar ao Exército sua humanidade, afinal era composto de “filhos, pais e esposos”, portanto, por pessoas com vida e ligações familiares comuns além da pura responsabilidade militar, e, no entanto, viam “impassíveis” a miséria e a fome de seus semelhantes.

Ainda na mesma publicação, temos a continuidade da inserção de Dourado enquanto sujeito da própria narrativa, com testemunho menos grandioso e mais próximo do cotidiano, do coloquial, iniciado e verificado nas crônicas anteriores. Porém, há ineditismo na abordagem, uma vez que, antes, não há registros de respostas suas a artigos de outros jornais:

Não há muitos dias, um ilustre escritor do “Correio Mercantil” de Pelotas, criticando-me, e vem a propósito aproveitar a ocasião para agradecer-lhe e cumprimentá-lo pela elevação de espírito que deve caracterizá-lo, nessa fase de baixelas, elevação que se depreende de sua crítica, dizia que quando morríamos e matávamos a brasileiros não por princípios políticos, mas para não termos na garganta a faca da “legalidade” ou a coleira dos servos da gleba, nós tínhamos frases cruéis para a república e lembrávamos com saudade da monarquia. Me há de permitir o ilustre crítico que lhe diga que nunca fomos amante de nenhuma forma de governo pela sua denominação, o que fui, o que sou, e espero sempre serei, é amante desta pátria digna de melhor sorte a quem mataram, porque pátria é a família que existe na extensão de terra designada, mentindo que a felicitam (ECO DO SUL, 26/02/1897, p. 1).

Ao citar seu crítico, “agradecendo-lhe e cumprimentando-o”, age de acordo com o que afirmou na crônica do dia 17 do mesmo mês, em que “respeita” os adversários, mesmo os mais radicais, ressaltando que a “elevação de espírito” percebida é através da crítica, e não opinião de caráter pessoal do “ilustre escritor”. Também responde tema sensível aos federalistas, muitas vezes acusados de restauradores ou saudosistas da monarquia, com a resposta protocolar de que não era “amante de nenhuma forma de governo por sua denominação”, era, antes de tudo, um patriota a quem não fazia muita diferença qual forma de governo estabelecida, desde que com sorte diferente da qual estava submetida. Destaque-se, contudo, que ainda que não aceite a acusação, não há negação definitiva desta, até porque em vários de seus escritos, manifesta explicitamente suas simpatias pelo antigo regime brasileiro, e não só neles: ao jornalista norte-americano A. Bierce<sup>50</sup>, quando perguntada

---

50 A. Bierce foi jornalista correspondente em Buenos Aires do jornal *Tribune*, de Nova Iorque, que peregrinou pelo Rio Grande do Sul e Uruguai desde 1892 e cobriu todo o conflito federalista para aquele jornal. Além de suas reportagens, deixou oito cadernos manuscritos que serviram de base para o historiador Décio Freitas publicar *O homem que inventou a ditadura no Brasil*, em 1999. O próprio autor não sabe qual o prenome do jornalista, pois ele sempre assinava seus registros apenas como “A. Bierce”.

sua opinião sobre um possível separatismo do Rio Grande na Revolução Federalista, teria dito, textualmente, que “o separatismo traria males maiores, e que, como a república é assassina, não resta, para salvar a pátria, mais que a restauração monárquica” (FREITAS, 1999, p. 100)

Na edição do dia 4 de março, “Os fanáticos da Bahia” ganhavam um subtítulo, demonstrando a alteração da forma da crônica, sem, todavia, revelar de pronto seu conteúdo. “A queda para cima”, um paradoxo provavelmente ali disposto de propósito, como recurso consciente com vistas a chamar a atenção do público, também teria seu significado destrinchado ao longo e ao final da crônica. Mas não era apenas o subtítulo da crônica (fazendo as vezes de título do texto a seguir), que a diferenciava das anteriores, mas o próprio estilo empregado, lembrando uma parábola:

Não há quem não conheça, na Bahia, aquela velha casa na rua da Preguiça, a marcenaria do Vitorino.

Foi ali que o moço português Vitorino Pereira começou a sua vida de trabalho, tendo como operários alguns outros rapazes, há muitos anos.

E o trabalho frutificou, lentamente, mas sem interrupção, e o artista, proprietário, aumentava família a proporção que aumentava a fortuna.

Em pouco teve de edificar para si casas de valor, mas sem luxo, tal era a severidade dos costumes tradicionais que adotava.

Tinha filhos, formados tinha um cômico, moço, inteligente, chegado de Roma. Esses filhos ocupavam posições salientes entre os médicos e o professorado, todos eles unidos a famílias ricas e honestas, as filhas casadas com distintos comerciantes.

Só o mais velho adotara a profissão paterna, todos os outros, porém antes de se dedicarem aos estudos eram obrigados a frequentar as oficinas.

Era tal a ordem, e o respeito pelo passado na sua família, que nem um dia passava-se sem que o velho Pereira fosse a sua oficina, sentar-se ali no meio dos operários, conversar com eles, ouvi-los, e até ser censurado pelos velhos que ali viviam como aposentados quando se lhes metia nas cabeças, que alguma reforma deveria ser feita ou não, e o amor à tradição era tal que se edificavam casas, luxuosos depósitos para os ricos artefatos da marcenaria, mas não se alterava a forma do velho edifício.

O respeito à família era tal que nenhum dos filhos era permitido passar um só dia sem ir a casa paterna beijar a mão aos velhos progenitores.

Entre esses filhos, que formavam orgulho daqueles velhos, bem cedo começou a sobressair o Manuel, o atual vice-presidente da república (ECO DO SUL, 4/03/1897, p. 1).

De distinta, honrada e tradicional família baiana, era a origem do presidente em exercício Manuel Vitorino, o “rei que se diverte”, possuidor

de “talento vasto, imaginação genial”, “espírito liberal”, tornou-se figura destacada entre seus colegas. Frequentava festas beneficentes “já doutor, já lente, já notabilidade”, em “cena aberta recitando versos de Castro Alves”, sendo figura incansável na promoção de tais encontros na capital baiana. Dourado destaca que disto tudo sabe porque “por honra do obscuro signatário destas linhas, todas as festas nobres foram também por ele participadas se não iniciadas” e, desse modo, sendo próximo (senão íntimo, ou ao menos colega) do atual comandante do país. Continua narrando a trajetória de Manuel Vitorino até acusar que, eleito senador pela Bahia já na república, “aquele talento sempre pronto a defender os oprimidos não teve uma palavra em relação às infelizes vítimas do Rio Grande”. Cedendo à “legalidade” pela promessa de se tornar vice-presidente, acusa Dourado, apresentou um projeto no Senado para atribuir “medalha de honra para os que tomaram em armas” contra os rebeldes na Revolução Federalista e que fosse cunhada uma, em ouro, para o presidente dos Estados Unidos, “confessando publicamente que aquela nacionalidade tinha tomado parte a favor da ditadura”. Prossegue o cronista maragato, à guisa de conclusão:

Contra a lei, manda o senhor Manoel Vitorino um corpo do exército para trucidar a milhares de vítimas, por suas crenças; encarrega do serviço o senhor Moreira Cesar, o que quer dizer que não escaparão nem culpados nem inocentes, e no mesmo dia, que prometiam uma carnificina digna de comemorar a proclamação do estatuto da república, ele festeja em palácio essa data com festas extraordinárias e o povo, a parte do povo que ainda não sofre fome, porque vive dos cofres públicos aclama-o à mesma hora em que, nos sertões da Bahia devem gemer as vítimas, quer seja do Exército quer dos fanáticos, centenas de famílias cobrem-se de luto, e ele bebe champanhe sem sentir nenhum cheiro do sangue das feridas, dá vivas a república sem lembrar que ela agoniza pelo punhal dos que dizem que a cuidam.

*Sic ad astra itur?* Não, assim é o cair para cima, aerostato que sobe sem governo, e cairá além da camada atmosférica. É queda para cima, a queda para o vazio, para o nada (ECO DO SUL, 4/03/1897, p. 1).

Os descabros e até a pretensa “ilegalidade” do vice-presidente, todos os seus atos censuráveis, enfim, a despeito da respeitável origem, selariam seu destino. A citação latina “*sic ad astra itur?*” – “então vamos para as estrelas?” – seria o “cair para cima”, ou seja, o engano de Vitorino: quando pensava atingir as alturas por distinção, na verdade isso significaria o oposto, sua queda, sua

derrota, seu ostracismo ao ultrapassar os limites das alturas e ser arremessado ao espaço sideral. Manuel Vitorino, merecedor de uma crônica biográfica inteira, em virtude de atos passados (enquanto senador) e presentes (como presidente em exercício responsável pelas ações em Canudos e a compra do Catete) passa a figurar definitivamente como alvo da “trincheira discursiva” de Dourado, fazendo companhia a Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto, os maiores e mais recorrentes alvos até então.

No dia 09 de março, por coincidência, registra ter sido informado da morte do pai de Manuel Vitorino. Constrói então toda a crônica sobre o assunto, como mote principal, e, no seu desenvolvimento, traça críticas ao comportamento do filho ilustre e da situação da república. Valendo-se do mesmo recurso linguístico da repetição para destacar uma ideia, utilizada quando da crítica da compra do palácio do Catete, dessa vez questiona “de que morreu o honrado velho?”:

De que morreu o honrado velho? Que funda magna minou sua existência? Ele viu a velhice de um chefe de família ser maltratada nesta terra onde criou família e envelheceu; viu seu filho aceitar ir buscar lucros maiores nesse crime; viu a religião em que ele os criara e fortificara ser abolida e seu filho para não fugir do caminho da “glória” ajudar a aboli-la; viu o povo em grita buscar apedrejá-lo e julgou que fosse o começo da expiação. Mas não era, era ainda a “glorificação”.

Viu crescer o filho aos saltos; viu-o depois dar honras ao estrangeiro que por interesse buscava entregar a insensível alma do senhor Floriano centenas de vidas brasileiras criminosas porque se expunham a morte quando só a traição glorifica no êxito, e essas centenas de vidas teriam a mesma sorte dos que descuidados foram colhidos em Florianópolis, ou que recomendados se confiavam na legalidade de Porto Alegre.

Viu depois, seu filho chamar a si o senhor Moreira César... Abraçá-lo, falar-lhe no ouvido e mandá-lo para o ignorante mas altivo sertão baiano. E a mente do honrado velho se povoou de fantasmas (ECO DO SUL, 09/03/1897, p. 1).

O excerto em destaque é ilustrativo da linha de argumentação de Dourado. Não responde diretamente à própria pergunta mas elenca razões que encerram a resposta: o patriarca, que teria acompanhado a ascensão do filho, viu também, com a república, sua religião ser “abolida”, estrangeiros que concorriam para a morte de brasileiros serem homenageados, e, a atitude imperdoável, ter chamado o cruel e sanguinário Moreira César, “corta-cabeças” para liderar campanha contra um povo “ignorante mas altivo” no sertão da

Bahia. Finaliza a crônica com a mesma pergunta e reticências, mas a resposta estaria dada: o “honrado velho” Vitorino Pereira teria morrido de desgosto.

A derradeira crônica intitulada “Os fanáticos da Bahia”, publicada no dia 13 de março, não seria a conclusão esperada da longa série, parecendo mesmo um escrito apressado e superficial. Ao contrário das outras, não havia caráter epistolar, nem referências histórico-literárias, nem citações, nem exemplos ou testemunhos pessoais, sendo mais uma repetição ligeira (é a menor crônica em espaço ocupado publicada até então no diário rio-grandino), daquilo tratado com mais profundidade anteriormente. Poder-se-á dizer que essa é, precisamente, a definição de conclusão, mas isso não se aplicava, decididamente, aos escritos de Dourado, sempre afeito a apoteoses textuais. Tratava dos excessos, do papel do Exército, os perigos que se avizinhavam dos conflitos em terras baianas, enfim, mais do mesmo. Só foi possível identificarmos que se tratava de uma conclusão pois nela não constava, ao final, o indefectível “continua” que se seguia após o “Doutor Ângelo Dourado”. O motivo, provavelmente, estaria já vinculado ao ambiente enfrentado pelo médico baiano, que enfrentaria um episódio relatado em edição subsequente do *Eco*.

A edição do dia 18 de março não traz uma crônica propriamente dita, sendo mais um misto de declaração e denúncia, de que o cronista maragato era o sujeito principal. Terminava do mesmo modo que em todas as crônicas anteriores até essa data e, por isso, inserimo-la como tal, além de estar em sintonia com o caráter de denunciismo, presente em todos os escritos do médico baiano no diário rio-grandino (e, em geral, em sua obra como um todo). O que a difere das outras, até esse momento, é a denúncia não ser apenas a de um patriota, mas sim do cidadão, atingido em sua esfera mais íntima. Em aspectos formais de escrita, diferencia-se também pela omissão da cidade onde escreve, pela primeira vez, atitude justificada dado o contexto. Outra distinção é a apresentação que a precede, intitulada como “Dr. Ângelo Dourado”. Consta no *Eco*: “Este nosso distinto amigo e talentoso colaborador senhor Dr. Ângelo Dourado, vítima de uma tremenda vaia, aliás injustíssima, em Bagé, enviou-nos a seguinte declaração para a qual abrimos espaço em



nossas colunas”. A seguir, o comunicado do médico baiano, que reproduzimos na íntegra:

**Às autoridades do país e aos meus concidadãos.**

Acaba a cidade de Bagé de ser testemunha do mais triste dos espetáculos. Achava-me eu na estação da ferrovia, onde acabava de embarcar com destino à Escola Militar de Porto Alegre, meu filho Ângelo, e onde fora levar meu abraço de despedida ao coronel Carlos Teles e seus companheiros de expedição, tendo-me demorado até que o trem partisse.

Voltava trazendo pela mão meus filhinhos Edgardo e Pedro que choravam pelo irmão, quando passando pelo meio dos soldados e oficiais que ali foram com o mesmo fim, alguns oficiais romperam em insultos contra mim cujas palavras menores que se pode escrever foram: — maragato sem vergonha. Com bastante calma separei-me dos meus filhos, e por duas vezes parei. O insulto recrudescia.

Os gritos de “mata que não é crime, e, ainda que seja, não importa”, revólveres nas mãos indicavam que se ia terminar, quando o senhor capitão Marçal Figueira, do 4º de Artilharia voltando de onde estava sua Exma. Senhora que chorava, tomou-me o braço e levou-me até o meu carro.

Fui à casa do senhor coronel Aguiar que prometeu-me todas as garantias. Sabendo depois que o fato fora premeditado e que outros companheiros estavam também ameaçados, telegrafei ao senhor Ministro da Guerra.

Alguns amigos vieram dizer-me que não convinha a minha estada na cidade bem como de outros.

Resolvi retirar-me e de novo telegrafei ao ministro, mas o telégrafo, por ordem superior, negou-se a passar o meu telegrama devolvendo-me a taxa do que havia mandado pela manhã, bem como dos que havia passado ao coronel Teles e tenente Joviano Franco.

Nada havia feito que motivasse tal ato.

Meus escritos demonstram as minhas simpatias pelo exército, simpatias que provei entregando-lhe o meu primogênito nos seus 15 anos.

A série de artigos que tenho escrito sobre os fanáticos tem tido fim de mostrar a origem deles, e o erro no meio empregado para debelá-los.

Há, portanto, para isso uma causa oculta.

Devo declarar que os meus adversários políticos se conservam calmos, e um deles, o senhor Anacleto Soares tomou minha defesa com risco de vida. Tranquilo espero a solução dos fatos, oculto para não se dar novo conflito que seria de sérias consequências.

13 de março de 1897.

Doutor Ângelo Dourado (ECO DO SUL, 18/03/1897, p. 1).

Nas linhas acima, vemos a humanização máxima do autor através de uma crônica. Se, antes, sua qualidade de sujeito – ou personagem central – nos escritos aparecia de maneiras diversas, como testemunhos pessoais ou ligações com figuras de relevo na sociedade da época, ou ainda em relatos do cotidiano, nessa crônica ela ganha contornos mais dramáticos e toda ela

é construída em torno de si, pai de família, ultrajado e ameaçado em seu momento de puro exercício dessa mesma paternidade, e não a de militante engajado.

Através delas temos contato com as informações pessoais de Dourado, como o nome de seu filho mais velho, Ângelo, de 15 anos, que seguia viagem para Porto Alegre onde estudaria na Escola Militar, e dos filhos menores Edgardo e Pedro, que lhe faziam companhia. Nomeá-los significava atribuir-lhes identidade, contornos de existência mais concreta do que se omitisse a informação, sensibilizando e, por que não, gerando ainda mais identificação com o público-leitor. Além disso, a informação de que o motivo de estar ali naquela Estação Férrea aproveitava também a chance de se despedir do coronel Carlos Teles, ex-adversário (ou ainda adversário, mas por quem manifestava certa admiração e respeito) que iria se juntar às forças federais justamente na Guerra de Canudos.

É interessante notar que o grupo descrito, de onde teriam partido as ofensas, era composto por “soldados e oficiais”, mas quem as dirigiu foram “alguns oficiais”, no entanto, não nomeados, ou por desconhecer quem eram ou para indicar de que fizeram pelas costas, e então, covardemente. Ele, por sua vez, “por duas vezes” parou, ou seja, mesmo em flagrante desvantagem, ainda era possuidor da coragem atribuída aos maragatos, e a ele próprio que era capaz de “cuspir na face de potentados” como informado anteriormente. Tratamento diferente de quem saiu em sua defesa, nomeado como o capitão Marçal Figueira, do 4º Regimento de Artilharia. Ao atribuir a autoria para oficiais, e não soldados, comunicava que a base do Exército que ali estava era, novamente, partícipes sem escolha, instrumento que via sem poder nada fazer, não sendo a soldadesca o inimigo, mas sim alguns poucos elementos da instituição que ali estava. Em suma, um simulacro daquilo que já buscava evidenciar através de suas crônicas.

Aliás, sobre estas, é sintomático que busque nelas uma possível explicação do ocorrido, apressando-se a desconstruir a própria ideia. Defende-se afirmando que seus artigos publicados no *Eco* tinham por objetivo narrar a “origem dos “fanáticos da Bahia” e de como os meios empregados não

seriam eficazes, constituindo-se em “erros”. Como vimos, a série é mais do que isso, apesar de não ser possível atribuir a Dourado uma crítica contumaz ao Exército, mas a alguns elementos, a algumas práticas, normalmente com a ressalva de que os soldados eram obrigados a isso, e não raro era possível perceber um cortejar à instituição. Segundo o cronista, a prova maior das simpatias pelo Exército seria o fato de “entregar” seu primogênito para a educação militar, desejando mesmo que faça parte, um ato que se revestia de confiança, do contrário, buscaria outra sorte para o filho.

A denúncia do ocorrido, que apesar de aparentemente não ter passado de insultos e ameaças de morte, constituía-se em flagrante desrespeito aos termos de armistício que pôs fim à Revolução Federalista, sendo aplicada ampla anistia e dadas garantias de vida aos insurretos por parte do governo federal. O ato seria a violação desses termos, o que explica a atitude de procurar, localmente, o coronel Aguiar e, nacionalmente, enviar os telegramas ao ministro da Guerra (novamente uma demonstração de acesso direto às altas figuras), ao coronel Teles (que, dado o fato de estar em deslocamento, e seu destino, tornavam-se ineficazes quaisquer atitudes pretendidas, a não ser informar os “descalabros” que se passavam e fomentar mais o desgaste com Júlio de Castilhos, que seria evidenciado tempos mais tarde) e ao tenente Joviano Franco. Obviamente, todas figuras ligadas ao Exército e nenhuma ligada ao castilhismo, uma vez que, a julgar pelo “xingamento” de “maragato” poderiam os agressores estar sob influência da disputa local, e motivada (senão incentivada) pelos adeptos ou simpatizantes da “legalidade” gaúcha.

Ao fazer a denúncia, torna público que os perigos e descabros anteriores, denunciados em exemplos mais distantes, ou em contextos específicos (como na guerra), estariam sofrendo um recrudescimento e chegaram até sua presença, fruto de alguma “causa oculta”. Quando o *Eco* sai em sua defesa dizendo que as vaias foram “injustíssimas” e Dourado afirma nada ter feito para merecer isso, denotam o caráter persecutório do ocorrido em Bagé. Ignoram, contudo, que a explicação provavelmente residia menos nas crônicas em si, mas ao clima de polarização que persistia no estado desde antes da Revolução Federalista eclodir, e que não cessara com a

deposição das armas. O “mata que não é crime, e, ainda que seja, não importa” revelaria a disposição dos afrontadores em tomar atitudes mais drásticas em relação à integridade física (e mesmo à vida) do médico baiano e a outros correligionários, pelo fato de que supostamente os agressores saberiam não sofrer consequências advindas, pois poderiam estar sob a proteção de algo, ou alguém, mais poderoso (Castilhos?). Cabe destacar o fato de as providências tomadas pelo cronista maragato, no tocante aos telegramas não enviados, ajudaria a demonstrar que o “algo oculto” poderia ser bem mais perigoso e orquestrado contra as liberdades dele mesmo e dos federalistas, tornando a crônica um verdadeiro libelo, peça de evidentes contornos políticos, um instrumento preciso de acusação ao legalismo gaúcho de que, a partir daí, todos poderiam estar sujeitos às mesmas faltas de garantias básicas de vida. O cronista maragato estava com medo, ainda que não confessasse. Ainda que as crônicas nas páginas do *Eco* tenham sido interrompidas, o escritor não se calara e voltaria à pugna por meio das palavras.

### 3.2.3 OS ALERTAS

Um hiato de quase dois anos separa o último dos escritos do médico baiano no *Eco*. Na edição do dia 11 de janeiro de 1899 retornava a figura do colaborador regular, com a série de crônicas denominada “Alerta”, a maior em número de textos publicados, totalizando 46 inserções. Sai de cena Canudos (cuja guerra terminara a 5 de outubro de 1897), e ganha primazia, na primeira metade da série, a Guerra do Paraguai, novamente como pano de fundo, mote de escrita, mas ainda permanecendo as conexões intertextuais em relação ao tempo (passado, presente e futuro se inter-relacionando em direção ao “alerta” de que queria chamar a atenção) e ao espaço (dos sertões da Bahia, antes, para o conflito intercontinental). Diferenciava-se, porém, da série anterior que explorava eminentemente o presente, e, agora, na falta de exemplos contemporâneos na ocasião da escrita das crônicas, vale-se do passado como o grande sustentáculo narrativo. Também há sutis alterações na forma das crônicas. O indefectível “Doutor Ângelo Dourado”, marca de

autoria, permanece ao final de cada texto, mas nem data nem local concluem mais os registros.

A Guerra do Paraguai, alicerce narrativo da primeira parte da série, cabe lembrar, influenciou os rumos do império brasileiro nos aspectos econômico, social e político, colaborando para o colapso do regime em 1889. Temos, a partir dela, um cenário de formação do Exército, em seu sentido de maior organização e profissionalização, bem como de seu fortalecimento institucional e, como uma das consequências, surge aquilo que podemos chamar de uma tomada de “consciência de classe” da entidade (CASTRO, 2002, pos. 255-260). No plano regional, especificamente no Rio Grande do Sul, significou o enfraquecimento da forma de organização miliciana tradicional, formada pelas guerrilhas que tradicionalmente foram vitoriosas nas campanhas de intervenção e guerras no espaço platino, baseada nas estratégias táticas de ataques rápidos e cooptação política, tirando vantagem inclusive das divisões intestinas dos caudilhos da região argentina e uruguaia (KÜHN, 2011, p. 100-102). A propaganda vigente no Brasil em relação à Guerra do Paraguai tratava Solano López como um “tirano” ou um “arremedo de Napoleão”, e esse discurso foi dominante na descrição e apropriação daquele evento. Outro ponto a ser destacado na formação de um tipo de caracterização construída no maniqueísmo do conflito, é a criação simbólica a partir dos chamados “voluntários da pátria”, que engrossaram as fileiras do exército brasileiro como sendo aqueles abnegados e heroicos patriotas na luta pela liberdade e contra a tirania personificada em López. Ecos desse discurso, tanto de ligação do líder inimigo a termos como “ditador” e “tirano”, quando dos brasileiros como “abnegados” e “heróis” da pátria, sobreviveram aos tempos da guerra e foram apropriados pela escrita de Dourado, tentando ilustrar a análise de sua contemporaneidade com os exemplos, para eles muito similares, entre aquele passado e o seu presente.

Na primeira crônica sobre a temática, uma das suas mais destacadas marcas de autoria, o exemplo histórico “pedagógico”, serve de introdução ao tema a ser explorado, nesse caso, a antiguidade clássica. Vem da Grécia o primeiro exemplo de como se comportava uma sociedade que serviu de

inspiração para toda a sociedade ocidental ao longo de séculos:

As leis de Sólon condenavam à morte a todo grego que nas guerras civis se conservavam neutros ou indiferentes. Esta condenação, que à primeira vista parece um ato de crueldade, perde esse caráter desde o momento em que se compreenda que as guerras civis são sempre a resultante da opressão, da espoliação da fortuna pública, da confiscação dos direitos dos indivíduos, mais irrita, ainda, quando a esses indivíduos se dá o espetaculoso título de cidadão (ECO DO SUL, 11/01/1899, p.1).

Pretendendo o texto ser introdutório à temática que viria a ser abordada nas crônicas subsequentes, Dourado evoca aos brios de um povo que se mantinha neutro em momentos político-sociais considerados críticos, como aqueles em que escrevia. Mesmo muito provavelmente sabendo que o leitor do *Eco do Sul* era, potencialmente, simpatizante dos ideais professados pelo diário rio-grandino, para o escritor, a pura identificação com esses valores não era suficiente para agir em direção à mudança pretendida. Mais do que simpatizar, ou pior, manter-se neutro ou em inércia, era necessário ao leitor engajar-se nos assuntos da jovem república, enfrentando de maneira mais ativa a situação que se apresentava, representada pelo castilhismo-borgismo (Borges de Medeiros já presidia o Rio Grande do Sul desde 25 de janeiro de 1898, mas sofria influência incontestante de Castilhos, ainda líder do Partido Republicano Rio-Grandense e sendo a autoridade máxima, de fato, no estado):

As guerras civis que encontram uma parte da população “indiferente” ou “neutra” se prolongam e se eternizam até aniquilar o todo; ao passo que cada qual tomando a parte que lhe compete, elas podem ser medonhas, mas são rápidas, são uma ferida aguda que rapidamente se cicatriza.

[...]

A luta de Cromwell, a Revolução Francesa, a Comuna de Paris, o socialismo altivo e triunfante, o niilismo heroico, o anarquismo cego e desapiedado, são provas e exemplos dos resultados concludentes quando os homens se arvoram em governo é apenas ser enérgico; é apenas saber corromper; e apenas buscar dinheiro para ter adeptos

[...]

Nas modernas democracias, piores que as autocracias, os homens apenas olham o seu quatriênio ou lustro de governo. Fazem pela vida, plantam ódios, firmam partidos pela força, e conservam o ânimo público em uma tensão enorme, disfarçada sob a capa da resignação pelos fatos consumados. Julgam-se impunes, porque esquecem de que um braço, uma vontade, um amor sincero da pátria pode fazer mais num momento do que uma revolta, sem união de vistas, em anos (ECO DO SUL, 11/01/1899, p.1).

O médico baiano cita “provas e exemplos” tomados em episódios (Oliver Cromwell e sua tentativa republicana oligárquica na Inglaterra, a Revolução Francesa e desdobramentos, a Comuna de Paris) e doutrinas (socialismo, niilismo e anarquismo) equiparando-os como similares e demonstrativos do que acontece quando “os homens se arvoram em governo”. Não por acaso, todos com bases “republicanas” de acesso ao poder. Adiante, chama à atenção o fato de que os políticos estariam mais preocupados, “nas modernas democracias”, com a sustentação de seus “quatriênios ou lustros” de governo, do que com os interesses do seu povo. Apesar de não deixar isso explícito, parece-nos que o cronista vê como essas características como um vício tipicamente republicano, uma vez que, em regimes monárquicos, o governante vitalício não estaria preocupado em períodos curtos de tempo e nem por, logicamente, a necessidade de referendar de tempos em tempos sua recondução ao cargo.

Na segunda crônica, publicada já no dia seguinte, dá continuidade à introdução do tema, destacando algo recorrente em seus escritos: a equiparação do seu ofício de médico com a situação política do Brasil, sendo este o doente, e a revolução, sua única possibilidade de cura. Chama a atenção para um “defeito seu”, ou antes uma característica, perceptível na série de crônicas anteriores e que aqui tomava novamente forma: as grandes introduções, as demoradas análises, e a prescrição de “remédios” para os episódios e contextos que analisava, decorrentes, segundo o cronista, de sua atividade profissional, que seria indissociável do comentador nas páginas do *Eco* (mas em perfeita sintonia com o “médico social” de sua época). Alerta o médico baiano:

[...] Será uma exposição longa, fastidiosa, sem atrativos. É um defeito meu – defeito de médico que habituou-se a ouvir a narrativa de longas enfermidades, a ver as chagas mais asquerosas, sem repugnância. O Brasil é hoje um enfermo nestas condições; os homens honestos serão seu médico; eu não serei mais do que o expositor de seus males. Portanto serei lido, e lido com atenção e sem repugnância, tão somente pelos homens honestos do meu país.

[...]

Triste da nação cujo exército ou armada não é composto de homens tirados do seio do povo, e, portanto, sentindo as mesmas dores nas desgraças, e as mesmas alegrias nos dias propícios que alegram ao povo, ou o oprimem. Felizmente, sim, porque a nação que não tem um exército de homens

amantes da pátria a que defende, é uma nação que caminha para o seu aniquilamento (ECO DO SUL, 12/01/1899, p. 1).

Nos trechos selecionados, além da comparação citada, que lhe possibilita atuar em ambas as frentes, uma vez que prescreve, por assim dizer, receitas para a “cura” do “doente” enquanto seu ofício assim o qualifica, mas os “médicos” que irão tratar o país serão os “homens honestos”, e ele, apenas um “expositor de seus males”, ou seja, um conselheiro. Isso demonstra também o desejo de que novos personagens, talvez mesmo novos protagonistas, venham a se juntar à causa. Igualmente, retoma outra característica observada nas crônicas anteriores, o cortejar às forças armadas brasileiras, agora não apenas o Exército, mas também a Armada, vinculando-as ao povo cujos interesses e sofrimentos seriam os mesmos.

Na crônica do dia 14 de janeiro, afirma textualmente que “o político é o médico social”, mas estabelece uma diferença em relação a outro profissional da mesma área: “o homem que se arroja, e julga-se com capacidade para governar um país, é o higienista social. Ao médico, competia “estudar a moléstia, o seu caráter, sua natureza e coisas” enquanto ao higienista caberia “afastar todas as coisas morbígenas, e tudo que pode, mesmo por uma intercorrência, agravar a natureza das moléstias endêmicas, e, por isso, torná-las epidêmicas”. Por isso, prossegue o cronista, “um fato desconhecido, uma moléstia importada, uma calamidade produzindo o flagelo” não poderiam ser levadas à custa do higienista; mas, “conhecida a natureza da moléstia e suas causas”, se este “não procura desviá-las, esquecer-se das condições que produziram é desídia criminosa; provocar-lhe é crime de lesa humanidade, ou seja, o governante que se omite de afastar os perigos sociais que incorreriam em flagelos ao povo, seria um criminoso não apenas em seu país, mas aos olhos de toda a humanidade. Assim, a figura do narrador assume o papel mais exato de observador, diagnosticador e conselheiro, mas não o de executor, que não lhe cabia por não ser governante, estes os verdadeiros destinatários das cobranças.

É também nessa crônica que a Guerra do Paraguai aparece pela primeira vez de forma explícita, e os contornos do juízo de valor e da abordagem pretendida já se mostram mais visíveis. Em seu discurso, acusa López de



planos de natureza imperialista na região que, se atingisse o objetivo, seria o “colosso do Cruzeiro”, ou seja, um gigante do hemisfério sul:

López sonhou um dia no Paraguai reunir sob a coroa que já sonhava, desde que viu os faustos de Napoleão III, todos os estados que pertenceram à Espanha na América do Sul. Era o sonho grandioso de Bolívar; mas sonho onde o bem dos povos desaparecia para deixar em relevo somente a sua pessoa, o seu interesse, sua ambição, seu orgulho a escravização de milhões de homens. Para isso, porém, era preciso aproveitar-se do descuido em que se achava o Brasil, e abatê-lo. Era o único obstáculo para a criação do império espanhol americano para a dinastia López, o colosso do Cruzeiro. Desfeitos nos cálculos, ele mostrou os dentes de chacal. Seus melhores amigos, seus parentes eram condenados ao chicote e ao cepo de Uruguaiana, por simples suspeitas; e nesse suplício, mulheres e velhos, vergastados pela soldadesca deviam denunciar cúmplices a quem ele queria que fossem denunciados para mandar matar – suas próprias irmãs, sua mãe sofreram o aviltamento. Os homens que se opunham moralmente a isto “eram seus inimigos” e sujeitos às mesmas penas. Era depois de seus almoços opíparos, de suas libações, quando todos já morriam de fome, que ele mais delações exigia, e mais vítimas entregava aos algozes.

López, não podendo fugir, morreu como valente; mas os que, em outros povos, têm, não seus planos gigantescos, mas apenas o desejo de verem o luto no povo que o sustenta, vivem confortavelmente nos seus palácios, enquanto o povo se esfrega na miséria e nas apreensões sobre esse nebuloso amanhã que já se anuncia.

*Sim! Quem tem um exemplo, e não se aproveita dele para afastar os males, ao contrário, provoca-os, tem a alma de López, sem ter a sua coragem de marchar para o combate à frente de suas hostes. Recordemos os fatos que se têm dado no Brasil e veremos que só um propósito firme de alterar essa aparente tranquilidade poderia provocar os que se estão dando (ECO DO SUL, 14/01/1899, p. 1) [grifo nosso].*

Este trecho é sintomático e ilustrativo de seus diversos propósitos, ao caracterizar o líder paraguaio como alguém obstinado pelo poder e pela conquista, que transforma até mesmo seus próximos em inimigos, caso julgue qualquer tipo de oposição ou resistência, ou ao menos “por simples suspeitas”. Além disso, estabelece a primeira relação direta com a sua situação do presente, fazendo alusão aos seus congêneres que não dispunham de planos de igual dimensão (a conquista territorial, neste caso), mas “o desejo de verem o luto no povo que o sustenta”, não teriam a mesma coragem de López, que “morreu como valente” ao não poder fugir, mas ao contrário, aqueles prefeririam refugiar-se em seus “palácios”. No trecho destacado, a ambiguidade de destinatários é percebida, mas a intenção é a mesma: a história serve de lição

tanto para o povo que deveria aprender com o passado (e em especial aqui, os eventos da Guerra do Paraguai), mas também os governantes que, tendo atitudes semelhantes às de López (a “alma de López”, como configurada), ao mesmo tempo desqualificados por ter seu pior, ou seja, a sanha tirânica, sem o seu melhor, ou seja, a coragem de “marchar para o combate à frente de suas hostes”. Esta distinção entre lideranças que estavam no *front* e as que estavam encasteladas em seus palácios tem seu paralelo nos próprios eventos da Revolução Federalista, na qual os líderes das oposições estavam, em sua maioria, no campo de batalha (os irmãos Tavares, Joca e João Nunes; os irmãos Saraiva, Gumercindo e Aparício; e o general Salgado, além, é claro, do próprio Ângelo Dourado), enquanto os líderes castilhistas faziam a guerra de seus gabinetes.

O excerto a seguir trata das visões acerca do conflito sul-americano, sobre o qual Dourado justapõe as diferentes abordagens usuais na época, em denúncia à posição dos castilhistas (os quais, apesar de não serem acusados explicitamente, em uma leitura atenta percebe-se o destino do discurso ao serem citados logo abaixo), que assim a caracterizava como “desnecessária” por terem práticas semelhantes e pontos de aproximação:

Para muitos que, na advocacia de causas que lhes promete lucros enormes, e que só pelo prisma do interesse veem os objetos, e por isso não importam que as coisas mais dignas da pátria sejam transformadas em crime, a guerra com o Paraguai foi um ato desnecessário, foi um capricho, foi uma vingança pessoal por ter López querido casar-se com a filha de D. Pedro.

Mesmo depois do que se viu, do que se soube, a respeito daquele moderno Calígula, o espírito de oposição levava a ponto de ter-se desejos de um tirano por senhor, que seria o plantador da tirania eterna na América do Sul até a extinção das raças que a povoam.

Não nos admira isto, porque hoje ainda há quem deseje o Sr. Castilhos para seguir a política do Marechal; ou antes, rever López no Brasil. Para a seita positivista, que aconselha o assassinato ou o justifica, essa guerra foi um crime, e por isso devia-se entregar ao Paraguai os troféus ganhos aos paraguaios. López sonhava com uma coroa, chegou a pedir os moldes dessa joia na Europa, que foi depois encontrado nas alfândegas de Buenos Aires (ECO DO SUL, 20/01/1899, p. 1).

Ao acusar o inimigo de querer “entregar ao Paraguai os troféus ganhos”, o autor advogava a teoria de que, não só os positivistas alinhados ao castilhismo consideravam a guerra um ato equivocado, como de que estes

seriam antipatriotas, entreguistas, uma vez que defendiam aquela entrega, e isto não parecia possível ou sequer admissível para Dourado, que apelou durante a maioria das suas crônicas justamente aos brios patrióticos de defesa da soberania e da afirmação brasileiras. A partir desta abordagem, os castilhistas seriam duplamente traidores de seu povo: pelas práticas adotadas internamente em seus governos e, também, externamente nas posições em relação à Guerra do Paraguai.

Na crônica do dia 24 de janeiro, talvez para lembrar o leitor de quem é o verdadeiro alvo de seus escritos, e contra quem quer alertar, faz nova associação de López com Castilhos:

Não fora a providência que colocou à frente desses homens que não temiam a morte, a López, *o protótipo da ambição, da vaidade, da injustiça, que matava os seus generais, no receio de que se distinguindo-lhe roubariam as glórias e talvez o poder*, e depois dizimava o exército por não lhe ter dado a vitória por toda a parte, quem poderia vencer na América aquele exército paraguaio, se triunfante tivesse a sua frente um homem de gênio, um homem justo, um homem que não sacrificasse a vida e a tranquilidade dos outros pelo seu interesse pessoal? O que seria do Brasil, apesar da bravura tantas vezes provada de seus filhos se aquele homem não fosse um monstro e quisesse para dar nome ao seu povo fazer abater a hegemonia brasileira, e que tinha generais e soldados como Dias, para quem o perigo e as dificuldades não existiam! Se não fosse a Providência, *que desviou a mente do Sr. Júlio de Castilhos para só pensar na sua pessoa e grandeza futura*, e por isso apesar de ter sob o seu comando imediato o general Galvão, o exército brasileiro e às suas ordens o tesouro nacional, o que seria daquele punhado de lutadores, restos das falanges de Gumercindo Saraiva, onde escrevi o meu diploma de cidadão brasileiro, cercados por toda a parte, a revoltear como a presa que procura uma saída, onde se acha encerrada?

O que seria de nós se o Sr. Júlio de Castilhos não meditasse desde então negar tudo ao exército, colocando por toda a parte os oficiais do exército às ordens dos seus generais, para no fim poder dizer que só os seus patriotas lutaram como há pouco se declarou no Congresso? Que seria de nós se os corpos do exército fossem os encarregados exclusivamente de nos perseguir ou nos impor as marchas? (ECO DO SUL, 24/01/1899, p. 1) [grifo nosso].

As características de egoísmo e sistemática perseguição do ditador paraguaio àqueles que eventualmente lhe fariam sombra, disputando glória e prestígio ou mesmo, de maneira incipiente, pudessem “roubar o poder” ou o protagonismo de que dispunha, são fortes indícios de associação a Castilhos, ao qual também era acusado de práticas semelhantes na condução da política no Rio Grande do Sul e que, igualmente, não admitia qualquer ascensão de

personalismos além de seu próprio como líder do seu estado. Além disso, o trecho também é sintomático quanto à tentativa de dissociação do Exército (instituição) aos atos do castilhismo, tendo aquele sido “usado” aos caprichos de alguns generais a serviço do ditador sulino.

Ao final, evoca a figura da “divina providência” como argumento de esperança cristã para a redenção futura da pátria, a mesma que já havia operado no passado por ocasião da guerra com o país guarani, haveria de uma vez mais salvar os destinos da nação brasileira. Outro aspecto a se destacar é o retorno do narrador presente, personagem da própria crônica quando destaca características pessoais, agora com um tom lírico mais explícito:

É preciso crer-se na Providência, e quem crê sabe esperar. No desânimo mesmo há uma dúvida, a dúvida é um sinal de esperança. Esperemos.

E eu espero que se me perdoe esta divagação nunca inútil nos tristes dias por que passa o infeliz Brasil. Doravante não divagarei mais. Serei como Ovídio que prometia ao pai não fazer mais versos, em verso.

*Promitto pater, nunquam componere versus.*

Assim, a divagar, prometo aos meus pacientes leitores, e ao *Eco*, não mais divagar (ECO DO SUL, 24/01/1899, p. 1).

A citação em latim, atribuída ao poeta romano Ovídio, além de revelar outra vez sua erudição clássica, também é um exercício do autor em fazer ironia consigo mesmo, ao prometer não divagar mais, sabendo que não conseguirá cumprir a promessa, dado o seu estilo. A ilustração, seguida da repetição da promessa, o paradoxo estabelecido em “a divagar, prometo aos meus pacientes leitores e ao *Eco*, não mais divagar” também traz contornos de humor que, após tratar temas mais densos e personagens mais cruéis, leva à conclusão, no dia seguinte, uma mensagem mais leve e em consonância com o espírito de esperança que prega:

[...] A guerra do Paraguai, dizia Agassiz, não tem caráter egoísta; e o povo brasileiro deve ser considerado o “Estandarte da civilização na América do Sul”. “Nesta luta, dizia o sábio estrangeiro, o Brasil merece a simpatia do mundo civilizado; o que ele ataca é a organização tirânica, semiclerical e semi-militar, que tomando o título de República desonra o belo nome que usurpa”.

[...]

Entretanto o Brasil império ia, com sacrifício, libertar o Paraguai, no Rio Grande, estabelece-se o positivismo como lei e religião, não em mãos puras como delirou Comte, mas em mãos manchadas em todos os crimes, e o Brasil vem em auxílio da tirania, sacrifica o erário público, arrasta a nação à desonra, à miséria; busca desmoralizar o exército, o fator da república sujeitando-se ao generalato do Dr. Júlio de Castilhos (ECHO DO SUL, 25/01/1899, p. 1).

A ironia da situação, ilustrativamente abordada pelo autor, é que o “povo brasileiro”, responsável por “atacar a organização tirânica” personificada em López, e que teria libertado o povo paraguaio desse ditador, é o mesmo que teria aceitado a imposição de iguais pendores representada pelo positivismo de Comte liderado por Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul, de iguais matizes tirânicas segundo Dourado, às custas do erário público que patrocinava tais atrocidades e manchava a república e o próprio exército, em mais uma tentativa de dissociação da entidade aos planos e ações do castilhismo.

As lições que o país deveria tirar da Guerra do Paraguai e que seriam aplicáveis à situação política do Brasil daquele fim de século, aparecem de forma sistemática em seus escritos, voltando o autor sempre que possível à associação dos equívocos do passado e fazendo jus ao teor de “alerta” que intitulava cada crônica. Assim, argumentava Dourado que:

[...] A guerra com o Paraguai, [...] trouxe para o Brasil a maior lição que é possível ter os povos de boa fé que se adormecem na imprevidência, confiante no patriotismo, número, e bravura; mas esquecidos de que num momento o inimigo astuto, pode marchar para manietar-lhe os braços enquanto publicamente lhe dão as maiores provas de afeto, de apreço e fraternidade.

[...]

O Brasil vingaria a afronta, porque então o Brasil era uma nação e não um bando de feitorias onde cada feitor só busca num castilhismo sem alma o aniquilamento do brio e da riqueza pública para dominar, releve-se as exceções; mas quanto nos custaria organizar essa desforra se o inimigo se apoderava do nosso centro motor?

A história narra esse fato em referência a nós, e está cheia de fatos similares; mas o governo da república brasileira, ou seus governos, só pensam em vencer as dificuldades de seu mandato, embora para isso sacrifique o futuro da pátria, e o povo bestializado aplaude hoje o que amanhã nos há de fazer chorar lágrimas de sangue por não termos tido coragem de no momento em que se nos preparam esse futuro de desgraças de que os fatos atuais são premissas, visando a pátria; e esquecidos dos males momentâneos, para nos opormos como uma única vontade a esse mundo de desgraças que homens sem coração derramaram e derramam no caminho por onde hão

de trilhar seus próprios filhos. A guerra com o Paraguai ensinou ao Brasil a não adormecer na confiança do valor de seus filhos, e na pequenez relativa de seus vizinhos. Por pequeno que seja um povo, seu orgulho, a ambição o engrandece (ECHO DO SUL, 26/01/1989, p. 1).

De maneira implícita, evoca ao Brasil que lutou contra o inimigo, a tirania paraguaia, ou antes, de seu líder, a fazer o mesmo em suas próprias terras, com outro inimigo mas que seria tão – ou mais – nefasto quanto, o castilhismo tirânico do Rio Grande do Sul, por isso os vários “ensinamentos” e “lições” destacados no trecho, sempre de forma a enfatizar e “alertar” os leitores das situações semelhantes entre o passado da Guerra do Paraguai, e o presente da Revolução Federalista que ainda ecoava naqueles tempos de divisões políticas, tempos, aliás, que eram tratados como desanimadores pelo autor, como podemos perceber no trecho destacado a seguir:

[...] Entretanto, que hoje... Não falemos de hoje. Este hoje do Brasil é a inundação do lodo, onde só as hidras medram, onde só as minhocas proliferam. Não há dia em que não se leia notícia de um roubo no correio, nas alfândegas, nas estradas de ferro, nas tesourarias, fala-se disso apenas para Gaudio da reportagem, e depois tudo volta ao silêncio com o mesmo indiferentismo.

[...]

Quando a injustiça da lei é sementância de refúgio, a providência torna-se vingadora. Os criminosos serão punidos, e o Brasil voltará a ser Brasil, depois de justicar aos que o arrastaram à desonra e à ruína. É questão de tempo, e talvez bem curto (ECHO DO SUL, 28/01/1899).

Ao indicar sua contrariedade em falar do seu presente, na verdade enfatiza ainda mais suas críticas à situação, com destaques às notícias de corrupção que povoariam a imprensa, mas que encontravam uma massa leitora indiferente, também em outro tópico já abordado em sua primeira crônica, sobre o povo omissa e alheio aos destinos da sua vida social e política. Entre desencanto e esperança, era na esperança da “providência” (talvez com certa ajuda de suas crônicas) que pretendia acordar o povo “bestializado” para, finalmente, tomar as rédeas de seu próprio destino e engajando-se na revolução pretendida, alterar aquele atual estado de coisas e desalojar o castilhismo-borgismo do poder. Mas, ao contrário do que parecia sugerir seus escritos anteriores, a “providência” não parecia ser a espera da intervenção divina

miraculosa, mas inspirando novos “voluntários da pátria”, transformando a adesão à causa federalista como um chamado divino.

A nova revolução, então, seria uma continuação natural daquela já levantada pelos próprios federalistas e lembrada na série de crônicas. Dourado evoca a memória dos “voluntários do martírio”, ligando o termo à Literatura, uma vez que era de conhecimento público a sua mais famosa obra até então:

Os representantes da grande maioria do povo rio-grandense, os *Voluntários do Martírio*; esse punhado de maragatos, depuseram as armas, aceitando a paz que o governo da União lhes propunha, não por medo, não por cansaço. Homens que do Rio Grande chegaram até a fronteira de São Paulo, e de lá voltaram, e depois de escaparem da morte como presa de caça, que se escapa dos gozos da matilha, voltaram ao campo da luta, como voltamos, não conheceu o receio de morrer este batalhão, apenas o dever de lutar. Apenas o passado não foi aproveitado como lição. Já havíamos, para fugir da guerra civil, deposto armas, nas mãos de um batalhão do exército nacional, esse batalhão e seu chefe obedeceram a ordem do Sr. Júlio de Castilhos de lutar contra os que se tinham confiado neles (ECO DO SUL, 05/02/1899) [grifo nosso].

Destaque-se que, na argumentação do autor, “um punhado de maragatos” representava “a grande maioria do povo rio-grandense” (assim como o exército brasileiro que lutara na Guerra do Paraguai representaria a maioria do povo brasileiro), ou seja, uns poucos abnegados lutando pelo bem maior de seus povos. Aqui, a utilização do termo “voluntários do martírio”, serve tanto como designação dos combatentes da Revolução Federalista, quanto também uma propaganda (in)voluntária da famosa obra, uma vez que o autor costumava mesmo inserir referências literárias ora explícitas, ora sutis em seus escritos. O termo também faz alusão aos “voluntários da pátria” que lutaram na Guerra do Paraguai. Trata-se de mais do que uma associação, mas de uma apropriação simbólica do ideário deste conflito equiparando-a à mensagem federalista, como sendo iguais e indissociáveis em objetivos e pretensa heroicidade. Dourado utiliza deste discurso para comparar os inimigos políticos e identificá-los com os propósitos, estratégias e ações do líder paraguaio, e assim usa e abusa, ao longo de suas crônicas, da evocação à memória da guerra como explanação e fundamento discursivo de seus próprios intentos enquanto escritor engajado com os rumos políticos de seu tempo.

A crônica do dia 9 de fevereiro traz de volta o narrador presente, abandonando de vez as referências à Guerra do Paraguai, e centrando-se mais no presente com vistas ao futuro, aproximando-se mais da relação título-conteúdo das crônicas. O passado ainda se faz notar, mas ganha contornos mais memorialísticos, mais pessoais, em uma alteração de estilo sequencial ainda não percebida nos escritos anteriores. Nesse sentido, abre o texto afirmando que havia revelado o propósito de manter-se no plano traçado, o de alertar o povo “quando da perspectiva de desgraças que vai surgindo na penumbra dos horizontes desta infeliz pátria” mas que o estilo, “tão prolixo e cheio de circunflexões” torna-se enfadonho “para os que em tudo só querem o resultado”, ou seja, quem não compreende que os motivos que levariam à extensão das crônicas, seria similar a quem o cronista invariavelmente critica, os “donos da república” que também só vislumbram o resultado. Poderia ser uma crítica aos leitores com quem, supostamente, teve contato ao perguntar a opinião sobre aquilo que escrevia, ou uma resposta antecipada, uma defesa prévia. Justificava novamente o estilo como sendo decorrência de “profissão que exerce”:

Médico, junto ao doente, eu procuro a causa da enfermidade que o prostrou, embora busque a compreensão do aforismo hipocrático aplicável ao caso, diversa da que geralmente se aceita; embora feche os olhos às páginas da ciência moderna quando suas conclusões me parecem falsas, pela obscuridade das premissas, e pela insuficiência dos meios indagadores; e busco na escala da razão encontrar a causa da enfermidade, e muitas vezes encontro, em objetos tão nulos, tão ridículos, que é até desolador para o orgulho humano, ver como a organização mais bela se abate, como a forma mais sedutora se afeia, muitas vezes pela ingestão de um fruto podre que produz disenteria; ou pela falta de um banho higiênico, que dá lugar à inoculação da lepra.

Homem, cidadão, em uma pátria de servos e assalariados, e indiferentes, eu busco a causa do mal que parece arrastá-la à morte inevitável, e é nessa busca que, junto a cada sintoma, como causa imediata, atual, irritante, ou como fonte de infecção, surge diante de mim, constante, indefensável, a figura sinistra, fermentadora, persistente de um homem – do Sr. Júlio de Castilhos.

[...]

Em relação ao Brasil, sua pessoa traz-me a ideia do atum africano, uma filária constritora que enrosca-se num dedo, num membro, e sem que se possa ver o relevo do corpo vai cortando os tecidos até que depois aquela parte se separa do todo, ou como o vibrião que perfura o lenho de árvore rija e majestosa, até chegar-lhe ao cerne, para em pouco fazer-lhe perder as folhas e os galhos; para poder ser abatida aos golpes de machado do



lenhador que a vai vender para aquecer as caldeiras dos trens que produzem a fortuna dos poucos sócios da comandita que as possui (ECO DO SUL, 9/02/1899, p. 1).

A análise demorada, então, é defendida como sendo uma característica muito pessoal, que não aceita respostas prontas mesmo que à luz da “ciência moderna” conquanto represente conclusões falsas. Mais do que o médico atento aos detalhes e que analisa em cada pormenor o enfermo ora visitado, é o “homem, cidadão” Ângelo Dourado que esmiúça causas e elabora hipóteses com o fim de curar o doente. Para os males metafóricos ou reais, invariavelmente encontra como causa Júlio de Castilhos, comparado a seres, parasitas, que minam e destroem seus hospedeiros devagar e internamente. Apesar disso, afirma que não possui “ódios ao senhor Castilhos; nunca o vimos, e hoje não o desejamos ver”, complementando que os insultos que recebeu, ou as ameaças de morte (explicitando um autor para a ameaça que motivou o libelo que antecedeu aos “alertas”) não seriam motivos para odiá-lo, ou seja, motivações pessoais, apesar de existirem de sobra, não seriam motivo e toda a oposição se daria no âmbito puramente político-ideológico.

Na edição seguinte, prossegue essa linha de pensamento, ainda sob a tônica do narrador presente, mesclando informações pessoais e atribui responsabilidade total ao chefe castilhista:

Os insultos, tudo com que se procurou difamar pelos mercenários, o sofrimento material, os sofrimentos morais, o exílio, o refúgio nas brenhas que por ele nos impuseram, a laceração de noss'alma vendo morrer um filhinho nessas brenhas, por falta de medicamentos, o ver nascer uma filha numa tapera, e ver a esposa e filhos ali sujeitos a todos os sustos, desde a chegada de um transeunte que poderia ser um assassino, como se nos havia avisado, até as cobras que coleavam nos aposentos como animais domésticos, de tudo isso nos esquecemos quando em relação à nossa vingança podemos, pelo dito de um por defesa de outro, compreender que como homem particular é o Sr. Júlio de Castilhos o ente mais desgraçado a que alumia o sol rio-grandense.

[...]

Só uma alma sem alma poderá desejar mais vingança de quem tanto o fez sofrer, em presença de punição como esta que a Providência impõe a quem se julga acima dos homens e de Deus, porque dispõe da vida e paz de um povo como de uma tropa para charqueada. (ECO DO SUL, 10/02/1899, p. 1).

À toda a sorte de sofrimentos aos quais foi exposto (material, moral, o exílio), acrescenta informações de cunho biográfico, como o filho pequeno que morreria “por falta de medicamentos”, e da filha que nascera “em uma tapera”, além do testemunho das situações que eles, autor e família, foram submetidos por responsabilidade direta ou indireta de Castilhos, segundo denunciava, como o susto frente a possível chegada de “um transeunte que poderia ser um assassino”, ou a “cobras” que passeavam pelos cômodos dos alojamentos improvisados que habitavam, obrigando-os a permanecer em estado de vigília constante. Conclui que, a despeito de tudo isso, não nutre ódio pelo chefe legalista, “o ente mais desgraçado a que alumia o sol rio-grandense”, mas ao utilizar o paradoxo “só uma alma sem alma” denotando alguém “desalmado” (um anti ou não-cristão, talvez) poderia desejar “mais vingança de quem tanto o fez sofrer.” Não sente ódio de Castilhos, mas deseja vingança.

As duas próximas crônicas assumem uma característica epistolar, com destinatário específico: o leitor. Dirige-se textualmente ao “homem” que lê, e cita as qualidades pelas quais imagina a quem se dirige:

*Tu, o homem que me lê*, meu amigo, ou meu inimigo, se és dos que, satisfeitos no presente, não pensa no futuro, não vês esse acúmulo de nimbos negros que se amontoam nos horizontes da pátria e que, num momento desprenderão as catadupas que arrastem ao abismo que há nove anos a chama com os cantos das sereias?

*Tu tens família?*

*Tu tens uma velha mãe* que te conta, nos longos serões, para suavizar-te o afã diurno, as histórias de teus antepassados, e as tuas mesmas na infância; histórias dessas lutas gloriosas para conquista de uma pátria, para defender a honra, lutas em que essa pátria crescia, se altanava, progredia apesar do sangue que regava o solo, e dos ossos que lá ficavam, de seus filhos, a branquejarem nos campos de batalha, na terra do povo que a veio insultar?

*Tens esposa*, que a preparar-te o alimento para redar-te as forças perdidas no trabalho, e o leito para o repouso, depois de lamentar que já não é possível viver na abastança modesta pelo preço dos gêneros, sobretudo quem só vive do trabalho, mas suaviza-te a tristeza por veres que tudo isso é devido a ter se distribuído a fortuna do povo por alguns ladrões, em nome da república, contando-te os brinquedos e os primeiros ditos de teu filhinho que apenas começa a dar os primeiros passos?

*Tens filhas*, para quem olhas com esse olhar de pai por onde a alma se coa para formar essa zona de doces sonhos do futuro, onde as vês felizes, honestas, dignas; fazendo reviver tua mãe; fazendo eternizar os carinhos que hás mister?

*Tens filhos*, sobre os quais tu, com orgulho, depositasses todas as esperanças

da pátria; todo o brilho que os bons patriotas, não os da pança, não os moços por serem visionários, não os velhos que exploram a visibilidade dos moços, mas o patriotismo de quem amando a família não pode compreender que possa haver felicidade onde não existe pátria digna, para quem tem honra e dignidade, e ver nesses filhos, nesse amanhã sublime e tão tardio, o renascimento dessa pátria abatida hoje? (ECO DO SUL, 11/02/1897, p. 1) [grifo nosso].

A comunicação estabelecida, elencando a série de perguntas dirigidas ao leitor, classificado pelo cronista como um chefe de família, propõe um elo e uma identificação do autor com o público, tratado pela primeira vez como um indivíduo real, tangível, com existência definida. Deixa explícito com quem deseja falar, a quem quer tocar a alma, despertar sentimentos e provocar o brio, enfim, alertar dos perigos que em breve poderão se abater a ele também, “pai de família”, e não apenas as desgraças que se abateram ao médico baiano por ser ele “revolucionário”. O perigo, a tragédia, em breve reclamará a todos e urge a tomada de consciência.

Como forma de reforço da mensagem, estende a ligação em uma pretensa capacidade de saber o que se passa ao homem que lê o seu escrito, pois julga que a ambos ocorrem os mesmos sentimentos quando se trata de evocação à família:

Eu sei o que tu sentirias; eu sei que só em pensar se isso acontecesse, ao leres essas linhas, apesar de julgares-me um visionário, teus olhos, marejam lágrimas, como os meus ao escrevê-las, porque tu és homem, tu tens alma, tu tens amor a família, e apenas disso esqueces por *política*.  
Pois bem, leitor — tudo isto que escrevi, pode-se dar em um momento, quando um povo se avilta a ponto de outros povos virem apoderar-se de suas terras; tudo isso vai se dar no Brasil talvez em menos de um lustro se continuarem, como vão dirigindo os nossos destinos, os mesmos homens que roubaram a nossa fortuna, que nos encheram de dívidas e enquanto aguardam no estrangeiro nosso ouro, lançam impostos até sobre o pão que comemos, ou para sustentar no presente os partidários de que precisam ou para pagarem a dívida que, nos roubando, nos obrigaram a contrair (ECO DO SUL, 11/02/1897, p. 1).

O médico, o cidadão, o homem, capaz de “cuspir na face de potentados”, encarar agressores armados enfrentando o perigo da morte iminente, mas que também já sofrera toda a sorte de insultos, viu os horrores da guerra, sofreu na pele as agruras do exílio, padeceu em terras estranhas e perdeu

um filho, esse homem que escreve “na primeira hora do primeiro dia”, deixa aflorar a sensibilidade que o levava às lágrimas, despindo-se da aura guerreira que a tudo estaria disposto a enfrentar. O cronista já havia experimentado diferentes apelos persuasivos: a razão, a religião, o patriotismo, mas ao admitir que chorava enquanto escrevia, apresenta uma face ainda inédita em seus escritos até então: o publicista maragato possuía, sim, um ponto fraco, seu “calcanhar de Aquiles” (para se valer de um apoio textual da antiguidade clássica que tanto usava), o mesmo que provavelmente pensara ser o do homem que segurava as páginas do *Eco*: a família.

Os “alertas” publicados nos dias 23, 24 e 28 voltam-se ao presente imediato, e tratam da notícia que saíra no *Jornal do Comércio*, do Rio, no qual o cronista maragato tivera notícia a respeito do general Carlos Teles:

Nos entrelinhados do *Jornal do Comércio*, do Rio, vem um artigo, sistema morcego, onde parece lamentar-se o General Teles, ao mesmo tempo que o crimina, e trabalhando pela causa castilhistas, taxa de funestos os hábitos do senhor Júlio de Castilhos.

[...]

Nesse escrito acusa-se ao General Teles de ser partidário e aconselha-o a fugir da política; como prova de seu partidarismo apresenta-se o ter sido seu nome lembrado para presidente do estado.

É esse acerto que nos obriga a fazermos esta referência aquele escrito.

O nome do general Teles, lembrado para presidente do estado, não o foi por interesse partidário.

Quem escreve estas linhas foi talvez o primeiro que de tal lembrou-se e aconselhou os amigos para lentamente ir fazendo vigorar a ideia (ECO DO SUL, 23/02/1899, p. 1).

Dourado atribui a si a primazia de considerar o general como potencial presidente do estado, aconselhando seus “amigos” correligionários de que seria uma opção a se considerar – e apoiar – não sem destacar que “o senhor Carlos Teles fora o inimigo mais prejudicial” que se apresentou diante dos federalistas em campanha, e que “foi sua bravura e resistência que deu um golpe mortal na revolução, no sítio de Bagé; sua energia e coragem, fazendo marcha ao mesmo tempo que consertava estradas de ferro para se opor a tomada do Rio Grande”. Sua candidatura, mesmo assim, constituía-se na solução mais apropriada:

Era amigo do senhor Júlio de Castilhos; tinha serviços reais; não seria um instrumento seu no aviltamento do Rio Grande.

Era, portanto, uma candidatura misericordiosa.

Um templo de asilo para os infelizes rio-grandenses condenados ao extermínio, lento, mas constante.

Mas, nos enganamos.

Pensávamos na gratidão do senhor Castilhos, e o senhor Castilhos só é grato a si mesmo, quando contempla seus atos.

Só teve um fim aquela lembrança; mostrar como ele trata os homens, que o servem, mas que não são executores de suas vontades especiais, nos momentos de crise.

E, graças a Deus, o senhor Teles veio formar na linha dos que tanto são injuriados, xingados, a ponto de se tornarem beneméritos (ECO DO SUL, 23/02/1899, p. 1).

Localizamos o mencionado artigo no *Jornal do Comércio* do dia 8 de fevereiro de 1899 (p. 2), no acervo da Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. No texto, é publicada uma notícia que denunciava a ida do general Teles a Porto Alegre com “reforço policial” para depor Júlio de Castilhos, e por esse motivo estaria preso, a mando do ministro da Guerra. Na edição seguinte, o general dirige uma carta ao diário carioca, referindo-se à “nota” publicada no dia anterior negando veementemente as acusações de conspiração, afirmando que nem dispunha de força policial nenhuma na capital do estado, sequer passaria por lá (estava se dirigindo a Bagé), sendo que a única cidade gaúcha pela qual passaria, a caminho da cidade fronteira, fora Rio Grande. Diz também que não era político, nem se imiscuía em política, além de aproveitar o espaço para repudiar as “graves acusações” dirigidas pelo presidente do Rio Grande do Sul em mensagem ao legislativo estadual, bem como do senador Pinheiro Machado, que teria feito “graves e caluniosas acusações” na tribuna do Senado contra sua pessoa. (JORNAL DO COMÉRCIO, 9/02/1899, p. 1). No dia 10, o mesmo diário registra a instauração de processo contra o militar e informa sua prisão domiciliar. Dias depois, em 17 de fevereiro, o ministro da Guerra, general Mallet, concluía o inquérito e mandava arquivar o inquérito militar, considerando a pena da prisão provisória (verídica, portanto), como castigo suficiente (JORNAL DO COMÉRCIO, 18/02/1899, p. 1).

Ao repercutir a notícia, que a despeito de sua veiculação nacional tinha evidentes apelos regionais, demonstrava seu apreço e apoio ao general

em suas afrontas, com possíveis vistas a trazer para a esfera federalista tão destacada figura, herói do *Cerco de Bagé*, com longa folha de serviços prestados à pátria inclusive na Guerra de Canudos, e por quem tinha cordiais relações desde a pacificação, como demonstrado na partida do então coronel rumo aos sertões da Bahia, no episódio das ofensas e ameaças de morte que sofreu Dourado na Estação Férrea de Bagé. A perspectiva real de contar com tão importante e prestigiado apoio, parecia ser o coroamento de suas investidas escritas empreendidas nas suas crônicas, e também servia de “alerta” (tal qual o título dessa série) de que o destino de Teles, alvo de campanhas difamatórias e mesmo suposta perseguição, poderia ser o mesmo de outros militares se assim o castilhismo entendesse. Assim, afirma o cronista maragato que “a explosão dos ódios castilhistas contra o General Carlos Teles, que até então era um benemérito, chegando ao insulto direto oficial, veio demonstrar que o exército vive e tem vivido na maior ilusão em relação ao apreço que lhe mostram os políticos” (ECO DO SUL, 28/02/1899, p. 1).

Os “alertas” seguintes passam a voltar toda sua carga para o exército, e contra Júlio de Castilhos, interesse reavivado após o episódio Teles. Somente no dia 9 de março abre espaço para abordar outro assunto, e volta suas atenções para um evento internacional, ampliando o espectro de análise para acontecimentos noticiosos do presente no exterior. Antes, o estrangeiro era citado no seu âmbito do passado, como lição; agora, como alerta:

Enquanto em Punta Arenas ao estrondo de inúmeros canhões das esquadras chilena e Argentina, os dois presidentes, dos países que elas representam, como demonstração de força e de poder no continente sul-americano, trocam afetuosas saudações de falar em segredo a *respeito* da política sul-americana, recordando-se talvez que são da mesma raça e falam a mesma língua; talvez se rindo das manifestações históricas, quase eróticas de que foram alvo os chilenos no Rio de Janeiro, que tiveram como paga imediata, segundo nos consta, o não convite em Montevideu para as festas chilenas, o Brasil agoniza; se humilha; estende a mão suplicante aos credores; escraviza-se a uma firma comercial; despede operários que longos anos dedicaram-se a confecção de artefatos que seriam, em um momento, a defesa da honra da pátria se a república não os tivesse utilizado e destruído no interesse, e por causa do senhor Castilhos, único responsável por todas as desgraças do presente, e todas as calamidades insuperáveis do futuro, muito próximo, já se apresenta aos olhos da desgraça da pátria brasileira com o esgar, e o ritmo triunfante com que os pintores apresentam a figura da morte aos olhos do moribundo que gastara a vida na orgia, e que implora a vida com a promessa

de se corrigir; mas bem tarde, quando a morte já dele se apoderou.  
Não nos iludamos.

O Brasil vai entrar na sua última agonia; enquanto os indigentes então, argentários hoje, já tem traçado o itinerário por onde buscarão o estrangeiro para viverem ricamente, confiante de que onde houver ouro ninguém poderá ver a nódoa da infâmia, nem a mancha de sangue do crime, porque se ela queimava as mãos de Macbeth, era porque Shakespeare teve a lembrança de dar-lhe uma alma que não existe no assassino de sua própria pátria (ECO DO SUL, 9/02/1897, p. 1).

Até no momento da ausência do Brasil no encontro de líderes sul-americanos, ocasionado pelo citado incidente com chilenos no Rio de Janeiro, Júlio de Castilhos é evocado como o “único responsável por todas as desgraças do presente”. Os presidentes de Chile e Argentina riem do Brasil, em humilhação do país que é atualmente escravo, mendicante. Retoma as citações literárias como reforço de mensagem, ao citar a tragédia de William Shakespeare, *Macbeth*, comparando a personagem shakespeariana e seu enredo de cobiça, poder e loucura com Júlio de Castilhos, sendo o general escocês superior em honra em relação ao chefe do Rio Grande do Sul, pois aquele pelo menos possuía alma.

Na edição do dia 19 de março, o caráter temporal é autorreferenciado na crônica de Dourado. Admite que seu texto flui nessas duas direções, e faz uma rara alusão a artigos de opinião escritos em outros jornais, antes apenas percebida em dois de seus escritos (publicados no dia 26 de fevereiro de 1897, mencionado na série anterior, e em 23 de fevereiro de 1899). Diz o cronista:

Falamos sobre passado e futuro, e ontem lemos, em uma das sessões do *Correio Mercantil*, um apelo aos brasileiros para esquecer o passado e pensar, apenas, no futuro.

Não temos direito de por em dúvida a sinceridade desse apelo, bem justo e bem louvável em quem compreende que para se poder viver é preciso esquecer, sobretudo, o que pode acordar saudades se não acorda o remorso. O ilustre escritor do *Correio*, mostra, no seu sentir, ser um sonhador alegre e esperançoso, e é bem feliz por assim sonhar. Que vale a vida sem a suas quimeras? E tudo no mundo o que é senão quimeras? A diferença, porém, é que, para uns, elas são de asas douradas a voejarem em céu de rosas e azul, nas doces manhãs que se prolongam com o lúcido crepúsculo do Oriente, para quem observa de cima do Himalaia.

São poucos esses visionários, calmos e felizes.

Para outros, elas são o monstro oculto sempre na sombria floresta do futuro, nos fojos, nas clareiras, nas fontes, onde quer, que se procure um pouco de relva para repousar o corpo; uma poça d'água para matar a sede, sem que no

deserto do desconforto surja, ao menos, uma miragem que dê a esperança da vinda de um Belerofonte que o estrangule (ECO DO SUL, 19/03/1899, p. 1).

Na resposta ao “ilustre escritor do *Correio*”, Dourado ironiza-o adjetivando-o como um “sonhador alegre e esperançoso”, “calmo e feliz visionário”, um tolo como poucos ainda existem, e utiliza-se de algo próximo à zombaria ao utilizar o termo “quimera”, que no exemplo do cronista maragato pode ser entendido como substantivo feminino que indica esperança, um sonho que não é possível alcançar, uma utopia; como também serve de alusão ao monstro mitológico morto por Belerofonte, o qual cita. A mesma realidade pode ser vista sob inspiração poética, idealística, fantasiosa, um autoengano (ou negação dessa realidade), como parece ver o articulista do *Correio Mercantil*, ou com dentro de perspectivas mais ancoradas no concreto, como parece ser a perspectiva de Dourado. A ironia também revela a diferença que pontua ambas as crônicas, ou as premissas de cada escritor em relação aos nexos temporais. O passado, elemento indispensável na construção da crônica do médico baiano, é defendido em sua posição basilar de único construtor possível para o futuro. Ao criticar a abordagem do colega publicista, afirma, de forma subliminar, que seus adversários querem esquecer o passado (e, portanto, a própria História) porque sabem que não têm razão.

O último “alerta” assemelha-se ao último “os fanáticos da Bahia” em sua forma concisa e superficial. Inicia escrevendo “concluamos” e a seguir relata uma manifestação popular que teria ocorrido em homenagem ao general Teles, em Bagé, bem como a “saudações recebidas por ele, telegraficamente, de brasileiros residentes no estado Oriental, dizem que o espírito do povo brasileiro não está morto; apenas comprimido pelos inúmeros aparelhos movidos pela tirania”, e que um dia, cansado das vendas dos bens nacionais, dos impostos “insuportáveis e ridículos, as moratórias que sobrecarregam o dia de amanhã” o “pensamento uniforme do povo” se apresentará para a defesa e retomada do controle pátrio, e serão julgados “os que, encarregados de dirigir o país, malbaratearam a vida do povo e sua fortuna, a ponto de arrastar a pátria ao abismo que a atrai”. Uma derradeira menção à figura do



general, tentando talvez enfatizar seu apreço, respeito e admiração, tratando-o como um igual representante do “espírito brasileiro”. O ilustre militar, no entanto, não teria tempo de juntar-se efetivamente às oposições castilhistas sob a égide federalista, pois morreria em 7 de setembro daquele ano, data simbólica, na cidade que defendeu justamente contra os federalistas. E assim, talvez na esperança de contar com uma possível adesão de Teles, Dourado finaliza a série com uma mensagem de esperança no futuro:

Os que são caluniados injustamente serão absolvidos; mas os que não mostrarem a origem das fortunas que guardam ou ostentam, os que não mostrarem o mandato legal, pelo qual, em nome do povo, se apoderaram da direção da fortuna pública, a distribuíram por amigos e comparsas, tornando-se vitalícios, pela força, na direção do destino da pátria, estes serão punidos; porque assim foi escrito pelo destino, pela justiça indefectível.  
 Esperemos e confiemos na sua justiça.  
 O dia de amanhã dos povos não para em sua marcha; lenta; mas constante, infalível — esperemos; esperemos...  
*Sursum corda* (ECO DO SUL, 26/03/1899, p. 1).

Curiosamente, a “divina providência” não é mais evocada como fora outras vezes, especialmente no início dessa mesma série, mas o *sursum corda* (erguei os corações) e o “esperemos e confiemos”, no entanto, seguem o mesmo propósito, o da confiança de que, em algum momento, o povo irá se levantar, levando adiante a condenação dos maus e a absolvição dos bons, “injustamente caluniados”. É para esse fim também que repousa a razão de ser dos escritos do cronista maragato no *Eco do Sul*. Em algum momento, crê e espera Dourado, há de surtir efeito.

Finalmente, ao escolher como forma de encerrar a série, seu ponto final, a expressão latina geralmente utilizada na exortação do padre aos fiéis ao iniciar uma missa, empreende um recurso literário simbolicamente instigante, espécie de antítese sutil porém sofisticada, não óbvia, que anteposta ao “concluamos” inicial, poderá sugerir que o alerta, a despeito do encerramento formal, apenas se principia; ou (também) espera o autor que o seu leitor (ou o povo brasileiro, em última análise), ao ler a crônica, responda como na celebração religiosa católica: *habemus ad Dominum*, “já os temos em Deus”, estamos prontos.

### 3.3.4 OUTRAS CRÔNICAS INDEPENDENTES

O restante do ano de 1899 não contou mais com crônicas de Dourado no *Eco do Sul*, com um registro do médico baiano somente em março de 1900. Não faz parte de nenhuma série e tem o formato, uma vez mais, de uma “carta-aberta” cujos destinatários são a diretoria e membros do *Clube Saca-Rolhas*, da cidade do Rio Grande. Trata-se de uma resposta pública a um convite feito por membros desse clube para que fosse seu orador. Como de costume, aproveita a resposta para fazer seu proselitismo tradicional, tornando a peça legitimamente constituinte do universo das crônicas de Dourado, segundo nossa avaliação. Há nela conhecidos elementos que também povoaram escritos anteriores, fazendo referência ao exército, trazendo exemplos das qualidades militares, falando de sua vida privada e demonstrando certo desencanto com a situação presente:

Acabo de ler nos jornais da manhã, com surpresa, a delicadeza que teve esse clube de eleger-me seu orador. Antes de entrar no assunto desta missiva, penhorado vos agradeço essa lembrança; sinto porém dizer-vos que me é bem difícil aceitar este cargo, pelos motivos que vou expor, devendo dizer-vos que vejo no clube Saca-Rolhas um dos melhores agrupamentos de homens nesta terra, porque nem só é ele composto de parte dia seu melhor pessoal, como abriga em seu seio a numerosa e brilhante mocidade rio-grandense; mocidade a quem está confiado o futuro da pátria quando essa identidade pátria for bem compreendida, e não estiver sujeita a ser apenas terreno onde se digladiam os partidos de ambições pessoais (ECO DO SUL, 29/03/1900, p. 1).

A seguir, diz que não alegará “o fútil motivo de que falta o tempo para isso”, pois, apesar da “pesada clínica” que exerce, a prática decorrente dos anos permitia-lhe conceder a si momentos de descanso que, no entanto, entregava a “alguma coisa que faça desviar o espírito das cenas dolorosas, que são o apanágio da vida do médico”. Nesses momentos, informa Dourado, “entregos em lançar sobre o papel alguma coisa que meus filhos publicarão um dia [para] mostrar quem, sem ser profeta, pode prever o futuro pelos sintomas do presente”. Aí está, uma vez mais, o médico social, mas também o cronista temporal, que faz da pena sua arma, se não apenas para convencer no presente seus contemporâneos, também para, ao menos, provar no futuro sua razão.

Declina do convite por considerar que o clube é um local de festas, e “eu vos digo que a alegria desapareceu de todo de mim; mesmo aquela que se encontra no lar, no sorrir da família, pelas apreensões do futuro que a espera”. Faz perguntas retóricas para destacar as razões de não ter mais o espírito de festas:

Pode ter a alegria quem como eu sofreu em lutas cruentas simplesmente pelo amor à pátria e a vê cada vez descer mais até o ponto de não saber o que seja a lei dos direitos individuais num sistema que se diz ter sido imposto em nome da lei, da liberdade e da justiça? Pode ter alegria quem aprendeu a meditar no sofrimento voluntário pela dignidade de um povo, e vê por toda a parte trepidar do nepotismo que mata o amor da pátria como mata as mais puras amizades, e até o interesse comum em nome da família?  
[...]

Pode ter alegria, quem pensando no dia de amanhã, vê a mulher de um coronel do exército, dos mais dignos, ser esbofeteada por beleguins, quando exerce a santidade da defesa da nobreza paterna que os beleguins ameaçam esmagar ao peso dos cacetes?  
[...]

Tenho um filho militar, e todos os outros seguirão a mesma carreira para aprenderem a morrer pela pátria no dia de amanhã.

Ao mais velho fiz ler o escrito que dizia a que ponto chegou um marechal do exército, e com doloroso prazer vi-o tremer de indignação e umedecer-lhe os olhos de lágrimas, mas louvar a pobreza do valente que chegou a merecer uma espada de honra.

Isso aliviou-me quanto a ele, mas não quanto às minhas apreensões.

Nunca negarei a minha palavra rude, mas franca e convicta, toda vez que m'a reclamarem nos atos em que se possa lembrar o nome de nossa pátria, ou dizer ao povo o que é preciso dizer-lhe.

Nessas ocasiões podeis contar comigo, mesmo sem ser orador de vosso clube.

Termino, senhores, ainda uma vez agradecendo a subida hora que me destes, lembrando-vos de meu nome (ECO DO SUL, 29/03/1900, p. 1).

Cabe destacar o uso da expressão pejorativa “beleguim”, a qual enfatiza as características que majoritariamente atribuía aos castilhistas: pessoas de baixa estatura moral, desqualificadas, subalternos alçados a categoria de mando ou poder. Ao evocar a figura do filho mais velho, militar, e a informação de que “todos os outros seguirão a mesma carreira” enfatiza uma vez mais seu apreço para com o Exército, a ponto de confiar seus filhos à instituição, e também a continuidade de seu espírito patriótico na figura dos seus descendentes. Como espécie de comprovação da assimilação parental, o primogênito, tal qual o pai anteriormente, se sensibiliza e chora ao ler

desescalabros que o fazem “tremar de indignação”, ou seja, seus ensinamentos, seus exemplos e seus valores produziram frutos que não serão esquecidos, ao contrário, serão continuados. Em suma, a mensagem do cronista maragato é: sem motivos para alegrias, pessoais e cívicas, portanto, não haveria sentido em aceitar a incumbência. O “não” simbólico, era primeiro para a situação do país, antes de ser para o clube.

Novamente verifica-se uma grande pausa entre as publicações do médico baiano no *Eco* (o que coincide com o período em que o diário rio-grandino teve sua circulação suspensa como veremos adiante), e em abril de 1902 é veiculada uma crônica de sua autoria, sob o título de “Pelo Brasil”. O estilo coloquial, narrando uma conversa que se inicia casual, superficial, é assimilado na própria feitura da crônica, emulando mesmo uma conversa com o leitor, chamado a participar da palestra, ao menos como ouvinte, uma vez que não pode concluir a contento, na ocasião do surgimento da reunião inusitada:

Anteontem, ao anoitecer, fugindo à bâtega d’água que caía, entrei no hotel Bianchini, onde entretive-me em palestra com dois amigos; o Bianchini, italiano, e o Saraiva, da Flor dos Vinhos, português. Muitos eram os amigos que ali estavam, a espera da hora da festa comemorativa do Tiradentes, que o Centro Castilhistas oferecia à população. A palestra, como era natural, versava sobre a atualidade política, isto é, eu falava aos meus amigos sobre a política, quando um terceiro aparteu-me dizendo que não acreditava na regeneração política do Brasil, nem o seu ressurgimento da miséria atual, pela falta de caráter do seu povo; pelo indiferentismo com quem olhava as coisas públicas; pela subserviência aos governos, por mais despóticos que se tem mostrado ultimamente, etc. etc.

Contestei-lhe com a história das duas nacionalidades que tínhamos, ali, na ocasião, representadas em dois dignos homens trabalhadores: a Itália e Portugal; mas antes de terminar, começava a sessão comemorativa e a curiosidade para ela me arrastou como a muitos companheiros políticos que lá encontrei. Repito, portanto hoje, pelo *Eco* o que anteontem dizia e não terminei (*ECO DO SUL*, 23/04/1902, p. 1).

Traz traços de similaridade com a carta-aberta ao *Clube Saca-Rolhas* de tratar no público (as páginas do jornal) algo que poderia ser tratado no privado (a continuidade da conversa em outra ocasião, nesse caso, a resposta direta ao clube, naquele). O terceiro, que se imiscuiu na conversa dos amigos, poderia representar o povo, desencantado e descrente quanto ao futuro da

nação. Dourado, então, fez dos amigos exemplos encarnados das nacionalidades que representavam. Não fugindo ao seu estilo, prossegue a crônica elencando características de ambos os países, na abordagem histórico-literária que fazia com a costumeira versatilidade. Assim, cita as “maiores tiranias” que eram exercidas, “a maior falta de justiça, a mais aviltante prepotência, como se vê nos *Noivos* de Manzoni” citando novamente o romance do escritor italiano como fizera na crônica de 14 de janeiro de 1897; a revolta de Masaniello, e até a unificação da Itália pelas mãos de figuras do porte de Mazzini e Garibaldi que, “republicanos de crenças, entregaram a Itália à casa de Saboia para poder unificá-la, e assim, torná-la uma potência europeia”, o que nos parece ser uma alusão aos republicanos que, a despeito de suas crenças, lá e aqui, poderiam sim ver na monarquia uma alternativa melhor para o progresso da pátria. Do lado lusitano, cita o domínio do país pela Espanha à época da unificação das coroas, mas que, apesar dos “maus portugueses”, oportunamente o povo retomou o controle e Portugal, o pequeno Portugal, até hoje é livre embora a grande Espanha procure por todos os meios absorvê-lo”, e por isso, por esses exemplos, é que não perde a esperança de a pátria brasileira ressurgir.

Finaliza a crônica voltando ao passado, não o remoto, mas o recente, a respeito do qual narrava no início da coluna:

No teatro onde penetrei, que regurgitava de uma multidão seleta, discursavam. Cada vez que os oradores davam maior tonicidade a voz para exaltar o Dr. Júlio de Castilhos, ouvia-se aqui, ali, um apoiado, a não ser no palco onde estava o mundo oficial. E Cada vez que faziam uma referência às nossas glórias, a José Bonifácio, por exemplo, o grande apóstolo da nossa nacionalização, o teatro rebojava de aplausos. Foi por isso que terminada a festa política, onde se deram vivas diversos, mas não se lembraram do nosso caro Brasil, eu voltei-me para o povo e bradei: “viva a nação brasileira. Honra ao território que vai do Prata ao Acre.” E o povo compreendeu-me e correspondeu ao meu brado. E as bandas militares tocaram o hino nacional, tendo eu dado um viva ao Brasil numa festa pública, onde só se aclamara indivíduos (ECO DO SUL, 23/04/1902, p. 1).

As palavras finais tentam demonstrar ao leitor do *Eco* que as protocolares manifestações de apreço à figura de Júlio de Castilhos só tinham ressonância no mundo “oficial”, e não um apelo genuinamente popular, sendo chancelada apenas “aqui e ali”. E esse personalismo era prática corrente da

elite governante, que, mesmo nas comemorações cívicas, lembravam apenas de indivíduos para seus vivos, segundo Dourado, este que, evocando sua propalada coragem característica, ousou em brados recordar o nome Brasil, sendo “compreendido e respondido” pela população ali presente, talvez sendo essa a motivação para narrar tais acontecimentos.

Talvez essa experiência tenha reacendido no âmago do cronista maragato a vontade de novamente estabelecer uma coluna regular no *Eco*, uma vez que começam a surgir outros artigos seus publicados no diário rio-grandino no mês seguinte: “O direito de matar”, “A *Opinião Pública*” e “Clamando no deserto”, publicadas respectivamente nos dias 20, 23 e 24 de maio de 1902. A próxima série de crônicas, “Paralelos – tiranos e tiranetes”, também começaria a ser veiculada no mesmo mês, no dia 27.

Em “O direito de matar”, trata de episódios ocorridos no interior do Rio Grande do Sul onde o castilhismo teria executado grupos inteiros de pessoas, sob acusação de fanatismo. Júlio de Castilhos, mesmo que não fosse mais presidente do estado, ainda era o “único causador de todos os males” pelos quais passava o país, e sobre seus ombros pesava mais essa acusação.

O estatuto da república, comédia de prantos e escárnio de que o senhor Júlio de Castilhos foi canonizado apóstolo, pelo não menos apóstolo major Barbosa Lima, proíbe terminantemente a pena de morte; entretanto o excelso apóstolo, o sacerdote magno de Clotilde de Vaux, arraigou a si o direito de mandar fazer execuções em massa ao primeiro aviso, ou por *ex informata conscientia*, sem a menor indignação, sem mesmo se preocupar se não é um embuste interesseiro dos filibusteiros da sua política de adeptos, a tanto por cabeça, pagos pelos cofres públicos.

Há poucos anos noticiaram que haviam fanáticos lá pelas serras do Pelotas. E o senhor Júlio de Castilhos lá mandou o senhor Bento Porto. Diziam que ali havia mais de 50 famílias, e o senhor Bento Porto na parte oficial que entregou ao senhor Júlio de Castilhos, que foi publicada pela *Federação*, com elogios, transcrita em outros jornais (neutros) sem um reparo, sem um protesto, sinal de que a vida não tem valor nenhum relativo ao de uma ovelha se o indivíduo não for castilhista ou estrangeiro. “Chegamos; atacamos à noite, e incendiamos as casas, conforme o plano combinado... *Estes não nos incomodarão mais*. Encontramos alguns quadros de santos, sinal de superstição”.

Estas pobres famílias, como se soube depois, eram fúgitivos das perseguições legais, que se entregavam a indústria ervateira (*ECO DO SUL*, 20/05/1902, p. 1).

Há aqui uma retomada da linguagem um pouco mais lírica, em contraste com o estilo coloquial da crônica anterior. Sai momentaneamente de cena a testemunha, o sujeito, o protagonista, e volta à tona o narrador crítico, que analisa as notícias que chegam ao seu conhecimento e busca em metáforas e hipérboles melhor caracterizar seu oponente. Assim, Castilhos, “canonizado” apóstolo<sup>51</sup>, convertido em santo, era *persona* inatingível, inalcançável, acima dos ditames terrenos da lei comum apenas aos homens. Serve também para chamar a atenção justamente às acusações que eram feitas, de fanatismo religioso: aos pobres dos rincões do Rio Grande não era permitido terem suas crenças, suas imagens de santos, suas práticas religiosas, mas em flagrante contraste a figura de Castilhos era reverenciada como um santo, “sacerdote magno de Clotilde de Vaux” que, na *Religião da Humanidade*, era a “padroeira suprema”, modelo de mulher, “intercessora privilegiada entre os homens e a humanidade divinizada, a própria virgem-mãe”, mas que, paradoxalmente, “não era virgem e nem se tornou mãe” (RIBEIRO, 1994, p. 32) , ironizando também o culto esdrúxulo que era aceito pela “legalidade” positivista. Além disso, a expressão em latim *ex informata conscientia*, comum no meio jurídico, e cujo significado é “condenar sem ouvir o réu ou acusado”, para que “não incomodem mais”, seria mais um exemplo do “direito de matar” do castilhismo, ou melhor, de Júlio de Castilhos.

A crônica que leva o título de “A *Opinião Pública*” faz referência cruzada a dois jornais pelotenses, *Opinião Pública* e *Diário Popular*. Diz Dourado que, citado pelo primeiro, um “simpático jornal da vizinha cidade” a respeito de uma referência do *Diário* à sua pessoa, iria responder:

Não senhor, não vou, à fala. Mais uma vez tenho tido ocasião de estar amigavelmente conversando, falando francamente, como falo e escrevo, com gente que ontem eu queria matar, me chamava de bandido etc. etc. E garanto-lhe que é um prazer ouvi-los dizer do seu deus de ontem o que o diabo não diria da cruz se tivesse boca, nos tempos em que a cruz tinha valor.

---

51 O termo “apóstolo” já era comumente atribuído a Castilhos, em sentido respeitoso e elogioso pelos seus correligionários, e irônico pelos opositores. Como exemplo, do primeiro caso, podemos citar Otelo Rosa, que o referencia assim em pelo menos duas passagens na biografia que escreveu sobre o ditador sul-rio-grandense (ROSA, 1928, p. 27 e 28); bem como em *A Federação*: há menção ao termo no artigo laudatório “O aniversário do chefe” (A FEDERAÇÃO, 17/02/1902, p. 1)

Por isso eu não posso ir à fala, depois de tanta experiência, com aqueles que amanhã, quando faltar o *mínus* do senhor Júlio de Castilhos me virão contar dele tanta coisa íntima de que tenho precisão para um estudo das loucuras parciais e efetivas de que muito me tenho ocupado (ECO DO SUL, 23/05/1902, p. 1).

A sua “não resposta” é, na verdade, uma resposta, e isso se mostra uma estratégia narrativa peculiar da crônica. Não haveria de perder tempo respondendo a acusações ou ataques castilhistas, de jornais favoráveis, pois o tempo (ou as mudanças circunstanciais no relacionamento entre os apoiadores de hoje com o líder máximo do Rio Grande do Sul) iria operar na opinião daqueles que então buscavam atingir o cronista maragato. Se antes, para eles, Castilhos era seu deus, depois passariam, como outros o fizeram, a falar “o que o diabo não diria da cruz se tivesse boca”. Estabelece, então, o nexos entre o título do jornal e o da crônica: a opinião pública, ou seja, seria também a forma majoritária de pensar do povo. Cumpre notar também que “as coisas íntimas” e provavelmente escabrosas do chefe legalista que seriam narradas pelos que antes serviam e agora são desafetos de Júlio de Castilhos, não eram ouvidas pelo médico baiano em proveito ou deleite pessoal, mas como informação de caráter científico que iria compor “um estudo das loucuras parciais e efetivas”, do qual estaria se ocupando naquele momento. Como não há registros desse “estudo” em crônicas futuras, provavelmente a afirmação servia apenas para comunicar que estudava o ex-ditador sul-rio-grandense na natureza que considerava lhe caber, ou seja, a de um louco.

“Clamando no deserto”, título da última crônica independente, é uma análise ligeira e superficial do “meio social” que, segundo Dourado, modalizaria o caráter humano. Assim, “natural ou forçosamente” tornam-se os homens, pelo meio social, “os diretores da marcha do povo, tanto mais acatados e reverenciados, quanto maior a força material de que dispõem, o número de colocações a dar”. A razão de ser da crônica, no entanto, não estaria encerrada nessas linhas que não traz nada de novo no universo dos escritos de Dourado, mas aquilo que ela promete ao final: “um golpe rápido de vista pela história dos povos nos vai mostrar que esses conceitos que aí ficam são exatos” (ECO DO SUL, 27/05/1902, p. 1). Ela era o prenúncio de uma nova série de artigos no *Eco*.



### 3.2.5 PARALELOS – TIRANOS E TIRANETES

“Paralelos” representa a retomada da crônica seriada, com o assunto perpassando por várias edições do diário rio-grandino, uma exposição mais densa e estendida, bem ao gosto de Dourado, apesar de não ter a mesma envergadura ou o fôlego de “Os fanáticos da Bahia” e os “Alertas”. Como título e subtítulo sugerem, o objetivo dessas crônicas é estabelecer uma comparação entre os “grandes tiranos” da humanidade e o tiranete, arremedo de tirano, simbolizado no chefe legalista. Ao nomeá-lo no diminutivo, atribui-lhe uma pequenez que o fará, inequivocamente, a ser varrido da história, “mestra da vida”. E é novamente a partir dela que constrói e apoia seu discurso nessa série.

A despeito do plural duplo, só um tirano (como também apenas um tiranete) é lembrado pelo médico baiano: Tibério, imperador romano. Seu nome vem como mote, ilustra as primeiras linhas da crônica inaugural, e depois só retorna na última, à guisa de conclusão. O cronista justifica a evocação do imperador romano como fiel representante do termo por ser “frio, sem alma”, que nutria “indiferentismo ao sofrimento alheio”; mas possuía alguns modos de agir que, de certo modo, “justificariam seus crimes”. Tibério, segundo o cronista, era um hipócrita que chegava mesmo ao desprendimento pecuniário: se um templo era incendiado, por exemplo, “ele mandava reconstruí-lo a sua custa, bem como um circo ou outro qualquer lugar de divertimento público; mandava distribuir dinheiro pelo populacho famélico”. E quando o Senado queria “erguer-lhe estátuas, ou levar o nome da sua mãe para o calendário dos deuses, Tibério se opunha, descrevia uma longa e respeitosa carta ao Senado, mostrando que a bajulação era um crime”, e assim, “nessa hipocrisia ele justificava-se dos crimes que cometia”. Por outro lado, nos tempos do cronista,

Temos telégrafos; meios rápidos de locomoção; gosta-se de ser elogiados pelos viajantes; por isso o exterior é zelado com o máximo de cuidado; e até parece que se goza de uma liberdade tão ampla, de uma abundância tão próspera, que devemos ser considerados o país modelo, e que tudo isso que aí se vê, colônias, estradas, cidades, fábricas etc., deve ser considerado feito em nove anos, pois aos ministros viajantes se diz que tudo isso mostra

a prosperidade do governo do senhor Júlio de Castilhos de onde o *anima e vita*, e a sabia política pratica.

Não. O que aí se vê o senhor Castilhos encontrou feito e tão feito em 10 anos não conseguiu destruir de todo, e agora aceita como obra sua quando a mentira diplomática assim julga bom declarar.

Este país era um dos mais prósperos numa marcha relativa de todas as suas circunscrições. Sua política era ativa e violenta, mas não de extermínio; não existia ódio entre indivíduos de política oposta senão quando motivos pessoais causavam-no (ECO DO SUL, 27/05/1902, p. 1).

Ou seja, no primeiro paralelo estabelecido, entre Tibério e Castilhos, o primeiro, mesmo hipócrita, realizava feitos e não aceitava bajulações, “porque era crime”. O segundo, objeto das mais diversas bajulações, as aceita e não constrói nada, ao contrário, apenas arvora-se de ter construído a modernidade e facilidades citadas por Dourado, enquanto na verdade essas já teriam sido erguidas em épocas anteriores (na monarquia, portanto), no que outrora já foi “um dos mais prósperos” países. E mais: foi tudo “feito e tão bem feito” que a sanha destruidora de Castilhos não conseguira demolir mesmo nos 10 anos em que se achava à frente do estado.

As demais crônicas são um desenrolar dos ataques ao líder máximo legalista, como objeto principal, mas algumas trazem diferenças na forma e estilo, como já percebido em séries anteriores, algumas com teor majoritariamente analítico e outras, por sua vez, testemunhais. Todas, contudo, trazendo em comum a crítica ferrenha a Castilhos aparecendo em algum momento. A crônica do dia 31 de maio, por exemplo, é totalmente testemunhal. Ela narra os eventos imediatamente anteriores à eclosão do conflito federalista, quando os futuros revoltosos já possuíam armamento, trazendo de volta a figura do narrador presente:

A nossa deposição de armas, em Bagé, ante o Exército Federal, contra a vontade dos corpos em armas, e que tanto mal nos causou, porque então menores elementos contava o castilhismo para a luta do que tivemos quando lutamos depois, foi aconselhada ou ordenada pelo velho chefe amigo, general Joca Tavares.

Não pode então comunicar-se conosco o chefe Silveira Martins que também aconselhava, e implorava até.

[...]

Não vale a pena lutar; dizia o velho chefe. O Castilhos não ganhará forças no poder. O próprio Floriano expulsa-lo-á dali, e nós poderemos viver em paz sem perder homens e sem estragar o Rio Grande.

E todos, muitos desgostosos, permaneceram em suas casas. Somente os que haviam exercido autoridade, nos poucos dias do governo de Bagé, se retiraram para as estâncias para não assistir a posse das autoridades castilhistas.

Confiávamos na palavra do senhor Artur Oscar, então coronel, a quem entregamos as armas, que prometera só deixar entrar ali as forças do general Luiz Alves que já talavam a campanha, passando ela por cima do seu próprio cadáver.

Essa declaração nos foi referida por diversos, entre eles Carlos Antunes, e o Tenente Pires, que a ouviu (ECO DO SUL, 31/05/1902, p. 1).

Manifesta contrariedade ao desfecho da iniciativa, seja pelo fato de, segundo afirmava, o castilhismo estar em desvantagem naquele momento, ou pelo julgamento equivocado do “chefe e amigo” João Nunes da Silva Tavares, Barão de Itaqui, de que Castilhos se enfraqueceria no poder ou acabaria “expulso” pelo marechal Floriano Peixoto. A “palavra” do general Artur Oscar de Andrade Guimarães (futuramente também comporia as forças federais em Canudos), que havia chegado em Bagé a frente do 30º Batalhão, era de que tropas estaduais não iriam entrar nem na cidade nem no município, caso o velho líder “dissolvesse as forças e recolhesse o armamento” preparados para uma insurreição, segundo os diários do general Francisco da Silva Tavares. Ainda de acordo com ele, os rebeldes já dispunham de mais de três mil armas, o que autoriza a versão de Dourado. Artur Oscar não conseguira “cumprir a palavra” porque havia sido repreendido, pelo governo federal, do acordo que firmara com o Barão de Itaqui, e então Floriano Peixoto teria mandado retirar com seu corpo militar, abrindo caminho para a entrada das forças de Luiz Alves, Manuel Pedroso e Bernardino Mota, “três bandidos” (TAVARES, 2004, p. 88). O que se seguiu, como afirmam Tavares e Dourado, foi um “espetáculo indescritível”. Da parte do médico baiano, narra:

À minha casa afluíam famílias em desespero, à notícia do estrago nas suas estâncias; ou morte de empregados. Outras, aterradas prevendo os horrores na cidade sem ter-se para quem apelar, e para onde fugir.

Nessa ocasião, alguns castilhistas que se diziam meus amigos, e tinham obrigação de sê-lo, ouviram-me profligar o procedimento do senhor Castilhos, mandando destruir propriedades de um povo em paz, e assassinar homens desarmados.

Lavrei com isso minha sentença de morte. Pela manhã viriam me prender, e sabendo que eu não me entregaria sem protesto, Deus sabe o que sucederia. E amigos, alguns em prantos outros implorando, me obrigaram a buscar o estrangeiro; fugindo a meia noite, apreensivo pela família que se não sofreu

deve-o a um neto de Bento Gonçalves, que se colocava na esquina quando sabia que eles pretendiam alta noite varejar a minha casa.

Tudo isto me foi dito depois; e esse homem a quem dedico o mais sincero agradecimento é Caetano Gonçalves (ECO DO SUL, 31/05/1902, p. 1).

Em sua fuga, relata não ter encontrado “uma só estância habitada pelos donos, apenas alguma velha caseira, ou algum velho peão oriental. E pelas coxilhas viam-se fugitivos galopeando em busca da fronteira”, e ali, nas casas e ranchos uruguaios, “cada qual que chegava narrava os horrores praticados pela patriotada castilhistas, e ali mesmo se jurava vingança, muitos querendo voltar imediatamente em armas”. Note-se a menção a Caetano Gonçalves, neto do general e líder da Revolução Farroupilha, Bento Gonçalves, que teria agido para resguardar a segurança da família do cronista maragato, revelando aspectos pouco conhecidos dessa obscura fase que antecedeu o início formal da Revolução Federalista, tradicionalmente aceita pela historiografia da guerra.

Na crônica do dia 4 de junho são percebidos novamente elementos exemplificativos tomados da mitologia e antiguidade clássica. Assim, Castilhos é comparado a Tântalo, rei da Lídia, que partilhava do convívio dos deuses olímpicos e que se achava superior a eles, tendo servido a carne de seu próprio filho, Pélops, para tornar os deuses monstros. Também evoca Licaão, mítico primeiro rei da Arcádia, famoso por fazer sacrifícios humanos, que teria servido a carne de um escravo para Zeus:

Somente aqueles que nos seus palácios cercados de *amigos dedicados*, pagos sempre pelos cofres públicos, encanecem prematuramente, vendo como Tântalo fugir sempre o poder supremo desejado, que os serviçais, sem cessar, prometem-lhe para aguçá-lo a fome, será insensível aos horrores dos atos sanguinários a ponto de querer que outros o imitem para os igualem a hediondez do crime, embora esse outro não seja senão um passivo da sua vontade.

A mitologia pode transformar Licaão em lobo, por ter servido a Júpiter viandas fornecidas pelo corpo do próprio filho; o senhor Júlio de Castilhos não se transformou em lobo sacrificando os filhos da sua pátria, aos milhares; mas tal é a repulsa ao seu nome, o ódio com que se lhe reputa a crueldade por toda a parte aonde as notícias de sua cruel ambição tem chegado, que difícil lhe será encontrar asilo na sua última calamidade a não ser junto daqueles que tanto sofreram e ainda sofrem por amor da pátria e do pundonor por eles ofendido no seu último interesse, em cuja alma o ódio se extinga diante da desgraça do odiado, e o perdão seja um doce consolo para os males sofridos (ECO DO SUL, 4/06/1902, p. 1).

Na ilustração do médico baiano, Licaão é quem serve a carne do filho, mas a confusão mitológica não compromete o entendimento do sentido porque, de qualquer modo e em ambos os casos, a carne servida era humana, e denota o mesmo horror. O castigo de Tântalo, conforme a tradição, teria sido o exílio no Hades, onde seria acorrentado eternamente e condenado a passar sede e fome: aos seus pés, corriam as águas de um rio caudaloso, mas toda a vez que ele se abaixasse para beber, a terra absorvia totalmente o curso; sob sua cabeça, havia uma frondosa árvore com suculentos frutos, mas que escapavam da sua mão toda a vez, desviados por ventos a cada tentativa de pegá-los (NOGUEIRA, *et. al.*, 2012, p. 263). Juntamente com a pena de Licaão, tornado lobo por Zeus, ilustra a condenação que Castilhos teria por práticas semelhantemente horrendas, na visão do cronista maragato: se não era condenado à fome e sede eternas, nem transformado em fera, ao menos era alvo de “repulsa geral” ao seu nome. Também merece destaque a menção a “amigos dedicados”, enfatizados pelo autor, como uma ironia, já que essa amizade seria às custas dos cofres públicos. Os interesseiros, portanto, seriam os únicos a testemunhar o envelhecimento prematuro do chefe legalista que, quando moço, “e no começo de sua vida política chegou a imitar Vitellius para quem o cadáver do inimigo cheirava sempre bem”, destacando que este “só foi tirano de Roma alguns meses; e o senhor Júlio de Castilhos é do Rio Grande há 10 anos; e pensa em breve ser perpetuamente do Brasil inteiro”. Ao fazer a associação de Castilhos com o imperador romano famoso por seu apetite e crueldade, que, no entanto, só reinou por oito meses, vaticina vida curta ao chefe legalista. Por isso, conclui o médico baiano: “a perpetuidade da vida dos tiranos, num povo que não perdeu de todo o brio, é curta” (ECO DO SUL, 4/06/1902, p. 1). Talvez o penúltimo trecho seja o indicativo de uma das razões mais específicas desses novos ataques sistemáticos à figura de Castilhos: o perigo de que fosse candidato a presidente da república. Porém, como destaca o historiador Sérgio Franco, nem em 1897, nem em 1901 as únicas duas vezes que se aventou a possibilidade de ser o presidente do estado candidato ao cargo máximo nacional, prosperou a sugestão do nome de Castilhos, e nem seria de sua vontade. O próprio teria dito a amigos, “fazendo

o gesto popular de ‘dar banana’: ‘eu, lá, só como ditador’” (FRANCO, 1996, p. 160).

O último “Paralelo” trazia novamente, para encerrar o assunto, a figura do imperador romano que abria a série de crônicas. Destacava o autor que era chegada a hora de terminar esse paralelo, “se é que se pode chamar de paralelo – crimes e criminosos aparecidos em épocas tão diversas e povos tão desiguais”: Tibério, por exemplo, “assenhoreava-se de Roma, quando o povo romano chegava ao auge da corrupção e entrava na sua decadência mortal”. Por aqui, Castilhos “assenhoreou-se do Rio Grande quando o seu povo começava a compreender quais os direitos de liberdade que não implicam desordens nem insubordinação”, traçando um paralelo não apenas entre o “tirano” e o “tiranete”, mas também ao povo que estava sob seu jugo, em cada caso. Para Dourado,

O senhor Júlio de Castilhos deu o golpe mortal na sua própria raça mandando exterminar tudo que não fosse do seu partido, enquanto os estrangeiros calmamente trabalhavam, lucrando na indústria da guerra civil porque os campos agricultados eram abandonados e o acúmulo de população nas cidades aumentava o preço dos gêneros.

E se alguém era incomodado, era tal a indenização reclamada que bastava para fazer-lhes a fortuna.

[...]

Tibério era um velho decrépito impotente, por isso capaz de todas as irritações, de todas as vesânicas, vendo florescer a beleza e a mocidade nos outros enquanto ele só tinha desejos; o senhor Castilhos é moço, dizem até formoso.

Passeia pelas ruas, mostra-se nas praças, recebe aclamações, agita as vezes o seu lençinho branco e os seus augustais sussurram-lhe nos ouvidos palavras doces, comoventes, se, portanto, em Tibério havia todos os motivos que lhe permitiam ódios aos homens, no senhor Castilhos, havia todos para fazê-lo ser bom.

E, guardadas as proporções dos meios, Tibério foi vencido pelo atual senhor do Rio Grande (ECO DO SUL, 5/06/1902, p. 1).

O termo “indústria da guerra civil”, empregado pela primeira vez, também acrescenta um elemento novo na leitura que o cronista maragato fazia da situação política, e do engenho de Castilhos em todo o processo. Era ainda o ditador sanguinário, o desprovido de alma, o “único culpado por todos os males”, mas havia um complexo onde a guerra civil era um

meio, uma peça, no intrincado processo de dominação e possibilidades de lucros por parte do executivo estadual. Tibério, “velho, decrépito, impotente”, tinha todos os motivos (pela inveja aos mais jovens) para ter ódio contra os homens; ao contrário, Castilhos, jovem e “dizem até formoso”, por sua vez, não teria motivo algum, e, no entanto, odiava mais. A desonra maior (para a memória de Tibério), revelada ao final: o velho tirano, da antiga capital do mundo, sendo vencido pelo tiranete do sul do hemisfério sul, que, se perdia em grandeza, vencia em maldade.

### 3.2.6 O HIPÓCRITA

A série de crônicas “O hipócrita” continua apresentando como seu objeto principal a figura de Júlio de Castilhos, em plano geral, mas ganha contornos inéditos por se debruçar em assunto de contornos locais, da cidade do Rio Grande. Antes, citações a fatos e eventos que se realizavam nas cidades onde residiu apareciam como exemplos pontuais, mas nessa série os episódios catalisadores costuram toda a narrativa do médico baiano. O autor enxerga, finalmente, seu entorno, inserindo-se na crônica citadina sem perder de vista, contudo, a situação regional e nacional. Não é, contudo, um comentário do presente imediato, pois os fatos que põe em evidência ocorreram dois anos antes, em 1900. Como se trata de fatos sensíveis, delicados, que mexeram com ambos os lados em conflito, reacendendo o antagonismo e promovendo reações diversas, inclusive ameaças, se justifica o distanciamento temporal.

Antes de iniciarmos a análise das crônicas que se seguem, é necessária uma breve contextualização. A Biblioteca Rio-Grandense foi palco de um “incidente”, em julho de 1900. Como Dourado não informa detalhes do ocorrido, mencionando apenas como “o incidente da Biblioteca”, fomos buscar n’*A Federação* informações que ajudassem a compor o panorama dos fatos sucedidos naquela entidade. O *Eco* não está listado como fonte, pois sua publicação ficou suspensa entre 22 de julho de 1900 e 1º de março de 1902, ao que tudo indica em decorrência desse mesmo episódio. Os ânimos, como não podia deixar de ser, estavam bastante animados e a rivalidade

política estadual era reproduzida também nas eleições para a nova diretoria da Biblioteca Rio-Grandense, que se daria naquele mês. Diz *A Federação*, em artigo intitulado “Os sucessos do Rio Grande”, que o *Rio-Grandense* já estava alertando, havia dias, que “os adversários rancorosos dos republicanos e desordeiros contumazes” (os federalistas) estariam dispostos a tumultuar o processo eleitoral da entidade, e de fato aconteceu uma briga generalizada após “mal entendido”: um eleitor, que estivera ausente no momento da votação e chegara após sua conclusão, pedia para votar, o que recebeu a concordância de uns e a discordância de outros. Vozes se levantaram em coro exigindo, de cada lado “vota!”, “não vota!” e algumas pessoas que estavam na sala contígua, teriam entendido “mata”, “não mata”, estabelecendo a confusão generalizada com direito a “arranhões e calças e casacos rasgados”. A briga fez com que eleitores e parte da diretoria “partissem em debandada”, restando apenas Carlos Décio Vignoli, despachante geral da Alfândega, 3º suplente da subintendência e um dos diretores da Biblioteca, cargo ao qual havia sido eleito, em sessão de assembleia geral extraordinária, no dia 15 de janeiro de 1900 (conforme Ata de nº 341). Terminada a confusão sem ter a apuração concluída, teria sido chamado o intendente municipal, Conrado Miller de Campos, para dar solução ao caso. Foi proposto um “triumvirato” para dirigir a entidade, e as urnas e livros teriam sido entregues ao delegado local de polícia, e “a um empregado da Biblioteca foi confiada a chave do edifício”. No dia do pleito, estariam presentes, entre outros, Ângelo Dourado (*A FEDERAÇÃO*, 28/07/1900, p. 1). Um “destacamento de praças da milícia municipal” continuava a guardar o edifício desde o ocorrido, “não permitindo o ingresso de pessoa alguma”, conforme notícia o *Diário do Rio Grande* (26/07/1900, p. 2).

Os desdobramentos não tardaram a acontecer. O jornal *Rio-Grandense* afirma ter sido alvo de “banditismo”, com um “numeroso grupo de maragatos, que pareciam marinheiros” atacando suas oficinas e disparando tiros. O *Eco do Sul* suspendeu sua publicação alegando falta de garantias pelos “incidentes da Biblioteca” (*A FEDERAÇÃO*, 25/07/1900, p. 2), no que foi ironizado em nota do diário da capital: “consta que o *Eco do Sul* reaparecerá em Montevideu, como órgão da colônia brasileira” (*A FEDERAÇÃO*, 28/07/1900, p. 2).



Mas o mais grave acontecimento se deu no dia 25 de julho: em uma suposta discussão sobre os incidentes da Biblioteca, um sujeito nomeado Virgínio de Castro (identificado como federalista) baleou Carlos Vignoli (acertando-o na altura do ventre), o único diretor presente na fatídica eleição daquela entidade. O ferimento causaria sua morte, aos 27 anos, e uma grande comoção na cidade portuária, acirrando ainda mais os ânimos já exaltados. É sobre esses dois episódios (eleição e morte de Vignoli) que Dourado trata na série “O hipócrita”.

O cronista maragato principia sua exposição afirmando que “não agradava, ao senhor Castilhos [...] a marcha da política de calma e respeito mútuo dos adversários” na cidade do Rio Grande, pois “havia também em jogo altos interesses de partidários seus que com a política local existente podiam perigar” (ECO DO SUL, 6/06/1902, p. 1). Para o cronista, Júlio de Castilhos é novamente acusado de ser “o causador de tudo”, todas as desgraças, inclusive a morte de Floriano Peixoto, “vitimado por uma moléstia que tem sua origem, muitas vezes, nos grandes sentimentos; na melancolia que afeta profundamente a moral dos homens de brio, e dali vai aos órgãos vitais do organismo”. Ainda segundo Dourado, o intendente local, “cria” do “chefe”, teve uma “vitória de Pirro” nos incidentes da Biblioteca:

O senhor doutor Conrado, apoiado apenas na vontade do senhor doutor Castilhos, teve os seus primeiros triunfos, que como o cavaleiro mancheço se lhe pareceu já o caminho para tomar de assalto a suprema chefia da república, toção de ouro perene para os argonautas do pouco escrúpulo, da probidade moderna.

Se o senhor Conrado de Campos, conhece a história militar, veria no seu triunfo na biblioteca uma vitória de Pirro, e rebuscaria caminho que lhe fizesse preencher o seu tempo com proveito e calma, embora os excitamentos e ordens ao senhor Castilhos fossem de acordo com o seu merecimento de estadista — *destruição e morte*.

Mas é presumível que o senhor doutor Conrado nunca se tivesse preocupado com glórias militares; senão, tão moço, já num posto do nosso exército que lhe acenava posições brilhantes, ele não teria o abandonado por esse prato de lentilhas, suculentas é verdade, mas pouco atraentes para quem pensar em representação quando é o exército, bem como a armada brasileira para onde convergem todos os ventos, todas as esperanças, deste nobre país, aviltado, tiranizado, próximo à ruína ou à venda pelos Castilhos de entranhas secas (ECO DO SUL, 8/06/1902, p. 1).

Aqui temos, uma vez mais, as referências histórico-literárias: o “cavaleiro manchego” faz referência a Dom Quixote, além da já citada alusão à “vitória de Pirro”, ou seja, obtida a preço alto e com prejuízos irreparáveis. Também há a referência metonímica do “prato de lentilhas”, já utilizado outras vezes, simbolizando a paga legalista pela qual se submetem os interesseiros, ou seja, se venderiam por pouco. A seguir, descreve o fatídico crime ocorrido na cidade:

Perdoem-me aqueles que sofreram e andam sofrendo, mas que o tempo deve já ter minorado ou adormecido aquele sofrimento, se vou acordar mágoas para as quais não há lenitivo senão na resignação.

[...]

Uma série de fatos individuais haviam colocado em estado de irritação recíproca dois moços desta cidade. O caso da Biblioteca tornava-se o motivo da conversa obrigatória em toda a parte. Nunca se vira desfaçatez igual; nunca se vira tal praticado pelos que, ainda que ironicamente, devem exercer o princípio da autoridade que, quando menos, exige uma máscara para os atentados contra a lei.

Virgínio e Vignoli, encontram-se em uma importante casa comercial onde se discute o assunto da Biblioteca.

As palavras irritantes de longa data proferidas, leva-os à luta corporal. Um cai ferido mortalmente, o outro foge apavorado ante o crime cometido. Testemunhas de probidade inatacável, lamentam o fato narrando-o.

A cidade inteira sente-se pesarosa por desastre tão acabrunhador que ia encher de mágoas duas distintas famílias, cobrir de luto distintíssima jovem para quem se talhava o luto da viuvez. Somente o grupo castilista, que executava as ordens do seu chefe, exultou. Viveram sempre da morte e do sofrimento alheio; era preciso explorar aquela morte, e aquela dor que ela causara (ECO DO SUL, 10/06/1902, p. 1).

Ao pedir perdão àqueles envolvidos que “sofreram e andam sofrendo”, demonstra o cuidado ao abordar delicado tema, por saber que as feridas, de lado a lado, ainda não teriam sido cicatrizadas. Essa referência mais respeitosa certamente se deu pela proximidade temporal e geográfica do ocorrido<sup>52</sup>, além de ter ele, provavelmente, ter amigos ou conhecidos ligados aos personagens envolvidos. É indicativo, também, que não sai em defesa nem em ataque de nenhum dos protagonistas, preferindo atribuir a culpa, indiretamente, a Júlio

---

52 Dourado não residia em Rio Grande em 1902, sendo seu destino mais provável a cidade de Jaguarão. Ao final de suas crônicas, antes da assinatura “Doutor Ângelo Dourado”, só há a indicação de data. Sua saída da cidade portuária deve ter sido provocada também pelos incidentes da Biblioteca, mais precisamente, pelos seus desdobramentos.

de Castilhos, e a seu grupo, os únicos que teriam comemorado a tragédia, pois dela tirariam proveito político e seria a desculpa perfeita para empreender nova perseguição contra os federalistas, denunciada no trecho destacado a seguir:

Desde então a justiça envolveu-se no manto ensanguentado do sicário, e em vez de buscar a causa de tal fato, estendeu a sua teia sobre toda esta população, varejando casas, sitiando-as, aterrando as próprias famílias a quem o golpe ferira porque não lhe bastava a grande dor de que já eram pacientes. Todos aqueles que não comungavam na taça do crime foram considerados suspeitos, e em uma cidade adiantada como esta, populosa e ordeira; cuja maior população é a de homens do trabalho, viu-se não pela revolta a que se permite a desforra pessoal onde a lei é surda, onde o eleito é carrasco, mas pelo próprio jornal do governo, pelo inspirador da justiça, pelo órgão que tudo que faz é por inspiração do seu chefe, o dr. Júlio de Castilhos, como escreveu, esta tremenda ameaça em letras que parecem feitas com o sangue apodrecidos de todas as vítimas do sr. Castilhos no Rio Grande: “*Havemos de exercer vingança à faca e à bala, decepar cabeças aos pares e às dúzias para transformar as ruas em estendais de cadáveres maragatos.*” (ECO DO SUL, 10/06/1902, p. 1)

A resposta da justiça, acusa o cronista maragato, teria sido persecutória e vingativa, evocando a figura dos *sicários*, termo latino usado para designar grupos extremistas de assassinos que atuavam no território do atual Israel, na época do domínio romano. Desse modo, “*todos foram considerados suspeitos*” e tiveram suas casas revistadas, denúncia parcialmente confirmada no *Artista*, ao citar que “*durante a noite e parte do dia de hoje esteve cercada a quadra onde reside o cunhado do agressor, o sr. Joaquim Taveira, à rua Uruguaiana, entre Zallony e Benjamin Constant*” (O ARTISTA, 26/07/1900, p. 2). Sobre a acusação final, ela realmente foi veiculada no *Rio-Grandense*. Eis os termos:

Ah, miseráveis!

Vamos esmiuçar muito e muito o doloroso acontecimento; e, se de nossas incessantes pesquisas confirmar-se que um desses bandidos foi o mandante da tentativa de assassinato feita contra o nosso companheiro, faremos rolar cabeças aos pares, às dúzias, transformando as ruas em estendais de cadáveres de maragatos.

A nossa vingança será exercida à bala, à faca.

Breve tereis a prova (RIO-GRANDENSE, 26/07/1900, p. 1)

Quando a ameaça foi publicada, ainda não havia morrido Carlos Vignoli, o que leva a crer que, após o ocorrido, tenha se recrudescido ainda mais os ânimos naquele ambiente local. Na casa da família de Virgínio de Castro, por exemplo, teriam chegado “ameaças aterradoras” feitas por “homens do governo”, e mesmo durante o cortejo fúnebre de Vignoli, o trajeto teria sido alterado para passar em frente à casa das irmãs do assassino e, lá parando, dispararam improperios, xingamentos e ameaças diversas contra as irmãs, que nada tinham a ver com a contenda (ECO DO SUL, 19/06/1902, p. 1). Mesmo em *A Federação* há referência explícita à vingança, que teria sido prometida nos discursos de despedida de Vignoli, pelo intendente Conrado Miller (*A FEDERAÇÃO*, 3/08/1900, p. 1). Ainda nesse sentido, Dourado cita que, desde o dia 25, começavam a circular boatos, de que comissões convencionais presididas por um chefe de importante comissão federal, se reunira para designar quais os que deviam morrer; e sabia-se quais os designados:

Quem escreve estas linhas, e sempre espera os fatos para poder formar o seu juízo, sempre otimista até que a evidência o leve a plano oposto, era dos que buscava minorar o pânico espalhado; já saindo a qualquer hora sozinho para atender a enfermos, já levando ao ridículo aquela ameaça de cortar cabeças, às dúzias e aos centos, mesmo em presença dos que eram apontados como executores das ordens dos nossos misericordiosos consolidados da república, e percussores da ditadura apostólica (ECO DO SUL, 16/06/1902, p. 1).

No trecho acima, outra vez se faz notar a figura do narrador presente, em Dourado, inserindo também características de sua personalidade, adjetivando-se como quem “sempre espera os fatos para poder formar o seu juízo, sempre otimista”, mas que, no entanto, não foi protagonista nem teve ação destacada no decorrer da história. Sequer a menção de sua presença na Biblioteca Rio-Grandense, por ocasião da eleição da nova diretoria, foi mencionada, fato revelado nas páginas d’*A Federação*. O objetivo maior é provar que Castilhos deveria saber de tudo o que se passou no episódio Vignoli-Virgínio, apesar de, supostamente, negar a imprensa legalista. Na última crônica, procura demonstrar quem era o hipócrita que dava nome à série, e o porquê:

Não leu o sr. Castilhos o *Rio-Grandense*; não o lê, dizem. Mas a *Federação* transcreveu um espécime dos insultos. O sr. Castilhos dirá que não lê a *Federação*. Mas não teve um amigo que lhe contasse o que estava sofrendo um dos seus maiores companheiros, por gente que dizia obedecer as suas ordens; por criaturas suas?

O sr. Castilhos dirá que não tem um amigo; que todos só visam os interesses próprios, e que ele tem certeza de que no dia em que o seu prestígio, nascido das forças dos outros, diminuir serão esses próprios amigos que o enforçarão nas janelas mesmas do palácio; logo a conclusão se impõe; ou o sr. dr. Júlio de Castilhos é um chefe apenas ostensivo; uma figura de balcão; o Santo Antônio dos taberneiros que garante a boa qualidade dos gêneros, ou é um hipócrita que tudo manda fazer e depois tudo finge ignorar; e senão, um traidor.

Deu-se o fato aqui Vignoli-Virgínio. Como vimos e provamos, de tudo o sr. dr. Castilhos soube; soube por último, pelas cartas abertas do sr. dr. Pinto da Rocha (ECO DO SUL, 25/06/1902, p. 1).

Em favor da teoria de Dourado, pesa o fato de que todo o sucedido teve farta repercussão nas páginas do jornal da capital, sendo aqui apresentada uma pequena amostra. Então, não seria mesmo razoável supor que o chefe positivista não tivesse conhecimento do ocorrido na Biblioteca ou seus desdobramentos, ainda mais que no Rio Grande havia chegado o subchefe estadual de polícia com uma força da Brigada Militar logo após o tumulto da Biblioteca (ECO DO SUL, 14/06/1902, p. 1). No trecho todo, a acusação última de hipócrita é apresentada sob constante ironia à figura de Castilhos, chegando à zombaria, como no trecho em que afirma se realmente aquele não soubesse do que na cidade portuária se passava, ele seria “um chefe apenas ostensivo; uma figura de balcão; o Santo Antônio dos taberneiros”.

### 3.2.7 O APÓSTOLO

Na última série de crônicas publicadas por Ângelo Dourado no *Eco do Sul*, o alvo, como o título denuncia, não poderia ser outro que não Júlio Prates de Castilhos. Começa citando um adágio popular: “O mundo só acaba para quem morre; e nós poderemos dizer: acaba-se o povo para quem morreu a liberdade o direito, e com ele talvez, para muitos a própria esperança”. Nesses termos, não só o povo brasileiro estaria morto, como também enterrado, assim constituindo-se seu túmulo: “mataram-lhe o sentimento de nobreza, de um

lado; do outro cavaram o ergástulo, fizeram-lhe as paredes de forças armadas, e o estuque superior da tirania, na vontade de um só homem, de má índole” (ECO DO SUL, 2/07/1902, p. 1). Na metáfora do cronista, Castilhos era a argamassa que selou o túmulo, ou seja, o último dos males, o elemento que cobre o cadáver e, em última análise, aquilo que o impede de sair do buraco, caso não esteja real ou totalmente morto.

Logo após, elucubra sobre como surgem os líderes nos grupos sociais, e se vale de um elemento bíblico como exemplo. Segundo o cronista, em um ambiente desprovido de lideranças, os homens, embora com as mesmas ideias, têm o progresso paralisado pelo seu modo de ação, “porque se uns querem avançar outros se quedam, dando, não o equilíbrio, mas o gosto das forças dos que querem avançar, lutando contra os obstáculos e tendo atado aos pés o peso dos que tudo esperam do acaso”, então, daí teria surgido a necessidade “de um chefe, de um diretor, de um homem, enfim, capaz de arrostar os obstáculos, resolvê-los, contorná-los, vadeá-los”, podendo assim conduzir os destinos do povo “à Terra prometida, depois de ter conhecido o istmo por onde transporia o Mar Vermelho das dificuldades”, em analogia a Moisés, o libertador e guia do povo hebreu após os anos de escravidão no Egito. Esse seria o protótipo do líder, o bom líder. Em sua oposição, estaria aquele cujo propósito não repousa no povo ao qual serve, mas em seus próprios interesses escusos:

Quando um homem torna-se o árbitro de um povo, ou de uma facção, ai desse povo, ou desse grupo que ele domina, se o seu olhar não vê, na natureza, senão o meio de lhe dar gozos, prazeres, poderio e riquezas.

A tudo ele destruirá, e os seus serão instrumento com que levará o embate às forças antagônicas, que é preciso anular ou submeter, embora, nesse embate seus elementos se envergonhem.

Não lhe importa, porém, porque terá meios no espólio dos vencidos para adquirir novos elementos, mais aptos, talvez mais aperfeiçoados, porque os valentes se aprazem em respeitar os valentes.

[...]

O sr. Júlio de Castilhos é o espírito encarnado de Francias e Rosas; e é talvez por isso, talvez por iniciativa sua que exigem o retrato desses tiranos em procissão com o do marechal Floriano, para assim habituar o povo a temê-lo, e preparar o advento do sr. Castilhos que terá procissão em vida como Nero as teve.

Poderão logo depois atirar-lhe o cadáver a alguma cloaca, o que pouco importará. Todos temos um fim, e *habent sua fata tyrannis* (ECO DO SUL, 4/07/1902, p. 1).

Castilhos, uma vez mais, é a antítese do que se espera de um guia bom, justo e útil à comunidade que lidera, sendo o exato oposto. Para reforçar a mensagem, evoca em comparação ao chefe legalista os nomes de outros “tiranos”, sendo os sul-americanos, José Gaspar Rodríguez de Francia, o primeiro ditador paraguaio, e Juan Manuel de Rosas, caudilho argentino conhecido pela brutal repressão e culto à sua personalidade, e o imperador romano Nero, lembrado como louco, extravagante e incendiário de Roma. Ao citar esses três exemplos, o médico baiano comunica enxergar neles os modelos aos quais Castilhos deveria ser identificado. Ao final, subverte a expressão em latim *habent sua fata libelli* (os livros têm seu próprio destino) do escritor romano Terenciano Mauro, substituindo *libelli* por *tyrannis*: “os tiranos têm seu próprio destino”, mais cedo ou mais tarde.

Nessa mesma crônica, o narrador presente retorna para lembrar episódios do pós-guerra, quando, terminado o conflito, muitos dos antigos adversários em campo, ou seja, os que estiveram efetivamente envolvidos nas escaramuças nos “campos sanguinosos, se abraçaram, e sem se tornarem aliados ou correligionários se tornaram amigos porque sofreram as mesmas dores, os mesmos martírios, os mesmos perigos”, quando motivos particulares não os separavam. Tal teria ocorrido com boa parte dos antigos inimigos, segundo Dourado, menos com Castilhos, porque este “não era homem das lutas francas”:

Escondido em palácio, bem guardado, suas ordens eram sentenças de morte; seus soldados deviam ser carrascos e depredadores.

Só sabia comandar a legião que escrevia — a dos difamadores; só tinha um campo de ação para os seus combates — a *Federação*, outrora fonte de águas puras no convívio das ideias, depois encanamento de esgotos, ramificando-se por toda a parte onde a injúria, a calúnia, e até as fezes humanas podem ser armas manejadas por mãos aptas para essa luta sem pudor (ECO DO SUL, 4/07/1902, p. 1).

Nas entrelinhas, acusa o antigo presidente do Rio Grande do Sul de covarde, encastelado na sede do Executivo estadual, de onde instruía os soldados, que faziam as vezes de “carrascos e depredadores”, em seu nome, e que iriam à guerra morrer em nome da “legalidade”. O único talento de

Castilhos, ou a única “legião” que saberia comandar, eram os redatores de *A Federação*, que continuavam a guerra a partir das trincheiras discursivas (a mesma que usava Dourado, mas em lado oposto, diga-se), no incessante combate aos que lhe ofereciam resistência ou oposição. Ao mesmo tempo, o chefe legalista era chamado de covarde e inepto, cujas armas mesquinhas (a injúria, a calúnia e a difamação) eram comparadas a dejetos humanos.

Na crônica do dia 8 de julho, vale-se novamente de exemplos literários para entabular uma comparação. É no *Paraíso Perdido*, de Milton, que busca a inspiração para, uma outra vez, caracterizar o inimigo, em uma apoteose de qualificação na qual Castilhos e os seus seriam os caídos do paraíso, os próprios demônios:

Milton pinta, no *Paraíso Perdido*, uma cena, que o meu espírito guardou desde o dia que a li sob o olhar do meu professor de inglês.

Satanás, o anjo da ambição, perdeu o sentimento do Bem, que deve ser a essência de Deus, e por isso foi precipitado da morada divina, por um bueiro, ou cratera, que devia levá-lo ao inferno.

[...]

A queda transforma o anjo em monstro; e as unhas tornam-se-lhe garras; e o gesto toma a expressão medonha. Agarra-se às rochas, às cavas, às menores saliências; mas vai caindo sempre. Olha o paraíso, de onde caiu, com ódio, e bufá a injúria contra o Bem que perdeu.

Afinal cai, acurvado no abismo; onde se julga sepultado para sempre.

Mas a obscuridade, pelo hábito, torna-se luz para ele; e faz-lhe ver um povo igual a si que vai formar o seu mundo, a sua potestade, a sua força. Com tais companhias julga-se forte. Então o Bem, a Justiça, o Direito, tornam-se-lhe odiosos.

[...]

Há homens que encontrariam fácil comparação com os decaídos do Bem. Seu primeiro ato é tornar-se ateu. Negando a Deus, nega a alma, e com ela a consciência, portanto o remorso.

Houve que alguém proclamou divindade à humanidade, e ele aceita porque essa divindade será um terreno de exploração; será o seu Bem, o seu instrumento, podendo matá-la parcialmente, a título de aperfeiçoá-la (ECO DO SUL, 8/07/1902, p. 1).

A partir das reminiscências da memória, quando teve o primeiro contato com o poema épico do escritor inglês John Milton, tomando aulas do idioma e, portanto, comunicando que leu em sua língua original, Dourado estabelece o paralelo entre os que se separam do bem (ou de Deus), os “anjos caídos” que se transformam em monstros, e aqueles que seriam seus congêneres



naqueles dias. Para tornar mais fácil o entendimento, elenca as condições, ou características, para identificá-los: primeiro, tornando-se ateu, ou seja, negando a existência de Deus, que é, ao mesmo tempo, a separação da Igreja e do Estado, pela república, e a *Religião da Humanidade*, cujo “grande ser” ideia de divindade máxima e absoluta, é ela própria. Em ambos os casos, Castilhos teve/tem participação, enquanto instrumento, construtor e consolidador da república no Rio Grande do Sul, erguendo seu “reino das trevas” para opor-se ao “paraíso” do qual foi expulso por querer rivalizar-se a Deus (o bem, a virtude), a quem passaria a se opor e combater.

A derradeira qualificação, o derradeiro insulto, porém, viria sob uma forma mais prosaica, mas não menos feroz. Na crônica do dia 15 de julho, utiliza-se de ironia para destacar o que, para certas pessoas, poderia ser um atributo de admiração ou demonstração de força. Em alguns, eram as “qualidades ativas”, a intrepidez, a sabedoria, e até o silêncio que os elevam. No entanto,

Em outros é a gagueira. Ser gago é ser forte, resoluto, genial, porque a gagueira exige esforço na articulação das palavras que nada exprimindo deixam pensar que naquele cérebro havia um mundo de ideias, mas que a língua ingrata não promete exprimir.

O povo hebreu temia mais a Moisés pela raiva com que falava por ser gago, de que pelos mandamentos que lhes dava. A raiva ameaçava a cólera de Jeová, o raio, a tempestade próxima a explodir; ao passo que a lei era ali mesmo desprezada pelo bezerro de ouro. Aclamado chefe, não é mais quem o aclama que lhe forma o séquito. Eleito, ele elege sua elite! Donde a tira? Dos capazes de tudo. É esta a maior virtude nos grupos egoístas (ECO DO SUL, 14/07/1902, p. 1)

Como se sabe, Castilhos era conhecida e notadamente gago. Como tudo no “chefe” era visto como positivo e admirável, a ironia de Dourado tinha razão de ser. Contudo, “o embaraço da gagueira, que lhe atraía o ridículo e lhe acarretava natural traumatismo, teria sido, talvez, um forte motivo de estímulo para o desenvolvimento de outras qualidades intelectuais”, e ela teria sido superada no decorrer da carreira, tornando o chefe legalista “um orador de razoáveis recursos” (FRANCO, 1996, p. 14). A informação é contestada pelo jornalista A. Bierce, que, em sua primeira entrevista com Castilhos, já

em 1892 e, portanto, na idade adulta, percebeu que este “tinha que fazer um esforço penoso para articular as palavras” (FREITAS, 1999, p. 41). Em síntese, a gagueira, mais ou menos presente, mais ou menos notada, deveria ser o “calcanhar de Aquiles” do líder positivista, e a evocação possivelmente (ou certamente) devia lhe causar irritação.

Então, desse modo, Castilhos, que já fora evocado nos mais diversos adjetivos, nomeado Herodes, excelso apóstolo (em ironia), sacerdote magno (também em ironia, mas com certo grau de zombaria à sua condição apostólica no positivismo sul-rio-grandense), tiranete, demônio, era, enfim, objeto de escárnio por parte do cronista ao ser descrito finalmente como “gago”. É como se, ao longo de seus escritos, fosse tirando, camada por camada as pretensões de grandiosidade do primaz inimigo, despindo-lhe da aura de eminente chefe e augusta figura que lhe atribuía o séquito de admiradores (bajuladores, aproveitadores da fortuna pública, segundo Dourado) que circundavam o ditador gaúcho, diminuindo gradativamente suas (des)qualificações, atingindo-lhe ao fim no “defeito” mais comezinho, mais humano, mais comum: sua gagueira. Era o insulto maior, contudo, grande na sua pequenez, eloquente na sua concisão.

O derradeiro escrito de Dourado no *Eco do Sul*, de que se tem registro, recebe o título de “O corvo branco”, e foi publicado no dia 29 de julho de 1902. A pequeníssima crônica mais se parece com uma nota, e, dada a sua dimensão, a reproduziremos a seguir na íntegra:

Um jornal alemão, tratando da roubalheira feita aos pobres alemães neste estado, trabalhadores do campo, chama ao sr. dr. Júlio Prates de Castilhos, donatário desta capitania, de corvo branco.

Quem tal artigo ler, julgará que existe uma raça especial de corvos brancos; entretanto tal não é.

Quem escreveu aquele artigo tem, sem dúvida, um golpe de vista abranger, daqueles que possuía Goethe, que numa frase definia toda a situação.

O corvo branco é uma degeneração da espécie. É uma espécie de encarecimento precoce que lhe dá as plumas brancas. Talvez, pela decrepitude se conserva isolado dos outros.

Busca a carniça sozinho. Alimenta-se dos olhos e das partes moles da rês, porque não pode estar no meio do bando disputando as carnes putrefatas.

Isto faz com que os nossos campônios atribuam-lhe particularidades especiais; uma eleição especial de único capaz de ser rei entre os corvos; daí o nome que lhe deram de *Aribu-rei* (aribu é a corruptela de urubu). Dizem

eles, os campônios supersticiosos, que — quem tiver a sorte de achar uma pena do *aribu-rei* estará de posse de todos os talismãs da ventura. Quem a terá achado aqui, no Rio Grande? Tantos são os felizes... Mas tão pouco dura-lhes a felicidade...

Por enquanto o que está na ponta é o Marsicano; o futuro plenipotenciário da Itália no Brasil, se soube guardar bem a misteriosa obra do *aribu-rei*. Mas cautela. Na partilha tudo pode ser falaz; e os sertanejos dizem também — aonde pousa o *aribu-rei* (corvo-branco) vai haver carniça...

Doutor Ângelo Dourado

27 de julho de 1902 (ECO DO SUL, 29/07/1902, p. 1).

O “corvo branco”, “rei dos urubus”, que em se pensando se tratar de nova espécie, na verdade seria apenas sua degeneração, traz uma metáfora com ares de parábola em seu ensinamento, contido na última frase: “aonde pousa o *aribu-rei*, vai haver carniça”, ou seja, a sabedoria popular já atestava que sua presença era prenúncio de destruição ou matança em vista, ou espólios a serem consumidos. A alusão à ave, cuja origem seria a designação de Castilhos feita por colonos alemães estabelecidos no Rio Grande do Sul, não deixa de ser curiosa já que seu sucessor, Borges de Medeiros, seria representado anos mais tarde também como uma ave, mas dessa vez de rapina, na obra *Antônio Chimango*, de Ramiro Barcellos.

É bastante sintomático o fato de as últimas séries, e até a última crônica, serem inteiramente dedicadas ao ataque a Júlio de Castilhos. Borges de Medeiros, o presidente do estado na ocasião da publicação dessas crônicas, sequer é citado em algum momento. Mas não é de se estranhar. Castilhos criou o cronista, por assim dizer: deu-lhe motivo de existência, deu-lhe material de trabalho, deu-lhe, enfim, propósito. Sem a figura do “único responsável por todas as desgraças do presente”, talvez o combativo cronista não surgisse, ou, ao menos, não dessa forma. Talvez escrevesse menos, talvez enveredasse somente para a Literatura, talvez nem escrevesse em jornais. Nunca saberemos. Mas, o que sabemos, é que Dourado, o cronista, existe em função de combater, do início até o fim, a figura de Júlio de Castilhos e aquilo que ele representa, sem tréguas, na trincheira em que atacava muito mais do que se defendia: a discursiva.

### 3.3 UMA TIPOLOGIA DA CRÔNICA DE DOURADO NO ECO

A classificação proposta por Dileta Martins, pioneira em estudar a crônica sul-rio-grandense, serviu-nos como princípio norteador, ou um ponto de partida, mas conforme fomos adentrando o universo dos escritos de Ângelo Dourado no *Eco*, ele se mostrou inclassificável seguindo apenas por esse modelo. Não que a ordenação de Martins fosse incompleta, mas, por não se deter a um único cronista, seu propósito era outro, e seu modelo, mais abrangente. Por exemplo, enquanto as classificações *narrativas*, *relatos* e *analíticas* abrangessem alguns dos escritos do cronista maragato, também, em alguns casos, ultrapassavam o entendimento proposto. Outras formas não eram representadas a contento, como por exemplo as *líricas*: o cronista até reproduziu uma ou outra quadra, em determinada crônica até criou uma, mas não surge em quantidade suficiente para configurar uma categoria inteira. Do mesmo modo com as *satíricas*, que, apesar do conceito se aproximar de algumas crônicas que Dourado publicou, não encerra toda a caracterização encontrada nos textos nesse sentido, uma vez que a ironia, o bom-humor e a comicidade até podem ser observados, mas geralmente restritos a trechos muito específicos. Vislumbramos, então, a necessidade de criar elementos próprios de análise com fins tipológicos, para não incorreremos no erro de vincularmos artificialmente os escritos do médico baiano em uma divisão pré-determinada.

Desse modo, ao penetrar no conjunto das crônicas publicadas por Dourado no *Eco do Sul*, privilegamos o critério cronológico de análise, para, desse modo, favorecer a percepção de possíveis evoluções no estilo de escrita, continuidade ou descontinuidade dos elementos de suporte, etc. Em nosso contato com esse universo, após analisarmos cada coluna em sua existência individual e dentro do seu contexto narrativo, pudemos formar um panorama das crônicas, identificando características e elementos de repetição que tornaram viável uma tipologia própria do que publicou naquele jornal. Assim, elas podem ser vistas conforme sua *periodicidade*, sua *forma de apresentação* e seu *conteúdo* propriamente dito, ficando assim classificadas:

### Quanto à periodicidade

- *Independentes*: as crônicas que tratam de um assunto que começa, se desenvolve e se encerra no espaço de uma, ou, no máximo, duas edições, cuja divisão se deu apenas em circunstâncias da limitação espacial do jornal;
- *Seriadas*: aquelas que ultrapassam duas edições, trazendo uma abordagem mais longa, bem desenvolvida, esmiuçada à exaustão pelo cronista maragato, e possibilitando, assim, o maior uso de suportes narrativos e exemplos que dariam sustentação à teoria ou análise empreendida.

### Quanto à forma:

- *Epistolares*: as crônicas em forma de carta-aberta, ou manifesto, com destinatário definido, que poderia ser tanto o leitor do *Eco*, alguma personalidade em evidência no momento, ou mais amplo, como os cidadãos do país. Por exemplo, a “carta” dirigida a Antônio Conselheiro, que precedeu “Os fanáticos da Bahia”; aquela enviada ao cônego de Salvador, Emílio Freire Lobo; e carta submetida “às autoridades do país e aos concidadãos”;
- *Memorialísticas*: aquelas com a identificação muito clara do *narrador presente* citando eventos dos quais participou diretamente ou foi sujeito/personagem central da crônica, com a presença de informações de cunho biográfico, aproximando-se da literatura de memória, como aparece em algumas crônicas de “Os fanáticos da Bahia” e “Paralelos”, por exemplo;
- *Analítico-narrativas*: as que versam majoritariamente sobre episódios dos quais não foi testemunha, ou foi, mas não enfatiza na crônica; também as que empreendem análises factuais e descrições de eventos, percebidos principalmente na série “O hipócrita”;
- *Alegóricas*: quando traz uma história contendo lição explícita que o leitor deve concluir/aprender ao ler a crônica. Nelas estão as parábolas “A louca” e “Solar improvisado”, cuja forma é mais

próxima da literatura ficcional.

**Quanto ao tema:**

- *Crítico-políticas*: toda a prosa de Dourado é política, tudo se encaminha para esse fim, mas em algumas crônicas, a crítica política pontual, específica, se sobrepõe a outros aspectos, mais centrada no presente, observadas em “O hipócrita” e “O apóstolo”, mas também em outras séries como “Tiranos e Tiranetes”, de forma mais evidenciada;
- *Histórico-literárias*: da mesma forma, exemplos históricos e da Literatura universal eram frequentemente usados pelo cronista maragato, mas em alguns casos, a crônica é inteiramente construída sob essa característica e por isso destacamos essa classificação, mais centrada no passado. Aparecem em “Os fanáticos da Bahia”, “Alertas” e na primeira e na última “Tiranos e tiranetes”, por exemplo;
- *Proselitistas*: quando trata majoritariamente da defesa ou difusão de princípios, dogmas ou práticas, sejam elas religiosas (rituais da Igreja, moral cristã), ideológicas (liberalismo, monarquia, federalismo) ou institucionais (Igreja, Exército, organização do Estado). São mais destacadas nas primeiras crônicas de Dourado, como “Os fanáticos da Bahia” e os “Alertas”, perdendo a força com o passar do tempo, sem desaparecer por completo, contudo.

Em suma, nossa classificação proposta está de acordo com a evidência mais destacada nas crônicas de Ângelo Dourado. Via de regra, o que levamos em consideração para estabelecer a divisão que ora apresentamos, é o fator preponderante, o elemento majoritário percebido, mas é claro que, à exceção da divisão por periodicidade, várias das características acima podem ser percebidas, em alguns casos, numa mesma crônica, podendo coexistir sem conflito, pois, afinal, são traços de autoria de um cronista e sua prosa muito peculiar. Nesse sentido, dentre as que possuem mais de uma característica,

como por exemplo os “Paralelos”, poderíamos atribuir uma outra classificação de conteúdo (comparativas, por exemplo), mas, como o teor das crônicas aborda, em essência, aspectos histórico-literários e crítico-políticos ao longo de quase toda a série, torna-se desnecessária uma nova divisão.

Finalmente, a proposta de classificar os escritos do médico baiano no diário rio-grandino, não pretende submeter suas crônicas a categorias herméticas, reducionistas, nem tem a pretensão de abarcar todas as nuances nelas encontradas, por entendermos arbitrário e pretensioso, mas serve para ordenar, qualificar, com vistas a uma leitura minimamente metodológica do universo dos escritos de Ângelo Dourado. A riqueza de seu texto, a abundância do intertexto, as diversas formas que se apresentam, enfim, ultrapassam qualquer tentativa de classificação que se pretende definitiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final dessa jornada, após exaustivas pesquisas e na tentativa de tecer uma narrativa minimamente coerente, cabe a pergunta derradeira: afinal, os escritos de Ângelo Dourado no *Eco do Sul* constituem-se mesmo em crônicas ou fora apenas um constructo artificioso para enquadrar seu texto em uma categoria compatível com a área a qual está submetida a tese?

Se ainda hoje, nas crônicas modernas, é difícil estabelecer uma definição precisa, abrangedora a ponto de se tornar inquestionável, em fins do século XIX e princípio do XX é ainda mais desafiador estabelecer uma linha de corte, um parâmetro mais ou menos uniforme nesse sentido. De qualquer forma, para responder a essa pergunta, talvez seja necessário, primeiramente, dizer o que os escritos *não são*: nem textos jornalísticos, nem noticiosos, nem editoriais, nem meramente opinativos. Por outro lado, a) têm autoria definida e bem delimitada; b) estabelecem um diálogo direto com o leitor, muitas vezes quase como uma “conversa”, quando não explicitamente epistolar; c) são temporais na essência, mesclando passado, presente e futuro em uma construção nem sempre fácil de separar; d) é seriada (na grande maioria das vezes); e) há uma perceptível preocupação com a linguagem, às vezes mais, outras menos, mas ainda assim destacada; e, finalmente, f) a forma livre, ora como parábola, ora como análise, ora como epístola, denotando a plena liberdade estilística do autor que a usava conforme seus interesses narrativos momentâneos.

Além disso, a preocupação em estabelecer paralelos entre o aparato cultural que lhe era peculiar e as situações que narrava, sobretudo quando utilizava as referências históricas e literárias aliadas à reflexão do autor, o intertexto, o uso (e abuso) da linguagem figurada, dos clássicos da Literatura, dos romances de cavalaria, das histórias mitológicas, das lendas tradicionais, agregando, em muitos casos, os fatos de seu passado e presente, tudo costurado com o fio da própria memória e coberto com o manto da crítica política e social contumaz do qual era mestre, como suporte de mensagem, tudo isso,



concluímos, situa seus escritos legítima e compativelmente dentro do espectro da crônica de sua época.

Além disso, é preciso reconhecer o esforço do médico baiano em, a despeito de todas as exigências de seu ofício médico, encontrar tempo e disposição para não largar a pena. Parecia considerar-se imbuído de uma necessidade de não apenas analisar a sociedade em que estava inserido, mas mudá-la. Se como revolucionário sua tentativa foi malograda, pela imprensa seguia tenazmente o objetivo. É como se, das *colunas* de Gumercindo Saraiva às *colunas* do *Eco do Sul*, a diferença não existisse, fossem a mesma coisa. Ao mesmo propósito, no entanto, sabemos que convergiam.

No tocante à evolução de seus escritos, ou seja, como as crônicas foram se apresentando e se alterando (em teor e estilo de linguagem utilizados) no decorrer do período em que foram publicadas, pudemos observar que as primeiras, “independentes”, revelam um certo desencanto, em decorrência da derrota, armistício e anistia tão próximos quando de sua publicação. Com o tempo, o desencanto foi transformando-se em solidez discursiva, outros objetos colocaram-se à sua frente, prontos para serem analisados, e assim fez o cronista maragato. O modo mais formal, sisudo, erudito, aos poucos foi ganhando novas cores e o estilo foi abrandando, adquirindo até mesmo um tom coloquial, mais ameno, no decorrer das crônicas publicadas no diário rio-grandino, mas sem perder o modo extenso, detalhista e, sobretudo, crítico que sempre acompanhou todos os seus escritos, com um alvo muito bem estabelecido: na mira de sua trincheira discursiva, invariavelmente estava a figura de Júlio de Castilhos.

Aliás, os posicionamentos diametralmente opostos entre o líder federalista e o chefe republicano eram percebidos além do espectro político. O feitiço prolongado, às vezes repetitivo, o cuidado na escolha das palavras, os recursos estilísticos diversos, a construção narrativa apoiada fortemente em lições históricas e exemplos literários, opunha-se ao de Castilhos, seu alvo mais frequente, que se caracterizava justamente pelo estilo conciso, direto e econômico de seus textos, em seus tempos de redator de *A Federação* (FRANCO, 1996, p. 14).

Através das palavras, Dourado intentava, aparentemente, exercer alguma espécie de poder sobre a sociedade para a qual falava. Não podendo estabelecer censura oficial, governamental (meio que ele e os federalistas não dispunham nem vislumbravam alcançar em um futuro próximo, pelo menos pelas vias regulares eleitorais, senão por uma nova sublevação amplificada por novas adesões), empreendia uma censura moral, apelando ora ao conjunto de crenças cristãs, ora ao brio patriótico, ao bom-senso e, em última análise, até mesmo às emoções mais íntimas do público-leitor de suas crônicas. E, da “trincheira discursiva”, não apenas atacava e defendia, mas também tentava arregimentar.

\* \* \*

A historiadora Sandra Pesavento, em seu brevíssimo estudo intitulado “Fronteiras da ficção: diálogos da História com a Literatura”, aborda as convergências e similaridades entre História e Literatura, ou, em análise mais apurada, entre a escrita histórica e a literária. A autora principia sua análise chamando a atenção do leitor para a presença do *narrador* em toda produção discursiva, seja histórica, seja literária, mas especificamente naquela como sendo o sujeito que “mediatiza aquilo que viu, vê ou ouviu falar e que conta e explica a terceiros uma situação não presenciada por estes”. Assim, o historiador é também um narrador, e como tal, sua construção (dado que é feita a partir de recortes, escolhas e perspectivas pessoais do autor, ainda que teórica e metodologicamente articulada e não arbitrariamente), ao (re) construir um passado que já não mais existe, ganha contornos de ficção. Destaque-se, porém, que o termo não deve ser entendido no significado vulgar do termo, como algo puramente inventado, ou uma criação artística deslocada da realidade, mas no seu sentido abrangente de representação, ou “efeito de real”, nas palavras de Pesavento, dando origem a uma “ficção controlada” (pelo indício, pelo documento, pelo arquivo, pelo instrumental, etc., mas também pela relação do historiador com o seu objeto de pesquisa), em uma busca pelo “real”, entendido aqui não como a instância final da

verdade una e absoluta, mas admitindo-se como objetivo a ser buscado, o viés da perspectiva, a representação que almeja a aproximação desse *real reconstruído*. O termo “ficção” parece apropriado em especial quando é exigido do historiador uma produção discursiva, de matiz histórica, que dê conta do intangível, do não-mensurável, e que pouco sobrevive no espectro temporal, como as ambivalências, formas de pensar, valores, sensibilidades, referências, as quais, ainda que sejam registradas, dificilmente serão devidamente sentidas pelo pesquisador que se propõe a mediá-las e a pensá-las. Dessa forma, o cronista do passado passa a lançar mão do artifício da ficção (novamente chamando atenção para o sentido controlado de Pesavento), para preencher as lacunas discursivas e poder entender, metabolizar e escrever/descrever sua História (PESAVENTO, 1999, p. 819-831).

Dito isso, destacamos que nosso escopo, nesta tese que encaminhamos às considerações finais, foi estabelecer uma análise histórico-literária das crônicas do médico maragato publicadas no *Eco do Sul*, criando a nossa *ficção*, a nossa história. O material analisado sofreu as limitações do autor em perceber – nem foi sua intenção – a totalidade das referências literárias compreendidas no rico e complexo texto de Ângelo Dourado, bem como eventuais estruturas linguísticas não contempladas pelo mesmo motivo, seu meio de formação (e, portanto, familiaridade) na pesquisa histórica, iniciada na graduação, especialização e mestrado. Uma análise eminentemente histórica, ou puramente literária, certamente conduziria a outros resultados e constituem-se em desafios abertos para futuras empreitadas tomando-se por base o material ora apresentado, e que segue na íntegra nos anexos desta tese. Então, esse recorte, essa visão, essas conclusões às quais chegamos, foram resultado de pesquisa dedicada para constituir a perspectiva apresentada, tanto quando analisamos o *corpus* efetivo do trabalho, quanto às informações biográficas inéditas do cronista, que fomos buscar apesar dele ser nosso objeto de estudos há mais de uma década (ainda que sob diferentes enfoques), revelando que há sempre a chance de se descobrir algo novo, ou que complemente certezas estabelecidas, quando o pesquisador mantém a mente inquieta e faz da dúvida sua companheira, e a escrita como em contínua construção. Ainda sob esse

prisma, nem todas as perguntas foram respondidas, nem todos os documentos descobertos – talvez nunca o sejam – o que apenas demonstra que a tese não é – nem poderá ser – definitiva, completamente conclusiva, sendo sempre parcial, imprecisa e aberta. O que talvez seja sua qualidade, “porque o que amadurece plenamente pode apodrecer”, nas palavras de Clarice Lispector.

\* \* \*

Uma tese geralmente representa o término de um ciclo na vida acadêmica. É o coroamento de uma jornada iniciada na graduação (quando se dá prosseguimento ao objeto) e também a carta de alforria, libertando, por assim dizer, o estudante/pesquisador da temática e possibilitando trilhar novos caminhos, outros desafios. Contudo, resisto a colocar um ponto final nessa trajetória, ainda mais levando em consideração as novas descobertas possibilitadas pela necessidade da confecção de um estudo formal para a obtenção do título de Doutor em História da Literatura. Digo isso não apenas sob o aspecto acadêmico, mas também pela ligação, quase pessoal, que desenvolvi com a figura do médico baiano. Apesar de julgar-me conhecedor de sua figura em um espectro maior do que boa parte dos historiadores que se debruçaram sobre a escrita de Dourado, cada fato novo, cada escrito inédito, se revelava rico e complexo a ponto de reconhecer eu que nunca haverá um ponto final definitivo: sua figura, sua biografia, seus intentos, sempre permanecerão com lacunas consideráveis e possibilidades de interpretação múltiplas. Sua escrita é tão complexa quanto sua personalidade demonstrada através do que ele deixou escrito. Ao descobrir, por acaso, no acervo da Biblioteca Central da PUCRS a carta endereçada a Euclides da Cunha, pude ver como era sua escrita originariamente, manifestada na grafia legível, ligeiramente inclinada, a pressa em expor “as impressões do momento” (como referira em *Voluntários*), que não deixava tempo em “passar a limpo” o que escrevia a tão destacado destinatário (manifestada pelos riscos e correções no próprio papel), bem como vislumbrar como era a sua assinatura, disposta ali, apertada, ao final. Era uma aproximação que os escritos impressos ainda não tinham proporcionado.

Além disso, por ter desenvolvido essa “intimidade” com o cronista maragato, tocava-me de maneira pessoal o conhecimento dos destinos de seus descendentes. Assim, comoveu-me ler sobre a morte do primogênito em 1926, e fui levado a buscar o destino de sua esposa, sendo igualmente tocado ao ler o obituário do *Correio da Manhã* do dia 10 de julho de 1937, que noticiava a morte de Francisca Autran Dourado, viúva de Ângelo Dourado. Por outro lado, a letra fria do diário carioca lembrava-me, também, que teve uma longa vida, dos quais os últimos 32 anos fora longe do marido e da terra adotiva, que talvez lhe trazia dolorosas lembranças. Ainda que não trouxesse contribuições relevantes à feitura da tese, empreendi dias de busca para também mapear o destino dos filhos do médico baiano, e descobri, além do primogênito, a ascensão gradual na carreira do Exército dos filhos Edgardo e Carlos, retratadas em *A Federação* sem nenhuma menção especial, mas como parte das notícias militares publicadas rotineiramente naquele jornal para os alunos da Escola Militar de Porto Alegre. Soube, portanto, que o filho Edgardo obteve licença para estudar na Escola de Engenharia, e Carlos chegou a tenente-coronel, sendo posteriormente noticiado a sua nomeação como secretário do ministro da aviação Vitor Konder, em 1919, última menção d’*A Federação* a um membro da família Dourado.

O ponto final é necessário. A busca, no entanto, ganha novos contornos, menos formais e mais despreziosos. Se a escrita era uma obsessão do médico baiano, buscar seus registros e dar a eles a publicidade perdida passa a ser também meu desejo. Em algum lugar, talvez o cronista maragato sorria satisfeito.

Não foi em vão.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTE PRINCIPAL:

ECO DO SUL – crônicas de Ângelo Dourado - levantamento de 1896 a 1902.

Todos os exemplares originais encontram-se na Biblioteca Rio-Grandense. Edições:

- 9/5/1896 p. 1 – Os voluntários do martírio
- 13/5/1896 p. 1 – Os voluntários do martírio (fragmentos)
- 4/10/1896 p. 1 – Parábolas – A louca
- 9/10/1896 p. 1 – Parábolas – Solar improvisado
- 29/10/1896 p. 1 – Ontem e hoje
- 18/11/1896 p. 1 – As festas
- 16/12/1896 p. 1 – Antônio Conselheiro
- 31/12/1896 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 1º/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 3/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 5/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 7/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 9/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 10/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 12/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 14/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 15/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 16/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 19/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 20/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 21/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 23/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 24/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 26/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 29/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 30/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 31/1/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 2/2/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 5/2/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 6/2/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 9/2/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 10/2/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 11/2/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 12/2/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 17/2/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia

- 18/2/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 20/2/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 26/2/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 27/2/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 2/3/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 4/3/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 7/3/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 9/3/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 13/3/1897 p. 1 – Os fanáticos da Bahia
- 18/3/1897 p. 1 – Dr. Angelo Dourado (declaração)
- 11/1/1899 p. 1 – Alerta I
- 12/1/1899 p. 1 – Alerta II
- 13/1/1899 p. 1 – Alerta III
- 14/1/1899 p. 1 – Alerta IV
- 19/1/1899 p. 1 – Alerta V
- 20/1/1899 p. 1 – Alerta VI
- 21/1/1899 p. 1 – Alerta VII
- 24/1/1899 p. 1 – Alerta VIII
- 25/1/1899 p. 1 – Alerta IX
- 26/1/1899 p. 1 – Alerta X
- 27/1/1899 p. 1 – Alerta XI
- 28/1/1899 p. 1 – Alerta XII
- 29/1/1899 p. 1 – Alerta XIII
- 31/1/1899 p. 1 – Alerta XIV
- 2/2/1899 p. 1 – Alerta XV
- 3/2/1899 p. 1 – Alerta XVI
- 5/2/1899 p. 1 – Alerta XVII
- 7/2/1899 p. 1 – Alerta XVIII
- 9/2/1899 p. 1 – Alerta XIX
- 10/2/1899 p. 1 – Alerta XX
- 11/2/1899 p. 1 – Alerta XXI
- 12/2/1899 p. 1 – Alerta XXII
- 14/2/1899 p. 1 – Alerta XXIII
- 17/2/1899 p. 1 – Alerta XXIV
- 19/2/1899 p. 1-2 – Alerta XXV
- 22/2/1899 p. 1 – Alerta XXVI
- 23/2/1899 p. 1 – Alerta XXVII
- 24/2/1899 p. 1 – Alerta XXVIII
- 28/2/1899 p. 1 – Alerta XXIX
- 2/3/1899 p. 1 – Alerta XXX
- 3/3/1899 p. 1 – Alerta XXXI
- 5/3/1899 p. 1 – Alerta XXXII
- 7/3/1899 p. 1 – Alerta XXXIII

- 8/3/1899 p. 1 – Alerta XXXIV
- 9/3/1899 p. 1 – Alerta XXXV
- 10/3/1899 p. 1 – Alerta XXXVI
- 11/3/1899 p. 1 – Alerta XXXVII
- 12/3/1899 p. 1 – Alerta XXXVIII
- 14/3/1899 p. 1 – Alerta XXXIX
- 15/3/1899 p. 1 – Alerta XL
- 16/3/1899 p. 1 – Alerta XLI
- 17/3/1899 p. 1 – Alerta XLII
- 18/3/1899 p. 1 – Alerta XLIII
- 19/3/1899 p. 1 – Alerta XLIV
- 21/3/1899 p. 1 – Alerta XLV
- 26/3/1899 p. 1 – Alerta (Concluamos)
- 29/3/1900 p. 1 – O Dr. Ângelo Dourado ao Clube Saca-Rolhas
- 10/6/1900 p. 1 – Dr. Ângelo Dourado
- 23/4/1902 p. 1 – Pelo Brasil
- 20/5/1902 p. 1 – O direito de matar
- 23/5/1902 p. 1 – A “Opinião Pública”
- 24/5/1902 p. 1 – Clamando no deserto
- 27/5/1902 p. 1 – Paralelos: tiranos e tiranetes
- 29/5/1902 p. 1 – Paralelos: tiranos e tiranetes
- 30/5/1902 p. 1 – Paralelos: tiranos e tiranetes
- 31/5/1902 p. 1 – Paralelos: tiranos e tiranetes
- 2/6/1902 p. 1 – Paralelos: tiranos e tiranetes
- 3/6/1902 p. 1 – Paralelos: tiranos e tiranetes
- 4/6/1902 p. 1 – Paralelos: tiranos e tiranetes
- 5/6/1902 p. 1 – Paralelos: tiranos e tiranetes
- 6/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 7/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 8/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 10/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 11/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 12/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 13/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 14/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 16/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 17/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 18/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 19/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 20/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 21/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 23/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 24/6/1902 p. 1 – O hipócrita



- 25/6/1902 p. 1 – O hipócrita
- 2/7/1902 p. 1 – O apóstolo
- 4/7/1902 p. 1 – O apóstolo
- 8/7/1902 p. 1 – O apóstolo
- 9/7/1902 p. 1 – O apóstolo
- 11/7/1902 p. 1 – O apóstolo
- 15/7/1902 p. 1 – O apóstolo
- 18/7/1902 p. 1 – O apóstolo
- 29/7/1902 p. 1 – O corvo branco – questão alemã

## FONTES ACESSÓRIAS IMPRESSAS

### 1) LIVROS:

BASTOS, Souza. *Carteira do Artista*: apontamentos para a história do teatro português e brasileiro. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1898, p. 576. Disponível em: <<https://archive.org/details/carteiradoartist00sousuoft?q=%22angelo+cardoso+dourado%22>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

DOURADO, Ângelo. A pilocarpina no tratamento das adenites in *Gazeta Medica da Bahia*, ano XVII, nº 3, setembro de 1885, p. 105-107.

\_\_\_\_\_. *A situação política do Brasil*. Jaguarão: Typ. do Commercio, 1905.

\_\_\_\_\_. Dom Pedro, o bom. In *Homenagem do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro à memória de Sua Majestade o Senhor D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1894.

\_\_\_\_\_. *Silveira Martins*: discursos e referências depois de sua morte. Rio Grande: Typographia e Lithografia de Strauch & Kunz, 1901.

\_\_\_\_\_. *Voluntários do Martírio*: narrativa da revolução de 1893. Ed. fac-similada de 1896 / Apresentação da obra Sérgio da Costa Franco; coordenação Rodrigues Till. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.

FALA DO CONSELHEIRO JOÃO CAPISTRANO BANDEIRA DE MELO, presidente da província da Bahia, na abertura da 2ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 4 de outubro de 1887. Salvador: Tipografia da Gazeta da Bahia, 1887, p. 84. Disponível em <<https://archive.org/stream/rpebahia1887#page/n1/mode/2up/search/%22angelo+cardoso+dourado%22>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, tomo LXI, parte I (1º e 2º trimestres). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. Disponível em <<http://books.google.com/revistadoinstitut86brasgoog>> Acesso em: 4 fev. 2018.

### 2) JORNAIS:

- A FEDERAÇÃO, 25/07/1900 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- A FEDERAÇÃO, 28/07/1900 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- A FEDERAÇÃO, 3/08/1900 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- A FEDERAÇÃO, 6/08/1900 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- A FEDERAÇÃO, 8/08/1900 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- A FEDERAÇÃO, 9/08/1900 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- A FEDERAÇÃO, 23/07/1902 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)

- A FEDERAÇÃO, 13/06/1903 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- CORREIO DO POVO, 14/12/1957 (Biblioteca Rio-Grandense)
- DIÁRIO DA TARDE, 25/10/1905 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 11/07/1887 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 12/12/1888 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 23/08/1889 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- DIÁRIO DO COMÉRCIO, 17/03/1894 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- DIÁRIO DO RIO GRANDE, 26/07/1900 (Biblioteca Rio-Grandense)
- DIÁRIO DO RIO GRANDE, 24/10/1905 (Biblioteca Rio-Grandense)
- ECO DO SUL, 14/10/1896 (Biblioteca Rio-Grandense)
- ECO DO SUL, 7/2/1897 (Biblioteca Rio-Grandense)
- ECO DO SUL, 14/2/1897 (Biblioteca Rio-Grandense)
- ECO DO SUL, 6/04/1905 (Biblioteca Rio-Grandense)
- ECO DO SUL, 23/10/1905 (Biblioteca Rio-Grandense)
- ECO DO SUL, 24/10/1905 (Biblioteca Rio-Grandense)
- GAZETA DO POVO, 29/10/1912 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- JORNAL DO COMÉRCIO, 9/02/1899 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- JORNAL DO COMÉRCIO, 18/02/1899 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- JORNAL DO RECIFE, 14/09/1898 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- O ARTISTA, 26/07/1900 (Biblioteca Rio-Grandense)
- O ARTISTA, 23/10/1905 (Biblioteca Rio-Grandense)
- O PAÍS, 21/09/1894 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- O PAÍS, 20/05/1926 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- REPÚBLICA, 15/09/1984 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)
- RIO-GRANDENSE, 26/07/1900 (Biblioteca Rio-Grandense)

#### FONTE ACESSÓRIA MANUSCRITA:

DOURADO, Ângelo. *Carta a Euclides da Cunha*. Rio Grande, 25 de outubro de 1903. Setor de acervos especiais, Biblioteca Central da PUCRS, registro JPE ARQ\_0409 (6º pavimento).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Francisco das Neves. A sociedade gaúcha na óptica de um rebelde: breve estudo de caso. *Biblos*, Rio Grande, 1 (1): 127-138, 2010.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Memória, mídia e sociedade no Rio Grande do Sul: estudos históricos*. Coleção Pensar a História Sul-Rio-Grandense, vol. 50. Rio Grande: FURG, 2011.

\_\_\_\_\_. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002.

\_\_\_\_\_. Revolução Federalista e preconceito historiográfico. In ALVES, Francisco das Neves (Org.). *Historiografia e cultura no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2007.

\_\_\_\_\_. Sociedade e doença no Rio Grande do Sul da virada do século XIX: o estudo de um médico revolucionário. In ALVES, Francisco das Neves. *Sociedade e saúde pública no Rio Grande do Sul: ensaios*

históricos. Rio Grande: FURG, 2005.

\_\_\_\_\_. Uma introdução ao estudo da historiografia acerca da Revolução Federalista. In ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista: história e historiografia*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002b.

ALVES, Francisco das Neves; OLIVEIRA, Marcelo França de. *Crônicas temporais: passado, presente e futuro nas crônicas de Ângelo Dourado no jornal Eco do Sul*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2016.

ARAÚJO, Eduardo Almeida de. *Napoleão Bonaparte: construir um homem, forjar um mito*. S. Paulo, Hunter Books, 2015.

ARNT, Hérís. *A influência da Literatura no jornalismo: o folhetim e a crônica*. Rio de Janeiro: E-papers, 2001.

ASSIS, Machado de. *Crônicas*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jackson, 1974.

AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário histórico de religiões*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o pacto de Campos Sales*. Brasília: Plenarium, 2006.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo*. Porto Alegre: IEL / EDPUCRS, 1997.

\_\_\_\_\_. O Regionalismo na historiografia e crítica literária sul-rio-grandense. In ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993.

BENDER, Flora; LAURITO, Ilka. *Crônica: história, teoria e prática*. S. Paulo, Scipione, 1993.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. S. Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 43ª ed. S. Paulo: Cultrix, 2006.

BOUCINHA, Cláudio Antunes. *O Liberalismo e o Romantismo de Angelo Dourado*. Bagé: Urcamp Editora, 1989.

BULFINCH, Thomas. *O livro de ouro da mitologia: (a idade da fábula): histórias de deuses e heróis*. – 8ª ed. – Rio de Janeiro, Ediouro, 1999.

BURNS, Edward McNall. *História da Civilização Ocidental*. v.2. S. Paulo: Globo, 2001.

CALMON, Pedro. *História da Literatura Baiana*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In \_\_\_\_\_. [et. al.]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARDOSO, Marília Rothier. Moda da crônica: frívola e cruel. In CANDIDO, Antonio [et. al.]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARMINATTI, Natália Pedroni. O fantástico oral: uma leitura de Atala, de François-René Auguste de Chateaubriand. *Lettres Françaises* – Revista da Área de Língua e Literatura Francesa, n. 17 (2). Araraquara: UNESP, 2016. Disponível em <[seer.fclar.unesp.br/lettres/article/download/9906/6547](http://seer.fclar.unesp.br/lettres/article/download/9906/6547)> Acesso em: 08 mar 2018.

- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, Rio de Janeiro, s.d. nº 1.
- CASTRO, Mauro Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1956.
- \_\_\_\_\_. *Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul: 1605-1801*. 3ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.
- CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo. A. M (Orgs). *A História Contada: capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- CHASTEEN, John Charles. *Fronteira rebelde: a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos*. Porto Alegre: Movimento, 2003.
- \_\_\_\_\_. Fighting words: the discourse of insurgency in Latin American history. In *Latin American Research Review*, vol. 28, nº 3. Pitsburg: The Latin American Studies Association, 1993. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/i322711>> Acesso em: 15 ago. 2008.
- CLEMENTE, Elvo. *História de Garibaldi: 1870-1993*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- COLUSSI, Eliane Lucia. Plantando ramos de acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX. *Tese de doutorado*. Programa de Pós-graduação em História. Porto Alegre: PUCRS, 1998.
- COSTA, Carla. *Cronologia resumida da Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Museu da República IBRAM / MinC, 2017.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. S. Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- COSTA, Marcus Vinicius da. A Revolução Federalista (1893-1895): o contexto platino, as redes, os projetos e discursos construídos pela elite liberal-federalista. *Revista História em Reflexão: Vol. 3 n. 6 – UFGD - Dourados jul/dez 2009*.
- COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: \_\_\_\_\_. *A literatura no Brasil*. vol. 6. São Paulo: Global, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Notas de Teoria Literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- CRUZ, Nilda Autran Bastos. *Árvore de muitos frutos (memórias)*. S. Paulo: Edições Alarico, 1958.
- CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. S. Paulo: Beca, 1999.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.
- CUNHA, Pe. Arlindo Ribeiro da. *A língua e a literatura portuguesa*. Braga, Ed. do Autor, 1948.
- D'AVALLON, Charles-Yves. *Histoire du général Pichegru*. Paris: Chez Barba, 1802. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?id=LSTW7XhkJ4kC&dq=vie%20du%20general%20pichegru&hl=pt-BR&pg=PP6#v=onepage&q&cf=false>> Acesso em 08 mar. 2018.
- DEGRAZIA, Alba Carvalho. *A janela de minhas lembranças (memórias)* Porto Alegre: Movimento, 1981.
- D'ONÓFRIO, Salvatore. *Teoria do texto I – prolegômenos e teoria da narrativa*. S. Paulo: Ática, 2002.

- DORATIOTO, Francisco. O Brasil no mundo / idealismos, novos paradigmas e voluntarismo. In SCHWARCZ, Lília Moritz (Coord.) *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Coleção História do Brasil nação – 1808-2010, vol. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. S. Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- FÉLIX, Loiva Otero. Mito e Alegoria: O Universal e o Nacional na Luta Federalista. In ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Ed. da Furg, 1993.
- FLORES, Moacyr. Historiografia da Revolução Federalista. In \_\_\_\_\_. (Org.) *1893-95 – a Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.
- FRANÇA, Júlio. *O narrador ético: experiências e sabedoria nas crônicas brasileiras do século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2012.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A Guerra Civil de 1893*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.
- \_\_\_\_\_. O Partido Federalista. In *República Velha (1889-1930) / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores dos volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. – Passo Fundo: Méritos, 2007 – v.3 t.1 – Coleção História Geral do Rio Grande do Sul*.
- FRASSON, Carla Beatriz. Análise do discurso: considerações básicas. *Cadernos da FUCAMP*. v. 6, n. 6 (2007). Monte Carmelo: FUCAMP, 2007.
- FREITAS, Décio. *O homem que inventou a ditadura no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 1999.
- GAUTÉRIO, Rosa Cristina Hood. A crônica nos periódicos sulinos no século XIX. 4º Encontro Nacional de Pesquisadores de Periódicos Literários, 4, 2010, Feira de Santana. *Anais*. Feira de Santana: Uefs, 2013. Disponível em <[http://www2.uefs.br/enapel/files/4enapel\\_anais.p309-320.pdf](http://www2.uefs.br/enapel/files/4enapel_anais.p309-320.pdf)> Acesso em: 23/jan/2017.
- GIBBON, Edward. *Declínio e queda do Império Romano*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- HOBBSAWM, Eric J. *A era das revoluções (1798-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- HOHLFELDT, Antonio. A imprensa (1870-1930). In *História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930) / Coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; diretores de volumes Ana Luiza Setti Reckziegel, Gunter Axt. Passo Fundo: Méritos, 2007. – v.3 t.2 – coleção História Geral do Rio Grande do Sul*.
- \_\_\_\_\_. *Deus escreve direito por linhas tortas: O romance folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- HUGON, Alain. *La insurrección de Nápoles, 1647-1648: la construcción del acontecimiento*. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2014. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?id=-ckXeAgAAQBAJ&clpg=PA1&chl=pt-BR&pg=PA6#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 9 fev. 2018.
- KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.
- LEITE, Luiz Olavo. A Filosofia Rio-Grandense – Década de 1880-1890. In FLORES, Hilda Agnes Hübner (Org) *Revolução Federalista – Estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.

- LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. S. Paulo: Perspectiva, 1975.
- LUCA, Tania Regina. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs). *História da imprensa no Brasil*. S. Paulo: Contexto, 2012.
- \_\_\_\_\_. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla B. (Org). *Fontes Históricas*. 2ª ed. S. Paulo: Contexto, 2006.
- MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs). *O Historiador e suas fontes*. S. Paulo: Contexto, 2009.
- MALLARD, Leticia. *et. al. História da Literatura – ensaios*. Campinas: Unicamp: 1995.
- MARTINS, Dileta A. P. Silveira. História e tipologia da crônica no Rio Grande do Sul. *Tese de Doutorado*. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1984.
- MATOS, Júlia, SCHIAVON, Carmem (orgs) *História e intelectualidade no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Pluscom, 2010.
- MELLO, Eliane de. A Cultura da Dominação. *Rev. Humanidades*, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 93-97, jan./jun. 2006.
- MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerra total de Canudos*. 3ª ed. rev. e ampl. S. Paulo: Escrituras 2014.
- MEYER, Augusto. *Os pêssegos verdes*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2002.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. S. Paulo: companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. Voláteis e versáteis: de variedades e folhetins se fez a *crônica*. In CANDIDO, Antonio [*et. al.*]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- MOISÉS, Massaud. A crônica. In \_\_\_\_\_. *A criação literária*. v. 2, 10ª ed. S. Paulo: Cultrix, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Dicionário de termos literários*. 12ª ed. rev. e ampl. – S. Paulo: Cultrix, 2004.
- MOREIRA, Earle D. Macarthy. 1893: uma reflexão sobre a Revolução. In ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (orgs). *Pensar a Revolução Federalista*, Rio Grande: Editora da Furg, 1993a.
- MOREIRA, Maria Eunice. Literatos argentinos e brasileiros no império de Pedro II: algumas anotações. *Historiae* - 6(1): 228-244. Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, 2015.
- \_\_\_\_\_. Regionalismo e literatura no Rio Grande do Sul. In ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da FURG, 1993b.
- MOURA, Euclides B. de. *O Vandalismo no Rio Grande do Sul – antecedentes da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2000.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1955.
- NEVES, Margarida de Souza. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In CANDIDO, Antonio [*et. al.*]. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- NOGUEIRA, Salvador; HORTA, Maurício; BOTELHO, José Francisco. *Mitologia: deuses, lendas e heróis* (Superinteressante Coleções). S. Paulo: Abril, 2012.
- OLIVEIRA, Josemar Machado de. Jacques-René Hébert (O jornalista do Père Duchesne) e o pro-

cesso da revolução. *Revista de História*, S. Paulo, n. 146, p. 139-174, jun 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18937>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

OLIVEIRA, Marcelo França de. A formação do Rio Grande do Sul republicano: versões e narrativas de um militante revolucionário. In ALVES, Francisco das Neves (Org). *Memória, mídia e sociedade no rio Grande do Sul: estudos históricos*. Coleção Pensar a História Sul-Rio-Grandense, vol. 50. Rio Grande: FURG, 2011.

\_\_\_\_\_. Das armas à pena: intelectualidade e militância na formação do Rio Grande do Sul republicano. In MATOS, Júlia, SCHIAVON, Carmem (Orgs) *História e intelectualidade no Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Pluscom, 2010.

\_\_\_\_\_. *Diga ao povo que fico: os antecedentes da independência do Brasil*. Rio Grande: Casalettras, 2013.

\_\_\_\_\_. *Quando a memória vira História: Angelo dourado e a historiografia sul-rio-grandense*. Rio Grande: Pluscom, 2009.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_. *Terra à vista – discurso do confronto. Velho e Novo Mundo*. S. Paulo: Cortez, 1990.

ORICO, Osvaldo. *Silveira Martins e sua época*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

ORTIZ, Renato. *Cultura e Identidade Nacional*. S. Paulo: Brasiliense, 1990, p. 20.

PESAVENTO, Sandra. *A Revolução Federalista*. S. Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. Fronteiras da ficção: diálogos da história com a literatura. In: *História – fronteiras*. S. Paulo: Humanitas / FFLCH / USP: ANPUH, 1999, vol. 2, p. 819-831.

PÓVOAS, Mauro Nicola. *Uma história da Literatura: periódicos, memória e sistema literário no Rio Grande do Sul do século XIX*. 1ª ed. Porto Alegre: Buqi, 2017.

PUGLIESI, Marcio. *Mitologia greco-romana: arquétipos dos deuses e heróis*. – 2 ed. S. Paulo: Madras, 2005.

REIS, Jorge. *Apontamentos históricos e estatísticos de Bagé*. Bagé: Typ. do Jornal do Povo, 1911.

RÉMOND, René. Do político. In \_\_\_\_\_. (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. Uma história presente. In RÉMOND, René. (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIBAS, Maria Cristina Cardoso. Destecendo a rede conceitual da crônica: discussões em torno da crítica e projeções no ensino do gênero menor. *Encontros – Rio de Janeiro: Departamento de História do Colégio Pedro II - Ano 11 – Número 20 – 1º semestre de 2013*. Disponível em <<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/328>> Acesso em: 17 jan. 2017.

RIBEIRO, João. *O que é positivismo*. Coleção primeiros passos, vol. 72. S. Paulo: Brasiliense, 2003.

ROSA, Otelio. *Júlio de Castilhos: perfil biográfico e escritos políticos*. Porto Alegre: Globo, 1928.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. Imprensa: fonte e agente da Revolução de 1893. *Anais do Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893*. Bagé, 12 a 15 de novembro de 1993. Bagé: Editora da Urcamp, 1990.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. – 3ª ed. S. Paulo, Ática, 1987.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia S. Silveira. *História & Documento e metodologia de pesquisa*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. *Estudos Avançados* 8(20), S. Paulo: USP, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. S. Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. População e sociedade. In SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord.) *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Coleção História do Brasil nação – 1808-2010, vol. 3. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SKIDMORE, Thomas E. *Uma História do Brasil*. S. Paulo: Paz e Terra, 1998.

SIMON, Luiz Carlos. *Duas ou três páginas despreziosas: a crônica, Rubem Braga e outros cronistas*. Londrina: EDUEL, 2011. [livro eletrônico, plataforma Kindle/Amazon]

SOARES, Marcus Vinicius Nogueira. *A crônica brasileira no século XIX: uma breve história*. S. Paulo: É Realizações, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPALDING, Walter. *Construtores do Rio Grande*, Vol. 1. Porto Alegre: Sulina, 1969.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia. Imprensa literária no Rio Grande do Sul no século XIX. *Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2011. Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/strelow-aline-imprensa-literaria-no-rio-grande-do-sul.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2017.

TABORDA, Tarcísio Antônio Costa. *A igreja de São Sebastião de Bagé*. Bagé: FAT/FUNBA, 1975.

TAVARES, Francisco da Silva. *Diários da Revolução de 1893* (tomo I). Porto Alegre: Procuradoria-Geral da Justiça, Projeto Memória, 2004.

VAZ, Artur Emílio Alarcon. A importância da divulgação de fontes primárias na internet. In \_\_\_\_\_; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre; CURY, Maria Zilda Ferreira (Orgs). *Literatura em revista (e jornal): periódicos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, POS-LIT; Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira: do Período Colonial a Machado de Assis*. Rio de Janeiro: MINISTÉRIO DA CULTURA - Fundação Biblioteca Nacional - Departamento Nacional do Livro, 2015 [livro eletrônico, plataforma Kindle/Amazon].



## ANEXOS

### ANEXO 1: ICONOGRAFIA



Ângelo Dourado. s/d. Acervo Museu Benjamin Nogueira (João Dourado, BA)



Ângelo Dourado (sentado) s/d. Acervo Museu Benjamin Nogueira (João Dourado, BA)



Ângelo Dourado (direita) s/d. Acervo Museu Benjamin Nogueira (João Dourado, BA)

**Dr. Angelo Dourado**  
**Medico operador e oculista**  
Residencia e consultorio á rua 20 de Fevereiro, n. 94.  
Consultas das 8 ás 10 da manhã, das 2 ás 4 horas da tarde.  
Attende a chamados, á qualquer hora, e para fóra da cidade.  
**Telephone n. 194.**

Anúncio veiculado no ECO DO SUL, 20/10/1899 p. 2 (Biblioteca Rio-grandense)

**O DR. ANGELO DOURADO**  
**Medico operador e oculista**  
Dá consultas provisoriamente, todos os dias, das 7 ás 10 da manhã, no Hotel Paraná.  
*Rua da Liberdade.*  
12

Anúncio veiculado no DIÁRIO DO COMÉRCIO (PR), 17/03/1894, p. 3 (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)

**Voluntarios do Martyrio**

Scenas narradas pelo Dr. Angelo Dourado, observadas por elle em todo o trajecto do Exército Libertador

Pensamentos philosophicos, narrativas tomas de encantos outras de horrores, descripções de costumes rio-grandenses não so dos do littoral e povoações fronteiriças, como dos que ainda vivem em aldeamentos incultos, tornam este livro de raro valor para estudos de ordem elevada, pois que o auctor não se limita simplesmente a narrar os horrores da guerra com a paixão a ella inherente.

1 vol. formato grande de 432 pgs. 10\$000  
Attende-se a pedidos pelo correio a 10\$500 em vale postal ou em notas com o valor declarado por fora.  
Pedidos á

**Livraria Americana**  
DE PINTOS & C.  
PELOTAS, PORTO ALEGRE OU RIO GRANDE  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Anúncio veiculado no Almanaque Literário e Estatístico do Rio Grande do Sul - Ed. 16, 1904. (Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional)

Rio Grande, 25 de Outubro de 1903

Sr. Euclides da Cunha

Agradecido, muito agradecido, obrigadíssimo, eram as palavras que nos irrompiam ~~para~~ dos lábios dirigidos a si, — a profeção que ia sendo o seu incomparável trabalho sobre o Ceará, que si agora pode ser um conjunto. Ninguém lhe poderá ultrapassar n'aquella descrição; e ninguém poderá n'uma qualquer descrição o caracter d'aquelle povo a que pertence; de que, longe de ser, ainda não perdi a índole. Quanto ao facto politico, se a assassinato barbaresco de padre, assim chamar, e creio que em nossa actualidade não tem outro a não ser a venda do Carácter e as roubaheiras por invizíveis e nefandas que não impressionam mais, de um ou os parados sendo os seus conceitos. Em ambos de submeter-me a uma pacificação hypocrítica, a manutenção de uma guerra hereditária e mobilizante de caracter civil de uma povo que os governos timbravam em aviltar, quando irrompiam a perseguição dos factos fanaticos sertanejos. Comportamos incomparável de Governando Sarbiva desde a ~~fronteira~~ <sup>fronteira</sup> de vizoria do Sul até a ~~fronteira~~ <sup>fronteira</sup> de S. Paulo, e ~~refugio~~ <sup>refugio</sup> — ninguém, até a morte em que ~~deveriam~~ repulsa ao seu cadaver que depois devia ser exhumado para receber o insulto e a mobilização; influencia moral

n. 462877

depois de sua morte, para não convulsi-  
no amortecimento dos que com elle  
tiveram tantos triumphos, e obrigado  
ainda pelo pudor a voltar ao Campo  
da lucta depois de penosa peregrinação  
entre os relucidos, e entre outros foros  
que são firos que os relucidos para os  
Mezenas exilados, salvo meus exceções,  
conheci bem o que se chama no Brazil  
a legalidade; e no momento em que  
me veio noticia d'aquella lucta confie-  
hendi o horror da hecatombe final. Sem  
temer as ameaças de morte que che-  
garam a tentativa, pelas colunas do  
Echo do Sul, inicie uma lucta tenaz em  
favn delles, sob epigrafe = Os fanaticos de  
Bahia, e escrevi mais trinta artigos,  
nos quais descrevi o theatro da lucta, a  
indole de foros, os seus recursos pecarios,  
mas substituido pelo heroismo desce-  
ribuido em outros foros

Pedi, telegrafiei, mesmo ao Dr. Manoel  
Victorino; prophetei as perdas do exercito;  
dei mesmo a minha opiniã, a pedido  
do então Cel. Carlos Telles, em carta escrita  
ao seu ajudante Capitão Josimiano Francis,  
dizendo <sup>DASINHO (sic)</sup> que o unico alvite a tomar,  
a fim de não sacrificar milhares vidas,  
e não commetterem a horrorosa  
injustica de exterminarem homens  
que defendiam seus lares e familias,  
era o sitio distante, prolongado, dei-  
xando saber quem quizesse, e

não deixando entrar ninguém,  
Nem atenderam. Era pacífico firmes  
a honra do exercito sacrificado por  
um governo inepto e caprichoso; depois  
foi pacifico a degola, o incendio para  
vingar a morte dos que lá foram  
matar. Em fim; isto feito; e eu  
não sei se a Providencia Divina pode  
dizer que quem ao que mandam  
matar a mulheres e crianças; que con-  
sentem que os pobres filhos que a cari-  
dade de alguns soldados salvaram  
das chamas do ~~petroleo~~ legal, vivam  
por ali alem, como escravos, digo:  
não sei se exista uma Providencia  
punidora que se os tem morto é no  
leito macio para a apothose depois.  
Quando estudante empregava o meu  
tempo de férias viajando o sertão em  
todas as direções. Levava-me a isso  
o desejo de descrevel-o, nos seus habitando  
e costumes, por que via nos seus habi-  
tantes ~~o~~ que poderia formar o nucleo  
dessa nacionalidade que para mim  
tanto nobilita, e para outros, sobre tudo  
para os que ~~\_\_\_\_\_~~ deve-se estinguir  
por que não são da Civilização Moderna.  
E ~~isso~~ ~~dar~~ ~~o~~ ~~l~~ ~~le~~ como testemunhas,  
desse mesmo povo que nos vem a  
ocupar o territorio em funcao extra-  
ordinaria que precisa civilizar-se no

costumes dos nossos mais ignorantes  
~~dos nossos~~ sertanejos. Foi-me ver o nosso  
José de Aguiar desprezar os costumes  
para criar personagens fantasticos, taes  
como o Perry, de Caacary e Arnaldo  
de Sertanejo que tendo bem descrito o  
caracter perde esse mesmo caracter  
nos feitos extraordinarios que se  
lhe imputam; em fazendo ~~descrever~~  
nos chaminas de uma fogueira o  
dramante que reviste o mais alta  
temperatura. Encarei, muito entao;  
mas apenas sob o encargo profissional  
Aires de guardar o que escrevia. Quando  
me exibir jurei em dar publicação a  
taes escritos; e meu snarrozados  
jovens leem os pimerios a hypogra-  
fia d'um adversario politico, que  
além do preço exagerado que levou-me  
pela impressão, mandou-me um tra-  
balho sem a minima correção, e  
~~foi~~ portanto privado de circulação;  
e queimou-me outro. Ahi mandei-lhe  
o que mal imprimiu. Supprime-lhe  
os erros; em aude, se occupando só  
do assumpto encontrará algumas des-  
crições que lhe poderam servir, se  
como espero não se limitar somente  
aos Sertes; em relação aos costu-  
mes brasileiros

Um affecto de não muito sincero, meu illustre  
e talentado patriota, de quem ainda se orgulha  
de ser legitimo brasileiro

(a) Sr. Angelo Lourenço

## ANTOLOGIA DAS CRÔNICAS DE ÂNGELO DOURADO NO ECO DO SUL

ECO DO SUL, 9/05/1896 P 1

### Os voluntários do martírio

Como espécie do estilo usado nas cartas do nosso amigo doutor Ângelo Dourado a sua esposa, que em breve sairão dos prelos, com o título acima, vamos a um fragmento delas.

Estamos na época em que se comemora a divina tragédia que teve o seu termo sangrento no Gólgota para dali começar, então, esse poema de bondade, esse campo suave — amai-vos uns aos outros — como a semente que há de produzir a árvore capaz de abrigar à sua sombra todas as raças, todos os povos, todas as gerações que exaustas de tanto matar de tanto morrer, cansadas de servirem de instrumento aos vilões que se transformam em algozes de povos, cansadas de serem algozes quando por sua vez são vítimas dos que não vem neles senão instrumento de que precisam para seus fins, buscaram-na como asilo seguro para a vida, como o viajor extenuado busca oásis no árido deserto.

Houve um tempo em que me sensibilizava ouvir a leitura daqueles passos do grande martírio, e aquela leitura acordava-lhes na alma sentimentos, que ainda não podia compreender, porque era feita pela voz suave, cadenciada, de minha mãe, jovem ainda; e eu chorava porque via-a chorar entoando com uma voz angélica um canto do qual a memória guardou uma estrofe para presentear-me hoje:

*“Adoro-vos meu Jesus  
Pelos homens condenado,  
A levar em vossos ombros  
Esse madeiro pesado”*

À tarde, quando o sol parecia buscar seu leito de repouso, por trás da serra que limitava nosso horizonte, e que se transformava numa vasta zona enegrecida que eu julgava ser o ponto de união entre a terra e o céu, e os derradeiros raios da luz de urna vinho, dourando as folhas brilhantes das árvores e o feno do campo, clarear, sem expressão e sem tom, as paredes da nossa casa, e, o oculto ele, as nuvens do ocaso continuavam a dar-nos essa luz indireta, conservando no céu uma zona de ouro quando a terra já se mergulhava nas pardacências do crepúsculo, quando tudo repousava, minha mãe, pensativa, com sua alma de santa, a peregrinar nos mundos ignotos aonde se vai, seguindo as crenças, pelo caminho da

morte, fazia-me repousar no seus joelhos a minha cabeça infantil, e lia-me todas aquelas cenas do martírio do grande humanitário, toda sua agonia, o seu suor de sangue, o cálice da amargura, a traição de Iscariotes, o calvário, a esponja com vinagre, o insulto ao moribundo...

Meu espírito infantil chegava duvidar de Deus ou a censurá-lo por, tudo podendo, não fazer abrir a terra para engolir aquele povo perverso que martirizava, que matava, que insultava ao que buscava arrancar dinheiro, da miséria, da infâmia, da opressão.

Eu não podia compreender que a punição não é somente dada pelo flagelo, que ela é, não remorso que só punge as almas boas que desvairar, o medo, o receio da queda, a escravização a instrumento de que lançou mão o que quis oprimir e que eternamente será oprimido por ele, e ser tratado pelos mercenários que comprou, não como senhor, mas como escravo, não como chefe, mas como cúmplices.

É a união da infâmia. Seus afagos são como os do salteadores, de punhal em punho. Dá-me a minha parte ou eu tomo toda a sua e mato-te.

O que se passaria em tua alma, ó minha mãe, tendo no teu regaço o filho primogênito enquanto pensavas nos mártires de um filho e nas dores de uma mãe que o vi-a morrer? Talvez no teu espírito representasse aquela cena cruenta, a figura de teu filho, como a minha apresentava o teu gosto a semente da imagem da Conceição, que tínhamos em nossa capela como se o pintor te tivesse tomado por modelo

Talvez que, quando num gozo inaudito da atualidade se anunciou a minha morte, tu te lembrasses do meu cadáver exangue em meio dos de bravos companheiros, motivado pela faca da *legalidade*, como o amor de Cristo descido da cruz, na quietação do sepulcro, devia estar no pensamento de Maria, a Mater Dolorosa, enquanto Herodes festejava em Palácio o seu triunfo e Cesar, o *Magnanimo Protetor* deliciava-se na ordem e no progresso de Capria.

E a noite percorria lenta o espaço com seu cortejo de trevas como triunfadoras, enquanto, após surgiram as estrelas, ora dispersas como medrosos, depois acumuladas, brilhantes, como novo exército a combater as trevas, e a lua despontava lenta, envolta em nuvens, como esposa abandonada que debalde buscasse seu esposo que lhe fugisse pelo caminho do Sol.

E o silêncio é interrompido pelas aves notívagas que pousavam no nosso pomar, enquanto as aves

aquáticas boiavam nas águas prateadas da lagoa, e os pirilampos cruzavam no espaço como estrelas filantes.

Minha mãe falava que na dignidade do homem que não consiste na grandeza pelo crime, falava-me no amor ao próximo tendo como exemplo Jesus, falava no amor da Pátria tendo como exemplo os nossos irmãos que com a vida reivindicam-lhe a honra nos ingratos campo do Paraguai, talvez aquela mesma hora.

E a noite adiantava-se e meu espírito adormecia, e eu sentia enfim, com o calor dos lábios da minha mãe que me beijava a umidade de suas lágrimas que umedeciam-me as faces, como o orvalho celeste umedece a débil planta que desponta em cinerosa várzea.

Hoje, aqui entre centenas de companheiros em cujos lares distantes não ressoam senão gemidos e soluços, como se Deus tivesse deixado de ser justo, ao cair de uma chuva torrencial, escrevo estas linhas enquanto eles dormem com as armas na mão para não morrerem indefesos como muitos, como as crianças da Galiléia, pelos soldados de Antipas.

---

## **ECO DO SUL, 13/05/1896 P 1**

### **Os voluntários do martírio (Fragmentos)**

E o pensamento que passa em revista todas as cenas do passado, vai, penetrando pelas fissuras do cérebro, acordar imagens adormecidas há anos, vivificar os panoramas que, então, passavam despercebidos como coisa comum e natural, e hoje, coloridos pela saudade, vistos na sua simplicidade através do prisma do sofrimento, vem-nos antes dos olhos, revelados pela memória, com a suavidade de um sonho sonhado entre as luzes cambiantes de uma aurora que se dissipa ao despertar em meio da noite escura, em que fuzila o raio e geme o espaço pela passagem devastadora do tufão.

E, como pungente contraste, nos faça esquecer o sofrimento do presente, a incerteza do futuro, e nos leva a viver nesse passado que se vai apresentando, nítido, claro, como a extensão velada por densa seriação que os raios do sol vão destruindo e o nosso olhar vai descortinando até o limite extremo do horizonte.

Sê bendita, ó memória, que conservas, intacto, esse tesouro inestimável de lembranças, que do sofrimento do presente, vem suavizar a angústia, como o bálsamo santo suavizava as dores dos Paladinos das crenças, quando feridos.

Vamos, vem comigo, caminhemos até o ponto inicial da sensação do nosso viver, leva o meu espírito

pelas campinas, pelos bosques, pelos prados, pelos lagos, pelos canaviais, pela serra onde deslizou-se tranqüila a minha infância. Como abelha que voa de bosque em bosque onde exalam perfumes suaves as flores das acácias, de charneca em charneca, onde parecem renascer do lodo as imaculadas flores das ninfas, de floresta em floresta onde no solo vicejam os lírios e nas árvores os parasitas rubros a sugar o pólen das flores donde extraem o néctar que lhes alimenta o corpo, minha alma com o teu auxílio encontrará a seiva que nutriu-lhe durante anos e repousará nas ondulações do passado, como em berço da infância, as horas de insônia desta noite tormentosa.

Se hoje comemora-se o luto pelo martírio do que com — **simples palavras** — que lhe causaram a morte, abriu as gerações futuras as portas largas da justiça absoluta, do direito incondicional; proclamam a igualdade do homem, sem o direito de baração e entalo do mais forte, fez de cada qual o juiz de seu irmão, mas que julgasse depois de examinar se estaria limpo dos crimes que ia julgar, que não dava o direito de superioridade, sendo a virtude, a bondade; que trabalhava para arrancar aos ignorantes, aos fracos, de corpo ou de espírito, das unhas dos celerados que, pela infâmia, pela doubles, pelo crime, pelo roubo, pelo assassinato, pelo terror impunham-se como lobos famintos de faces regurgitantes de sangue, se imporiam a um rebanho de ovelhas, esquecendo-se de que a dignidade humana não consente viver na escravidão, no aviltamento, é justo que alemos o nosso espírito e voemos por esse caminho percorrido, avivando fase por fase, fogo por fogo, suavidade por suavidade, em contraposição dos que no *progredir* não deixaram na passagem senão ruínas, destroços, sulcos de dores, e de misérias, e que no apogeu, quando todos dizem que eles são senhores absolutos, brada-lhes o conhecimento íntimo:

“Não sois mais do que escravos do crime, do que almas vendidas que para viver tendes de assumir a paternidade de todos os horrores que cometeram em vosso proveito e em vosso nome; que, mesmo quando ante esse acervo de ignomínia a consciência vos pergunta — por que não pairais em vosso caminho?” o crime os obriga a responder: — Dei a minha alma ao diabo; só tenho um bem — é o mal”.

Doutor Ângelo Dourado

---



**Parábolas**

**I**

**A louca**

Era ela mais digna e honesta matrona.

Moça ainda já se orgulhava de lançar os olhos sobre a numerosa prole a vê-la digna, forte, unida, modesta e respeitada.

Ela se orgulhava disso, e se julgava igual àquelas matronas antigas que se julgavam imortais pelo caráter másculo de seus filhos que se tonificavam no sofrimento, e se imortalizavam nos campos de batalha contra o estrangeiro, e cujos corpos eram trazidos sobre os escudos, não para provocarem lágrimas efeminadas, mas para que os vivos ouvissem os oradores que em presença do cadáver dos homens narravam os feitos gloriosos dos heróis.

E aquele povo forte sentia a chama ardente do patriotismo galvanizar-lhe na alma, marchava orgulhoso para o campo da morte sorrindo alegre para imagem suave daquela mãe adorada.

Um dia, foi depois de um bacanal, muitos filhos, os que ela mais amava por que era em quem mais confiava, bestializados serviram de auxílio para os maus que, ansiosos por entrarem na posse absoluta da fortuna comum, destruíram a todos os irmãos que lhes moderavam os ímpetos de maldade.

Ela bestializada também recebeu a nova cruel, como se fosse um bem.

Despiram-lhe suas vestes modestas e convenceram-na que devia usar as vestes dos arlequins saltimbancos.

E ela vestiu. Não era mais a matrona honesta, era a barregã dissoluta.

Os próprios filhos levavam-na a prostituir-se em leitos estranhos ou traziam estrangeiros para dormir naquele leito então tão casto.

Estava escrito porém, que a punição não tardaria.

Os mesmos que a degradaram no afã de serem os únicos possuidores das vendas e das joias começaram a devorarem-se.

Os que não tinham até então recebido nenhum quinhão dos proventos tiveram de receber o quinhão do sacrifício.

Começou a correr o sangue de irmãos tirado por irmãos; e enquanto estes matavam e morriam, os que mandavam matar e morrer amontoavam para si as parcelas pertencentes aos mortos, e achavam que isso era bom; que deviam morrer todos porque assim só eles ficariam donos dos tesouros.

Um dia, que foram ver aquela respeitável matrona, encontraram-na louca.

O desrespeito, as injúrias haviam sido tantas que apagou-se-lhe de todo a luz do Espírito.

Uma sua rival porque tinha zelos do seu nome sua fama, sabendo que ela se tinha transformado e decaído tanto, mandou-lhe seus filhos afim de verificarem se tudo isso era verdade.

Os filhos traidores vestiram na de galas para aparentar antiga majestade, mas ela, a louca, foi além. — Rebocava-se no lodo de sangue e miséria de seus próprios filhos, para parecer correta antes seus hóspedes...

E os filhos criminosos esbofeteavam-se, matavam ao mesmo diante desses hóspedes para apoderarem do prato de lentilhas, dizendo para os hóspedes: — assim é que compreendemos a honra. — não é verdade que somos um povo honrado?...

Dizem que alta noite, quando tudo repousa, a louca medita e chora — e clama por aqueles que ela viu partir para depois começar a orgia. — Mas sente junto de si uma figura sinistra que lhe diz:

Louca... Matar-te-ei antes que eles voltem... E esta figura é a dos filhos que ela mais amava.

Então num gargalhar de dor — ela disse — não — não.

Vós sois os que me amam — vós sois os que me sabeis amar.

Bagé, 1 de outubro de 1896.

Doutor Ângelo Dourado.

**Parábolas**

**Solar improvisado**

Era um bom homem o João Pereira de Moraes. Calmo sério honrado. Na aldeia onde vivia era muito respeitado, sobretudo porque trazia o rosto sempre bem barbeado, inclusive o bigode e nos dias de domingo vestia umas calças de casimira clara, um colete de seda, uma gravata de laço e mola, sobre a qual o colarinho branco de sua camisa dobrava-se ligeiramente, uma sobrecasaca cor de rapé e que o tempo tornara cor de barro, com gola de veludo que fora cor de café e que o tempo transformara em cor de raposa.

Quem entrasse na aldeia, veria sempre sentado na porta de sua casinha o senhor Pereira de Moraes.

Sempre lendo; lia muito o senhor Moraes. Sabia de cor a história verdadeira de Carlos Magno então revia se naqueles valentes personagens.

Era um guerreiro.

Estava à cintura uma velha espada de copos de aço que na mocidade lhe tinha servido para correr cavalladas, e passeava de um lado para o outro, olhando para o mato fronteiro onde se via as ruínas da antiga casa do Capitão-mor, seu tataravô, e parece haver ali

encerrada aquela bela Floripes que o amaria decerto se estivesse ali porque era ele o único homem asseado da aldeia e então vinha-lhe à mente defendê-la além da velha espada, deitava ao ombro uma velha lazarina de que tivera o cuidado de amarrar a pedra com uma corda por falta de parafuso para não falhar fogo na hora do perigo.

Porque perigo havia.

Ali estava Floripes. É verdade que ninguém a via, ninguém a conhecia senão por ele dizer que ela estava ali, e seu nome escrito no livro, e ele dizia com entusiasmo em alta voz:

Eu te juro Floripes, real princesa que adoro desde que nasci, que ninguém te roubará ao meu afeto.

Todos os meus súditos se levantarão, surgirão da terra para salvar-te.

Ela tal a exaltação de Pereira que já se cantava pelas estradas.

O Pereira do Arraial,  
Parece um Napoleão,  
Já passeia na calçada  
De clavínote na mão.

Nas horas de cansaço de tantas batalhas, tantos combate singulares ele lembrava-se que tinha fome e chamava por Quitéria, a sua velha caseira, que servisse-lhe uma iguaria capaz de dar força um guerreiro que não repousava hora nenhuma, tal era o número de inimigos que o cercavam, as ciladas que ele arrumava, mas que ele estava firme no seu posto, e com sua espada, e o seus 12 pares era invencível e a boa Quitéria teria trazido-lhe um bom prato de feijão com algumas ervas e ele devorava e achava soberbo aquele manjar.

Era disso que se nutriam, dizia ele, porque naquele tempo ainda não havia nem boi nem vaca, nem cabras nem cordeiros — era tudo erva, legumes, por isso eram fortes.

Mas para um guerreiro, para quem tinha de dar leis a povos, era preciso estudar a natureza humana — e o livro em que ele estudava as desgraças sociais que tinha de corrigir era o da princesa Magalona, e do cavalheiro Pierre que ele pronunciava Pierré.

E a Quitéria, sua única companheira, acocorava-se a seus pés, acende um cachimbo de barro e punha-se a ouvir e ele lia pausado, soletrado... Então passando por baixo de uma árvore segurando as rédeas do cavalo — ele dizia: árvore rédeas. E em pouco começava chorar choravam de tristeza.

Mas ele se erguia e dizia — Hei de salvar também a essa infeliz princesa.

Nos meus domínios só hei de querer justiça. Não contrariarei a vontade de ninguém.

Um dia chegaram-lhe à porta indivíduos de uma má catadura.

Vinham-se ocultar ali fugindo da polícia. Tinham saqueado uma fazenda juntos e formavam o plano

de se ocultarem onde não fossem facilmente surpreendidos.

Chegaram justamente quando João Pereira lia uma façanha brilhante de cavaleiros que surgiam sem saber como na hora do perigo.

Ele lia alto, e os recém vindos ouviam, e como todo velhaco, compreenderam tudo.

Quando terminou a leitura pôs-se a gritar: pajens, meu cavalo de batalha, Florípes a bela Florípes vai ser roubada, vão assassiná-la, vão comê-la.

Hei de salvá-la, ou hei de morrer com ela. Oliveiros, Roldão, meus companheiros...

Prontos, respondeu um dos fugitivos da polícia.

Quem são? Perguntou João Pereira.

— Este é um príncipe da Germânia, que numa pequena canoa atravessou o mar e foi tomar ao sultão...

— Olá! Disse João Pereira, valor igual só se encontra nessa raça privilegiada que luta para arrancar o mundo da escravidão...

— Este é o senhor de Trebizonda.

No seus domínios caminha-se sobre cadáveres de infieis.

Seus súditos enriquecem com os bens dos infieis.

Em suas casas são troféus os membros dos infieis, seus...

— Ó! Valente mancebo...

— Cuidado, muito cuidado com ele; e de poucas conversas e de pouco os afetos.

Pensa em destruir o mundo para criar uma nova espécie.

— Então devo fugir dele?

— Não. Deve obedecer-lhe as vontades.

Este é o valente Oliveiros, seu companheiro; veio de Trebizonda até aqui não deixando nada em sua passagem.

— Olá! Meu querido Oliveiros...

— Eu sou Roldão...

— Roldão? O senhor? Como a gente se engana! Pois eu era capaz de jurar que lhe vi no arraial da Furna ajudando missa, tocando o sino no dia de finados, e distribuindo a terra para sepulturas no cemitério.

Era por incauto.

Falara cumprindo a sina que uma feiticeira africana me deu ao nascer.

Tocaria sino a mortos, depois fazia matar a tantos vivos quantas badaladas deí.

A mesma sina tens tu, o nobre rei Carlos Magno, que aqui vive incógnito...

— Então eu sou o rei Carlos Magno?

— Sim. Aí está o teu Palácio, onde Florípes com suas próprias mãos faz-te a cama. Vem conosco. Une tua sorte à nossa. Serás o rei e eu, e os da Trebizonda, teus conselheiros.

No outro dia pela manhã dizia João Pereira a

Quitéria:

Vou te abandonar Quitéria, minha companheira de encanto. Vou desencantar-me. Vou ser o que eu — Carlos Magno — e meus companheiros me esperam no vale de Rocenvaux, onde Florípes me faz a cama; e ao sair, levando a espada lazarina, os meninos cantavam em torno dele.

Ora, adeus, João Pereira de Moraes. Você dali não volta mais.

Sobre os antigos alicerces com que começaram antigamente um vasto e sólido palácio, existe apenas um rancho em ruínas, onde as lagartixas e as cobras passeavam; onde cantávamos grilos e o sapos, e por cujo teto de cume envelhecido caía chuva, que diluindo a terra vermelha, formava nos pavimentos poças de água semelhante a sangue.

Quando João Pereira chegou ali perguntou se era aquele o seu palácio, responderam:

— Sim. Os bandidos infiéis puseram-no assim, e ataram a pobre Florípes, que dá gritos de dor. Devemos defendê-la

— Sim, sim; defenda-mo-la.

Saíam os cavaleiros, e quando voltavam traziam consigo os roubos feitos na mísera aldeia. Mostravam João Pereira, dizendo que tinham tomado dos infiéis que estavam próximos a salvar Florípes. Quando na pista dos ladrões chegavam até ali, e viam a figura triste de João Pereira, os perseguidores voltavam dizendo:

Não, não é possível, o pobre louco João Pereira é honrado, não podia ter feito isso.

Tinha aumentado o número de comparsas. Toda a vagabundagem se alistara, porque os rendimentos eram sofríveis eu trabalho pouco.

Um dia, numa divisão, um sabotou o outro.

Senhores, senhores, respeitem-me. Assim não salvamos Florípes. O esbofeteador chegou-se a ele e disse:

Então devia deixar roubar o que era meu, eu o melhor defensor de Florípes!

— Não, não, você tem razão; você defende Florípes.

Vendo isso o esbofeteado veio e deu um tiro no esbofeteador.

— Senhor, senhor! Um tiro. Sangue! Podia ter me acertado a mim. Um tiro se pode ouvir longe e dizer aos infiéis que estamos brigando...

— Então, disse o atirador, devia me calar, depois de esbofeteado, eu que me tenho sacrificado por Florípes?

— Não, não. Você fez bem; ambos tem razão.

Mas, pensando no caso, declarou que ia-se embora; então Roldão disse:

Vai, melhor, porque Florípes só quer casar com o de Trebizonda.

Afinal, um dia que os habitantes do lugar certi-

ficaram-se de que o pobre João Pereira era apenas um testa de ferro, e que ali moravam os ladrões, tentaram sitiar um velho pardieiro. Fugiram todos, levando seus haveres, e a velha Quitéria chorando junto a João Pereira, ouvira-o dizer: levaram, roubaram Florípes.

E ela dizia: eis aí está o que se fazem os livros em quem só sabe “assolettrar” e quer ler...

Bagé, 6 de outubro de 1896

Doutor Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL, 14/10/1896 P 2

### Doutor Ângelo Dourado

Este nosso distinto amigo, um dos mais intrépidos e generosos defensores da liberdade Riograndense, vai iniciar em Bagé uma série de conferências políticas, que muito deve incluir no ânimo popular para o cumprimento do dever cívico.

As primeiras teses de que se vai ocupar o espírito patriota são:

“Quando os maus governos arrastam a nação para o aniquilamento, o povo é co-réu por crime de omissão”

“O povo que não dá valor ao voto, não é formado de cidadãos”.

Aplaudimos a ideia do nosso ilustrado prestigioso correligionário, que, sempre na brecha, visando o levantamento do caráter popular, e cumprindo a farta os deveres de cidadão brasileiro, não se esquece nunca da Pátria, por cuja felicidade tanto se esforça.

Avante!

---

## ECO DO SUL, 29/10/1896 P 1

### Ontem e hoje

Estão muito vivas ainda as impressões de fato sucessivos que acarretaram para esta infeliz Pátria, essa onda de lodo que envolve e de que para expurgar se será preciso uma drenagem profunda e sábia, antes que a concreção da lama a asfixie para sempre.

Contudo, convém lembrá-los para avivar a memória adormecida de muitos.

Todos viram ou sabiam quanto prestígio gozava o soldado do exército brasileiro, prestígio nascido da estima pelo respeito de que ele se cercava.

Para restabelecer a ordem alterada em qualquer ponto longínquo do sertão, onde se preparavam lutas sangrentas, bastava o aparecimento de um soldado de linha, porque aquele soldado representava o exército brasileiro, corpo formado de patriotas tirados de cada família e por isso era e devia ser querido

por todos como parte sua.

A solidariedade por sua vez dava prestígio ao soldado que buscava corresponder a confiança nele depositada.

Vi mais de uma vez, forças de linha, ou destacamentos comandados por um sargento, desempenhar em comissões difíceis, com toda correção, sem que os chefes das parcialidades litigantes pudessem acusá-los.

Eu tenho esperança de que o veneno lento da política interesseira não tenha atingido a essa fonte dos oficiais do exército porque seria motivo da morte lenta ou da loucura desse mesmo Exército.

Pouco a pouco a lepra da política interesseira foi se propagando no exército até envolvê-lo na túnica de Dejanira.

Começou então uma certa irritação entre os próprios oficiais do exército, que pertencendo a parcialidade política, viam seus atos profligados pelos da política oposta.

Foi daí que nasceu aquela agitação latente que veio a explodir, na questão Madureira, que depois tornou-se — questão militar.

Madureira era republicano.

O visconde de Pelotas, liberal, senador, amigo devotado do imperador e do Conde D'Eu, e seu companheiro de armas.

Deodoro, amigo devotado como toda sua família, do Imperador, conservador, presidente do Rio Grande do Sul e a quem o velho Cotegipe escrevia dizendo: — você é o substituto do Caxias no exército.

Além do antagonismo político Deodoro era inimigo pessoal do visconde de Pelotas.

O coronel Madureira tinha incorrido em uma falta; ministro, "ex-auctorite" sua, censurou esta falta.

Era uma ofensa ao exército, disseram. Pelotas e Deodoro, inimigos e adversários abraçaram-se na rua dos Andradas, em Porto Alegre.

Tinha-se unificado a classe, e a luta militar nasceu, para salvar no decorrer do Exército Brasileiro.

E o exército se levantou. Ninguém pensou então nem nas deportações, nem no soldo, nem no sofrimento da família.

Era a dignidade humana mostrando-se no que se pode chamar a beleza do sentimento.

Ela dava ao exército esse colorido majestoso que transforma figura mais comum em seu ideal, como se tivesse sua origem no Olimpo.

E a questão tomou um caráter desusado na indolência do nosso povo.

De um lado estava governo, o chefe e árbitro da nação, do outro estava o exército, que sendo criado com único fim de defender sua honra, é o seu representante permanente.

Manchá-lo é infamar a pátria — censurar um de

seus membros sem provas ou sem os trâmites legais, era manchá-lo.

Eu me recordo bem — de duas sessões do Parlamento. Uma na Câmara, onde Afonso Celso Júnior, com abnegação das almas sonhadoras encaravam a censura, contra direito, feita o exército como uma ofensa feita à pátria, e já rouco de tanto falar ele terminou seu discurso — "não ceder, não ceder, não ceder."

Afonso Celso foi depois uma das vítimas, enquanto os que provocavam e sustentavam a questão como os militares, "aderindo", transformaram-se em protetores da república cujo berço foi transformado em balcão onde se vende a honra da pátria e compra-se consciências, como nos lupanares onde os cafetões vendem a honra das mulheres inexperientes e habitam em casas onde se vestem de honradez.

A outra foi no Senado. O imortal Barão de Cotegipe, de profética memória, discutia a questão, procurando fugir de toda e qualquer irritação.

Referindo-se a Madureira, falou com cara de riso, que era uma questão bizantina.

O velho visconde de Pelotas, doente e fraco ergueu-se como impellido por uma mola de aço e dirigindo-se ao grande brasileiro, ao Senado, dos tempos em que o Senado era composto só de homens dignos, que não havia um ali despachante de alfândega demitidos por peculato, ao presidente do Conselho, ao chefe de um partido prestigioso, bradou-lhe: — não ria, não ria porque está se referindo um coronel do Exército Brasileiro.

O exército fez a República em nome do povo, porque era preciso que todos fossem "cidadãos".

Não foi ao exército a quem coube a parte do leão. Só pode criminar ao exército, dar-lhe a hegemonia nos desastres da Pátria, quem não vê a quem não toma pulso a todas as suas misérias e sofrimentos.

Aumentaram o soldo, é verdade, mas o câmbio pôs o soldo de um alferes ao par do soldo de um sargento nos tempos normais.

A parte do Exército foi a do sofrimento.

Disseram que a República foi feita por ele, por isso é imortal. Como todos os crentes o exército aceitou o aforismo, e começou a sofrer.

De lutas cruentas, selvagens, incompreensíveis, hoje, ele assumiu a paternidade.

Morriam os soldados no campo de batalha, porque, as vítimas cansadas de sofrer, lembravam-se que a vida só é compatível com a dignidade; as famílias dos militares se cobriam de luto, os órfãos dessas famílias sofriam fome; a nação sacrificava-se contraindo compromissos que a geração não pagará em um século.

Dizia-se à nação que esse compromisso era para salvar a honra da Pátria, para pagar a valentia do exército lutador.

O exército ficou na miséria — sofre misérias, e os que nunca brigaram, que nunca dormiram numa barraca, são capitalistas, ostentam luxos, insultam a pobreza dos valentes e bradam — viva a república!

Para esses, o exército brasileiro foi e é o mesmo que os antigos escravos das fazendas, trabalhando dia e noite para os senhores moços poderem se entregar a depravação nas cidades.

Consinto que me chamem de mentiroso quem me provar que a sorte do soldado do exército brasileiro é melhor do que as dos escravos das fazendas.

Não bastou, porém, a esses roubadores da honra e do ouro da Pátria o sacrifício material do Exército.

Quiseram mais, fizeram o sacrifício moral.

Não houve celerado que não tivesse uma farda de honorário; não houve militar digno que não fosse punido.

O general Telles foi morrer num posto de honra, comandando uma força que devia ser comandada por um oficial subalterno, porque falou contra os horrores cometidos pelos futuros dignificadores.

Não há um oficial superior que não tenha sido enxovalhado quando não quis ser instrumento, porque então será tido como honra da farda, honra...

Os inferiores são deportados para Mato Grosso.

É a antítese de tudo num passado que não vai longe.

Pensando sobre isso, tem-se direito de julgar que aquela hombridade do Exército nos últimos dias da monarquia, quando se jogou ofendido foi feito de uma mistificação, porque nesta república que ele fez não há apodo que não se tenha sido lançado pelos homens do governo.

Excetue-se as deposições do general Clarindo e pelotas porque ocupavam cargos políticos e portanto estavam sujeitos a lei eterna desta república, lei congênita original, única que a nação terá de adotar.

O que se acaba de dar na câmara orçamentária de Porto Alegre indica que o gênio do Exército Brasileiro está morto e que bem o conhece o senhor Castilhos que orgulha-se de ter sido seu chefe durante a guerra civil que provocou.

Ali naquela reunião atirou-se insultos, insultos que foram aplaudidos, à dois generais do Exército.

Esses insultos não foram os das vítimas que têm o direito de rebelar-se contra todos os que lhes causam sofrimentos, não, foi do governador do estado em documento oficial. Esse mesmo governador que ali foi posto pelo senhor general Bernardo Vasques, que teve em suas mãos o exército como uma foice de ceifador de vidas.

O general Galvão fez cessar esta ceifa e é por isso insultado.

Pensou em continuar como antes da guerra civil, o general Cantuária se opôs a isso e foi insultado.

Ordena ou acoroça o morticínio, o general Gui-

marães não vê, recebe por isso elogios.

Felizmente para nós, para os que sofreram e sofrem os horrores da “legalidade”, um insulto do senhor Júlio de Castilhos, honra, porque indica que tem sentimentos e desígnios contrários aos seus como mancham e desonram os seus elogios.

Particularmente poderíamos dizer ao general Galvão: “parabéns amigo, continuas a crescer em dignidade entre os beneméritos da Pátria porque o ‘homem’ continua a nos odiar”; mas ali não se refere ele a dois homens, refere-se a duas altas patentes do Exército, insulta no desempenho de suas comissões, sem que eles possam apelar para um conceito de guerra.

Não fora a hecatombe que ameaça a esta desgraçada Pátria, devíamos, nós que nunca sofremos mais em tempo algum do que já temos sofrido, dizer quanto pior melhor.

Mas não. Quem está morrendo é a pátria e com ela o exército.

O senhor Castilhos tem um plano risonho: inutilizar no exército todos os que possam entorpecer a marcha de suas ambições, entregá-lo ao senhor general Elias Amaro. Quem sabe?

Talvez consiga.

Depois do que se tem visto, de que se pode admirar?

E o senhor Júlio de Castilhos mesmo que esquecido de que os tempos forçosamente hão de mudar, tarde ou cedo, quem escreve no seu jornal, como governo, “que não há quem possa pôr obstáculo à vindita popular que se aparelha contra os celerados...”

Está escrito... Quem com ferro fere com ferro será ferido.

Deve aproveitar a época o senhor governador do Rio Grande.

Transformou seu jornal de propaganda em “Père Duchesne”.

Os gritos de angústias dos oprimidos, súplicas dirigidas a quem prometeu garantias, são levados a li ao ridículo pela linguagem do cinismo feroz.

O povo francês então não era diferente do povo brasileiro de hoje.

Tinha o mesmo caráter sofredor, a mesma resignação estoica, mas levantou-se um dia e a guilhotina foi quem vingou as vítimas dos que o tornaram assassino.

Um dia depois do outro, é a lei eterna.

Espere quem puder, espere que verá quem puder ver.

Bagé, 24 de outubro de 1896.

Doutor Ângelo Dourado

### **As festas**

Não é preciso ter um espírito muito atilado para observar-se o que vai de repugnância no espírito público por estas festas oficiais que comemoram as datas republicanas.

A república que apareceu no Brasil sob os auspícios de uma paz rara, de maior amor à pátria por parte do seus pró-homens, do que a instituições e interesses, em pouco começou a mostrar os hiatos que deformavam o pensamento do seus fundadores.

A República imposta ao Brasil foi uma surpresa, e para torná-la viável nada mais era preciso do que torná-la honesta e humana. Mas, como primeiro triunfo da ousadia arrasta sempre a outros cometimentos mais ousados, os homens do poder consideraram a nação apenas um vasto trigal que podiam ceifar sem que, quem quer que fosse, se pedissem contas.

Em pouco tempo viu-se acordar em todos os pontos os direitos à herança da nobre enclausurada. E, em pouco o povo viu mediocres, ou nulos desconhecidos, ostentarem o luxo, a riqueza, como se a pátria fosse um inimigo vencido em batalha por eles e por isso com o direito ao “carcheo”.

Raro é o ponto do Brasil que não se veja um desses espertos arrecadadores da fortuna pública, enquanto o povo, os homens sérios, as famílias honestas, circz em os rasgões da roupa velha por não poderem comprar outras, vendem as joias que guardam lembranças de dias felizes para comprarem coberturas para não tiritarem de frio, diminuem o alimento, e apreensivas pelo dia de amanhã que traz fístico fatídico — fome e a guerra —, esperam que a providência seja a interventora, como se a providência pudesse existir para povos, cujo governo só conhecem os gozos pessoais.

Depois de extinta a seara, surgiu o desejo de outra de diversa natureza, mas mais palpitante, mais cheia de emoções. É da natureza dos espíritos perversos buscar em sensações crescentes, prazeres desusados mesmo que seja nos lupanares, mesmo que se transformem em selvagens.

Não bastou a pobreza e o descrédito da nação em transformação da república em planta marinha. Luziram tão bem as festas da morte, o sangue de seus patrícios, fossem dos que não se curvavam a ordem de senhores, fossem dos escravizados ao poder ou a ilusão de crenças.

Eram precisos gemidos, misérias, sofrimentos incriveis, abandonos, viuvez, orfandade, mutilações de cadáveres, insulto as vítimas agonizantes no patíbulo, e sobre esse montão de horrores o grito de viva a república, que tornou-se tão digno, como os deuses

selvagens devia ser digno o fumo nauseabundo que subia em espirais, produzido pelas carnes crepitantes das vítimas queimadas vivas sobre o altar do sacrifício no monte Garizim.

Cheia a taça da amargura transbordando no espírito dos que não sabem se guiar senão pela dignidade, o solo da pátria embebeu-se do sangue de seus filhos, e as ambições, as apreensões individuais, anularam todo aquele descomunal sacrifício, e os heróis verão que foram mais felizes os que descansam na santificada campanha, do que os que sobreviveram para ver em que as raças cavalheirescas só podem servir de vítimas para os algozes, de instrumentos para os espertos — Robertos Macarios.

E a nação viu todo sacrifício perdido, viu a vitória da iniquidade e como leão altivo que acordava com o seu rugir os ecos prolongados nas cavernas do Líbano, e depois na jaula obedece ao aceno de uma frágil mulher, e recebe sobre os lombos a vergasta que o insulta, cala e treme, e prefere a infâmia à glória, porque seus filhos foram criados ou nas fazendas vivendo pela magnanimidade do senhor, ou na incapacidade do querer, tomam como um favor, uma graça, um pouco do que é seu, que por direito nesse pertence, mas que o astuto dá-lhe insuficiência, como os ladrões que consentem que o deserdado habito no campo que derrubaram.

A República no Brasil que começou por um crime, poderia ter se feito amar, assim, ela seria de todos, e os povos, como os homens esquecem o passado, esquecem o lar onde embaralharam-lhe o berço ao som das cantigas maternais, para irem longe buscar enterros diferentes, em climas contrários, o lugar onde se possa edificar as choupanas que serão suas, que seus filhos melhorarão; mas se nesse país, nesse clima, ele só encontrou o sofrimento, só encontrou a opressão, esquecem-se de que tem diante de si uma floresta, o mundo, e voltam o pensamento para o pobre lar onde até o pão era escasso, mas tinham certeza de que o teriam enquanto tivessem força e amor para amassá-lo; tal foi a República que nos deram, que não pode ser amada porque não se ama a terra que se revolve para tornar fértil, somente em benefício de outros.

Foi o exército que fez a república, mas o exército sofre como sofrem os brasileiros que não estão nos celeiros deixando lá fora a honra.

O exército pagou seu tributo de sangue como paga o seu tributo à miséria.

Já se suicidam por miséria, já andam nus, já corpos que mais lutaram, que mais se distinguiram em bravura, recebem para todo um ano uma camisa e uma ceroula, e o ministro manda em ordem do dia dizer que considerem pagas as roupas a que eles têm direito e que deixaram de receber desde dezembro de 93 até dezembro de 95; e a nação, e o pobre povo

viu diminuir o pão para pagar o imposto que deveria cobrir a nudez do que só tem por fim defender a honra, e eles andam nus, e não se sabem em que mão de honorários feliz foi parar o que lhes pertencia.

Fazem festas, acordam o silêncio da plácida noite de luar com as músicas, é a artilharia troa.

Há músicas também depois das batalhas, proa a artilharia para festejar o triunfo, mas nos olhos dos que executam essas harmonias, dos que fazem o canhão troar os lares, há lágrimas porque no campo da batalha ficaram adormecidos para sempre os irmãos, os pais, os filhos, os amigos, e se essa batalha é numa guerra civil provocada pela insânia dos governos, há mais uma vítima, uma grande vítima que não tem voz para lamentar e só tem lágrimas de sangue, é a pátria — ela que se mutila, é ela a quem se mata.

Festejam por ordem superior, mas o povo, o que leva as alegrias espontâneas para o alarido das festas justas, cala-se e olha como vítima, porque cada nota de música, cada tiro de canhão, acorda -lhe no peito a saudade de um ente caro que o Minotauro devorou em nome da república, e desviou os olhos desse passado de ontem, para encarar resignado esse futuro mais cruel com que ele acusa o dia de amanhã.

E depois das festas recai o silêncio, a tristeza e um sol esplêndido derrama ondas de luz sobre a campanha, onde desapareceram os mártires gloriosos, e ao esconder-se, dá relevo aos perfis dos gigantescos eucaliptos, que semelhante aos ciprestes neste vasto cemitério que se chama Rio Grande do Sul.

Não, não, são as festas oficiais que galvanizaram os espíritos a título de amor essa República; não são os canhões que conservaram eternamente aterrorizado ao leão prisioneiro.

Ele desperta um dia e banqueteia-se com as carnes do domador; o que salvará a pátria, o que acordará no povo a alegria adormecida é somente a justiça e a honestidade.

Poderá ter ainda esses predicados esta república de alcouce?

Se pode, com isso reparar os erros e punir os crimes, tem ainda uma probabilidade de viver.

Mas já despenhou muito no abismo, já está contaminada de todas as lepras; a mais profícua terapêutica apenas poderá prolongar-lhe a agonia e se ela foi longa, a morte da Pátria será inevitável.

Cessem portanto as festas porque elas são os funerais de um povo que agoniza.

Bagé, 15 de novembro de 1896.

Doutor Ângelo Dourado

**ECO DO SUL, 16/12/1896 P 1**

### **Antônio Conselheiro**

Não chegará a ti meu grito de adesão, ó nobre fanático que leva da vida, tua e dos teus, para selar com sangue a profissão de fé de tuas crenças.

Chamo-te nobre porque nos papéis onde por conchavo infernal se diz — saúde e fraternidade —, chamam-te bandido.

Tu não terás a sorte de Cromwell surgindo, pela fé, de meio obscuro, mas derrocando trono secular, e depois perdido pela adesão dos miseráveis que antes o julgavam bandido; e depois, quando ouvirem no poder quiseram aclamá-lo Deus, porque ser — protetor — é ser quase divino.

Tu morrerás aí, nesses áridos Sertões, mas morrerás contente por que fosse levado ao sacrifício tendo por manto a auréola de tuas crenças.

Chamam-te fanático por que conduzes imagens de mártires que não mandaram matar para roubar; não exigiram o sangue de um povo para poderem dormir; não venderam a honra de uma nacionalidade para poder dominar; não mataram um país novo em nome do progresso; não aniquilaram os hábitos de uma grande nação em nome da ordem; não distribuíram a fortuna pública por alguns em nome do viver para outrem; não mandaram assassinar por interesses individuais em nome da humanidade.

E os que te vão matar, porque com os teus levas a vida em holocausto à tuas crenças, tem símbolos que eles não compreendem, porque instrumentos dos vilões que com formas cabalísticas se locupletaram, e se locupletarão com o ouro em que se transforma o suor do povo bestializado, eles se sacrificam, enquanto os Tartufos se enchem e falam em pátria e humanidade — pátria que agoniza pelos roubos praticados por eles; humanidade que ser desonra pelos crimes legais.

Teu corpo de ignorante é uma arca de concerto onde se asila uma alma que não se deixa apodrecer pela osmose da infâmia.

A vida para ti não é um caminho para o gozo, é um meio para dignidade.

Tu não terás palácios em cujas escadas se acumularão os lacaios, a se digladiarem para, primeiro beijar a mão do que por munificência, distribui por poucos a fortuna de todos.

Tu não verás, ao despertar, a esfinge do assassino de um povo, feita com bronze da arma patricida que se estragou vomitando a morte sobre o povo que, cansado de sofrer, preferiu morrer na luta, a morrer pela anemia provocada pelo azorrague cotidiano.

Não, nada disso tu verás, por honra tua.

Tu és bandido, não pertence as legiões da nobreza moderníssima, por isso não é aclamado.

Morre com os teus, com duas crenças.

Ao menos não verás, com tua alma de herói, a próxima partida do esqueleto da tua pátria, porque a vida e a seiva da tua nacionalidade, irão longe locupletar de gozos os sábios que te chamam ignorante, porque não sabes ser hipócrita, porque não sabes ser ladrão falando em bem público.

Não tiveste fineza para abandonar os protocolos italianos pela promessa da venda dos bens nacionais.

Bagé, 12 de dezembro de 96.

Doutor Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL, 31/12/1896 P 1

### Os fanáticos da Bahia

O hábito adquirido no curto espaço de tempo de “liberdade, fraternidade, ordem e Progresso”, de só combater efeitos agravando-se as causas, ou aumentando-lhes as causas, ou argumentando-lhes os fatores, hábito que se tornou lei, porque os que tem obrigação de modelar e organizar a marcha da nação pouco sem importam com o futuro dela, não se incomodando senão com o presente, nos meios de, seja como for, matando ou destruindo, se conservarem nas posições que a tradição, a surpresa, a fraude lhes deram, e que a covardia, a venalidade, o indiferentismo dos outros dão o caráter de perpetuidade; O desejo de enriquecer ou viver à custa dos cofres públicos sem se incomodarem que as fontes diminuam, por que por pouco que venha, sempre haverá o bastante para os privilegiados absorverem completamente a atenção dos homens do governo, fazem com que eles se esqueçam dos meios que deve pôr em prática para destruir as causas das perturbações, tranquilos porque para combater elas contam com o exército, pobre vítima que desde novembro de 1889 não tem tido outro mister que não matar a seus irmãos, ou morrer às mãos deles, para satisfazer os caprichos do que a velhacaria ou a indignidade colocou à frente deste infeliz povo brasileiro, digno de melhor sorte.

Vendo o que se está passando na Bahia, os homens do governo só encaram um punhado de homens a destruir, e para isso nada mais fácil porque tem Exército.

O Brasil não precisa desses seus filhos, porque o europeu virá povoá-lo, e dar uma raça melhor, branca, sem etnografia mais agradável à vista; e os soldados que morrem não causam pesar aos governos porque olha os apenas como instrumentos obedientes, por fatores da fortuna alheia, garantidores de suas posições.

Demais, sendo a grande maioria dos soldados tirados das classes infelizes pelas condições de raça

e ignorância, os governos que desejam ver seus governados serem brancos e civilizados, olha essas mortandades como um meio de purificar a raça, um escoadouro para essa infeliz parte do povo brasileiro que não se tornou branca pela posição, nem sabia por conchavo ou aclamação; mas a nação que não tem um olho para ver os privilegiados que são os que a matam e desonram e outro para ver os desgraçados que são os que sofrem, mas que nos perigos são os que a defendem e desafrontam, é quem perde, é quem sofre.

Para os indiferentes, esse grupo de fanáticos não pesa na balança. São fanáticos. Usam de práticas contrárias às da religião, que já não pertence ao estado, mas se fosse Antônio Conselheiro quem a 15 de novembro se achasse com seus 5000 fanáticos no Rio de Janeiro para abrir as portas da fortuna aos tartufos espertos, se teria glória em escrever nos papéis públicos a suas máximas, fazer bandeiras com as figuras esquisitas que eles levam como emblemas nos combates.

Tomás Anielo, ou Mazanielo, era mais ignorante do que Antônio Conselheiro, e a fidalguia napolitana de então esteve à suas ordens enquanto vira nele o árbitro do vice-reinado de Nápoles; vendo espírito o ato de heroísmo nele, quando, na praça pública, baixava os calções para voltar as nádegas para o Palácio do Duque de Arcos, Vice-rei.

O que preocupa aos governos disto a que estão dando o nome da república, é o meio de ter dinheiro para contentar aos adesivos, sanguessugas que só se desapegarão da república quando ela já não tiver seiva, o que parece ser proximamente, então se ocultaram para fazer a digestão vivendo “honradamente”, lamentando os erros dos Floriano e dos Prudente, como as que aderiram a Deodoro lamentavam os de Dom Pedro, o magnânimo, os que aderiram a Floriano, mesmo os que o chamaram **três vezes traidor**, censuravam a Deodoro, e os que se gloreavam de serem os mentores do pobre senhor Prudente, aderindo ao Dr. Manoel Vitorino, já censuravam o senhor Prudente e amanhã se ele voltar se supliciarão confessando publicamente o erro porque o senhor Prudente ser á então o sábio Ulisses, o severo Catão, o legislador Licurgo, até o impetuoso Alexandre para consolidar a república, se nos cofres houver dinheiro, ou possibilidade de obtê-lo; e o senhor Manoel Vitorino, se não houver possibilidade de voltar ao poder será um “irrequieto”, um “energúmeno”, um “díscolo”.

Tal é a única preocupação desses fatores das desgraças públicas, esquecendo que se a pátria periga, o povo autor de sua ruína das lutas que será obrigado a sustentar não poderá empunhar armas antes de punir os traidores, aos assassinos de sua pátria.

Nada é o que se está passando na Bahia para o



senhores do Brasil, como para o ignorante ou imprevidente nada é a delgada raiz de uma árvore que se intromete nas fendas das paredes de um edifício por mais espessas que elas sejam.

Não escrevemos isto para os que governam, eles só olham os cofres, escrevemos para os que ainda ama esta infeliz terra, que não trocaram o amor de filho e patriota por um rótulo E por nome de indivíduos.

Somente a estes nos dirigimos porque só estes nos entenderão.

Leiam os que tem alma de brasileiro, os que não compreendem que pátria é uma facção e verão que grandes desgraças nos ameaçam. Uma pequena nuvem pode produzir o mais devastador dos tufões se as camadas atmosféricas, aquecidas e prenhes de eletricidade estiverem na direção de sua corrente, como está o ânimo público da nossa pátria, cansado, dolorido, comprimido, aviltado, por esses pigmeus a quem a cegueira do Exército entregou o azorrague com que flagela seu corpo vil dos escravizados.

(Continua)

Bagé, 28 de dezembro de 1896.

Doutor Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL, 1º/01/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

Quando, antigamente, surgia do meio do povo um homem com uma coragem de não se vender aos eternos senhores da “elite”, diziam logo — é um profeta — profeta em hebraico quer dizer: louco. Era portanto um louco quem tinha coragem para se opor ao poder dos Herodes.

Todas as perseguições eram lançadas contra ele, é ele na consciência de que a vida de um homem é apenas um milésimo de segundo na vida de um povo, sem temer nem as fogueiras, nem os leões, sustentavam que aquele caminho era o da ruína da raça hebraica, do povo de Israel.

Somente os loucos tiveram força para dizer a Nabucodonosor, o rei vitorioso que um exército vencedor não triunfa sempre, e que os que acreditam que os exércitos e o povo, bestializados, podem transformar matérias em Deus, assassinos em heróis salvadores, só o que fazem é transformar o homem em besta.

A convicção de que quem tem um exército tem em suas mãos os destinos do povo que oprime, transforma o em fera para tudo destruir antes que o exército, sua força cega, acorde, faz-se Deus, e depois ver que só entre os quadrúpedes pode viver, — porque os que lhe viram poderoso poderão ter desejos de saber se é mortal, e a vida para eles é tudo; fogem, fingem ser loucos, adotam a vida dos quadrúpedes, contanto

que se eles deixem viver.

Foi longa a sucessão desses profetas, desses loucos como foi longa Associação dos governadores, dos assassinos, dos mercenários que vendiam a honra a troco do poder que lhes dava ouro, condenação do sangue de milhares de vítimas.

O Batista terminou a fase dos que insultavam, dos que buscavam deserto para fugir dos homens, emblemas da covardia e venalidade.

Seus gritos de reprovação eram apenas motivo de vivas perseguições, de assassinatos, de matança as vastas, desde as crianças inocentes até os velhos respeitáveis que ainda aguardavam alguma coisa da antiga dignidade da raça hebraica.

Um povo, que se deixa matar como Cordeiro, pertence à uma raça que se vai extinguir.

Depois desses irrequietos surgiu a figura divina do Cristo.

O que se fez Deus; o que só pensava no bem, no futuro, na tranquilidade, na vida modesta e calma de todos que tendo nascido tinham o direito de viver.

Modesto, sábio, honesto, vivendo de pouco, e o pouco que lhe davam distribuindo pelos necessitados, Ele percorria as aldeias a consolar, a dizer: “esperem — Deus existe — Deus é a verdade, Deus é o castigo.

Ouçá-me bem, quem me puder ouvir — quem com ferro fere com ferro será ferido.

Não façás a outrem o que não queres que se faça a ti.

Dá a cada qual o que é seu — e assim tereis paz.

Eu vos farei chegar ao reino do céus...

Mas esta palavra — céu — abstrata, parecia um outro mundo e eles duvidavam. Um outro mundo para que?

O que precisavam era dinheiro para viver. Viver, sim, infames embora.

Esse mundo de que Ele falava era um absurdo.

O mundo que eles queriam era de gozos, como hoje no Brasil a república que eles querem é a dos lucros — por isso ninguém ouviu.

Mataram-no, mas a morte dele, foi também a morte do povo hebreu.

Está escrito.

Quando um povo se torna infame como mercenários, dia a dia, hora a hora, minuto a minuto, esse povo tem que apodrecer, porque os gêneros vendidos ou por vender, não podem ser conservados sem se arruinarem rapidamente.

Bagé, 29 de dezembro de 1896.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

**Os fanáticos da Bahia**

Aquela máxima divina que por si só bastaria para salvar todos os povos, em todas as gerações — “amai-vos uns aos outros, porque assim amareis a Deus” —, não encontrou eco em nenhum espírito daquelas raças ferozes pelo muito sangue que haviam derramado no desejo de apoderarem-se das riquezas e até das pobres Vinhas de Naboth, ir na covardia e vileza dos que, incapazes de lutar pela vida, transformando os crimes dos ricos ou dos poderosos em virtudes, beijam-lhes as plantas com que pisam-lhes as faces, conquanto que sobre a pegada infamante que deixem-lhe sobre o corpo, ou sobre o que os outros chamam dignidade, um pouco de ouro; aquela máxima da justiça indefectível: — “não faça a outrem o que não queres que se faça a ti” —, que dispensaria a justiça contingente dos juízes subordinados como feitura, aos fatores que os olham como instrumentos, não acordou nenhuma ideia de fraternidade naquele povo hebreu então prestes a dissolver-se.

Entretanto foi em Roma, a escravizadora, a destruidora; em Roma soberana que eles vieram encontrar asilo, e propagar-se com a rapidez da luz que surgem meio das trevas, porque é meio da turba feroz que aplaudia o sacrifícios humanos, entre o rugir dos leões e dos tigres famintos e o gargalhar dos espectadores, “consolidadores” do poder de César, ouviam-se notas desconhecidas, cantos que soavam como hinos de vitória, frases que não se compreende, mas, que penetrando nos ouvidos faziam arrepiar as carnes porque elas eram proferidas por um punhado de mártires, mutilados, cobertos de sangue, já destruídos em parte de seus membros, e esse hino, essas frases, eram a confiança numa ressurreição, uma vida melhor, no mundo onde a justiça seria a justiça e não um instrumento da força e não a feitura do ouro, onde ninguém poderia mandar matar para tranquilamente apoderar-se dos despojos, onde para se ser temido, pelos vilões, mandar-se-ia mutilar os bravos. E se a lei do grande humanitário era considerada pela sua singeleza um “regresso, ante as leis brilhantes dos deuses romanos, fossem as do tempo de Marte, ou devemos, contudo ao retirarem-se do Circus, multidões despiam os trajes brilhantes e sumiam nas catacumbas para ouvir aquelas palavras que davam vigor à alma, e coragem aos crentes que mesmo na arena, em presença da morte ou já no extremo da vida prostravam-se para beijar o sangue dos que ali já estavam sem vida, como nos campos de batalha onde não se fazem prisioneiros, os últimos que vão morrer apresentam armas aos que já estão mortos.

Entretanto, aquela religião de amor e de justiça

plantada na consciência dos povos, e regada com o sangue dos que se deixavam matar para poderem ter sua aproximação do grande Mártir, que a sonhar, viu se depois banida e odiada onde ela se havia transformado instrumento de crueldade, levada como flagelo pelos fanáticos, instrumentos dos ambiciosos que sonhavam com a escravização de povos em nome da liberdade que pregara o divino Jesus; Conquistar povos pela suas riquezas, em nome do “de a cada qual que é seu”, do justiceiro Cristo; destruir raças de famílias em nome da — “a paz seja convosco” — do Cristo Deus. Assim era preciso. Cristo pensar na salvação do povo, na igualdade ante a lei, na fraternidade ante os destinos do homem, mas a igualdade ante a lei não produz a fortuna dos que não trabalham e querem gozos, ou os querem maiores do que o produto do trabalho próprio, de onde resulta o que é preciso roubar para poder tê-los; e o roubo trazendo protesto, o protesto sendo uma sedição, sobretudo se partir do fraco em presença do forte, portanto era preciso exemplos terríveis para não serem mais incomodados na suas meditações sobre os planos de avassalamento que para os vilões e os mercenários são benéficos esforços em favor da comunhão.

A fraternidade seria um “crime” se ela não consistisse somente nos conchavos cabalísticos, onde as faces de hienas, espumantes de sangue as pronunciam como irrisória ironia.

Bagé primeira hora do primeiro dia do ano de 1897.

Doutor Ângelo Dourado

**Os fanáticos da Bahia**

Se a lei humanitária em nome de Cristo não encontrou terreno próprio para viver entre os que eram de sua raça e família, pelo hábito de só viver no crime, tem que forçar, porém, para dissolver aquele povo milenário que as lutas intestinas, os crimes e os horrores praticados pelos que ocupavam Supremo mando, receosos de perdê-los e por isso sacrificando em carnificinas hediondas até as crianças onde poderia estar, o que seus crimes indicavam-lhes o que havia de vir, porque sempre surgirá quem por termo às iniquidades, não se pejavam de curvarem-se humildes ante os estrangeiros escravizadores, adorá-los, dar seus nomes as cidades, beijar-lhes as mãos mesmo quando eles com açoites faziam porejar sangue nos lombos.

Mas, se um da mesma raça lamentava-se da opressão dos escribas e rabinos, os castigos mais tremendo lhes eram impostos, até extinguir a vida.

Tal é a sorte dos povos corruptos ou bestializados.

Humildes até a infâmia ante os fortes que podem oprimi-los ou derrocar-lhes o poder; ferozes até a insânia para com os míseros irmãos que a fatalidade colocou à sombra da fraternidade deles.

Se os preceitos do divino Cristo não podiam ser adaptados em transição metódica e lenta nos povos nômades, se a evolução pedia séculos e séculos para se preparar, para se adaptar, o que só poderia suceder quando a sedentariedade estabeleceu a organização da família, o direito das mães e das esposas, como sócios e não como escravos ou animais para o uso do homem, ela deu origem a modernização que deu-lhe Maomé, plantando a liberdade do seus no direito da força individual, da ação e da energia pessoal, e não a hipocrisia de uns e na venalidade de outros; e mais extensas teriam sido as conquistas cristãs se a ambição dos “cavaleiros“, o desejo de formar reinos e impérios naquela velha região, de povos aniquilados, não levasse ali o terror com o ferro e o fogo, a destruição por toda parte em nome do que só pedira o respeito, a humanidade, a justiça, premissas da paz na família humana.

Mas aqueles que pretenderam consolidar o cristianismo desvirtuando-lhe a essência, tiveram de pagar bem caro a iniquidade nas desforras que lhes tomaram os paladinos, os bajazets, os mustafás. E as legiões dos valentes cruzados que lá foram julgando que conquistavam terras para Cristo que só pedir almas, bondade, lá ficaram sepultadas deixando apenas o ódio de raças e crenças, fazendo odiar. O que se deixara matar para salvar as raças futuras das intermináveis carnificinas, tornavam para sempre inexequível pelo ódio que produzem as lutas sangrentas até para as ideias mais nobres e mais fáceis de serem postas em prática quando é em nome delas que oprime, se mata, se obriga o sofrimento. Os crentes do Alcorão teriam transformado as catedrais góticas da Europa em mesquitas de cujos Minarettes os Muezzins entoariam louvores de Alah, como fazem nos templos que na Palestina foram edificados com sangue de cristãos, se não fosse a selvageria que empregaram na “revanche“ quando dominavam a Europa Meridional, e a luxúria de Boabdil.

Bagé, 1 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado  
(Continua)

---

**ECO DO SUL, 7/01/1897 p 1**

### **Os fanáticos da Bahia**

Transitemos ainda um pouco pela história das lutas religiosas antes de nos restringirmos ao assunto que tomamos para epígrafe.

As mais notáveis dessas lutas são as guerras dos

cavemos, a dos 30 anos no Império austríaco, e a de Cromwell na Inglaterra, sem contar mas as inúmeras carnificina rápidas promovidas pelos protestos ou compreensões do Evangelho, de onde resultou a divisão da lei de Cristo simples e bonita para humanidade na sua universalidade, em ritos diversos que a descaracterizam, mas que estabelece a luta, a excomunhão, as discussões pró-domo, na família cristã, dando origem a seitas nos espíritos que a novidade ou abstração fazem crer que a humanidade deve marchar à sombra de dogmas ou leis que se impõe e se obedece ou por medo, ou por ignorância, ou por interesse, e não por uma lei geral, abrangedora, restrita e exata cuja compreensão e execução afastariam os atritos fatais.

Nem se diga que é absurdo buscar analogia entre essas lutas do passado e a de Antônio Conselheiro agora.

Todas as lutas que começam, tem sempre uma causa remota, longa, e o seus heróis surgem sempre de meios obscuros, humildes.

Somente depois da vitória ou do martírio é que eles são aclamado os reis ou protetores, ou sagrados Deus; e somente estes se perpetuam na memória do tempo porque não surgem de conchavo, não tem aderentes com os olhos na fortuna pública que distribuíram como coisa sua, sem escrúpulo e em pouco cairão como caem todos que só ganham glórias pelo crime e pelo suborno; mas por que foi para opor-se isso, esses crimes, a essa divisão da família em ricos e pobres, opressores e oprimidos, e teve por paga do seu altruísmo o martírio e a morte, e por isso viverá eternamente porque na alma humana, naquelas onde não existem somente o cálculo e desejo das riquezas, há sempre terreno próprio para germinação da semente das ideias que fizeram um mártir.

Demais as almas boas, acho que não se vende, são sempre generosas inclinam-se para aqueles que sofre a opressão e o martírio.

Durante o sofrimento deles, levam-lhes auxílios; se morrem, a notícia daquela morte, da coragem com que afrontou, o sofrimento que teve narrada na singela habitação dos pobres que sentiu sofrimentos alheios, porque também são sofredores, cria adeptos para as vítimas no ódio que voltam aos algozes; e esse mártir deixa preceitos, leis que julgava serem a salvação do gênero humano, mas que pronunciadas por ele não foram compreendidas, por que não eram sobrenaturais, e não foram adotadas por não serem absurdas ou exóticas, o martírio dele dá-lhe cores divinas, e elas, depois tornam-se uma religião.

Enganam-se os que pensam que dos gabinetes, das discussões, podem nascer religiões; apenas terão adeptos em grupos “sui generis“, que poderão mesmo dominar com os elefantes de Pyro; nem o nome ou a forma de um homem podem levantar o povo

para uma luta.

O povo na sua natureza indiferente impressionista.

Indiferente sofre parcialmente, e antes de correr para auxiliar a vítima contra os algozes, cala-se ou apoia ao algoz na esperança de que siga poupando-lhe o triste engano; quando um algoz termina com as vítimas que tem entre os adversários, volta imediatamente contra o seus, e assim plantará neles o terror.

Enquanto há inimigos para combater, a necessidade de conservação os une; desaparecendo esse inimigo, não convém-lhe que eles continuem a se impor; é preciso continuarem na obediência cega, no papel de instrumento.

Qualquer ato de hombridade é um perigo, pode trazer um pronunciamento.

Para provar isso não precisaríamos mais do que narrar os últimos acontecimentos entre o senhor Castilhos e o seus.

Abstraindo-se do que se deu com senhor Coronel Carlos Teles, que nunca serviu de meio para seus fins, bastaria notar-lhe o ódio com que perseguiu o senhor Alcides Lima, para uma simples interpretação da lei; com o senhor Pantaleão Teles, que foi um dos maiores elementos para execução do seus planos, e agora o senhor Piratinino, de que ele diz publicamente o que o diabo não dizia da cruz, em vez de dizer: fui abandonado por ele, diz: — atirei-o porque foi quem mais concorreu para os horrores do Sul, foi quem me fez criar esses cabelos brancos e é insaciável.

Soube disso por pessoa que não deixa de estar ao fato dos acontecimentos.

E não fora nossa posição digna e altiva, o nosso brio em não nos querermos humilhar, contasse o senhor Castilhos com a submissão, ou a tolerância da quase totalidade dos federalistas, como desgraçadamente teve alguns, e o senhor Castilhos em pouco seria juiz severíssimo para punir a todos os seus, e assim dizer que foi contra sua ordem todos horrores cometidos e que quem lhe fez, tão moço ainda, criar tantos cabelos brancos, não foram os Maragatos, mas os seus amantes da República.

Nós porém, conservamo-nos pensando em os nossos feridos, lembrando-nos dos nossos mortos, sem nos importarmos com o que dizem que é o único meio de vida, e por isso o senhor Castilhos traz nas costas os que lhe mataram o nome no futuro, como o desgraçado que arrasta uma parte do próprio corpo mumificado em vida sem poder se libertar dela, porque a operação a que se submetesse-lhe, traria a morte.

Impressionista. o povo saboreia, critica, divide-se mesmo, na apreciação das arengas dos demagogos que se impõem pela eloquência, pelo arrojo da lin-

guagem, pelas frases sensacionais, e aplaude, e parece mesmo já estar marchando para lutar na reivindicação dos direitos, mas se nesse meio aparece uma boca de fogo, ou uma bomba de apagar incêndio, cala-se como calam os sapos às cantarolas, com a simples queda de um galho de árvore na lagoa, julgando ser uma cobra voraz.

Retiram-se os entusiastas, alegando ter mulher e filhos, não ter pretensões políticas, ser contra o derramamento de sangue, ter interesses alheios a zelar; mas se em vez dos discursos, ou se esses discursos são apenas a enumeração dos fatos, as perseguições, o extermínio de todos que não se curvam pelo aforismo de que “quem não é por mim é contra mim”; esse povo se levantará para a luta.

Sem chefes, ou composto de grupos por coalizão, ainda mesmo oprimido, ainda mesmo sem direito de vida na pátria, se vão desfazendo, retirando-se, criminando os que continuam na luta, lamentando terem lutado, a esperar sempre da benevolência do verdugo; se, porém, há um chefe, e uma crença os anima, em vez da diminuição aumenta-se o número dos abnegados, surgem os voluntários do martírio; se a perseguição aumenta, aumenta a tenacidade na crença.

Foi assim que Maomé se eternizou, será talvez assim que Antônio Conselheiro chegue a criar uma religião por mais absurda que ela apareça aos civilizados, mas que será sem dúvida adaptada aos ignorantes que no Brasil são em grau de número.

Bagé, 4 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado  
(Continua)

---

## ECO DO SUL, 9/01/1897 p 1

### Os fanáticos da Bahia

As próprias nacionalidades, mesmas, que os costumes e o tempo criam o modo de ser, uma identidade de povo, de raça ou de famílias, as corrupções, a ilusão de que tendo exércitos, e os impostos para criar em torno dos que governam namorada de segurança, bem frágil, porque o exército criado para defender a nacionalidade nem sempre estará disposto a servir de instrumento aos opressores e corruptores, sobretudo depois que começa ver que os que lutam, que sofre, serve apenas de meio, para os da classe, que não lutam, que não sofrem, que não vão aos morticínios, nem no ingente heroísmo de, nas cidades sitiadas, morrerem, ou serem inseridos no cumprimento do dever, subirem postos, gozarem dos proventos das lutas dos outros a título de que representa a classe; os adeptos pelo que lhes vem dos cofres públicos, ou fogem quando apenas vem a diminuição das lenti-

lhas, ou se colocam de modo a poderem aderir aos que vierem, porque hão de vir, porque um povo que se leva pela corrupção, há de infalivelmente cansar-se e os governos que vivem pela corrupção só podem contar o seus dias pela munificência com que pagam aos vendidos, munificência que é progressiva por que é progressiva a sede de ouro e de posições, em um prazo mais ou menos vasto, de tempo, se modificarão.

Se o povo onde estes fatos se dão, não tem caráter duradouro, porque as raças primitivas se aniquilaram, e as raças novas oriundas de povos estranhos não chegaram ainda à virilidade, por isso, por sua vez, serão absorvidas pelos conquistadores, e daquelas famílias que lutaram e que sofreram não restará nem a memória, nem mesmo a dos que para viver precisaram destruir, porque os povos que se tornam vis pela covardia, e deixam-se destruir por um punhado de ambiciosos, não tem história, e fatalmente desaparecerá.

Foi a corrupção do cristianismo transformado em elemento de opressão, pela união da tiara com as coroas, o domínio daquela sobre estas, em nome do indizível, que originou os cismas e protestos. O povo sofria. Em vão reclamava, em vão pedia, mas avó do fraco não é ouvida, e quem pede é porque não tem o direito de exigir.

Para quem reclamar contra todos os sofrimentos, contra todas as espoliações injúrias? Para Deus, para Cristo esse Deus mais humano, mais próximo que ele conhecia como real, como verdadeiro porque tinha tido carnes que foram mutiladas, porque tinha ressuscitado na sua lei que perdura através dos séculos, e consolava penetrando na essência de cada homem prometendo-lhe a recompensa e com ela a liberdade.

Mas entre o homem sofredor e o Deus consolador, justiceiro, havia um mediador.

Esse plenipotenciário feito pelos homens em nome dos interesses individuais e de classes era por sua vez um ambicioso, um político de partido, um sustentador de uma ideia que perdera sua origem divina, Salvador, para encarnar a vesânia do Mando, o desejo do avassalamento, tendo por armas o fogo do inferno para as almas, e a fogueira, as excomunhões, as prisões para os corpos.

Obedece — era ordem — se discute torna-te herege — ser herege é condenar-se — cala, serve de instrumento, e tu verás o reino dos céus ao lado dos assassinos, dos ladrões, de todos os criminosos, se na última hora, quando não puder mais matar nem roubar arrependeres. Os crimes desaparecerão. Todos horrores, todas as dores, as misérias que ele causou, nada foram se na agonia, talvez por impotência, ele se arrepender. Será igual a ti que tiveste uma vida honesta, boa, e que por isso sofreste.

Apesar de todos esses fatos de desolação a doutrina do Cristo não desapareceria, não afastava-se dos espíritos bons.

Fugiam dos meios que pareciam ser os únicos transmissores daquela luz, mas nunca deixavam de tê-la na mente como a única fonte de verdade para a salvação da família humana.

Surgiram então os protestos, modificaram-se os meios de transmissão daqueles ensinamentos ao povo ignorante e o povo ignorante adotava este ou aquele sem nunca renegar a origem, fonte de consolo e de esperanças para as desgraças dos que não vendem as consciências.

Em pouco as lutas vieram firmar as crenças dos meios e lutas cruéis se travaram para saberem quais os que com mais direito representavam aquele manancial de esperanças.

E todos eles não eram mais do que instrumentos de ambiciosos que buscavam posições ou lucros a custa da vida dos crentes.

Foi a França a primeira a querer impor por meio da força a crença a seus habitantes, e todos os horrores foram praticados, toda a selvageria, desde a traição até o próprio rei das janelas de palácio atirar sobre o povo foram postos em prática, fato hediondo, que se concentraram até chegarem ao senhor Barthelemy e dali irradiaram até a guerra dos Cevenas.

Guardadas as proporções do número e da inconsciência de Carlos IX, nós tivemos em três anos os mesmos horrores no Rio Grande do Sul para dar ao senhor Júlio de Castilhos o direito de distribuir os dinheiros públicos por poucos anos.

Mais de um século durou aquela luta cruel que teve uma pequena trégua com o advento de Henrique IV ao trono da França, com o edito de Nantes, e recrudescu, com rompimento desse edito, até o triunfo de Villars, e nesses cem anos, ou nessa guerra de crenças, ou de meios para realização das ambições, a França perdeu seus melhores e mais esperançosos filhos sem que um só dos insufladores, ou dos que se preparavam para plantarem o domínio absoluto fossem atingidos.

Os povos estão sujeitos as enfermidades do espírito por contágio como estão as do corpo.

É uma influenza, que simples e benigna quando desconhecida torna-se devastadora quando saindo dos esconderijos emancipada, por assim dizer, passeia com caráter de flagelo.

No espaço de tempo que durou aquela luta cruel na França, a Áustria, que por contágio teve as guerras religiosas conhecidas por guerra dos 30 anos, perdeu sua hegemonia na Germânia já teria deixado de ser uma potência tropece os conchavo das Nações não me desse força para trazer de rastos a Hungria.

Sucedeu e terminou aquela nevrose religiosa, a Guerra dos puritanos que deram por termo aos

erros políticos ingleses que não compreendiam que por mais forte que seja, se baqueará se não firma-se o poder nos princípios de justiça, teve de experimentar a mais triste das desilusões; ficar sabendo que os que se apregoam libertadores de povos e colocam-se fastios do poder, são mais cruéis, e mais ambiciosos do que os que são cruéis pelos atos alheios, como foi Cromwell que elevado ao Supremo poder, como esperança de salvação pública, teve de demonstrar que os homens são os únicos causadores das desgraças de um povo e não os princípios que as regem.

Lucrou a Inglaterra com aquela tremenda lição, e de nação aviltada que foi, passou a ser árbitro nos destinos do universo, durante muitos anos.

Bagé, 4 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

## **ECO DO SUL, 10/01/1897 P 1**

### **Os fanáticos da Bahia**

Muitos têm sido estes fanáticos nos sertões do Brasil onde chegam a criar em torno de si verdadeiras crentes, até entre famílias distintas.

Na minha estada em Curitiba vi o retrato de um monstro, de cabelos que nunca foram cortados, bem como as unhas.

Sórdido, sujo asqueroso. Vivia em Tibagi, onde os enfermos iam consultá-lo e onde foram até pessoas de famílias distintas. E se curavam; entretanto toda sua farmácia consistia em um pouco de cinza que ele mandava engolir de tal ou tal maneira em tal hora, pronunciando tais e tais palavras.

Na Bahia, apareceu um rapazinho, pardo, franzino, feio.

Passou pela minha fazenda e mandou a noite pedir-me licença para os fâmulos irem rezar o terço com ele.

Respondi que não, porque minha vó se encarregava de fazê-los rezar.

Ao amanhecer tinha saído, e naquela única noite teve tempo de impressionar os meus trabalhadores que lamentavam não ter deixado ele permanecer ali.

Três anos depois passando eu pela povoação do Pão de Colher, distante da cidade de Minas do Rio de Contas oito léguas, e da vila do Paramirim quatro, veio a mim um rapaz bem vestido, de gravata e relógio, mas descalço, fazer uma visita em nome do mestre “que muito me queria porque eu pelo meu modo de proceder como médico estava no caminho da lei de Cristo”.

Indagando quem era aquele “mestre” que assim já me queria canonizar, os meus amigos dali, todos os chefes de famílias respeitáveis, narravam-me virtu-

des dele que chegavam a santifica-lo.

Entretanto, este santo não era outro senão o par-dinho Matheus que tinha passado pela minha fazenda. Nem se eximiam de entregar-lhe os filhos para educar; impunha aos maridos abstinência e obrigava-os a comer muito sal para purificar dos pecados; e já ia até à igreja fazer práticas e sacrifícios segundo o seu rito.

O meu velho amigo cônego Augusto Vieira, cujas virtudes são conhecidas em todo o arcebispado da Bahia, e que mais de uma vez rejeitou uma mitra para não abandonar o seus paroquianos do Paramirim, foi ali quando soube desses abusos.

Respeitado, estimado, querido por todos os paroquianos, ele exortou-os na missa a abandonar aquelas práticas que profligou com energia.

Suas palavras foram recebidas com frieza.

Ao terminar a missa, pisou em falso num degrau e foi com o joelho em terra; foi quanto bastou para levantar-se um alarido horrível dentro da igreja onde ele só ouvia: castigo de Deus, castigo de Deus. Matheus é um santo. Os ânimos dos crentes se exaltaram, e muitos foram esperá-lo para castigá-lo corporalmente e o teriam feito se uma coincidência não tivesse colocado junto ao vigário, um meu rapaz quando passava ele onde estavam os emboscados.

Sabendo disto, e vendo os perigos que corria os habitantes do lugar porque o Padre Augusto não era homem de recuar no cumprimento do dever, e pertencente a uma das maiores e mais poderosas famílias do sertão, as represálias seriam certas, mandei chamar os meus amigos do Pão de Colher, mostrei-lhes o perigo em que estavam, uma luta entre uma família poderosa e eles, como fanáticos, e convenci-lhes que convinha afastar dali aquele “mestre”, o que prometeram-me e cumpriram.

A saída de Mateus foi sabida com desolação e todas as famílias do lugar acompanharam-no a distância e muitos chegaram a querer vender as propriedades para acompanhá-lo.

Aqui no Rio Grande, perto da capital, tivemos os Muckers, chegaram a criar partido, infelizmente não se desenvolveu por que foi mal o lugar escolhido e o meio, mesmo assim, porém, bastante custou a sua extinção.

Na serra há monge que domina até as divisas com o Paraná.

No meu livro sobre a revolução, que em poucos dias será submetido à apreciação pública, trato dele por mais de uma vez.

Agora temos Antônio Conselheiro.

Será somente a ignorância do povo o motivo de sua força e do seu poder? Não, e isto trataremos de provar no próximo número.

Bagé, 7 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado

---

**ECO DO SUL, 12/01/1897 P 1****Os fanáticos da Bahia**

Na nossa juventude fomos dos que mais ódio, talvez, teve aos padres que se denominavam jesuítas.

Originava aquele ódio na leitura de fatos isolados onde o caráter de um indivíduo, ou de um grupo, servia para estabelecer-se o julgamento da comunidade ou da classe a que eles pertenciam, e o que líamos sobre os Cimourdins enchia-nos de indignação contra “ordem” deles.

Mais tarde, a meditação levou-nos à apreciação do caráter daqueles sublimes abnegados que penetraram nas florestas virgens da América com a palavra de paz e de esperança; que deixavam-se matar para provarem assim que a esperança neles era firme e por convicção; paz e esperança que a pseudo-civilização brasileira, nos nossos dias, transformou em guerra de extermínio tendo por único objetivo apoderarem-se dos cofres públicos e com eles comprar adeptos que garantam aos depositários enquanto consolidam a fortuna própria e dos seus.

Não se pode crimir nem odiar o soldado, que a disciplina manda obedecer, que vai no campo de batalha, no heroísmo que enobrece, levar a vida como penhor do brio, porque o tirano que governa é infame e sedento de sangue e de poder, e, para ter esse poder e esse sangue, mata ao seus para poder matar os adversários.

Ao contrário, lamenta-se a sorte da vítima do dever de obediência, odiando mais o autor de tantos horrores.

Do mesmo modo, se em Roma ou onde quer que fosse, os chefes dos jesuítas sonhavam com o poder absoluto, o domínio do universo, os crimes por eles cometidos não podiam recair sobre esse santos apóstolos da humanidade, penetravam nas nossas florestas ou nos sertões africanos, tendo certeza de nunca mais voltariam, mas tendo esperança de plantarem na alma dos canibais a ideia de que a vida de outro deve ser respeitada, que as carnes do inimigo servindo de alimento destroem a própria alma dos que com elas se alimentou, que fazer-se troféus com os despojos dos mortos é dizer que nunca mais o ódio desaparecerá entre os descendentes dos mutiladores e dos mutilados.

Não raros foram os que encontraram o martírio por tal dizerem; eram sediciosos que atentavam contra as adiantadas instituições dos canibais, tão adiantados que muitos séculos depois viemos tê-los no Rio Grande do Sul; e os canibais modificavam-se, prostravam-se mesmo ante aqueles mártires que incumbiam entoando um canto de vitória com os

olhos fitos no céu; e a notícia do martírio deles chamava outros a ocuparem-lhes o lugar e buscarem a mesma glória; e triunfaram; implantaram entre eles a noção de que se não é possível a permanência do amor entre semelhantes, é possível poupar a vida, respeitar a propriedade a família, para poder ser respeitado e poupado.

Felizmente para aqueles mártires os canibais eram por costumes tradicionais; e, selvagens como eram, não sabiam o moderno canibalismo do viver para outrem, e consolidar instituições consolidando fortunas com o sangue dos compatriotas.

A minha passagem, pelas missões paraguaias, fugindo da faca da legalidade da minha pátria, fez-me ainda mais admirar o valor daqueles homens nas gigantescas ruínas dos monumentos que ergueram com as próprias mãos, a coragem de quem ia sem exércitos, sem armas, só com a palavra e a fé chamar aqueles silvícolas para a humanidade, e maiores do que as ruínas materiais, mais duradouros os restos daquela educação que nem os Francias nem os Lopes destruíram, nem mesmo senhor Castilhos destruiria, porque a bondade e o respeito mútuo que eles plantaram nas tribos paraguaias, tornou-se como uma lei inata naquelas almas bem dispostas para o bem.

Entretanto, que interesse poderia toldar o brilho daquela abnegação?

Não tinham filhos para deixar-lhes heranças, não tinham partidos para sustentar, não tinham “líderes” para acenar-lhes os movimentos como, nos circos, os domadores dirigem os pobres animais a vergastar ao menor esquecimento.

Desconheciam tudo que destrói dizendo que é progresso, tudo que desorganiza dizendo que é a ordem.

Na Europa, nos centros de ambições desmedidas, não se pode dizer que a extinção dos jesuítas foi um bem porque a ela substituiu a oligarquia da pólvora. E, na América, a extinção deles foi um mal porque apenas iniciavam sua grande obra.

Bagé, 8 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

**ECO DO SUL, 14/01/1897 P 1****Os fanáticos da Bahia**

Na Idade Média, os conventos e as abadias tornaram-se refúgios ou doações, para os filhos dos fidalgos que, não tendo a primogenitura, não tinham o direito à sucessão que se devia encarregar de perpetuar o nome e o poder da família.

Daí nasceu a política, o poder temporal das or-

dens, e as tiranias religiosas, filhas das ambições quer civis quer eclesiásticas.

Essa sede de poder devia levar aos extremos esforços e a extrema crueldade que os deviam aniquilar.

Enquanto de um lado o clericalismo tornava-se um partido, não para propagar a fé, não para ensinar a lei da igualdade e do perdão, mas para se impor, para dirigir, para aspirar as mais altas posições onde a lei de Cristo era mártir como fora Ele, devido a natureza e absoluta negação para o sacerdócio dos que ali iam obrigados, que transformavam a religião numa escada para as altas posições, arma terrível em mãos de espertos que vivem entre povos ignorantes, o espírito de religião criava as ordens mendicantes as votadas a todos os sacrifícios desde os pés descalços e a cabeça despida do natural resguardo, expostos a neve e a chuva, até a alimentação mais rudimentar e a terra dura por leito onde a morte vinha arrebatá-los ali alma ao corpo que em vida já era esqueleto, quando não ficava sepultado nos gelos do São Bernardo ou mutilado pelos selvagens.

Foram esses humildes que defenderam a lei de Jesus que os orgulhosos destruíam.

Aquelas ordens era um asilo para os que sofriam ou sofreram, e por que sofriam ou sofreram sabiam consolar, sabiam arrimar aos que despenhavam, erguer aos que caíam, consolar, animar, encher de esperanças; dizer aos aflitos: esperem, amanhã é o alívio, amanhã é a redenção, amanhã é o descanso, o céu; aos opressores, aos infames que julgavam que ter armas para matar, ter ouro roubado para corromper, era ser imortal, eterno, aqueles miseráveis tinham coragem e desprezo à vida para dizer: modera-te; não oprimas se não queres ser oprimido; não mateis se não queres ser morto; teus filhos e os teus crimes cairão sobre eles, porque amanhã sendo a liberdade dos cativos será a punição dos cativadores.

Do mesmo modo que o guloso aumenta em si o sangue que o fulminará num momento, o dissoluto adquire os males que o consumirão, os poderosos querendo criar forças que o garantam, criam as que o hão de matar.

Mandam matar e oprimir, ensinando-lhes o meio de puni-los.

E esses míseros não tinham medo das prisões porque a vida para eles não era um gozo, não tinham medo da morte porque a carne era um decreto para alma. E os maiores infames viam na resignação e na coragem deles, o espírito divino que os animava, espírito que tinha poder de apresentar-lhe a lenda fatal — Mane, Tecel, Fares, que já eles sentiam no sussurrar dos instrumentos de que lançaram mão e que só podiam confiar desconfiando, e ou fugiam para não morrer, ou moderavam-se para poder viver; e os selvagens que viram a resignação e a calma com que eles recebiam o martírio entoando o “Gloria in

excelsis, Deo”, julgavam ver Deus descendo sobre a terra para levá-los, viu mesmo figuras que nunca haviam visto, signos que nunca foram escritos nem desenhados, e curvavam-se, e convenciavam-se de que a vida não consiste em poder matar, mas em viver sem precisar matar.

Esses míseros que Manzoni personificou em Fra Cristóforo, Chateaubriand, no padre Aubry, que a Igreja santificou em Francisco Xavier, que o Brasil venera em Anchieta e Nóbrega, que morrem diariamente na África, na Armênia, na Palestina, e que acabo de ler, tem um representante no Brasil, que busca, no seus oitenta anos, fundar um asilo no sertões entre Goiás, Mato Grosso e Pará para os selvagens que catequizou em toda sua vida de apostolado, fizeram mais pela humanidade, libertaram mais vítimas das mãos dos algozes do que todos os livros sobre direitos do homem.

Todas as frases dos demagogos, que matam o presente das nações para cuidar do futuro individual, levariam os povos ao desaparecimento se não fosse a esperança que esses humildes incutem no espírito dos que sofrem.

Bagé, 10 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

## ECO DO SUL, 15/01/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

O Brasil separando-se da metrópole colonizadora, adotara na sua organização definitiva o modelo do velho Portugal, cujos fatos eram escritos com a espada dos heróis, e cujos costumes recordavam a vida patriarcal, e cuja honradez dispensava as firmas em papel selado.

Como em Portugal, o esforço de todas as famílias abastadas consistia em ter um filho que adotasse a vida eclesiástica.

Designava-o desde a infância, e então na condição de que seria um dia o ministro do altar, a educação preparava-lhe a vocação, os costumes, que geravam então o poder, cercavam-lhe de uma atmosfera de virtudes, E o novo sacerdote entrava no seu apostolado, encarando somente a vida como estrada de espinhos para chegar aquele mundo ideal, onde as virtudes do homem dariam uma vida de eternas e celestiais delícias na alma.

Se em uma família pobre aparecia um rapaz de costumes ou índole que indicasse uma vocação para vida eclesiástica, as famílias abastadas se cotizavam, ou uma única, assumia a si, a educação daquele pobre, até fazê-lo um padre.

Foi do meio destes que surgiram as maiores figu-



ras, quer em virtudes, quer em sabedoria, quer em eloquência, quer no magistério, que abrilhantam a história da igreja brasileira na sua curta existência.

Desses sacerdotes, se uns não tinham talento para com a palavra dominar e chamar a si os espíritos, dominava-os e chamava-os com suas virtudes, com a vida singela e casta.

Onde chegava um Padre, a habitação transformava-se em templo.

A faina laboriosa era substituída pelas alegrias da alma, mas como tal o respeito que em torno dos aposentados que lhes eram destinados não se ouvia nenhum rumor para não perturbar-lhe o sono, ou as meditações.

E no outro dia, desde o chefe da casa, o senhor capitão, posto então mais respeitado do que de todos os coronéis e generais honorários de hoje, até o último dos fâmulos, iam se ajoelhar aos pés daquele sacerdote sem se envergonharem de contar-lhes suas faltas.

Isto que eles chamavam de “desobriga”, era uma prática anual de cada família; e por isso, apesar do estado quase selvagem dos habitantes daqueles sertões, os crimes eram raros, as demandas raras, onde habitavam aqueles padres porque eles eram conciliadores; sabiam rogar quando não podiam convencer.

E somente nas questões de honra, das famílias, as lutas se travavam sangrentas e longas.

As próprias lutas políticas eram incruentas porque o padre que não era político era um ponto neutro onde os adversários iam se reconciliar.

Esse prestígio de que eles dispunham, esse respeito que os cercava, o bem estar, pela generosidade dos paroquianos, em vez de ser a base da duração da classe foi a causa de seu desvirtuamento.

Se o fazendeiro via o filho de um agregado, ou amigo fâmulos, cercado de todo respeito sendo o casador de seus filhos, porque não havia de obrigar a um de seus filhos a ser padre? Se vier o seu rival, em política, aumentar o número de votantes, porque não havia de ter um filho tão bom para dar-lhe mais prestígio?

Por outro lado, os pobres que viram aquele rapaziño, o Timóteo, deixar de ser laiaio do capitão F... para voltar depois Padre, respeitado, e aquela Chica Rita, que deixara de ser escrava, para ser respeitada, querida, como uma senhora, ter capas finas, vestido de seda, ter todo respeito e conforto por ser mãe de um padre, porque não havia também de mandar o seu, pedir esmolas, trabalhar dia e noite, até ordená-lo para ter tudo aquilo?

Não era portanto mais nem a índole, nem vocação em sua generalidade que levava os rapazes à vida eclesiástica, era o desejo de figura.

Por outro lado, a festa mais edificante, mais sugestionadora, para os espíritos impressionáveis dos

rapazes, cuja imaginação não tinha nada para preocupar-se, eram a missa nova — a primeira missa de um padre, aquele mesmo que eles viram sair daquele pequeno lugar e voltar com vestes, palavras e cantos, que pareciam comunicar-se diretamente com Deus.

Rara era a missa nova que não mandasse aos seminários muitos rapazes que, dominados por aquela festa, julgavam ser dispostos a optarem pela vida eclesiástica.

Bagé, 10 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

## ECO DO SUL, 16/01/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

Não tardou muito em que a classe sacerdotal fosse um corpo de rivais, e a melhor freguesia dando melhores proventos, ao seu pároco, chamava sobre ele o ódio do seus confrades que buscavam vícios e defeitos para dar-lhe como atributos, e o povo assistia o desmoronamento do catolicismo pela fuligem que os próprios padres colocavam em torno de cada qual, e então o desejo de ter fortuna, de ostentação, transformava-os em comerciantes, cujo balcão era o próprio altar onde há pouco, repousava branca hóstia que representava, em mística poesia, a encarnação do grande mártir e logo depois, ou mesmo naquele ato, via-se ao lado o cobre azinhavrado para pagar os responsáveis e confissões, ou o papel sujo para pagar as preces pelo repouso de uma alma querida chorada.

Não vai nisto uma censura a toda a classe sacerdotal. A censura só atingir aquele que a merece e originou-a.

Somente entre os que fazem da classe um meio de vida pondo-a ao serviço de interesses, chama para o todo as censuras, merecidas, a uma parte ou a um indivíduo.

Em vez de proibir que os fatos dignos de censura se reproduzam, eles o confessam mas sem assumir a responsabilidade chamam a censura para classe, dando-lhe portanto o labéu que foi atirado sobre um que o mereceu.

Amigos ursos que para sentir o cheiro da podridão introduzem, em nome do asseio, a parte podre, no todo, ainda são.

Seria desolador que toda a classe sacerdotal se tivesse transformado, e se assim fosse a igreja católica teria desaparecido, entretanto apesar de tudo isso ela perdura e vai chamando a si povos inteiros antigos, que tendo templos e sacerdotes de suas crenças, não tem porém a fé cristã que consola.

Muitos são os sacerdotes que conheço, e conheço muito poucos em relação ao número, que são ver-

dadeiros apóstolos. Seria injustiça não recordar o nome do cônego J. I. De Bittencourt, vigário desta paróquia, que se não tem nome brilhante entre os doutores da igreja, tem-no porém em todas as casas dos pobres, em todos os necessitados a quem, quase medroso, ele manda ou leva o auxílio que afugenta a fome e o frio.

Tornando-se o sacerdócio católico uma profissão, perdem imediatamente seu prestígio; e sendo os bons, convictos, tratados — de jesuítas —, título que se tornou infame, pelos que na bacanal da vida davam motivo a que a comédia os tomasse a si, deixou de ser buscada com o mesmo afã, porque era mais fácil buscar no bacharelado, ao juiz, o mesmo prestígio, e o mesmo meio com a vantagem das uniões de famílias pelo casamento, sem o sacrifício do celibato casto ou escândalo da mancebia.

Mas, felizmente para o catolicismo, essa onda de lodo não chegou a contaminá-lo todo.

Por maior que seja a torrente do enxurro, há sempre um recanto onde as águas conservam-se límpidas e quietas; por isso no catolicismo ainda existem, entre seus ministros, almas de apóstolos, santas almas, que não recuam ante as vaías do povilêu, ante as ameaças, e vamos levando o consolo aos espíritos sofredores, a esperança aos fracos, e dizer-lhes: tenho fé; o suicídio é a covardia, suas almas fracas sonham com o suicídio, a não ser em frente da morte ultrajosa da “legalidade”; ainda há muitos que levam alívio do corpo aos famintos, muitos que levam esperança aos que cercam os moribundos, dizendo-lhes que se verão algum dia, que se tornarão a ver, que a separação não é eterna; e para isso vê-se-os alta noite, muitas vezes, quando o céu se desfaz em água, com seus modestos hábitos molhados, ouvindo o “chue-chue” do seu atrito; eles vão, soldados da fé, pela campanha, pelas ruas desertas, buscando a miserável moradia do pobre que agoniza para dizer-lhe o adeus, e dizer aos que o cercam e choram — Confie, esperem.

Bagé, 12 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

## ECO DO SUL, 19/01/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

O povo, em seu conjunto, é ignorante, indiferente à cogitação. Abdica tudo que não consiste o interesse individual, material, propriamente dito.

Quanto ao mais segue o que eles dizem, adota sobretudo as crenças dos cujo nome se cerca de certo prestígio moral, prestígio que ele atribui a atributos extraordinários, a dons especiais, e por isso fora do alcance de qualquer que se esforce para possuí-los.

Disto nasce a submissão, a covardia, a escravidão.

Como lutar? como se opor se aquele que o suggestionou é um homem extraordinário? Se o que oprime por ser extraordinário “chamou” para si todos os poderes, todos os elementos? O que deve fazer? Lutar? Mas se lhe faltam elementos!

Como levar o corpo contra uma baioneta se daí lhe pode vir a morte?

Entretanto, essa morte vem do mesmo modo quando ele montar um cavalo bagual, quando corre em disparada, quando cortar uma árvore, quando caça, até quando come demais; e ele não pensa nela; mas prefere ter a vida dos seres inferiores, subordinados, para não ter a sua morte pela ponta de uma baioneta, porque julga que ela dói mais.

Chega até pedir que você ajude aos que mandou matar, os que roubam ou consentem roubar, aos que insultam até a honra da família. Para isso eles não são governo. É um particular, é um homem, mas para receber o troco é governo, deve-se ajudá-lo até, para passar do insulto ao chicote, instrumento que honra aos “cidadãos”, quando é por ordem de quem sem direito, dispõe da fortuna pública que usurpou.

O caráter especial de um povo, porém, é a imitação. E, sobretudo dos atos perversos, quando chega uma fase que se assemelha aquela em que tais atos foram praticados.

Há um século, o povo francês que vinha sofrendo a opressão desde séculos, e que como todo povo que sofre tinha entre si almas boas que acordavam-lhes o sentimento mostrando como o sofrer resignado só é apanágio dos vilões, reagiu e triunfou.

Tinha dado o seu primeiro passo, a Bastilha tinha sido derrotada, as leis que se baseavam nela seriam modificadas, o direito seria respeitado, portanto emancipava-se.

Aquele ato do povo, porém, acordou a insônia dos demagogos que viram que com tal povo tudo se poderia conseguir, posições, fortunas, até o mando supremo eterno.

Não tardou que acordassem no povo o instinto bestial, o atavismo sanguíneo, e o povo se tornou juiz e carrasco. Mas aqueles mesmos que levaram a isso não se lembravam que não é impunemente que se faz de um povo assassino para poder tirar lucros para si.

Era ao som da marselhesa que hoje caíam as cabeças dos algozes que ontem faziam vítimas, e assim foi durante um século.

Meia dúzia de celerados ambiciosos destruiu tudo que o povo tinha ganho em um dia para si, e um século depois, século que devorou milhões de vidas no campo de batalha, ainda não foi sanado o erro daquele povo que deixou-se guiar por espíritos infames, e os que ainda hoje vivem, e que nem são mais descendentes daqueles que sofreram, ainda sofrem.

Foi assim que o 14 de agosto, a data mais luminosa da humanidade, depois da do martírio de Cristo, sepultou-se nos escombros da raça hercúlea que o escreveu, e que desapareceu pelo interesse de poucos.

Um século depois, no Brasil, o exército banuiu a monarquia que jurara defender; cometeram portanto o maior crime que pode cometer o soldado.

Os demagogos porém disseram-lhe que não fora um crime, que fora um ato de patriotismo, porque a República é a suprema aspiração dos povos, e o exército julgou bom o seu ato e prometeu garantir esta suprema aspiração.

Convencidos os demagogos de que o exército garantiria todos os atos que viessem rotulados com o nome da República, entregaram-se ao banquete.

A fortuna pública em pouco passou para os particulares. Milhares de léguas de terras nacionais foram dadas, de presente, aos parentes dos ministros. As estâncias hipotecadas foram desipotecadas, todo ouro existente no Brasil foi recolhido os bancos europeus, como prevenção para o futuro, e por isso o mil-réis papel passou a comprar o que vale duzentos réis. E o exército, por honra sua, nada teve.

Depois vieram os que pretenderam derrocar essa Bastilha de infâmias, e eles, os ladrões, os criminosos, segredaram ao exército que o que queriam era destruir a República que ele havia feito, e o exército marchou para a campanha para matar e morrer; e sofrer tanto quanto os perseguidos enquanto “eles” banquetevam-se nas cidades e enriqueciam-se.

Veio depois a miséria, e o exército nada teve em recompensa se não os insultos dirigidos a seus generais, e os que mais se distinguiram foram tratados como criminosos, buscaram até desprestigiá-los, infamá-los.

Os que correram dia e noite em busca dos infelizes irmãos, que só tinha possibilidade de ver a terra da Pátria com armas na mão, voltaram aos mesmos postos, e os que enriqueceram seus apetites de hiena, no sangue das vítimas, ainda não satisfeitos prepararam um exército para poder dominar sobre o Exército Federal que salvou-lhe o poder e lucros, e ainda o insulta, quer nos seus generais que não lhe serviram de instrumento, quer chamando-o desleal que é o que exprimem as palavras do senhor Júlio de Castilhos no quartel do batalhão do senhor coronel Flores, depois do que fez ou quis fazer ao senhor coronel Carlos Teles.

“Aqui — disse o senhor Castilhos no quartel — posso falar sem acanhamento, e com coragem, porque aqui, nesse batalhão, estou entre leais amigos” logo os outros são desleais.

Mas convençam-se os que sofrem. Não se transforma um indivíduo, ou um povo ou uma classe em algoz por interesse individual sem que se venha pagar cedo ou tarde.

O exército como o povo francês, quando abrir os olhos e enxergar qual foi a causa de tudo que sofreu e fez sofrer, que esta causa foi somente os lucros de outros que entenderam transformar a pátria em fazenda própria, ele lhes pedirá contas.

Não nos suavizará isso.

A fome, a miséria no estrangeiro, dos filhos dos que viviam do trabalho, de que nem sequer tem notícia, a miséria dos órfãos de qualquer das parcialidades, que são órfãos porque era preciso acumular fortuna para poderem gozar no futuro os filhos dos Júlios de Castilhos, não serão suavizadas.

A pátria porém será salva, porque se não pode existir Deus sem existir justiça, é preciso que esta justiça se faça, sem o que Deus será a negação de si mesmo.

Bagé, 16 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado  
(Continua)

---

## ECO DO SUL, 20/01/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

Quando a 15 de Novembro o Exército, sem consciência do ato que praticava, fez presente da nação a um sindicato de exploradores sem critério e sem interesses outros, a não ser o bem-estar e a fortuna para seus descendentes, não se incomodando com o futuro da nacionalidade atual, sindicato que tornou-se uma companhia monstruosa, maior do que a Companhia das Índias, pelo número de aderentes aventureiros em busca de fortuna, tendo todos eles como único capital a crença do exército de que tendo dado a isto o nome de república é preciso sustentá-la a custa da própria vida, com sofrimentos e misérias dos seus, enquanto a companhia rouba até o que de direito lhe pertence, o clero brasileiro calou-se, e até um bispo mandou sua benção apostólica ao mostrengo a que batizaram com o nome de república.

Sem nunca sonharem de passar de simples opositorista, quase todos pagos a tanto por linha, como era o senhor Bocaiúva no “País”, como acabo de ler e dificilmente pode-se acreditar era o senhor Castilhos na “A Federação”, o legislador de um país onde se acaba de derrocar uma instituição que tinha como escudo a sabedoria e a bondade de um velho que toda a sua vida tinha passado numa luta ingente pela pátria, os novos legisladores passavam a rasura em tudo, desde os emblemas de ferro dos gradis pela lima e o martelo do operário até a noção do dever, pelo dinheiro da nação.

Foi um banquete de gargantuas, onde a razão e o decoro, a dignidade e o nome sepultavam-se na embriaguez do ouro.

Aos sonhadores que pretendiam adaptar ao governo de um povo que só pode ser profícuo sendo relativo ao maior ou menor desenvolvimento dele, utopias e abstrações, uniram-se como submissos e auxiliares, aderentes tornados tábulas rasas, que tenham perdido as crenças de ontem sem assimilarem as de hoje, e, vivendo pelo estômago, não tinham coragem de reagir e mostrar a nova camada que, sem base não há edifício, com receio de que sendo olhados como sebastianistas, se quisessem alguma coisa durável para a pátria, perderiam o prato de lentilhas, deu em resultado esta “olla podrida”, feita de restos e refugos que os outros povos abandonaram e deram a isto o nome de “leis” da República dos E. U. do Brasil.

Um dos primeiros atos que fizeram, como o pró-digo que atira nos lupanares a herança que custou o amor e a vida dos antepassados, foi a separação da Igreja do Estado.

Queriam uma pátria sem rei e sem Deus, tiveram mais, tiveram-na sem crença e sem esperanças. o clero não protestou e nem podia fazê-lo. mas ao mesmo tempo que baniam a religião tradicional que tem assistido a todos os progressos humanos, oriundos dela, infiltravam na nação como religião as elucubrações de um único cérebro, sem adaptação prática pelas inúmeras premissas que contém que nenhum dos adeptos serão capazes de tirar a conclusão por si.

E o clero calou-se.

Procurou viver, pediu mesmo que lhes deixasse viver, e em vez da propaganda que acordasse nos espíritos a fé adormecida pela ofuscação momentânea, ia para os templos solitários comer a hóstia do Cordeiro de Deus, por tantos mil réis.

Tenho notícia de um padre que, como político tinha de exercer o papel de juiz de casamentos e os faria não como um contrato civil, como fazem os juizes do Norte, mas como exige o ritual Comtista, no Rio Grande, como um verdadeiro casamento positivista, sem ao menos convencer aos contratantes que deviam se casar.

Que poderia também valer para eles a palavra daquele padre que fazia de sua consciência um balcão onde Cristo e Judas seriam bons fregueses...?

Bagé, 16 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado  
(Continua)

---

## **ECO DO SUL, 21/01/1897 P 1**

### **Os fanáticos da Bahia**

Enquanto no clero brasileiro uma pequena parte lutava, ou luta, expondo-se às prisões, às vaias e ao ridículo, a sua grande maioria silencia-se, pelo

medo, sem se lembrar que esse medo ante as massas populares é considerado falta de fé e de crenças ao espírito público de um povo novo que muda de ideias, como as crianças mudam de brinquedos, vai despertando na sensualidade animal, apto a adotar a lei do Alcorão se os maometanos tiverem a ideia de levantar ao rei uma mesquita e com ela os haréns; e as doutrinas filosóficas transformam-se em religião, e os que se colocam nos governos dos estados vão lenta e propositalmente adotando aqueles preceitos filosóficos como leis, porque não fazê-lo seria julgarem-se ignorantes, e fazendo-o justificam os crimes pela necessidade deles nas mudanças de crenças, o clero político, abjura a fé cristã, abandona os dogmas católicos, e sem deixarem de profanar a Igreja e o altar, buscam em nome da Cruz um lugar entre os inimigos dela. Não há quem não saiba a que cruel indiferentismo tem chegado o clero brasileiro em relação os horrores que se tem dado no Brasil, entretanto raramente se ouve falar que eles, como medianeiros entre os homens de Deus, e levassem a Deus, e levassem uma prece para amainar os horrores da “legalidade”, a não ser na Cruz Alta, onde segundo informaram-me, saiam os magotes de presos para irem ser degolados e o vigário fez preces de procissões para Deus amansar o senhor José Gabriel afim de ser mais humano, e o empenho valeu, não para salvar as vítimas, mas para diminuir a ostentação.

O senhor José Gabriel continuou a mandar matar em nome da “legalidade” mas em vez de levar os grupos, levava um a um.

Em cidades, populosas e adiantadas, matava-se no meio da rua, ou antes começava um assassinato na rua mais pública e iam terminá-lo em frente aos hospitais que a caridade pública ergue para asilo dos enfermos que naturalmente pensariam que é preferível ser enfermo a esperar a morte em um hospital a ter saúde e ver fugir a vida pela faca da “justiça legal”.

Compreende-se que o padre não tendo em si aquele espírito de Isaías deve ter medo da morte, e ir dizer aos fazedores de justiça que matar a homens desarmados, arrancá-los de suas casas sem culpa formada, por simples suspeitas, é nem só um crime como uma vileza, nem só vileza como covardia, era chamar sobre si os ódios da legalidade como aconteceu a mim que não sou padre e ao vigário de Bagé.

Não seria curial também que o clero se reunisse e, com o dístico na frente, fosse ajoelhar-se diante do senhor Júlio de Castilhos pedir-lhe que abrandasse o seu rigor, que privasse essa matança de homens indefesos na campanha e nas cidades porque o senhor Júlio de Castilhos, como recruta do rei que danou, se ajoelharia também e pediria que fizessem com que todos se sujeitassem à sua vontade, que o mais que ele poderia fazer era dar-lhes de chicote, que o chicote não mata, mas, assim, eram eles mesmos os

rebeldes que iam levar as gargantas nas facas do seus pobres e humildes executores da lei, que já viviam aborrecidos de cortar tanta garganta que até já tinham escolhido a nuca para as vítimas não ver com o que tristeza eles executavam a vontade delas.

Mas quando um flagelo cai sobre um povo não é fazendo ou se ocultando no fundo das casas que se livra dele.

Fatalmente está condenado, mas alguma coisa que dá coragem na esperança, que consolando as dores, é a representação ao espírito do que outros sofreram mais e tiveram resignação; e busca-se os exemplos que a tradição relembra, e esses exemplos se encontram nos templos católicos.

Se a legalidade do Brasil é um flagelo que pas-seia como o “cholera morbus” de um ponto ao outro tendo seu máximo de intensidade no Rio Grande do Sul, ao clero brasileiro impunha-se o dever de abrir os templos onde se guardou aqueles painéis e chamar para eles todos os sofredores e ao som do órgão entoarem o “Dies iræ! dies illa. Solvet sæclum in favilla.”.

Isto não modificaria a “demofobia” do senhor Júlio de Castilhos, mas faria lembrar aqueles infelizes que todos os povos que tem governos como os dos Herodes e faraós estão sujeitos aos mesmos flagelos.

E se naqueles tempos o povo era mais do que escravo besta de carga, surgiu depois uma vítima para abrir-lhe o espírito e ensinar-lhe o caminho da dignidade humana.

Esta vítima está ali no templo da esquálida figura do divino Cristo.

Morreu por se opor aqueles que dispoendo da força fossem os opressores de seus próprios irmãos e seus algozes.

A lista Maria, a “Mater dolorosa”, que via morrer o filho para aliviar o sofrimento dos que haviam de vir, e os fariseus que eram fortes e tinham por si as legiões de Roma, foram destruídos pela própria culpa, porque os que oprimem precisam escravizar-se ao instrumento da opressão, que os devorará um dia.

Nasceria nas almas sofredoras a resignação na esperança de que todos os crimes serão punidos e a esperança começaria a ver sua realização nisto: “foste tu e não eu, foi por tua ordem, que comete todos esses crimes que só a ti interessava, que já se manifesta nas falanges da ‘legalidade’”.

Assim o clero ensinando a resignação e confortando a esperança teria o esplendor de profeta ante as vítimas, que seriam tidos como emissários de Deus.

Mas isso não se deu, e em parte do clero deu-se o contrário disso.

Bagé 16 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

## ECO DO SUL, 23/01/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

O clero e o exército são duas classes que se assemelham e se aproximam, pela disciplina, conquanto o conceito público as distancie, porque vendo no soldado uma arma, que fere e mata, julga que ele faz por gosto ou por luxo, não se lembrando de que ele, o soldado, não representa uma vontade sua, mas um executor de ordens, um defensor da nacionalidade, sua fortaleza, seu paladino, e para isso ela busca cercá-lo de todo o prestígio, busca garantir-lhe o pão em toda vida, quando mutilado, em serviço, e o da família, “post mortem”.

Não nos preocupamos, aqui, do soldado que luta em guerra civil, porque esse modelo só existe nas repúblicas latino americanas. Nelas um soldado, ou seu Exército, não pertence a nação, pertence ao governo, qualquer que seja origem dele, e o seu modo de viver.

Na América Latina os governos nem são oriundos de uma raça privilegiada, que o poder, tornado dogma, fazia remontar ao direito divino, nem são oriundos das massas populares que livremente escolheram o de mais prestígio, ou o de mais sabedoria, ou de mais virtudes: são ao contrário disto, o produto de conchavo, de coalizões onde o povo não é mais do que um rebanho a tosquiado e a nação um pedaço de terra a arrendar.

Mas se o governo desse meio, como os imperadores romanos na agonia daquele grande povo valeroso, que tinha vontade e decretava leis, o povo latino americano não é mais do que o adeso ao poder, o silenciador em face do descalabro da nacionalidade, obediente até o servilismo, corrupto até a infâmia, autoritários até a ferocidade, os que, nascidos dele, essa corrupção coloca no fastígio, porque então eles tornam-se senhores, dispõem do Exército que a nação paga, destroem esse exército para destruir o povo que grita, por miséria, e os que lucram com esse comércio de mortes para continuarem na supressão de vidas, levantam-lhes estátuas.

E o povo que sofre, o povo que morre, o povo que vê na sua destruição o desaparecimento da pátria, porque ela não é o pedaço de terra que será eterno enquanto o mar não o destruir, mas as famílias unidas por laços de sangue e de costumes, recebe ainda a injúria de pagar a “glorificação” dos que por interesses individuais lhe fizeram derramar sangue, vestir-se de luto, chorar de misérias.

Ordinariamente o povo que sofre, o povo que paga, lamenta e crimina ao exército, na América Latina por tudo que sofre.

É um engano.

Não é ao exército que se deve criminalizar, porque o exército sofre mais do que o povo. Livre, dispondo de força e de coragem para o trabalho o homem pode buscar em qualquer parte no esforço pela vida, o pão cotidiano, única parcela que lhe pertence na sua peregrinação pela existência, apto a viver na abastança relativa ao trabalho, apto a fazer fortuna, ao passo que o soldado é preso a farda como um poste de sacrifícios.

Nos exércitos de nações que não estão à mercê do imprevisto, a carreira militar é um sacrifício pela pátria, mas cada condecoração indica um esforço em prol de sua grandeza, e a justiça na recompensa é infalível.

A América do Norte não tem Exército, propriamente dito, porque todo cidadão é soldado.

Na América Latina o exército é uma arma política. Nenhum governo pode “governar” sem o seu **tribuo** — de onde nasce a aquiescência, pode-se dizer subordinada, do governo às figuras salientes, por simpatias do exército.

É por “esse critério» também que geralmente dão-se as promoções, e são escolhidos os que devem desempenhar comissões honrosas ou lucrativas, de onde resulta a criação dos descontentes no exército, descontentamento justo, porque muitas vezes os que mais trabalham, os que mais se esforçam pela disciplina, ou prática da arma, os que vão ao campo de batalha são preteridos pelos que não saíram do centros populosos.

É esta a origem dos partidos no exército, porque o preterido de hoje, o que ontem comandava e hoje é comandado pelo seu com mandado de ontem, espera ocasião de poder de novo inverter os papéis, mas, para isso, só pode contar com a mutação dos governos.

Demais não havendo uma classe militar com limites definidos, o exército é formado indistintamente com todos que se julgam aptos para carreira. Ora, entre os latinos as crenças políticas são mais efetivas do que racionais, de onde resulta que o exército é composto de indivíduos que simpatizam por tal ou tal partido, que neste ou naquele tenho seus progenitores, seus irmãos, seus amigos, seus benfeitores.

Os soldados compreendem bem as exceções e sabem bem fazer justiça.

Não há muitos dias, que passou, em passeio senhor general Carlos Eugênio. Um sol terrível e um calor asfíxiante fazia cair muito soldados dos que formavam a brigada de honra.

Quando passava o general, ao som das fanfarras marciais ao dissipar-se o fumo das salvas dos canhões, um soldado disse: “quando é para brigar, e comer carne de cachorro, é o velho Teles, quando é para festas e fazer morrer de calor, são os de bordados.”

O oficial próximo procurou saber quem falava e ninguém o denunciou, sinal de que todos eram da mesma opinião.

O conde Tolstoi na autocrática Rússia, levantou a ideia de que ao russo é permitido alegar que não quer fazer parte do exército, porque a morte nos combates é um assassinato e por isso não deve servir no exército a quem repugna esse assassinato, e esta ideia vai crescendo; na América Latina os exércitos quase não tem lutas externas, mas diariamente tem lutas contra irmãos que a opressão obriga a pegar em armas, ou a sede do poder e do ouro.

Entretanto entre os oprimidos estão os de onde saíram os soldados, seus amigos, seus parentes, seus “correligionários políticos”, e a estes que eles vão matar ou às mãos deles morrem.

Se não vão, são covardes, se desertam infamam-se e perdem todos os anos de longo sacrifício, portanto, para não serem covardes, para não perderem o pão da família tem que sujeitar-se ao duplo sacrifício de arriscar a vida pelo interesse individual de terceiro, de ir matar aqueles muitos dos quais ele salvariam a custa da própria vida, se não fossem soldados.

Haverá sacrifício maior?

Entretanto, não há muito em uma linha de tiro ao alvo, lá nos sertões do Piauí, um tenente-coronel declarou aos soldados que era preciso aprender a atirar, não para conter o inimigo astuto que espera o novo esfacelamento para aproveitar-se da nossa fraqueza, mas para apontar certos nos peitos dos que vendo as desgraças do presente, horrorizados ante o futuro de vergonhas e misérias que nos espera, têm saudades dos outros tempos.

Mau presságio para vós, senhor tenente-coronel.

O senhor Mena Barreto pediu um dia no Congresso para se mandar espingardear o povo na rua, porque ousava dizer que esta república é uma choldra.

Não tardou muito o senhor Mena Barreto achava-se com o povo na rua, e dali, foi reformado, e lá se foi matar mosquitos no Cucuí.

E se uma das milhares de vítimas dessa República dissesse a esse tenente-coronel: fostes soldado da monarquia, talvez o que mais adesão buscáveis para ela, e por isso como o cristão que renega sua crença pelos gozos do serrallo, quereis o sangue dos vossos antigos irmãos, não faltaria quem não visse nisso um insulto à classe, tal é a corrupção dos sentidos quando em vez da convicção guia-os o interesse.

Bagé, 20 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

### **Os fanáticos da Bahia**

Se o clero secular, não tem, como o soldado, o modo definido de ação e obediência, conquanto, ao oficial seja permitido exercer o direito do voto, e portanto manifestar suas opiniões políticas, opiniões que em um país como nosso, e como a França, não podem ser francos, porque, sobretudo no Brasil, o oficial que se declarasse francamente monarquista seria tido como traidor porque o militar não tem o direito de desejar para o país um outro governo a não ser o vigente, tem contudo de observar os preceitos e dogmas da Igreja, difundir-los em todo terreno, fugir, de tolerar ou submeter-se, a tudo que pode ferir, direta ou indiretamente, esses preceitos ou dogmas.

Ao clero político porém, isso não importa.

A política, não é, nesta triste fase por que passamos, a higiene social, que purifica o ambiente, que conserva os bons costumes, ou os melhora, ou os corrige.

Não tem por fim fazer progredir a nacionalidade ou privar que se degenera, e portanto sucumba.

É um amontoado de preceitos escusos, servindo apenas de meio, ou caminho, para os indivíduos agrupados chegarem a posse de seus desejos, onde a nacionalidade nada tem se não o enfraquecimento constante e progressivo, onde o povo em sua totalidade é apenas o tributário de suor e sangue, e uma diminuta parte, a “elítica” a desfrutadora, a privilegiada, que nascendo da esperteza e dos conchavos, para não perder as posições que usurparam, ou melhor, que roubaram, exige a vida dos que nada têm com isso para se poderem garantir.

Esta política, portanto, é antítese absoluta dos salutaros preceitos cristãos, entretanto o clero político está completamente filiado a ela.

Desde o rótulo da bandeira de Ordem e Progresso, até a educação das crianças se manifestam as teorias filosóficas de Augusto Comte, que são em tudo opostas às doutrinas simples, claras e recíprocas do cristianismo; entretanto o clero político se coloca a seu lado sem abjurar a igreja, que segundo ele, é a única adaptação do cristianismo, a não ser quando querem se casar e encontram pais que lhes dão filhas, não se lembrando que se um abjura sua fé, por um afeto ou interesse, a tudo abandonará quando outro afeto ou interesse lhe aguce a cobiça sempre crescente e insaciável.

Para demonstrar que não fantasiámos, não precisamos mais do que lembrar alguns fatos muito recentes.

Sabe-se que o partido dominante no Brasil, para se denominar republicano, adota a teoria de Comte, sem o que arriscaria perder a sua mascote.

Esse partido tem feito no Brasil um sulco profundo pela enxurrada de crimes, baixeiras, latrocínios e despudor, a ponto de ter aberto profunda ferida na dignidade nacional, sem contar o sangue e os horrores que em nome da “legalidade” se tem feito derramar, e cometido.

A parte o Rio Grande do Sul que, a quatro anos, se colocou fora da lei da humanidade, no Paraná, em poucos dias foram cometidos por este partido horrores tais que repugna imaginar-se; entretanto ali fazem parte deste partido muitos padres que vendem as consciências para ocuparem posto político, quer seja de juiz de casamentos quer de senador, sem deixar de mastigar a hóstia, como mastigam as propinas partidárias amalgamadas com sangue o martírio dos que foram atirados no abismo do quilômetro 65.

Em Sergipe dois padres disputavam a posse da chave do cofre estadual.

Ambos tinham direito porque o direito, neste país, é apenas o poder dispor dos elementos que destruam.

Não convinha porém o senhor Prudente de Moraes contrariar a vontade do senhor Coronel Valadão, portanto mandou que os soldados brasileiros expusessem a vida e matassem alguns pobres diabos para colocar no poder o petardo que o senhor Valadão gerou.

O que viu-se depois?

É irrisório, mas num país que tem descido tanto quanto este infeliz Brasil, tudo é natural e é para admirar-se que haja ainda infâmias que não fossem decorrentes de virtude legais, talvez porque se as guardem para a apoteose.

O padre governador de Sergipe, onde como em todos os estados, a lei é comtista, telegrafou ao senhor Prudente de Moraes agradecendo-lhe a sua magnânima proteção graças a qual é mais a boa vontade do Senhor Marechal Bernardo Vasques e do “Sagrado Coração de Jesus” ele podia comer o dinheiro dos contribuintes e mandar matar a gente lá por Itabaiana.

Ora, vendo-se a confabulação do senhor Bernardo Vasques e o Coração de Jesus para fazer a legalidade desse padre, compreende perfeitamente que o Jesus cujo coração esteve em coito danado com sr. Bernardo Vasques, não é o outro senão o diabo, já que Judas não teve o privilégio da eternidade.

É isto que por toda parte se vê.

É a isso que a política tem arrastado este pobre país, onde até a crença, a promessa do consolo aos aflitos, são levados a sepultarem-se na cloaca que se quer denominar de alma nesses monstros.

Até esse coração que a poesia religiosa apresentou como o suavizador de todas as mágoas, como o ródio divino para todas as almas que o desconforto busca fanar, eles entregam como arma de perfídia e pressão.

E tu, suave mancebo Nazareno, tu que deste tua vida nesse sublime martírio que há dois milênios vem suavizando as dores, o cativo do pobre povo que se transforma em escravo dos potentados e dos traidores, tu também concorrestes com o senhor Bernardo Vasques, o gerador da “legalidade” do Rio Grande para alegrar a alma torpe desse governador do Sergipe que te venderia tantas vezes quantas fossem precisas para o senhor Bernardo Vasques aumentar mais alguns contos de Réis a sua fortuna?

Não, Redentor Jesus, não foste tu, não, o Jesus do que fala de padre, não pode deixar de ser o diabo.

O fim, com que o relembra, a companhia que lhe deu para a ação, obriga a acreditá-lo.

Bagé, 22 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

## ECO DO SUL, 26/01/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

O templo católico, filho dos preceitos de Cristo, devia de ser o ponto onde se reunisse todos os que tem o espírito em sofrimento, que ali buscassem seu consolo nas promessas do Cristo de que os que choram serão aliviados, e nunca servir para tomar parte nas lutas políticas, transformando o seu púlpito em tribuna de demagogia pela ideia ou adesão do Padre que a ocupa.

Na imprensa há bastante espaço para isso, porque ali, cada qual responde suas ideias, ataca ou defende conforme a intuição do seu espírito.

O senhor Marechal Floriano Peixoto, criando em torno de si um partido que só teve em mente destruir o adversário, portanto criou nos adversários um partido cheio de ódio, corolários da dignidade humana, quando ofendida, direito da vítima contra o algoz.

Se os que sofreram, os que sofrem ainda, devido a indiferença com que o senhor Floriano tratava a vida e o direito do seus concidadãos transformados por ele em servos de gleba, não podem privar que o seus partidários a endeusem, conquanto a regra geral seja a ingratição, os partidários do senhor Floriano por mais armas e cadeias de que disponham, não poderão fazer calar no espírito dos que viram por ordem dele a vida transformar-se num inferno, o ódio, as determinações, as acusações, ou, ao menos, as queixas que até aos escravos eram permitidas.

Nos circos romanos, quando Cymodocea, condenada à morte por ter abraçado o cristianismo, narra Chateaubriand, ia ser entregue ao suplício, apareceu o velho pai, que era sacerdote das musas de que ela era sacerdotisa, apelando da sentença, porque, dizia,

sua filha é uma sacerdotisa, era sua filha dele cidadão romano, por isso não podia morrer ou ser escrava, tal era às vezes a comutação da pena de morte lançadas contra os cristãos.

O povo comoveu-se ante as lágrimas e a venerabilidade do velho Demodocus, e exigiu a entrega da filha que não era cristã.

Já os tigres uivavam sequiosos vendo a vítima que acabava de ser trazida para o meio da arena.

O velho pai em prantos exortou dizendo: vão de matar porque dizem que tu és cristã.

Aquelas feras que ali estão iriam te devorar se o fosses. Mas tu és sacerdotisa das musas, tu vais declarar a César e ao povo romano, que tu não és cristã, que não podes ser devorada. Fala, vê as barbas brancas de teu velho pai, de quem és o único consolo, vê por suas lágrimas a dor que lhe vai na alma pela ideia de perder-te.

Fale, fale, bradava a multidão, diz que não és cristã e assim te salvarás. E a bela Cymodocea erguendo aos céus os olhos suaves, como se neles já se refletisse a glória dos anjos, sem tremer ante o rugir das panteras cujos dentes em pouco despedaçariam o formoso corpo, disse, confirmando sua sentença de morte — eu sou cristã...

Assim, como de Cymodocea, uivam em torno dos que ainda são brasileiros, dos que não vendem a pátria pelos lucros e posições pessoais, os que “sabem amar esta república”, começando pelo senhor Júlio de Castilhos e terminando neste tenente-coronel da linha de tiro do Piauí, que talvez, sendo soldado, ainda seja dos que para garantir as instituições precisam assinar e o documento que a tal estão dispostos, todos que jogam que a ferocidade, o assassinato, o peculato são as provas da Ordem e Progresso, e que para terem o direito de fazerem tudo isso é preciso matar ou jugular a nação em sua quase totalidade.

A nós, porém, não intimidam esse ranger de dentes, nem o olhar vesgo da crueldade.

Já provamos nos sofrimentos de toda natureza, e se para viver é preciso calar, se calar é consentir sem protesto na morte desta infeliz nacionalidade, nós preferimos falar, chamar contra nós todos os dias, mas satisfeito como Cymodocea no circus romano, dizendo “eu sou cristã”, nós podemos dizer: somos brasileiros, isto é, amamos a nossa Pátria e por ela lutaremos até o último alento, diremos que a matam,, que a infamam, que a vendem, todas as verdades que é preciso dizer, e se isso não acordar o espírito dos bons, será sem dúvida a nossa condenação, a nossa morte sempre preferível à vida infame em uma pátria jugulada e oprimida.

Rio Grande, 24 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---



**ECO DO SUL, 29/01/1897 P 1**

### **Os fanáticos da Bahia**

Se os homens que tudo roubaram ao Marechal Floriano, ou aos quais ele tudo deve, desde a serenidade e a justiça que deve caracterizar o chefe da nação, até os mais rudimentares sentimentos humanos, fossem seus amigos, buscariam silenciar em torno do morto tudo que por sua ordem ou em seu nome foi feito em proveito deles, único meio de modorrar a dor nos que, em benefício de outros, receberam feridas que não desapareceram senão com a família.

Mas não. Habitados a tudo terem à custa e com o sofrimento do Exército, eles buscam perpetuar esse meio de ação que tudo lhe tem dado na quitação do lar ou nas arruaças da rua, e o que empregam é o nome do Marechal para fazer o exército o eterno fator de seus crimes.

Começava a imprensa a narrar os horrores do Paraná e Santa Catarina, e o senhor Prudente de Moraes como o mendigo que agradece às nove longa cantilenas, cognominava ao ao Marechal de **humanitário**.

O senhor Júlio de Castilhos que quando julgou que o Marechal presidente iria ser o supremo magistrado da nação e não um instrumento de partido, chamou-o de **marechal três vezes traidor**, ainda a ter as roupas cheias de sangue, mas insaciável como é, apesar dos milhões do patrimônio nacional que ele mandou de presente Marechal, apesar das muitas mil mortes feitas nos seus concidadãos pelo Exército Brasileiro e de outras tantas feitas no exército pelos que não queriam viver “jugulados e oprimidos” pelo senhor Castilhos, que para isso só teve o exército, classificou-o de salvador da honra do Rio Grande dando-lhe o cognome de — Magnânimo.

Ainda vê-se as portas das casas fechadas porque as viúvas e filhos dos fuzilados tem medo da luz que clareou aqueles horrores, e já se quer levantar estátuas para fazer com que as feridas nunca sejam cicatrizadas, para que os órfãos nunca deixem de se lembrar por que são órfãos e a nação continue dividida, e o exército que é da nação continue, pela tradição, a apoiar a parte que explora e mata a própria pátria tendo como meio o próprio exército cujo fim único é defendê-la.

Não ficam nisto. Se o exército tem chefes que não combinam com esse acervo medonho que cobriu de lia a todo esse povo, eles buscam insinuar que esses chefes são traidores, são inimigos, e desde o momento que tem certeza que a sugestão se estabelece, para terminá-la eles insultam aqueles em documento público e o exército que as vezes se dói pelo insulto a um soldado sem brio e como tal conhecido por

ele, cala-se ante o insulto feito aos dignos porque o insultador nesse mesmo papel faz apologia do Marechal pela fortuna que lhe deu.

E os que sofreram, os que sofrem, os que hão de sofrer olham desolados para o futuro, vem a queda da Pátria, o desaparecimento próximo da família com que os que se ocupam em segurarem-se nas posições onde foram colocados, ou não vem ou não se importam.

Para onde voltar portanto o pensamento, a pedir consolo e resignação os que não podem lutar, os que não poderão vingar-se?

Para o templo, para Cristo, o grande mártir, mas ali também está a mesma linguagem, a mesma apoteose, o mesmo insulto às vítimas, o mesmo revolver da ferida.

Só há portanto para a família brasileira, a angústia e a dor para uns e o riso de escárnio dos outros?

Bagé, 27 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

---

**ECO DO SUL, 30/01/1897 P 1**

### **Os fanáticos da Bahia**

**Reverendíssimo senhor cônego doutor Emílio Lopes Freire Lobo.**  
**Bahia.**

Meu velho mestre e amigo — só agora me foi dado ler na transcrição, em jornal local, a vossa homilia, sagrando todos os horrores da guerra civil no panegírico com que exaltais as qualidades do que a presidiu sem misericórdia e sem descanso.

Na vasta nave da marmórea Catedral de nossa terra, onde sempre ecoaram os hinos sagrados, em agradecimento pelas vitórias do Exército Brasileiro, morrendo para libertar a um povo estranho, da tirania que o oprimia e jugulava, onde as frases incomparáveis de Barroso, Carneiro, Teodolindo e vossas, descreviam os fatos daqueles heróis que deixavam os ossos, “do vasto pampa no funéreo chão” ergueu-se agora vossa voz para sancionar o início da ruína da nossa pátria, para canonizá-la.

Talvez tivestes razão.

Nesse templo adusto, que relembra a nossa origem porque nasceu com os primeiros que edificaram a nossa nacionalidade, dormem as sombras dos heróis que a dignificaram, que a libertaram.

Suas paredes absorveram as páginas da história do nosso povo narradas, de seu púlpito, desde o padre Antônio Vieira, até vós.

Sua abside guarda ainda os trapos das bandeiras que levavam nossos irmãos aos combates, de onde voltaram triunfantes.

Se o fumo das batalhas roubou-lhes a cor, se as balas e as vibrações do ar desfizeram-lhes os tecidos, elas se tornaram mais belas porque conduziram o último olhar dos moribundos pela pátria, que nelas enviavam-no a esta pátria por que morriam, e os que sobreviveram quando queriam avivar a lembrança dos que lá ficaram, vão ali para falarem-lhe, para se comunicarem por esse olhar dos vivos, fixando o objeto que recebera o último olhar dos que morriam; e os descendentes dos heróis daí saiu orgulhosa dizendo consigo: aqueles trapos, aquelas velhas bandeiras agitavam-se no ar, movidas pelo vento da vitória, quando os meus morriam alegres por que morriam pela honra da pátria.

Dissolvida, oprimida, aviltada, insultada a nossa Pátria, era preciso fazer desaparecer até, do seu primeiro templo, a lembrança dos heróis, e para isso nada mais era preciso ter que fazer ali, com o sangue dos irmãos, com as lágrimas de milhares de viúvas e órfãos, a coroa de louros, única cabível aos heróis das matanças de um povo que clama por liberdade, que tem sede de justiça.

E fostes vós, meu mestre, foi a vossa figura branca e bela, tornando-a venerável pelos cabelos brancos que a devem engrinaldar hoje, a quem coube a missão de fazê-lo.

Fostes vós, meu mestre, vós, padre liberal, vós filósofo ilustre em vossa juventude, vós o poeta e que em versos heroicos cantastes os soldados de Cristo, cantastes, portanto, os mártires, a quem coube, em vossa velhice, quando passar louros e as glórias que já foram colhidas ou não serão mais, o papel de insultar as vítimas, de aumentar aflição dos aflitos, justificar a opressão, tonificando a vesana dos opressores.

Que triste abjuração de crenças, que funesto derrocamento de um passado digno!

Ministro de Cristo, abandonaste o seu altar onde as vítimas viam fonte do consolo, levando para ele a sagração dos opressores e o insulto aos oprimidos., poeta, transformaste a vossa alma sonhadora em prol do bem e das grandes ideias em turíbulo de incenso partidário; cidadão, homem liberal, perdesse a vossa altivez, a vossa virtude cívica, tendes de envergar o burel dos entes submissos a quem se ordena consciência, a quem se manda como instrumento aviltante contra os que morrem para não se desonrarem; vos dirão todos os que sofreram as dores da luta, todos os que sofrem as consequências dela, ouvindo ou lendo o vosso panegírico, mais cruel do que os esbofetear pelo carrasco as faces da cabeça separada do corpo pela guilhotina, porque aquele era um carrasco, tinha as mãos sujas de sangue, vós sois um padre, vestis a alva da pureza, tendes as mãos lavadas nas águas da inocência.

Mas se Pilatos perguntava a Cristo — o que é a verdade? Vós dizeis com energia — esta é a LEGA-

LIDADE.

Esqueceste-vos, porém, que a 15 de novembro existia também uma legalidade não feita por quem a perdeu naquele dia, porque então se diria que a havia feito em interesse próprio e portanto derramar sangue por ela seria um crime singular, mas para uma geração de amantes da Pátria, hoje extinta, que todos sofreram, desde o exílio até as prisões, mas não recuaram enquanto não obtiveram a nossa nacionalização, que se não nos deu progressos rápidos que matam hoje para dar lugar a outros de amanhã, ao menos deram-nos um nome de que ainda vivemos dos destroços, deram-nos paz durante muitos anos, e nas guerras impreteríveis não se mutilavam cadáveres, não se vingavam nos filhos dos crimes dos pais, não se matava em nome da lei aos que se quietavam, não se tiravam das prisões os que a lei devia punir, para levar luz ao matadouro como reses, não abrigaram as terríveis represálias que nos tornariam canibais, ao passo que a legalidade que exaltais foi feita por quem tinha obrigação de defender a outra; foi o seu fator quem depois impôs-se a nação, quem provocou no Rio Grande essa guerra civil que manchará o nosso nome por muito tempo, quem mandou sem processo matar a velhos servidores da pátria tão cheios de serviços como os que mais os tiveram, a pobres inocentes sem culpa e sem defesa, e quando os pobres soldados que deviam matar a um velho general ouvindo-o dizer que ia morrer sem conselho de guerra, atiraram as armas e abraçaram o velho chefe, lavraram também a própria sentença de morte.

Legalidades como esta, meu amigo, podem ser aclamadas nos clubes políticos, mas nunca, nem mesmo nas ruas onde provocaria protestos, muito menos num templo que é asilo de todos, e principalmente dos infelizes.

Bem quisera saber, que figura teria vossos olhos a partir da imagem do Cristo, o perfil daqueles missionários carregando nos ombros crianças indígenas pelos sertões, que se vê nos painéis do teto. Sem dúvida todos esses mártires do dever vos pareciam monstros quando na vossa eloquência incomparável dignificáveis a “legalidade”.

Em verdade vos digo: quando a obcecação de um povo chega até os que deviam insinuar-lhes a resignação e o perdão, esse povo está condenado a desaparecer em pouco.

Bagé, 27 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

### Os fanáticos da Bahia

Quando se lê a história de Napoleão, escrita, por assim dizer, por admiradores que nunca estiveram no campo de ação, e só pelos resultados fatais, remontavam aos feitos, fica-se entusiasmado ante o gênio guerreiro do herói do Thermidor, mas quando se lê a história imparcial, estudando as pequenas coisas, quando o entusiasmo não nos faz julgá-lo pela imaginação de Victor Hugo na sua monumental descrição nos — Os miseráveis —, da batalha de Waterloo, e lê-se depois a história daquela célebre batalha por um major inglês, que ali ficou como cicerone para os visitantes, que não nega nem o valor, nem a dignidade dos franceses, que faz arrepiarem-se as carnes de quem lê, ante tanta bravura, fica-se convencido de que o moderno César na França, o moderno Alexandre na Itália não foi mais do que um filho do acaso, carregando sobre os que fugiam, acumulando as glórias dos que morriam, mesmo quando já em retirada, em derrota, aparecia um Dessiex que ia reaver a vitória, e morrer na ação para dar-lhe todo renome, se não teria de morrer pelo laço legal, depois, como Pechegru, ou seria aniquilado como o duque de Eugiheu, o último dos condes, porque fazia convergir sobre si os olhares da simpatia pública, foi um desastre em Waterloo onde não soube aproveitar as probabilidades que os franceses lhe deram muitas vezes, de vitória, e onde seria um vitorioso pelo que se depreende nas narrativas dos próprios adversários.

Entretanto Granchy continua no ânimo dos leitores como traidor, quando foi o que mais se distinguiu depois do desastre.

O mundo é sempre o mesmo, é hoje o que foi ontem.

As lutas, o esforço de todos onde muitos pertencem sempre há um que muitas vezes não der a um passo para levá-las, mas seria como um autômato, ou esperava as aclamações, mas se um desastre sobrevém, deve ele ser lançado sobre o pobre diabo que no seu posto se conservou. **Se bom, tudo é meu, se mau, só para ti.**

David, o célebre pintor clássico, o convencional que negava direito de vida a todos que não comungassem nas mesmas ideias de destruição pela liberdade, foi dos que mais incensou ao cônsul que vendo a França aniquilada pela anarquia feroz e prestes a sucumbir pela coalizão que em torno se formara, mas a que a dignidade se opunha, e a fatalidade tendo o colocado à sua frente, tudo fez e tudo destruiu em proveito próprio, desde a guerra desastrosa da África onde abandonou o exército para não perder, pelo esquecimento, o nome que ganhara até a fuga da ilha de Elba, onde os soldados se levantavam só em ouvir-lhe pronunciar o nome, e o próprio Ney

que vendo o perigo a que ele arrastava França se declarava pela realeza e prometera trazê-lo morto ou vivo, aderiu e foi por isso morrer fuzilado no pátio depois dos desastrosos cinco dias terminados em Waterloo.

Na invasão da França, quando Napoleão se apresentou na Bretanha, todo mundo fugia ou adería. Quando ele passava uma ponte romana, apresentou-se uma mulher alta, de fisionomia bela e respeitável pelos cabelos brancos, que pegando-lhe nas rédeas do cavalo perguntou-lhe: — não estás satisfeito de sangue, monstro? Queres levar a França à sua ruína completa? Volta, porque vai ser punido.

Napoleão empalideceu e disse num tom de quem pede: — mulher, deixa-me passar.

— Bem, vai, disse ela, não tens pena da França, os teus dias estão contados.

Esta Fidalga bretã era madame Becker, sogra de Joseph Autran, cujo sangue ainda corre em meus filhos.

Lendo-se Thiers, fica-se sabendo que Napoleão passou os Alpes sem o menor conhecimento do terreno, como sempre acontece aos heróis que ganham sua esporas de cavaleiro em frente ao imprevisto, e não nas batalhas estratégicas ou campinas onde o maior número de mortos pesa na balança em favor dos que os mataram; que havia ali um forte impedindo a marcha, onde o exército francês teria de estacionar ou retroceder; que Napoleão passou os Alpes montado em uma mula, por ser animal seguro de patas, das que cavalgam os montanhese e os monges de São Bernardo, entretanto David, o pintor clássico, pinta Napoleão a cavalo, nos Alpes, com as roupas agitadas pelo vento, e o cavalo inquieto enquanto ele lançava o olhar sobre a verde Lombardia, que dali não se avista.

David, portanto, dava a Napoleão formas extraordinárias onde ele devia ter o mesmo aspecto que nós quando comíamos pinhão nos matos do território contestado, e tomava para ele toda glória dos franceses.

As vezes isto é bom, porque dá-se-lhes também todos os horrores cometidos, e morto ele, esses horrores o acompanham deixando livre a nação da mancha que seria eterna se lhe desse sua parte.

Dando ao senhor Floriano todas as glórias da legalidade, morto ele, ela, a glória, desapareceria do Brasil que talvez a pudesse esquecer, talvez deixasse de odiar, porque o autor, o mandante, já havia desaparecido, se não fosse o prazer que tem os interessados em avivá-los, se não aparecesse quem a promete todos os dias, se não fosse aí estar o senhor Júlio de Castilhos que a encarnou.

Bagé, 28 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

### **Os fanáticos da Bahia**

Se o povo ignorante que precisa de exemplo para seguir, e os segue loucamente sobretudo se eles são perversos e licenciosos, porque na natureza humana predomina sempre os instintos da besta, que somente os bons costumes refreiam, viu no clero brasileiro, salvas as exceções, as mesmas paixões políticas dos outros homens, a mesma mentira, a mesma injúria, a mesma calúnia que só são do meio de propaganda nesta infeliz América do Sul tão jovem, e já mais corrupta que a velha Europa, e se convenceu de que estás homens não podem ser ministros do divino Cristo, por outro lado viu o que há de mais sórdido, demais abjeto no clero estrangeiro que para cá vem somente com o fim de ganhar dinheiro.

Devem haver exceções entre os padres seculares; e não se deve compreender entre eles os estrangeiros pertencentes ao ordens regulares que tem tido no Brasil verdadeiro apostolado nos sertões onde a vida para eles não difere hoje do que tinham vocês catequistas dos tempos idos.

Muitos conheço, verdadeiros tipos de virtudes, pacientes, os conciliadores, honestos, de ilustração vastíssima em todos os ramos da ciências naturais, tendo como exemplo, para não deixar de citar o nome, meu especial amigo Padre José Dorme, lazarista, meu hóspede companheiro de investigações naturalistas no Sertões da Bahia, missionário pregador mérito, e hoje, depois de velho e cansado, educador de crianças no Alto São Francisco, na comarca do Urubu.

Duvido muito que o estado do padre José Dorme não tenha modificado muito a vida selvagem dos habitantes daquela localidade cuja população é, por assim dizer, nome, pelo número extraordinário de barcos que chegam e saem diariamente, sendo a noite passada em terra pelos barqueiros entregues a todas as de soluções de onde resultávamos crime de homicídio diariamente.

O padre estrangeiro que busca uma igreja faz pelo seu balcão. Sem asseio, sem a mínima reverência pelo templo, pelo culto e até por sua própria pessoa, tudo para ele é material, tudo indiferente.

Se uma família de luto vem na crença de que uma missa é uma prova de dedicação ao morto, ele ajusta, impõe e sobe para o altar sem a menor compunção me diz a missa às pressas, como quem corta um pouco de toucinho, e talvez para poder ir cortar o depressa, na venda porque ordinariamente são também — pulpeiros.

Isso que parece nada incluir porque segundo eles, o que serve é a missa e não o padre que a celebra,

muito influi no espírito público, sobretudo os moços ávidos de crenças e convicções, e o povo ignorante é sempre uma criança cuja alma precisa ser modelada.

A não serem as exceções que, com prazer repetimos, existe no clero, a não ser essa nobre missão dos missionários que gasta uma vida nas catequeses, a não ser o sublime apostolado desses padres que se dedicou a educação das crianças, e cuja frente se acham os da escola de dom Barco, se não ser esse exemplo raro o doutor Ibiapina transformado em missionário depois de velho e tantos e tão bons serviços prestou no flagelo da seca no Ceará e que deixou discípulos humildes e dignos como vi um em Pilão Arcado que humildemente pede e obtém para os miseráveis, educa-os, consola-os, faz-lhe tomar a nova vida, e onde chega ergue um templo tão majestoso como as próprias pequenas cidades não os tem melhores como os que vi em Pilão Arcado e Remanso, No rio São Francisco, que disseram-me, não serem dos melhores que ele tem feito, sendo ele mesmo pedreiro e arquiteto, e cada homem dando-lhe uma semana de serviço de boa vontade, pode-se dizer que a população do sertões ou campanha do Brasil, só são cristãos porque batizaram-lhe, e continuavam a ser porque só assim se poderiam casar, o que hoje é “dispensável”.

Mas sem saber ler, sem ter um padre que lhes explicasse a doçura, a bondade, o consolo, a esperança que contém os singelos preceitos de Cristo, facilmente imaginação aceitará o absurdo que se apresenta como dogma, o escrito que se impunha como expiação, por mais duro que seja esse sacrifício, ainda mesmo que seja o flagelar das carnes, por meio de cortante azorrague, em procissão, pela rua, com os lombos nus a sangrarem, com o rosto coberto para não serem conhecidos, como em minha infância vi, que repugnou-me e até hoje me irrita.

Mas o povo precisa de uma crença; o povo não lê filosofia, não estuda a célula, não pensa no plasma nem na “monera”.

Não julga o espírito em produto da matéria tanto mais delicada quanto mais perfeito for cérebro de onde sabe, como a chama tanto mais límpida e clara quanto mais puro for o gás ou carbureto que a alimenta.

O povo crê num Ente supremo, num ser Criador. Crê que a vida lhe foi dada por ele. Crê que Cristo foi quem melhorou a sua sorte dele, ensinando-lhe a conhecer o seu valor, dizendo-lhe que o brio é o que faz um homem, e que esse homem não pode ter um senhor.

Que se o forte, o poderoso, o oprime, ele tem direito de lançar mão da astúcia para se libertar, tem o direito de fazer sofrer ao forte o que o forte o faz sofrer. E ele compreende que há o veneno, há o punhal, há o fogo, há a dinamite. Lutará sempre até

que os “senhores” compreendam que é melhor viver com pouco, e na paz, do que ter muito mas não ter um momento de descanso. Que esta não é a luta pela vida, esta é a luta pela morte.

E se a esse povo apresenta-se um homem, que lhe promete uma recompensa numa melhor vida, que lhe promete justiça que ele nunca encontrou, se promete lutar com ele, guiá-lo, levá-lo a terra da promessa, e ele o seguirá em chamá-lo-a Moisés.

Se os horrores da fome no Cariri, quando já se comia a carne de cadáveres, apareceu um e disse-lhes em nome de Deus que longe havia um rio, onde não há seca, onde não faltam os peixes e os legumes e que ele os levaria para lá, e levando para o Vale do São Francisco a terra prometida, e severo nos hábitos, singelo, profetizador de desgraças ao ver a ingratidão de se expulsar um velho honesto e bom para vir depois em nome da liberdade escravizar, oprimir, jugular, e essas desgraças se efetuaram, e a miséria, a injustiça, o roubo, o crime se perpetuou em nome da Ordem e do Progresso, esse povo olha-o como um profeta, obedece-o e segue-o chamando — Antônio Conselheiro.

Bagé, 29 de janeiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado  
(Continua)

---

## **ECO DO SUL, 3/02/1897 P 1**

### **Os fanáticos da Bahia**

O que caracteriza esta república brasileira é a subserviência, até a curvatura, ao forte e a altivez até a crueldade para fraco.

É a república do contraste.

Pode-se dizer que raro é o ponto onde ela fez um “Palácio” que não deixasse uma ruína, raro o lugar onde ela ostenta um rico pela sua munificência, que não se veja acorados ao pé, a tanger às moscas os indigentes que ela fez.

O forte pode fazer o que quiser, e ela ainda lhe pedirá perdão por não ter tido terreno para ele fazer mais, o fraco comete um erro julgando que não é erro porque a lei o permite, a punição não tarda.

Nenhum partido ou culto ataca mais os princípios democráticos do que a filosofia de Augusto Comte, a república sendo a democracia, nada a ataca mais do que aquela escola, e a prova é que o Rio Grande do Sul que tem o seu código governamental vazado naqueles moldes aonde o homem pode se perpetuar no governo, até que o centro cansado de apoiá-lo, já que a opinião pública não o apoia, o exército cansado de lutar para conservá-lo, o povo possa lançá-lo fora, lançando mão de todos os meios, porque os meios francos, legais, a expressão da vontade, são impro-

ficuos, entretanto essa escola que teve o bafejo dos que a 15 de novembro se utilizaram da bestialização, os heróis daquela vitória de Pirro, e o tem de grande parte dos moços militares que se formam nas escolas de guerra, ergueu na capital Federal um templo e ali propaga e pontifica, o seu chefe é o censor mais acre do governo e de seus atos sem que ninguém possa ao menos manifestar que ele não o pode fazer, e os governos buscam logo um modo, para não desgostar ao pontífice que tem as adesões dos jovens estudantes militares, o doutor Francisco de Castro, clínico distinto, professor habilíssimo, posições que ganhou com trabalho esforço admiráveis, num discurso festivo censura o senhor Glicério ao querer acabar com as escolas superiores, porque a doutrina de Comte as condena, é imediatamente destituído de todos os cargos obtidos por nomeação.

O senhor Glicério se esquecerá que Comte condena as escolas porque no seu mundo imaginário todos os homens devem ser sábios, saberem a origem das coisas, e por isso são positivas suas leis?

A escola de Comte intrometeu-se em tudo que devia servir de base a nascente e prematura república fazendo disto, não o meio que a incubasse enquanto o frágil corpinho pudesse ganhar consistência, mas num motivo de guerra e de lutas que havia de transformar a pobre coisinha em monstrinho catarroso e repulsivo, ao passo que se um padre gozando do seu direito de sacerdote de uma religião com que o estado nada tem que ver, era logo processado, metido na cadeia ou vaiado.

Cada pessoa pode fazer em casa o velório do seus mortos, no Rio de Janeiro conduz-se através das ruas, em dia de calor insuportável o cadáver do Marechal Floriano já em decomposição, por ter sido mal embalsamado, o acompanha enorme multidão formada de partidários, de curiosos e os que queriam ver inerte e apodrecido quem tantas lágrimas fez derramar, e todos julgavam que aquele préstito estava dentro da lei, o vigário do Rio Grande deixa passar a última noite, do insepulto, dentro do templo onde o que se devia sepultar no outro dia, passou toda sua vida, dizem, cheio de virtudes, um verdadeiro apostolado cristão, e o senhor intendente além de multar ao vigário o ordena a fazer com que seus paroquianos obedeçam a sua vontade dele.

O senhor Coronel Sampaio censura a nomeação do senhor Elias Amaro para general honorário do Exército. E, em vista disso pretendia recolher-se ao lar para descansar.

O senhor Castilhos responde-lhe que nada teve com a nomeação de Elias, e que a única que ele pediu foi a de Menna Barreto. Que o coronel Sampaio é o melhor republicano que ele conhece, e não é somente ele, que também o ministro, o senhor Moura, sempre conversa com ele, Castilhos, sobre o patrio-

tismo do Coronel Sampaio, e que até o Marechal já tinha uma vez falando nisso, roga-lhe que não o abandone. Dá-lhe notícias de toda família para mostrar o interesse que tomava por tudo que pertença ao coronel, termina pedindo-lhe que disponha do **seus humildes serviços**.

O senhor Coronel Sampaio pertence ao exército e era o exército que se deixava matar para sustentar os horrores cometidos por ordem ou com o consentimento do senhor Castilhos, conquanto os seus porta-vozes declaram hoje abertamente que o exército nada fez no Rio Grande do Sul.

O Senhor Alcides Lima que só tem por força a lei, e esta na República é vontade dos potentados, como juiz, funda-se na Constituição para desviar um golpe mortal que o senhor Castilhos lhes atirou, que produzindo efeito será repetido até que no Brasil só impere — que o ditadores queiram em horas de maior ou menor pletora cerebral, O senhor Alcides é julgado discolo e conspirador, e começa a espiar o crime de serviço correto nessa república de [ilegível]

E o Supremo Tribunal Federal, último asilo dos oprimidos, a maior autoridade da república encontrará meio para dizer que o senhor Castilhos, que tem uma Brigada Militar que ele faz dizer no norte, é bastante para bater o exército e separar o Rio Grande, pode fazer o que quiser, mutilar a Constituição que ele ajudou a fazer, e que o senhor Alcides Lima deve buscar onde viver porque a lei da sua terra não o garante.

Esqueçamos que há um meio de acomodar as coisas. O senhor Alcides é republicano genuíno, por isso já não forma na legião do senhor Castilhos.

Mande-se o senhor Alcides para uma legação, concilie-se o incidente e viva a república.

Bagé, 3 de fevereiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado

(Continua)

---

## **ECO DO SUL, 6/02/1897 P 1**

### **Os fanáticos da Bahia**

Enquanto o país é obrigado a sujeitar-se a preceitos de uma escola filosófica anti-liberal, tão absurda em um povo ignorante, e será, portanto, sempre inadaptável porque não há lembrança de um povo científico, nem esperanças disto, portanto adaptá-lo é colocar a nação na contingência de seguir e obedecer indivíduos que não elegeram e aos que eles entenderam impor-lhe, quão absurdas seriam as práticas de Antônio Conselheiro num povo civilizado.

Entretanto, o governo da república que não cogita no futuro da nação, em vez de buscar homens moderados para, por meio da persuasão, por meio de uma

catequese, conquanto lenta, mas de resultado infalível, pensou que por meio do terror e do morticínio, pode chamar à ordem e obediência os que ouvem e obedecem a Antônio Conselheiro, e para isso lança mão do pobre soldado brasileiro, sempre vítima em todo esse cortejo de erros por incompetência, indiferença ou perversidade, que há quase dois lustros nos vai dissolvendo e aniquilando.

O soldado brasileiro que viu, de um momento para o outro, retirar dos quartéis as práticas religiosas, que uma longa tradição dava ao caráter de disciplina, que não teve mais à noite os cantos que invocavam a proteção dos seres invisíveis e ideais, em favor do guerreiro que, por ordem, foi obrigado a marchar para os combates sem a ideia de que existe além, nos páramos infinitos um olho protetor que não se envolve em política, que não receberia recompensas pelas crueldades que praticasse ou consentisse ou mandasse praticar, para protegê-lo, porque sendo a justiça, ele julga justa a causa porque vai se bater, que viu como há pouco se deu em Bagé, proibir-se uma parada na comemoração religiosa da memória de um chefe, por se ter separado Igreja do Estado, e portanto a comemoração excluía a memória do morto das honras militares, tem agora de ir matar ou deixar-se matar às mãos dos crentes de Antônio Conselheiro porque não pertencem a Igreja Católica, e não foram bastante hipócritas para mascararem a prática de seu culto deles com algumas frases ou preceitos recomendados por Augusto Comte.

Se fosse assim, em vez desse movimento de forças que para lá vão exterminá-los, nós veríamos a apologia de que a doutrina é tão salutar, e a república tem feito tanto progresso, que até pobres analfabetos já por intuição adotavam as leis do mestre, de onde a prova de que elas são a normalidade, formando o conjunto das leis filosóficas do pensamento.

Criminam ao altivo fanático por falar em monarquia, por não aceitar dinheiro do povo.

Pertence ele, porventura, à classe dos que vivem a espera do que o erário público saia o pão para os filhos ou a fortuna, ou as comissões luxuosas para consentir na frente que indica a energia e a dignidade humana o selo infame do aderente por interesse, do mercenário?

E em vista dos nossos descalabro, em vista da desilusão, do desânimo, dos sofrimentos por que temos passado, em vista dessa perspectiva de horrores que nos mostra o futuro, a lei deixando de ser filha da justiça, o direito subordinado a vontade do forte da época; o sangue a correr para garantir posições obtidas pela traição e perfídia, ou dadas como presente de potentado a seus servos, a ideia de que de quatro em quatro anos, mudando-se o senhor, a [luta?] se estabelecerá sobre os que hão de aderir ao novo senhor, já maldizendo ao que se obscurece, e louvando

o que surge, mas que não podendo deixar de recom-  
pensar os companheiros de ontem, e não podendo  
dispensar os de hoje é preciso lançar mais impostos  
para poder criar comissões e empregos, arruinar as  
finanças do país, matar o povo pela fome e pelo sa-  
bre, e enquanto isto se dá em relação ao meio fede-  
ral cada dos 21 Estados sofre o mesmo nas mesmas  
fases, quem vê que a república que era a promessa  
de garantia da ordem e do progresso, da eliminação  
dos privilégios por nascimento, e do privilégio por  
proteção, e viu tudo isso desaparecer, ou não viu que  
uma única destas premissas ser posta em em prática,  
mas ao contrário, viu criar as individualidades que  
para receberem subsídio, mandam que se aniqui-  
lem Estados ou a todo o país; quem vê o povo nesta  
república não é senão o pagador e o sofredor, que  
o exército a fez, ou aceitou, tem a mesma sorte do  
povo, mas no sofrimento é lançado contra ele para  
fazê-lo calar, que a ideia terá senão a de um tempo  
de calma e de respeito à vida e aos direitos, de pu-  
nição para os crimes, de perdão para os que a ideia  
levou à luta, de força para a nacionalidade, servindo  
de meio de coesão entre as famílias, de união en-  
tre Estados e não meio de opressão para os fracos,  
servindo de instrumento aos que provocam guerras  
civis, entregando-lhe o exército da nação para defen-  
der seus interesses?

Mas onde encontrar isso?

Onde estão os republicanos que tanto promete-  
ram à pátria quando, na lei de que ninguém vive  
contente com a sua sorte, o povo pensava que era  
a forma de governo que causava todos aqueles ma-  
les, bem transitórios todavia, e depois viu e sentiu  
esse retalhar da nação, esse vergastar da dignidade,  
esse escárnio sobre as dores alheias, e por cúmulo de  
tudo, a insinuação, com a ameaça de “crê ou morre-  
de que a república é isso?

Para onde apelará quem quiser ter por si legiões  
que se formarão entre todos os desiludidos e sofre-  
dores?

Bagé, 4 de fevereiro de 1897,

Doutor Ângelo Dourado

(Continua)

---

## **ECO DO SUL, 6/2/1897**

### **Voluntários do Martírio**

Em nossa edição de amanhã vamos dar à estampa  
o primeiro artigo do nosso distinto amigo talentoso  
publicista senhor Mário de Artagão, sobre os “Vo-  
luntários do Martírio”, preciosa obra histórica e lite-  
rária do nosso ilustrado amigo e colaborador senhor  
Doutor Ângelo Dourado.

## **ECO DO SUL, 7/02/1897 P 1**

### **Voluntários do Martírio**

Livro de Ângelo Dourado

Sobre a minha modesta mesa de trabalho descan-  
sam quatorze livros à espera do juízo crítico que seus  
autores tiveram a benevolência de pedir-me.

Desrespeitando a ordem cronológica da recepção,  
sou forçado, pelo interesse que desperta qualquer  
livro relativo à revolução rio-grandense, a dar pre-  
ferência à obra que o Dr. Ângelo Dourado escreveu  
sobre o campo de batalha e que vai correr mundo  
sob o título de — “Voluntários do Martírio”.

Nunca me foi, como agora, tão necessária a cal-  
ma, ou, se quiserem, tão imperioso o critério. Escre-  
vo debaixo de pesada responsabilidade, pois não só  
devo atender à circunstância de que fui o primeiro  
a ler a obra de um amigo, o que para mim constitui  
honra que fartamente agradeço ao ilustrado Dr. Ân-  
gelo Dourado, como também a minha apreciação,  
qualquer que ela seja, irá procurar-nem apupos ou  
aplausos, sempre que se prever o ponto de vista em  
que se há de colocar o espírito do partidarismo,

Vem aqui justamente apelo a declaração de que  
trago propósito feito no sentido de emancipar-me  
da simpatia que a revolução me possa ter inspirado.

Vou escrever como anatomista frio, que enfrente,  
para dissecação, a musculatura moral de um povo,  
musculatura de gigante, que através do livro que  
aprecio, esbofeteeis em gestos de ódio irreprimível  
ou afia facas na carótida de cadáveres.

É pavoroso o livro do ilustre médico e publicista!  
Dir-se-ia que a pingos de sangue fora feita a  
pontuação, não se me dando em a firmar que  
a história dos horrores da humanidade jamais  
apresentou vergonhas tão repugnantes, como jamais  
as páginas do heroísmo antigo reproduziu feitos de  
maior dignificação.

Há quem se compraza em fantasiar cenas de san-  
gue; mas tudo quanto a mente especulativa de [Sae?]  
ou a neurastenia de Edgar Poe pudessem ter pro-  
duzido, é assunto fraco, sem nervos, inanimado, se  
em cotejo o pusermos com os trÊcos sangrentos que  
deixam fétido de estontear pelas páginas dos “Vo-  
luntários do Martírio”.

Há neste livro duas feições a encarar: — a da filo-  
sofia histórica e a do trabalho descritivo.

Comecemos pela primeira, e a largos traços.

—

Algum dia, quando a atual geração desaparecida  
der lugar ao exame calmo e imáculo dos que tem a  
missão de historiar os fatos da vida nacional, po-  
der-se-á então medir, nas suas justas proporções, a  
grandeza da luta que, pela sanha dos ódios e pelos

episódios fabulosos, deve sofrer confronto com todas as proezas que da antiguidade nos trouxe Xenofonte, com todas as ousadias que do império macedônico nos descreve Williams, com toda a heroicidade que das aventuras napoleônicas nos apresenta Thiers.

Caiba aos pósteros o encargo de discriminar responsabilidades; a eles, o dever de averiguar, se forem maiores os revolucionários lutando por uma causa que julgavam digna.

A mim, o que compete afirmar, é que não sei medir à exaustão do entusiasmo, sempre que vejo esse gaúcho indomável, o lendário Gumerindo Saraiva, a conquistar províncias à ponta de lança, quando tinha pela frente novecentos mil contos de metralha a esburacar o peito de um punhado de gaúchos!

O que não sei calar, é a tenacidade heróica do inabalável Carneiro, empilhando cadáveres para altear o pedestal do próprio mausoléu!

O que eu não cesso de admirar, é a vida dessa catacumba que se chamou Willegaignon, aonde os mortos à laia de trincheiras tapavam os claros de alvenaria ruída!

O que não devo silenciar, é a correção de um Telles, queimando até o último cartucho, para defender durante um longo e doloroso mês dez braços de terreno!

O que fundamente emociona, é essa passagem repetida de calhambeques esburacados, forçando fortalezas, de seus canhões, sob o comando intrépido de um Perry, de um Torelly, de um Alencar!

E o que gera espanto admirável, o que sobretudo assombra, é as altivez, a impecabilidade de um Saldanha da Gama, mandando em desafio de honra uma bala a maior esquadra americana, ao mesmo tempo que com a espada dirigia o ataque à mais formidável das nossas praças de guerra! E calar também não lhe devo a galhardia fidalga, ao apresentar o peito leal e nobilíssimo às lanças desapiedadas, receios de que algum almirante brasileiro fugira, uma vez empenhado na defesa de uma crença varonilmente esposada!

Não quis fugir: — teve medo!

foi a única vez, realmente, em que ele conheceu o medo!

—

Um espírito desprevenido, que queira observar com imparcialidade os acontecimentos nas suas linhas mais gerais, há de ser forçosamente levado à conclusão de que nós, os brasileiros, somos um povo de bravos. Esta verdade ressalta em grande saliência de qualquer uma das fases da extinta revolução.

Chegou-se também à convicção de que os longos períodos de paz, como esses que nos deu o Império, não conseguem enervar um povo, que desde a sua independência aferrou-se à preocupação de firmar uma poderosa nacionalidade.

Se bem que algumas vezes o tenha parecido, não é a indiferença a característica do brasileiro.

Entre outros exemplos, houve em frente do magno problema político da mudança de forma de governo, um encolher de ombros, que parecia indicar o mais doloroso dos indiferentismos. E eu, investigando causas, pus-me a cismar, se o povo dotado de extraordinário senso prático (embora quanto a mim, mal aplicado nesse momento histórico), não pretendeu acompanhar eminentes pensadores, que fazem das atuais formas diplomáticas, monarquias ou repúblicas, uma questão secundária?

Se fosse assim explicado o fenômeno do silêncio ante o levante militar de 15 de Novembro, é claro que não esteve em jogo o valor da nacionalidade, pois que esta, compreendida sob um novo critério, amolda-se, entre nós, a qualquer forma de governo que lhe dê amplo gozo de direitos, garantias e progresso.

O mesmo silêncio, porém, não era lícito esperar no momento em que uma facção policia, por mais insignificante que fosse, apontasse à execração popular os erros de um governo, que na opinião do adversário, estava a ferir de frente os princípios mais rudimentares das liberdades públicas.

compreende-se aqui que o instinto de conservação nacional despertasse em assomos de revolta, ponto ainda uma vez à prova lendária bravura que os adversários da monarquia, diziam haver adormecido sob a paz com que por tantos anos e saudosos nos felicitou o Império.

É triste, porém, que dessa luta gigantesca, apenas se colhesse como capital resultado, a certeza de que ainda sabemos por uma arma ao ombro.

E desgraçadamente para a pátria, que tanto sangue precioso verteu, é tudo quanto me é lícito induzir do livro precioso do ilustrado Dr. Ângelo Dourado.

Agora o valor descritivo.

(Continua)

Mário de Artagão

---

## ECO DO SUL, 9/02/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

Se ainda fosse possível acordar no espírito desses homens que se consideram senhores desta infeliz terra, um pouco de sentimento de humanidade, um pouco de amor por este desventurado povo eu lhes diria: poupem o sangue do Exército Brasileiro que vai ser derramado inutilmente.

Ontem ele corria a jorros para ser agradável ao senhor Júlio de Castilhos, e o senhor Júlio de Castilhos não conseguiu aniquilar o espírito rio-grandense que cada vez se conforta mais diante da pers-



pectiva de horrores com que ele o ameaça, e os seus próprios companheiros o vão abandonando porque nesta marcha em que ele vai ninguém pode calcular as profundezas do abismo que ele próprio abre a seus pés; teve tudo, gente dinheiro, a impunidade nos seus atos, a vontade sem freios porque ninguém lhe pode fiscalizar os atos, entretanto aí vive cercado de baionetas, sempre em sobressaltos, subserviente aos mesmos que ele criou para defender-lhe, sem lhes poder censurar, obrigado a apoiar todos os seus atos criminosos porque no momento em que quiser ser o que devia ser, no momento em que quiser punir ou fiscalizar o seu alicerce aluirá como o monte de cinzas.

Hoje é ainda o pobre exército criado para misteres mais nobres, e por isso digno de melhor sorte, quem se vai atender para destruir fanáticos em uma terra onde a lei não conhece crenças e onde a sombra do governo se insultam as crenças alheias, se apedreja seus emblemas sem que ao menos a polícia procure obstar tais atos, ao menos a título de manutenção da ordem pública.

O que importará a destruição de Antônio Conselheiro se na vasta zona onde ele exerce sua influência apareceram centenas de apóstolos? Onde cada apóstolo congregará milhares de crentes?

Para o governo que olha a vida do soldado como propriedade sua, como outrora os senhores olhavam a dos escravos, pouco lhes importa que para destruir os fanáticos destruam-se centenas de vidas, no exército.

Mas é preciso que esses homens compreendam que o soldado é um homem, que sua vida é cara, que ele tem direito a esta vida, que ele tem família, que ele tem afetos e que o soldo que se deixa ao seus não pagam esses afetos.

Nas lutas externas, quando elas não são provocadas por capricho ou por interesse dos governos, o soldado é obrigado a sacrificar a vida porque é a honra da Pátria que periga e todo o cidadão é obrigado a ser soldado.

O bem-estar de um partido, o dinheiro que um presidente da república recebe durante um ano não paga uma única das milhares de vidas que se sacrificou para ele poder ganhar este dinheiro quando o povo que paga não foi quem o elegeu. Mas é impossível. A obcecação, a sede de ouro cega hoje todas as consciências.

Dizer-se a estes homens: parem, basta de sangue, é ser conspirador, é não ser **amante desta santa República**.

Mandou-se o senhor Moreira Cesar. Só este nome faz arrepiar carnes e cabelos.

Mas se o senhor Moreira César pode impunemente arrancar da sua casa o velho Marechal do Exército, oficiais briosos e sem crime e mandar matá-los

friamente; se pode mandar mutilar publicamente o infeliz desembargador Caldas, para depois fazer cessar o tormento com a morte, e não teve quem tivesse a coragem de fazer um protesto, ao contrário, teve flores, lá no sertão entre os fanáticos as coisas serão diversas.

O senhor Febrônio de Brito acaba de confessar a loucura daqueles fanáticos que buscam a morte abraçando-se aos canhões, o que quer dizer são convencidos em suas crenças.

Foram os leões e as fogueiras de Roma que propagaram o cristianismo. O martírio fez heróis, diviniza-os, torna-os Deus.

O senhor Marechal Vitorino não se satisfaz com a posição política que ocupa? Quer mais?

Ser Herodes hoje, neste desgraçado Brasil, é ser um emblema da dignidade, da felicidade e do amor da Pátria.

Bagé, 5 de fevereiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

## ECO DO SUL, 10/02/1897 P1

### Os fanáticos da Bahia

Se quisessem aprender uma lição do passado muito teríamos a lucrar com isso. Esse passado vai longe, mas a República tendo feito o Brasil completamente bárbaro, podemos garantir sem medo de contestação produtora, que esse passado que se sepultou sob muitos séculos, é hoje atualidade nesta infeliz terra.

Para estabelecermos o paralelo, remotamente as épocas da colonização do Brasil, pelos europeus, declarando desde já, que os portugueses, naquela época, obedeciam a dois motivos: — um apoderaram-se de terra onde fundariam uma outra Pátria, animados pela sede de ouro, e de conquistas, então a suprema aspiração; outro — a crença de que era nobreza chamar para o grêmio católico a todos que o não conheciam, sendo virtude exterminá-los se não aquiescessem.

Os “republicanos” no Brasil apoderaram-se de tudo, sem que ninguém protestasse. Distribuíram entre si a fortuna pública, sem ter ninguém que ao menos lamentasse, tal é a indiferença dos povos bestializados que chegam a agradecer, como esmola, o pouco que lhes dão do muito que lhes roubaram.

Não satisfeitos com a ruína moral e material, quiseram mais; quiseram ter escravos, mas escravos sem alma e sem sensibilidade. Escravos que sofressem entoando louvores ao algoz.

Se o catolicismo julgava-se com direito de matar aos que não lhes obedeciam, tinham nisto a escusa do que era então o culto dominante, com seu ritual

inalterável, suas leis triunfantes, ao passo que a República no Brasil nada é senão um conchavo de interesses, um “bric a brac” de leis, cada estado com seu estatuto de conformidade com o seu usufrutuário.

Os propagandistas sepultados no desprezo pela abjuração de tudo que propagavam, pela queda da máscara dos demagogos, que falavam em liberdade, em direito, em economia, em democracia, e de posse de tudo isso, para distribuir, tudo destruíram para se locupletarem.

Os adesivistas fazendo o que fazem os renegados são mais cruéis e mais vilões do que os novos irmãos.

Foi entre eles que os Júlio de Castilhos encontraram os instrumentos mais ferozes para os seus planos, os caracteres mas submissos, mais aptos a trocar a dignidade própria pelo prato de lentilhas, e tendo o exército que eles mandam como coisa sua, podem bem destruir a todos que digam que eles são indignos, sem dizer o que querem, mas demonstrando-os nos atos, na voracidade com que consomem a fortuna pública sem se lembrarem que uma nacionalidade tem também pudor, tem preceitos de honra, tem os predicados da dignidade humana.

Levem o dinheiro, senhores, mas restituam-lhe a honra, e se não o podem fazer por que não compreendem, deixem ao menos que a pobre tenha o direito de dizer que foi poluída num estupro.

Mem de Sá, orgulhoso por ter expulsado os franceses do Rio de Janeiro, voltou suas armas vitoriosas contra os ferozes Aimorés para exterminá-los.

Os Aimorés pela sua selvageria viviam isolados ou em guerra com todas as outras tribos; e graças ao concurso da tribo de Tibiriçá, já catequizada, Mem de Sá pode vencê-los.

A crueldade dos vencedores porém foi tal para com os vencidos que originou aquela formidável Confederação dos Tamoios.

E Mem de Sá apesar do seus morteiros, da suas calobrinhas, da bravura decantada dos lusitanos e dos auxílios dos índios chamados a si, seria expulso do Brasil se os padres Nóbrega e Anchieta, calculando a caudal de sangue ia correr, na angélica abnegação que os santificara não desprezar assim a vida para lhe sofrer martírios entre os selvagens, mas ensinando-lhes a doçura do perdão.

Nem procederá a contestação de que hoje a arma é outra, os meios de locomoção outros, porque se os governos dispõem de armas, estas só são úteis nos campos de batalha e não nas guerras de surpresas, e os fanáticos também as possuem, e possuirão muitas porque se irão tomando; os meios de locomoção são rápidos, mas até certo ponto, dali em diante eles serão demorados e acabrunhadores.

Não se engane; o nome do Senhor Moreira Cesar pode por de sobreaviso todos os sertanejos e a ideia de que na Bahia vão ser praticados os mesmos atos

de Florianópolis, convém não dar àquela terra outro nome toda vez que se referir à legalidade, poderá levantar um grande partido para Antônio Conselheiro, e se o governo tentar para ganhar simpatias no exercito afirmar que a veleidade monárquica ali exista, eles serão monarquistas.

As batalhas de Pirajá e Cabrito foram dadas por sertanejos.

Ao saber da ida do senhor Moreira César para a Bahia, passou-me pela vista a figura da morte com o crânio nu e a foice devastadora, mutilando os pobre sertanejos quer sejam fanáticos quer não, por isso imediatamente passei ao senhor Doutor Manuel Vitorino o seguinte telegrama:

“Doutor Manuel Vitorino,  
Rio — Itamaraty.

Sois filho da Bahia, conheceis o gênio altivo sertanejo quando lhes quer oprimir. O nome Moreira César bastará para acordar brios em todos que ainda não vivem de politica. Bandões[?] bastam para justificar o que penso. Oferta dos italianos de São Paulo, Tiradentes, Rio, acordarão ideia de socorro aos fanáticos em todos que se doem dos fracos. Luta civil do Rio Grande é exemplo disto. Em vez de extinção dos fanáticos eles serão considerados vítimas ou mártires. Apelo para vosso amor à nossa terra, para vossa índole pacífica. Peço em favor daqueles infelizes.

.....

Louvado seja Deus,

Nesta república já é preciso pedir a compaixão do senhor Manoel Vitorino, filho de homens pacíficos e honrados, que se fizeram de honra e esforço, para poupar a vida de brasileiros, de baianos, que ele deu de presente ao senhor Moreira César.

Louvado seja Deus.

O senhor Manoel Vitorino tem direito de vida e morte sobre seus patrícios.

Pobre pátria. Em pouco te entoarão o DIES IRÆ sobre o cadáver exangue.

Louvado seja Deus...

Bagé, 6 de fevereiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado  
(Continua)

---

**ECO DO SUL, 11/02/1897 P 1**

### **Os fanáticos da Bahia**

Ao iniciarmos esta série de artigos, que não tínhamos em mente prolongar tanto, dissemos que a luta com os fanáticos da Bahia por meio de armas é coisa muito séria, onde o imprevisto poderá representar o papel de Alexandre em frente a trama intrincada do nó gordio.

O pouco escrúpulo que o governo acaba de mostrar na escolha do chefe para a expedição, mostra que o clamor público, já que neste país republicano seria anacrônico falar em opinião pública, nada influi no ânimo dos facilitadores da pátria, que o que eles querem é plantar o terror, esquecem-se porém que esse terror uma vez dissipado dá direito aos que se quis aterrorizar a lançar mão dos meios ao seu alcance; e os homens do governo que não pensam nisso, ou não conhecem isso, não se lembram ou não sabem que a bravura é filha simplesmente do brio, ou do capricho, ou em linguagem popular — da vergonha.

Ora, esses predicados existem tanto num peito envolvido numa farda, seja ela a grosseira blusa do soldado, seja cheia de bordados do general, como no peito nu ou coberto de trapos do homem do povo a quem amargue o pão da escravidão ou o luxo do mercenário.

O combate travado entre os fanáticos e as forças do major Febrônio de Brito, que pelos telegramas sabemos, mostra a bravura dos fanáticos até a loucura, e por honra do exército a força que se achou naquele combate procedeu com toda a correção e com o heroísmo provado do soldado brasileiro, desgraçadamente posto em prova tão desapiadadamente em guerras civis provocadas pela prepotência ou pelo pouco caso que faz este governo da república pelo que se chama nação e o muito apego que tem eles pelo emprego que lhes deu a surpresa.

Quem conhecer a natureza do terreno onde se desenvolvem as cenas desoladoras que já se tem dado e onde dramas terríveis serão representados, sabe perfeitamente que a posição de Antônio Conselheiro só será pugnáveis por um exército numeroso que possa estabelecer um sítio em regra, sujeito às surpresas do terreno, secundadas pelo valor dos fanáticos e a astúcia dos sertanejos quase todos caçadores.

O caçador a que nos referimos não é o passarinho que mata o tempo a destruir a vida de inofensivos voláteis. A caça nos sertões do norte é uma das empresas mais arriscadas que imaginar-se pode. Nenhum caçador vai em busca de uma vara de queixadas que lhe estraga o mandioca sem levar a certeza de que encontrará um tigre seguindo a mesma pista.

Raramente enfrenta-se um tigre que os cães acoam, sem que se ouça o rugido de outro muito próximo, nas furnas da serra ou no cerrado dos matos.

Entretanto raro é o sertanejo que não seja caçador, e raro o que avança para o tigre de foice na mão para atirá-lo as costas. É a astúcia que eles se servem e esta astúcia é tanto mais profícua quanto a sutileza do que a executa, porque a não ser isso, o animal que tem um olfato apuradíssimo, que tem todos os sentidos de extrema sensibilidade, nunca se deixaria

apanhar no menor movimento aparente que fizesse o caçador.

Ora, atacar um tigre ou lutar com ele causa mais horror do que o estrondo dos canhões.

É com esta gente que o soldado está lutando, e a astúcia será a guerra de recurso dela.

Bagé, 9 de fevereiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado

(Continua)

---

## ECO DO SUL, 12/02/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

Muito antes de seguir para o sertão, a expedição comandada pelo senhor major Febrônio de Brito, eu disse aqui a amigos, e entre eles diversos oficiais do exército, qual seria o resultado dela, e a minha previsão confirmou-se.

Não é que pudesse julgar que o senhor major Febrônio não tivesse capacidade para a empresa, ao contrário, porque nesse gênero de lutas não é preciso mais do que a atividade e inteligência, porque ali naquele teatro a tática que aprende o militar, para as guerras de exércitos, carece de importância.

Ali o que é preciso é valor, e insensibilidade para os sofrimentos.

O exército de Napoleão que já olhava as vitórias como propriedade, teve de fugir em desbarato da Rússia em vista do deserto que o gelo e o incêndio que os russos deixavam por toda a parte, causando assim a fome e o desalento ao grande exército que nunca recuara diante do perigo.

Em vista do que dizem os jornais, o procedimento do major Febrônio Brito foi correto, e a bravura e resignação do soldado brasileiro, nunca desmentidas foi ali posta em cruel provação.

Causará pena pensar no sofrimento daquele punhado de bravos, em todos aqueles que tem sofrido e lutado, sobretudo nos que lutaram em terreno onde os elementos são contrários.

Muitas vezes ouve-se dizer que o soldado brasileiro não tem educação militar, que não sabe utilizar-se da arma que conduz. não compete a mim julgá-lo, mas deve-se notar que as condições de luta é que influem nisso.

Uma arma de longo alcance é quase inofensiva para um inimigo corajoso que venha enfrentar, de perto, aos que as manejam, muitas vezes quase desarmado.

Não se pode negar a bravura e o brio do exército italiano, e seu amor ao nome da pátria, entretanto viu-se o tremendo desastre que sepultou a tantos bravos nas areias do Dogali, porque os selvagens abissínicos, nus e com armas grosseiras, e em mul-

tidão que ria-se a morte, atacava-os, de azagaias, de forcados, de clavas. E a Itália teve de esquecer a vaidade ofendida, para lembrar-se de que por vaidade é crime sacrificar-se milhares de vidas.

Conhece-se a bravura e o ardor do povo espanhol em todos os prélios entretanto tem-se visto os contínuos desastres dia exército espanhol em frente a um punhado de abnegados cubanos, mal armados como todos que lutam contra os dominadores, mas triunfantes pela abnegação, pela constância, pela resignação no sofrimento, e a Espanha que poderia ter, ao sentir os propomos dessa luta que se tornou cruel, concedido a autonomia de Cuba, ponte para emancipação dela sem dissolver os vínculos de amizade, preferem lutar, já tendo gasto ali mais ouros e mais vidas do que produz Cuba, e afinal teve de capitular, com arranhões ao amor próprio, concedendo essa autonomia que eles rejeitam porque sabem que quem concede-o pouco depois de lutar cederá tudo se a luta permitir.

Não tardaremos muitos dias em ter notícias de desastres no sertão da Bahia.

O senhor Moreira César já se acha ali. Passou pela capital cercado de silêncio fúnebre. É que a Bahia, presa no laço que jungem a todo o Brasil, com uma luta séria no interior, cujas conseqüências ninguém pode prever, só pode ter para manifestar ao senhor Moreira César o “apreço” que lhe dá, o silêncio, enquanto festejava ruidosamente o senhor Febrônio de Brito que teve as honras do triunfo porque conseguiu salvar-se com punhado de bravos que o seguiam.

Passou o senhor Moreira César pela velha e antiga cidade, onde ainda vestem luto as famílias de Alfredo Freitas e Coutinho Barata, que nada mais faziam do que serem médicos onde haviam feridos, e a Bahia calou-se... Tal é a condição do momento. [Rosmonda?] em silêncio, bebeu no crânio paterno em honra do seu assassino...

O maior elemento que os fanáticos têm por si, que lhes há de dar vitórias selvagens pelas surpresas, é o terreno onde a luta se desenvolve.

No próximo número procuraremos descrevê-lo, porque interessa sobretudo aos filhos do Sul que não os conhecem, e que como povo sabe de uma luta cruel tem interesse em acompanhar luta talvez mais desastrosa que se desenvolve na Bahia, cujos filhos são bem ligados aos rio-grandenses pelos laços do sofrimento comum.

Bagé, 10 de fevereiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

## Voluntários do Martírio

### Livro de Ângelo Dourado

#### II

O livro, que merece a minha apreciação, pecará para muitos por um excesso de preocupação pessoal. Dirão inexpertos observadores, que o doutor Ângelo Dourado põe abusivamente em saliência a sua entidade de clínico e de guerreiro, quando pelos rudimentares processos de crítica, forçoso é que tenhamos em consideração o meio em que se desenvolve a atividade afetiva e patriótica do ilustre publicista.

Convém notar ainda, que não se trata de uma história da última revolução. Isso, que temos sob a vista, não é senão o solfejo magoado de uma alma, que ser de parte em afetos, que se dedica em grande parcela à família, mas cujo maior quinhão de devotamento é consagrado a pátria, que ele, um bom brasileiro, quisera ver ativa, sem manchas, hegemônica e jamais obnoxia.

Perdoemos ao autor o muito que há de sentimentalismo, sempre que afetuoso se dirige a esposa idolatrada; e sobretudo tenhamos em vista a morte que de contínuo o ameaçava por todas as bandas, aconselhando-nos a absolver-lhe os detalhes, porque se não emprestam contingente de valor histórico ao estudo da revolução, reproduzem todavia o estado atribulado de um espírito magnânimo, saturado de um dualismo afetivo, em que os entusiasmos pela pátria se confundem com o amor pela família.

Ângelo Dourado é de uma eloquência emocionante, sempre que em frase quente, ante a esposa que adora e os filhos que estremece, dobra o joelho da alma a pedir perdão de um abandono que o seu coração de pai condena, mas que a sua alma de patriota absolve.

Leiamos ao acaso, a folha oito, este trecho:

te adora e os filhos que estremece, dobra o joelho da alma a pedir perdão de um abandono que o seu coração de pai com tema, mas que a sua alma de patriota absolve.

Leiamos ao acaso, a folha oito, este trecho:

“E eu te abandonei em terra estranha, sem ter certeza de que os recursos com que conto, te cheguem às mãos, porque ausente eu, tudo se dificultará. Deixei meus filhos que, morto eu talvez, tenham de se conservar inúteis como a larva que não consegue romper o casulo onde se aninhou! Um mundo de fantasmas passa-me pela mente, e até mesmo o insulto, a miséria, a fome, eu vejo junto de ti.”

Possui a França, um extraordinário escritor que no seu bellissimo drama “La Patrie”, apresentou a defesa de uma tese, que eu reputo arrojadíssima, entre aqueles que mais o são.

Pois bem: aquilo que foi posto em drama, como um monumental estudo físico, amesquinha-se em penumbra, se desprezando o episódio romanesco de um adultério, atentarmos para a feição extraordinária desse homem, que possuindo uma esposa virtuosíssima, cheia de meiguice e formosura, ousa todavia afastar-se dela, para unicamente se lembrar de que há uma pátria aviltada, em cuja defesa todo o entusiasmo é frouxo e todo o esforço é pequeno!

Ângelo Dourado, ante este insulto, miséria ou fome de que possa tornar paciente a companheira amada, toma quanto a mim, proporções muito maiores que o herói fantasiado da independência batava!

Reparo agora, que este artigo estava exclusivamente destinado a tratar do mérito descritivo da obra que tento criticar.

Perdoe-se-me a digressão: — mas eu me encontrei na necessidade de debuxar o homem antes de apresentar o escritor.

Um dos lados mais salientes do valor narrativo de Ângelo Dourado, é sem dúvida a imparcialidade, de que exemplos repetidos, nos dá a obra por mim apreciada.

Adversários poderão afirmar que Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos são aí representados em plena e negra hediondez de caráter político.

Assim é. Mas carinhos não foram com certeza feitos para esses dois homens, que na opinião do escritor, levaram-no a abandonar a família, fortuna e comodidades, afim de cumprir o mais santo dos deveres cívicos.

Compreende-se que haja a apóstrofe demostênica para os Deiblers das liberdades públicas; e vem aqui a peito notar que eu fujo de indagar se esses dois representantes da hodierna política brasileira, são ou não passivos, com justiça, dos qualitativos encontrados no livro que estou lendo.

Neste momento sou apenas o crítico de uma obra literária.

A mim pouco importa saber se Júlio de Castilhos andou mal, deixando de protestar contra o espingardeamento da família Facundo Tavares, ou se Floriano Peixoto estava com a lei, consentindo que um deputado do povo, por ordem de agentes do governo, despejasse na praia um cubo de materiais fecais.

O que me preocupa é o valor artístico de uma obra e as resultantes filosóficas de uma exposição histórica.

Não estou aqui como político: — sou literato apenas.

E é sobre este ponto de vista, que tenho de achar racional a verberação justa ou injusta atirada aos homens que forçaram o escritor a desprezar tudo quanto era caro, para enfrentar corajosa e abnegadamente a morte cruciante da degola.

Haja ou não, matéria fato de acusação, subsista ou não, espírito de justiça quanto as implicações que esvurmam ódio sobre estes diretores da república, o certo é que na narração de todos os episódios de batalhas memoráveis que celebrizaram essa luta intestina, eu apenas vejo no autor um propósito firme de dizer a verdade, tornando por esta forma sugestivo o livro, para o qual chamo atenção de todos quantos se interessam pelos negócios pátrios.

Concluirei em subseqüente artigo.

Mário de Artagão.

---

## ECO DO SUL, 17/02/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

Nesta longa e estopante série de artigos, que o “Eco”, talvez por simpatia pessoal, tem publicado, e que bem poucos, talvez, tenham lido, procuramos indicar qual origem dos fanáticos que ameaçam não somente a Bahia, mas todo o país, se não a toda América do Sul, pela monstruosa massa de povo ignorante que aí vive nas baixas camadas servindo apenas de fonte onde os tosqueadores vão buscar instrumentos para poder conter o rebanho a tosquiá, tal é nesta parte do continente que se chama república, onde o direito e a justiça só tem por fim criar guerras civis, onde os exércitos só tenham mister de guardar as posições dos interesses dos que julgam que pátria é a garantia do que o conchavo deu-lhes a posse; e então faz-se do Exército a avalanche que deve desprender-se da montanha para esmagar os seres que eles consideram inferiores, as rãs que grasnam nos paus, tal é o povo para essa nova raça de fidalgos, PARVENUS das desgraças públicas, sem ao menos ter coragem de arriscarem a vida para presenciar as mortandades que lhes ordenam, e de que vivem. Mas não se lembram que a avalanche na sua queda perde a diretriz pelos obstáculos do caminho, e em vez de ir esmagar os seus inferiores vai destruir edifícios que se julgam fortes, pela impetuosidade com que desce no declive mais rápido que o imprevisito, uma simples inclinação do terreno, lhe fez tomar a direção.

Não louvo aos fanáticos de Antônio Conselheiro, e vejo neles a próxima destruição do pouco que nos resta do antigo povo brasileiro.

Admiro aos fanáticos por que levam uma vida para confirmarem suas crenças, como odeio os demagogos que, hoje ardorosos insultam, pedem sangue e vidas, para salvar-lhes as instituições, a honra, o progresso, a civilização, e amanhã em arraial oposto, a tanto por assomo de crenças novas, para afirmar a adesão, voltam o seu brio, o seu pundonor, a sua lealdade, a sua indefectibilidade, contra os mesmos entre os quais viviam, a favor dos que ontem insulta-

vam sem ter havido nem modificações, nem desvio de marcha, mas somente o luzir de algumas moedas nas mãos leprosas de ontem, a perspectiva de um peru recheado que venha substituir o simples churrasco com que se alimentavam, e bastava para matar a fome, e conservar a dignidade.

Sou de extremos. Capaz de beijar a mão do mendigo das ruas que debaixo dos seus trapos conserva na alma os predicados da dignidade humana, capaz de cuspir na face do potentado infame sem me preocupar com o esbordoamento que os lacaios assalariados possam trazer sobre mim.

Respeito ao meu adversário radical ou convencido, louvo-lhe a firmeza das crenças, repugna-me o entusiasmo dos que abraçam hoje uma ideia com ardor, e amanhã abraçarão outra, e outra, somente porque veem naquele meio a promessa de um emprego mais fugitivo do que o trabalho, por mais ruim que seja, quando o corpo são tem forças para enfrentá-lo e há uma dignidade para torná-lo digno por mais sórdido que seja.

Era por isso que eu amava como irmãos aos trapentos Maragatos que sem pensar em proventos riam contentes no meio dos perigos, suavizavam a fome no silêncio em que a suportavam, sem maldizerem a sorte que lhes levava ali, porque eles se julgavam enobrecidos nessa abnegação, nesse desprezo de si mesmo, julgando talvez que a pátria fosse uma individualidade cujos olhos lhes visse os sofrimentos, o heroísmo, as feridas, a nudez, cujos ouvidos ouvissem as palavras de conforto que eles mesmos pronunciavam para consolarem-se.

Pobres, nem sabiam eles que pátria é somente o interesse dos dominadores, que o espírito mais puro, a fé mais viva, a crença que não se impõe, são esmagados, insultados, cobertos de lama, que é alma dos semoníacos, pelo vozear azinhavrado dos suíços das lutas sangrentas; como fujo de todo aquele em quem reconheço que somente interesse material, a grande alma do século, levava ali na esperança de arrecadar para si o produto que, porventura, fosse o resultante do sofrimento da grande massa anônima, da besta indiferente pelo brilho da festa, a harmonia da orquestra que espera, nos mágicos palácios, ao cavaleiro que ela conduz sobre os lombos.

É por isso que admiro a essa falange faquiriana que houve, obedece, e sobretudo acompanha Antônio Conselheiro que não se furta aos combates onde o sangue mancha as águas lamacentas das lagoas próximas, e essas mulheres, com figuras de megeras, mas desprezando a vida pela crença, errônea aos olhos de todos, mas santificada aos olhos delas, que vão fazer dos corpos buchas para obstruir canhões, encontra posição a outras que, sem crenças, aconselham aos filhos que silenciem ante o insulto e a ameaça que lhes fizeram, ante o insulto infamante

com que abateram o espírito de seus ascendentes, o fustigar de faces, o atar os pulsos, as palavras indecentes e injuriosas, mas que é preciso esquecer para poder ter um vestido de seda para a irmã, uma gravata vistosa para o baile, a certeza de que não são indigentes, daqui não precisa alugar o braço para o trabalho, uma figura bonita, barbeada, embolada, num corpo que tem de se curvar para receber o castigo corporal, ao primeiro aceno do senhor, uma alma de lodo que tem de espadanar para enlamear a todos que passam altivos, uma fonte de miasmas para apodrecer o ar que todos respiram, porque eles só com miasmas vivificam o sangue. Almas de gases apodrecidos exalados das charnechas onde os fogos fátuos, exalações das de composições de matérias corrompidas tomando o nome de — Santelmo.

Bagé, 14 de fevereiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

## **ECO DO SUL, 18/02/1897 P 1**

### **Os fanáticos da Bahia**

Como me dói o ver marchar para morrer ou para matar, ou para matar e morrer esses valentes soldados brasileiros sem que ao menos lhes fique o prazer da vitória, a glória do vencedor, porque essas glórias, em guerras civis, são efêmeras, na frase do senhor Coronel Carlos Teles, e porque homens armados, com armas poderosas, de alcance extraordinário, de destruição horrorosa, que vencem um punhado de maltrapillhos, que os trucida não se podem julgar heróis, porque a heroicidade fica pertencendo aos vencidos, e o código criminal pune com severidade aos que matam em luta sendo superiores em armas, e a nobreza dos sentimentos dá as vítimas a áureola de mártir?

Quem pôs em dúvida, algum dia, o heroísmo do soldado brasileiro, para que seja preciso acordar-lhe brios nas guerras fratricidas, nas mentiras impostas de insultos, de assassinatos quando a sorte varia das armas que lhes for infiel um dia, e abriga-as além do pesar de uma derrota, mentir, desonrar-se portanto, para chamar o ódio exterminador, da classe, sobre o vencedor do dia, para apagar nos seus pares a ideia da condolência, para só lhes gritar no ouvido a nota lúgubre da vingança?

Quem não conhecerá a história desse sofrimento, dessa abnegação estoíca do soldado brasileiro nos cruéis sertões paraguaios?

Quem não saberá que nessa luta inglória do exército ao serviço dos interesses do senhor Júlio de Castilhos, que infantarias estropeadas, quando ao mando de chefe hombridosos, e por isso convictos

de que cumpriam um dever, corriam na campanha dia e noite para alcançar aos pobres maragatos que punham a astúcia e mobilidade em substituição às armas que lhe faltavam?

Quem não sabe dessa marcha do 31º e 17º ao mando do coronel Teles, saindo de Dom Pedrito e vindo no mesmo dia a Bagé, que julgava atacada por nós, sem se preocuparem de que um soldado que caminha 12 ou 14 léguas em um dia inutiliza-se para um combate sério?

Como me dói o saber que esses soldados a quem tiraram as crianças, a quem a república fez crer que não há Deus, que a consciência nada é, que o homem só tem o —lucro pela obediência, o castigo, a morte pela desobediência se o pensamento lhe acordar o espírito para ver os crimes que cometem os que contam com a impunidade porque tem esse exército para defendê-los, e não há nem leis nem juizes para puni-los, marcham, eles que não tem crenças, que não tem Deus para matarem os míseros fanáticos porque eles creem, porque na ignorância deles eles precisam crer, porque não são filósofos que nada creem, mas que exploram a crença de outros se fossem por meio deles poderosos e ricos?

Pobres soldados, pobres filhos do povo, vencidos estes amanhã o senhor que substituir ao senhor de hoje vos fará ir morrer contra quem reclamar, contra a nudez da alma que eles já sem receio apresentem-nos como as tem.

Bagé, 15 de fevereiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado  
(Continua)

---

## ECO DO SUL, 20/02/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

O que espera o governo como resultado deste sacrifício de vida dos soldados brasileiros, dessa mortandade de pobres ignorantes?

Por acaso julga o senhor Manoel Vitorino que os raios de Júpiter Tonante abatem os espíritos valerosos, desfazem crenças?

Não sabe ele que se a perseguição aumenta o número dos crentes, que a opressão da força dos gases é capaz de destruir as grossas paredes de ferro que os envolvem?

Esquece-se que as perseguições aos cristãos firmaram a religião cristã, única aceita pelos povos civilizados, e que neles cada vez se firma mais pela tendência do homem em edificar a família e buscar a tranquilidade, o bem-estar sem surpresas?

Esquece-se que as lutas dos cruzados na Ásia firmaram o islamismo ali onde o sangue jorrava sem descanso?

Ora de cristãos, ora de crentes, e sempre de ambos?

Não sabe que quanto mais absurda é uma religião tanto mais fanatismo desperta nos povos ignorantes e sem garantias, sem auxílio na lei que em vez de buscar elevar-lhes o caráter os deprime?

Onde encontrar-se crentes mais fanáticos do que entre os párias hindus, que chegam a se atirarem para serem mortos pelas rodas pesadas do carro que conduz a figura monstruosa do deus que eles adoram?

Onde maior desprezo da vida do que, entre eles, nos faquires que se mutilam, deixam-se matar lentamente pelas formigas ou pelas serpentes para cumprir a promessa que fizera à sangrenta Cali?

Não viu a narração do senhor major Febrônio de Brito dos atos de loucura praticados pelos fanáticos de Antônio Conselheiro, essas mulheres abraçando-se a canhões, esses homens rasgando os intestinos que o sabre do soldado brasileiro fazia sair do ventre deles que numa pátria sem crenças ousam crer?

O que resultará de tudo isso?

Porventura destruindo-se o reduto de Canudos não surgirão outros em outras partes?

Não se multiplicarão em toda a zona sertaneja, desprezada pelos governos, que só cuidam das capitais por ser nelas que habitam os donatários do país, e hoje até abandonada porque já nem se fala em escolas, nem há dinheiro para pagar a professores mesmo depois de terem recebido a praga dos estudantes para isso?

É verdade que a morte dos soldados pouco importa.

A fonte não seca, cem, duzentos, mil que morram serão logo substituídos e ali entre os pobres que vão morrer não vão os irmãos do senhor Manuel Vitorino nem os dos senhores desta infeliz terra.

O soldado brasileiro que foi criado para as grandes coisas da pátria e que hoje é vítima como os seus concidadãos que em nome do exército se oprime, não sabe quanta vilania se vai cometer em seu nome.

Na monarquia quando ainda havia a lei da escravidão de homens, e o exército foi chamado para obrigar os escravizados à obediência, o exército descansou armas porque não existia para salvar interesses alheios, veio a república e o exército aí vive desde então a dar caça às vítimas que perturbam o repasto da elite.

Agora é preciso ir morrer às mãos dos fanáticos por terem eles um Deus nesta terra onde não há Deus.

O senhor Moreira César, o flagelo dos fracos e indefesos lá está e leva consigo algemas, machos, correntes, instrumentos de suplício, e o soldado brasileiro vai ser o aplicador de tudo isso nos indivíduos que não tiveram a sorte de morrer na luta. Mas diz

o rifão:

—Quando Deus tarda vem no caminho.

Não desanimemos, esperemos ainda, o Brasil ainda pode salvar-se, cansado, mutilado, mas apto para a vida.

“Sursum corda”

Bagé, 18 de fevereiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado

(Continua)

---

## ECO DO SUL, 26/02/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

“Le roi s’amuse”, o rei se diverte —deveria ser o título deste artigo, já que vai inaugurar no Rio de Janeiro o segundo caríssimo palácio que se tem comprado, em 7 anos para morada dos presidentes desta mendiga a que dão nome de república; palácios iguais aos de mil e uma noites, mas donde só tem saído a sanha feroz de derramar sangue brasileiro no interesse de indivíduos; palácio onde “tudo tem perdido” os que tem ido habitar, se é que para lá chegarem não perdiam tudo em seu caminho, se não fora sabermos que o senhor Manoel Vitorino não é ali o rei, porque rei é o senhor Glicério, o governador de fato do Brasil, e sua excelência, o ilustre médico, o erudito professor, o talento privilegiado, tudo desprezou, até o amor da pátria, para servir de Tribulet nos ferozes divertimentos do senhor Glicério que trata este país como o rábula que prolonga as chicanas para delas tirar lucros.

Não há muitos dias, um ilustre escritor do “Correio Mercantil” de Pelotas, criticando-me, e vem a propósito aproveitar a ocasião para agradecer-lhe e cumprimentá-lo pela elevação de espírito que deve caracterizá-lo, nessa fase de baixelas, elevação que se depreende de sua crítica, dizia que quando morríamos e matávamos a brasileiros não por princípios políticos, mas para não termos na garganta a faca da “legalidade” ou a coleira dos servos da gleba, nós tínhamos frases cruéis para a república e lembrávamos com saudade da monarquia. Me há de permitir o ilustre crítico que lhe diga que nunca fomos amante de nenhuma forma de governo pela sua denominação, o que fui, o que sou, e espero sempre serei, é amante desta pátria digna de melhor sorte a quem mataram, porque pátria é a família que existe na extensão de terra designada, mentindo que a felicitam.

Não é preciso estar-se na luta como revolucionário, portanto estar em meio de todas as apreensões e sofrimentos para neste infeliz Brasil se ter saudades de outros tempos, cuja perda só depois pode-se calcular, cujo caráter de justiça e liberdade vem à mente de todos os sofrendores de hoje como deve passar pela

mente dos encarcerados e a lembrança de horas felizes transcorridas no lar, pobre, indigente mesmo, mas livre.

Isto que aí está, nunca foi república, e os homens que disto vivem destruíram para sempre na atual pátria brasileira a esperança de terem uma república.

Isto que aí está é apenas um contraste, é a ostentação das prostitutas de luxo corporais e de misérias morais. Vendem o corpo, descem a míseres repugnantes, contra natura, mas depois perfuram-se e cobrem-se de seda e joias.

Vai-se inaugurar o segundo palácio do governo. Este palácio que não vale mil contos de réis custou **três mil contos**, mas se forem passar uma revista no livro de perdas do Banco da República encontrarão ali, talvez metade dessa quantia destinada a pagar a altas influências policíacas a sua corretagem na venda de tal palácio.

O Itamaraty foi comprado assim também.

Só o serviço, os lavadoiros de prata devem ter custado com as estátuas dos “felicidades” do povo brasileiro, mais de mil contos, entretanto a miséria já oprime a todo homem de trabalho, a tudo que não conseguiu fazer uma fortuna, ou trabalhando ou roubando e toma-se dinheiro a **oito por cento** para pagar estes luxos, e suspendem-se trabalhos que dariam, em próximo futuro, lucros materiais e morais, que proibiriam o aparecimento de muitos Conselheiros que vão surgir nos sertões onde a ignorância cria um povo a parte da comunhão, e põe por aí na vagabundagem milheiros de homens por falta de trabalho, leva a miséria às famílias, e acorda-lhes no espírito a justiça em favor dos que buscam vingar-se no sofrimento destruindo pela dinamite as vidas e propriedades dos que são ricos.

Vai-se inaugurar o segundo palácio com grandes festas. Ali aparecerão centenas de indivíduos que a 14 de Novembro de 1889 não possuíam senão duas camisas e comiam nos freges pagando duzentos mil réis por cada refeição, e hoje são ricos, são milionários, têm carros, têm palácios, olham altivos para os lados, como se o empertigar do corpo pudesse por pé a alma do ladrão, enquanto nos sertões da Bahia se derrama, contra a ordem expressa da lei, abundante sangue brasileiro, e enquanto nas míseras habitações dos pobres trabalhadores das estradas de ferro a miséria já campeia tão forte que já é preciso destacar o exército brasileiro ao longo das linhas para impedir o justo desforço dos que sofrem.

Bem triste punição vai tendo o exército. Ora é correr pela campanha para morrer e matar em guerra civil para deixar o senhor Júlio de Castilhos completo o recebimento de seus 150 contos; 30 mil vidas, o duplo de órfãos e viúvas, por cento e cinquenta contos de réis para o senhor Júlio de Castilhos.

O país que gastou além destas vidas mais de 70



mil contos, de onde originou-se a miséria atual dos que não roubaram porque, não fez uma subscrição pública e não mandou a esse homem dez vezes mais do que seus 150 contos e pedir-lhe que poupasse o sangue dos infelizes brasileiros?

E o exército que também é composto de filhos, de pais, de esposos terá de ver impassível a miséria, a fome nessas crianças filhos dos trabalhadores, verá as esposas sem alimento não poderem levar a teta criadora à boca ressequida dois filhos recém-nascidos de pobres raparigas que enquanto a alma chora venderem o corpo para matar a fome porque os pais e os irmãos não encontram trabalho, e o exército silenciará ante todas estas desgraças porque é preciso tirar o pão que o pobre compra com o suor para pagar o luxo dos ladrões, para antepor ao câmbio que a rapinagem fez baixar a oito, com a venda das estradas; porque é preciso que o presidente da república tenha dois palácios de luxo, tenha lavatórios de prata até para os “criados” de servir.

Já não é d’agora isto. Quando no Rio Grande deramava-se tanto sangue que se fosse extraído o ferro nele contido poder-se-ia fazer com ele uma estátua para o senhor Júlio de Castilhos, ou a que este vai mandar fazer para o senhor Floriano a quem em vida o senhor Castilhos denominou três vezes traidor, na legação brasileira em Montevidéu dava-se bailes de fantasia de luxo desusado, presenteava-se a quem podia auxiliar a matança de rio-grandenses, bailes em que os Vieiras se enriqueciam.

Está escrito. Fizeram da república um cadáver, é preciso galvanizá-lo, ainda que depois ele infecte a toda nação.

O senhor doutor Manuel Vitorino vai inaugurar o segundo palácio do governo. S. ex. é impressionista, talvez ao chegar ao terraço de onde se avista a baía da Guanabara e lembrar-se que ali estava a esquadra americana, para quem S. Ex. pediu uma medalha de ouro das que se iam distribuir ais que tomaram armas contra a revolta, alguma das estátuas tome a seus olhos a figura da morte com a foice devastadora.

Talvez S. Ex. recue horrorizado, mas verá logo ao longo da rua marchar como massa que despenha a pétrea estátua do comendador do D. Juan Tenório. É o povo faminto que lhe vai levar os cumprimentos pelo seu novo palácio. Mas não lhe tocará a mão. S. Ex. voltará para mágicos salões onde as sedas e os diamantes formam a venda das estradas para aumentar algumas miseráveis centenas de contos aos parques milhões que já roubaram e que o povo está pagando, S. Ex. receberá o beijo da fraternidade do senhor Glicério, e os convivas gritarão — Viva a república —, mas a fome escreverá na sua bandeira: O Mane, Tecel, Fares.

Bagé, 23 de fevereiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado

(Continua)

---

**ECO DO SUL, 27/02/1897 P 1**

### **Os fanáticos da Bahia**

Um simples golpe de vista, sobre a estatística do Brasil, nos faz ver uma bem triste e amarga verdade: é um país de analfabetos — porque retirados, dos que sabem ler, os estrangeiros e os que apenas soletram o necessário para escrever o nome, veremos que nos 14 milhões de habitantes, quase 1 milhão apenas poderá ler e responder uma carta.

A colonização primitiva espalhou-se pelo interior, e ali plantou seus costumes, é verdade, mas sem vias de comunicação, as dificuldades e perigos das longas viagens para chegar na capital, transformaram aqueles núcleos em países singulares, que tiveram de modificar os hábitos dos progenitores sem contudo melhorá-los.

Esta modificação chegava ao ponto de, no espaço de 20 léguas, se encontra hábitos diversos, e até linguagem ou denominação de objetos.

Nas capitais os habitantes se dividiam em classes abastadas e pobres.

Os ricos, no hábito de possuidores de escravos, sempre com a ideia de que quem tem dinheiro tem direito a tudo, e que podendo pagar serviços, sejam eles de que natureza for, nada mais precisa, os pobres, nesta nobre revolta do espírito, contra tudo, que na ostentação busca ofuscar ou abater. Esse espírito de revolta teria sido muito produtivo no Brasil se fosse uma emulação para o trabalho; mas ao contrário disso, era ser desprezível aceitar certos trabalhos, sobretudo onde havia um escravos.

Isso não impedia, porém, que o que se negava ao trabalho por ser livre ia viver à custa da amizade de algum escravo estimado, de casas ricas.

Nem lhes servia O exemplo do Europeu pobre que, emigrado aceitava todo e qualquer serviço cujo produto, pela economia, em pouco dava-lhe bem estar relativo.

Com abolição imediata os ex-escravizados foram aumentar o número dos que tem o trabalho como desprezível, e só aceitam não admitindo que quem paga tem o direito de exigir ser bem servido.

É desses elementos que se compõe a grande maioria dos brasileiros.

Excluídos por assim dizer da ação que deve ter todo indivíduo no trabalho moral que fortifica o caráter de um povo, reclamado porém toda vez que um perigo ameace, e seja preciso uma luta sangrenta para afastá-lo, essas massas eram adeptas ao domínio do potentado local, a quem se negavam como trabalhadores, mas a quem seguiam nas eleições, e

até nas lutas. Com isso, esse aluvião de servos de gleba, obtinha proteção contra autoridade, contava com impunidade nos crimes ligeiros, livrava-se do recrutamento.

Felizmente, porém, para eles, havia moralidade nos governos, havia o medo da imprensa nas cidades a que não ameaçava o sabre “legal”, havia nos sertões o equilíbrio porque os potentados tomavam como ofensiva, o que faziam ao seus agregados ou votantes; e a grande massa seguia sempre o de mais prestígio, o que mais se esforçava em prol dela.

A república encontrando o país nessas condições, sem se lembrar que as transformações só podem ser lutas, e que a natureza é metódica, esqueceu-se de tudo isso e quis fazer desse povo ignorante um povo sábio, dando-lhe leis de povos cultos e idôneos, leis que a grande maioria dos que assassinou, nem ao menos compreende.

Não importava isso.

Essas leis seriam como o “Fiat Lux”, adaptada ao Gênesis para explicar o que não se sabe, e desde o momento em que se desse o Brasil uma Constituição como a da norte-americana ou suíça, o Brasil seria República.

Por outro lado o progresso Yankee enchia de admiração a todos que não compreendem que esse progresso é o resultado de muitas causas concorrentes, e quiseram aplicá-lo ao Brasil.

O povo viu bestializado dar-se o dinheiro e terras a golpe de pena, e teve esperança de que a igualdade e fraternidade “republicanas” fariam com que lhe chegasse ao menos o resto do festim.

Quando a fome abriu-lhe os olhos da consciência, só viu o vazio dos cofres, o descrédito, o câmbio fazendo o seu antigo 1\$000 valer apenas meia pataca, e os felizes, os “bons” republicanos, que ontem iam escrever, a tanto por linha, nos livros de casas comerciais para poder viver, por aí, ricos, altivos, cheio de luz, contando com que facilidade fizeram fortuna, e aonde aparelhou-se para esse “el dorado” da República sem se lembrar que donde se tira e onde não se põe um pouco só se encontrará o vazio, ao passo que as cadeias se enchem de “ladrões” que roubaram um pão para comer.

A descrença dos bem intencionados, o indiferentismo das massas, tornada sem irritação, pela opressão e destruição lentas, acordarão o espírito, que não fulge de uma vez, mas lento, lento, como a noite que se transforma em crepúsculo, e o crepúsculo que se torna aurora, aurora que se faz dia.

Mas os homens da república que nestes poucos anos já fizeram com que viver “honradamente”, em qualquer parte, pouco se incomodam.

Atearão o incêndio, mas as vigas sustentam o teto e assim poderão retirar ainda o que resta.

Amanhã as vigas aluirão, o edifício se abaterá, e

dos incendiários não ficarão nem rastros, estarão longe. Só o montão de ruínas indicará a perversidade dos incendiários para fazer desaparecer os traços do roubo.

Os esteios que sustentam o teto onde eles ateiam o incêndio, são o exército, no Brasil. Mas as lutas já vão ceifando vidas e nomes neste Exército, e eles a exigirem mais.

Para destruir a massa de descontentes no Brasil não bastavam todas as vidas dos soldados existentes hoje. Tomem-ser por exemplo os corpos que tomaram parte na guerra civil e ver-se-á que todos eles foram feitos de novo, dos antigos pouco resta.

Mas que importa isso?

Os senhores de escravos não trepidavam em mandá-los mergulhar no fundo do paraguaçu para lhes trazer os diamantes. Os que não morriam afogados, morriam de pernicioso; que lhes importava isso? O diamante pagaria o valor dos escravos.

Os homens da República fazem o mesmo com o soldado brasileiro.

Bagé, 24 de fevereiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

## ECO DO SUL, 2/03/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

Não sou eu somente quem profiga essa matança de crentes, que a república, que não tem crenças, está fazendo na Bahia, no interesse de uma classe que, há muito, deixou de cogitar no meio de se fazer amar e respeitar.

Pode-se dizer que a classe dos clérigos no Brasil deu a norma para classe dos republicanos.

É o mesmo sistema, o mesmo estilo.

Perdoem-me os sacerdotes que são dignos, porque em tratando de um todo apodrecido não se lhe pode apontar os pequenos pontos são.

Os republicanos puros estão comigo, comungam nas mesmas ideias.

O clero no Brasil, disse-o mais de uma vez, abandonou sacerdócio para cuidar do ofício.

Um pouco da água na cabeça de uma criança, algumas palavras banais, decoradas, ou malditas, num velho livro, para unir duas almas eternamente, outras tantas sobre o cadáver — secas, duras, rápidas, como as de um guerreiro cansado que distribui patrulhas; uma figura, que, a pouco, se achava num balcão a vender toucinho e aguardente, a engolir uma hóstia, sem respeito, sem compunção, sem ao menos o ascetismo, mas ao contrário, gorda, suarenta, a passear com cortesias imutáveis ante a figura esquelética do divino Redentor, do eterno altruísta; ou então irri-

tadiço, olhando vesgo para os adversários políticos, ou a discutir na sacristia o preço do gênero, ou a relutância do devedor, ou nos mais altos paramos da inteligência santificando a tirania, o crime, ou trazendo o Coração de Jesus para o lupanar político, eis o que tem sido o clero no Brasil, salvas as exceções, para as quais, todos os encômios seriam poucos nessa época de corrosiva dissolução do caráter da estóica nacionalidade brasileira.

É em nome da “religião” desses que o senhor Manuel Vitorino manda matar tanto na Bahia, em vez de ter mandado para o sertão seu irmão, futuro arcebispo cardeal, que já passeou todo o sertão onde teve as maiores provas de apreço, e que não se negaria, já que seu irmão, ex-abrupto, tornou-se o primeiro magistrado deste país, a ir ao menos dizer a um sertanejo que se irmão, o antigo ultramontano, o que se sentava entre os penitentes, não assimnou com o sangue do seu dedo “mindinho” a sua venda ao diabo para tão depressa subir tanto no sistema onde a vontade popular, dizem, é tudo, e portanto só por arte do diabo ele poderia ter merecido a honra de ser conhecido por suas qualidades desde o Mato Grosso até o Amazonas.

Nem nenhum sertanejo poderá acreditar que o senhor Manuel Vitorino, quase Padre, não se vendesse ao diabo para ser tudo isso.

A República no Brasil é o mesmo, que o catolicismo dos padres, no Brasil.

Um batalhão, exaltado pelas palavras de um chefe rebelou-se e veio para a rua, (quanto terá amargado esse chefe essa sua dedicação à República ao sentir os mosquitos do Cucuí?). O povo bestializado calou-se, pensou que era a mesma coisa que a procissão de Corpus Christi, onde havia um São Jorge a cavalo...

Apareceram depois os republicanos, e os cofres públicos escancarados. E havia ouro nos cofres... “El oro de la providencia” para encher de glórias republicanas a todos que já não tinha coragem para trabalhar, ou que nunca tiveram. Viva a república!...” E o exército começou a sustentar a República pelo simples viva dos gargantuas, Como o povo deve sustentar o catolicismo pelo simples bocado de água que se derrama na cabeça de uma criança ao nascer. Mas é católica, não compreende o que seja isto, mas é. É o mesmo que se dá com o exército. Não compreende o que é república, mas é republicano.

O povo que esperava que a República fosse a melhoria das condições do país, porque diziam que a república é a liberdade, a fraternidade, a igualdade, e viu que isso no Brasil desapareceu, que a liberdade só existe para os nobres da República, sem armas de cavalheiros; que a fraternidade é somente para distribuição da fortuna pública entre os amigos dos usurpadores; que a igualdade só existe na partilha

dos despojos da Pátria pelos sátrapas das satrapias a que deram o nome de estados; que os ricos ou os galopins matam publicamente, sem processo, sem indagações, esbofeteiam-se publicamente, dão tiras a traição publicamente, e aí ficam a passear, ao passo que o pobre que mata um potentado em defesa própria, é linchado barbaramente na prisão, como se deu em São Paulo, depois que o sátrapa de São Paulo, o governador, telegrafou à família do morto que o assassino, o que matou para não morrer, seria punido, o que indica que a justiça só é feita quando o que faz os juizes assim o entendem. O povo que viu e vê tudo isso e protestou, e buscou melhorar sua sorte, foi condenado como inimigo da instituição calabresca, e mandaram ao exército que fosse matar e morrer enquanto os republicanos nas cidades enriqueciam-se à custa dos cofres públicos; o clero a abandonar o povo na ignorância de tudo, diz que ele é católico porque batiza as crianças a tanto por cabeça, aparece Antônio Conselheiro, fala-lhes em Deus, em Cristo, ensina-os a sofrer, a se penitenciarem, a orarem, sendo o primeiro em tudo, no sofrimento, no trabalho, da castidade, no jejum, o senhor Manuel Vitorino que foi quase Padre, que tem irmão Padre, virtuosíssimo contudo, manda o exército ir morrer as mãos dos fanáticos, manda Moreira César cujo nome basta para tornar hedionda a causa que fosse mais justa para matar aqueles crentes que roubam a tosquia dos vigários sertanejos.

Esse catolicismo do Brasil e a sua República são gêmeos. Irmãos siameses, não devem estar separados. Se completam na destruição da lei cristã e da moral pública, e ambos pedem sangue.

Bagé, 27 de fevereiro de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

## ECO DO SUL, 4/03/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

#### A queda para cima

Não há quem não conheça, na Bahia, aquela velha casa na rua da Preguiça, a marcenaria do Vitorino.

Foi ali que o moço português Vitorino Pereira começou a sua vida de trabalho, tendo como operários alguns outros rapazes, há muitos anos.

E o trabalho frutificou, lentamente, mas sem interrupção, e o artista, proprietário, aumentava família a proporção que aumentava a fortuna.

Em pouco teve de edificar para si casas de valor, mas sem luxo, tal era a severidade dos costumes tradicionais que adotava.

Tinha filhos, formados tinha um cônego, moço,

inteligente, chegado de Roma. Esses filhos ocupavam posições salientes entre os médicos e o professorado, todos eles unidos às famílias ricas e honestas, as filhas casadas com distintos comerciantes.

Só o mais velho adotara a profissão paterna, todos os outros, porém antes de se dedicarem aos estudos eram obrigados a frequentar as oficinas.

Era tal a ordem, e o respeito pelo passado na sua família, que nem um dia passava-se sem que o velho Pereira fosse a sua oficina, sentar-se ali no meio do seus operários, conversar com eles, ouvi-los, e até ser censurado pelos velhos que ali viviam como aposentados quando se lhes metia nas cabeças, que alguma reforma deveria ser feita ou não, e o amor à tradição era tal que se edificavam casas, luxuosos depósitos para os ricos artefatos da marcenaria, mas não se alterava a forma do velho edifício.

O respeito à família era tal que nenhum dos filhos era permitido passar um só dia sem ir a casa paterna beijar a mão aos velhos progenitores.

Entre esses filhos, que formavam orgulho daqueles velhos, bem cedo começou sobressair o Manuel, o atual vice-presidente da república.

Talento vasto, imaginação genial, por assim dizer, tornou-se figura saliente entre seus discípulos e colegas.

Espírito liberal ele abraçava todas as causas nobres tão comum a almas generosas dos moços daquele tempo.

Em cada festa onde a mocidade buscava abrir os olhos ao governo quando ele cochilava, julgando-se firme, era ele um dos primeiros. Essas festas eram sempre comemorando os mártires da Inconfidência Mineira, representando no teatro o atual presidente, entre seus colegas o papel de Luiz do drama "Gonzaga".

Era o decenário de Castro Alves, onde ele se apresentava como principal para fazer a propaganda abolicionista recitando os versos incomparáveis do apóstolo dos escravizados; era a sua figura incansável promovendo festas a Carlos Gomes, era em benefício de vítimas, ele já Doutor, já lente, já notabilidade, em cena aberta recitando versos de Castro Alves.

Por honra do obscuro signatário destas linhas, todas as festas nobres foram também por ele participadas se não iniciadas; e por honra ainda o que esta escreve conservou-se sempre no seu posto de lutador obscuro sem apostasia.

O talento, a facilidade de escrever, abriu ao moço professor as portas da imprensa política, a ambição agrilhou-o ao partido.

Foi assim que ele pode representar o Partido Liberal da Bahia no Congresso do Rio de Janeiro onde salientou-se por suas ideias adiantadas, ao lado de Rui Barbosa.

Veio a República e como todos, com poucas exce-

ções, ele aceitou-a, mas o povo da Bahia que a não queria, tentou até maltratá-lo, visto ter aceitado governo para o qual lhe tinha nomeado o senhor Rui Barbosa.

O velho Saraiva telegrafando para Bahia, dizendo que a família imperial se tinha ido e que era preciso poupar sangue brasileiro, e que uma República honesta faria progredir a pátria, desarmou civismo baiano e o governador continuou no seu posto, fazendo inovações improdutivas, mas não arrastando, na fatura das leis o bom senso prático dos estadistas baianos chamados para organizar tais leis.

Quando o Marechal Floriano formava sua rede para subjugar o Brasil, mandava depor governadores com que o povo estava satisfeito e repor outros que o povo havia deposto depois destes jurarem-lhe obediência incondicional mandou um coronel tomar conta da Bahia, esse coronel dirige um telegrama ao ex-senador Saraiva, então já desiludido, e o velho patriota respondeu-lhe desejando que fosse feliz; o senhor Manuel Vitorino publicou uma carta violentíssima aquele velho baiano, chegando até ao insulto por ter respondido a um telegrama do que ia em nome do centro levar um insulto a sua terra.

Conquanto o velho Saraiva fosse a honra, o patriotismo e o dever encarnados, aplaudiu-se, não a abjurgatória, mas o civismo do jovem baiano.

O coronel donatário entrou nas repartições e nenhum dos funcionários baixou-se ao menos em voltar a cabeça para olhá-lo. Cada qual continuou no seu trabalho sem ligar-lhe importância e ele compreendeu que a Bahia ainda não estava apodrecida, e retirou-se.

As modificações se deram pela letra dos estatutos.

Foi eleito senador o senhor Manuel Vitorino, e aquele talento sempre pronto a defender os oprimidos não teve uma palavra em relação as infelizes vítimas do Rio Grande.

Prometeram nomeá-lo vice-presidente, e ele apresentou um projeto no Senado querendo medalha de honra para os que tomaram em armas contra a revolta e que fosse cunhada uma de ouro para o presidente da América do Norte, confessando publicamente que aquela nacionalidade tinha tomado parte a favor da ditadura.

Moço, pretendente, ele feriu a alma descrente do velho Saraiva por ter respondido a um telegrama de um preposto do Marechal Floriano; vice-presidente da República brasileira ele oferece medalhas a uma nação estranha, confessando, ipso facto, a sua intervenção a favor dos fortes numa luta de irmãos.

O povo das antigas monarquias, os vilões, depunham reis cristãos que aceitavam auxílio dos reis de Granada, inimigos da fé, nas guerras internacionais; nas repúblicas modernas endeusa-se aos que aceitam a intervenção de estrangeiros nas guerras civis, em fa-

vor do mais forte.

Contra a lei, manda o senhor Manoel Vitorino um corpo do exército para trucidar a milhares de vítimas, por suas crenças; encarrega do serviço o senhor Moreira Cesar, o que quer dizer que não escaparão nem culpados nem inocentes, e no mesmo dia, que prometiam uma carnificina digna de comemorar a proclamação do estatuto da república, ele festeja em palácio essa data com festas extraordinárias e o povo, a parte do povo que ainda não sofre fome, porque vive dos cofres públicos aclama-o à mesma hora em que, nos sertões da Bahia devem gemer as vítimas, quer seja do Exército quer dos fanáticos, centenas de famílias cobrem-se de luto, e ele bebe champanhe sem sentir nenhum cheiro do sangue das feridas, dá vivas a república sem lembrar que ela agoniza pelo punhal dos que dizem que a cuidam.

“Sic ad astra itur”? Não, assim é o cair para cima, aerostato que sobe sem governo, e cairá além da camada atmosférica. É queda para cima, a queda para o vazio, para o nada.

Bagé, 28 de fevereiro de 1897

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

## ECO DO SUL, 7/03/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

Há muitos dias que se esperam notícias dos sertões da Bahia

O senhor Moreira César que confabulou com o senhor Manuel Vitorino, carícias de Nabucodonozor e Holofernes, que naturalmente pediu-lhe algum requinte, de amor à República, para provar que para derramar sangue não é preciso ser o Marechal acostumado desde a infância a ver sangue, conquanto fosse derramado pela honra da pátria, mas que um professor, um operador, pode também ser insensível ao sangue, e como pensador pede mais, pede torturas, uma encenação da tragédia, em que o executor possa mandar, o juiz, os membros das vítimas mas com mais ostentação, senão seria nessa jovem república uma imitação desenxabida.

O senhor Moreira César preparar o espírito público para a festa; o espírito público, “ansioso”, espera notícias da hecatombe.

Marcou-se o 24 de fevereiro para a matança.

A carta magna de um povo que só dá direitos aos senhores, que nega toda e qualquer intervenção humanitária, em favor dos oprimidos, e dá tudo, soldados e dinheiro, aos opressores, não podia ter melhor comemoração do que a destruição de centenas de pobre sertanejos, e para mostrar quanto isto é agradável, a república, o preposto para essa gloriosa

comemoração devia de ser o senhor Moreira César que tantas páginas brilhantes, tantas obras marciais escreveu na história da República.

Anunciou-se depois que a matança dos pobres ignorantes crentes seria a 1º de março.

É a data do feito glorioso de Aquidabã.

Seria para comemorar esse feito que se deu ao exército brasileiro a glória de, com os maiores sacrifícios, libertarem um povo estranho, valente, mas ignorante até a escravidão, de um tirando que eu transformava em escravo?

Não.

Essa data pertence a história de uma nacionalidade extinta. Os feitos dela foram esquecidos. Os heróis que nela tomaram parte, desde que não se tornaram instrumentos, como aqueles que eles destruíram parar libertarem um povo, não tiveram nenhum direito de morrer como soldado ou como cidadão.

Morreram pela morte que se dá às bestas, ninguém sabe onde repousam seus esqueletos, nem a família nem a pátria.

Aqueles corpos que a terra paraguaia não consumiu, aquelas vidas que durante cinco anos ofereciam-se altivas às balas e às emboscadas paraguaias extinguíram-se aos golpes da faca legal nessa legalíssima república.

Não foi pra comemorar aquela data que se marcou o 1º de março, seria uma injúria ao passado que é morto, e os homens da atualidade, enquanto digam que os mortos governam os vivos, trata de fazer muitos mortos para assim poderem ter um governo, mas se esquecem dele porque é preciso que os vivos cuidem de si.

“Vivere, post hoc, inde vivere”.

O 1º de março foi festejado pelo carnaval, e os senhores quiseram ter uma cena carnavalesca como tudo que tem saído como lei nesta negra fase em que a pátria se asfixia no lodo, mas um carnaval digno de Barba Roxa, um carnaval como Nero fazia.

Os homens se reproduzem no tempo, acordam o atavismo em períodos modificados pelo progresso da corrupção, chamada, no Brasil — civilização.

Não apareceu o trágico carnaval.

Os míseros fanáticos não são tão fáceis de serem agarrados. Não se trata ali de levar tiradas as canoas parar a degola, nem de oficiais superiores do Exército confiantes na inocência e imunidades que a lei prometia, esquecidos do que se chama lei nesta república, e assim caminharam para o matadouro.

Ali não; não serão somente os pobres soldados que hão de morrer, se fora isto pouco importava ao governo, mas ali pode arriscar-se também o Moreira César, e nesse caso, morto ele, essa República perderia a efígie que serve de padrão a suas glórias, por isso dois mil homens bem armados, a mando do consolidador de Florianópolis, paralisa-se em fren-

te de pobres trapentos, armados de sujos e velhos bacamartes, porque sabem que os fanáticos só tem um chefe, só tem uma vontade, e esta vontade não está sujeita aos interesses de meia dúzia, portanto é indefectível; sabe que essa vontade é guiada por uma crença, errônea ou não, mas que saturou-lhes a alma até o desprezo da vida.

Em compensação o senhor Manuel Vitorino festejou a inauguração do seu segundo palácio de fadas. E os suíços aplaudiram, e os miseráveis, os famintos viam aquela casa mágica onde se comia, se bebia, se dançava, se prometia fortunas aos corifeus, se prometia mandar matar os que clamam, enquanto nos míseros casebres as crianças choram de fome, os filhos do trabalho pensam na dinamite ou no suicídio, porque a pobreza do Brasil proibiu-lhes verter o suor para terem pão, ri-se e folga-se enquanto os soldados do Exército esperam no sertões da Bahia a hora de matarem a um povo de fanáticos que ousam crer em Deus quando só é possível crer-se nos que podem comprar honras e vender vidas; e os holofotes dos navios de madeira transformados em navios de guerra para os passeios majestáticos do senhor Manuel Vitorino projetam seus focos luminosos sobre o feérico palácio que se torna único ponto luminoso na grande cidade que se some na noite.

Imagem desta pátria que a ironia cruel mostra aos olhos dos que não se venderam, luz e festas em torno do senhor, do decretador de matanças, trevas, misérias para o resto.

E como a história de todos os tempos na eloquência invulnerável dos fatos deve ter se apresentado a memória do senhor Manuel Vitorino e com que afã ele deve ter buscado o atordoamento no meio dos bajuladores, dos mercenários, dos falsários para não ouvir a sua voz longínqua que ele disse que tem gasto dinheiro do povo em festas enquanto esse povo arpeia-se na perspectiva da miséria próxima é um suicida!...

Quando mesmo o senhor Manuel Vitorino não quisesse se lembrar da sorte dos que a traição agarra pelas orelhas e espeta no vértice da pirâmide sem base sólida, bastaria lembrar-se, vendo as aclamações e as festas com que o atordoam os gargantuas, o que pouco antes da deposição e banimento do velho Dom Pedro, o magnânimo e a santa e simples mulher que a corte dava o nome de Imperatriz e o povo chamava mãe, quando voltavam da Europa.

O delírio era a festa, os jovens alunos da escola militar colocavam no pórtico da baía da Guanabara uma saudação. Oficiais do exército escreviam o seu nomes hipotecando lealdade (!) Deodoro mandava-lhe em nome de companheiros o diploma de Pai da Pátria e Protetor do Exército, e pouco depois lá se foi morrer no exílio, sem que ao menos poupassem sua memória, ele que não fora protetor de ladrões,

ele que não mandava matar para ficar de posse do tesouro público, ele que era pobre tendo reinado mais de meio século, ele que distribuía pelos pobres tudo que recebia, ele que desobedecia a lei para poder amparar o desvalidos, que era tão modesto no seus hábitos como os mais modestos burgueses honestos, que era mais sábio do que todos os seus legisladores!

A República foi feita pelos chefes no interesse de alguns, e no prejuízo de todos, no meio desse exército pode aparecer quem pensando no que espera a Pátria, em próximo futuro queira por um paradeiro a isso, o exército pode ter um Mezanio, e um Fernão Vasques.

Medite, senhor Doutor Manuel Vitorino. A história é cheia de lições; estabeleça o paralelo do que era o Brasil em 1889 e a sorte que coube ao magnânimo Dom Pedro, e o que é o Brasil na república e qual será a sorte dos assassinos de uma nacionalidade.

Estamos em quarta-feira de cinzas, e um católico e apostólico romano. E, ainda mesmo que seja renegado não pode se esquecer da máxima sagrada: — “memento homo quia pulvis est et in pulvis reverteris”.

Bagé, 8 de março de 1897.

Doutor Ângelo Dourado  
(Continua)

---

## ECO DO SUL, 9/03/1897 P1

### Os fanáticos da Bahia

Ainda ontem escrevíamos, em traços ligeiros, a vida de trabalho e honradez de uma família digna de inveja, pela sua honestidade, inteligência e esforço, fatores da nobre posição que ocupa, tornando-se uma das primeiras, em respeito e estima na populosa capital baiana; mas que o Mefistófoles das ambições desmedidas, apoderando-se de um dos mais dignos da família, lançou-lhe na alma o veneno da “legalidade” desta legalíssima república, veneno que faz morrer o indivíduo, para todos que ainda tem na mente um eflúvio de amor a esta infeliz pátria, mas que o eleva aos olhos do sangue e aurisentos, que se amontoam em torno do maldito, a pedir ouro e sangue sem nunca se dessedentarem; e hoje veio a notícia da morte do venerado chefe da família, o velho Vitorino Pereira, encarnação exata da honra, do trabalho, da bondade.

De que sucumbiria o honrado velho que não há muito festejava no seu lar modesto e abastado a suas bodas de ouro engrinaldando seus cabelos os festões de netos e bisnetos, servindo de suporte ao palio de seus fortificados anos os filhos dignos e distintos, as filhas, mães amantíssimas, virtuosíssimas esposas, almas de anjos onde a lei do Cristo se aninhou e tantas

vezes vimos em torno e ao som do órgão sagrado na vasta nave da Piedade entoarem hinos suaves, consoladores, à mãe do grande mártir, do eterno altruísta, que subiu ao espaço com a suavidade das brisas que roçam de leve as florestas altivas cujas flores exalam perfume puro de pétalas impolutas?

De que morreria o honrado velho?

Sua vida calma, metódica, regulada pelos mais severas preceitos de higiene, sua fortuna tendo estancado a fonte das ambições que conturbam a alma, a família gozando de todo respeito, e ao abrigo da miséria, suas virtudes, sua bondade, sua religião prometendo-lhe uma vida de gozos nesse mundo a que sua crença lhe prometia levar pelo caminho da morte, deviam dar-lhe promessas de uma vida longa ainda, até o dia em que mumificadas as fibras do seu organismo a terra as reclamasse.

De que morreu o honrado velho?

A alma tem arcamos onde não se pode penetrar.

Ele viu nascer e crescer os filhos, viu fazerem-se homens e se distinguir; viu crescer em torno desses verdadeiras glórias para uma pátria adotiva, glórias calmas, incruentas, abençoadas.

Sua modesta casa tornava-se a seus olhos, quando os via reunidos um céu constelado.

De que morreu o honrado velho? Que funda magna minou sua existência? Ele viu a velhice de um chefe de família ser maltratada nesta terra onde criou família e envelheceu; viu seu filho aceitar ir buscar lucros maiores nesse crime; viu a religião em que ele os criara e fortificara ser abolida e seu filho para não fugir do caminho da “glória” ajudar a aboli-la; viu o povo em grita buscar apedrejá-lo e julgou que fosse o começo da expiação.

Mas não era, era ainda a “glorificação”.

Viu crescer o filho aos saltos; viu-o depois dar honras ao estrangeiro que por interesse buscava entregar a insensível alma do senhor Floriano centenas de vidas brasileiras criminosas porque se expunham a morte quando só a traição glorifica no êxito, e essas centenas de vidas teriam a mesma sorte dos que descuidados foram colhidos em Florianópolis, ou que recomendados se confiavam na legalidade de Porto Alegre.

Viu depois, seu filho chamar a si o senhor Moreira César... Abraçá-lo, falar-lhe no ouvido e mandá-lo para o ignorante mas altivo sertão baiano. E a mente do honrado velho se povoou de fantasmas.

Nessa hecatombe medonha a que se vai dar, ele viu a figura do filho amado coberto de sangue, viu sua voz eloquente ordenando a carnificina. Viu a crueldade de Florianópolis propagando-se em todo Brasil, e a família que ele criou, que ele sonhara, como Jacó, servir-lhe de degraus para o céu, transformado em degraus para o inferno, pelo crime de um. Viu essa vingança do futuro caindo sobre toda ela como

sobre a raça de Caim; e enquanto a alma do velho crente pensava nesses horrores, enquanto haviam mães que choravam como Maria vendo morrer o filho, porque o seu filho querido manda fazer mártires, ele insensível às dores alheias banquetear-se e festejava o que não existe, para poder receber a baba da lisonja dos que se vendem.

Jacó suportou a venda de José, mas se ao chegar no Egito visse a vítima colocada tão alto por ter vendido a alma à impura Potifar, Jacó morreria antes de receber o pão que ia matar sua fome...

De que morreria o honrado velho Vitorino Pereira?...

Bagé, 5 de março de 1897.

Doutor Ângelo Dourado.

(Continua)

---

## ECO DO SUL, 13/03/1897 P 1

### Os fanáticos da Bahia

Nunca uma nacionalidade precisou de tanta calma, de tanta meditação do perigo que a ameaça como a brasileira nesta triste emergência.

O descuido do poder eclesiástico e a incúria da política deixaram criar aqueles fanáticos e engrossaram suas fileiras todos os malfeitores fugitivos de todos os Sertões limítrofes, como sempre acontece naquela zona quando qualquer um de algum prestígio torna-se caudilho.

Desde o primeiro escrito que fizemos sobre esse assunto buscamos mostrar o perigo; lembramos a tenacidade das guerras religiosas em outros países, muito mais para temer entre nós onde a ignorância se estende em uma zona que abrange todos os estados.

Mostramos que o meio não era esse da força, era o da persuasão. Mas os fatos desgraçadamente se confirmam e pedem desagravo da farda militar que em má hora foi ali levada.

Nunca ao exército foi preciso mais calma e mais prudência.

Não se ponha em dúvida que uma força do exército, numerosa, não termine o foco de Canudos, a dificuldade porém é penetrar ali, ou ter meios para permanecer em torno, repassados os dias de março e abril e tiverem de operar, porque então a seca será um empecilho.

Mas, terminado Canudos estarão terminados todos os focos de fanáticos que o contágio levantará nos sertões?

Outros perigos nos ameaçam que é preciso prevenir-se e lembrar aos que governam que não são partidos que estão ameaçados, é uma nacionalidade.

Os excessivos já promovem distúrbios onde cul-

pados e inocentes são envolvidos, é o delírio momentâneo, e esse delírio pode trazer consequências funestas porque todo homem ameaçado busca defender-se.

Em quase todos os estados a política transformou a nação em vencedores e vencidos, retirada deles a força Federal como em Sergipe, Espírito Santo, o partido perseguido buscará vingar-se — este é o maior perigo.

Oxalá a onda da desgraça não avassale a todos. Que cada qual compreenda a gravidade do momento nacional e deixe que o governo sem sugestões possa deliberar, e que esse governo lembre-se que para lutar com os fanáticos não é preciso acordar suspeitas, que podem suprimir chefes, mas deixado o corpo acéfalo por isso convulso.

É esse o caminho já que a desgraça não permitiu que se evitasse o mal.

Bagé, 10 de março de 1897.

Doutor Ângelo Dourado

---

#### **ECO DO SUL, 18/03/1897 P 1**

##### **Dr. Ângelo Dourado**

Este nosso distinto amigo e talentoso colaborador senhor Dr. Ângelo Dourado, vítima de uma tremenda vaia, aliás injustíssima, em Bagé, enviou-nos a seguinte declaração para a qual abrimos espaço em nossas colunas:

##### **Às autoridades do país e aos meus concidadãos.**

Acaba a cidade de Bagé de ser testemunha do mais triste dos espetáculos.

Achava-me eu na estação da ferrovia, onde acabava de embarcar com destino à Escola Militar de Porto Alegre, meu filho Ângelo, e onde fora levar meu abraço de despedida ao coronel Carlos Teles e seus companheiros de expedição, tendo-me demorado até que o trem partisse.

Voltava trazendo pela mão meus filhinhos Edgardo e Pedro que choravam pelo irmão, quando passando pelo meio dos soldados e oficiais que ali foram com o mesmo fim, alguns oficiais romperam em insultos contra mim cujas palavras menores que se pode escrever foram: — maragato sem vergonha.

Com bastante calma separei-me dos meus filhos, e por duas vezes parei.

O insulto recrudescia.

Os gritos de “mata que não é crime, e, ainda que seja, não importa”, revólveres nas mãos indicavam que se ia terminar, quando o senhor capitão Marçal Figueira, do 4º de Artilharia voltando de onde estava sua Exma. Senhora que chorava, tomou-me o

braço e levou-me até o meu carro.

Fui a casa do senhor coronel Aguiar que prometeu-me todas as garantias.

Sabendo depois que o fato fora premeditado e que outros companheiros estavam também ameaçados, telegrafei ao senhor Ministro da Guerra.

Alguns amigos vieram dizer-me que não convinha a minha estada na cidade bem como de outros.

Resolvi retirar-me e de novo telegrafei ao ministro, mas o telégrafo, por ordem superior, negou-se a passar o meu telegrama devolvendo-me a taxa do que havia mandado pela manhã, bem como dos que havia passado ao coronel Teles e tenente Joviano Franco.

Nada havia feito que motivasse tal ato.

Meus escritos demonstram as minhas simpatias pelo exército, simpatias que provei entregando-lhe o meu primogênito nos seus 15 anos.

A série de artigos que tenho escrito sobre os fanáticos tem tido fim de mostrar a origem deles, e o erro no meio empregado para debelá-los.

Há, portanto, para isso uma causa oculta.

Devo declarar que os meus adversários políticos se conservam calmos, e um deles, o senhor Anacleto Soares tomou minha defesa com risco de vida.

Tranquilo espero a solução dos fatos, oculto para não se dar novo conflito que seria de sérias consequências.

13 de março de 1897.

Doutor Ângelo Dourado

---

#### **ECO DO SUL 11/01/1899 P 1**

##### **ALERTA I**

As leis de Sólon condenavam à morte a todo grego que nas guerras civis se conservavam neutros ou indiferentes.

Esta condenação, que à primeira vista parece um ato de crueldade, perde esse caráter desde o momento em que se compreenda que as guerras civis são sempre a resultante da opressão, da espoliação da fortuna pública, da confiscação dos direitos dos indivíduos, mais irrita, ainda, quando a esses indivíduos se dá o espetaculoso título de cidadão.

Em verdade é bem desanimador para um povo, quando vê uma parte voltar-se ao sacrifício para salvar o todo, que é a pátria, que é a família, a outra aquietar-se, por medo ou interesse, donde o argumento da tirania de que o revolucionário não tem razão, visto que a maioria conservava-se calma; e até elogia seus atos, promovendo-lhe manifestações, enchendo-lhe de presentes e dádivas valiosas.

Deus sabe quanto lhes dói essa manifestação particular, ou pública, para anular a pena a que estavam



condenados.

A notícia destas manifestações chegando aos ouvidos dos que com armas na mão lutavam e sofriam pela salvação comum, porque o homem que empunha uma arma não medita sobre seus proventos pessoais, porque até a vida não entra em seus cálculos, devia irritá-los, e fazer-lhes perder não a coragem, mas esse sentimento de humanidade e respeito que são apanágios dos valentes.

As guerras civis que encontram uma parte da população “indiferente” ou “neutra” se prolongam e se eternizam até aniquilar o todo; ao passo que cada qual tomando a parte que lhe compete, elas podem ser medonhas, mas são rápidas, são uma ferida aguda que rapidamente se cicatrizara.

Haja visto o medonho ciclone do Chile em nossos dias, e depois dele como a simpática nação se refez, a ponto de já poder encarar com sobrançeria as maiores dificuldades; para exemplo da outra aí está o Brasil que teve uma guerra civil inadiável, e aí continua a morrer lentamente num esgoto de forças e de caráter que dói ver-se; que apresenta um painel de cores sombrias, na penumbra do futuro, para todo aquele homem que conhece a história dos povos, que medita sobre ela e estabelece o paralelo com esse pobre Brasil tão digno de melhor sorte.

Não é somente o estar de armas na mão que se deve chamar guerra civil, não. Toda a crise que ameaça o crédito e o direito do povo deve-se considerar o primeiro passo da guerra civil.

E cada vez que os homens, por um receio que não se pode explicar, sem ofender a dignidade, se aquietam diante desses prodromos de próximo enlace cruento, deve-se julgar que é indiferentismo, tende a exigir outra denominação.

A luta de Cromwell, a Revolução Francesa, a Comuna de Paris, o socialismo altivo e triunfante, o niilismo heroico, o anarquismo cego e desapiadado, são provas e exemplos dos resultados concludentes quando os homens se arvoram em governo é apenas ser enérgico; é apenas saber corromper; e apenas buscar dinheiro para ter adeptos.

Esquecem-se que a revolução não raciocina, que o petróleo incendeia, que a dinamite não tem coração, e o punhal do anarquista é cego.

Carnot ou Isabel da Áustria, que lhe importa? Eram bons?

Eles não o sabem.

Apenas vêm-nos como representantes do poder que de longa data lhes vem sugando a vida.

Luis XVI era o herdeiro de todos os males causados ao povo, e era talvez o único bom naquela família, aos últimos tempos.

Nas modernas democracias, piores que as autocracias, os homens apenas olham o seu quatriênio ou lustro de governo.

Fazem pela vida, plantam ódios, firmam partidos pela força, e conservam o ânimo público em uma tensão enorme, disfarçada sob a capa da resignação pelos fatos consumados.

Julgam-se impunes, porque esquecem de que um braço, uma vontade, um amor sincero da pátria pode fazer mais num momento do que uma revolta, sem união de vistas, em anos.

Dr. Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL 12/01/1899 P 1

### ALERTA II

Para muitos, ser adversário político, ou em ideias, é ser inimigo; para outros, o adversário é apenas um emulo, um auxiliar. Para mim, o adversário é uma força oposta que, tendendo para o mesmo fim, isto é, para o interesse comum da pátria, equilibrando-se pela resistência nos eleva, e embora divergindo em formas e meios, os adversários chegam ao mesmo fim, guiados pelo mesmo ideal – a grandeza da nacionalidade, sua honorabilidade; guarda, com o mesmo zelo com que guarda-se a honra da família, que o soldado e o cidadão, que a compreendem, sabem defender, a troco da própria vida, sem um lamento, sem uma queixa, porque reconhecem que nesse sacrifício sublime o homem se eleva em si mesmo quando se julga, e quando no íntimo da sua consciência compreende a grandeza de seu ato.

Neste caso, as opiniões políticas são como vidros que resguardam, contra os ventos, a lâmpada do farol, mas seja qual for a cor de suas tintas, são sempre bastante transparentes para deixarem ver a luz que indica o porto desejado, ou a escolha a evitar.

E vem apelo, se me permita esta declaração, dizer: nunca me preocupou o rótulo ou título com que se denominam as formas de governo.

Qualquer delas pode fazer um povo relativamente feliz, e qualquer delas, mesmo as que se denominam governo do povo pelo povo, pode fazer desse povo o escravo mais desprezível, a vítima mais digna de comiserção.

Acostumado desde muito a seguir dia a dia, a marcha dos negócios públicos, como junto a meus clientes sigo a marcha de suas moléstias, sintoma por sintoma, para procurar o meio de salvá-los ou minorar-lhes os sofrimentos, não poderia calar-me, eu que nunca recuei diante do sacrifício quando reconheço que desse sacrifício resulte um bem, não me poderia calar neste momento quando tudo parece pressagiar a maior das calamidades por que tem passado as nações, que somente na força da coesão encontram salvação; força que falta, em absoluto, à jovem nacionalidade brasileira, dispersa neste vas-

to continente onde a natureza guardou de todos os tesouros do universo inextinguíveis depósitos e por isso mesmo cobiçada por todas as nações antigas que deixarão de procurar as ilhas geladas de Sptzberg ou os areais ardentes da África, se na marcha em que vamos, que nos anuncia a hora suprema de nossa nacionalidade, dermos um passo mais para o desconhecido, amontoando erros a título de transição, a espera do imprevisito que se tornou a providência do infeliz povo brasileiro.

A boca do interesse chamar-me-á pessimista, ou visionário, eu peço porém aos homens honestos que um ideal político obriga a esperar que a regeneração ainda seja possível, a esses homens que amam a esta pobre pátria, que leiam as linhas que pretendo escrever em seguimento.

Não vou procurar a hipérbole que faz aumentar as coisas.

Na minha rude linguagem, eu não farei senão recordar fatos conhecidos por todos; apenas mostrando que o erro de homem se dizia que seria reparado hoje, ou que devia dar magníficos resultados, cada dia aumenta, e chegou a ponto de mesmo para os mais ousados não mostrar no futuro senão um borrão de desgraças que vão ser por muito tempo a alimentação de nossa pobre pátria.

Será uma exposição longa, fastidiosa, sem atrativos. É um defeito meu – defeito de médico que habituou-se a ouvir a narrativa de longas enfermidades, a ver as chagas mais asquerosas, sem repugnância.

O Brasil é hoje um enfermo nestas condições; os homens honestos serão seu médico; eu não serei mais do que o expositor de seus males.

Portanto serei lido, e lido com atenção e sem repugnância, tão somente pelos homens honestos do meu país.

Dr. Ângelo Dourado

---

## **ECO DO SUL 13/01/1899 P 1**

### **ALERTA III**

Convém ainda, antes de entrarmos no assunto, fazermos uma declaração para evitarmos intercorrências e parênteses.

O assunto demonstra que muitas vezes, ou continuamente, teremos de falar no Povo, porque é ao Povo que nos dirigimos.

Esta designação abrange a família brasileira.

Civil ou militar, juízes ou clero, milionários ou proletários, todas estas corporações ainda se unem no Brasil por laços mui constrictos.

Rara é a família no Brasil que não tenha um membro nas classes armadas, sobretudo nas regiões onde existem escolas militares; rara a que não teve um pa-

rente que se apresentou diante da morte desde às guerras em que franceses e holandeses disputavam a posse de território, até o dia em que, nas grotas do Cerro Corá, pagou com a vida, heroica e hombramente, é verdade, quem por uma ambição de glória, por uma visão de, imitando aos imperadores franceses, ter a hegemonia nesta parte do continente, como o primeiro a teve não na Europa, e o segundo no luxo e imponência depois da Criméia, veio nos insultar quando a contragosto, já respondíamos a um insulto.

Aquidaban e Sedan são páginas da história de todos que por um momento de indecisão dos outros se julgam predestinados à supremacia, e embora confiados em exércitos cegos, pela obediência passiva, ou entusiasmo do momento, julgam que escravizar, vencer, impor, é apenas a vontade.

Aníbal teve Zama, e Alexandre teve Babilônia (quando a vitória afaga depois da crueldade, a providência transforma o triunfo em inimigo invencível). Marengo e Austerlitz encontram seu epílogo em Santa Helena, o 2 de Dezembro e Magenta, e Sebastopol tiveram seu ponto final na ponta da azagaia feroz do Zulu.

Portanto, só faremos referência a magistratura, ao exército ou à armada quando tivermos de ocupá-los de assunto referente à profissão; no mais, só nos referiremos ao povo que compreende felizmente todas as classes no Brasil.

Felizmente, porque a triste da nação onde essas classes se distanciam, e mais triste ainda, da nação cujo exército ou armada não é composto de homens tirados do seio do povo, e portanto sentindo as mesmas dores nas desgraças, e as mesmas alegrias nos dias propícios que alegam ao povo, ou o oprimem.

Felizmente, sim, porque a nação que não tem um exército de homens amantes da pátria a que defende, é uma nação que caminha para o seu aniquilamento.

A pequena Grécia enfrentou o mundo conhecido, então apoiada nos seus filhos heroicos, enquanto guardavam as tradições da família e as crenças nos seus deuses; a vitória sobre Ciro e Xerxes trouxe-lhe Pisítrato e a morte, modificando-lhe os costumes; a adoração dos novos deuses, como dizia Êsquilo, quando no Prometeu, escreveu a sorte do povo grego na loucura da nova religião.

- Cuidado com os novos deuses, dizia ele; ides ser escravos.

E na hora suprema, antes que Hércules viesse libertá-lo, ele, o povo, não teve a resignação divina de Jesus pedindo perdão para os algozes que não sabiam o que faziam, ele teve ainda a imprecação da revolta:

- Tive piedade de todos, e é por isso que de mim ninguém se apieda. Justiça, minha mãe, vês o que fazem a teu filho? E as palavras de Êsquilo autor e

ator se misturavam aos sons dos golpes de martelo e das correntes que o prendiam ao Cáucaso.

Era a sorte da Grécia que Ésquilo pintava; da Grécia cujos filhos já se esqueciam da pátria para cuidarem do interesse.

Desde então Felipe começou a caminhar sobre ela.

Não valeram Termópilas, Salamina, Maratona, Plateia; eram nebulosas do passado.

Não valeram as admoestações de Demóstenes, seu pedido para cada qual tomar o seu posto; cada ateniense defender seu território; não confiar nas cortes estrangeiras, assalariadas que guardavam os portos. Ninguém o ouviu.

Esquino, o ateniense comprado por Felipe, o rival de Demóstenes, triunfava; a pequena e obscura Macedônia, governada por um homem de gênio fez da Grécia heroica sua escrava para Roma fazer dela, depois, sua província.

Roma conquistou o mundo; a ambição de César criou o sistema dos imperadores que para viverem precisavam trazer o povo romano sob jugo de servos, sob o alfange dos algozes.

Para sustentarem-se os Césares de facções, lançaram mão dos bárbaros conquistados; os bárbaros vingaram-se de Roma, que os romanos corrompidos pelos negócios, fazendo da política comércio, não puderam mais defender.

As nações que têm povo, que têm filhos, que amam mais a pátria do que o luxo e a preguiça, sempre triunfam ou nunca morrem.

Aí está a Polônia.

As potências dividindo-a, impondo-lhe até o esquecimento da própria língua, não conseguem matá-la; e a esperança a alma de um dia voltar a ser o que foi.

O povo brasileiro se adormece, se continua a dormir, verá em pouco o Brasil reduzido à sorte da Polônia.

A luta, a vingança, a destruição do sangue dos causadores de tais desgraças, não poderão refazer esse colosso que só a abnegação, a previsão, o patriotismo que aliena o capricho, o ódio, o interesse dos governos, pode dirigir; mas que, se esses governos só pensam no interesse próprio, e no ódio ou amizades pessoais irremediavelmente há de morrer.

Dr. Ângelo Dourado

---

**ECO DO SUL 14/01/1899**

#### **ALERTA IV**

Ao médico compete estudar a moléstia, o seu caráter, sua natureza e coisas; ao higienista compete afastar todas as coisas morbigenas, e tudo que pode, mesmo por uma intercorrência, agravar a natureza

das moléstias endêmicas, e, por isso, torná-las epidêmicas.

Quando tal não fazem, quando não empregam os meios profiláticos, quando em vez de desviar essas causas, provocam-nas, abrindo em tempos inoportunos valos em terrenos de natureza duvidosa, ou procurando esgotar poças onde apenas o repouso permite a pureza relativa das águas, esse higienista é um criminoso; é o único responsável por todos os males que dali se originarem.

E onde houver lei, ou onde a lei for lei, deve ser punido como causador de desgraças irreparáveis.

Nem a defesa da ignorância lhe pode ser permitida, porque só o homem sem dignidade aceita encargos acima de suas forças.

Nem o zelo pela saúde pública, porque como higienista deve saber quando e como devem ser tratados esses terrenos que podem dar em resultado uma alteração de ambiente; nem o “**não pensei**, por já tantas vezes tê-lo feito e nada acontecido; por isso o fiz”, porque é uma tentativa arriscada que poderia ter causado os mesmos males na primeira vez, que causou na última.

O político é o médico social; mas o homem que se arroja, e julga-se com capacidade para governar um país, é o higienista social.

Todo erro, tudo que fizer capaz de alterar a ordem pública, é um crime digno da mais severa punição, sobre tudo quando no sistema *democrático*, esse governador é *eleito* pelo povo, e esse povo que o *elegeu* vai por seus erros ser transformado em sua vítima.

Um fato desconhecido, uma moléstia importada, uma calamidade produzindo o flagelo, não pode ser levada à custa do higienista; mas, conhecida a natureza da moléstia e suas causas, não procura desviá-las, esquecer-se das condições que produziram a primeira, para avisar-se nos pradromos da segunda e, portanto, minorar-lhe os efeitos, é desídia criminosa; provocar-lhe é crime de lesa humanidade.

O homem de governo que nem só se esquece das causas de uma alteração na marcha dos públicos negócios, mas até por ignorância, propósito ou estultice provoca essa alteração é criminoso de lesa pátria, de lesa humanidade, sobretudo quando esse erro mostra um propósito insistente, uma ideia fixa de agitar para poder justificar crimes, para poder plantar o terror, para poder se impor, somente visando um interesse meramente material, para não dizermos comercial.

Certas naturezas se revelam sempre, ainda que tardiamente.

Lopez sonhou um dia no Paraguai reunir sob a coroa que já sonhava, desde que viu os faustos de Napoleão III, todos os estados que pertenceram à Espanha na América do Sul.

Era o sonho grandioso de Bolívar; mas sonho onde

o bem dos povos desaparecia para deixar em relevo somente a sua pessoa, o seu interesse, sua ambição, seu orgulho a escravização de milhões de homens.

Para isso, porém, era preciso aproveitar-se do descuido em que se achava o Brasil, e abatê-lo.

Era o único obstáculo para a criação do império espanhol americano para a dinastia Lopez, o colosso do Cruzeiro.

Desfeitos nos cálculos, ele mostrou os dentes de chacal.

Seus melhores amigos, seus parentes eram condenados ao chicote e ao cepo de Uruguaiana, por simples suspeitas; e nesse suplício, mulheres e velhos, vergastados pela soldadesca deviam denunciar cúmplices a quem ele queria que fossem denunciados para mandar matar – suas próprias irmãs, sua mãe sofreram o aviltamento.

Os homens que se opunham moralmente a isto “*eram seus inimigos*” e sujeitos às mesmas penas.

Era depois de seus almoços opíparos, de suas libações, quando todos já morriam de fome, que ele mais delações exigia, e mais vítimas entregava aos algozes.

Lopez, não podendo fugir, morreu como valente; mas os que, em outros povos, têm, não seus planos gigantescos, mas apenas o desejo de verem o luto no povo que o sustenta, vivem confortavelmente nos seus palácios, enquanto o povo se esfrega na miséria e nas apreensões sobre esse nebuloso amanhã que já se anuncia.

Sim!

Quem tem um exemplo, e não se aproveita dele para afastar os males, ao contrário, provoca-os, tem a alma de Lopez, sem ter a sua coragem de marchar para o combate à frente de suas hostes.

Recordemos os fatos que se têm dado no Brasil e veremos que só um propósito firme de alterar essa aparente tranquilidade poderia provocar os que se estão dando.

Dr. Ângelo Dourado.

---

## **ECO DO SUL 19/01/1899 P 1**

### **ALERTA V**

Por necessidade de estabelecer um paralelo, lembre-se os fatos do passado que têm relação com os mais importantes do presente.

O Brasil havia terminado a guerra com o Paraguai, que nos custou, além dos sacrifícios enormes mas transitórios; além dos gastos que montaram em seiscentos mil contos, a enorme perda de cinquenta mil vidas, que para um país pouco populoso como o nosso é uma cifra desproporcional em relação à perda de outros povos nas guerras mais mortíferas.

A história, o juiz severo que julga sem promessas

ou esperanças de emprego público ou privilégios que dão fortunas enormes que o povo pagará até no selo do calçado, e dos medicamentos há de dizer um dia, e já o diz, que o Sr. D. Pedro II, imperador do Brasil, empregou todo o seu esforço nessa guerra de honra para o Brasil, que a tal fora provocado; que moço ainda encaneceu nesse trabalho ingente de prover as nossas batalhas em território tão longínquo; e com seus ministros, principalmente o jovem Afonso Celso, então, hoje visconde de Ouro Preto que era o ministro da Marinha, no início das maiores dificuldades.

(Veja-se as monografias históricas Godoi, vertidas e anotadas por Arthur Montenegro, “Guerra do Paraguai e Uruguai” e, a “Marinha de Outrora”, pelo Visconde de Ouro Preto).

As dificuldades, as pernas enormes, conquanto a vitória fosse sempre companheira dos brasileiros desde a época naval do Riachuelo, e o pisar a terra paraguaia por Osório, a frente de um punhado de heróis, relativamente as forças inimigas que fortificadas esperavam em sua terra, episódio guerreiro que ofusca aos de Alexandre atravessando o Tigre para atacar exércitos numerosos, mas sem unidade de vistas e pensamento como o paraguaio; aos de Aníbal vadeando os Alpes para chegar a Cannes, graças às dissensões políticas que matavam Roma, dissensões que já pressagiavam sua ruína, mesmo depois de aparecer Cipião, o africano, o vencedor de Aníbal, e de Cartago, mas que a política devia exilar, para não alterar a letra do destino de Roma escrita pela Providência, clara, patente, a bradar a todos os ouvidos que os povos que não se guiam pela justiça são povos cujos dias estão contados, por maior que seja a sua pujança no presente. Episódio guerreiro esse do Passo da Pátria e Itapiru que nos abriu caminho para esses combates titânicos que nos levou, lentamente, é verdade, mas sempre progredindo, a gravar em combates e batalhas, ataques a fortalezas, passando através de banhados e valos, e montes de abatizes, as lápides que deviam servir para o monumento do heroísmo brasileiro, não na conquista dos povos, não na escravização de nacionalidades, pela ambição de um; não para lançar o jugo da tirania em sua própria pátria, mas para libertar um povo da tirania mais feroz conhecida até então; para livrar a América do Sul de um ambicioso que não a deixaria mais repousar se não fosse abatido; as dificuldades e perdas, dizíamos, desanimavam a alguns que queriam ou desejavam que o Brasil entrasse em negociações de paz com o Paraguai, D. Pedro declarou que preferia abdicar a tal aceitar, porque o Brasil fora insultado, provocado, e um povo em tais condições que aceita a paz ou a propõe, ou é um povo vencido, ou o será, dando tempo a que o inimigo se refaça, se prepare, para de novo voltar ao insulto, donde sem

dúvida sairá triunfante.

d. Pedro dava metade de sua dotação, que era pequeníssima, em relação a dos chefes de estados nossos de hoje, para a guerra, e todos de sua família, e todos os funcionários fizeram o mesmo, os que podiam.

Então a guerra era um sacrifício para todos; e não o empobrecimento da nação para o enriquecimento de alguns, como se tem visto ultimamente no Brasil, isto é, depois de 1890, que se transformou o Brasil em panela de albergue noturno onde os privilegiados comem a carne e os outros bebem a água; não, nem assim, onde os privilegiados comem a carne que os outros fornecem até no momento de agonia.

Dr. Ângelo Dourado

---

## **ECO DO SUL 20/01/1899 P1**

### **ALERTA VI**

Para muitos que, na advocacia de causas que lhes promete lucros enormes, e que só pelo prisma do interesse veem os objetos, e por isso não importam que as coisas mais dignas da pátria sejam transformadas em crime, a guerra com o Paraguai foi um ato desnecessário, foi um capricho, foi uma vingança pessoal por ter Lopez querido casar-se com a filha de D. Pedro.

Algures, ouvi uma vez isto, e por bocas que hoje falam muito em república etc etc, que era preferível esse casamento, e assim o Brasil unir-se ao Paraguai, e tornar-se forte etc etc.

Mesmo depois do que se viu, do que se soube, a respeito daquele moderno Calígula, o espírito de oposição levava a ponto de ter-se desejos de um tirano por senhor, que seria o plantador da tirania eterna na América do Sul até a extinção das raças que a povoam.

Não nos admira isto, porque hoje ainda há quem deseje o Sr. Castilhos para seguir a política do Marchal; ou antes, rever Lopez no Brasil.

Para a seita positivista, que aconselha o assassinato ou o justifica, essa guerra foi um crime, e por isso devia-se entregar ao Paraguai os troféus ganhos aos paraguaios.

Não admira isso – esses troféus, banhados com o sangue de 60 mil heróis, ficam deslocados juntos a essa bandeira de uma só face, nascido de conchavos de interesses e não estrelada na conquista lenta do direito e independência, nas batalhas sangrentas para constituir a pátria.

O fumo dos combates que ela tem recebido a enegrece porque é a guerra do interesse de indivíduos que ela tem ido; o sangue que a tem embebido a torna infecciosa porque é sangue derramado pela mão

da iniquidade em guerras civis para eternizar partidos no poder, ou para criar a nova corte de Marcellinos Bispos, que há de viver no Brasil de mau que nele se planta.

Para não repetir sempre, direi que as referências que fizer restritamente de fatos decorridos e números são oriundos do trabalho precioso do Sr. Arthur Montenegro a que referi-me, e da monumental obra documentada “A marinha de Outora”, do Sr. VISCONDE DE Ouro Preto, então Afonso Celso, ministro da Marinha.

Lopez sonhava com uma coroa, chegou a pedir os moldes dessa joia na Europa, que foi depois encontrado nas alfândegas de Buenos Aires.

Era o cesarismo napoleônico posto em prática na América por um homem ignorante, nascido e criado nos quartéis de exército de escravos onde a tirania se impôs absorvendo todos os sentidos dos indivíduos, tornando os obedientes até a crueldade, como foi a de vergastar mulheres delicadas e irmãs do próprio monstro que tal mandava praticar; covardes a ponto de assassinar aos seus próprios irmãos, como os soldados de Alexandre, nas horas de embriaguez do chefe; como os bois que nas charqueadas arrastam os outros para o lugar onde devem ser mortos, a ponto de aparecerem heróis quando obedeciam as ordens do tirânico senhor.

O exército de Lopez, formado de homens que obedeciam à sua vontade, como por sugestão, era de 80 mil homens segundo Thompson, Resquine e Caballero; segundo Gloud, encarregado dos negros da Inglaterra, e Mastermann, compunha-se de cem mil homens.

Os exércitos aliados eram compostos, de argentinos 11.500 homens, uruguaios, 1680 homens, brasileiros, 33.000 homens, total 46.180.

O argentino em pouco foi reduzido a 4.000 homens, porque o presidente Mitre teve que atender a guerras internas nascidas na sede do poder dos homens que aproveitavam a ocasião em que o estrangeiro que insultara sua pátria, que talhara Corrientes até o leito das crianças, se apresentava ousado e ameaçador.

Demais, esse exército argentino era composto quase que de estrangeiros, (já tivemos de falar em artigos precedentes dos exércitos de estranhos) porque os governadores dos diversos estados negaram-se a dar contingentes para a guerra comum.

Belo exemplo modelo para os países confederados, a não ser quando correm sobre os espanhóis para se apoderarem de Cuba e das Filipinas, com o mesmo heroísmo com que os espanhóis corriam para se apoderarem dos tesouros dos Incas, e das minas do México, o El Dorado, onde a providência, silenciosa ante a crueldade, deixou o germen da punição que se devia manifestar um dia.

O instrumento dela terá o seu dia também.

Espere a injusta yankee, que liberta Cuba e proporciona elementos para escravizar o Brasil e matar sem um protesto um punhado de heroicos brasileiros que obedeceram a seus chefes, e matariam todos se um navio de guerra português não se lembrasse que não é somente a força que proporciona a honra, mas a vontade e a coragem que cria esse cavalheirismo, que o D. Quixote não conseguiu matar...

O exército oriental ficou reduzido a 100 homens porque Flores tinha necessidade de garantir o governo e de ser assassinado.

Os 30 mil brasileiros, dizimados pela metralha, pela peste, se reforçavam diariamente.

Foram esses valentes, portanto, que formaram o corpo de heróis que em cinco anos, por esteros horríveis e matos intransitáveis, vadeando rios navegáveis a cavalo, fazendo navios navegar sobre o lodo, dar combates à forças de terra onde a largura do rio não permitia voltar senão navegando de popa; fazendo pontes através de banhados para nela passarem exércitos, e as águas sepultarem-nas logo depois, brigando nos matos como caçadores que seguem a pista de felinos, foram esses brasileiros que deviam escrever no século XIX a epopeia, que só na mente dos poetas se pintaram nos tempos heroicos da Grécia, ou nas cruzadas se pintariam se e elas tivessem sido sempre vitoriosas.

Dr. Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL 21/01/1899 P 1

### ALERTA VII

Muitas vezes, a nossa mente para confusa ao investigar as causas que se ocultam no arcano da eterna Origem.

Parece absurdo acreditar-se que existia um Ente imponderável que tudo fez, que tudo organizou, que tudo ordenou.

A Bíblia, na ousadia poética de Moisés, leva-nos a duvidar desse universo saído do nada, em um momento, que dando ao ente primordial uma vontade despótica e inconsciente torna-o sujeito a seus caprichos, fazendo tudo, mas, só depois sabendo se o que fez era bom: “e Deus disse: faça-se a luz; e a luz foi feita, e Deus viu que a luz era boa. Por isso a conservou”.

Quando, porém, se pensa como teria sido feito tudo que existe, se a espontaneidade poderia ter organizado esse tudo que marcha numa harmonia absoluta, onde um desvio imperceptível traz como consequências irremediáveis os cataclismas, é força admitir na existência desse Ente gerador onisciente, que por impulso de sua vontade, num Fiat, de que

não se pode compreender a extensão, tudo fez; mas colocando junto de cada elemento o que deve puni-lo se exorbita do seu mestre.

Deve ser ridículo ver-se-me hoje, quando o positivismo que se dá fortuna banuiu Deus do Brasil para poder fazê-lo “progredir”, quando o espírito das leis brasileiras exige a não existência da alma para poder sancionar os crimes legais, falando em Deus, na Providência.

Que os meus antigos mestres e condiscípulos, se lerem estas linhas, não me julguem um leviano em ideias.

Na mocidade as utopias se confundem com as crenças, e a confiança na nobreza dos homens, e portanto dos povos, chega a nos fazer dispensar os elementos permanentes, em torno dos quais devem gravitar as alavancas da engrenagem social; mas depois de se ver que nos homens, que se propõem a levar os povos à liberdade, à ordem, ao progresso, nada mais existe do que a preocupação de seus interesses, de seu orgulho, de sua ambição, de ser ladrão público sem crime, assassino devastador sem punição, mente recua do ideal que a atraía, e só procura quem há de punir, um dia, esses crimes nefandos; quem há de por termo a essa calamidade que o povo suporta, já que o povo prefere a morte crônica na espoliação aviltadora, a morte aguda da luta, na resistência tenaz contra a tirania que lhe manea os braços.

Nestes casos só a Providência se revela, até quando explode uma bomba de dinamite que faz voar as tripas de Alexandre, e faz falhar o tiro por excesso de segurança aumentaram para impor-se ao Brasil o Sr. Julio de Castilhos, terceiro consolidador da República; ainda que a falha daquele tiro trouxesse a morte do Marechal Bittencourt, morte que serviu para mostrar ao exército qual o valor que dão a ele, aqueles que só a custa dele têm se enriquecido, e só o procuram como meio para chegarem aos fins.

A morte do coronel Moreira César num posto de combate, onde a morte sempre está, serviu para provocar matanças, ameaças, exílios, etc. etc., a morte de Sucupira e tantos outros nem foi lembrada.

A morte do marechal Bittencourt, num ato de altruísmo que não devia existir mais desde que no Brasil se fez do altruísmo um lema da República, nem só não acordou a indignação dos puritanos da grei, como não afastou as simpatias dos mandantes, re até se criminou a quem exigiu a punição dos mandatários.

A Providência aí manifestou-se abrindo os olhos dos que queriam ver, e que uma promessa futura, os elogios, a estima manifestada, são apenas resultado do interesse em buscar instrumentos para as causas pessoais.

Haja vista o que fizeram os generais Telles e Menna Barreto em prol da “legalidade”, conquanto não

fossem personas gratas, em absoluto, porque são honestos, e veja-se que até a honra se lhes tem atacado, até a bravura, porque negaram-se a ser instrumentos para a morte ou eterna tirania que se procura lançar sobre essa infeliz terra.

A Providência é a única esperança dos desgraçados.

Sendo o Brasil o país que mais depressa tornou-se desgraçado, todo o brasileiro que o ame, com esse amor que só permite aos bons filhos pela pobre mãe, devem se considerar desgraçados, portanto crentes na Providência que aí está a mostrar-ser por toda a parte, falando tão alto que só não ouvem os surdos voluntários.

Foi a Providência que guiou o exército brasileiro no Paraguai, será ela que há de acordar o espírito dos brasileiros no Brasil.

Dr. Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL 24/01/1899 P1

### ALERTA VIII

A não se admitir a providência, como se explica esse exército paraguaio estoico ante a morte, obediente até ao cuidídeo importo pelo tirano, composto de 80 ou 100 mil homens, no seio misterioso do Paraguai, completamente desconhecido para nós, no meio de suas florestas e brenhas, cercadas de montanhas e chacos, ser batido por trinta mil brasileiros, que os seguiam passo a passo derrocando trincheiras ao grito de viva o Imperador, abrindo estradas à ordem de Caxias, fazendo pontes extraordinárias sob as vistas de Argollo.

Atravessando rios a nado para apoderar-se de povoações fortificadas, sob o comando de Alexandre Neves; saltando os abatizes de Curupaiti, ou reavendo com poucos homens as posições de Tuiuti, atacados de surpresa, à noite, por força duas vezes superiores, onde Porto Alegre, tendo o cavalo morto, bradava: “aqui morrerá até o último brasileiro”. E tinha por senha de resistência o grito de: “Viva o Imperador”?

Refregados por toda parte pelos lanceiros de Osório, até que foi-se esconder dizimado em Cerro Corá, depois daquela última convulsão medonha de agonia no Campo Grande a 16 de agosto, que durante horas pareciam levar-nos de vencida, e só a vitória se declarou a nosso favor, pela impetuosidade do Conde d’Eu, então brasileiro, por ter unido o seu destino ao Brasil cuja honra defendia com sacrifício de vida, voluntariamente?

Não fora a providência que colocou à frente desses homens que não temiam a morte, a Lopez, o protótipo da ambição, da vaidade, da injustiça, que matava

os seus generais, no receio de que se distinguindo-lhe roubariam as glórias e talvez o poder, e depois dizimava o exército por não lhe ter dado a vitória por toda a parte, quem poderia vencer na América aquele exército paraguaio, se triunfante tivesse a sua frente um homem de gênio, um homem justo, um homem que não sacrificasse a vida e a tranquilidade dos outros pelo seu interesse pessoal? O que seria do Brasil, apesar da bravura tantas vezes provada de seus filhos se aquele homem não fosse um monstro e quisesse para dar nome ao seu povo fazer abater a hegemonia brasileira, e que tinha generais e soldados como Dias, para quem o perigo e as dificuldades não existiam! Se não fosse a Providência, que desviou a mente do Sr. Julio de Castilhos para só pensar na sua pessoa e grandeza futura, e por isso apesar de ter sob o seu comando imediato o general Galvão, o exército brasileiro e às suas ordens o tesouro nacional, o que seria daquele punhado de lutadores, restos das falanges de Gumercindo Saraiva, onde escrevi o meu diploma de cidadão brasileiro, cercados por toda a parte, a revoltear como a presa que procura uma saída, onde se acha encerrada?

O que seria de nós se o Sr. Julio de Castilhos não meditasse desde então negar tudo ao exército, colocando por toda a parte os oficiais do exército às ordens dos seus generais, para no fim poder dizer que só os seus patriotas lutaram como há pouco se declarou no Congresso?

Que seria de nós se os corpos do exército fossem os encarregados exclusivamente de nos perseguir ou nos impor as marchas?

A Providência sabia que vencidos pelas forças castilhistas ele receberia mais orelhas de cadáveres do que Cartago recebeu anéis depois da batalha de Cannas. E a Providência parecia horrorizar-se ante a hecatombe e por isso fez com que um punhado de homens desarmados conseguissem o maior triunfo conhecido em 20 dias percorrer 120 léguas já sem armas, conduzindo seus feridos, não passando um dia ou uma hora sem avistar por toda a parte o inimigo que o perseguia, na retaguarda, nos flancos, sempre em número superior e bem armados, bem alimentados, resguardados do frio, ou que os esperavam onde seria impossível não passarem segundo a marcha que levavam.

É preciso crer-se na Providência, e quem crê sabe esperar. No desânimo mesmo há uma dúvida, a dúvida é um sinal de esperança. Esperemos.

E eu espero que se me perdoe esta divagação nunca inútil nos tristes dias por que passa o infeliz Brasil. Doravante não divagarei mais. Serei como Ovídio que prometia ao pai não fazer mais versos, em verso.

*Promitto pater, nunquane Componere versus.*

Assim, a divagar, prometo aos meus pacientes lei-

tores, e ao *Eco*, não mais divagar.  
Dr. Ângelo Dourado.

---

## ECO DO SUL 25/01/1899 P1

### ALERTA IX

A guerra do Paraguai, dizia Agassiz, não tem caráter egoísta; e o povo brasileiro deve ser considerado o “Estandarte da civilização na América do Sul”.

“Nesta luta, dizoa o sábio estrangeiro, o Brasil recebe a simpatia do mundo civilizado; o que ele ataca é a organização tirânica, semiclerical e semi-militar, que tomando o título de República desonra o belo nome que usurpa”.

Parênteses. Considerando-se que o positivismo é uma seita mil vezes pior do que a dos jesuítas, porque banindo do povo a ideia de Deus, dá-lhe o direito de cometer crimes selvagens; sendo a lei somente escudada na razão da força, pune seu processo, e sem responsabilidade, dando ao El supremo da seita o direito sobre a vida e os bens do povo, compreende-se que o Rio Grande é hoje um país muito abaixo do Paraguai, porque nem Deus deve existir para dar o consolo da esperança aos pobres oprimidos. Para levantar-se a voz contra esse vilipêndio, a que se submeteu uma parte da nação brasileira, é preciso ter-se a coragem de Isaías.

Entretanto o Brasil império ia, com sacrifício, libertar o Paraguai no Rio Grande, estabelece-se o positivismo como lei e religião, não em mãos puras como delirou Comte, mas em mãos manchadas em todos os crimes, e o Brasil vem em auxílio da tirania, sacrifica o erário público, arrasta a nação à desonra, à miséria; busca desmoralizar o exército, o fator da república sujeitando-se ao generalato do Dr. Julio de Castilhos; prepara-nos a bancarrota inevitável, e talvez a entrega de parte do território porque a república positivista é contrária às nações de grande extensão, e o primeiro ato majestoso da república foi mandar um embaixador, em navio da esquadra brasileira, dar terras brasileiras aos argentinos; e porque ninguém sabe das cláusulas do misterioso arranjo financeiro, se no vencimento da moratória não poder pagar os milhões gastos; que em 9 anos a república decuplicou dos gastos em cinquenta e nove anos, todos de construção da pátria, em contrário dos nove todos de derrocamento, só se construindo a fortuna dos que, por bestialização deste povo, se proclamam de pátria e instituição, como Luis XIV; com a diferença que aquele se proclamou assim para poder punir os Colberts, adicionando as hecatombes, as guerras civis que justificam as atrocidades e a concussão.

E o povo brasileiro foi quem deu ao Sr. Julio de Castilhos os meios de transformar o Rio Grande

em rês sempre pronta a receber o golpe do magafe; e a civilização desse fim de século, de comércio e interesses, na pessoa do Sr. conde Antonelli, representante do país feito por Victor Emanuel, “Il re galantuomo”, e Garibaldi, o paladino universal da liberdade, no teatro dos horrores, ciente de todas as coisas porque teve em sua viagem quem lhe narrasse como elas se fizeram, aclama o Sr. Castilhos anima e vita di questo bello paese!

“Bello, e libero e ricco ovve il popolo vive come se vive nel piú civile paese Del mondo”; deveria ter ajuntado o Sr. conde.

Mas, Falstaff devia também dizer, em monólogo, para terminar o brinde, - Cosa é l'honoré rinpiene La pancia? No!...

Ai de nós! Ontem era o Sr. padre Guilherme Dias vindo de Portugal ao Rio Grande para dar tribuna de demagogo, e das colunas do *Correio Mercantil*, fazer a apologia do Marechal Floriano Peixoto na terra onde, por uma cegueira fatal, sua ação foi a da morte, quando era ainda o seu nome que armava o braço dos Marcelli nos Bispos... hoje é o conde Antonelli que vem com a crueldade do legionário que dardejou o flanco de Jesus moribundo, proclamar alma e vida deste povo, juntamente quem foi a causa de sua ruína e talvez de sua morte...

Não!

O Sr. conde Antonelli, naquele banquete, não era o representante da nobre Itália que pelo impulso d'alma e bravura de seus filhos, dos velhos restos de tiranias sem nome ressurgiu como a deusa da liberdade dos escombros das Bastilhas.

S. Ex. ali não era mais do que um conviva de ovíparo banquete a buscar frases para brindar ao anfitrião da festa, fora do vocabulário já gasto dos brindes chulos.

Não, o Sr. padre Guilherme Dias não se lembrou que pertence a esta velha nação portuguesa, nossa mão carinhosa e amiga, que conosco chora e ri.

Honra a Itália, cujos filhos souberam afrontar a tirania, partilhando comigo e meus irmãos as dores, a fome e o perigo!

Honra a Portugal – que teve esse navio tão pequeno, mas tripulado por almas gigantescas de paladinos, para subtrair à crueldade sem alma um punhado de heróis, quase todos crianças, onde devia salvar-se os que com o sangue deviam plantar a árvore da liberdade da pátria brasileira nos ásperos terrenos do cruento Campo Osório...

Perdão leitor. É a ferida d'alma de um brasileiro que recusa a dar como bofa o sangue de uma ferida que jamais cicatriza.

Dr. Ângelo Dourado

---



**ALERTA X**

A guerra com o Paraguai, mais do que a vitória que exalta e dignifica os povos; mais do que a glória de que se possuiu o Brasil, único Império americano, de ser o conquistador da liberdade de uma nação escravizada até o aniquilamento pela tirania que se acobertava com o nome de República, símbolo da liberdade, sem o qual não tem o direito de existir; como antes já libertara outros povos, e nem só dava o exemplo de honestidade a que ao menos em aparência pareciam imitar, como moderava os ímpetos das tiranias dos países limítrofes, receosos dos impulsos generosos do povo brasileiro guiado por seu chefe, santificado hoje, a quem Fagundes Varella, o poeta que desejava ver as multidões transformarem-se em caudais para sepultar os opressores, dizia:

Oh! Não consintas que teu povo siga louco, sem rumo, desonroso trilho! Se és grande, ingente, que dominas tudo, também da terra do Brasil és filho! Abre-lhe os olhos, o caminho ensina aonde a glória em seu altar sorri; dize que viva, e viverá tranquilo; dize que morra, e morrerá por ti. (?!!)

A guerra com o Paraguai, dizíamos, trouxe para o Brasil a maior lição que é possível ter os povos de boa fé que se adormecem na imprevidência, confiante no patriotismo, número, e bravura; mas esquecidos de que num momento o inimigo astuto, pode marchar para manietar-lhe os braços enquanto publicamente lhe dão as maiores provas de afeto, de apreço e fraternidade.

Não fora essa providência ignota, que protege os justos, que imprimia em Lopez o receio de uma ousadia desusada, para não afastar-se de seus planos megalomaniacos, ele teria aceitado o plano do general Diaz, então coronel, e lhe dado os navios e oito mil homens para de surpresa desembarcar no Rio de Janeiro.

Os fatos posteriores, aqueles assaltos a encouraçados, indicam o que eles podiam fazer.

O Brasil vingaria a afronta, porque então o Brasil era uma nação e não um bando de feitorias onde cada feitor só busca num castilhismo sem alma o aniquilamento do brio e da riqueza pública para dominar, releve-se as exceções; mas quanto nos custaria organizar essa desforra se o inimigo se apoderava do nosso centro motor?

A história narra esse fato em referência a nós, e está cheia de fatos similares; mas o governo da república brasileira, ou seus governos, só pensam em vencer as dificuldades de seu mandato, embora para isso sacrifique o futuro da pátria, e o povo bestializado aplaude hoje o que amanhã nos há de fazer chorar lágrimas de sangue por não termos tido coragem de

no momento em que se nos preparam esse futuro de desgraças de que os fatos atuais são premissas, visando a pátria; e esquecidos dos males momentâneos, para nos opormos como uma única vontade a esse mundo de desgraças que homens sem coração derramaram e derramam no caminho por onde hão de trilhar seus próprios filhos.

A guerra com o Paraguai ensinou ao Brasil a não adormecer na confiança do valor de seus filhos, e na pequenez relativa de seus vizinhos.

Por pequeno que seja um povo, seu orgulho, a ambição o engrandece.

O pigmeu tem bastante força para dar o golpe mortal no flanco do gigante.

Os seiscentos mil contos que se devia gastar, a antipatia da Europa, sobretudo da França, que não conhecia o Paraguai, e pelos emissários de Lopez que de lá viera pouco antes, chamando a atenção do mundo civilizado para a crueldade do Brasil, “que queria esmagar aquela pequena nação inofensiva, única que se opôs aos desígnios de reunir a América do Sul ao trono brasileiro”, nunca conseguiram baixar o câmbio a menos de 15 pence por dinheiro.

Uma interessante analogia. Quando o Sr. Julio de Castilhos pensou em só deixar o Rio Grande aqueles que ele poderia dominar pelo terror ou por suborno, fez espalhar no Brasil inteiro que os maragatos queriam acabar com o exército e restaurar a monarquia; as vítimas não tinham imprensa, e no Brasil de hoje, não se lê o que interessa à pátria, por isso ainda que tivéssemos imprensa, e o marechal consentisse que se desmentisse o Sr. Castilhos ninguém se importaria que se esvaziasse nas arcas castilhistas o tesouro nacional; e São Paulo desse presentes régios ao califado rio-grandense.

Os poucos que se levantaram condoídos pelos horrores que chegavam-lhes aos ouvidos, levados por via estrangeira foram perseguidos, ou ameaçados.

E a hediondez continuou legalmente no sul, e o Brasil servia de carrasco às ordens do Sr. Castilhos para executar as sentenças de sua justiça discricionária.

Dr. Ângelo Dourado.

**ALERTA XI**

Terminada a guerra de honra e humanidade, com *h*, um país novo como o Brasil devia entrar num repouso absoluto, como os seres de pouca resistência, depois de um longo esforço; entretanto, assim não aconteceu.

Os brasileiros de então, nessa luta heroica, crista-

lizaram n'alma, por assim dizer, o amor da pátria até então amorfo, e sem forma característica, porque só o sofrimento pode idonificar as almas onde o pun-donor existe, ainda que adormecido; como aniquilar aquelas que desse sentimento não tem senão o rótulo.

Ainda se lutava, e já se pensava em prevenir o futuro construindo com sacrifício, é verdade, uma esquadra que garantisse a hegemonia que, por direito, devíamos ter nesta parte do globo, e que num momento pudesse selar, ao troar de seus canhões, o nosso protesto contra a imposição de qualquer potência do mundo.

Sim! Porque um país que conta homens que, desde os primeiros anos na carreira da luta, mandam içar a bandeira de combate em um pequeno navio em frente à poderosa nau, e ordena a abordagem, como Mariz e Barros; que tem leões como aqueles que desde Riachuelo até Mato Grosso encheram de assombro ao mundo, nas pugnas sem nome; que nas águas de Guanabara brincavam com as ondas e com a morte como se já iniciassem a trilha da imortalidade, tendo uma esquadra como a que já possuímos, guiado pelo amor da pátria onde todos tinham direitos iguais perante a lei, e não o direito de vida e morte para uns e para os outros nem o direito de lamentar, sem receber o insulto, e de protestar sem receber a morte, como no Brasil atual, poderia no corcovear das ondas, em face de Deus, do direito e da justiça enfrentar a maior esquadra do mundo; submergir-se no pego, túmulo digno de tais heróis, vencidos, sim, diante da força numérica; mas vencedores diante do futuro, porque esses atos ensinam aos fortes pelo número que a vitória contra o direito leva em si o germen da destruição futura, que obriga-os a fugir de buscar tais vitórias, quando não olham os filhos de sua própria pátria como simples instrumentos de seus lucros pessoais.

Se as nossas costas extensas reclamavam uma esquadra, que só podemos ter em relação a nossas poses, a defesa do território não era esquecida, e cuidava-se do exército com especial interesse, porque sabia-se que se a esquadra podia defender-nos nas fronteiras vastíssimas, e sem cidadelas, o que não era preciso porque o corpo de um brasileiro onde se agita uma alma que ama mais a pátria do que a carne, é um baluarte que recebe impávido o choque do inimigo; é uma mancha de guerra que corre em busca desse inimigo para levar-lhe a luva atirada, como já o provamos.

Mas a guerra com o Paraguai nos ensinou quanto custa uma luta onde se aprende a manejar uma arma sob o fogo mortífero do inimigo; a fazer uma evolução quando os golpes de sabre já lhe laceram as carnes.

Vence-se, sim, porque a coragem, não é privilé-

gio de classes; mas de quem tem brio; mas vence-se com sacrifícios sem nome, que os governos têm o direito de aliviar, embora criando outros sacrifícios que o povo suporta satisfeito vendo o fim a que se destinam.

Hoje esse sacrifício imposto ao povo não é para livra-lo dos desastres futuros, é para aumentar-lhe o sofrimento criando as brigadas estaduais que em cada estado garantam o direito dos Castilhos, de poder fazer dos filhos de sua terra o rebanho onde se nutrem aqueles que, por afeto (?) abraçam a bandeira de seu ostensivo presente, de bem tristes preságios para o dia de amanhã, que não virá se Deus deixar de existir.

Dr. Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL 28/01/1899 P 1

### ALERTA XII

A educação do soldado, isto é, a preparação de oficiais que em natural emergência estariam prontos para a defesa da Pátria foi objeto da maior solicitude da coroa, a que se dedicava com persistência qualquer partido que estivesse no poder.

As classes armadas só eram trazidas à baila da discussão para se censurar ao governo por não lhes dar maior relevância e melhor conforto.

A guerra havia esgotado o erário, mas os brasileiros de então sabiam que conservar os seus defensores de primeira linha em condição de atender ao primeiro brado de alarme era conservar o fundo de economia indispensáveis para a garantia do crédito moral da nação.

As escolas militares foram ampliadas; era preciso que o oficial brasileiro pudesse ser um soldado, e ao mesmo tempo um diplomata.

Infelizmente esta ampliação não foi bem compreendida por alguns professores que incutiram no espírito dos rapazes o vício das seitas filosóficas, bem dispensáveis ao soldado, e dessa seita nasceu a desordem que contaminou tudo, esquecidos de que ela tem por princípio cardeal a extinção do exército, e, até lá, a obediência passiva às ordens dos tiranos na eliminação daqueles que se opõe aos planos "altruísticos" de se eternizarem no poder, e serem senhores da fortuna pública, sem fiscalização nem prestação de contas, como tem-se visto no Rio Grande do Sul.

As armas, que os que meditam no meio de matar inventavam, eram logo trazidas para o Brasil, depois de sério exame, sem que disso houvesse resultado a fortuna dos comissionados; ao contrário, era tão severa a fiscalização pelos órgãos populares, que uma invenção trazia sérios desgostos a quem os aceitasse.

Haja vista a célebre questão do *Aquidaban*, onde

se dizia que entrara, na confecção de obras mortas, o papelão, que até para os wagons de estradas de ferro tem sido aplicado; e que preparado de certo modo oferece mais resistência do que a madeira.

Entretanto, que hoje... Não falemos de hoje.

Este hoje do Brasil é a inundação do lodo, onde só as hidras medram, onde só as minhocas proliferam.

Tal era a imposição inadiável de possuir o Brasil, um exército capaz que, o conde d'Eu, marechal de campo do exército brasileiro, príncipe consorte da herdeira presuntiva da coroa, pediu para si o comando da arma de artilharia, sem soldo nem gratificação, sujeitando-se ao ministro da guerra, e ao ajudante-general do exército.

Ambição de mando, preparativo para governo militar gritavam muitos, e eu também.

Não! Em muitos esse grito era a fames auri, como o demonstraram imediatamente depois do advento da república militar, que eles aceitavam chamando a antipatia pública por esse mesmo motivo para o conde d'Eu; em outros era essa utopia vaga da mocidade que forma castelos sem sentir que faltam-lhe elementos até para a boa edificação de uma cubata.

A guerra do Paraguai tinha patenteado ao mundo a generosidade do povo brasileiro, único no mundo, que provocado e vencedor não olhou sacrifícios para melhorar a sorte do vencido, para fazer-se-lhe respeitar, para garantir a nova formação em caminho oposto àquele que o arrastou à ruína.

Não era, portanto, o espírito de conquista que abrigava ao governo a criar forças armadas como a que tínhamos; não era a necessidade de garantir-se porque o espírito da instituição era patente e franco; só permaneceria no Brasil se o Brasil assim o quisesse.

A prova dessa manifestação que, para muitos, era um "maquiavelismo", tivemos na resignação angélica e cristã do velho imperador, que aceitou a intimação do banimento como uma ordem superior, podendo por direito a ela se opor, contando, para isso, com elementos, porque até manifestações desnecessárias havia recebido onde se assinava a promessa de defendê-lo até a morte; promessa que seria cumprida se ele o exigisse sob pena de desonra.

Não! Para ele uma gota de sangue, uma vida que se sacrifique a não ser pelo interesse da Pátria era um crime.

Ele sabia que ali jogava-se o futuro da Pátria; mas em aparência estava o interesse de sua família; esse receio se impôs ao dever.

Dr. Ângelo Dourado.

**ECO DO SUL 29/01/1899 P1**

### **ALERTA XIII**

Os militares geralmente são pobres.

Raramente são encarregados de comissões que possam deixar um pequeno lucro; por isso era um dever providenciar sobre a garantia da família deles contra a miséria, único motivo que pode acovardar a alma de um valente, se ela fraqueia nessa luta entre o dever e o coração.

Havia roubo, havia desvios, mas isto era tido como caso raríssimo, e eram os próprios generais ou oficiais que provocavam as investigações, imediatamente, para se saber qual o culpado, sobretudo se isso afetava-lhe de alguma forma; e conhecido o criminoso era punido se militar, expulso do exército, proibido de acompanhá-lo, se civil.

As pagadorias tinham um trabalho imenso, e não se mandava buscar soldo sem primeiro ter prestado contas.

Eram os próprios generais que exigiam, por isso lê-se em detalhe: "não se pode ainda receber o soldo por causa da demora na prestação de contas, por isso convém aumentar o pessoal daquele serviço, etc., etc."

No Paraguai, sabemos de fonte idônea, mais de um fornecedor viu-se ameaçado de perder o lugar por levar presentes aos generais, sem cumprir bem o contrato; eram esses mesmos generais que os denunciavam.

Se o general encarregava a um amigo de negócio, como compras de gados e muares, nas mesmas condições que outras, e esse amigo abusava, ou não cumpria com o estabelecido, a censura era feita ao general.

Caxias sofreu bem amargas censuras por isso.

Das guerras voltavam todos pobres.

Conheci vários homens que fizeram toda a campanha do Paraguai; que eram de uma economia proverbial; que nunca sentaram-se a uma banca de jogo, e de lá voltaram apenas com o soldo do mês.

Um desses acaba de viver, foi o meu amigo general Faria Rocha.

Felizmente, e graças a Deus, naquele tempo, que como em todos a fortuna teve valor, o ser pobre não era defeito, nem crime.

O ser ladrão, sim.

Para aqueles havia no caráter público um abrigo, para estes um certo desprezo tácito, e um espantinho, Fernando de Noronha.

Hoje tudo mudou. A concussão é uma benemerência.

Compra-se uma fazenda depois de uma comissão ou cargo, onde os proventos mal dariam para uma pequena economia, com mais facilidade do que Pa-

ranhos depois de longos anos de diplomacia no Prata, comprava um vestido para mandar à filha.

E não consta que alguém tivesse exigido a reentradada para os cofres dos saques em branco feitos pelo tesouro, e entregues a si como o fizeram Cotegipe, Saraiva e Octaviano Rosas.

De que lhes valeu isto, perguntar-me-á o espírito da atualidade; morreram e aí deixaram as famílias pobres, os que as tinham, como Cotegipe; quem nem um abrigo deixou para a filha cuja fortuna sacrificou na política?

Hoje seria difícil responder a essa pergunta; porque quem não segue o espírito de seu tempo dele suporta todos os males; e o roubo, a concussão, a cobrança de impostos, são coisas tão mesquinhas em relação ao valor do povo ante a república, como é lançar a cangalha sobre o lombo do burro roubado que sempre se tem receio de encontrar com o dono.

O que me admira é ver de vez em quando se mandar proceder contra funcionários que roubaram trezentos, quatrocentos, mil contos, uma bagatela.

Pois valha a pena isto, senhores, no Brasil, a terra que em nove anos fez mais de cem arquivilionários, sem se descobrir minas de ouro, ou sem cavá-las?

O que é notável, porém, é que quando há notícia de um roubo, pouco depois os jornais dizem – estão comprometidos grandes personagens – e ninguém mais fala nisso.

Não há dia em que não se leia notícia de um roubo no correio, nas alfândegas, nas estradas de ferro, nas tesourarias, fala-se disso apenas para Gaudio da reportagem, e depois tudo volta ao silêncio com o mesmo indiferentismo.

Quando a injustiça da lei é sementrância de refúgio, a providência torna-se vingadora.

Os criminosos serão punidos, e o Brasil voltará a ser Brasil, depois de justificar aos que o arrastaram à desonra e à ruína.

É questão de tempo, e talvez bem curto.

Dr. Ângelo Dourado.

---

## **ECO DO SUL 31/01/1899 P 1**

### **ALERTA XIV**

Depois de cinco anos de lutas no Paraguai, onde o soldo era pago em ouro, e o fornecimento contratado, e grandes riquezas havia em joias, porque o ouro era o único luxo permitido por Lopez, voltaram todos pobres, os brasileiros, trazendo apenas alguns o soldo guardado por grande economia; um, ou outro, trazendo um pecúlio ganho em certas especulações que não desonravam; outros nem isso, porque tinham de dividir o soldo com a família que ficara no Brasil.

A chegada de Faria Rocha, o primeiro que voltou à pátria à frente de sua brigada, o imperador quis dar-lhe um título nobiliárquico; ele respondeu que seria bem triste para um barão ir ser caixa ou guarda-livros no comércio.

Ao que lhe respondeu D. Pedro: “são estes que a meus olhos mais dignamente gozam do título, porque mostram que muito o mereceram”.

Francisco Lourenço, depois barão de Sergy, foi ser pequeno lavrador porque na sua ausência seu engenho em Santo Amaro se arruinou por completo.

Joaquim Maurício Ferreira, irmão de Anna Nery, que marchara como comandante do corpo policial da Bahia, que ao primeiro grito de guerra se apresentara voluntário, voltou como coronel, sem os dedos de uma das mãos, decepadados a golpes de sabre, nos entreveros, e uma porção de cicatrizes no corpo.

Nunca aceitou promoção porque seria privar-se de continuar a comandar a polícia, na Bahia, se voltasse. Este mesmo motivo apresentou ao imperador, quando depois da guerra o quis promover, ou dar um título nobiliárquico.

O capitão Marcolino José Dias, um dos poucos que sobreviveram ao corpo de zuavos baianos, tão celebre nessa campanha, de lá voltou capitão, tendo ido como soldado.

Conheci-o porteiro de biblioteca pública, com um ordenado de oitenta a cem mil réis; valia mais de quatrocentos mil réis hoje; muito satisfeito e calmo.

Eu era um frequentador diário da biblioteca, porque nos intervalos das aulas na academia havia uma ou duas horas perdidas, e eu ia ali em procura de velhos alfarrábios que muito me entretinham.

Depois que conheci o capitão Marcolino, não lia senão quando tinha necessidade de indagar certos fatos.

Entretinha-me em ouvi-lo contar-me as coisas da guerra: como lutaram, sofreram, como morreram.

Isto que naquele tempo era apenas passatempo serviu-me nessa triste campanha no sul, para não se morrer pela faca da legalidade em casa.

Há uma grande vantagem em se conhecer os sofrimentos alheios.

Não consola, mas anima no sofrer, comparando-se o sofrimento com o dos outros.

É um conselho que aqui deixo, e que sempre dei aos infelizes, e aos que comigo lutaram nesses quatro anos, de sofrimento sem nome, para fazer a fortuna do Sr. Castilhos e seus amigos, conforme a declaração do Sr. general Galvão me autoriza a dizer.

Eu lhes dizia – nunca compare sua sorte com a de quem é feliz, procure entre seus iguais os que são infelizes para compará-la; e verá que muitos estão em piores condições.

Como estes que conheci, pode-se dizer, foram todos.

O emprego público, era, sabe-se, para o pretendente que tivesse serviço na campanha.

O imperador, o conde d'Eu eram os encarregados de velar sobre eles.

Sabe-se de fatos que arrastaram ministérios à queda, porque haviam altos personagens políticos pretendendo empregos em concurso com quem tinha serviço de campanha.

Uma vez, como estudante ainda, passei por um pequeno povoado sertanejo, e vi uma escola. Fui visitá-la. O mestre era um homem ainda moço, que ensinava uma porção de meninos, creio que a 200 réis por mês cada um.

Conversamos, e ele me disse que havia voltado do Paraguai como sargento, e que ali vivia a ensinar porque sempre fora esta a sua profissão.

Sabia ler e escrever e as quatro "espécies", como se dizia então.

Não precisava ser normalista para não ensinar coisa nenhuma; ele ensinava o que sabia, e isto basta ao sertanejo.

Apenas na capital fui à assembleia e com amigos deputados, obtive a criação de uma cadeira pública no lugar, "para aquele homem" mas, apenas criada a cadeira, a política precisou dela.

O meu amigo voluntário escreveu-me, queixando-se de que lhe havia feito um mal, porque assim ficava sem ter meninos para ensinar, porque todos iriam para a aula régia.

Pedi sua fé de ofício e com ela fui ao palácio. Só isto bastou para se deixar de proceder o concurso, e o meu valente foi nomeado professor.

Outros vi, cobertos de grandes condecorações, a pescar no São Francisco e a rachar lenha.

Se honravam com isso,

Não sabiam ler, e por isso ali estavam.

Mas quanta nobreza naquelas mãos que se calejavam manobrando a carabina pela defesa da pátria, e o machado para terem um pão!

Como lhes ficavam bem as medalhas!!

Dr. Ângelo Dourado.

---

## **ECO DO SUL 02/02/1899 P 1**

### **ALERTA XV**

Para os militares efetivos, isto é, para a garantia do futuro, e das famílias, além do meio soldo criou-se a Cruz dos Militares.

Não sabemos a data de sua fundação, sabemos, porém, que tornou-se uma sociedade protetora das famílias dos militares digna de nora, talvez única segundo as vantagens.

Uma vez, que sobre ela conversamos com o seu tesoureiro, o Sr. general Marinho hoje, então major,

admiramos da sábia previsão com que era gerida, e da grande soma de dinheiro acumulado como capital.

Não era somente sobre o futuro que se pensava; melhorar a sorte do militar, prepará-lo para as eventualidades, estabelecer portanto a disciplina porque não se a pode exigir onde o governo descure do bem estar, que produz o bom e decente proceder.

Era objeto da maior solicitude, por isso, a pasta da guerra; era uma das de maior responsabilidade.

Dizia-se que isto era devido ao conde d'Eu que se imiscuía nos negócios de Estado em favor do exército; mas somos forçados a crer que essa ação não chegava a tal ponto.

Ele seria talvez um reclamador, como marechal, como comandante de corpo; seria talvez um lembrador de medidas como conselheiro de Estado, mas nunca um impositor, porque os homens daquela época não admitiam imposições; louvado Deus, que nos permitiu ter em nossa vida de povo, tempo em que os políticos tinham dignidade sem ser a do *capricho* ou *negócio*.

Ocorre-me neste momento um fato que relatarei, em relação à intervenção do poder pessoal do imperador que tanto se falou.

Visitando o conselheiro José Antônio Saraiva, a quem prendia-se parentesco por afinidade, entramos em uma palestra um pouco animada sobre política, e que valeu-me bem bons apertos de braço e cotoveladas, cacoete que ele tinha como gesticulação quando conversava na intimidade.

Minhas ideias ultraliberais, (não digo republicanas, porque essa designação no Brasil, hoje infamaria o meu ideal de então), levaram-me a falar do poder pessoal do imperador.

Estava-se justamente na fase agudíssima da questão militar; saraiva respondeu-me, que tal poder nunca existiu, e vendo o pasmo com que eu recebia tal asserção, que se opunha ao que era geralmente sabido e proclamado, disse-me:

– O imperador é um homem inteligente, de ilustração vastíssima, e conhecedor de todas as necessidades do Estado e dos meios de melhor se as prover. Os partidos obrigam a procurar para ministro, homens muitas vezes sem experiências, mas que dispõem de votos. Eles levam para o despacho os projetos que julgam bons; o imperador discute-os, e vence com grandes conhecimentos que possui. Este é que é o poder pessoal.

A respeitabilidade do meu interlocutor fez-me calar; o tempo me veio provar que ele tinha razão.

Para isso não é preciso mais do que meditar-se sobre o ramo mais simples do serviço público depois de proclamada a república, e desprezados os homens que aprenderam naquela escola do amor da pátria.

Um momento houve em que pareceu que o Brasil

ia entrar nas regras do justo; foi quando o marechal Floriano prometeu sentar-se à porta do tesouro, quando o Dr. Julio de Castilhos, pela *Federação* o denominou de:

#### **Marechal três vezes traidor.**

Criando um tribunal de contas onde sentavam homens como o conselheiro Corrêa, parecia que o dinheiro público ia ser da nação e não de indivíduos; mas desgraçadamente a providência que devia não deixar que o que nasce do crime seja olhado bem, uniu o Sr. Floriano ao Sr. Julio de Castilhos.

O tribunal de contas foi dissolvido porque punha embaraço ao despejo do dinheiro brasileiro nos cofres dos partidários da legalidade no Sul.

E o que o Brasil, em paz, precisava, para fazer, de todo o esforço de estadistas consumados, toda a atividade do imperador, e da boa vontade dos brasileiros, bastou o Sr. Cassiano do Nascimento, para fazer em tempo de guerra civil, quando lutava-se com todas as dificuldades.

Pelo autor pode-se conhecer a obra, ou a obra fará conhecer o autor.

Na história só se conhece um fato de favoritismo tão prejudicial ao povo, como esse do marechal para o Sr. Julio de Castilhos.

Aparte o sangue, a crueldade e os morticínios, o favoritismo do Sr. Julio de Castilhos, no Brasil, República nascente, só pode ser comparado com o de madame de Pompadour, na monarquia moribunda dos Bourbons; naquele torpe reinado de Luiz XV que devia arrastar sobre a França tantas calamidades que depois de um século ainda não a deixou se firmar no que deve ser.

Seu descendente pagou com a vida todos os crimes que ele lhe deixou por herança; o Sr. Julio de Castilhos continuou a querer ser o favorito eterno desta devastada república.

Pompadour foi guilhotinada, o Sr. Castilhos continua a ser senhor de barão e cutelo.

Dr. Ângelo Dourado

---

### **ECO DO SUL 03/02/1899 P 1**

#### **ALERTA XVI**

Então não era praxe ser ministro da guerra um militar; só tal sucedia quando um militar de alta patente ocupava um lugar no senado que, era ainda uma paga de serviços à pátria a lembrança de seu nome e eleição; e a necessidade de ter-se nas corporações legisladoras quem representasse a classe que também devia gozar dos benefícios das leis votadas, ou sofrer-lhe a imposição conforme as exigências do tempo.

Os melhoramentos do exército não foram, portan-

to, de iniciativa militar, mas de civis que tudo faziam para melhorar, atendendo as condições financeiras, o exército encarregado de defender a pátria quer em relação à sua integridade, quer em relação à sua honra, enquanto à marinha não poderia, pelo número e condições, defender os vastos mares que nos banham parecia dormir, convicta de que no momento do perigo despertaria para escrever mais uma página na história dos heroísmos sem nome.

Homens houve que ganharam grande fama no exército como administradores; e muitos foram, podendo nós, entre eles, citar o nome de J. J. de Oliveira Junqueira, que então gozava da maior estima da corporação.

Sua inteligência e ilustração, todo o seu tempo era dedicado ao melhoramento da classe; ouvia as reclamações gerais e pessoais, fossem elas feitas por altas patentes, fossem por oficiais, fossem por simples e míseros soldados; e atendia-os se de justiça; era o que eu então ouvia de todos.

Não se pode dizer que tal proceder tinha por fim ganhar as simpatias do exército para planos singulares.

Naquele tempo essas simpatias em nada influíam.

O exército era da nação e não dos partidos.

Quando, por acaso, um político, mesmo militar, aceitava uma pasta da guerra ou da marinha, sua crença política ficava em casa, e se só manifestava nas votações ou discussões nas assembleias.

Tivemos a prova do que afirmamos no conselheiro Junqueira.

Talvez por excesso de trabalho sua mentalidade cansou-se, e a sua razão sucumbiu.

Tivemos ocasião de vê-lo nessa triste e última fase de sua vida.

Sua única preocupação, ou antes a sua ideia fixa era o exército.

Todos que o visitavam ele julgava ser um militar.

Se no momento julgava falar a um general ou oficial de patente elevada sua conversa versava sobre melhoramentos materiais, que deviam num momento dado colocar o exército em condições de preencher o seu grande papel na pátria; se a moços oficiais a conversa era outra: era sobre estudos de armas modernas, sobre a dignificação de cada qual subindo na escala dos postos por merecimento por serviços, nos tempos extraordinários, que pareciam próximos, e por isso estava ele fazendo questão de dinheiro para as estradas estratégicas; para a compra dos modernos armamentos.

Falava muito nos exercícios que assistira em Santa Cruz, sob o comando do conde d'Eu.

Se falava a um pobre soldado ele enchia-o de esperanças de melhorar o soldo; dar um pouco de conforto às pobres mulheres de soldado que tinham filhos.

ALERTA XVII

Uma vez ouvimo-lo dizer:

– Eles não são casados, mas essas mulheres vivem como se tal fossem; têm filhos e por isso é justo que se lhes suavize as desgraças; assim o soldado se dedicará com mais amor à pátria.

Para se poder visitá-lo, isto é, para poder ser recebido por ele era preciso ser anunciado como um militar; os próprios médicos deviam dizer que ali iam em serviço do exército.

Foi depois da questão militar que se estatuiu que as pastas de guerra seriam ocupadas por militares.

A nosso ver era isso, em absoluto, desnecessário, e trazia em si o afrouxamento da disciplina e a necessidade de se ter militares como políticos partidários, donde funestas consequências para o exército se originariam.

Não somos dos que julgam que o exército não deve se preocupar com a política.

A política é a higiene dos povos.

Todo o homem que ame a pátria, tem obrigação de ser político.

Quem em um país declara que não é político não pode exigir que se lhe tenha consideração porque é um interesseiro que busca navegar com todos os ventos, ou um covarde que não tem coragem de manifestar o que sente em relação à boa ou má gerência dos públicos negócios.

Ao soldado mais do que a ninguém interessa a boa marcha do serviço nacional, porque é a ele que cabe maior responsabilidade nos desastres, e a má administração do país arrasta fatalmente, irremediavelmente, a esses desastres que só depois de contemplar-se os horrores, os sofrimentos, os escombros, a ruína material e moral que são sempre o resultado dessas premissas, é que se pode calcular o crime de quem por ignorância, capricho, ambição ou propósito arrastou uma nacionalidade à sua queda, ou ao esfacelamento que é o mesmo que ofereceu-se à fácil conquista até por povos que nunca seriam capazes de conquistar.

É isto que nos ameaça de todos os lados enquanto os *senhores* só cuidam de seus partidos, ou antes de seus interesses, isto é, de não abandonar nunca o posto onde reduzem à fortuna pessoal o que se arranca ao povo até na última côdea de pão.

A política de partidos, porém, é calamitosa para as classes armadas e portanto para a pátria, quando a ela se filiam os militares.

No próximo número veremos porque assim pensamos.

Dr. Ângelo Dourado.

Se o conhecimento das armas e dos costumes militares, e as necessidades dos soldados indicam a militares como devendo ocupar as pastas de guerra, porque aos ministros em tempos de paz só compete velar pela sorte do exército e de cada soldado em particular, a escolha desse ministro implicava a ideia de filiação a partidos políticos donde o direito de cada militar filiar-se ostensivamente ao partido de suas simpatias, ou de seus amigos, e portanto o direito de discutir politicamente, os atos de seu superior hierárquico, pública e ostensivamente porque assim o permite a política, sem que se possa responsabilizá-los pela indisciplina.

Nem é justo que um militar que esposa a causa de um partido, e que portanto assume a responsabilidade de tudo que esse partido pratica, reclame suas prerrogativas militares quando se lhes ataca o caráter político e seus atos.

Ultimamente no Brasil temos tido a prova disso,

Sabe-se quanto a grande maioria do povo rio-grandense vive sob o guante de ferro do Sr. Julio de Castilhos, não por covardia, não! Somos testemunha ocular da coragem desse povo, de sua persistência na luta, de sua resignação no sofrimento.

O nome rio-grandense, a altivez de seus filhos, seu amor à liberdade e independência soavam-me aos ouvidos desde a infância como predicados de figuras lendárias dos tempos cavalheirescos que bem contra meus interesses encontram eco dentro em mim.

Foi por isso que o destino trouxe-me à terra gaúcha, não pela sacra “*fames auria*”, mas pelo desejo de conhecer uma região do Brasil relevada por tantos feitos gloriosos.

A república no Brasil me colheu aqui; não fui adesista; ao contrário doe-me ver a adesão filha do interesse que colocou o povo brasileiro entre os mais ingratos do mundo.

Se tomasse então armas pela monarquia; eu posso dizer que estaria em campo, porque tenho dado provas do desprezo da vida quando vejo ferido o nome e a honra de minha Pátria.

Então eu julgava que conquanto nascida de uma rebelião e indisciplina, a república poderia viver no Brasil pela honestidade de caráter que os homens brasileiros haviam mostrado na monarquia, porque a república pondo termo aos privilégios (na monarquia eu desprezei esses privilégios para não ser político de partidos monárquicos) deixaria que todos os bons espíritos se empenhassem no afã de engrandecer o meu caro Brasil.

Triste decepção!

Fatal despertar de um sonho!

Imagine-se um sonhar cujo ideal pairasse no espaço límpido e sereno, tendo por vezes o manto da verdade tecido com os raios d'ouro do sol, e o azul puríssimo do firmamento, e guardando em si aquela alma de virtudes que Dante sonhou em Beatriz, e ao aproximar-se, ao tocar-lhe a figura tornada realidade, ao buscar comungar a hóstia no altar da Pátria, recuar cheio de horror e nojo, porque a figura que antevira tinha-se tornado leprosa, pelo contágio de corpos lazarentos que, ostentando vestes de sanidade, escondia um corpo galiquento e não teve nesse corpo senão chagas, senão pus, senão sangue, alimentando-se de podridões cadavéricas que seus algozes, seus lepriforos amigos dessem-lhe para alimento, e poder-se-ia achar uma comparação para o ideal republicano e esta república de Glicérios e Castilhos, aos olhos dos que têm consciência do que seja uma pátria e a honra de um povo.

Os representantes da grande maioria do povo rio-grandense, os Voluntários do Martírio; esse punhado de maragatos, depuseram as armas, aceitando a paz que o governo da União lhes propunha, não por medo, não por cansaço.

Homens que do Rio Grande chegaram até a fronteira de São Paulo, e de lá voltaram, e depois de escaparem da morte como presa de caça, que se escapa dos gozos da matilha, voltaram ao campo da luta, como voltamos, não conheceu o receio de morrer este batalhão, apenas o dever de lutar.

Apenas o passado não foi aproveitado como lição.

Já havíamos, para fugir da guerra civil, deposto armas, nas mãos de um batalhão do exército nacional, esse batalhão e seu chefe obedeceram a ordem do Sr. Julio de Castilhos de lutar contra os que se tinham confiado neles.

Devíamos saber qual o valor que se dá à república a palavra dos oficiais do exército.

Devíamos ter visto que como se desmentiu a palavra dada pelo Sr. Coronel Arthur Oscar se desmentiria a do Sr. general Galvão!

Sabemos quanto sofreu o Sr. general Cantuária por ter querido, ao menos, minorar a sorte dos lutadores de então a quem o Sr. Julio de Castilhos das próprias janelas de palácio num dos seus discursos fatais à sua presunção oratória, mas sempre reveladores dos pensamentos sinistros de sua alma, mesmo quando quer ser afetuoso, mostrar seu amor pelos italianos (!) desejou uma erupção do Vesúvio que os subvertesse, nesse discurso declarou ele que “trazia jugulados os ex-revolucionários que aceitaram a paz que ele não queria por ser a guerra uma fonte de renda para si e seus amigos”; e foi por isso que os maragatos esmoreceriam.

Matar, e matar-se, para dar fortuna ao inimigo não é justo.

Sabe-se o que tem sofrido o Sr. general Menna

Barreto, que foi um dos de mais préstimo que teve o Sr. Julio de Castilhos, por se opor a crueldades.

Sabe-se o que tem sofrido o Sr. general Carlos Telles, que foi o inimigo mais sério que tivemos, e por ser isso, o que mais tem lutado para cumprir com o que se combinou na paz.

De tudo se tem lançado Mao para retirá-lo do Rio Grande.

E agora o conseguiram, abatendo sua altivez de soldado, e buscando marear sua dignidade de homem.

O Sr. Campos Salles, que parece nunca ter tido um só momento compreendido qual seja a importância do papel de um chefe de nação, diz o telégrafo, declarou impor penas ao general Telles por ser amigo pessoal do Sr. Pinheiro Machado.

Preparam festas a este; vão festejar o golpe ostensivo descarregado sobre o exército, fator da república e consolidador do poder transitório do Sr. Julio de Castilhos.

Depois destas festas, haverá banquetes íntimos de carnes humanas, onde o vinho será sangue quente espumante.

O Sr. Campos Salles virá ao banquete, e o povo que o tem fornecido será rês parceira e o exército também.

A brigada foi feita para isso.

Um fragmento da pátria brasileira, servirá de mesa.

Dr. Ângelo Dourado.

---

## **ECO DO SUL 07/02/1899 P 1**

### **ALERTA XVIII**

Foi à sombra do exército brasileiro que prepararam, alguns políticos da república, tudo isso que aí está; que angustia a pátria brasileira; que lhe roubou o nome ganho em longo e as vezes bem cruento labor, entre os povos cultos; que a obriga a curvar-se à vontade de um só homem, que assina “Termo de bem viver” perante um comerciante estrangeiro, e obriga-se a fazer no Brasil somente o que ele, o Sr. Rotschild, ordenar ou consentir, e por isso vai destruindo na paz uma a uma as armas de nossa defesa, como o marechal Floriano as destruiu nas guerras civis para ser agradável ao Sr. Julio de Castilhos.

Pode-se dizer, neste sentido, que o exército a si mesmo deve o estado em que se acha.

Foi criando o Sr. Julio de Castilhos, e nutrindo-o, que as forças pecuniárias da nação que escaparam ao encilhamento, se esgotaram.

E tendo guardado para si tudo que lhe mandavam para a guerra, porque nenhuma despesa foi paga; porque a patriotada não recebia soldo, senão



os oficiais, e nem todos, por isso buscavam soldo na propriedade alheia; porque até o fornecimento não era pago, e por isso tem-se pago reclamações e continuam de toda a parte e de todos os gêneros, pode criar uma guarda sua, que no dizer de muitos tem um único fim – a desmoralização do exército.

Foi portanto o exército que inconscientemente, nessa lamentável cegueira, agasalhou a arma para seu próprio assassinato, esse mesmo exército que começou o seu suicídio lento desde o momento em que começou a luta em prol do Sr. Julio de Castilhos.

E já que ontem se derramava o dinheiro da nação a rodo nas mãos do Sr. Julio de Castilhos, conforme todo mundo sabia e o Sr. general Galvão confirmou, hoje tem-se, para pagar esse dispêndio, de reduzir o exército a ponto de causar apreensões aos que não são inimigos da Pátria, que dela só querem a grandeza, sobretudo moral, e não a posse como meio de se eternizarem no poder comprando adeptos mercenários com o dinheiro público, apreensões que chegam até o esfacelamento, até a entrega de território para pagamento de dívida, donde surgirá o direito de conquista para todas as nações fortes.

Só quem não conhece o que se passou no Egito, nas Índias, na África, sobretudo em Madagascar, não se incomoda em ver como os governos europeus tem mandado ministros e comissões para passear pelas regiões brasileiras onde facilmente poderão criar suas colônias “protetoras”; e como os norte-americanos nos querem bem...

É por isso talvez que o Sr. Rotschild não consente que se compre uma arma; que não se conserve um exército, ao passo que consente na permanência do exército estadual do sul, porque talvez suponha que esse exército poderá dar, num momento, o grito de separação, para os credores poderem intervir.

A sorte de Cuba, que tão heroicamente lutou para cair nas garras yankees, aí está; e se Menelik pode libertar sua pátria do domínio estrangeiro, era porque tinha um povo de vontade homogênea, a quem os sedentos de ouro e sangue não tinham dividido em grupos para fazer substituir pelo ódio e pelo desejo de vingança o sagrado amor da Pátria.

Nem se diga, que a adesão do exército à causa do Sr. Castilhos era guiada pelo amor à república.

Desde os primeiros passos na vida governamental, o Sr. Castilhos demonstrou que todo o ideal republicano que hipocritamente manifestou na propaganda pela *Federação*, a tanto por linha tipográfica, resumia-se em sua única pessoa, em seus interesses particulares; morresse o Rio Grande e o Brasil, “quand mème”.

E a Carta que impôs ao Rio Grande, demonstra que nunca em sua mente existiu um lampejo dos preceitos republicanos; que ele disso não tinha a compreensão nítida, ou falta-lhe a firmeza de espí-

rito que resulta da compreensão e aceitação das coisas, a ponto de, depois de sua madureza, professar a filosofia de Augusto Comte como religião; que é o oposto absoluto ao ideal republicano; é o regime do absolutismo, das vontades sem freio; de um só homem nos países onde o ouro compra adeptos e a pusilanimidade eterniza a tirania.

E o Sr. Julio de Castilhos tornou real o que dizia Frederico II da Prússia: “para fazer-se de um povo desgraçado bastaria dar-lhe por governador os filósofos”. E se essa filosofia como a de Comte permite a crueldade, podemos dizer: para matar um povo, basta dar-lhe por governador um comtista como o Sr. Julio de Castilhos.

Dr. Ângelo Dourado.

---

**ECO DO SUL 09/02/1899**

### **ALERTA XIX**

Havíamos feito o propósito de nos cingirmos, quanto possível, ao plano que traçamos, quando a perspectiva de desgraças que vai surgindo da penumbra, nos horizontes desta infeliz Pátria, nos impôs soltar este grito de alarma, que não encontrará eco na alma nacional chumbada ao cepo do martírio por vã compreensão do pundonor, aceitando como dádiva magnânima, o cristalino vaso, facetado no torno da hipocrisia; mas cheio da letal essência tirada da mancenilha convencional que lhe proporcionará a morte lenta e progressiva, ou do pólen da aroeira de nossos campos, que lhe causará dores horríveis ao tempo que lhe imprima ao gesto feições de monstro.

Esse método, tão prolixo e tão cheio de circunflexões, que torna enfadonho o nosso estilo, para os que em tudo só querem o resultado, é oriundo da profissão que exercemos.

Médico, junto ao doente, eu procuro a causa da enfermidade que o prostrou, embora busque a compreensão do aforismo hipocrático aplicável ao caso, diversa da que geralmente se aceita; embora feche os olhos às páginas da ciência moderna quando suas conclusões me parecem falsas, pela obscuridade das premissas, e pela insuficiência dos meios indagadores; e busco na escala da razão encontrar a causa da enfermidade, e muitas vezes encontro, em objetos tão nulos, tão ridículos, que é até desolador para o orgulho humano, ver como a organização mais bela se abate, como a forma mais sedutora se afeia, muitas vezes pela ingestão de um fruto podre que produz disenteria; ou pela falta de um banho higiênico, que dá lugar à inoculação da lepra.

Homem, cidadão, em uma pátria de servos e assalariados, e indiferentes, eu busco a causa do mal que parece arrastá-la à morte inevitável, e é nessa

busca que, junto a cada sintoma, como causa imediata, atual, irritante, ou como fonte de infecção, surge diante de mim, constante, indefensável, a figura sinistra, fermentadora, persistente de um homem – do Sr. Julio de Castilhos.

Em relação à república ele se me afigura ao pollux penetrans, ao bicho de pé, que penetra através da pele e vai entre as carnes se aninhar, e distender a vesícula onde encuba milhares de lêndeas que serão outros tantos bichos; e que não permitem ao pé calçar-se para poder caminhar.

Em relação ao Brasil, sua pessoa traz-me a ideia do atum africano, uma filaria constritora que enrosca-se num dedo, num membro, e sem que se possa ver o relevo do corpo vai cortando os tecidos até que depois aquela parte se separa do todo, ou como o vibrião que perfura o lenho de árvore rija e majestosa, até chegar-lhe ao cerne, para em pouco fazer-lhe perder as folhas e os galhos; para poder ser abatida aos golpes de machado do lenhador que a vai vender para aquecer as caldeiras dos trens que produzem a fortuna dos poucos sócios da comandita que as possui.

E seja dito de passagem. Pessoalmente, não temos ódios ao Sr. Castilhos; nunca o vimos, e hoje não o desejamos ver.

Embora tenha sido ele o espremedor de todo o fel que enche-nos a taça do presente; que ininterruptamente libamos; embora seja ele o causador de todos os infortúnios e de todas as provações porque temos passado; de todos os nossos sofrimentos, de todas as apreensões sobre o amanhã da família, contudo não lhe odiamos por isso, porque em nossa alma não há lugar para o ódio e a vingança pessoal.

Os insultos que recebemos, as ameaças de morte, não nos moveria o ódio contra ele.

Muito se tem lido, porque muito temos escrito, sem linguagem estudada, é verdade, mas com a rudeza do Paisano de Danúbio; mas nestes escritos nunca respondemos a um só dos insultos que se nos dirigem, nunca nos justificamos de uma única infâmia que se nos assaca.

Isto só incomoda as almas criminosas.

Nossa vida, e nossa índole é tal que se quiséssemos dissimular vícios que possuímos seríamos denunciados por nós mesmos imediatamente.

Desde a infância, começamos a ser responsáveis por nossos atos; no colégio, na academia onde até o que se permite ao estudante não entrou nos moldes de nossa vida; no meio de um exército revolucionário de homens quase todos estranhos para nós, nosso rasto foi o que ninguém poderá encontrar um traço que desonre.

Amanhã concluiremos os motivos dessa referência pessoal.

Dr. Ângelo Dourado.

## ECO DO SUL 10/02/1899 P 1

### ALERTA XX

Se vivemos uma época em que o ódio chegou a obscurecer o nosso espírito a ponto de desejar que todos os males caíssem, punidores, sobre o Sr. Julio de Castilhos, a esse ódio veio substituir a comiseração que nos merece todo desgraçado, todo ente infeliz, porque não julgamos a felicidade neste mundo o ser rico, o ter palácios, ou ter mobílias como a de Máximo Santos que já foi vendida pelos herdeiros.

A felicidade única que reconhecemos e invejamos, é a paz de espírito, é a consciência de nunca ter propositalmente sido causa de desgraças, nunca ser apontado como um monstro, sendo preferível ser apontado como um mesquinho.

Os insultos, tudo com que se procurou difamar pelos mercenários, o sofrimento material, os sofrimentos morais, o exílio, o refúgio nas brenhas que por ele nos impuseram, a laceração de noss'alma vendo morrer um filhinho nessas brenhas, por falta de medicamentos, o ver nascer uma filha numa tapera, e ver a esposa e filhos ali sujeitos a todos os sustos, desde a chegada de um transeunte que poderia ser um assassino, como se nos havia avisado, até as cobras que coleavam nos aposentos como animais domésticos, de tudo isso nos esquecemos quando em relação à nossa vingança podemos, pelo dito de um por defesa de outro, compreender que como homem particular é o Sr. Julio de Castilhos o ente mais desgraçado a que alumia o sol rio-grandense.

Que será a alma de um homem que na vida só representou de Polichinelo? Perguntava Mm. de Stael.

Que será a alma de um homem, perguntamos nós, que fora do lar onde talvez as apreensões do futuro, num só momento que a alma desperte, e que sinta que não pode deixar de haver Deus; que existe uma providência que compensa, mas que pune também, e por isso, ante o sorrir inocente dos filhos, lembra-se, se tem alma de pai, desse dia de amanhã, cego como a fatalidade que pode ferir aqueles inocentes pelos crimes que lhes deixa com a fortuna; só vê em torno de si almas que se vendem, almas que exigem a paga do afeto demonstrado?

Que quanto maior a dedicação que lhe mostram tanto maior a paga que exigem; e que essa dedicação de hoje ou lhe faz lembrar dos que ontem o elevaram às nuvens santificando seus crimes e hoje o levam a geena[?] pelos mesmos crimes que ontem chamavam virtude; ou aqueles que ontem o insultavam e hoje bem pagos denominam virtudes o que ontem eram crimes?

Que se ainda não tem a alma safada pelo hábito do crime, deve sentir a repulsão ao contágio de mãos

assassinas, de mãos habituadas ao roubo que lhe batem no ombro como em afago fraternal?

Que tudo que lhe cerca traz escrita a máxima dos proscritos do Bem – confia desconfiando – que se lhe aproxima alguém cuja alma juvenil faz ainda sugar a pureza das ideias e das crenças, só encontra quando a quer conhecer essa alma igual a das crianças que cedo são levadas aos prostíbulos e que tão infames, tão leprosas, tão podres se tornam os próprios castens as atiram à lama das ruas que lhes serve de leito?

Que se entre os que o cercam existem homens honrados, almas dedicadas, rapazes de compreender a doçura e conforto da amizade, o que conhece dos outros, o que deles tem sofrido, obriga-o a olhá-los de soslaio, sempre desconfiando, a procurar arrastá-lo a um crime, a uma falta para poder tê-lo sempre preso a si sob pena de mandar puni-lo como criminoso no primeiro assomo de independência?

Ser obrigado a queixar-se a esses bons o que sofre dos maus, mas dizer aos maus que esses bons são iguais a eles para nivelá-los?

Que não dorme? Que não olha para uma parede sem ver a legenda fatal o Mané, thesel, farés, de Baltassar?

Que não pode ver passar seus batalhões sem se lembrar de Cômodo ou de Vitellius?

Só uma alma sem alma poderá desejar mais vingança de quem tanto o fez sofrer, em presença de punição como esta que a Providência impõe a quem se julga acima dos homens e de Deus, porque dispõe da vida e paz de um povo como de uma tropa para charqueada.

Dr. Ângelo Dourado.

---

## ECO DO SUL, 11/02/1899 P 1

### ALERTA XXI

Se ódio pessoal pode adormecer, em relação ao homem, que foi e é o autor de nossos sofrimentos; se encontramos no fundo de noss'alma esse infável sentimento do perdão, em vista dessa tortura aniquiladora que esmaga as almas de ambições sem limites sentindo fugir-lhe toda a esperança do futuro devorada pelos crimes do presente, e nesse futuro não ver senão a punição que o espera, que faz arrepiar de horror os cabelos canados, antes do tempo a custa de cada dia ter um despertar medonho quando voltando a lucidez momentânea do espírito, calcule o horror do seus atos e por isso de novo volta-lhe a loucura que o arrasta a novos crimes; o ódio ao homem que foi causa da desgraça de uma nacionalidade, do aniquilamento de uma raça, não encontra atenuante que possa clamar misericórdia em seu favor.

Tu, o homem que me lês, meu amigo, ou meu inimigo, se és dos que, satisfeitos no presente, não pensa no futuro, não vês esse acúmulo de nimbo negros que se amontoam nos horizontes da pátria e que, num momento desprenderão as catadupas que arrastem ao abismo que há nove anos a chama com os cantos das sereias?

Tu tens família?

Tu tens uma velha mãe que te conta, nos longos serões, para suavizar-te o afã diurno, as histórias de teus antepassados, e as tuas mesmas na infância; histórias dessas lutas gloriosas para conquista de uma pátria, para defender a honra, lutas em que essa pátria crescia, se altanava, progredia apesar do sangue que regava o solo, e dos ossos que lá ficavam, de seus filhos, a branquejarem nos campos de batalha, na terra do povo que a veio insultar?

Tens esposa, que a preparar-te o alimento para redar-te as forças perdidas no trabalho, e o leito para o repouso, depois de lamentar que já não é possível viver na abastança modesta pelo preço dos gêneros, sobretudo quem só vive do trabalho, mas suaviza-te a tristeza por veres que tudo isso é devido a ter se distribuído a fortuna do povo por alguns ladrões, em nome da república, contando-te os brinquedos e os primeiros ditos de teu filhinho que apenas começa a dar os primeiros passos?

Tens filhas, para quem olhas com esse olhar de pai por onde a alma se coa para formar essa zona de doces sonhos do futuro, onde as vês felizes, honestas, dignas; fazendo reviver tua mãe; fazendo eternizar os carinhos que hás mister?

Tens filhos, sobre os quais tu, com orgulho, depositasse todas as esperanças da pátria; todo o brilho que os bons patriotas, não os da pança, não os moços por serem visionários, não os velhos que exploram a visibilidade dos moços, mas o patriotismo de quem amando a família não pode compreender que possa haver felicidade onde não existe pátria digna, para quem tem honra e dignidade, e ver nesses filhos, nesse amanhã sublime e tão tardio, o renascimento dessa pátria abatida hoje?

Diz-me, leitor, o que sentirias na alma se visses, por teus próprios irmãos guiados, chegarem homens que se apoderassem da tua casa, e sentado em torno de tua lareira transformassem teus filhos em seus escravos, tuas filhas em suas concubinas; a ti, que protestarias, em cadáver; a tua esposa em serva, a tua mãe por velha atirassem à rua a morrer de fome?

Eu sei o que tu sentirias; eu sei que só em pensar se isso acontecesse, ao leres essas linhas, apesar de julgares-me um visionário, teus olhos, marejam lágrimas, como os meus ao escreve-las, porque tu és homem, tu tens alma, tu tens amor a família, e apenas disso esqueces por *política*.

Pois bem, leitor — tudo isto que escrevi, pode-

-se dar em um momento, quando um povo se avilta a ponto de outros povos virem apoderar-se de suas terras; tudo isso vai se dar no Brasil talvez em menos de um lustro se continuarem, como vão dirigindo os nossos destinos, os mesmos homens que roubaram a nossa fortuna, que nos encheram de dívidas e enquanto aguardam no estrangeiro nosso ouro, lançam impostos até sobre o pão que comemos, ou para sustentar no presente os partidários de que precisam ou para pagarem a dívida que, nos roubando, nos obrigaram a contrair.

Eu te direi porque, meu leitor.  
Doutor Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL, 12/02/1899 P 1

### Alerta XXII

Deixa por um momento, meu leitor, o teu otimismo, que sendo peculiar aos brasileiros, sempre desinteressados e confiantes, arrastou-nos a esse estado de presa entre as garras de poucos felinos; porque, quando se dizia — isto pode-se dar, isso talvez se dê, respondia-se — não! Floriano é patriota, Castilhos é honesto, isto é próprio das transições... Como se a vida tivesse transições; se a natureza desse saltos.

E o resultado do *patriotismo* e da *honestidade* aí está.

O Brasil agoniza, e nessa agonia os que o mataram ainda querem mutilá-lo.

Habituarão-se a mutilar cadáveres; mutilarem moribundos também para obrigá-los a alimentar-se com as para as carnes, como fizeram com aquele italiano, sem que quem a tal o obrigou fosse punido, ao contrário, teve acesso, na legalidade; agora querem mutilar a pátria, como sem reboço tem-se dito, Como General Telles denunciou, e por isso é hoje um mártir do seu amor do soldado à sua pátria, o que nos faz supor que o senhor Campos Sales, o presidente da república, é conivente nesse crime, obedecendo aos separatistas na punição que dele exigiram para quem podia ser ante- por a seus atos.

Talvez que o senhor Murinho pense em reviver a sua república transatlântica, que mesmo sem guerra custou-nos os maiores sacrifícios e profundos golpes como o naufrágio do *Solimões*.

Entretanto, perguntamos: uma separação do Rio Grande aproveita aos rio-grandense?

Não, por certo.

O senhor Castilhos sabe disso.

Sabe que uma guerra civil no Rio Grande aniquilará por completo a campanha, e os nacionais em vida e bens.

O resto será para indenização a estrangeiros.

Extinta a raça dos gaúchos, pela morte ou pela miséria, raça que serviu de chapa ao senhor Júlio

de Castilhos na sua propaganda e na suas ameaças a Deodoro e Floriano, e que hoje odeia e detesta a ponto de desejar sua extinção, como demonstrado por seus atos e palavras, até quando ela se batia por si, ou provocada por si, denominou-a de bárbaros taladores dos campos enquanto os estrangeiros lhe ajudavam a construir (!!...)

Cínico...

Assim, enquanto o senhor Castilhos provocando a guerra civil arruinará por completo a raça brasileira no Rio Grande e os estrangeiros ocuparão suas terras, e esse pedaço do Brasil passará a ser uma colônia estrangeira e nada mais.

O senhor Castilhos e os seus viverão então na Europa perfeitamente, porque são ricos, tem dinheiro reserva para isso!

Mas, quando assim não fosse, não está aqui a dois passos de nós o estado Oriental com suas eternas revoluções desde seu começo?

Separou-se do Brasil porque naquele tempo era natural, e a língua e costumes muito diferiam da dos brasileiros, o que não se dá com o Rio Grande, conquanto queiram dizê-lo, por serem tão ignorantes que nem conhecem os costumes dos diversos estados. E, sobretudo, os costumes simples.

Os outros brasileiros diferem dos rio-grandenses, como os habitantes das margens dos rios diferem dos da campanha, e o da campanha dos da Serra, apenas.

Mas, se não fosse o Brasil, a República Oriental não era hoje uma província Argentina?

Porque foi a guerra com Rosas e Oribe?

Mas, naquele tempo, o Brasil era o Brasil; hoje o Brasil é o bagaço de um fruto de que as raposas chuparam todo o suco.

Falar-se em separar o Rio Grande é o mesmo que dizer: entregue-se ao estrangeiro, que nos dará por feitor o senhor Júlio de Castilhos, como a Turquia dava a Grécia eunucos negros para governá-la.

Somente os loucos epiléticos que, fingindo zelar, destroem; os perversos, sem classificação, podem tal querer, ou esses pobres de espírito que não calculam nas consequências dos fatos por mais que a evidência entre pelos olhos.

Cautela, rio-grandenses.

Ides ser vítimas de guerras civis, e vossos filhos serão escravos dos nossos vizinhos hispano-americanos.

E vós, brasileiros, que nessas Repúblicas sois respeitados, vereis depois qual é a sorte dos homens que não tem uma nacionalidade forte para defendê-los.

Qual foi a sorte dos polacos na Europa, e dos albaneses, no domínio da Turquia sobre a Grécia?

Fica escrito.

Realizem-se os fatos e direis depois se não fui um vidente.

Doutor Ângelo Dourado

---

## **ECO DO SUL, 14/02/1899 P 1**

### **ALERTA XXIII**

Motivos pessoais obrigaram-nos, contra nossos hábitos a dar uma resposta, única, a tudo que contra nós tem escrito os serviçais do senhor Júlio de Castilhos, pagos com o dinheiro do povo; motivos de incalculável importância, como seja a nova questão militar, nascida de uma ofensa direta e gratuita a pessoa de um general que na república se tornara benemérito, e o afã com que se tem procurado enodoar-lhe a farda e do golpe de misericórdia no que ainda se chama exército brasileiro, nos obriga a modificar o plano que havíamos traçado para esses artigos.

Lembremo-nos, apenas, de que a questão militar, que originou a queda da monarquia, nasceu por ter um deputado censurado da tribuna do parlamento a um oficial do exército, e o ministro da guerra imediatamente não lhe ter, como devia, tomado a defesa, ou ao menos dito ao deputado que segundo a organização do exército, não podendo o militar defender-se, o caminho para tais acusações devia ser outro desde que a falta não incorria em ofensa ao poder público, nem a indivíduos que precisassem ter a opinião pública por testemunha.

Na Grécia isso era permitido. Qualquer homem, mesmo os que estavam em armas sob as ordens de general por de um estrategista, podia formular suas acusações na Ágora e o povo resolveria punindo o acusado, quase sempre, se ele não tivesse uma eloquência de Péricles para defender-se e a sua fortuna para embelezar Atenas.

É bom que se saiba; naquele tempo um homem para ser chefe de um povo gastava durante seu governo a sua fortuna particular.

Péricles, um dos vultos que mais projetaram na história da Grécia, quando o inimigo talava o território e os seus habitantes fugiam reduzidos à miséria, dava suas terras ao Estado para dividi-las por aqueles a que a guerra acabava de empobrecer.

Uma vez, ele pretendeu empregar o dinheiro público no embelezamento de Atenas, que era ao mesmo tempo sua fortificação.

O povo protestou; Péricles queria tornar formosa a cidade, para obedecer aos desejos de sua amante Aspásia; diziam.

— Pois bem, respondeu Péricles da tribuna de onde fizera a proposta, e aonde ouviu as contestações. Permitam que eu faça esses melhoramentos à minha custa, mas que escreva em chapa de bronze: “foi Péricles quem a sua custa fez isso para a cidade de Atenas.”

— Não, não, bradou a multidão; é preferível que

se gaste todo o dinheiro, a dizer que o povo ateniense precisou dos favores de um homem, nem mesmo que dependesse só dele.

Isto foi há três mil anos; depois disso o mundo cresceu muito, e hoje, ao menos para nós brasileiros, está demasiadamente crescido em ordem e progressos, nos vastos moldes capazes de conter todas as infâmias e não se encherem.

Se, porém, o político tinha direito de empobrecer-se em favor da pátria, a menor acusação de concussão ou suborno, perdia-o. Prova-o a sorte do grande Demóstenes, no negócio Harpalo, quando foi preciso a Esquino fazer calar sua boca para entregar a Grécia para sempre à Macedônia.

Hoje recebe-se palacetes, etc, etc, etc. comprado enquanto se é dono do tesouro público; e apenas no meio de tudo isso surge o processo Parobé, que num ato mostrou ser o homem mais honrado que tem aparecido nesta província dos descabros da república, da moral e dos caracteres dos Catões agiotas e assassinos.

Roma, na república, seguiu o mesmo sistema. Também, em Roma, era o povo que nomeava o seu cônsul, terminando o seu tempo voltava a ser cidadão, e portanto soldado às ordens, muitas vezes, do que ontem fora seu soldado.

Isto veio terminar com Júlio César, que acusado defendia-se falando a seus soldados; mas já o espírito público estava tão aviltado que Júlio César quando queria insultar aos seus soldados, e acordar-lhes o espírito em seu favor, chamava-os de cidadãos; e as legiões respondiam furiosas: leve-nos à morte, mas não nos insultes.

Era então em sinal de reconciliação ele os chamava camaradas.

Só na hora da batalha chamava-os soldados.

Nas modernas organizações, em que a tática militar exige estudos especiais, a disciplina não permite que o militar discuta em questões pessoais, e por isso nasceu o célebre aviso de censura que motivou a transformação do país, em forma de governo, em modo de fazer fortunas; e até no direito de ser senhor de tudo, até das vidas e fortuna do povo.

Doutor Ângelo Dourado.

---

## **ECO DO SUL, 17/02/1899 P 1**

### **ALERTA XXIV**

Se ao militar não era permitido, sob pena de indisciplina, discutir pela imprensa, ao deputado que devia ser o maior zelador dessa disciplina, não era permitido censurar a quem não lhe podia responder; e não era nobre, nem digno encastelar-se nas suas imunidades para profligar, em um indivíduo, erros

que eram originados do defeito de organização dos corpos especiais que ele podia fazer cessar apresentando um projeto regularizador; e então, sim, para justificar esse projeto, poderia referir o fato sem contudo trazer em evidência o oficial.

Somente quando um oficial comete faltas que ofendem publicamente os interesses sociais pode seu nome ser levado a imprensa.

Quando, porém, o militar filia-se a facções políticas; luta por partidos; defende homens que um partido acusa como causador dos males públicos, esse militar perde as prerrogativas que a lei lhe confere, e sua pessoa e caráter podem ser discutidos como os de qualquer homem, e com mais severidade ainda, porque aquele militar que veste uma farda em que a nação teceu seus preceitos de honra, que recebe soldo para defendê-la, e por isso em tempo de paz deve ser cercado de todas as garantias e conforto para ter a inteireza de caráter que é indispensável a um militar, cujas vestes brilhantes chama para si atenções e simpatias; que conta, e deve contar, que a família será amparada depois de sua morte, e envolve-se nas questões partidárias; faz ostentação de auxiliar, por meio de armas, aqueles que são do seu partido; e alguns que não tendo a compreensão da gravidade do seu papel, na sociedade e na pátria, vem louvar atos, prometer continuá-los, quando a nação em sua maioria os reprova, ou mesmo em minoria, esse oficial deixa de ser militar para ser um homem como outro qualquer, e jamais deveria invocar o seu ofício para fazer calar a boca que o acusa; esquecendo-se que, se um homem escuda-se no espírito de uma classe, ou nas forcas que com o dinheiro público se sustenta para fazer calar a boca que o deve acusar, por faltas que lhe doem, esse homem tem perdido todos os predicados que exigem o preceito público, e se é um militar lavra para si o título do covarde, que num militar é infamante.

Tem ofensas pessoais? Dispa a farda, sem aparato, e como homem vingue-se, sujeito às consequências de seu ato; se a ofensa é coletiva, tem na lei o meio de vingá-la.

Tenho um filho que, conquanto muito jovem, é já militar, há dois anos, e outro que este ano vai seguir a mesma carreira, e todos, cinco que tenho, se me ouvirem seguirão a mesma carreira.

O futuro que nos espera, preparado por esse presente sórdido, que nos deram, será de lutas mortais.

Ainda ontem, ao almoço, falava eu sobre essas negras apreensões, e a luta que teremos para não sermos subjugados por outros povos, sem defesa como estamos, e sem que os nossos políticos pensem nisso um momento; meu filho disse-me com linguagem calma que indica uma resolução: "faremos nós esses muros de defesa, e saberemos lutar até a morte."

— Sim, respondi-lhe; não serias meu filho se so-

brevivesses à honra de tua pátria, bem como todos os seus irmãos.

E os olhos de minha mulher umideceram-se ao ouvir essas palavras; e os olhos de todos, até do pequeno de quem me separei, em terra estrangeira, onde ele contava apenas oito dias de nascido, para lutar contra a tirania que prometia desonrar o Brasil desonrando o Rio Grande, eu senti que brilhava essa chama do amor da pátria que vem da combustão da alma. É portanto para meus filhos que escrevi estas linhas acima, que servirão para guiá-los no seu nobre, mas penoso papel de soldado do exército, em relação à sua pátria, e ao seu povo; ao povo que os há de sustentar, para defendê-lo e não para matá-lo.

Doutor Ângelo Dourado.

---

**ECO DO SUL, 19/02/1899 P1-2**

### **ALERTA XXV**

Mas, se um militar é censurado, e, portanto, ofendido publicamente, como poderá calar-se deixando assim que a censura se justifique, e portanto se propague ao exército a que ele pertence, porque a censura foi feira, não ao homem, mas ao funcionário?

E se essa censura foi feita por um deputado, por uma autoridade, e ninguém lhe defende, ou por não poder ou por não prejudicar as conveniências políticas de partido, e pune ainda ou por meio de censura militar ou por meio de prisão correcional, não é dizer ao militar que ele tem superiores hierárquicos em todo o mundo, desde o fiscal do mercado até ao chefe da nação; gente que ele não conhece, porque como militar só obedece a lei, que se é severa na disciplina que impõe, para ser respeitada deve ser previdente até no afastar-lhe do caminho o menor embaraço que lhe faça desviar do seu caminho; ou sujar-lhe as calças brancas que só no serviço da pátria podem sê-lo sem se afearem?

Foi isto que provocou a questão militar nos últimos dias da segunda fase da nação brasileira.

O aviso-censura do ministro, que não defendera ao militar ofendido, prevalecia conquanto o ministro já se tivesse retirado da pasta.

Não era uma questão de pessoa, era uma questão de princípios que não permitia a permanência do precedente.

Infelizmente, ela tornou-se uma questão de classe que a desvirtuou no acordar de simpatias e antipatias, que privaram ao governo do Barão do Cotegipe, de profética memória, procurar a solução honrosa para o conflito sem quebra e arranhões do representante do poder público e dos seus defensores, o exército.

Eu tive ocasião, naquela época, de conversar com o marechal Deodoro, em Vila Isabel, em casa de D.

Júlia de Alencastro Autran, minha parente afine, e prima da mulher do marechal.

Nessa conversa, conheci que o seu fito único era salvar a honra do exército ofendida em um de seus membros.

Nada tinha ele com a pessoa do oficial censurado; mas tinha-o com o pundonor da classe; e eu ouvi-lhe esta frase:

— Acabe-se com o brio do exército e ele será igual aos negros dos engenhos.

(Licença para um parênteses).

Deodoro dava-me as maiores provas de estima pessoal e apreço; por seu próprio punho deu-me cartas de recomendação para o Rio Grande sem eu as pedir, e que delas apenas entreguei uma ao Dr. Domingos dos Santos, por me ter visitado antes de recebê-la.

Proclamada a república, recebi carta do Rio em que me dizia que Deodoro perguntava por mim, e porque não ia ao Rio.

Amigo dele, e mesmo sabendo disso nunca lhe escrevi uma carta nem passei um telegrama, nem mesmo quando intendente de Bagé, inaugurei ali as armas da república; quanta ilusão! E o retrato dele; mas comecei a duvidar de sua obra no dia em que ele aceitou o título de generalíssimo e me coloquei em franca oposição quando não teve forças para se opor à exploração do exército no interesse político como se deu com a guarnição e escola de Porto Alegre na deposição do Dr. Tavares, início e origem de todos os desastres da república.

Eu não tinha então relações de natureza alguma com o Dr. Tavares.

Minha oposição ao meu amigo, e contraparente, foi bem franca em uma série de artigos que sob o título de — Cromwell, publiquei na *União Nacional* de Bagé.

Portanto, eu poderia ser um rico na república, “comme eles autres”, se o mjndo, a pátria, a dignidade e o futuro para mim consistisse no princípio adotado no Brasil — **a pança**.

Hoje, que Deodoro está morto e esquecido, posso falar sobre ele como homem, sem que fira os meus princípios.

Um morto que não serve de instrumento para o negocio dos vivos em nada pode aproveitar a um proscrito em sua própria pátria.

Deodoro era honesto e patriota.

A ideia de república, e traição ao imperador nunca passou pela sua mente,

Na expedição a Mato Grosso, com aquele corpo do exército e os cofres cheios de dinheiro que levava, houve quem apreciando somente aquele presente atuante lhe lembrasse de fazer de Mato Grosso uma república como o Paraguai de que ele seria o chefe perpétuo; Deodoro recusou com tal energia tal as-

serto que o embrador da ideia teve sérios arrependimentos de tal ter dito.

Foi a força das circunstâncias que levaram ao ato de 15 de Novembro.

Fosse ele vivo, e vendo as desgraças de sua pátria, já teria procurado remediar seu erro.

Doutor Ângelo Dourado.

---

## ECO DO SUL, 22/02/1899 P 1

### ALERTA XXVI

Não cabe, aqui, segundo a natureza e fim destes artigos, indagar das causas remotas ou próximas que originaram o proceder dos coronéis Madureira e Matos, causa imediata da questão militar.

Convém, porém, dizer, ou antes repetir, porque mais de uma vez o temos dito em diversas ocasiões, que o Visconde de Pelotas era inimigo pessoal do general Deodoro; que este era filiado ao Partido Conservador, a ponto de ocupar um cargo de confiança política na situação dominante então, que abandonou para não ser julgado indigno da farda que vestia, em face do caráter que tomava a questão, apesar da estima que lhe votava o chefe conservador, que já previa nele o sucessor de Caxias como lhe escrevia; era senador eleito por esse partido; fora ministro e era o herdeiro político do Conde de Porto Alegre e Osório.

Entretanto, nem as opiniões políticas, que servem para justificar tantas infâmias; nem as amizades pessoais aos pró-homens dos partidos; nem a inimizade pessoal entre os dois grandes soldados, que faz sepultar os deveres da honra no monturo do prazer de ver o inimigo sofrer, conquanto esse sofrimento ofenda-lhe moralmente e lhe ameace pelo mesmo motivo, então justificado, conseguiram separar em ideias aqueles dois velhos servidores da pátria nas suas lutas cruentas; e Deodoro, e Pelotas resolutamente, sem intervenção de terceiro, caminharam um para o outro, apenas se avistaram, e se abraçaram!

Estava sagrada a causa que defendiam; o exército ofendido ergueu-se altivo; ia ter a reparação da ofensa; ia mostrar que a honra do exército de uma nação é como a da mulher de César, não pode nem deve ser suspeitada.

E tinham razão.

O Exército não era político; o exército era a síntese da dignidade da Pátria como era a síntese de todas as classes e de todas as raças; e quando um exército é o que ele era, uma ofensa que lhe empane o brio se propala à pátria inteira.

Foi por isso, e não pelo interesse das facções ou coletividades que apesar da magna questão que agitava o país, a abolição da escravidão, todos voltaram

atenção para questão militar.

Eu, no Rio de Janeiro, frequentava lugares onde se achavam as sumidades políticas de ambos os partidos; e ouvi-os.

Nunca ouvi falar nas vantagens que poderia vir a este partido e a desvantagem aquele.

Apenas tinha-se esse olhar abrangedor com que se estuda num golpe de vista o que pode sobrevir, e qual o meio honesto e humano de preveni-lo.

Um dia, eu vi entrar para o Senado, doente, alquebrado, O Visconde de Pelotas, que dificilmente caminhava apoiado ao braço de seu filho Felipe.

De uma das tribunais assisti a sessão.

O Barão de Cotegipe, com aquele tino político que lhe era peculiar, falava, e querendo atenuar o sombrio da questão, referiu-se a pouca importância do motivo dela, com ar de riso.

Pelotas, com esforço, levantou-se e disse, no meio de todos aqueles velhos senadores que ainda lembravam a respeitabilidade de uma nação:

— Não ria-se; não ria-se; está tratando de assunto que interessa ao exército brasileiro!...

Eu senti arrepiarem-se os cabelos de minhas carnes ouvindo aquelas poucas palavras, e um silêncio que por um momento reinou no recinto deu a meus olhos alguma coisa de majestade àquela assembleia; só depois o silêncio foi interrompido pela voz de Taunay, o soldado poeta que, há pouco, deixou de contemplar as desgraças de sua Pátria; desta Pátria que ele defendeu com a vida, que ele nobilitou com o seu talento, com o fogo da sua alma de patriota, entregue depois a insensibilidade dos mercadores de trastes velhos, dos agiotas e bobos alegres.

Com próximos artigos concluiremos o paralelo que buscamos estabelecer, esta série de predicções no deserto, bem longa e bem inútil, escrita apenas em satisfação à nossa energia íntima, e a nossa consciência.

Os movimentos convulsivos dos cadáveres galvanizados são fugazes, e nesse movimento seria possível obter o que se chama consciência pública nesta república dos “espertos”.

Doutor Ângelo Dourado.

---

**ECO DO SUL, 23/02/1899 P 1**

### **ALERTA XXVII**

Nos entrelinhados do *Jornal do Comércio*, do Rio, vem um artigo, sistema morcego, onde parece lamentar-se o General Telles, ao mesmo tempo que o crimina, e trabalhando pela causa castilhista, taxa de funestos os hábitos do senhor Júlio de Castilhos.

Dir-se-ia que o autor acabava de sair da mesa do almoço do senhor Pinheiro Machado; e expurgara

para escrever o que em palestra ouviu apenas a injúria com que ele se refere agora ao General Telles e o desprezo que sempre tratava da pessoa do senhor Júlio de Castilhos que, a dar-se crédito ao que se diz no Rio, diz ele ser um trambolho do seu partido, que por ambição tem afastado todos os que tem merecimento histórico; que muito lhe tem custado aplinar dificuldades, e até conter ânimos que se revoltam vendo o senhor Castilhos procurar o que há de mais reles para formar um grupo de sua elite, etc.

Nesse escrito acusa-se ao General Telles de ser partidário e aconselha-o a fugir da política; como prova de seu partidarismo apresenta-se o ter sido seu nome lembrado para presidente do estado.

É esse acerto que nos obriga a fazermos esta referência aquele escrito.

O nome do general Telles, lembrado para presidente do estado, não o foi por interesse partidário.

Quem escreve estas linhas foi talvez o primeiro que de tal lembrou-se e aconselhou os amigos para lentamente ir fazendo vigorar a ideia.

Era política; tudo que melhorara ou promete melhorar a sorte de um povo é política, mas não era a política de partido, era a política da humanidade para esse infeliz Rio Grande do Sul.

O senhor Carlos Telles fora o inimigo mais prejudicial que se apresentou diante de nós em campanha.

Foi sua bravura e resistência que deu um golpe mortal na revolução, no sítio de Bagé; sua energia e coragem, fazendo marcha ao mesmo tempo que consertava estradas de ferro para se opor a tomada do Rio Grande. Ora se qualquer desses casos tivesse sido favorável à revolução, o senhor Castilhos teria tido o seu Monte Cazeros; é portanto a General Telles que senhor Castilhos deve o que ainda é; isto é, ser senhor do Rio Grande.

Devia-se, portanto, calcular o grau de estima que lhe votaria o senhor Castilhos.

Quando depois da pacificação fui a serviço à casa do Coronel Carlos Telles, falar sobre o desarmamento, na sua sala de jantar, onde teve lugar a nossa conferência, amistosamente, a tomarmos mate, ele censurou a revolução, e fez elogios ao senhor Júlio de Castilhos, justificando a revolução, minhas últimas palavras foram:

— Oxalá que muito breve o senhor Coronel, como todos que nos foram ofensos sem crueldades, não tenha de sentir o que é o senhor Júlio de Castilhos que não se importará de matar o mundo inteiro no seu interesse...

— É porque o senhor não o conhece, que o julga assim, respondeu-me.

A ida do coronel Telles à sua fazenda, por Porto Alegre, o senhor Castilhos foi, em pessoa, com bandas de música recebê-lo.

Portanto, lembrar o nome do senhor Coronel Te-



lles para presidente do estado, devia-se supor que seria o motivo de prazer para o senhor Castilhos que procura galardoar todos os bons servidores da república, e que devia sentir a alma transbordar-lhe de gratidão só ao lembrar-se do nome do senhor General Telles; pro nosso lado teríamos o que desejávamos.

O senhor Telles não consentiria na continuação desse martírio a que foi submetido o povo rio-grandense, que, mesmo a partir dos que obedecem ao senhor Júlio de Castilhos, é preciso estudar-lhe diariamente os gestos e as feições para saber o que lhe vai lá pelo pensamento, qual a sua idiossincrasia momentânea para executar ou ao menos não contrariar, sob pena dos maiores castigos; de cair em desgraça, e irem à cadeia ou ao mato.

Era este o único fim que teve-se em mente lembrando nome do senhor Carlos Telles para presidente do estado.

Era amigo do senhor Júlio de Castilhos; tinha serviços reais; não seria um instrumento seu no aviltamento do Rio Grande.

Era, portanto, uma candidatura misericordiosa.

Um templo de asilo para os infelizes rio-grandenses condenados ao extermínio, lento, mas constante.

Mas, nos enganamos.

Pensávamos na gratidão do senhor Castilhos, e o senhor Castilhos só é grato a si mesmo, quando contempla seus atos.

Só teve um fim aquela lembrança; mostrar como ele trata os homens, que o servem, mas que não são executores de suas vontades especiais, nos momentos de crise.

E, graças a Deus, o senhor Telles veio formar na linha dos que tanto são injuriados, xingados, a ponto de se tornarem beneméritos.

Doutor Ângelo Dourado

---

## **ECO DO SUL, 24/02/1899 P1**

### **ALERTA XXVIII**

A lembrança do nome do senhor General Telles para presidente do estado teve outras vantagens de utilidade pública.

O senhor Castilhos conhecia a ação que exerce na alma indígena essas honrarias, porque sabe que fazendo um indivíduo deputado tem nele um instrumento seu, a ponto de ser cumprimentado por eles, por ocasião dos cumprimentos em massa, mesmo depois de insultar a membros proeminentes da classe, como se deu depois da leitura da mensagem insultuosa ao General Carlos Telles, acusação ferina no Senado sem que ao menos o marechal senador pedisse que modificasse a linguagem visto que se

tratava de um militar de alta patente que ali não estava para defender-se.

Outros militares que por lá flanejam do Senado à câmara, também nada disseram.

Uma defesa deles, imediata, poderia ter sufocado este conflito que nada foi além de uma página de vergonha para a desditosa república brasileira.

Era o senhor Pinheiro Machado quem acusava; era o protetor do senhor Júlio de Castilhos, portanto, o padraço da república, quem falava; contestar seria ofender a própria república, que tem na linguagem do castilhismo seu padrão de glórias, sua pureza de Catão, sua simplicidade de Cincinnatus.

Só uma vez saiu-se mal nesse sistema o senhor Castilhos: foi quando o Marechal Floriano mandou dirigir as coisas da guerra civil que provocara no Rio Grande o senhor General João Telles.

Antes de chegar ele ao Rio Grande já estava eleito deputado; mandou-se um resignar; marcou-se de afogadilho o prazo para eleição, e mandaram o diploma ao General João Telles.

Julgaram-no assim um instrumento; mas naquele soldado da pátria e não do senhor Castilhos pulsava um coração brasileiro.

Não ganhara seus bordados senão lentamente, lutando muito contra os inimigos da pátria; não podia manchá-los na matança premeditada do povo que nascera na mesma terra que sua excelência, para dar forças para um homem, para criar um partido sui generis, como nós sentíamos, como dizíamos, como o senhor general Galvão conheceu e confirmou tudo que dissemos antes.

O senhor general João Telles doeu-se de ver a injustiça.

Soldado, ele sabia o que vale o amor à pátria, nos que a constituem, nas horas de perigo; e sabia que as guerras civis provocadas pela injustiça, pela crueldade, com o fim de enriquecer os outros, de dar a eles poder e força, mata esse amor natural, porque a pátria ideal que se perpetua na memória das gerações como o asilo de tempos bons, dias felizes; refúgio das esperanças, no lugurio da saudade; mas quando a pátria não é senão o cepo de suplício para uns, a cadeia da escravidão; enquanto outros são os senhores; são os gozadores de todos os proventos do trabalho alheio; são castigados por eles; até a condenação à morte, dos que se revoltam contra o latrocínio em nome da lei, e fogem, por isso, ou recebem a morte legal, esse amor da pátria esmorece, e o homem só procura quem venha dar um pouco de descanso, seja Menelik ou o Xá da Pérsia, o diabo mesmo; mas que não seja isto que aí esta que o arrancou de sua vida pacífica, do seu labor modesto, da tranquilidade do seu lar, da abastança do pão para a família, e vê tudo sombrio; provocações, insultos por toda a parte; roubos, assassinatos, conspirações a toda hora,

e o país servindo apenas de rês para o banquete de Gargantua.

O senhor general Telles previu isto.

Previu que o senhor Castilhos para poder crescer e viver mataria o Rio Grande.

Viu que aqueles crimes cometidos pela legalidade plantariam um eterno ódio entre os rio-grandenses e a sua raça; a raça gaúcha extinguiria devorada pela insaciabilidade do senhor Júlio de Castilhos.

Foi por isso que ele foi franco.

Homem de boa fé, ele julgava que quem o mandava estava iludido! Que agia por não saber o que por cá ia.

Avisou-lhe. Desprezou o diploma de deputado, mas salvou a honra que era a sua glória.

Pobre! Foi punido.

Falar de crime e criminosos nesta república é conspirar contra as instituições.

Foi mandado colocar-se num ponto que não competia a um general cujos bordados serviam de alvo.

Foi melhor assim do que mandar-lhe fazer faxina na casa da detenção.

Doutor Ângelo Dourado

---

## **ECO DO SUL, 28/02/1899 P1**

### **ALERTA XXIX**

A explosão dos ódios castilhistas contra o General Carlos Telles, que até então era um benemérito, chegando ao insulto direto oficial, veio demonstrar que o exército vive e tem vivido na maior ilusão em relação ao apreço que lhe mostram os políticos, capazes de fazer ou mandar fazer buquês para presentear a Airone do camarote presidencial quando precisavam da inocência ditatorial do senhor Cândido Costa, de insultar aos senhores Pelotas, Galvão e Cantuária, e tantos outros quando não lhe obedecem os manejos, e exigir a prisão e a destituição do senhor Carlos Telles quando os rio-grandenses procuram dar provas de gratidão por não ter obedecido as ordens de extermínio, pela degola de prisioneiros.

O Exército, proclamando a república ou a aceitando-a, teve o elogio à boca cheia de todos os estômagos famintos que viam nele o grande garfo com que haviam de tirar das marmitas as viandas que o povo ali ia levar.

Hoje já nem se fala nele senão como indisciplinado, que é preciso ser extinto pela brigada estadual cujo único fim, no dizer de amigos do governo, é desmoralizá-lo, e não eternizar ao senhor Castilhos que dela não precisa por ter a seu favor a grande maioria dos rio-grandense; e que se assim não fosse, e os rio-grandense se rebelassem pela benemérita lei que ontem fez anos, e que ninguém se lembra

por ser a maior ironia que até hoje foi apresentada a um povo em todo mundo, aí estaria o exército e o dinheiro público as ordens dele como sempre esteve.

Para serem agradáveis ao exército, fizeram deputados e senadores oficiais; presidentes de estado até rapazolas que não haviam atingido a idade que a lei exige para ter senso comum.

Dizia-se que assim era preciso para poderem as classes ter seus representantes nas deliberações porque até então, com exclusão deles, elas sofrem por não terem quem lhes defendesse.

Caxias, Osório, Câmara, no Senado onde a política moderava os embates fogosos dos moços da Câmara, não representavam a classe?

Não eram ali mais da nação do que dos partidos?

Não eram respeitados e até venerados por todos porque representavam um acúmulo de gloriosos serviços na pacificação interna e na desforra externa?

Caxias não era conservador e não foi mandado como general em chefe para o Paraguai?

No momento em que, cansado, ou doente, quis voltar, depois de algumas observações em correspondência reservada o gabinete liberal julgando que talvez se estivesse dando por ele conservador e o gabinete liberal, quis dar sua demissão para não privar o país do serviço de tal cabo de guerra, a que o imperador se opôs porque se tal sucedesse a política seria prejudicial à pátria matando o patriotismo e acordando o espírito de facções nos seus momentos cruéis; E porque se Caxias por ser conservador não queria servir com um gabinete liberal, Osório, Porto Alegre, Triunfo, não quereriam servir com um conservador!...

Felizmente o motivo não foi esse.

Se fosse, desde então teríamos visto isto que aí se vê hoje: governo demitindo, processando, prendendo um general por interesse do senhor Castilhos, porque os federalistas perseguidos, assassinados, ameaçados diariamente de hecatombes medonhas, ou de assassinatos, se falam, se ousam falar, encontraram nele em Bagé um refúgio, e alto proclamaram esse caridoso asilo, esse território neutro nos domínios do senhor Castilhos; e o que é mais vergonhoso, depois dessa ofensa ao brio, à dignidade de um valente soldado, cancela processos, põe-no em liberdade por seus serviços passados.

Quem seria a alma caridosa que foi dizer ao governo que tais serviços existiam, porque ele não os conhecia, a ponto de ter chegado a tal energia?

Doutor Ângelo Dourado

---

**ALERTA XXX**

Os militares que foram nomeados deputados ou senadores, não existindo no Brasil um partido militar, foram mais prejudiciais a classe do que útil a si em relação a suntuosidade.

Para serem designados tiveram de se sujeitar aos ditames do chefe designador, até o ponto das transformações imediatas.

Numa circular ou manifesto dos representantes do senhor Júlio de Castilhos, onde se dizia: “nós os propagandistas da república, etc, etc”, assinava-se também o senhor Marechal Frota.

Que o Marechal, como todos os velhos militares, tivesse aceitado a república depois do fato consumado, para não derramar sangue, para alterar a paz da família brasileira, que aceitou confiante e festejou-a como o povo dos Incas festejava a chegada dos espanhóis de Cortez, era natural; que o senhor Marechal visse depois que a república é muito melhor do que a monarquia, que promete mais glória, mais brilho, mais grandezas, mais civilização, mais progresso para a pátria, único ponto de convergência do ideal do soldado que só a ela pertence, compreende-se, e justifica-se porque o homem modifica suas ideias em presença dos fatos, na previsão da resultante desses fatos.

Seria uma prova de loucura, a fixação de ideias prióricas, se em face de um resultado bom se continuasse julgar má a causa desse resultado; para assim ter julgado antes, como em face de resultado mau julgar boa a causa, pela mesma razão, indicaria apenas falta de critério; mas negar tudo que fora e dissera, e subscrever o que ontem combatia, não como vencido ou como convencido tendo sido paladino a favor, é um perigo social de desastrosos efeitos na educação dos moços que precisam de exemplos e não de palavras; de justiça e não de favores; de estímulos nobres, seja qual for a crença ou religião que estão filiados, e não descrenças em presença dos fatos e dos atos.

Os políticos, então, vendo no exército o único fator da república, procuravam crescer à sombra dele, e para isso trataram de ganhar-lhes as boas graças.

O exército foi generoso, ou antes, mostrou que não queria sair de seus quartéis.

Muitos militares, como Argolo então, negaram absolutamente seu nome para as lutas políticas; mas assim não ia bem.

Eram precisos militares para representar a classe; defendê-la, quer em relação ao todo quer a indivíduos: para promover, indicar os melhoramentos necessários a ela; no bem estar material e moral do soldado, se não fosse perturbado senão pelas agruras

da profissão.

O que se deu, porém? O que temos visto e o que estamos vendo.

Os militares designados só o eram para chamar adeptos no exército para o partido a que pertenciam.

Por meio deles o chefe contava com apoio para seus interesses, mas no momento em que a classe fosse ofendida esses mesmos deviam-se silenciar para não irem contra o chefe ou os interesses do seu partido.

Foi daí que nasceu esse golpear constante no exército.

Se uma vítima, um sofredor, que foi rico e a guerra civil empobreceu; trabalhava e vivia na abundância querendo ir poder educar os filhos viu-se por ela privado de tudo, lamenta, e buscando a causa desses sofrimentos, dessa miséria, desse desânimo sobre o futuro, dessa necessidade de trabalhar muito para poder hoje comprar o que apenas cobra a nudez de um filho, quando antigamente esse mesmo trabalho bastava pra todos os confortos, e vai encontrar na causa de tudo isso na união danificadora do presente e destruidora infalível da pátria no futuro próximo, do senhor Marechal Floriano com o senhor Júlio de Castilhos, surgem ameaças; matam ou ameaçam matar; o clube se reúne para dizer que não se fala mais do grande Marechal, e, portanto, do senhor Castilhos que só vive porque ele fê-lo o viver; entretanto se, não há queixa; não há lamentação, mas o insulto para poder ser senhor somente de escravos, parte do Senhor Castilhos, o silêncio é absoluto, quando não são louvores que recebe.

Tal foi o efeito da política partidária no exército.

Doutor Ângelo Dourado

**ALERTA XXXI**

O senhor Júlio de Castilhos, que de suas crenças fazia meio de vida na propaganda como redator assalariado da *Federação*, enquanto os outros nem só levavam para ela o trabalho mental como o conforto material, muitos por isso empobrecendo, ou restringindo as despesas necessárias, ao se dizer que *isto* já era república apresentou-se como seu dono; como o herdeiro ausente que chegasse na fazenda de seus antepassados.

Não foi feliz como esperava, não se pode impor, mandar, distribuir para quem quisesse, guardar para si o que quisesse, como faz o estancieiro em sua estância; ao contrário, foi bem somenos a sua figura nos primeiros tempos, o que teria posto em risco a república se ele tivesse elementos para destruí-la.

Demétrio Ribeiro foi ministro; Assis Brasil era

acatado na ditadura, daí o seu rancor a ambos que depois se viu explodir com a intensidade do jato de um geiser de lama.

Mesmo em coisas comezinhas não teve influência bastante para fazer triunfar uma causa que advogasse, como aquela de Fanor Complido; como os tempos mudam! Ele pode depois transformar o Rio Grande em propriedade sua e dividir o povo em gado de criar e gado para matar.

Sua figura começou a projetar a sombra sinistra sobre a república no momento em que explorando a impetuosidade das crenças dos rapazes da Escola Militar reconheceu fraqueza ou desânimo em Deodoro que, sem dúvida, já previa os horrores que ameaçavam a pátria que ele pensou salvar em momento de sugestão; esta mesma mocidade da escola foi depois tão perseguida pelo senhor Castilhos que muitos daqueles que o elevaram preferiram abandonar a carreira a seguirem a humilhação; e essa mesma mocidade que foi a progenitora da grandeza do senhor Castilhos sofre hoje insultos até dos seus soldados municipais, e os que protestam contra esse insulto são punidos; faltava ao senhor Castilhos ser patricida, e o foi nesse ato com a Escola Militar.

Desde então, tornou-se o senhor Castilhos o morgadinho da república, com obediência de todos os seus caprichos, como as crianças malcriadas, filhos de pais ricos que não admite que se contrarie a vontade; mas, infelizmente, nem tudo ele teve dessas crenças que ordinariamente são generosas; ele teve esse espírito destruidor e mau das crianças mais epilépticas, que espancam os criados, insultam os pais, falam em morte e incêndio se eles as contrariam, enforcam os cães, capam os gatos, penduram-se pelos dentes, nas orelhas dos cavalos que não se querem deixar enfrenar e só deixam quando trazem na boca um pedaço em que seguravam, e se os peões falam arremessam-se contra eles; e se recebem o troco vão se queixar para fazê-los punir, isto é, tudo que faz uma criança de má índole como ainda hoje conta, à beira do fogão, o velho Felicíssimo Dorneles que foi peão de uma estância onde havia uma criança assim, o senhor Castilhos quis fazer no Brasil e tem feito.

Trata a todos os seus como servos, e aos adversários como criminosos.

Insultou impunemente o Marechal Floriano; dirigindo-lhe maior insulto se pode dirigir a um soldado — chamou de traidor da sua pátria; insultou ao general Galvão; ao general Cantuária, e a outros oficiais que seria longo enumerar.

Tudo saiu para ele bem; tudo lhe foi útil.

Agora chegou a vez do senhor general Carlos Telles, a quem deve o não triunfo material da revolução.

Não saiu-se bem; o senhor Carlos Telles sentiu o golpe da ingratidão e reagiu.

Ameaçando ao senhor Campos Sales, que só pode

contar com a boa vontade inglesa se não tiver alteração da paz, obrigou-o a esse triste papel de remover, demitir, processar, prender o senhor Carlos Telles, mas teve de recuar diante da justiça, como havemos de ver; o senhor Castilhos se enfureceu de novo, e enquanto passa telegramas anódinos ao senhor Campos Sales, faz o seu exército oferecer espadas de honra ao senhor Pinheiro Machado, gravando o nome de lugares onde foram degolados alguns maragatos que se achavam dispersos, ou retardatários separados de seus companheiros por um rio caudaloso; ou de onde fugiu do combate que se lhe oferecia, até deixando pelo caminho seus feridos.

Doutor Ângelo Dourado

---

**ECO DO SUL, 5/03/1899 P 1**

### **ALERTA XXXII**

Se os militares que esquecendo-se de que a farda de um soldado numa pátria digna, embora pobre, encerra tudo que de nobre e grandioso existe em relação à liberdade e independência, ao acharem pouco isso que a nação lhes dá em retribuição, lentamente é verdade, mas constantemente, entregam-se às facções políticas, descuidam-se, do que não é pouco, preparar-se para nas horas supremas saber libertar a pátria, compreendessem o perigo que os aguarda no futuro, e a todos, desde que no presente são um meio para a execução de planos alheios, certamente veriam que a missão muito mais nobre do soldado se antagoniza à missão dos políticos de partidos, e de sistemas.

A pátria é uma; as instituições que a regem são apenas o manto de agasalho que a veste.

Roto ele, ou tornado imprestável, é forçoso mudá-lo; a mudança de um manto não modifica a natureza do indivíduo, e é nesse indivíduo que precisa viver, e não o manto.

Obrigá-lo a conservar trapos, ou gaze bordado a ouro, quando o vento frio do inverno da miséria já lhe contrai as carnes, é obrigá-lo a morrer rapidamente por congelado ou lentamente pela gangrena que lhe vai esfacelando primeiro os membros extremos, depois todo o corpo.

A influência política do exército, as teorias utópicas, puras em alguns, mas industriosas hoje, nos espíritos que vão fazendo fortuna à custa dos bens alheios enquanto pregam viver para outrem, foram a causa do aparecimento prematuro da república no Brasil, sem que o povo pudesse mesmo compreender; o que a transformou nesse ente irritante e irritativo como os seres microcéfalos, que só tem o sono profundo ou as convulsões que os obrigam a romper entre os dentes e unhas as vestes e as próprias carnes

quando não encontram para destruir alguma coisa que não seja sua.

E o que nós vemos de tudo isso, só não veem os cegos, ou os espertos que mesmo nas carniças encontram alguma coisa que lhe dê meio de ganhar dinheiro.

Não houve quem, no Brasil, dando um viva à república não fosse capaz de governar um povo; desde que o senhor Campos Sales que hoje se banqueteia enquanto despede os operários e reduz o exército e não reconstrói a armada, para pagar a dívida ou a diferença de câmbio que surgiram do favoritismo do marechal Floriano para o senhor Júlio de Castilhos, até o analfabeto de maus costumes que o interesse de partido coloca à frente dos municípios.

São eles que fazem as leis, são eles que as executam; e o que mais é, essas leis e suas execuções devem dar-lhes o bem-estar no presente e as reservas para o futuro: e eles com pouco não se satisfazem.

Afora as poucas excessões, todos eles que entram pobres para o governo saem ricos.

Uma convenção, que ordenasse o inventário da maioria deles veria como é fácil ser rico sendo governo; e saberia a razão porque é que vamos ficar sem nada do que a previsão nos obrigava a construir, um empréstimo futuro, como dizia o conselheiro Saraiva; e que construímos com perseverança sem que os operários se enriquecessem como hoje enriquecem; hoje não, ontem, porque já não podem tirar sem ordem de Rothschild, quem apenas passava pela administração de um qualquer emprego onde os Vieiras podiam se encarregar de auxiliar a matança de pobres brasileiros.

Até o arsenal de marinha do Rio de Janeiro vai ser vendido; tudo será vendido, porque já foi a honra do Brasil.

Só não se venderá o Catete, que por ostentação foi comprado.

As prostitutas vendem o corpo, arrastam a alma ao lodo, prestam-se a toda abjeção que as almas devassas exigem; umas buscam sempre sedas e veludos, carmins e perfumes, ricas mobílias, carros tirados por cavalos de raça; o luxo que ofusque e chame; que lhe busque amantes.

O Catete que foi o causo do descaramento do senhor Manuel Vitorino até o ponto de tratar do *negócio* com o Deocleciano Martir e ser amigo do senhor Júlio de Castilhos não será vendido.

As estradas, os arsenais, os quartéis sim, ainda mesmo que seja o povo quem o faça, como agora mesmo em Dom Pedrito; tudo será vendido, menos o Catete.

O senhor Campos Sales precisa dele para dar banquete aos seus amigos.

Doutor Ângelo Dourado.

**ECO DO SUL, 7/03/1899 P 1**

### **ALERTA XXXIII**

Seguindo-se o exemplo que se tem estabelecido no Rio Grande, nenhum militar poderá ser o que o dever prescreve se esse dever irrita ao senhor Júlio de Castilhos ou se opõe aos seus planos.

Já falamos a respeito da questão militar na monarquia; apenas a esse tempo nos referiremos que foi considerado motivo de ofensa ao brio do exército pelos mesmos jornais que hoje xingam ao senhor general Carlos Telles, o haver o Visconde de Ouro Preto, presidente do Tesouro, ministro da fazenda e presidente do Conselho, censurado ao comandante da Guarda do tesouro por não estar no seu posto, e por isso não achou um oficial que, por sua ordem, reduzisse à prisão oficial que nem só faltara ao cumprimento do dever como desconhecera a autoridade do chefe do poder executivo, por não ser ele militar.

Entretanto, no Rio Grande do Sul, cada manifesto político do senhor Castilhos desde os artigos da *Federação* quando no poder o senhor Floriano, de quem ainda não era persona grata, ou o senhor Pelotas, ou Barreto Leite, até os que em seu nome são mandadas a sua orçamentária, contendo insultos revoltantes a militares que um motivo qualquer colocou no seu caminho como empecilho a plena realização de avassalar sem defesa o Rio Grande ou destruí-lo para poder depois lançar suas garras ao Brasil, que sabendo nunca ser seu, procura mutilar ou enfraquecer para facilmente poder ser conquistado por outros povos.

Insultou ao senhor Galvão que fez a pacificação; o senhor Galvão teve além disso o castigo oficial que o senhor Bernardo Vasques, de quem o senhor Castilhos diz *ter laços de simpatias inquebrantáveis*, lhe impôs.

O senhor Galvão só teve como paga do bem que fez a sua pátria, de tudo que sofreu até as lágrimas da esposa pelo insulto que lhe mandava dirigir o senhor Castilhos por intermédio do senhor Cassiano do Nascimento no *Diário Popular*, até a ameaça de vir a brigada a Pelotas punir o 16º de infantaria que ali estava, uma carta do senhor Prudente de Moraes, onde agradecia-lhe como homem e como brasileiro o que havia feito, e não como chefe da nação, porque o seu secretário que o censurava não fora advertido de que no estatuto da república sua pessoa é desconhecida.

Insultou ao senhor Cantuária, procurou afastá-lo do Rio Grande, abrindo um conflito em que se revelou antagonismo, depois, vencido nesse conflito, com a hipocrisia que é o seu outro caráter quando não consegue ou não pode demonstrar os dentes de

hiena, dizia alguns militares que talvez começasse a sentir cair a venda, que não fora ele; que fora forçado a tal, e que tanto assim era que fora ele que ensinara ao senhor Cantuaria o caminho para sair da [ilegível], segundo me disse pessoa que não mente e que tal ouviu.

Amanhã dirá, ou talvez já o diga, que foi ele quem ordenou ao senhor Campos Sales o cancelamento do processo do sr. Carlos Teles.

A tudo isso, nem na sua orçamentária, nem no Congresso Federal, onde ele coloca militares para sob responsabilidade deles poder insultar o exército nos seus oficiais, não aparece um só protesto.

Agora, vendo que a falta de motivo, as ameaças cômicas, as invenções de revolução de restauração, não bastava para justificar a existência do seu exército, enquanto o estado sente falta do que é indispensável ao seu futuro, enquanto há uma escola sem professor idôneo, sem casa sem mobília para mais de mil crianças, em perímetro de mais de 20 léguas, isto é, escolas insuficientes apenas nas sedes municipais, (que vergonha a comparação da instrução pública neste estado em relação ao Estado Oriental, que de distancia em distância, ou antes onde houver meninos, há escolas bem regidas e bem mobiliadas?), e vendo no General Telles a figura proeminente, provável, do futuro e que não seria um instrumento em suas mãos, sem motivo, e sem critério arremeteu contra ele injuriando-o.

Depois da injúria recebeu por isso, a felicitação da sua orçamentária e dos militares políticos que dela fazem parte, entre eles quem há pouco em luta com os infelizes fanáticos misturou o seu sangue com o do general insultado e dele recebeu maior elogio, por bravura, que se pode receber de um chefe!

Até isto; até este sentimento de estima mútuo nascido, confortado no sofrimento e por isso duradouro, o senhor Castilhos apaga no espírito dos que dele se aproximam, ou dos que ele explora a vaidade ou a cobiça.

Doutor Ângelo Dourado

---

**ECO DO SUL, 8/03/1899 P 1**

#### **ALERTA XXXIV**

A harmonia social tem por base absoluta o respeito mútuo.

A reciprocidade que conserva, se deriva desse respeito; que arruína se deriva da opressão que tem como resultante a reação.

O oficial que não caracteriza seus atos pela disciplina, tanto mais severa quanto a elevação da patente, não pode castigar um soldado, claudica no seus deveres, senão como quem dispõe de força, com quem

tem prerrogativas que impõe a morte ou longos sofrimentos para os míseros indefesos que a lei coloca sob uma escravidão sem classe; mas nunca qual juiz, que para julgar precisa ser imune de crimes.

A lei é igual para todos; estabelecer nela privilégios é matá-la, e fazer desaparecer a esperança no homem de uma justiça que protege os fracos quando essa justiça apenas aumenta a força dos fortes.

Daí a reação; daí a rebelião; daí esse desprezo da vida, em presença de um golpe mortal único e certo preferível a esta morte lenta e ignominiosa a que eram condenados os escravos, antigamente, e são hoje milhões de brasileiros nessa república que só existe em documentos como ofício do chefe de polícia da corte salena ao senhor ajudante-general da armada, em relação à conspiração que, segundo se disse, foi o próprio chefe de polícia quem teve dela notícia e a denunciou, ou espalhou o boato.

O exército brasileiro desgraçadamente tem assistido, num desvario sem limites, atos sucessivos de quebra de disciplina.

Esqueçamos do 15 de novembro e da condenação da bandeira que tantos mil homens haviam jurado defender até a morte, para que não se diga que seguimos sistematicamente uma trilha que não temos em mente nessas linhas.

A deposição de Tavares e a deposição do bravo General Clarindo, mostram entre si já um crescendo que talvez tivesse tido maior força se o Sargento Silvino tivesse triunfado e se Marcelino bispo tivesse acertado.

Esses fatos são prenúncios fúnebres para o futuro, que, se temos desejo de ver punidos quem tantos males nos tem causado, pelas mesmas armas de que lançaram mão, enche-nos de horror quando pensamos como se deram aquelas cenas de Santa Catarina onde pereceram, como entre canibais, muitos inocentes como Amado Barata, Caldeira, Paula Freitas e tantos; e entre eles o velho e venerável Barão de Batovi.

Quando a feroz Carolina de Nápoles, explorando a paixão do herói de Aboukir porque sua amiga a adúltera Lady Hamilton, exigiu a morte que se dava aos bandidos para o velho e honesto Almirante napolitano Carraciolo, entre centenas de dignos homens que sofreram as penas que Tibério, um milênio antes impusera aos romanos; o cadáver do soldado valoroso e leal desceu da verga da Minerva para o fundo do oceano com uma bala atada aos pés.

Era um vencedores os verdugos, e a corte napolitana veio, para entrar nos paços ensanguentados por tantas vítimas, julgando que em face de tal feito o terror seria moradia para a eterna defesa.

Ainda a bordo da *Foudroyani* a corte, cheia de terror, viu surgir à superfície das águas, como o mergulhador que vai ao fundo do mar buscar as pérolas

preciosas com que deve ornar o colo do objeto de seus sonhos, o busto majestático da vítima da tirania insana de uma rainha, dissoluta e cruel, esposa de um rei impotente, e amiga da mulher que manchou a glória do maior herói que as vagas oceânicas embalaram.

Ao ver aquela figura de cabelos brancos e longos que se confundiu com a das espumas das ondas, o rei, cheio de terror, perguntou:

— Que me quer ele?

— Uma sepultura interno sagrada, responderam-lhe.

Quando, nessa meditação interminável aqui nos obriga a fatal ruína da Pátria, passam a nossos olhos os milhares de vítima dessa república de comanditas gananciosas, e entre tantas surge a figura desse marechal do exército brasileiro, o episódio de Carraciolo nos vem à mente, e parece-nos que, como ele, surgirá desse lodo vil que nos afoga, dessa imundície que nos envenena, a figura venerável do marechal Gama Lobo d'Eça, à frente de legiões de milhares de vítimas a pedir a pátria brasileira um lugar de honra nos seus fastos honestos.

Ai! O oceano na sua eterna vaga renova a onda que arranca do seu pego até aqueles que com ferro ali prendiam; mas os povos que se deixam matar, são como o lodo dos mananciais: pode secar, mas nunca terá sacas que o agitem senão no enxurro das cata-dupas intulentas.

Doutor Ângelo Dourado

---

**ECO DO SUL, 9/03/1899 P 1**

### **ALERTA XXXV**

Enquanto em Punta Arenas ao estrondo de inúmeros canhões das esquadras chilena e Argentina, os dois presidentes, dos países que elas representam, como demonstração de força e de poder no continente sul-americano, trocam afetuosas saudações de falar em segredo a *respeito* da política sul-americana, recordando-se talvez que são da mesma raça e falam a mesma língua; talvez se rindo das manifestações históricas, quase eróticas de que foram alvo os chilenos no Rio de Janeiro, que tiveram como paga imediata, segundo nos consta, o não convite em Montevideú para as festas chilenas, o Brasil agoniza; se humilha; estende a mão suplicante aos credores; escraviza-se a uma firma comercial; despede operários que longos anos dedicaram-se a confecção de artefatos que seriam, em um momento, a defesa da honra da pátria se a república não os tivesse utilizado e destruído no interesse, e por causa do senhor Castilhos, único responsável por todas as desgraças do presente, e todas as calamidades insuperáveis do

futuro, muito próximo, já se apresenta aos olhos da desgraça da pátria brasileira com o esgar, e o ritmo triunfante com que os pintores apresentam a figura da morte aos olhos do moribundo que gastara a vida na orgia, e que implora a vida com a promessa de se corrigir; mas bem tarde, quando a morte já dele se apoderou.

Não nos iludamos.

O Brasil vai entrar na sua última agonia; enquanto os indigentes então, argentários hoje, já tem traçado o itinerário por onde buscarão o estrangeiro para viverem ricamente, confiante de que onde houver ouro ninguém poderá ver a nódoa da infâmia, nem a mancha de sangue do crime, porque se ela queimava as mãos de Macbeth, era porque Shakespeare teve a lembrança de dar-lhe uma alma que não existe no assassino de sua própria pátria.

O senhor Castilhos, que de indústria, e já com cálculo pré-estabelecido, como em todos os seus atos que só tem por fim absoluto seu interesse individual, foi dos colaboradores deste monstro a que deram o nome de Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, elemento dissolvente de um povo, instrumento de morte nas mãos dos que souberam, em momento de bestialização, se impor como herdeiros de bens alheios; leito de procusto para o infeliz povo brasileiro tornado escravo para trabalhar sem descanso a preparo da riqueza dos *senhores*; sempre exigentes, sempre ávidos de gozo e de ostentação, e ainda obrigado a guardar-lhes as portas; ser flagelado até o suor de sangue, e ir derramar o resto nos campos de batalha fratricida para recobrar a liberdade, ou para aumentar a escravidão dos que o pudor e a dignidade acordavam o brio E diziam que era preferível a morte a esta vida de desonra numa pátria que foi livre e digna, ativa e nobre, respeitada e estimada e que eles levaram ao poste da ignomínia para poderem fazer a fortuna que escondem, ou com descaro ostentam.

A semelhança do saltimbanco que exploram a curiosidade ou a caridade pública com os aleijões, e dos monstros que a natureza produz, e fingindo-se condoídos, protetores e veladores dos seres desgraçados aumentam-lhes os seus defeitos, conservam sempre avivados as chagas até que, ricos, matam a vítima se não podem vendê-la, o senhor Júlio Castilhos apoderou-se da Constituição em que ele colaborou; obteve por ela todos os meios de reduzir um pouco a servidão da gleba; esmolou lamentando o sofrimento e a provável morte da sua vítima, a caridade do senhor Bernardino de Campos, e hoje, rico, poderoso, impõe o seu domínio absoluto na sua fazenda que já teve o nome da nação brasileira, ou seu estacionamento!

Mas quem ainda for brasileiro há de protestar., e é por isso que nós protestamos a despeito do perigo

que corre nossa garganta.  
Doutor Ângelo Dourado

---

**ECO DO SUL, 10/03/1899 P 1**

### **ALERTA XXXVI**

Não fora a dor que nos causa o ver a miséria, a vileza, a perda de pudor a que foi condenada a infeliz pátria brasileira que nos avassala a mente e os sentidos, que nos retirou do gesto o riso, que nunca nos abandonara, até ante os brinquedos dos filhinhos, que nos enche de apreensões, não pela pobreza que lhe deixaremos porque são fortes, e herdarão um nome que nem as riquezas, nem as grandezas, nem os gozos, nem o sofrimentos fascinaram ou acovardaram; mas por esse dia de amanhã em que sem pátria, ou escravo de outros povos, como o da Indochina, como do Egito, ou esfacelado como o da Batavia, terão essa vida de misérias que junte almas dignas aos corpos que não tem forças para libertar-se, certamente nós veríamos, e teremos prazer em ver, que tudo quanto dizíamos, e escrevemos, e por aí corre o mundo impresso, se tem realizado como as profecias dos antigos tempos, cumprindo-se não em séculos, mas em anos e até em meses.

Mais de uma vez bradamos ao povo brasileiro, quando na resignação de escravos que esperaram a vez de serem castigados, ou silenciam para não serem castigados, ou com aquela covardia infame dos povos aviltados que denunciam os próprios filhos ou pais, ou amigos, para se livrarem da morte, como nos últimos dias sanguinários de Roma, e na volta de Carolina para Nápoles, que julgavam para sempre subjogado, assistia a orgia de sangue, e de dinheiro a que seguiu-se ao favoritismo do marechal Floriano para o senhor Júlio de Castilhos: cautela; a escravidão amanhã será maior, será eterna, se não despertares para aboli-la enquanto não se enraiza; não se fortifica, não esmaga, como os tentáculos da parasita que se enrosca no tronco da árvore pujante, sugando sua seiva, mata-a, depois de deformá-la.

E eis aí essa terra que já teve o nome de nação brasileira; que já foi respeitada; que já teve crédito; que libertou povos e fez empréstimos que até hoje não foram pagos, ou não cobrou-lhes a dívida; que já teve um Mariz e Barros para em pequeno brigue veleiro, a face do céu e no deserto do oceano mandar içar a fâmula de combate e ordenar a abordagem à potente nau guerreira cuja altivez e senho feroz mostrados no rir de cem escotilhas; bocas de monstro que tinha um por dentes enormes canhões mortíferos, bastaria para afastar, ou obrigar a pedir misericórdia a quem não tivesse no peito uma alma de patriota, ou se tivesse uma alma que não se dói do aviltamento se lhe dão

paga com que possa gozar a vida.

E numa altivez calma e refletida levantou-se para protestar direito, contra a nação mais poderosa do mundo, e teve justiça, porque os fortes, dignos, amam a dignidade nos fracos, sem ser preciso as boas graças de terceiro que viesse pedir misericórdia em favor do fraco e que não se devia impor a pública humilhação!

Pensava esse generoso intermediário que a humilhação não buscava outro caminho para trazer o golpe mortal a quem na maior das ingratidões deixou que se exilasse um velho honesto, justo e bom, para partilhar entre alguns o que ele com esforço inaudito conseguiu obter para sua pátria querida, cuja imagem era a única figura impressa em suas retinas; única defesa por onde transitava seu pensamento e seus bons desejos; hoje podendo ser classificados de santos desejos.

Vês, Dom Pedro, o que fizeram de nossa pátria? Argumentavam-se que o Brasil não podia ser governado por brasileiros presididos por tua filha porque o marido dela é estrangeiro, embora tivesse selado sua adoção à nova pátria nos campos de batalha.

Entretanto é ele governado por estrangeiros que só calculam nos lucros comerciais, e que ante a usura não compreendem qual seja necessidade de honra em um povo que tem alma.

Nem uma arma, nem uma nau, nem mais armada, nem mais exército poderíamos ter, Dom Pedro, porque o senhor Campos Sales prometeu a Rothschild que não teríamos, sob pena de dar-lhe parte do nosso território deixar ele de receber o seu subsídio durante quatro anos!

E a Argentina e o Chile se abraçam; falam em conquistas do Peru, do Paraguai e da Bolívia, e talvez do Brasil.

E os valentes rio-grandenses que altivos receberiam o primeiro embate, e fariam o primeiro protesto, ou jazem em ossadas na campanha, ou descrente do que seja amor da pátria duvidam se valerá a pena lutar como já se ludou para ser escravo do senhor Júlio de Castilhos.

E aqueles valentes baianos que corriam a partilhar as glórias dos seus irmãos do Sul, lá jazem vítimas da mais hedionda das crueldades nos sertões de Canudos, e os vivos meditam se vale a pena ir buscar a morte em terras longínquas para libertar povos, e salvar a honra da pátria para depois virem dentro da própria pátria ser trucidados injustamente ao grito de — Viva a República!

Vês, Dom Pedro, em que se tornou nossa pátria; em que se tornou o povo por cujo bem gastaste toda a tua vida, todo o teu vigor, sempre pobre; sempre chão; sempre justiceiro., sempre resistente em libertar as vítimas que a justiça dos poderosos ameaçava.

Nossa pátria vai acabar de morrer Dom Pedro!

Doutor Ângelo Dourado

---



**ALERTA XXXVII**

No nosso artigo anterior, onde se lê — esfacelado como o da Batavia, leia-se como o da Polônia.

O nome da Batavia veio-nos a mente quando escrevemos, como exemplo de povo forte; exemplo que começávamos a demonstrar, mas que riscamos porque seria falar de um povo que conquistara os mares; que fez o solo de sua pátria conquistando-o ao mar, lentamente, construindo diques capazes de resistir a fúria das tempestades do mar tenebroso, que teve um *sthatouder*, ou presidente de república, em Guilherme o Taciturno; que preferiu romper os diques e inundá-los para alcançar uma vitória sobre os tiranizadores da pátria, preferindo a miséria, a perda de tudo a ser dominado pela Espanha, a um povo para quem passa despercebido tudo que a cada hora nos ameaça; a iminência de um esfacelamento, e divisão da pátria pelos outros povos; que ri-se do selo; que silencia-se ante as exigências dos banqueiros; que vê os bancos negarem a incineração do papel já pago, de conformidade com o arranjo da desonra, e aceita indiferente a notícia de que virá emissário do patrão para assistir às incinerações, isto é, para ver se esse papel recolhido é verdadeiro. E, se não será algum como aqueles que indiferentemente o senhor Cassiano punha em circulação; o que quer dizer que vai estabelecer a fiscalização estrangeira em todas as nossas repartições, que, se pode privar que todos os dias se leia notícia de roubos e desfalques nelas, não deixa de ser uma vergonha, se essa palavra não foi riscada do vocabulário desde o dia em que tornou-se tino político, e diploma de estadista — atirar-se pelas janelas do poder, e ir esperá-lo de mistura com o conteúdo dos vasos noturnos, nos encanamentos de esgotos; mas que não deixa de passar despercebido a cor das calças do senhor Campos Sales, o seu fraque de Jockey para dar audiência aos seus secretários com mais indiferença do que tomaria contas a seus feitores se antes da república teve alguma fazenda; seus banquetes opíparos, o entusiasmo que reinou nesses banquetes a princípio; a frieza do dispéptico, no último, talvez por pressentir que essas comilanças não serão eternas; nem que sempre poderá passear sua figura presidencial em trem de gala e ao som enorme das salvas reais, nem correr, no seu jardim da imperial Petrópolis para receber palmas da garotagem pretendente a cargos onde se devia tratar da honra da nação.

O nome da Batavia ficou ali por um desses esquecimentos constantes em que tendo em mente um turbilhão de coisas a dizer sente a pena ser insuficiente, e mal pode ler o que vai deixando escrito.

Queríamos falar, ou antes falávamos da Polônia; dessa infeliz Polônia que terá em pouco no Brasil uma irmã, na divisão do território que já existe sobre o nome de Federação, e que não são mais do que feudos, cada qual com seu suserano, seus herdeiros forçados, com suas cortes especiais, suas intrigas, cada qual buscando crescer mais pela baixaze compre se curvam aos pés do sheik, do grão-vizir, do califa, do sultão.

A sorte que espera no Brasil, de já não é possível duvidar-se, a não ser nesse otimismo de barriga cheia, ou de quem tem terras e tem gados que não acredita haver lei que autorize a sua desapropriação, como não acreditavam que houvesse quem pusesse em execução as ordens do senhor Júlio de Castilhos “não poupar o inimigo nem em pessoas nem em bens” e viram com terror, os melhores castilhistas ricos, como o senhor José Octávio e Belisário Sarmiento, que para ser considerado inimigo bastava ter invernadas de tropas gordas, é a da Polônia, mas sem transição, sem luta; naturalmente como o apodrecimento do cadáver do morto por uma peçonha de víbora, que em vida já sentia a podridão; sem ter ao menos um herói como a Polônia o teve, para na hora extrema, pronunciar o “finis brasile”, e morrer com ele. Era da Polônia que falávamos, que é o nosso espelho e não da Batavia que o é dos povos fortes.

Doutor Ângelo Dourado

**ALERTA XXXVIII**

No momento em que vimos o senhor Júlio de Castilhos iniciar sua carreira política iluminando-se com o facho da indisciplina da Escola Militar de Porto Alegre, que ele ascendera indiferente, em relação ao futuro do exército, mas consoante com seus princípios, “procura seu interesse ainda que entre os escombros e ruínas que provoca, como o viajante que para colher um fruto abate uma árvore frutífera, sem se importar com os que vieram depois, e que naquela árvore encontrariam frutos para alimento”, começamos a dizer ao exército pelas colunas da *União Nacional*, o perigo que lhe adviria nesse terreno a que o arrastava o senhor Júlio de Castilhos.

Muitos foram os oficiais que assistiram ao banquete que lhes foi oferecido na chácara Santana, em Bagé, depois da queda do Marechal Deodoro, e ouviram-me, em longo discurso, sem retórica, sem frases bonitas, talvez mais parecido com a repetição de uma lição, o perigo que ameaçava ao exército a exploração partidária, sobretudo de indivíduos que se acobertam com o manto de amor às instituições para delas se apoderarem, etc, etc.

Narro apenas o fato para mostrar que vem de longe as minhas apreensões sobre o futuro que nos aguardava se a república continuasse a ser o que era; e provar que o resultado foi o previsto por mim.

Chamo o testemunho de quem me leu ou me ouviu desde aquele tempo, para dizer-me se o resultado previsto denunciado por mim, quando todos se julgavam no melhor dos mundos, quando quem eu ouvi, depois, dizer que o único meio de salvar o Rio Grande era matar o senhor Júlio de Castilhos, que lhe valeu uma gargalhada minha, escrevia no *Quinze de Novembro* pilhérias que levavam ao ridículo o que eu escrevia na *União Nacional*, isto é, as minhas visões sobre o futuro.

Nunca respondi a tais escritas; continuei, porém, a escrever, até que chegou o momento de ir ao campo das lutas cruentas procurar fazer um protesto de nova forma ao novo meio com que o senhor Castilhos procurava irrigar o tronco de suas aspirações até então celuloso e frágil como haste do cogumelo que brota pela seiva do estrume, mas tem pouca vida por falta de condutos que regulariza tal seiva.

Não respondi a tais escritos, e não respondo aos que sempre me procuraram difamar, por um simples motivo: ou eles são de um convicto, ou de um mercenário.

Se são de um convicto as palavras em vez de destruí-los, reforça-os, porque os crentes se exaltam ante a objeção; só os fatos fazem esmorecer, e calar, buscando porém as coisas que os justifiquem.

Se são mercenários só a falta do pagamento lhes fará calar, ou a desilusão sobre os proventos esperados; e então com a mesma sem-vergonhez com que insultam hoje a um para ser pago, passará a insultar o que lhe pagava hoje, se amanhã não o fizer mas, para ser pago por quem hoje insultava; o meu leitor poderá apontar com o dedo os que conhece, a partir da transformação do marechal três vezes traidor em magnânimo defensor da liberdade; e do congresso infame, de lacaios, por achar que o marechal devia cumprir o tempo que faltava a Deodoro, etc, em patriótico congresso que deu carta branca ao mesmo marechal para mandar todo o Brasil, se fosse possível, ao senhor Júlio de Castilhos; com a mesma satisfação e facilidades com que os namorados de outros tempos mandavam as suas damas vidros de água de cheiro, para receber em troca panelinhas de doces.

Um afago do senhor Júlio de Castilhos para o marechal devia ter o mesmo sabor daquelas panelinhas de doces de outros tempos.

Mas era bem duro para o pobre Brasil; tão duro que até hoje veste-se de luto; que ainda hoje sente sangue quem sofreu o seu hálito; que em um século não se apagaria se povos que nos tempos modernos são governados por Júlio de Castilhos pudessem contar com um século de vida.

Mas não foi somente um povo quem pagou, está pagando, e há de pagar até com a sujeição ao estrangeiro, já que hoje paga com o brio e a dignidade somados com as parcelas da dívida monetária; o exército que fez o prestígio político do senhor Castilhos, que amamentou esse prestígio até a puberdade, também está pagando.

Nós bradámos: por que nos vindes matar? Nós somos a pátria, o senhor Castilhos é o seu assassino; vós não defendeis a Pátria, vós ajudais a seu algoz; ninguém nos lia, e se lia ria-se do que dizíamos; éramos visionário!!

O Marechal Isidoro leu uma dessas nossas cartas e nos classificou de atrevido, no sítio de Santana.

Doutor Ângelo Dourado

---

**ECO DO SUL, 14/03/1899 P 1**

### **ALERTA XXXIX**

Que nos resta mais do nosso caráter de nacionalidade?

Quem há que compreendendo o valor desse emblema — Pátria, não chore de vergonha ante a abjeção a que vamos arrastados, se esta *república* não teve força também para apagar este eflúvio da alma, se é que não matou a própria alma nesses corpos tão lépidos, tão galantes, tão garbosos na ostentação de riquezas luxuosas, compradas à custa da nossa desonra?

Saído da tutela colonial, o Brasil enfrentou as maiores dificuldades, cercado de inimigos, sofrendo uma pressão da má vontade europeia que via em tudo um produto da revolução francesa, que desvirtuou-se a ponto de ser considerada um flagelo universal, até a consumação de Waterloo.

Entretanto nós tivemos homens que, apesar das guerras intestinas tiveram bastante compreensão do que seja a nobreza de quem dignifica sua pátria; qual o valor do juízo da posteridade, para esquecer-se de seus interesses e salvarem a nova nacionalidade que surgia, insurgia-se contra as antigas práticas, apesar de triunfantes pelas armas na Europa.

A proclamação da maioria de uma criança para garantir a consolidação dos alicerces de um grande povo do futuro, mostra o que eram os homens de então, em paralelo com esses perversos que hoje se vangloriam de pôr termo à sua pátria como vanglória o cupim ter destruído uma grande obra, se tivesse consciência do que faz, e alma bastante elástica para se floream do próprio crime.

Em 1862, quando a guerra de secessão devastava a América do Norte, o leão britânico eriçou a juba, vendo talvez no Brasil uma fácil presa; mais fácil do que o domínio das índias, do que a colonização da

África; mas encontrou protesto tão calmo quanto resolutivo, indicou-lhe o caminho seguir, porque o governo inglês conhece que se poucas são as nações que podem resistir ao seu choque, contudo as perdas em luta com um povo que tem honra e dignidade, por fraco que seja, não são compensadas pelos lucros dos triunfos; e foi o rei dos belgas que disse à Grã-Bretanha que a justiça estava do lado do Brasil.

Na fase mais crítica da guerra a que a selvageria de Lopes nos arrastou, a França se negou a entregar os vasos de guerra construídos nas forjas francesas, e pagos, a título de neutralidade.

Daqueles encouraçados dependia o nosso triunfo, porque foram eles que realizaram a epopeia de Humaitá; entretanto nós tivemos homens que venceram a relutância francesa, apesar de suas simpatias por Lopes que fora seu hóspede.

No bloqueio do Paraguai, os plenipotenciários estrangeiros tentaram rompê-lo com grande prejuízo nosso; entretanto, ali tivemos homens que não temiam o poder da morte; mas a morte da honra; dessa falange gloriosa ainda tivemos, há pouco, o morto de Campo Osório, na moderna classificação dos heróis, pelo senhor Júlio de Castilhos, que ofereceu, como reparação, a esquadra norte-americana no protetorado que prometera ao senhor Floriano, do tiro do canhão, até os golpes de machadinha, em navios sem leme e sem hélice; e os representantes das potências tiveram de ceder ante o direito de um punhado de homens dignos, que se gloriavam em poder morrer cumprindo seu dever, pelo que davam graças a Deus.

Por nossa vez chegamos a ser árbitro em grandes pendências de grandes nações como a da América do Norte, em que o Barão de Itajubá, representando o imperador, deu razão aquela nação que lhe elevou no nome, o nome do Brasil.

Foi daí que nasceu o reconhecimento do nosso direito, mesmo depois de tê-lo alienado o senhor Quintino Bocaiuva.

Hoje talvez assim não acontecesse, porque os povos que se aviltam perdem o direito no convênio das gentes.

Entretanto, o que somos nós hoje? O que nos resta sofrer?

Não estamos já reduzidos ao estado de selvagens sem direito de vida e de propriedade?

O que nos resta mais, no meio de tanta miséria, senão resignarmos, e como o velho I-Juca-Pirama, lamentarmos, ante os males que Tupã nos guarda?

O que somos hoje nós no concurso moral dos povos, se nem ao menos o passado nos resta, porque arrisca a morrer quem dele fala; porque fala na honra de um povo que existiu?

Doutor Ângelo Dourado

**ECO DO SUL, 15/03/1899 P 1**

### **ALERTA XL**

Não nos bastava o que já temos sofrido?

A punição já não foi bastante, para o nosso crime de povo imprevidente, de espírito que aceita a escravidão se ela vem no meio de fanfarras como o poviléu ignavo aceita a droga dos charlatões de feira, vestidos de arlequim ao toque de trombetas e realejos que repetem as mesmas valsas de todo o tempo, já faltos de gaitas, como os subvencionados do governo do Rio Grande falando da liberdade e da justiça desta terra, e os de outras partes nos vastos moldes e na pujança da república?

Não nos bastava termos tido o senhor Quintino Bocaiuva, a bordo de um navio da nossa antiga Marinha de Guerra, que serviria para fazer julgar que tinha forças para romper as correntes de Martin Garcia, na boca do Paraná, se à isso fôssemos provocados, mas que denunciou nada poderem fazer porque os homens que dirigem essas máquinas levavam a seu um bordo quem ia fazer presente, de amigo para amigo, do nosso território sem aparecer ao menos um grumete que o agarrasse pelas orelhas e atirasse ao mar?

Como dormiam então?

E como acordaram heroicos esses marinheiros; mas depois que a alma do senhor Quintino entorpeciu pelo veneno da infâmia todo o pobre Brasil?

Não nos bastava o senhor Vitorino Monteiro, no seus bailes mascarados em Montevideu, para pedir simpatia para o senhor Júlio de Castilhos, dando medalhas de ouro, como faria um rei de Laor ou de Golconda, enquanto no Rio Grande que é a sua terra natal, aqui no Brasil que sua santidade dizia representar, se davam as cenas do Boi Preto; isto é, o degolamento de quatrocentos e tantos brasileiros, que se ocultavam no mato como fugitivos e não com revolucionários; mas que morrendo deixavam sem cuidadores as criações de mulas de cima da Serra? Morticínio que valeu o generalato do senhor Firmino de Paula, hoje o maior e mais dedicado amigo do senhor Júlio de Castilhos?

Não nos bastavam as notas insultuosas dos representantes europeus sobre deslealdades os praticados pelo governo do senhor Cassiano, então grande de senescal do Brasil, (?!!!...) pela falta de palavra no cumprimento das leis exigidas pela neutralidade, nos dar bandeira estrangeira para traiçoeiramente lançarem torpedos contra os navios da revolta, e por fim aquela nota insultuosa, que chamava o governo de assassino, etc etc., em relação aos engenheiros Huebs, mas que em todo caso era dirigida a uma nação, exigências que foram satisfeitas imediatamente, sem

uma réplica, sem uma contestação, com a resignação do criminoso que paga com receio de se lhe denunciar o crime?

Não nos bastavam aqueles protocolos italianos de que nos livramos, graças ao tino político do senhor Campos Sales, criando manifestações de italianos em São Paulo, para podê-los espaldeirar, de onde, já se diz, sairá em breve reclamações de milhares de contos, já foram prometidos ao senhor conde Antonelli?

Os políticos da república, os estadistas, são grandes jurisprudentes; pagam tudo com dinheiro, o dinheiro do povo, e dizem que venceram.

Também nada mas é preciso para ser estadista.

O senhor Pinheiro Machado em discurso, desses que se poderia comparar com o brinquedo das crianças — que tal é o noivo? Que tal é a noiva? — disse ou classificou o senhor Júlio de Castilhos de grande estadista, jovem... Como non cavaleiro?

Sobre reunir em torno de si uma corte de heróis mutiladores de cadáveres; encham os cofres de dinheiro, negando até a sua origem como os quatro mil contos de São Paulo; ameaça tomar o Rio Grande ao Brasil, para dá-lo talvez à República Argentina, porque ela não consentiria que ele se unisse a banda Oriental, como por lá se diz, dizendo que a dúvida por enquanto é querer ele outra capital que não Montevideú.

Tem amigos que são grandes homens da república; se abandonam, são criminosos para cadeia, por documentos antigos que ele guarda.

Cuidado, senhor Pinheiro Machado, o senhor Castilhos não suporta quem seja mais do que ele.

Cuidado com esses papéis velhos...

Que mais é preciso para ser estadista hoje?

Doutor Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL, 16/03/1899 P 1

### ALERTA XLI

Em todos os tempos, desde que foram estabelecidos e comumente aceitos os preceitos do direito das gentes, nos casos em que as pendências devem ser resolvidas, não pelas armas, mas por árbitros, eram estes escolhidos entre os chefes de nações que delegavam seus poderes aos homens eminentes, assumindo porém a responsabilidade do seu lado, dando a garantia para o litigante vencedor, e o respeito do vencido, porque recalitrar contra a decisão do árbitro era ofender a sua nacionalidade, e o caráter de juiz do tribunal universal de que todas as nações fazem parte.

No tempo do Brasil, como diz o meu amigo Gregório, da *Reforma*, foi assim, e hoje ainda seria se

essa terra ainda fosse Brasil.

No artigo precedente tratamos de fatos que se referem ao assunto; entretanto a Inglaterra acaba de apresentar como árbitro para o nosso contestado na Guiana, depois de ter imposto solução imediata da questão, um advogado jurisconsulto russo, que talvez nem saiba da existência do Brasil.

Neste momento leio na *Tribuna do Povo*, transcrição de Roma para a *Independence Belge*, onde se refere, ao estado do Encantado, tendo por capital a Estrela, onde vão se formando aldeias de imigrantes italianos, tirolezes e venezianos, o que é verdade, ao passo que os indígenas se vão retirando para os matos.

Ora, se em Roma, onde existem dois representantes brasileiros, onde em um concílio já fez figura preeminente um bispo brasileiro, Macedo Costa; onde tanto se falou do conflito religioso, e onde salientou-se dom Frei Vital, se trata do Brasil, do Rio Grande, para onde há mais de 20 anos existe uma corrente migratória, que tem cidades inteiras de estrangeiros, verdadeiros estados no estado; (há 10 anos em uma série de artigos que publiquei na *Reforma*, mostrei a inconveniência desse sistema de colonização e o perigo que ameaçava a integridade nacional com esse sistema, que agora o *Jornal do Comércio* do Rio, também viu) onde têm sido sucessivas as visitas de jornalistas europeus, depois, de delegados e comissionados, e ultimamente de ministros, que ao nosso ver, não de pessimista, mas de previsor, já estudam o terreno a dividir desta nova Polônia, se trata do Brasil, do Rio Grande do Sul tão cheio de feitos gloriosos, e singulares também, daquele pedaço da zona do Antas próximo de uma linha férrea arrendada aos belgas, e no vale por onde se fez estudos para o Itararé, como se fora um pedaço da misteriosa terra do mongol, que juízo faria de nós esse velho Mujik Slavo, lá no meio do seus gelos cercado de velhos livros do Oriente para onde se dirigem as vistas de todos os russos?

Bem contrariado deve ter ficado senhor Júlio de Castilhos com essa notícia.

É verdade que para ele só os italianos, só os alemães, conforme o banquete que assiste, são os habitantes do Rio Grande do Sul, os outros são bárbaros; mas não sendo sua santidade alemão ou italiano, senão pelo espírito, conforme ao banquete que assiste, deve pensar que na Europa, se sua figura pode ser lembrada, devem tê-lo como um cacique de tribos agonizantes e que vai levar caixas e penas aos visitantes europeus a troco de um pouco de *espírito de fogo* que lhe acorde a megalomania sombria de desejar ver a Itália “ser submergida pelo Vezúvio, para de novo povoá-la à luz de searas luminosas!”.

Deve estar triste o senhor Castilhos que sem dúvida vai perder alguns moços, fervorosos adeptos da

república, que contava representar a nação castilhana nas cortes europeias, e agora veem que isso poderá se dar quando só europeus povoarem o Rio Grande, os nacionais tiverem sumido nos matos.

Mas o culpado de tudo isso foi o próprio senhor Castilhos. Seu espírito canibalesco, falado, escrito, discutido nos protocolos de indenizações são conhecidos na Europa; lá se sabe que seus fiéis soldados mutilavam até os vivos para obrigá-los a comer as próprias carnes. Em um país assim, pode-se acreditar que haja civilização senão depois do aniquilamento do elemento indígena?

Doutor Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL, 17/03/1899 P 1

### ALERTA XLII

A primeira vista, supõe-se que a Inglaterra apresentando como árbitro um professor de direito na Rússia, portanto um ensinador do direito dos fortes contra os fracos, um apologista da autocracia, de direito divino, não poderá compreender essa autocracia de punhal e garrote da república brasileira, teve em mente ridicularizar o Brasil, se é que resta alguma coisa de ridículo para ser lançado em face.

Até os ladrões já vem confessar aos zeladores da fortuna pública que são ladrões e que estão cansados de sê-lo, e tidos como homens de bem, e bom curador dos bens dos órfãos!

Afinal, entre tantos apareceu um que revoltou-se contra a inânia legal, ou talvez para ver se apresentam-se os milheiros que formam a corte republicana, que até nem querem mais que se lembre do passado.

É um remorso; um pesadelo.

Os grandes homens atuais não precisam do passado!

São uma raça espontânea, nascida da poliandra do povo com o exército e a armada, tendo por alcoviteiros os senhores Bocaiuva e comunidade.

O futuro é tudo! Esquecem-se porém, os ingénuos e bem intencionados, que assim pensam levados pela sugestão, que não há futuro que não tenha suas raízes no passado.

Os rastaquores, ou parvenus, por mais ricos que se mostrem, por acaso nunca passarão disso.

A Inglaterra não tem tempo para brincados.

Seu grande império colonial, seus grandes interesses materiais na superfície de todo o globo; sua posição de polvo que descansa o corpo nas ilhas britânicas e estende tentáculos por toda parte onde suas ventosas possam sugar, não lhe dão tempo para pilléria.

Tudo o que faz é calculado, certo, meditado, mas com tal rapidez como uma agulha que numa tábua

indica um logaritmo.

Entregar uma questão com o Brasil hodierno a um chefe de nação e apresentar o seus motivos, não seria chamar a concorrência dos povos para pôr termo a barbárie, a selvageria, a desumanidade que indicam a decadência moral de um povo, e assim verem as nações do mundo civilizado, cada qual querer o seu pedaço do Brasil para darem garantia de vida aos seus habitantes como se dá nas Índias, no Egito, na Zululândia?

Foi por isso que Inglaterra receou.

Ela por si bastará para chamar o Brasil às leis da honra e da humanidade.

A Inglaterra quer como nação política, quer como comercial, nos conhece mais, sabe mais das *pequenas coisas* que se passa entre nós do que nós mesmos.

Para prova aí estão as areias do Prado, lá num recôndito dos matos da Bahia de que ninguém sabia e ela, há muitos anos, levava para a Europa.

Esse advogado russo deve pertencer à Sociedade Protetora dos Animais que deve lançar suas vistas sobre o Brasil, sobretudo para o Rio Grande do Sul.

Sem dúvida entre os documentos para mostrar que o Brasil é terra conquistável, em nome da humanidade e da religião que as vezes serve de motivos inalienáveis para a conquista, todos os praticados na república; a expulsão de Dom Pedro para poder ser estabelecido o canibalismo, os fatos de Mato Grosso narrados por uma inglesa que os assistiu, as proezas da legalidade no Rio Grande, a crueldade a ponto de ser queimado vivo o velho Moraes, chefe de numerosa família em Caçapava, e ser preso o velho próspero, um francês trabalhador, por ordem do comandante de um corpo legal, etc. etc., por ter sepultado o filho agarrado em casa e assassinado, deixando viúva e oito filhos em desamparo, no Camaquã.

A instituição da **gravata vermelha** como condecoração da república, e aquela parte oficial do senhor Coronel Bento Porto publicada no jornais quando o senhor Castilhos mandou-o assassinar muitos pobres ervateiros que se escondiam nos matos do Pelotas com suas famílias, talvez com medo do senhor Porto, por serem fanáticos!

Era mais um motivo do lobo cerval contra os cordeiros.

A parte oficial publicada sem um protesto dos jornais, uns tem medo, e outros acham bom tudo que amanhã será passado que se deve esquecer, dizia:

“Chegamos. Conforme minha ordem foram os soldados incendiando as casas; onde existiam retratos de santos, sinal de fanatismo.”

E sem falar em prisioneiros, mulheres e crianças que ali viviam, diz o Senhor Porto, como um conforto moral de que precisava o senhor Castilhos:

— “Estes não nos incomodarão mais!”

Compreendes, meu leitor, o valor desta frase na

boca de um castilhista, depois de ter se apoderado, de surpresa, de uma pobre aldeia de família ervateira onde só encontraram duas lanças, duas azagaias para a caça do tateto, e a defesa contra o tigre, compreendesta frase: “estes não nos incomodarão mais?”

Não vês nela a degola, o estupro, depois as chamas do incêndio iluminando os degolados ainda em convulsão; as crianças de ventre aberto junto as mães manietadas?!

Como é grandiosa, esta parte oficial do delegado do senhor Júlio de Castilhos, dando-lhe parte do seus feitos!

O incêndio nas pobres choupanas, e o “estes não nos incomodarão mais?!!”

Uma boa ajuda de custas para o senhor Bento Porto; *voilà* por jamais quanto aos desgraçados biribas, que não são homens desde que não são europeus.

Doutor Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL, 18/03/1899 P 1

### ALERTA XLIII

A Inglaterra é filantrópica.

Não pode ter passado desapercibido, para ela que tantos interesses tem no Brasil, o que ultimamente se tem visto.

A vida de um cidadão britânico vale mais do que a de milhares de súditos brasileiros.

Ela viu o perigo que podia correr um dos seus filhos, qualquer, na política posta em prática por Deocleciano Mártir em proveito do senhor Júlio de Castilhos, (ainda anteontem vi no *Eco* uma carta de um castilhista que terminava dando vivas a Deocleciano Mártir, porque não estou no meio deputado? Não seria melhor do que andar à caça de quem seja capaz de ser um representante do senhor Castilhos, sendo este homem tão bom, tão mártir e tão injustamente perseguido?)

Aquela ameaça dos jacobinos de fazerem voar, pela dinamite, o Banco Inglês, se o câmbio não subisse, devia ter aberto os olhos a Inglaterra sobre o futuro.

Suas tentativas mostraram logo que ela nada quer à força; ela sabe quanto custa o domínio à força, que no fim das contas, por mais rico que seja país dominado, não chegam os lucros para conservação do jugo; haja visto o Rio Grande cujas rendas não chegam para a Brigada, e mais os amigos, e as reservas necessárias para quando escarnar-lhes a ovelha e não tiverem mais tosquiás, para o negócio.

Foi bem descuidosa que ela apoderou-se da Trindade; não era de ninguém; o Brasil se esfacelando em estados, deixou os mares para o grande bonzo que reside no Rio; quem não tem esquadra não tem mares, daí a conclusão lógica de que a Trindade era

bem de ausente.

Graças ao velho Portugal, a Inglaterra nos deu a Trindade, e nisto mostrou como só é forte quando tem direito, acima do qual só conhece Deus.

Um outro caminho mais fácil se apresentou — a dívida pública — esta dívida três vezes maior em nove anos de república do que a dos 64 de império.

O senhor Campos Sales foi à Europa e inflou todas as penas ao sentir um aperto de mão do Príncipe de Gales; e assinou tudo que Rotschild mandou-lhe assinar. E, no fim de três anos a dívida será paga... Senão... Ora, já se passou um ano e dois anos só são lentos a passar para, quem depois de velho é expulso dos arsenais ou dos corpos de exército sem soldo, nem trabalho.

Para o presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, dois anos passam tão depressa que nem dão tempo de contar os 170 contos anuais que recebe; fora os gastos (abra-se sempre uma exceção nesse sentido para o senhor Prudente de Moraes).

É preciso que no fim do prazo haja alguma coisa que justifica o procedimento da Inglaterra, para não julgar as outras nações que ela se apodera de uma nação por causa de um calote.

A Guiana é um bom pretexto; vai o senhor Nabuco e mais *Jornal do Comércio*, um grande homem e um grande órgão de publicidade, mas lhes bastarão os nossos direitos que como bons brasileiros hão de apresentar? Mas onde a nação que alega? Quais os seus costumes? Qual sua organização? República? Que quer dizer isso? Sindicato político para arrecadação do trabalho do povo? Onde se viu tal, se não nas quadrilhas de salteadores, que a lei pune de morte, e a polícia persegue e o povo mata a pau quando os encontra?

Não senhores, descansem, e não se assustem os que julgam que o senhor Joaquim Nabuco vai ganhar terreno para a monarquia, ganhando para o Brasil a terra que é sua.

Foi um erro do Senhor Presidente da República mandá-lo.

As nações só se convencem ante o direito da força, e a força única no Brasil é o senhor Castilhos e sua brigada.

Era o senhor Castilhos quem devia ir, John Bull só em vendo o havia de tremer; ele lhe falaria na subversão das ilhas pelo mar da Mancha, e narrando os feitos do senhor Coronel Bento Porto, no Pelotas, explicaria a sua hipérbole de searas luminosas; as suas searas e recultas de nove anos, e John Bull cederia.

A única força no Brasil hoje, é o senhor Castilhos. Nada ele exige que não se satisfaça; o senhor Prudente afastou-se da norma por ele traçada, e Marcelino Bispo apareceu.

O senhor Campos Sales há de se arrepende de

não ter utilizado da grande potência republicana; ficaremos sem a Guiana, e sem o Rio Grande também.

Dando tudo para o senhor Castilhos, ficaria o Brasil sem brasileiros, mas a grande terra, exuberante de riquezas, ficaria inteira; e o que a República quer é a terra, e não a gente que é feia, e vai contra os preceitos de Comte.

Doutor Ângelo dourado.

---

## ECO DO SUL, 19/03/1899 P1

### ALERTA XLIV

Falamos sobre passado e futuro, e ontem lemos, em uma das sessões do *Correio Mercantil*, um apelo aos brasileiros para esquecer o passado e pensar, apenas, no futuro.

Não temos direito de por em dúvida a sinceridade desse apelo, bem justo e bem louvável em quem compreende que para se poder viver é preciso esquecer, sobretudo, o que pode acordar saudades se não accorda o remorso.

O ilustre escritor do *Correio*, mostra, no seu sentir, ser um sonhador alegre e esperançoso, e é bem feliz por assim sonhar. Que vale a vida sem a suas quimeras? E tudo no mundo o que é senão quimeras? A diferença, porém, é que, para uns, elas são de asas douradas a voejarem em céu de rosas e azul, nas doces manhãs que se prolongam com o lúcido crepúsculo do Oriente, para quem observa de cima do Himalaia.

São poucos esses visionários, calmos e felizes.

Para outros, elas são o monstro oculto sempre na sombria floresta do futuro, nos fojos, nas clareiras, nas fontes, onde quer, que se procure um pouco de relva para repousar o corpo; uma poça d'água para matar a sede, sem que no deserto do desconforto surja, ao menos, uma miragem que dê a esperança da vinda de um Baelerofonte que o estrangule.

Estes são muitos, são quase todos aqueles que meditam sobre as misérias do presente, sobre a incúria, o propósito, dos que não cuidaram em afastar os males que nos assoberbam, de onde a maior prova de deficiência governativa, porque os homens que governam povos, não podem fazê-lo sem a máxima providência; e dos que para cuidarem de si, somente, máxima política no Brasil de hoje, não só destruíram tudo que no Brasil serviria para a oportunidade futura, como chamaram sobre nós as antipatias dos povos que se aniquilam voluntariamente, como a coibiça dos que veem tesouros em mãos de quem não conhece o valor, a semelhança dos selvagens que dão pérolas e blocos de ouro a troco de fios de vidro de diversas cores que nos suarentos colos lhes ficam tão

bem como o dístico da ordem progresso nessa bandeira que só tem assistido às carnificinas fratricidas e só a elas está condenada a assistir porque o Brasil de hoje não poderia invocar o brio e o patriotismo de seus filhos para a guerra justa, a guerra santa dos heróis que defendem o chão sagrado da pátria, tendo por lábaro a bandeira que só tem se agitado ao vento da desgraça dessa pátria, só se tem se embebido do sangue das vítimas dos interesses individuais.

Qual o futuro que nos espera em presença desse caos a que deram o nome de república federativa; disse teratodemo[?] a que hoje chamam nacionalidade brasileira, que não tem movimentos senão convulsivos de ódio ou fraquezas?

Que prognóstico poderia fazer o médico de um doente que não tenha mais os órgãos necessários para fabricação do sangue; cada membro é ocupado por um pólipó que cresce à sua custa e que a anemia cérebro espinhal ou lhe traz assombros de loucura destruidora ou os movimentos da chorea[?] galho-feira?

Nem as águas de Lourdes, nem o doutor de São Paulo conseguirão curá-lo. A morte será o fim próximo, e bem feliz será ele se a morte vier rápida sem esse longo agonizar que provoca o abandono pelo nojo, pela repulsão e pelo asco.

Os povos são como os indivíduos, e o povo brasileiro hoje é como esse enfermo.

Para o Brasil, para a terra há futuro, um futuro deslumbrante no aproveitamento de suas riquezas sem par, que já tivemos esperança de poder ser gozado por nós brasileiros, da família atual, mas hoje esta esperança não pode mais ser guardada. Ao brasileiro atual só resta a escravidão, ou a morte nas revoltas, nos pronunciamentos e nas revoluções.

É a sorte de quem não tem justiça para que apelar, não tem leis que dê direito, mas tem apenas a sucessão dos senhores, impostos não pelo nascimento, mas pelo direito da força nascida da emboscada, da cilada, da traição às crenças, ao dever e à honra. É este o programa do presente.

O futuro pertence aos estrangeiros que vierem povoar aqui o território. Para os brasileiros só existe dor, só existe luta provocada pela injustiça, provocada pela opressão e pela tirania.

O recordar o passado é um consolo, ao menos para dizer que nem sempre fomos o que hoje somos, nem mesmo assassinos e degoladores legais, nas guerras civis. Não! Lembremos o passado que consola; fechemos os olhos ao futuro que horroriza.

Doutor Ângelo Dourado

---

**ALERTA XLV**

Anátema sit...

Era esse o tétrico dizer com o que se faz estabelecer em torno dos condenados o vazio, o deserto, a repulsa, o medo, o terror, de que as almas dos crentes poderiam ser contaminadas do mesmo crime de ex-comunhão de que é isso *ex-informata conscientia* se armava para trazer de rastos o delinquente, muitas vezes, mártir da justiça, muitas vezes, Cristo do dever.

Anátema sit; era a última verba na sepultação dos vivos, como o “réquiem eternum” era a última sobre o cadáver que apodreceria no seio da terra; e, então, em torno do vivo se estabelecia o silêncio, como sobre o chão do cemitério o abandono.

Para o vivo não havia senão os ímpetos da consciência impotente contra os preceitos sórdidos, como para os mortos não havia senão a luz dos fogos fátuos, ou as gotas de chuva guardadas pelos ciprestes caindo, nas tristes manhãs que se derramam morada dos cadáveres, ou cintilando ao luzir das estrelas brilhantes, do firmamento, como as lágrimas de desespero nas faces das viúvas rio-grandenses, que em vão esperam pelo dia da justiça, enquanto Deus parece ter se tornado conivente nos crimes do senhor Júlio de Castilhos, e creem elas, sua descrença de justiça, que o próprio Deus vendeu-se a este flagelo da nação brasileira.

Não! Não, pobres viúvas; não, famintos órfãos! Deus existe! Deus e a justiça sem juízes assalariados! Deus virá: Deus aí vem! O espaço de tempo gasto para a sua chegada é também para aparelhar a tremenda punição!

Anátema sit! Foi o que o senhor Júlio de Castilhos ordenou ao senhor Campos Sales que unisse ao nome do Senhor General Carlos Telles.

Não se lembrou o senhor Júlio Castilhos que senhor Carlos Telles foi o herói, que no cumprimento do dever, deu-lhe o domínio sobre o povo rio-grandense, deu-lhe a suserania sobre os estados da república, deu-lhe a fortuna pública para comprar capangas que o guardem.

O senhor Carlos Telles teve um crime — não degolar prisioneiros — ; julgou que a vida de um homem tem valor ainda mesmo que esse homem não seja um mercenário ou um assassino para roubar!

O senhor Marechal Floriano, cominou centenas de sargentos que como oficiais deviam lutar em favor do senhor Júlio de Castilhos.

Terminada a guerra, esses alferes vem de novo tirar seus galões, abandonar a espada e ombrear a carabina.

O senhor Júlio de Castilhos lembrou-se de chama-

-los para a sua Brigada, onde ainda hoje ouvi dizer que, diariamente, são fuzilados os que não obedecem como escravos; o senhor Carlos Telles esqueceu-se da disciplina e telegrafou ao Sr. Prudente de Moraes mostrando a injustiça que fazia aos jovens soldados que souberam lutar, (pobres, eles julgavam que lutavam pela república e só lutaram para criar a Brigada Militar), e o senhor Prudente de Moraes atendeu ao senhor Telles, e todos esses alferes aí estão!

Ninguém viu nisso indisciplina, ninguém pensou que o senhor Telles estava criando um partido para si no exército.

O senhor Castilhos infamou, em documento público, o nome, o passado, a glória, do senhor Carlos Telles.

Este protestou; o senhor Castilhos ordenou ao presidente da república que o puna.

O soldado brasileiro, mesmo sendo um general, é um escravo; protestar contra a injustiça do senhor, é crime de força!

E o senhor Campos Sales escreveu o anátema sobrenome do senhor Carlos Telles.

E o exército? Obedeceu?...

Mas há em tudo uma compensação.

O povo mártir, o povo vilipendiado nesta república de corsários, não calculou o que lhe pode vir provocando a ação da justiça do senhor Castilhos; o povo lembrou-se da justiça de um antigo país, morto há nove anos, que se chamou Brasil, e por essa lembrança ergueu-se sem se importar com a faca degoladora e o facho incendiário do senhor Castilhos.

O povo recebeu de braços abertos o senhor Carlos Telles.

Vamos, general, se foi a tua morte que senhor Castilho decretou tu tens um mausoléu, digno de ti, no coração do povo brasileiro.

Doutor Ângelo Dourado

**ALERTA**

Concluamos.

A recente manifestação popular feita ao General Carlos Telles, as saudações recebidas por ele, telegraficamente, de brasileiros residentes no estado Oriental, dizem que o espírito do povo brasileiro não está morto; apenas comprimido pelos inúmeros aparelhos movidos pela tirania, ele disputará na hora suprema para resgatar sua honra, com sacrifício de sua fortuna, e, mais ainda, de sua própria vida.

Não serão as vendas dos bens nacionais; não serão os impostos insuportáveis e ridículos, não serão as moratórias que sobrecarregam o peso do dia de amanhã que irão conseguir; mas o pensamento uni-



forme do povo, que se mostrará, quando conhecendo o perigo comum, se apresentar para a comum defesa.

Então, se fará justiça, não com a cegueira da convenção francesa; não poupando vítimas, qualquer que fosse sua natureza ou crime; mas com a justiça que o povo exerce na sua grandeza absoluta.

Virão ao tribunal os que, encarregados de dirigir o país, malbaratearam a vida do povo e sua fortuna, a ponto de arrastar a pátria ao abismo que a atrai.

Os que são caluniados injustamente serão absolvidos; mas os que não mostrarem a origem das fortunas que guardam ou ostentam, os que não mostrarem o mandato legal, pelo qual em nome do povo, se apoderaram da direção da fortuna pública, a distribuíram por amigos e comparsas, tornando-se vitalícios, pela força, na direção do destino da pátria, estes serão punidos; porque assim foi escrito pelo destino, pela justiça indefectível.

Esperemos e confiemos na sua justiça.

O dia de amanhã dos povos não para em sua marcha; lenta; mas constante, infalível — esperemos; esperemos...

*Sursum corda.*

Doutor Ângelo Dourado

---

**ECO DO SUL, 29/03/1900 P 1**

**O DR. ÂNGELO DOURADO  
AO  
CLUB SACA-ROLHAS**

Srs. diretores e dignos membros club Saca-Rolhas.

Acabo de ler nos jornais da manhã, com surpresa, a delicadeza que teve esse club de eleger-me seu orador. Antes de entrar no assunto desta missiva, pe-nhorado vos agradeço essa lembrança; sinto porém dizer-vos que me é bem difícil aceitar este cargo, pelos motivos que vou expor, devendo dizer-vos que vejo no club Saca-Rolhas um dos melhores agrupamentos de homens nesta terra, porque nem só é ele composto de parte dia seu melhor pessoal, como abriga em seu seio a numerosa e brilhante mocidade rio-grandense; mocidade a quem está confiado o futuro da pátria quando essa identidade pátria for bem compreendida, e não estiver sujeita a ser apenas terreno onde se digladiam os partidos de ambições pessoais.

Demais, em todos os certames dignos, que aqui tenho visto, sempre o Saca-Rolhas coloca-se na primeira linha; o que demonstra que, há dez anos, temos sentido na aculea dor moral e material, que os nomes não dizem para nós o que são as coisas que eles denominam.

Não alegarei também o fútil motivo de que me falta o tempo para isso, porquanto apesar de pesada

clínica que exerço, a prática de muitos anos permite-me momentos de sueto que entrego a alguma coisa que faça desviar o espírito das cenas dolorosas, que são o apanágio da vida do médico; esses momentos entrego-os em lançar sobre o papel alguma coisa que meus filhos publicarão um dia mostrar quem, sem ser profeta pode prever o futuro pelos sintomas do presente. O que me obriga porém a pedir-vos que me dispenseis do cargo que me dignastes é o seguinte:

O club Saca-Rolhas é um club de festas, e eu vos digo que a alegria desapareceu de todo de mim; mesmo aquela que se encontra no lar, no sorrir da família pelas apreensões do futuro que a espera, nesta pátria que entre risos, sangue e lucros pessoais, vai se matando o futuro da família brasileira dizendo que ela progride com as outras raças que a vem substituir. Pode ter a alegria quem como eu sofreu em lutas cruentas simplesmente pelo amor à pátria e a vê cada vez descer mais até o ponto de não saber o que seja a lei dos direitos individuais num sistema que se diz ter sido imposto em nome da lei, da liberdade e da justiça? Pode ter alegria quem aprendeu a meditar no sofrimento voluntário pela dignidade de um povo, e vê por toda a parte trepidar do nepotismo que mata o amor da pátria como mata as mais puras amizades, e até o interesse comum em nome da família?

Pode ter a alegria quem vê por simples delações interesseiras, ou evasivas, arrastar-se um velho septuagenário para obrigá-lo a denunciar-se como as vítimas na pole inquisitorial?

Pode ter alegria, quem pensando no dia de amanhã, vê a mulher de um coronel do exército, dos mais dignos, ser esbofeteada por beleguins, quando exerce a santidade da defesa da nobreza paterna que os beleguins ameaçam esmagar ao peso dos cacetes?

Se a senhora de um coronel do exército brasileiro tal sofreu, desse exército que fez a república, o que será no dia de amanhã dessas pobres esposas e filhas de quem não pertence ao exército e não encontra na sua pátria senão a lei que a vontade do dominador decreta?

De mais... o que é isso? O que é feito desta pátria de outrora, onde se vê nas colunas de um jornal de grande circulação a declaração de um estrangeiro de que matava a fome à família de um marechal do exército brasileiro, que foi uma de suas glórias, que foi ministro, honrado, di-lo sua pobreza, enquanto outros tornam-se milionários, habitam palácios suntuosos?

A espada da honra de um marechal do exército brasileiro, já foi ao fim, dada em pagamento do pão com que mataram a fome à sua família, está escrito, impresso e corre o mundo...

Tenho um filho militar, e todos os outros seguirão

a mesma carreira para aprenderem a morrer pela pátria no dia de amanhã.

Ao mais velho fiz ler o escrito que dizia a que ponto chegou um marechal do exército, e com doloroso prazer vi-o tremer de indignação e umedecer-lhe os olhos de lágrimas, mas louvar a pobreza do valente que chegou a merecer uma espada de honra.

Isso aliviou-me quanto a ele, mas não quanto às minhas apreensões.

Nunca negarei a minha palavra rude, mas franca e convicta, toda vez que m'a reclamarem nos atos em que se possa relembrar o nome de nossa pátria, ou dizer ao povo o que é preciso dizer-lhe.

Nessas ocasiões podeis contar comigo, mesmo sem ser orador de vosso club.

Termino, senhores, ainda uma vez agradecendo a subida hora que me destes, lembrando-vos de meu nome.

Rio Grande, 27 de março de 1900.  
Doutor Ângelo Dourado.

---

#### **ECO DO SUL, 10/06/1900 P 1**

#### **DR. ÂNGELO DOURADO**

Em carta que nos dirigiu o nosso amigo e conceituado clínico senhor doutor Ângelo Dourado pede para declararmos que “em vista da atitude que têm tomado as apreciações sobre a epidemia reinante nesta cidade, atitude que, em vez de estabelecer um *criterium* capaz de resolver a questão por um estudo sério e de vantagens para a população, tem desviado os mais interessados no assunto e que dia e noite não se poupam a atender os infelizes que os procuram e a quem servem sem outra vantagem que não seja a derivada do cumprimento do dever de humanidade, resolveu suspender a publicação da sua série de artigos sobre higiene local, iniciada no Eco do Sul.

Brevemente, porém, dará a luz em folheto, o que observou e observa, para que possa ser lido por médicos de diversas partes, e assim julgada com mais calma qual a natureza da enfermidade que tem preocupado esta e as populações vizinhas”.

---

#### **ECO DO SUL, 23/04/1902 P 1**

#### **PELO BRASIL**

Anteontem, ao anoitecer, fugindo à bátega d'água que caía, entrei no hotel Bianchini, onde entretive-me em palestra com dois amigos; o Bianchini, italiano, e o Saraiva, da Flor dos Vinhos, português. Muitos eram os amigos que ali estavam, a espera da hora da festa comemorativa do Tiradentes, que o

Centro Castilhistista oferecia à população. A palestra, como era natural, versava sobre a atualidade política, isto é, eu falava aos meus amigos sobre a política, quando um terceiro aparteu-me dizendo que não acreditava na regeneração política do Brasil, nem o seu ressurgimento da miséria atual, pela falta de caráter do seu povo; pelo indiferentismo com quem olhava as coisas públicas; pela subserviência aos governos, por mais despóticos que se tem mostrado ultimamente, etc etc.

Contestei-lhe com a história das duas nacionalidades que tínhamos, ali, na ocasião, representadas em dois dignos homens trabalhadores: a Itália e Portugal; mas antes de terminar, começava a sessão comemorativa e a curiosidade para ela me arrastou como a muitos companheiros políticos que lá encontrei. Repito, portanto hoje, pelo *Eco* o que anteontem dizia e não terminei.

A Itália foi por muitos anos dividida em pequenos reinos e pequenas repúblicas, se opondo a sua unificação o governo temporal do Papa sendo Roma o seu reino. Esse governo tinha raízes universais porque era Roma a capital do mundo católico e o Papa, o seu rei. Os maiores horrores foram praticados nesses pequenos reinos, e naquela repúblicas dos doges. As maiores tiranias eram exercidas; a maior falta de justiça, a mais aviltante prepotência, como se vê nos *Noivos* de Marezzoni [Manzoni]. Depois veio o domínio estrangeiro, a Áustria apoderou-se do nordeste, a Espanha do sudoeste, a França Bastilha. Às vésperas sicilianas; a revolução de Mazzanillo só serviram para aumentar o furor do governo que como ainda hoje entre nós julgam que o terror plantado sobre os indivíduos se propaga aos vindouros.

Na revolução francesa, Napoleão quis levantar-se. Carolina, irmã de Maria Antonieta, fugiu com o marido. Nelson ancorou ali. Lady Hamilton, formosíssima e amiga da rainha fascinou-o; tornou-se sua amante; Nelson abafou a revolta de Nápoles e chamou os reis. A cega paixão que o prendia a adúltera embaixatriz inglesa fazia com que ele cometesse todos os crimes que podiam satisfazer a vingança de Carolina, cuja irmã acabava de ser guilhotinada na França.

O velho Almirante Accujacio, cheio de serviços à pátria e que tinha na revolta ocupado o lugar de pacificador, ou opositor às loucuras, foi enforcado na verga do navio de Nelson, a pedido da rainha, e seu corpo atirado ao mar com uma bala atada aos pés. Quando, dias depois os reis de Nápoles visitavam Nelson no seu navio onde se achava a concubina cruel, surgiu do seio das águas o busto do velho almirante com seus cabelos brancos, como olhando fixamente para os celerados que o mataram.

Que me quer este homem? Perguntou o rei, aterrado. Que se lhe dê sepultura em terras da pátria,

respondeu um velho que acompanhava o rei, mas não abjurava a pátria. Não posso lembrar-me desse triste episódio, sem que a figura do bravo Marechal Barão de Batovi, me venha à mente. É talvez quem há de vir um dia pedir sepultura com honras militares que lhe serão dadas. Em Nápoles o terror foi tal, que velhos encanecidos nos combates denunciaram os próprios filhos à fúria de Carolina, com medo de serem incluídos na devassa. Entretanto, 20 anos depois, Mazzini e Garibaldi, republicanos de crenças, entregaram a Itália à casa de Sabóia para poder unificá-la, e assim torná-la uma potência europeia, sendo preciso para isso abolir o poder temporal do chefe do catolicismo. Ora, o povo italiano não era mais patriota que o brasileiro, e os estados peninsulares olhavam-se mais como inimigos do que como amigos. Não eram uma nacionalidade, por que não se compreendiam falando, nem tinham leis e tradições que os unissem. O napolitano não compreendia o vêneto, e a escravização imposta pela Áustria aos italianos daquela parte que era achada como coisa natural, pelas outras. Nem o camponês italiano era mais civilizado do que os nossos sertanejos, o que atestam, ainda hoje, os que buscam as nossas colônias.

Portugal ficou sujeito à Espanha desde Felipe II. Os maus portugueses vendidos pelo emprego ou medo, serviam de algozes da sua pátria, transformando Lisboa em cadafalso, na frase do poeta. A Espanha derramava ali diariamente aluviões de decretos de morte que eram cumpridos. Parecia toda a esperança perdida, quando Pinto Ribeiro, um médico obscuro pode atirar a rua, das janelas do Palácio, aquele cruel Miguel de Vasconcelos que o povo recebeu nos braços para despedaçar.

E Portugal, o pequeno Portugal, até hoje é livre embora a grande Espanha procure por todos os meios absorvê-lo.

Eis porque não perco esperança de ver a minha pátria ainda ressurgir do lodo em que as oligarquias atuais a tem buscado sepultar, tripudiando sobre o seu abatimento que já atinge o aviltamento. Foi o que disse aos amigos que me ouviam, e tive ocasião de sentir imediatamente que não fora o amor-próprio que me ditara tais conceitos.

No teatro onde penetrei, que regurgitava de uma multidão seleta, discursavam. Cada vez que os oradores davam maior tonicidade a voz para exaltar o Dr. Júlio de Castilhos, ouvia-se aqui, ali, um apoiado, a não ser no palco onde estava o mundo oficial. E Cada vez que faziam uma referência as nossas glórias, a José Bonifácio, por exemplo, o grande apóstolo da nossa nacionalização, o teatro rebojava de aplausos. Foi por isso que terminada a festa política, onde se deram vivas diversos, mas não se lembraram do nosso caro Brasil, eu voltei-me para o povo e bra-

dei: “viva a nação brasileira. Honra ao território que vai do Prata ao Acre.”

E o povo compreendeu-me e correspondeu ao meu brado. E as bandas militares tocaram o hino nacional, tendo eu dado um viva ao Brasil numa festa pública, onde só se aclamara indivíduos.

Rio Grande, 23 de abril de 1902.

Doutor Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL, 20/05/1902 P 1

### O direito de matar

O estatuto da república, comédia de prantos e escárnio de que o senhor Júlio de Castilhos foi canonizado apóstolo, pelo não menos apóstolo major Barbosa Lima, proíbe terminantemente a pena de morte; entretanto o excelso apóstolo, o sacerdote magno de Clotilde de Vaux, arraigou a si o direito de mandar fazer execuções em massa ao primeiro aviso, ou por *ex informata conscientia*, sem a menor indignação, sem mesmo se preocupar se não é um embuste interesseiro dos filibusteiros da sua política de adeptos, a tanto por cabeça, pagos pelos cofres públicos.

Há poucos anos noticiaram que haviam fanáticos lá pelas serras do Pelotas. E o senhor Júlio de Castilhos lá mandou o senhor Bento Porto. Diziam que ali havia mais de 50 famílias, e o senhor Bento Porto na parte oficial que entregou ao senhor Júlio de Castilhos, que foi publicada pela *Federação*, com elogios, transcrita em outros jornais (neutros) sem um reparo, sem um protesto, sinal de que a vida não tem valor nenhum relativo ao de uma ovelha se o indivíduo não for castilhista ou estrangeiro. “Chegamos; atacamos à noite, e incendiamos as casas, conforme o plano combinado... *Estes não nos incomodarão mais*. Encontramos alguns quadros de santos, sinal de superstição”.

Estas pobres famílias, como se soube depois, eram fugitivos das perseguições legais, que se entregavam a indústria ervateira.

Agora aparece no Encantado, entre colônias estrangeiras, perto de uma povoação, em comunicação com os centros populosos, um grupo de famílias. Fugitivas talvez das cidades; que dizem, serem alguns ex-revolucionários. Não matavam, não roubavam, viviam como párias fugitivos dos homens da lei.

Rezavam, porque na oração o homem encontra forças para o sofrimento; e sem ela irá ao desespero que talvez seja um dia a perda do senhor Júlio de Castilhos. Entretanto a autoridade local lá foi em pé de guerra espingardeá-los. Defenderam-se a arma branca, como defender-se-iam os cães com os dentes.

Um caixeiro viajante quis ver essa matança e morreu. *Aqui de Júlio de Castilhos!* São inimigos. Está em risco a nossa religião! E em vez de punir essa autoridade que assim malbarateou a vida de homens e mulheres, manda-se a brigada para exterminar os provocados dando força aos provocadores.

Fuzilaram as mulheres que se opunham ao assassinato dos filhos e dizem que elas vinham na frente servindo de trincheira aos atiradores de armas brancas!!! Entretanto, ao mesmo tempo, na capital, os positivistas festejam o Treze de Maio, fazendo cantar a salve Maria, de Mercadante, trocando o nome de Maria pelo de Clotilde!!! E este país é todo cristão, exceto o pequeno grupo positivista ou castilhista, e atira-se-lhe assim um insulto à sua crença!

Mas o que é isso?

O governo pode mandar matar sem processo, sem prova de crime; incendiar choupanas de pobres famílias, e o anarquista não pode fazer voar os palácios comprado com lágrimas de sangue das vítimas! Não pode esventrar qualquer Sileno concussionário, cujos crimes sejam patentes, como única justiça natural, onde a justiça pública é a criminoso?

Pensam que abolindo Deus e o Cristo, que falam do remorso e da providência, abolem a vingança, que o ódio propaga até aos descendentes dos algozes e tiramos? Mas até lá, que talvez seja tarde, talvez amanhã, que há de fazer essa pobre gente que não podendo viver onde a autoridade, vai ser assassinada por elas, nas clareiras da floresta onde se refugiam? Querem um conselho? Sentem praça na brigada — é o meio de fugir à perseguição, e poderem diariamente ver o Dr. Júlio de Castilhos, guardar-lhe a pessoa e bens.

E verão que esse tipo que ao longe se julga o polifeno da república, é de carne e osso, como qualquer mortal.

Vão para a brigada.

Ali tudo é bom. Assentem praça ali; esqueçam as mulheres e filhos assassinados legalmente, ou na miséria, e poderão ver como a vida da família do Dr. Júlio de Castilhos é calma e feliz.

Vão...

Doutor Ângelo Dourado

---

**ECO DO SUL, 23/05/1902 P 1**

### **A "OPINIÃO PÚBLICA"**

Esse simpático jornal, da vizinha cidade, na sua revista da imprensa, falando sobre o *Diário Popular* em referência a mim, diz que eu irei à fala.

Não senhor, não vou, à fala. Mais uma vez tenho tido ocasião de estar amigavelmente conversando, falando francamente, como falo e escrevo, com gente

que ontem eu queria matar, me chamava de bandido etc etc. E garanto-lhe que é um prazer ouvi-los dizer do seu deus de ontem o que o diabo não diria da cruz se tivesse boca, nos tempos em que a cruz tinha valor.

Por isso eu não posso ir à fala, depois de tanta experiência, com aqueles que amanhã, quando faltar o *mínus* do senhor Júlio de Castilhos me virão contar dele tanta coisa íntima de que tenho precisão para um estudo das loucuras parciais e efetivas de que muito me tenho ocupado.

Quando escrevo, não pensem que me vem ódio contra o senhor Júlio de Castilhos, não; enganem-se, porque eu tenho mais pena dele do que outra coisa. Quem me conhece sabe que a causa dos meus males é pena dos infelizes numa época em que cada qual deve procurar encher o saco, que quanto mais cheio mais honra e merecimento terá. E querem ver porque eu tenho pena do senhor Júlio de Castilhos? Antes disso a prova de que tenho pena?

Porque sabendo que ele é um pobre enfermo vítima da mania das grandezas, da oratória, da diplomacia, injetando no sangue a vaidade para levá-lo à excitação, outros aconselham-lhe usos perigosos, presenteando-lhe com o veneno que o mata dizendo ser o néctar dos grandes homens; e ele chega à loucura; chega a compreender o Vesúvio, no extremo da península itálica destruindo todo aquele continente rochoso.

Seria capaz agora, se estava no seu estado genial de estadista, ou desejar que os romanos fossem de novo destruir as Gálias para ele mandar a brigada libertar a Germânia porque tem alma alemã. E, quando ele diz isso, os seus serviçais, pagos pelos cofres públicos, aplaudem, como os serviçais de Nero aplaudiam seus atos, as suas loucuras; mas lá, para guardar o pescoço, e os de cá para ganhar-lhe as patacas; nossas, porque, quanto a prata é de voz pública que o senhor Castilhos não daria um vintém para matar a fome de uma criança.

Entretanto, se o Rio Grande aceitou senhorio do senhor Júlio de Castilhos com todo o seu cortejo sultanesco, é provável que muito em breve o Brasil todo aceitará, porque cada povo tem o governo que merece. Ora eu imagino que o senhor Júlio de Castilhos aporte ao Rio de Janeiro, ou caia mesmo no Catete num balão e comece fazer lá o que fez aqui desde 92. E aquilo ali tem gente de toda a parte.

E pode lá me dizer: não faz mais mal a ninguém, infeliz. E não é isso absurdo. Humberto era um homem bom amante, da sua pátria que ajudou a unificá-la e não matá-la, mataram-no porque ele vivia na abundância e milhares de famílias na miséria. Entretanto se sabe que a família de Humberto, da sua fortuna particular, tirava o que servia para nutrir muita gente, muitos órfãos, muitas viúvas de que ele não

causara a desgraça.

Elizabeth, aquela pobre imperatriz da Áustria, morreu pelo mesmo motivo. E outros e outros. É por isso que eu digo ao senhor Júlio de Castilhos quando o vejo levado pelo aboiar dos seus cães a cometer crimes.

Não somos nós os Maragatos os seus inimigos.

Não, apenas sofremos e fomos causa daquela derama de dinheiro, chuva de ouro, que o marechal espalhou sobre a vossa cabeça.

Vossos inimigos são os vossos amigos que vos levaram à ruína, à desgraça, quando bem se sabe que se fordes ao governo, caíreis no ridículo no primeiro dia, se fordes mole, e se fordes forte, como aqui, vos arrancarão as tripas, no segundo. Os Florianos só existem uma vez — e na oportunidade; fora daí eles mesmos já não seriam o mesmo. E pensam que esse meu clamar no deserto não tem calado no espírito do senhor Júlio de Castilhos? Tem sim. E direi, depois, como e porque.

22 de maio de 1902.

Doutor Ângelo Dourado

---

## **ECO DO SUL, 24/05/1902 P1**

### **Clamando no deserto**

O meio social é que modaliza o caráter dos homens. Submeter-se a ele é lutar com esperanças, luta só de ambições, de ostentação, de desejos. Opor-se é exaltar-se; provocar a ruína própria, chamar sobre si todas as iras, todos os apodos, e sentir-se repudiado como um leproso, mesmo por aqueles que mais lucravam com a sua resistência, mas que o interesse momentâneo impõe o repúdio.

Esse meio social é criado pelos homens que natural ou forçosamente tornam-se os diretores da marcha do povo, tanto mais acatados e reverenciados, quanto maior a força material de que dispõem, o número de colocações a dar. Se essa direção é honesta, o homem buscará no trabalho, o pão, único objeto indispensável à vida.

Então a luta é nobre e honrosa. É o pescador numa frágil canoa afrontando as ondas, sem temer o naufrágio; é o agricultor a cavar a terra nas horas em que os e eflúvios e miasmas mais ameaçadores são exalados; é o magistrado, vivendo na pobreza e renunciando tudo que se lhe oferece em troca da justiça; é o médico penetrando a qualquer hora na mais infectuosa pocilga, sem remuneração, afrontando a morte; é o político sacrificando a vida e o bem por amor da Pátria, defendendo as ideias que julga salvá-la, ou engrandecê-la; é o soldado resignado, vivendo quase numa escravidão relativa à espera do momento em que deva levar a vida, para defesa da honra e integridade da pátria; é

a sociedade toda num repúdio tácito condenando os criminosos a que a lei não pode condenar por falta de provas autênticas, e todos estes, nessa luta encontram, muitas vezes o naufrágio, porque os elementos com que lutam são mais fortes, em todas as classes existem vítimas de eleição nas desgraças, ou nas vinganças dos criminosos potentados que elegem os que devem pagar o repúdio em que se encontram.

Se é desonesto, a mesma luta se dará; mas aqui não será somente a luta do corpo, é também a luta da honra. Então o desprezo desta torna-se tão comum, tão natural, que o desbrío chama-se coerência, a infâmia patriotismo, a ladroagem progresso, a dissolução justiça, e tudo se acumulando forma um mar de lodo, onde o dono da força e das praças poderá navegar protraído por aqueles mesmos que mais o odiando ou invejando são obrigados a fazê-lo, para não descerem a vaza impedidos pelos que as navegavam, e desejam-lhe os postos.

É então que se dá esse triste resultado que os povos sentem muitas vezes o nivelamento do caráter na infâmia que é então nobreza; no servilismo que é então dignidade altiva; no latrocínio que é então atividade inteligente; na bajulação que é dedicação desinteressada; no aniquilamento do próprio povo se não tem uma nacionalidade firme e definida, que é patriotismo; na destruição dos que lutam contra a onda aniquiladora, que é dignificar a memória dos heróis dos tempos depois que são classificados execrados. E isto torna-se uma linguagem tão comum que chega parecer uma ideia, e aqueles mesmos que disso vivem tudo explorando, parece que chegam a convencer-se de que a infâmia é virtude, a destruição da Pátria patriotismo, e por si julgam virtuosos e patriotas.

E a fortuna ou posição ganha nesse negócio de patriotas mudará os costumes de um povo se ele não acorda neste tempo, e os parvenus tornam-se ditadores das leis e da moral, e os honestos se tornam criminosos. E se o povo depois do desprezo ruge conhecendo a sua força e torna-se coletividade anárquica, será o seu próprio corpo o mutilado; se como modernamente, um se volta ao martírio de Cristo cruento, e exerce uma justiça fatal, sem ferir os culpados, insultam a sua memória, quando não despedaçam na praça pública; mas os corruptores, os causadores de todas as desgraças não se emendam, se julgam ao abrigo da justiça fatal, porque os interessados no seu negócio o elevam, publicam ao longe artigos laudatórios onde os crimes mais repulsivos são considerados virtudes. Um golpe rápido de vista pela história dos povos nos vai mostrar que esses conceitos que aí ficam são exatos.

23 de maio de 1902.

Doutor Ângelo Dourado

---

## Paralelos

### Tiranos e tiranetes

Tibério, imperador romano, oferece-nos o primeiro exemplo histórico para demonstração do que escrevemos ontem.

Tibério era o tirano, frio, sem alma, pode-se dizer de sangue branco para exprimir mais exatamente o indiferentismo ao sofrimento alheio; mas de um certo modo de agir chegava justificar os seus crimes, enquanto era o povo romano um povo especial.

Vivia de conquistas, de tributos de guerra lançados a outros povos, de latrocínios, pois sabe-se qual a sorte dos povos conquistados por um povo sem escrúpulos.

A corrupção chegava ao seu auge, os patrícios ostentavam riquezas enormes ao passo que a plebe vivia na saburra, a morrer de fome, à espera que Cesar mandasse alimentos vindos das terras longínquas, porque a campanha romana não era agricultada; daí o ódio do povo aos patrícios, e a força dos tiranos que se eram indiferentes aos sofrimentos dos vilões, se os esbirros impunemente matavam plebeus escravos, como cães sem dono, o tirano por sua vez ceifava, sem misericórdia, a nobreza que lhe caía no desagrado, ou que o seu interesse exigia.

Tibério era um hipócrita chegado ao desprendimento pecuniário. Se incendiava-se um templo ele mandava reconstruí-lo a sua custa, bem como um circo ou outro qualquer lugar de divertimento público; mandava distribuir dinheiro pelo populacho famélico.

E se o Senado propunha erguer-lhe estátuas, ou levar o nome da sua mãe para o calendário dos deuses, Tibério se opunha, descrevia uma longa e respeitosa carta ao Senado, mostrando que a bajulação era um crime.

Nessa hipocrisia ele justificava-se dos crimes que cometia.

Lançava, então, mão de um para destruir outro, se esse outro, mesmo da sua própria família, ou que mais serviços tivesse prestado, começava a ser apontado como homem de merecimento pessoal.

O seu maior instrumento foi Sejano, um homem de baixa classe, e de costumes perversos, mas que subiu tanto que chegava a aspirar o casamento com a nora da Tibério, e sendo por ela repudiado teceu a intriga de tal modo que chegou a condená-la a morrer, como morreu, de fome.

Mas Sejano passava já o limite que lhe era traçado, e caindo em desgraça, foi punido por ordem de Tibério como único responsável por todos os seus crimes.

Hoje para buscar um paralelo entre os tiranos daquele tempo e os nossos, é preciso fazer abstração de muitas coisas. Temos imprensa que de vez em quando denuncia os crimes se não estivermos em estado de sítio; o povo é limitado por costumes e leis, convivendo nele diversas nacionalidades que tem os seus representantes, ao passo que o povo romano era um conjunto de nacionalidades conquistadas, odiando-se mutuamente.

Temos telégrafos; meios rápidos de locomoção; gosta-se de ser elogiados pelos viajantes; por isso o exterior é zelado com o máximo de cuidado; e até parece que se goza de uma liberdade tão ampla, de uma abundância tão próspera, que devemos ser considerados o país modelo, e que tudo isso que aí se vê, colônias, estradas, cidades, fábricas etc., deve ser considerado feito em nove anos, pois aos ministros viajantes se diz que tudo isso mostra a prosperidade do governo do senhor Júlio de Castilhos de onde o *anima e vita*, e a sabia política pratica.

Não. O que aí se vê o senhor Castilhos encontrou feito e tão feito em 10 anos não conseguiu destruir de todo, e agora aceita como obra sua quando a mentira diplomática assim julga bom declarar.

Este país era um dos mais prósperos numa marcha relativa de todas as suas circunscções. Sua política era ativa e violenta, mas não de extermínio; não existia ódio entre indivíduos de política oposta senão quando motivos pessoais causava-o.

O amor da Pátria era tão íntimo que o menor vislumbre de desrespeito a ela todos se uniam, e nunca um que governasse chegou a vangloriar-se de ter subjugado o povo; ao contrário, o eleito ou nomeado passava a ser uma espécie de fiscal dos atos dos seus subalternos em relação ao povo, e não um estimulador de crimes; o mandatário de assassinatos em massa, por simples denúncias como tanto se tem visto. É verdade!

Viram a notícia do Lajeado? Compreenderam bem.

As 250 praças da brigada travaram renhido combate com os fanáticos do Muçum. Destroçaram-os completamente, *não saiu ferido, nem morto um só soldado nesse perigoso combate com os fanáticos.*

Fizeram alguns prisioneiros graças a Clotilde. Essa mortandade de um lado é tão crucial que só se podia explicar pelo combate travado pelos fanáticos de mãos atadas e pescoços nus, enquanto a brigada fazia fogo ou manjava o sabre.

O senhor Bento Porto pode dizer: “obedeci ao plano; esses não nos incomodarão mais; o senhor agora dirá, resistiram terrivelmente.

Entrebuxaram como loucos, por isso fomos obrigados a exterminá-los à coice d’arma. A muito custo fizemos alguns prisioneiros, obedecendo o plano para calar a boca da anarquia que diz ter direito de

vida quem não é nosso”.

O paralelo adiado para amanhã.

24 de maio de 1902.

Doutor Ângelo Dourado

---

**ECO DO SUL, 29/05/1902 P 1**

## **Paralelos**

### **Tiranos de tiranetes**

Na espécie humana vemos, muitas vezes, atos que repugnam até ao nojo, numa raça, enquanto em outra parece mais do que natural; ou mesmo nas diversas classes da mesma raça.

Assim por exemplo, se vemos um pobre filho de Angola coberto de trapos, mendigos, pelas ruas, ou mesmo um bugre que busque a cidade, damo-la, mas julgamos aquilo muito natural.

É a transição da besta para o homem, e assim a ociosidade parece-lhe mais nobre, mais digno o estender a mão para esmola que o trabalho dignificador, embora de produto mesquinho, mas sempre seu. E, sempre ganho no esforço que enobrecendo, qualquer que seja a natureza desse trabalho, consola a alma, enchendo-a de esperanças para dias melhores.

Se, porém, esse mendigo é dos que etimologicamente se denomina raça superior pela educação, com formação, e sobretudo hábito do trabalho e conhecimento do valor do homem na luta honesta pela existência, esse mendigo branco, esse homem civilizado, esse europeu que ontem não apertaria a mão a alguém de raça inferior, causa-nos repulsão, até ao ódio, em vez de compaixão.

Assim entre os homens em outra esfera de ação.

Se vemos um pobre homem, indeciso na adoção de uma ideia por não calcular quanto de salutar exercem as ideias sobre o indivíduo moral, aceitando o que hoje parece bom, ou estupidamente agarrando-se a um conceito que lhe inculcaram, jogando desonra abandoná-la ainda que o conhecimento, a prática, os desastres demonstrem que a salvação está no abandono da ideia tão perniciosa, e que somente os loucos tem ideia fixa, embora absurda, temos pena, e lamentamos que a nossa palavra, ou a de quem a tiver mais convincente que nós não conseguiu esclarecer aquele espírito cuja ruína será iminente.

Quando porém vemos um homem, moço ainda, revestir-se de hipocrisia, aceitar e aconselhar crenças que não tem, porque na prática mostra que os abandona no momento em que elas não sirvam ao seus interesses, ou praticando-a pesa muito diversamente suas teorias, não é a pena que pode emocionar ao que a tal assiste quando a corrupção ainda não avassalou,

mas a cogitação amarga quanto pode ser depravada a natureza humana; como em um momento pode se ver desaparecer o mais belo ideal; o objeto da mais promissora esperança.

Foi isso que sucedeu o senhor Dr. Júlio de Castilhos, foi isso aqui dando-lhe um poder que na etapa da vida, pode-se dizer efêmera embora pese como o lodo dos asfaltita sobre este nobre Rio Grande, enchendo de apreensões a todo o Brasil, pensante e amante da nacionalidade, circunscreveu o seu mando de tal modo, que mesmo senhor absoluto ele viu-se obrigado a atribuir a outros os atos do seu governo, e se não lhe adormecem de todo a consciência os bons amigos, mais de uma vez deve ter sentido esse suor agônico, quando espírito somando todos os seus atos encontra somente a parcela da vingança humana, se não crê na punição providencial. Seus primeiros atos, quando a ambição, que sempre o dominou, disse-lhe que era tempo de agir, foram tais que todos aqueles que nele viam um companheiro capaz de um dia ser um chefe amado e o útil à pátria, abandonaram-no.

Não contando o anônimo de então que escreve estas linhas, os mais notáveis foram esmorecendo, outros logo abandonando-o, outros receosos pelo futuro da República, procurando esconder-lhe os seus erros ou chamá-lo à razão.

Mas era tarde, e a mania do poder a já se havendo apoderado dele fê-lo julgar-se onipotente, e se como Rosas ou outros tiranetes não mandou logo desembaraçar o seu caminho era porque ainda restava-lhe um pouco desse sentimento que só o hábito do crime extingue ou receio da desforra na queda, infalível embora tardia.

Cassal, Demétrio, Antão de Faria, Aníbal Cardoso, e outros e outros foram alijados da sua convivência ou julgados suspeitos.

Aqueles que vindos da monarquia se ofereceram de boa vontade para auxiliar a construção da república sem comoção no país que seria torná-la inviável, foram considerados monarquistas se nessa infâmia que se chama esperteza política não se iam desde logo aclamá-lo chefe, visando proventos que só as repúblicas sul-americanas concedem, e por isso impondo-o como chefe.

A subserviência ao poder central, a arrogância entre os povos do estado, em cujo espírito ainda era vivo, por transmissão imediata dos horrores de uma revolução, deram-lhe força, por considerar ele o amor da pátria e da família que exigia calma, resignação e covardia.

Julgou-se senhor e como tal com direito de vida e morte sobre os seus concidadãos.

25 de maio de 1902

Doutor Ângelo Dourado

---

**ECO DO SUL, 30/05/1902 P 1**

## **Paralelos**

### **Tiranos e tiranetes**

O Senhor Júlio de Castilhos alienava de si toda a simpatia desinteressada do Rio Grande, pela imposição, à força, da sua personalidade à chefia moral e material, sem mais direito que Assis Brasil e outros, sem o mínimo sacrifício, pois na propaganda usufruía lucros, enquanto pelo país reinava a maior anarquia, e em muitos lugares a política cifrava-se apenas na ladroagem dos cofres públicos.

Deodoro que já sentia quanto se desilude quem se atira a empresas arriscadas confiando em outros, começou a sentir que a Constituição que lhe deram como modelo de perfeição seria a causa da ruína da Pátria, pois que vedava ao supremo chefe honesto e bem intencionado de imiscuir nos feudos que denominaram estados, em benefício da comunhão; obrigando-o, porém, a intervir em benefício do feudatário, toda a vez que ele provocando a reação popular exija a intervenção em seu favor.

Essa intervenção do Rio Grande, como já foi dito pelas colunas do *País*, do Rio, tornou-se uma indústria lucrativa para os feudatários da “indústria da guerra civil”. Modificar o estatuto que aí está a ameaçar de morte o Brasil, se não quiserem concordar que a sua morte já vai em atividade, foi o pensamento de Deodoro, e por isso com a ousadia franca do seu caráter, preferiu dar o golpe de estado, a, hipócrita e cruelmente, anulá-lo a seu bel prazer.

Como testemunha, e parte, pode, quem escreve essas linhas, afiançar que a maioria dos rio-grandenses era infensa à constituição, e os erros de Deodoro cometidos por inspiração cavilosa e pérfida do senhor Júlio de Castilhos, seriam esquecidos, e o então — Partido Nacional — estaria com ele se a seu lado não estivesse o senhor Júlio de Castilhos.

E a constituição teria sido feita com mais adaptação à nossa índole e hábitos, e tudo o que o Brasil tem sofrido; tudo o que o Rio Grande sofreu, sofre e sofrerá enquanto o senhor Júlio de Castilhos for seu dominador, não se teria dado!

Imprevisão fatal aquela, pois embora o senhor Castilhos se mostrasse adepto do golpe de estado, o seu poder seria minorado ou anulado pelo novo estatuto que ele aceitaria submisso, e Deodoro que já o conhecia não daria mais plenos poderes para ele dominar.

Ou então a sua ideia fixa de sempre figurar obrigá-lo-ia a procurar abrigo no Partido Nacional que não seria instrumento seu, visto que os amigos políticos que restavam convencidos da bondade do

sistema em vigor separar-se-iam dele, e os outros, os adventícios, segui-lo-iam, como seguem, gabando-se talvez, de terem sido eles os que o convenceram de *seguir um bom caminho por amor da Pátria e da república*.

Mas, não era possível isto, e Deodoro teve contra si a quase totalidade do povo rio-grandense, desde que o Senhor Júlio de Castilhos manifestou-se por ele, como hoje qualquer governo do qual ele se aproxime, o terá, como terá do país inteiro o governo do centro que lhe seja agradável.

E nem sempre será somente desprezo público o meio de reprovação aos atos do governo.

As tempestades explodem muitas vezes, nem nimbo isolados e esparsos, quando no ambiente a atmosfera rarefeita já não tem força para dissolver os vapores exalados da terra.

Quem viu depois a arrogância, a insensibilidade do senhor Júlio de Castilhos, não poderá compreender como tão fraco se mostrara desde que julgou impossível chegar a tempo os socorros que implorava a Deodoro.

Na Bahia, o Dr. José Gonçalves da Silva, pai do atual juiz distrital deste distrito, intimado da ordem de deposição, mas tendo sido eleito pelo povo, resistiu heroicamente com o direito, e venceu, passando depois o governo ao seu substituto, para não se alterar a marcha legal do estado, aqui que o senhor Júlio de Castilhos que se dizia ser o homem de mais prestígio por uma simples intimação de um grupo de populares desarmados, abandonou o governo, sem cogitar de um substituto, para depois reavê-lo, apoiado no prestígio que talvez como uma ironia para fazer bem conhecido o homem que o apelidou de MARECHAL TRÊS VEZES TRAIADOR, o marechal Floriano lhe deu, para apresentá-lo ao povo como exemplo de corrupção por interesse.

E o Rio Grande entrou na senda dolorosa em busca do Calvário.

25 de maio de 1902.

Doutor Ângelo Dourado

---

**ECO DO SUL, 31/05/1902 P 1**

## **Paralelos**

### **Tiranos e tiranetes**

A nossa deposição de armas, em Bagé, ante o Exército Federal, contra a vontade dos corpos em armas, e que tanto mal nos causou, porque então menores elementos contava castilhismo para a luta do que tive quando lutamos depois, foi aconselhada ou ordenada pelo velho chefe amigo, general Joca Tavares.



Não pode então comunicar-se conosco o chefe Silveira Martins que também aconselhava, e implorava até.

Naquela ocasião íamos lutar contra Castilhos, mas íamos lutar também pela conquista do poder que macularia o nosso ato, ensanguentando a justiça que havíamos de exercer.

Mas não foi isto que ele, o velho chefe, temeu. Foi a guerra civil; foi o destroço do país inteiro; foi a ruína de todos, porque ainda não era conhecida a indústria da guerra civil, porquanto o revolucionário se pode roubar pouco pode conduzir e as forças do governo de então brigavam por obediência e disciplina, e não por desejo de destruir.

Não vale a pena lutar; dizia o velho chefe. O Castilhos não ganhará forças no poder.

O próprio Floriano expulsa-lo-á dali, e nós poderemos viver em paz sem perder homens e sem estragar o Rio Grande.

E todos, muitos desgostosos, permaneceram em suas casas. Somente os que haviam exercido autoridade, nos poucos dias do governo de Bagé, se retiraram para as estâncias para não assistir a posse das autoridades castilhistas.

Confiávamos na palavra do senhor Artur Oscar, então coronel, a quem entregamos as armas, que prometera só deixar entrar ali as forças do general Luiz Alves que já talavam a campanha, passando ela por cima do seu próprio cadáver.

Essa declaração nos foi referida por diversos, entre eles Carlos Antunes, e o Tenente Pires, que a ouviu.

Confiando nisto eu tranquilizava as famílias e confiávamos na índole do povo brasileiro até então humana e boa sobretudo se representava a autoridade.

Uma manhã, ouvi música que se afastava no trem de ferro; apressado ergui-me e soube que o senhor Arthur Oscar se tinha retirado com a sua força para dar lugar a entrada da patriotada.

Acusando-o, eu, de traidor, disseram-me que ele muito havia relutado, mas que o senhor Floriano assim ordenara, por exigências do senhor Castilhos, para em Bagé dar uma mostra do seu poder, e essas forças vinham cruzando os campos, e ceifando vidas dos que descuidados ou confiantes se mostravam.

À minha casa afluíam famílias em desespero, à notícia do estrago nas suas estâncias; ou morte de empregados. Outras, aterradas prevendo os horrores na cidade sem ter-se para quem apelar, e para onde fugir.

Nessa ocasião, alguns castilhistas que se diziam meus amigos, e tinham obrigação de sê-lo, ouviram-me profligar o procedimento do senhor Castilhos, mandando destruir propriedades de um povo em paz, e assassinar homens desarmados.

Lavrei com isso minha sentença de morte. Pela

manhã viriam me prender, e sabendo que eu não me entregaria sem protesto, Deus sabe o que sucederia.

E amigos, alguns em prantos outros implorando, me obrigaram a buscar o estrangeiro; fugindo a meia noite, apreensivo pela família que se não sofreu deve-o a um neto de Bento Gonçalves, que se colocava na esquina quando sabia que eles pretendiam alta noite varejar a minha casa.

Tudo isto me foi dito depois; e esse homem a quem dedico o mais sincero agradecimento é Caetano Gonçalves.

E na minha fuga já não encontrei uma só estância habitada pelos donos, apenas alguma velha caseira, ou algum velho peão oriental. E pelas coxilhas viam-se fugitivos galopeando em busca da fronteira, como bandos de aves que os milhafres atacassem na árvore do pouso do meio dia.

E as casas e ranchos da banda Oriental se enchiam de emigrados que iam pedir pousada e pão, sempre amargos por melhor vontade com que se dá para os que os recebe sendo obrigados a fugir do seus lares.

E ali cada qual que chegava narrava os horrores praticados pela patriotada castilhista, e ali mesmo se jurava vingança, muitos querendo voltar imediatamente em armas.

Pedroso, Mota, Martirena, que tinha o seu retrato entre os facinoras recolhidos nas cadeias de Montevideu, devastaram o centro do município de Bagé e limítrofes; Cândido Garcia percorria a fronteira.

E o senhor Castilhos se animava, mandando dizer que só poupasse as famílias dos adversários, e eles nem isso faziam.

E matavam crianças indefesas e vinham pousar no hotel da família de uma delas, com olhar de quem jurava exterminar a todos se vissem o pranto nos olhos de alguns.

E Martirena, o célebre escapado das prisões de Montevideu, no mesmo hotel, o do Comércio, da família Cuello, com revólver em punho obrigava a pacíficos cidadãos darem vivas a Júlio de Castilhos...

Foi o primeiro que realçou o merecimento de Júlio de Castilhos, foi Martirena... Depois centenas.

30 de maio de 1902

Doutor Ângelo Dourado

---

**ECO DO SUL, 2/06/1902 P1**

**Paralelos**

**Tiranos e tiranetes**

Na balança do dever coloca-se, em uma concha mil sacrifícios, o martírio, o insulto, a ameaça de morte, na outra a verdade, e esta triunfará; mas se pela corrupção tornada lei, não triunfar, a tirania se

perpetuará, e todos os vícios e crimes serão apanágios da benemerência.

Mas a verdade sempre triunfa; e se não fora ela os Herodes se perpetuariam na Palestina apoiados pelo poder de Roma, e Berenice, a inocente, não pagaria os monstruosos crimes dos seus antepassados, porque na vida humana, os filhos embotarão os dentes pelas uvas do crime da crueldade exercida pelos progenitores.

Não nos aterra o insulto, porque ele só atinge aos que cometem as faltas indicados; não nos faz calar a ameaça; mais de uma vez afrontámos a morte profligando os crimes do senhor do Rio Grande, e todos os dias a encaramos no nosso dever profissional.

Se mentimos, desmintam o que escrevemos, que se não foi e é registrado diariamente ou por subserviência, ou por medo, ou por indiferentismo da imprensa para quem, parece, às vezes, que a vida dos rio-grandenses perdeu o valor desde que ele não seja um serviçal do senhor Castilhos, está na consciência de todos; está gravada na alma das vítimas com o estilete da dor cujos traços são indelévels o que narramos.

Aqui, nesta cidade do Rio Grande, a primeira em comércio, em movimento, em representantes de povos diversos, viu-se o que se passou no terror conradino, que escrevia, só obedecer a ordem do seu chefe, (?) em tempo de paz.

Medite-se sobre isto, estabeleça-se o paralelo entre esta cidade e esses pobres lugarejos da campanha e terão o resultado do que sofre e tem sofrido, aquela pobre gente, nos 10 anos da tirania juliana.

Viram aqueles pobres sertanistas de Lajeado atacados de surpresa pela autoridade defenderem-se a arma branca e varapaus, mandarem lá uma força disciplinada, e num renhido combate em que os pobres foram exterminados não ser uma só praça da força morta; nem ao menos ferida?... E se verá como eram tratados os pobres camponeses quando o senhor Júlio de Castilhos dizia ao seus martirenas “só poupem as famílias” que, para quem o conhece, que o vê mandar fazer e negar, como negou ter ordenado ao senhor Conrado os atos que praticou sem desmentir pela *Federação* a declaração do *Rio-grandense*; como negou ter mandado a coroa com dizeres incitadores de carnificina, para o malgrado Vignoli, sem que tivesse declarado pela imprensa que tal não fez, compreenderá bem o que queria dizer quando com olhar baixo hipócrita gaguejava, talvez fingindo chorar — “só poupem as famílias”. E eles bem compreenderam, porque nem as famílias eram poupadas se as achavam ao alcance.

E o vizinho e hospitaleiro estado Oriental enchia-se de fugitivos: famílias inteiras, abastadas no Rio Grande, ali vivendo em um rancho de palha, sofrendo necessidades, muitos insultos do comerciante

sem alma que os espoliava, enquanto o nobre povo uruguaio tinha notícia das ameaças de levarem-lhe a guerra e a devastação porque hospedava os infelizes emigrados; porque não os perseguia, porque não os obrigava a repatriação para serem mortos ou presos.

Foi nessa ocasião que o senhor Castilhos fez jus ao título de moço estadista. Lançou um *ukase*[?] em que declarava que poderia *voltar ao Rio Grande com garantia de vida todo aquele que se ocupasse somente da agricultura* e terminava sem dúvidas dando vivas à liberdade e à república.

Em que tempo viu-se isso, a não ser entre tiranos ou senhores de escravos?

E as forças legais trilhavam a campanha.

E Elias Amaro, depois general honorário do Exército Brasileiro, que havia deixado um profundo sulco nos municípios de Jaguarão e Herval, era tido como honrado, em Bagé, por ter ido opor-se aos horrores dos que talavam o município.

Em Porto Alegre se espingardeava famílias e assassinava-se Haensel; e na serra o coronel Moura e outros, e muitos, centenas.

Foi então que o velho general Tavares nos seus 80 anos, cujos cabelos brancos lhe serviram de mortalha, mas ensinariam qual a brancura do mármore que lhe perpetuaria a glória bradou: — Vamos! E a nobre alma rio-grandense, respondeu: vamos.

30 de maio de 1902

Doutor Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL, 3/06/1902 P 1

### Paralelos

#### Tiranos e tiranetes

Poupe as famílias dos adversários desmoralizados, foi a ordem que o genial estadista, o apóstolo da República, o excelso chefe Júlio de Castilhos deu aos seus sequazes que talavam a campanha. Não os conhecia, nunca os havia visto, aceitou-os como instrumentos de suas ambições hediondas, não tinha junto deles quem os punisse em caso de delinquência, portanto essa ordem era ainda uma manifestação da hipocrisia que sempre o caracterizou e todo dia confirmada; e queria dizer — não precisa me comunicar os horrores que cometerem; basta que digam que tudo fizeram para salvar a república.

Estabelecemos uma comparação entre o moço estadista que em seu benefício não trepidou em matar a sua própria pátria, e o velho rio-grandense, o velho voluntário da pátria, o gaúcho são de alma e corpo que não temeu em sacrificar a vida e a fortuna para salvá-la.

Ditava sua vontade no vizinho estado Oriental o

coronel Latorre.

Aquele estado que passara por muitas revoluções achava-se por assim dizer entregue a caudilhagem desbragada, criada pela força das circunstâncias na escória daquele nobre povo, que mais de uma vez sem possuir o anarquismo tem sabido punir os que malbarateiam sua dignidade.

Latorre, mandava limpar a campanha. Ouvi de terríveis adversários dele o juízo de que se havia no seu ódio pessoal ou político sacrificado vidas preciosas no seu país por sua vez o tinha libertado do banditismo que se acobertava com o princípio da autoridade, com a razão de partidário dominante.

A Bagé chegavam as notícias dos *assassinatos legais* ordenados por ele, e Joca Tavares, então comandante da fronteira, sentindo quanto é deprimente a dignidade humana, ou mandar assassinar homens pela simples resolução individual, escreveu uma carta a Latorre mostrando-lhe como prejudicial ao futuro de sua pátria era o seu procedimento, e quanto vingança chamaria para si no futuro.

Pedia-lhe que sustasse aquele morticínio, embora de bandidos.

E Latorre atendeu.

E chegou mesmo dizer que os que já estavam designados deviam agradecer a vida ao general Tavares.

Providência divina, ou resultado fatal que os atos humanos exigem!

Latorre, o poderoso ditador que se apoderava do estado uruguaio, como de uma estância sem dono, em pouco viu-se foragido, e para escapar da morte, talvez pelas mãos dos seus próprios instrumentos de crueldade, os tiranos morrem sempre as mãos dos que mais louvaram-lhe as tiranias, é um meio muitas vezes de se tornarem simpáticos às vítimas que os odeiam, matar o único responsável pelo sofrimento delas. Latorre, dizíamos, o poderoso Latorre para quem a vida dos homens não tinha valor, embora muitas de suas vítimas fossem bandidos que devastavam a campanha, para fugir da morte certa, buscou a fronteira brasileira, e veio alta noite, acabrunhado, disfarçado em peão gaúcho, bater a porta do general Tavares, que o teve oculto até que pode mandá-lo em seguro para Argentina onde ainda se conserva.

Não pensem os amigos do senhor Castilhos que eu quero com isso dizer que eles mesmos tentarão matá-lo, um dia; não, meu pensamento não é esse. Ademais o senhor Castilhos ainda está na esperança de ser ditador do Brasil, e por mais pobre que esteja o país não faltará dinheiro para os amigos, e quando haja falta no tesouro, e crédito, os particulares terão, e a consolidação da república, e a indústria da guerra civil dão direito a olhar a todos os ricos que sejam contrárias ao castilhismo, ou mesmo amigos, como fornecedores, se não quiserem sofrer.

Depois da ditadura sim; acautele-se o senhor Cas-

tilhos se nada mais tiver para dar-lhes, ou se um ditador mais alegre estiver em perspectiva.

Um outro fato. Depois da queda do senhor Castilhos, era o general Tavares comandante da fronteira e guarnição de Bagé. No Jaguari, se não nos falha a memória, reuniam-se grupos de castilhistas em armas. O general Tavares teve de mandar uma força para dispersá-los.

Essa força foi tirada do 5º Regimento de Cavalaria. Achava-me com o general Tavares quando o comandante da expedição, um capitão do 5º, foi receber as últimas ordens;

“Capitão, não faça fogo sobre eles, para não matar algum”, disse o velho general, “são nossos irmãos. Ainda mesmo que eles atirem, respondam o fogo atirando para o ar, façam escaramuças como quem vai carregar, e deixe-os dispersar e irem-se embora”, e assim se fez. E a expedição na volta foi festejada oferecendo-se um banquete aos oficiais, e o povo fez a eles uma manifestação de cujos sentimentos fui intérprete. Lembra-me que disse: “venceram sem derramar sangue de irmãos; merecem nossas palmas.”

Entretanto o senhor Júlio de Castilhos, no seu interesse próprio, disse ao seus martineiros, só poupem as famílias... E eles diziam, sim...

2 de junho de 1902

doutor Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL, 4/06/1902 P1

### Paralelos

#### Tiranos e tiranetes

Somente aqueles que nos seus palácios cercados de *amigos dedicados*, pagos sempre pelos cofres públicos, encanecem prematuramente, vendo como Tântalo fugir sempre o poder supremo desejado, que os serviçais, sem cessar, prometem-lhe para aguçá-lo a fome, será insensível aos horrores dos atos sangüinários a ponto de querer que outros o imitem para os igualarem a hediondez do crime, embora esse outro não seja senão um passivo da sua vontade.

A mitologia pode transformar Licaão em lobo, por ter servido a Júpiter viandas fornecidas pelo corpo do próprio filho; o senhor Júlio de Castilhos não se transformou em lobo sacrificando os filhos da sua pátria, aos milhares; mas tal é a repulsa ao seu nome, o ódio com que se lhe reputa a crueldade por toda a parte aonde as notícias de sua cruel ambição tem chegado, que difícil lhe será encontrar asilo na sua última calamidade a não ser junto daqueles que tanto sofreram e ainda sofrem por amor da pátria e do pundonor por eles ofendido no seu último interesse, em cuja alma o ódio se extingue diante da desgraça

do odiado, e o perdão seja um doce consolo para os males sofridos.

Sim; e o senhor Júlio de Castilhos, se ainda não atolou de todo a razão no sangue e nas bajulações perenes, deve saber qual a sorte dos que pelo terror ou pelo interesse, adquirem adeptos, e portanto no dia de sua queda, que pode ser tardia e pode ser amanhã, há de ver seu palácio cor de sangue abandonado, como viu Nero o seu; ou então será por eles mesmos sacrificado como foi Tibério estrangulado no leito, ou como Cômodo pelo veneno e estrangulamento simultâneos.

O senhor doutor Júlio de Castilhos reuniu-os a si, prendendo-os pelo crime; fechando os olhos às crueldades quando não galhardando-as; chegará o dia em que eles para lavarem-se da culpa julguem o melhor meio punir o causador deles, que dirão o único responsável como senhor da lei que devia ser obedecida. Mais de uma vez, ainda no fastígio do poder, o senhor Castilhos sentiu o suor frio da agonia final, ao ouvir longe o sinal de reunir dado por aqueles que mais dedicados se mostravam, mas que outros inutilizavam por *não ser tempo ainda*, porque os maragatos ainda podiam vir em armas contra todos. Enganavam-se.

Lutamos muito, vimos morrer os nossos e matamos aqueles que não tinham culpa e que iam nos matar por ordem do senhor Júlio de Castilhos, enquanto ele o causador de tudo no seu palácio gozava vida regalada só atribulada pelas notícias da derrota dos seus, onde ele esperava ser exterminado o último adversário.

Demos o exemplo a nossos filhos de que o sofrimento não dói quando uma grande causa impele o homem à luta, e fizemos sofrer aqueles que esquecidos da própria pátria, das suas gloriosas tradições, daquele amor inato a liberdade e independência, dos seus avós, iam lutar e morrer por um homem que tudo aniquilava, tudo falseava para poder ser o único poderoso nela e assim tiranizá-la sem receio. Não resistíssemos nós, e não existíssemos ainda hoje, embora arredios, embora só sonhando, nesse sonho irrealizável de vermos erguer-se de novo a alma brasileira abatida pelo indiferentismo, o senhor Júlio de Castilhos para mostrar que não fora ele o mandatário de todos os crimes, teria punido todos os seus comparsas para ganhar o nome de justiceiro.

Teria feito com eles o mesmo que eles farão com ele um dia. Atualmente ele só persegue os que julgando-se com direito sobre os serviços extraordinários não obedeceram cegamente a sua vontade.

Aí estão o general Hipólito Ribeiro que tanto fez em seu favor; aí está o coronel João Gabriel, o homem que lhe conservou o domínio da Serra; o adversário mais resistente, mais tenaz que encontramos e que tudo fazia que fosse agradável ao senhor

Castilhos, que tão moço, e no começo de sua vida política chegou a imitar Vitelilus para quem o cadáver do inimigo cheirava sempre bem. E Vitellius só foi tirano de Roma alguns meses; e o senhor Júlio de Castilhos é do Rio Grande há 10 anos; e pensa em breve ser perpetuamente do Brasil inteiro. Mas a perpetuidade da vida dos tiranos num povo que não perdeu de todo o brio é curta.

3 de junho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado.

---

## ECO DO SUL, 5/06/1902 P1

### Paralelos

#### Tiranos e tiranetes

Terminemos este paralelo que já vai longo, se é que se pode chamar paralelo —crimes e criminosos aparecidos em épocas tão diversas e povos tão desiguais.

Tibério assenhoreava-se de Roma, quando o povo romano chegava ao auge da corrupção e entrava na sua decadência mortal; o senhor Júlio de Castilhos assenhoreou-se do Rio Grande quando o seu povo começava a compreender quais os direitos de liberdade que não implicam desordens nem insubordinação.

Roma era apenas a capital do mundo. Com povos de todas as raças unificadas pela conquista que impunha a escravidão, donde o ódio mútuo, a ameaça constante de desforra. O Rio Grande era o torrão querido do Brasil por ter sido longamente abeberado pelo sangue do inimigo que nos vinha insultar, e o dos brasileiros que repeliam o insulto, sendo o primeiro derramamento o dos rio-grandenses. em outros prélios também se derramou, na compreensão de um dever contra o direito, mas nunca contra a tirania, e tanto que depois não restou dessa luta senão a narração dos fatos como meio de exploração até chegar ao ponto dos tiranizadores atuais chamarem em seu socorro a memória dos lutadores pela dignidade de então, e até levantaram estátuas a Bento Gonçalves, enquanto nas cadeias martirizavam os filhos desta terra, matam-nos à fome, sem crime, estaqueia-os, castiga-os à palmatória, destroem-lhes os gados e as pastagens, confiscam os bens deixando a família morrer de fome, se o chefe dela a quem se obrigou ao crime por já não poder suportar as picardias, não se vai oferecer a justiça como criminoso, ainda que apenas suspeito, conforme ordena a lei do senhor Castilhos.

As guerras contínuas entre os diversos povos romanos ativavam-lhes os ódios; as guerras de ambições entre Syla e Mario, entre César e Pompeu, de-

pois entre César e os outros membros do triunvirato, aniquilaram tanto aquele povo que Brutus viu-se na necessidade de apunhalar-se para não ser morto por aqueles mesmos que o incitaram a matá-lo, invocando as virtudes cívicas de Brutus, e a ruína de Roma causada por César cuja única vontade devia obedecer.

Essa degradação de caráter foi mais patente ainda no governo de Augusto, o hipócrita que chamava a si os moços de talento para conviver consigo enquanto vendia Cícero aos seus inimigos. Depois veio Tibério; depois Calígula, depois Cláudio ou Messalina e Agripina, depois Nero; depois quase todos os impeditores como tiranos.

O povo rio-grandense entrava na fase da prosperidade, tornando-se o gaúcho sedentário, pelo espírito prático que sempre o animou desde que viu ao norte do estado as colônias estrangeiras se ligarem ao solo, naturalmente vindo a predominar sobre o elemento rio-grandense antigo, se o trabalho do campo fosse abandonado.

O senhor Júlio de Castilhos deu o golpe mortal na sua própria raça mandando exterminar tudo que não fosse do seu partido, enquanto os estrangeiros calmamente trabalhavam, lucrando na indústria da guerra civil porque os campos agricultados eram abandonados e o acúmulo de população nas cidades aumentava o preço dos gêneros.

E se alguém era incomodado, era tal a indenização reclamada que bastava para fazer-lhes a fortuna. Outros foram além, o governo italiano exigiu tanto, e lhe foi pago, que não tendo a quem pagar distribuiu grande soma com os hospitais de sua terra. De tudo isto foi único culpado o senhor Castilhos, donde era natural classificá-lo de anima e vita desta terra; porque para quem tanto lucrou nas indenizações a alma é aqui aniquilar o próprio povo e a vida é quem o mata.

Tibério era um velho decrépito impotente, por isso capaz de todas as irritações, de todas as vesânicas, vendo florescer a beleza e a mocidade nos outros enquanto ele só tinha desejos; o senhor Castilhos é moço, dizem até formoso.

Passeia pelas ruas, mostra-se nas praças, recebe aclamações, agita as vezes o seu lençinho branco e os seus augustais sussurram-lhe nos ouvidos palavras doces, comoventes, se portanto em Tibério havia todos os motivos que lhe permitiam ódios aos homens, no senhor Castilhos, havia todos para fazê-lo ser bom.

E, guardadas as proporções dos meios, Tibério foi vencido pelo atual senhor do Rio Grande.

4 de junho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado

### O hipócrita

Há tipos criados pela imaginação que são a personificação de indivíduos conhecidos por seus atos, reproduzindo-se sempre, numa aproximação pasmosa.

Tartufo foi uma personificação tão feliz que, pode-se dizer, denominou a classe dos hipócritas insinuantes, reclamando virtudes públicas enquanto a alma gargalhava-lhe no pau da mais baixa depravação.

Rodin, o jesuíta leigo fecha os olhos a todas as crueldades, açula-as, exerce-as, e numa castidade histórica, num desprendimento edificante para as honras, só sonha com a tiara pontifícia, só mira a suprema chefia da Igreja Romana.

Somados os dois espécimes, afora a castidade, e o desprendimento de Rodin, teremos a compleição de tipos que, guardadas as proporções reclamadas pelo tempo e meio onde eles foram criados, oferece a maior analogia com esses estadistas da morte, apóstolos da desgraça pátria.

Exemplifiquemos com um fato conhecido por todos os habitantes desta populosa cidade.

Não agradava ao senhor Castilhos, o genial estadista, a marcha da política de calma e respeito mútuo dos adversários nesta cidade.

Havia também em jogo altos interesses de partidários seus que com a política local existente podiam perigar.

Foi preciso um homem que destruísse o seu próprio partido para criar um outro singularmente pessoal sobre as ruínas daquele.

O moço tenente do exército, doutor Conrado de Campos, que professando a religião positivista a modo do senhor Castilhos, agradou-lhe, e tendo já em uma festa pública, envergando a farda do exército brasileiro feito a *apologia das pequenas pátrias*, tornou-se persona gratíssima do estadista que se soube impor, ameaçando o esfacelamento, e explorando o medo do senhor Campos Sales comprometido com os banqueiros ingleses em não consentir guerra civil.

A troca dos galões e da espada de oficial do exército recebeu o senhor doutor Conrado um cartório vitalício.

A troca dos serviços que ia prestar ao apóstolo da república, a intendência, que sendo apenas administrativa tornou-se em suas mãos autoridade jurídica e militar.

Antes de sua posse o doutor Conrado deveria dar provas do seu valor de promissora alegria por o senhor Castilhos.

Deu-se o fato da biblioteca, e o seu presidente, representante legítimo daquela associação particular foi a Porto Alegre; falou certamente ao senhor Cas-

tilhos, e de lá veio, entregando o dinheiro que não era seu aos que dela se apoderaram sem ao menos tentar em juízo a defesa dos interesses que lhe foram confiados; d'onde se conclui que o senhor Castilhos sancionou os atos do senhor Conrado e franziu o senho ao doutor Chermont, para fazê-lo conhecer qual seria o resultado se apesar do direito intentasse ação.

O fato da biblioteca produziu na cidade um mal estar até então desconhecido. Era a primeira vez que este povo via tão arbitrariamente menosprezar os seus costumes ordeiros.

O jornal oficial, que escrevera tudo fazer por ordem do chefe, narra o fato em galhofa e insultos; e não se pode admitir que um chefe interessado na mutação do cenário político de lugar de primeira ordem não procurasse saber a marcha desses negócios; se eram bem traçados os planos; se bem executadas as ordens; então pode limpar as mãos à parede o estadista com sua chefia.

Seus próprios correligionários previam o desastre que tal situação poderia arrastar para o seu partido; mas ele, o estadista, persistia em construir destruindo.

Punha o seu ódio ou antipatia pessoal aos interesses da camarilha que chefia, como veremos

Doutor Ângelo Dourado.

---

## **ECO DO SUL, 7/06/1902**

### **O hipócrita**

Para ser um chefe, seja nas agremiações liberais, seja nos campos de batalha, ou no terreno da política exige-se predicados que garantam a marcha da coletividade sem vacilações intempestivas, ou caprichos individuais que serão causa do desastre irreparável.

No político, a previsão é o primeiro predicado porque indica a largueza de vistas com que abrange o meio onde o ideal do seu partido, que só pode interessar o bem comum, a sombra do qual os próprios adversários lhe auxiliarão opondo ideias às suas, e nessa oposição clareando-lhe a estrada para fazê-lo fugir dos perigos que nela dormem.

Toda vez, porem, que um homem, sem esse predicado, é, por causas fortuitas, levado ao posto de chefe, agarrado muitas vezes como aquele imperador romano que foi aclamado por se achar escondido entre os colchões, o que não privou que fosse um tirano igual aos outros, desde que teve por si as legiões, esse homem fecha os olhos a tudo que não traga um benefício a sua pessoa, enquanto extermina ou busca aniquilar aqueles mesmos que mais lhe auxiliavam se um pouco de independência, ou altivez de caráter, não permita que eles sejam o instrumento

dócil, muitas vezes mais velhacos que Sancho Pança, que fingindo obedecer as ordens do amo nada mais fazia quer buscar a fortuna própria.

Então cada dia mais se estreitou o campo visual do indivíduo a quem a bajulação interesseira dos Sancho Panças, chega a convencer de que tem algum valor, mas obrigando-o a nunca se mostrar senão no meio onde possa salientar-se; ou pela fama, espalhada ao longe, dá-lhe esse prestígio moral que a força de tanto ouvir se lhe dar faz afinal acreditar que realmente o possui, e que o mundo não é mais do que um acervo de ignorância, ou que ele é um gênio para possuir tanto valor sem nada ter feito. E lá vai ele automaticamente seguindo o seu caminho, em busca da própria anulação, enquanto os que exploram apregoam as suas qualidades como os charlatões a ação de suas drogas, as dulcamara que tudo curam.

Chega um momento em que o indivíduo assim explorado, irrita-se se não é que além da lisonja o embriagam mesmo para não deixá-lo pensar com madureza no papel que representa; o odiando a todos, torna-se como os grandes felinos de entranhas frias que só se vê, à noite, as presas que a fosforescência dos seus próprios olhos alumiam. Na excitação tudo fazem.

É uma ereção cerebral que o impõe, — vem depois o torpor, então, ou de tudo se esquece, e torna-se portanto um inconsciente; ou arrepende-se, e torna-se então um hipócrita. Mas a hipocrisia exige talento; exige um golpe de vista vasto, abrangendo; a anulação dos antagonistas, embora em perspectiva longínqua; só ao gênio é permitida a hipocrisia para as grandes causas; fora daí o hipócrita não passará de um sacristão de igreja onde há santos milagrosos, ou dessas figuras obrigadas nas festas de aldeia, com seu traje perpétuo e seus respectivos discursos sempre improvisados, mas aprendido nos livros que ensinam até escrever cartas de namoro.

Personificaremos o hipócrita para ser mais compreensivo o estudo que nos obrigam a fazer para responder ao *repto*. Daremos provas conhecidas, e testemunho da população do Rio Grande.

Faremos o estudo físico-político do senhor Doutor Júlio de Castilhos.

Doutor Ângelo Dourado.

---

## **ECO DO SUL, 8/06/1902 P1**

### **O hipócrita**

O senhor doutor Conrado de Campos, nomeado intendente pelo senhor Júlio de Castilhos, mostrou-se desde logo de uma inexperiência fatal, esquecendo-se até do adágio popular que encerra, as vezes, mais ensinamentos que todos os livros didáticos, que

não é com vinagre que se apanha moscas, lançou-se no caminho escabroso das *tiranites* municipais.

Poderia alegar que na República do Rio Grande, tudo é permitido, e que foi assim que o senhor Castilhos ganhou nome e fortuna; e assim poderia ele seguindo-o em tudo, ser o único capaz de substituí-lo.

Esquecia-se o senhor doutor Conrado de Campos, que o senhor doutor Castilhos, preparava o seu espírito desde a juventude para escravizar o Rio Grande ou destruí-lo, se tal não conseguisse; que teve como auxiliar dos seus planos a exploração dos crentes republicanos, apresentando os seus adversários como pretendentes à restauração monárquica, chorada já então com o pranto do desespero de quem abandona um lar calmo e honesto para entrar num alcouce onde o despudor campeia ao lado do punhal do sicário, e os donos no balcão recebem a preço de venda dos corpos prostituídos, e calam sobre os crimes para não denunciarem o estabelecimento.

Esquecia-se o senhor doutor Conrado de Campos, que a exploração monstruosa do senhor Castilhos, produziu então o efeito desejado, e o marechal Floriano teve de aceder, talvez, como meio de salvar-se também do crime de restaurador que já havia ressoado em torno de Deodoro.

E o marechal sobre quem pesa a mais cruel das acusações nos crimes de lesa-pátria, talvez tenha a sua justificação um dia, quando publicar-se o seu arquivo, se já não o destruíram; se não incendiar-se a casa onde ele estiver guardado casualmente, como o telégrafo de Porto Alegre.

Então se verá como foi o senhor Júlio de Castilhos, o causador de tudo; inclusive a morte do marechal, vitimado por uma moléstia que tem sua origem, muitas vezes, nos grandes sentimentos; na melancolia que afeta profundamente a moral dos homens de brio, e dali vai aos órgãos vitais do organismo.

Foi isto talvez que deu ao senhor Castilhos o título tão raro hoje, de estadista nesta república de galhofas cruéis e latrocínios patrióticos.

E o senhor doutor Conrado, apoiado apenas na vontade do senhor doutor Castilhos, teve os seus primeiros triunfos, que como o cavalheiro manchego se lhe pareceu já o caminho para tomar de assalto a suprema chefia da república, tosão de ouro perene para os argonautas do pouco escrúpulo, da probidade moderna.

Se o senhor Conrado de Campos, conhece a história militar, veria no seu triunfo na biblioteca uma vitória de Pirro, e rebuscaria caminho que lhe fizesse preencher o seu tempo com proveito e calma, embora os excitamentos e ordens ao senhor Castilhos fossem de acordo com o seu merecimento de estadista — *destruição e morte*.

Mas é presumível que o senhor doutor Conrado

nunca se tivesse preocupado com glórias militares; senão, tão moço, já num posto do nosso exército que lhe acenava posições brilhantes, ele não teria o abandonado por esse prato de lentilhas, suculentas é verdade, mas pouco atraentes para quem pensar em representação quando é o exército, bem como a armada brasileira para onde convergem todos os ventos, todas as esperanças, deste nobre país, aviltado, tiranizado, próximo à ruína ou à venda pelos Castilhos de entranhas secas.

Que é para ele que correm todos que ainda pensam em reedificar o Brasil; para aonde os pais que pensam no futuro de desolação e luto que os donos do presente nos preparam, mandam seus filhos, ainda na primeira infância, para prepará-los para bem saberem morrer na defesa da terra mater.

O senhor doutor Conrado, nunca cogitou disto.

O doutor Castilhos não é militar, e ganhou nome e fortuna; seguiu-o, substituí-lo, para que mais?

Na Europa há lugar onde os ricos podem viver, enquanto os pobres morrerem cá na luta da reconstrução.

7 de junho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado.

---

## ECO DO SUL, 10/06/1902 P 1

### O hipócrita

Perdoem-me aqueles que sofreram e andam sofrendo, mas que o tempo deve já ter minorado ou adormecido aquele sofrimento, se vou acordar mágoas para as quais não há lenitivo senão na resignação.

Num país como o nosso onde o governo teme que os seus atos sejam analisados pelo mal que a análise lhe possa causar ao longe, porquanto no estado de nada tem mais a recear, nem mesmo se atentar a alienação do território; onde a força pública espingardeia famílias sob o fútil pretexto de *fanatismo*; onde a imprensa partidária pode ser suprimida em um momento, e a neutra ser acusada de suspeita se denunciar fatos que interessam ao bem público e por isso prejudicam aos governantes, tem-se necessidade, quando ainda não se perdeu a compreensão do dever, de estudar todos esses fatos, como quem procede a uma vivisseção até chegar ao ponto onde se aninha o mal, embora com risco da própria vida, embora respirando a nauseante podridão exalada pelo corpo purulento, tal como o insulto, a calúnia dos que impotentes para negarem fatos conhecidos e sentidos, apelam para esse meio, terror dos suspeitos ou criminosos, e dos indiferentes pela sorte que lhes aguarda amanhã, temerosos de afrontar o perigo, hoje.

Uma série de fatos individuais haviam colocado em estado de irritação recíproca dois moços desta cidade. O caso da Biblioteca tornava-se o motivo da conversa obrigatória em toda a parte. Nunca se vira desfaçatez igual; nunca se vira tal praticado pelos que, ainda que ironicamente, devem exercer o princípio da autoridade que, quando menos, exige uma máscara para os atentados contra a lei.

Virgínio e Vignoli, encontram-se em uma importante casa comercial onde se discute o assunto da Biblioteca.

As palavras irritantes de longa data proferidas, leva-os à luta corporal. Um cai ferido mortalmente, o outro foge apavorado ante o crime cometido. Testemunhas de probidade inatacável, lamentam o fato narrando-o.

A cidade inteira sente-se pesarosa por desastre tão acabrunhador que ia encher de mágoas duas distintas famílias, cobrir de luto distintíssima jovem para quem se talhava o luto da viuvez. Somente o grupo castilhistas, que executava as ordens do seu chefe, exultou. Viveram sempre da morte e do sofrimento alheio; era preciso explorar aquela morte, e aquela dor que ela causara.

Desde então a justiça envolveu-se no manto ensanguentado do sicário, e em vez de buscar a causa de tal fato, estendeu a sua teia sobre toda esta população, varejando casas, sitiando-as, aterrando as próprias famílias a quem o golpe ferira porque não lhe bastava a grande dor de que já eram pacientes. Todos aqueles que não comungavam na taça do crime foram considerados suspeitos, e em uma cidade adiantada como esta, populosa e ordeira; cuja maior população é a de homens do trabalho, viu-se não pela revolta a que se permite a desforra pessoal onde a lei é surda, onde o eleito é carrasco, mas pelo próprio jornal do governo, pelo inspirador da justiça, pelo órgão que tudo que faz é por inspiração do seu chefe, o dr. Júlio de Castilhos, como escreveu, esta tremenda ameaça em letras que parecem feitas com o sangue apodrecidos de todas as vítimas do sr. Castilhos no Rio Grande: **“Havemos de exercer vingança à faca e à bala, decepar cabeças aos pares e às dúzias para transformar as ruas em estendais de cadáveres maragatos.”**

8 de junho de 1902,  
Dr. Ângelo Dourado

---

**ECO DO SUL, 11/06/1902 P 1**

### **O hipócrita**

Não há muito, um partidário do sr. Júlio de Castilhos declarou pela imprensa que ele nunca soubera do que se passou aqui.

Se não nos falha a memória também o ilustre dr. Pinto da Rocha o declarou em roda íntima de amigos, autorizando-os a propalarem isso.

Se assim fosse seria a anulação completa do sr. Júlio de Castilhos, senão a prova mais evidente de que a sua cabeça não conserva sempre o mesmo lugar, e esquece hoje o que ontem mandara fazer, ou dos deveres que o lugar de chefe impõe.

Na região de Vacaria mesmo, hoje, não se pode dar um fato de importância sem que em 48 horas se saiba em Porto Alegre, e receba resposta lá, porque a distância a vencer para atingir um posto telegráfico neste estado, poucas horas exige onde houver boa vontade; e um chefe, o único responsável pelos atos de seus partidários, que recebe elogios tão fortes como Fradiavolo não receberia dos seus, se compreende qual é o papel de um chefe responsável como o sr. Júlio de Castilhos, deve ter em qualquer parte pessoas dedicadas, que se chamaria polícia pessoal, para avisar-lhe de tudo que se passa afim de poder ele ativar ou moderar, anular mesmo a ação dos seus subordinados afim de não lhe acarretar dificuldades na marcha do seu partido que, hipocritamente, denomina da ordem e do bem estar das populações; e isto só não se fará onde a inconsciência forma a irresponsabilidade do suposto chefe, que é então explorado como qual empresa explora as monstruosidades como os anões trágicos.

Mesmo assim, é preciso guardar certa diferença para com o pobre explorado; dar-lhe certo trato; certa autonomia, mostrar que o respeita, que o admira; fazê-lo trazer um monóculo; um sobretudo ou roupa cor de sangue discriminado, por bem parecer que compreende seu papel.

Convenhamos que os daqui, doídos com o ato do estadista sr. Castilhos, destruindo o seu partido, silenciassem, ou dissessem — quanto pior, melhor.

Mas esta cidade comunica-se com Pelotas, por mar, diariamente, por terra duas vezes por dia, pelo telefone a toda hora, e pelo telégrafo de dia e de noite.

Não saberiam ali em Pelotas, os amigos do sr. Castilhos, o que por cá se passava?

E como são seus amigos, como o elogiam tanto, é verdade que deprimindo a tudo mais, se nem ao menos avisavam-no de atos que praticados no povinho do Boqueirão poderiam ser considerados heróicos, porque ali ninguém pode ver o que se passa, e se falar será punido; mas em uma cidade como esta o vandalismo assim tão descaradamente, e não corrigido ou punido pelo chefe *incomparável* seria o tiro de misericórdia no seu simulacro de estadista?

Quando mesmo, não houvesse quem quisesse telegrafá-lo, gastando alguns mil-réis, eles para quem o sr. Júlio de Castilhos tanto dinheiro tem arrancado ao Brasil, ainda mesmo que na política do sr; Cas-



tilhos já impere o lema fatalista — perdido por mil, perdido por dois mil, é impossível que não houvesse algum correspondente de jornal porto-alegrense que não lhe avisasse do ocorrido e do desenvolvimento sinistro dos fatos que poderiam arrastar este povo a uma comoção tal, a que só não estão sujeitos os povos que perdem de todo o pudor; e não há povo que o perca de todo, porque a nação mais fatalmente passiva pelo sofrimento e pela indiferença ante a dor, que é a China, tem e sempre teve os seus boxers embora a canga, e o cepo sejam ali aplicadas pela vontade de um simples criado de uma autoridade; e o louvado Deus do Rio Grande apesar de ter sofrido dez anos o peso destruidor do casticismo que não poupa nem vida nem honra, nem nada que não seja lucrativo para a facção ainda não é habitada por Coolis.

10 de junho de 1902  
Dr. Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL, 12/06/1902 P 1

### O hipócrita

Ao homem para quem a lei tapa os ouvidos, as queixas e a justiça fecha os olhos ao direito, e sente-se oprimido a ponto de nunca poder promover os meios de subsistência, é pelo direito natural permitido o desforço material, que sendo muitas vezes um crime relativo, é de utilidade para os outros que não serão opressores, ou, se o forem, essa opressão obrigará os homens a se amparar mutuamente, para que o sofrimento de um hoje, não se reproduza em outro amanhã.

É a defesa comum, a coligação para salvação pública. Ao político que nada mais tem a fazer ante a lei e a razão, e ver sua pátria debater-se na voragem dos interesses materiais, sem admoestação constante, o apelo para os os sentimentos bons adormecidos, tomados como loucura, e ver na sua miséria o abandono pelo receio de ser mal visto pelos distribuidores das graças, pelos encarregados dos contratos lucrativos, pelos cobradores ou discriminadores de impostos, pode ser permitido, antes de ver a pátria aniquilada, ou nos horrores das guerras de conquistas, devotar-se a morte, e ir estancar a fonte dos males pátrios estancando a vida dos seus principais causadores.

É o perigo útil, o sacrifício redentor.

Mas quando autoridade esquece-se do seu papel de mantenedor da ordem; distribuidor da justiça; garantia dos fracos e desamparados, que são os pupilos da lei, e vai prometer vinganças e opressão, essa autoridade perde imediatamente a sua força; torna-se mais criminosa que aqueles que no esforço pes-

soal tiram uma vida ao outro ou fazem voar o palácio construído com o sangue e as lágrimas de milhares de vítimas.

Quando na pacificação do Rio Grande, o Dr. Júlio de Castilhos, enfurecido por ter secado a fonte de sua indústria, — a guerra civil — chamou das janelas do palácio governamental, de traidores aqueles a quem mais serviços lhe prestara; a quem elevara às culminâncias, e que soube-se depois serem os seus mais fortes auxiliares, porém honestos, tais como Carlos Teles, Flores, mortos e Mena Barreto, vivo, por terem concorrido para a pacificação; e ali mesmo, diante da massa popular que festejava a suspensão do martírio a que o Dr. Castilhos levou o Rio Grande, e ele brada — “mas eu os tenho jugulado, eu tenho tudo aparelhado para esmagá-los”, se não me falha a memória eu disse comigo quando li:

Ele tem razão, apareceu e cresceu no crime; sua fortuna foi amalgamada com sangue de mais de 30.000 vidas: e é lubrificada por lágrimas de outros tantos desgraçados caídos na miséria ou no abandono.

Ele sabe dos horrores cometidos pelos seus, em nome da lei, e muitos dos executores que sentam-se à sua mesa devem ter-lhe contado como faziam, e como é a expressão da dor e do medo uma vítima indefesa; ele sabe que essas vítimas tem pais, ou filhos, ou irmãos, que um dia lhe pedirão contas.

Ele lançou entre si e aqueles, um duelo de morte, ele é um só, eles são muitos; portanto está em seu direito ameaçando.

E o tempo foi passando; e se o senhor Castilhos cumprir o que prometeu; se por toda a parte seus adversários continuavam fora da lei, era por uma combinação tácita.

Quando o senhor Bento Porto participou-lhe o extermínio dos fanáticos do Pelotas, foi em nome da lei; e os fatos ocorridos pelos pontos isolados na campanha, nem ao menos eram registrados senão na memória dos que sofriam, que fingiam ignorá-los, ou mesmo apoiá-los, para não terem a mesma sorte antes do dia que pudessem tomar a desforra.

E quando eu vi, um jornal que escreveu que nada fazia sem autorização do excelso chefe, dizer em nome da autoridade: **havemos de exercer vingança à faca e à bala, decepar cabeças aos pares e às dúzias para transformar as ruas em estendais de cadáveres maragatos.**” eu disse comigo:

É a providência divina que isto faz, para se poder avaliar pelo procedimento das autoridades castilhistas, numa cidade populosa, cosmopolita, onde existe forte guarnição militar, o comando do distrito; esquadrilha naval; escola de aprendizes marinheiros; das fábricas produtoras; consulados etc, etc, qual será o daquelas dos pequenos povos da campanha abandonados como reses sem dono.

Ao mesmo tempo, tive um receio. Pensava eu que o dr. Júlio de Castilhos, para mostrar a inteireza da sua justiça mandaria punir os criminosos violadores dos princípios de autoridade, e assim ganharia nome de justiceiro aqui, e os horrores praticados na campanha não seriam acreditados, e ele subiria de apostolado a santificação, entraria para o calendário positivista, e o Brasil teria nele o braço forte da lei! Santo Deus.

O sr. Castilhos dono do Brasil! O que seria desta pobre nação!!

Tranqüilizemo-nos porém. O homem é sempre o mesmo.

11 de junho de 1902.

Dr. Ângelo Dourado

---

### **ECO DO SUL, 13/06/1902 P 1**

#### **O hipócrita**

Se o diretor do presídio de Fernando de Noronha, dissesse que “havia de exercer vinganças à faca e à bala, decepar cabeças aos pares e às dúzias para transformar as ruas em estendais de cadáveres de maragatos”, e houvessem testemunhas que tal denunciasses, aquele diretor seria imediatamente punido, porque no Brasil a vida era respeitada, ainda mesmo que fosse ela de uma calceta celerado. Se aqui no Rio Grande do Sul, uma autoridade por mais poderosa que fosse promettesse exercer a justiça por suas próprias mãos, essa autoridade seria imediatamente demitida, e o próprio presidente da província se veria incomodado por tê-lo nomeado; e o chefe político que a tivesse proposto perderia o seu valor, por falta de critério, na escolha do pessoal para os cargos públicos. E se esse fato se desse, por mais leve que fosse, apenas uma ameaça ligeira, em nome do poder, nos últimos anos da monarquia, quando o sr. Castilhos fazia propaganda da liberdade, dos direitos do povo, da dignidade do caráter que os governos corrompiam, com empregos públicos e patentes de guarda nacional, (como ele sabia mascarar na hipocrisia então!!), o sr. Júlio de Castilhos atacaria desde o imperador até o inspetor de quartelão, e acordando os manes dos heróis de 35, garfo com que ele sempre buscou bons pedaços na panela do erário republicano, mostraria que só na revolução o povo encontraria meio de readquirir os seus direitos contra um governo corrupto, ladrão e assassino.

Não se lembram de uma longa série de artigos em que Silveira Martins, o saudoso amigo do Rio Grande e do Brasil, desinteressado até a quase pobreza absoluta, foi pelo sr. Castilhos violentamente atacado, cognominado o Janos político, negando-lhe predicados que seus adversários lhe reconheciam por

uma simples questão em relação ao escrivão Botafogo?

Entretanto coube ao Rio Grande do Sul, a terra heróica pelo pundonor pátrio de seus filhos; onde sempre os governos recuaram ante os atentados à lei, no 11º ano da República ler-se impresso no jornal do governo, inspirado pelo chefe do partido, o que só seria permitido a Marat em sua demofobia leprosa, ou a uma senhor de escravos em Roma no tempo de Nero.

É que este povo, há dez anos sofre a tirania do sr. Júlio de Castilhos que o vai aniquilando calculadamente para vê-lo desaparecer na servidão, ou na morte enquanto cerca aos estrangeiros de todas as regalias; vendendo-lhes terras por preços mínimos; estendendo suas colônias afim de povoarem eles o território.

Por que será isso?

Por que esse ódio do sr. Castilhos ao povo cujo brio e caráter ele soube explorar em benefícios de sua fortuna própria?

Há fatos de indivíduos que se achando nas altas posições abandonam a família, renunciam até o nome, para não saberem sua origem.

Os mamelucos costumavam assassinar todos os selvagens por odiarem a raça donde vinham. Será esse o espírito que anima o sr. Castilhos? Será por isso que ele malbarateis a vida deste povo a ponto de silenciar ante promessas de tal horror, se não foi quem tal ordenou? Mas quem cala consente, diz o adágio, e diz também:

Tão bom é o ladrão quanto o consentido.

12 de junho de 1902.

Dr. Ângelo Dourado

---

### **ECO DO SUL, 14/06/1902 P 1**

#### **O hipócrita**

O lutuoso fato que trouxe a desolação a esta cidade, deu-se nas primeiras horas da noite de 25 de julho.

No dia 26, o jornal do governo, pela manhã, o anunciava atribuindo-o a todos os seus adversários, inclusive estrangeiros que não lhe eram afetos, e aos próprios castilhistas que apesar de largados a margem pelo sr. Castilhos, ainda se conservavam fiéis, que também eram considerados maragatos, como são hoje os que não se vão sentar a porta da intendência para louvar incondicionalmente todos os atos do intendente.

Se não nos falha a memória, a 26 chegou aqui o sr. major sub-chefe de polícia, com uma força da brigada, que sem dúvida, ou havia recebido ordem de vir, ou devia ter comunicado ao seu chefe o motivo da

diligência.

Os jornais de Porto Alegre, no mesmo dia anunciaram o fato, por telegramas expedidos daqui, e *A Federação*, fê-lo em tais termos que parecia chamar para a ação aqueles elementos *aparelhados* pelo sr. Júlio de Castilhos, *para aniquilar aos inimigos jugulados*.

O sr. major sub-chefe de polícia, cujos atos não podem ser acoimados de intransigentes em uma época em que a tirania é apostolado, devia ter, provavelmente, narrado a natureza do fato que exigia vingança *à bala*, exercida pela autoridade local.

O *Mercedes* cuja carreira para Porto Alegre coincide com a do *Satélite*, saído daqui a 26 para Montevideu, devia ter levado para Porto Alegre, a 26 ou 27 a edição do jornal do governo onde vem aquela promessa de execução justiceira do governo que não ofende, ao contrário, eleva, A AUSTERIDADE DAS LEIS CONSTITUCIONAIS DA REPÚBLICA.

O sr. dr. Júlio Prates de Castilhos, o chefe incomparável, devia ansioso esperar os pormenores do fato tão atentatório ao seu poder, tão desprestigiado do seu partido; tão ameaçador da estabilidade da República que tanto tem nos felicitado — o assassinato de um homem por outro homem, que a exaltação momentânea acordou.

E quando uma população inteira entra em estupefação, quando o telégrafo se ocupa do fato, o sub-chefe de polícia se abala, com força, para syndicar e agir, o chefe, tão decantado e de fama tão notaria que lhe prepara a escada para o poder supremo, não viu, não soube, não indagou? Não teve ao menos essa previdência que é a condição inalienável de um chefe, de recomendar aos seus a prudência que é dever dos governantes, a moderação que é a garantia da ordem, o cumprimento restrito da lei, único asilo, e única defesa dos que governam?

Soube, e soube em todos os seus pormenores, porque ao chefe não se oculta coisa alguma para poder ele justificar os seus, ou minorar o juízo da opinião pública, que mesmo não existindo entre nós eles todos os dias a invocam a seu favor, formando-a cavilosamente entre seus partidários e aqueles cujos interesses dependem da boa ou má vontade dos governantes.

Soube, e portanto foi conivente no terror espalhado; e se não soube, não é um chefe, é um inútil — É um bonzo à espera da esportula dos crentes, é um zangão à espera do mel que as abelhas produzem — mel de tataira, é verdade, sugado no sangue e nas podridões, que valem as ameaças e a injúria contra todos que não se acovardam.

12 de junho de 1902.

Dr. Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 16/06/1902 P 1

### O hipócrita

Desde o dia 25 que esta população, como é sabido, se emocionara profundamente. Começavam a circular boatos, com o fim talvez de aterrar, e assim levar a subserviência todos aqueles que ainda não tinham ido reconhecer a pureza indefectível nas mãos do sr. Júlio de Castilhos, nem aquela alma de pomba que já lhe atribuíram.

Dizia-se que comissões convencionais presididas por um chefe de importante comissão federal, se reunira para designar quais os que deviam morrer; e sabia-se quais os designados.

Muitos dos que não julgavam de direito se deixarem matar como cordeiros, ainda mesmo que o sr; Castilhos mandasse depois exterminar-lhes até as famílias como acaba de fazer com os *fanáticos* do Lajeado, se preparavam para a desforra, não para irem à rua bater-se com os guardas irresponsáveis, mas buscando os principais responsáveis mesmo nos esconderijos onde eles costumavam se esconder nas ocasiões de perigo.

Entre aqueles mesmos que receberam avisos de que seriam mortos, havia quem moderasse esses ímpetos de vingança, quem, procurasse atenuar o ódio que eles na execrável exploração chamavam para a família Vignoli já tão cruelmente ferida.

A casa da infeliz e desolada família de Virgínio chegavam ameaças aterradoras que podiam exigir represálias no mesmo terreno, entretanto eram os homens do governo que tal mandavam ou permitiam depois daquela declaração de cortar cabeças aos centos de maragatos, que nada tinham com a questão, o que não seria permitido em outro tempo se prometer aos calcetes de Fernando de Noronha.

É que toda vez que se fala em matar maragatos a fibra do sr. Castilhos se tonifica, como tonificam as de Han de Islândia as carnes dos soldados de Munkholm.

Mas Han era um monstro que só vivia para a vingança; não matava por interesse. E o sr. dr. Castilhos, segundo o telégrafo, em pouco será o ditador do Brasil; deste Brasil que tem 24 estados, e 14 milhões de habitantes, e que devem ter aquela obediência chinesa de levar o pescoço à faca toda vez que seja preciso regar a fibra do apóstolo ditador.

Ainda não era intendente o sr. dr. Conrado de Campos, sua posse se realizaria a 29 pois para isso foram expedidos convites aos chefes das corporações militares; aos cônsules, a todos os magnatas oficiais, finalmente.

Quem escreve estas linhas, e sempre espera os fatos para poder formar o seu juízo, sempre otimista até que a evidência o leve a plano oposto, era dos

que buscava minorar o pânico espalhado; já saindo a qualquer hora sozinho para atender a enfermos, já levando ao ridículo aquela ameaça de cortar cabeças, às dúzias e aos centos, mesmo em presença dos que eram apontados como executores das ordens dos nossos misericordiosos consolidados da república, e percursores da ditadura apostólica.

Eu pensava que o sr. dr. Conrado Miller de Campos apenas apossado na intendência, teria como autoridade municipal de corrigir os ímpetos do chefe muito amado, aqui colocado pelo sr. Júlio de Castilhos.

Como intendente ele poderia dizer — sou o guarda dos meus munícipes, não posso mais fazer o que como chefe fazia por assim ordenardes, e para vos ser agradável.

Chama-me ingrato, traidor, mas eu aqui estou e tenho a lei para garantir-me; e sou moço, tenho esperanças; ainda não me considero maldito como vós que só no sangue podereis ser amado por ser tímido.

Tenho filhos que serão responsáveis por meus crimes ou se orgulharão do meu nome honrado...

Era isso que eu esperava...

Triste desengano!...

12/06/1902

Dr. Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL, 17/06/1902 P 1

### O hipócrita

Embora seja o perdão a mais suave das manifestações da alma humana, a mais consoladora das virtudes cristãs, contudo é a vingança um dos contingentes da luta pela existência bonda o cristianismo não conseguiu modelar o meio social, onde a vida tornou-se uma luta perpétua de morte. Mas, mesmo ali, mesmo nos indiferentes pelas dores alheias, existe lá no fundo d'alma, alguma coisa que num momento desperta e faz sentir quanto é cruel o sofrimento que se impõe a outros no interesse próprio do lucro ou do jogo.

Os próprios monstros sentem essa necessidade de serem bons, um instante, já que não quiseram ser bons sempre para não serem tão maus. Victor Hugo, o grande evangelista humano que foi sempre genial no estabelecimento dos contrastes hiperbólicos, encontrou no fundo das almas mais duras, um pouco da suavidade que não deixa que o homem, mesmo feroz, vá ser inteiramente fera. E é justo isto.

No próprio deserto que o sul da África calcina, há um pouco de orvalho que faz brotar a flor dos cactos para matar a sede às gazelas tímidas e desamparadas. Só aos amigos do senhor Castilhos não é permitido essa consolação, esse sentimento, esse orvalho da

ação consolidado do seu poder. E não é de hoje isto; e de muitos fatos sabíamos; mas de muitos duvidamos.

Lemos uma vez impressa uma carta do senhor bispo diocesano que falava em prostituição de filhas na presença dos pais manietados, e por mais que soubéssemos quão selvagens eles se mostravam, contudo não acreditávamos que a tanto chegasse a perversidade, embora lá nos recantos selvagens da campanha. Vimos mulheres que foram obrigadas a tanger os corvos que vinham se nutrir nos cadáveres do marido e filho mortos **legalmente**, mas a quem proibiram dar sepultura porque nós, os revolucionários, que por ali íamos passar, devíamos ver a sorte que nos esperava e aos nossos que fossem encontrados em casa.

Mas isto era lá pelas restingas do Santa Maria lá pelo revolucionado Dom Pedrito. Sendo os 10 anos de ditadura castilhista publicados pelo *Maragato*, ou, antes, reunidos em fascículo, fatos que a imprensa noticiava enquanto podia, fica-se na dúvida se tanto se poder ter feito sem que aparecesse o flagelo de Deus mesmo onde já não se crê em Deus; mas tudo aquilo passou-se longe dos centros populosos, ou se foi na cidade obedecia a um ato impensado, ou de auto-sugestão da multidão onde a própria autoridade nada poderia fazer senão fosse conveniente; tal foi por exemplo o caso Pommaret, nesta cidade. Mas quando são as próprias autoridades que se colocam na frente, não para punir, embora selvaticamente, uma vítima da loucura ou da suspeita, mas para fazer morrer de dor os que já são feridos moralmente, pelo golpe moral do infortúnio, dá-nos o direito de pensar que se existe no homem, essa alma ela não é imortal; é o produto da matéria sujeita a contingência de ser modelada pela natureza dessa matéria onde impera o atavismo monstruoso.

Fora ferida pela desgraça a que a fatalidade arrastara Virgínio de Castro, toda a sua família. É preciso que se saiba quem é essa família; é preciso que todas as moscas conheçam o heroísmo de uma pobre moça para não desanimar no meio da desgraça, e assim triunfar dela.

A irmã mais velha de Virgínio de Castro contava, se bem me informaram, apenas 15 ou 16 anos, quando se viu órfã, sem recurso, e o que mais era com quatro irmãozinhos sem recurso.

Não faltavam almas boas que quisessem adotar as crianças, mas aquela jovem que só se poderia mergulhar nos sonhos que tomam tons de rosa, mesmo no meio da mais escura noite da desgraça, se negou a isso.

Ele poderia trabalhar, e cuidar dos seus irmãos, três meninos e um rapazito. E trabalhou; e foi mãe previdente quando apenas poderia ser filha indiferente, e animou-as a trabalhar, e assim viveram até

que um digno moço, uma nobre alma portuguesa, vendo que sublime esposa encontraria onde o trabalho foi a guarda da virtude, casou com uma delas e assim pode minorar não o trabalho, mas as apreensões. É esta a família do infeliz Virgínio de Castro.

17 de junho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado.

---

## **ECO DO SUL, 18/06/1902 P1**

### **O hipócrita**

A 28 terminou a agonia do inditoso Vignoli.

Era ele geralmente estimado por esta população, estima que arrefeceu-se apenas, nos comentários, aliás comuns entre nós, pelo fato de ter ele sido adversário político da situação, escrevendo contra ela nos jornais da oposição, e logo filiar-se ao partido extremado, ultra-jacobino, que com o nome de União Cívica aqui se fundou com elementos de toda a classe, de todas as coragens, que explorava os empregos públicos, donde a necessidade dos já empregados se sujeitarem a eles, sob pena de demissão.

Esse grupo que ainda existe conquanto apenas nas formas litúrgicas, quanto as procissões cívicas e representações, mas que ainda é forte nas usanças da república no modo de compreender o valor do dinheiro do pobre povo brasileiro, tinha por fim especial anular o partido castilhistas até então existente aqui, composto de homens de prestígio reconhecido, no seio da população.

Se nos ocuparmos de coisas tão mezinhas que nem paga a pena a meia hora que diariamente fomos obrigados a despender para responder ao repto tão insultos que nos foi lançado, é porque tudo que fazemos olha mais ao futuro do que o presente, que, é a única preocupação dos que só do presente vivem.

Por mais obscuro que seja um povo, desde que ele não se deixe aniquilar, como espero em Deus, o nosso não se deixará, ele precisa de alguém que lembre os fatos tão facilmente esquecidos, para poder lembrar-lhe quanto são mariposas as falas dos hipócritas enquanto eles prometem tudo reformar em benefício do povo, mas só cuidando dos seus, matando as suas finanças, e fortalecem-se pela força e tornam-se senhores absolutos do que nunca foi deles, e que não obtiveram muitas vezes por meios lícitos.

É um contingente valioso que se prepara para o historiador, se países, como o nosso, tudo suporta, tiverem historiadores que não sejam candidatos ou sucessores e portanto no dever de elogiar a todos os poderosos, dar-lhes virtudes as próprias águas virtuosas não possuem na boca dos que vendem; como as célebres exposições governamentais que só serviram para mostrar o retrato e o nome do senhor

Júlio de Castilhos em tudo e de todas as formas; para encher-lhe a casa de presentes como aqueles dizimos que os sacerdotes antigos recebiam, tão bem representados no Calcante da ópera *A Bela Helena*, por que era aquele quem se encarregava de distribuir as graças.

A história desse país terá de ocupar-se muito do senhor Júlio de Castilhos, e da sua época, que como a da regência do Duque de Bourbon em França, foi a causa de todas as suas desgraças que ali hoje, mais de um século, ainda não foram sanadas.

Vignoli era membro de quase todos os clubs desta cidade. Além disso a família a que se unira era e é geralmente estimada, e de representação social; a sua jovem esposa querida e estimada por todos, pelos dotes morais e modos distintíssimos que chamavam para si francas e respeitadas simpatias. O modo insólito que causara sua viuvez, desconhecido por assim dizer nesta cidade, acordou os sentimentos compassivos da população que iria em peso ao enterro de Vignoli, como prova do sentimento de pesar que aquele desastre lhe causara.

E todos lamentando o fato maldiziam a cívica, atribuindo-lhe a causa da irritação do caráter de Vignoli ate antes deixá-la tão jovial, tão cavalheiresco, e que apenas se filiando ali, tornou-se tão irritativa a ponto de por coisas fúteis chegar ao pugilato donde restou-lhe a morte e a perda de um outro, ou a perda dele se o outro fosse o que ali ficasse morto.

No dia 29 porém, dia do enterro, membros ativos da cívica, e de alta representação ali, avisavam a seus amigos, que a ela não pertenciam, ou que tinham por motivos fúteis caído no desagrado que não fossem ao enterro de Vignoli, ainda mesmo que representando associações a que eles pertenciam ambos.

18 de junho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado.

---

## **ECO DO SUL, 19/06/1902 P1**

### **O hipócrita**

Vignoli sucumbira a 28, seu sepultamento estava marcado para 29 como realizou-se.

Nesse dia pela manhã o doutor Conrado de Campos prestou o *seu compromisso*, prometendo por sua honra zelar, cumprir as leis, engrandecer etc etc.

Assistiram ao ato as autoridades federais de terra e mar; cônsules das nações, que aqui tem interesses.

Eu não sei qual seria o discurso plataforma do senhor Conrado, nem me preocupo com isso; ainda mesmo que ele falasse como um anjo sua voz para mim teria o som cavernoso de um físico que toma em fazer crer que é são, desde que ele é um instrumento do senhor Castilhos, que, segundo o senhor

Varela, tem o segredo de fazer este país voltar ao caminho da dignidade, segredo que ele sempre teve, como o corvo teria o seu se o corvo pudesse matar a rês que lhe fornecesse carniça.

Quem conhece até que ponto tem chegado a subserviência dos homens que o senhor Castilhos julga capazes de serem seus prepostos na *dignificação* do Rio Grande, tem certeza certa de que o senhor Conrado imediatamente telegrafou-lhe dando parte da sua posse, da concorrência oficial que houve então, e que continuaria como sempre na obediência absoluta às suas ordens, para engrandecer o caráter da *terra gaúcha* e honrar os manes dos heróis de 35, dos quais o senhor Castilhos era o único representante, etc etc,

Desde 25, Porto Alegre soube do triste incidente Vignoli-Virgínio, e as frases rubras dos jornais castilhistas que ali mesmo viram como *et supremo*, ou excelso, sabe mandar punir até os que se acham presos em nome da lei, quando dente que o Rio Grande não quer ser perfeito na obediência absoluta e servil.

Leia-se os DEZ ANOS da ditadura castilhista, folheto publicado pelo *Maragato*, segundo volume, e verão que não invento.

O telegrama de congratulações devia ser de acordo com o de aviso, se é que o excelso gasta tempo com gente que ele sabe que tudo aceitará como bem feito, desde que seja paga.

Ao enterro do infeliz Vignoli concorreu grande copia de povo, comissões de quase todas as associações, e seria a massa acompanhante dez vezes maior se a cívica não tivesse explorado aquela dor de duas famílias, aquele sentimento público para dar uma prova de que o Rio Grande entrava triunfante no regime da lei castilhista, isto é, no regime da morte, do insulto, da ameaça, da rapinagem legal e honesta, do terror enfim que impõe o silêncio; silêncio que se explora lá fora dizendo ser a satisfação e contentamento dos súditos do excelso apóstolo, que tem o segredo da dignificação futura da nação, enquanto houver dinheiro para pagar aos que só pela barriga vivem, e que fora dela a honra e tudo mais não presta.

A frente do cortejo fúnebre achava-se a cívica; misturados com a massa a polícia armada de revólveres, e todos os funcionários pagos pela nação, pelo estado e pelo município, muitos deles ali mesmo com ares provocadores a proporção que viam ir se contraindo as mandíbulas dos chefes.

Muitas pessoas de representação social achavam-se ali; muitos amigos da família; muitos a que tal desastre comoveu; pois bem, o senhor Conrado obrigou todos eles que não eram assalariados castilhistas, pagos pelo povo, a concordarem para um ato que se é agradável ao espírito do senhor Castilhos, se ganhava benemerência para os que ele encarregara de levar esta cidade à dignificação valeriana, de que ele

guarda segredo, dava prova do ponto de selvageria a que esse povo chegava para ser agradável ao senhor Castilhos; mais selvageria que a dos linchadores, ou do ponto de covardia ou terror a que chegaram homens que esqueceram todos os deveres humanos para não protestarem contra o ato deprimente que se ia praticar, e praticou-se, só registrado, louvado Deus, nos domínios do senhor Júlio de Castilhos.

Da rua da casa mortuária partem ruas que em curto trajeto chegam à rua principal que leva ao cemitério.

Chovia bastante, e apesar disso, os diretores da festa cruel guiaram o préstito fúnebre em direção oposta ao cemitério *somente* para passarem com o cadáver de Vignoli por frente da casa das infelizes irmãs de Virgínio que não choravam somente a sua desgraça mas já a sua morte porque a elas mesmas foram dizer altos dignatários castilhistas que Virgínio seria morto onde fosse encontrado, e elas julgavam já ter sido.

Em frente à casa pararam, e as músicas fúnebres entoadas pelo ódio, reuniram-se os gritos lancinantes das infelizes moças, e muitos dos que acompanharam o féretro recearam que eles não mandassem ali mesmo ludibriá-las

Era a saturnal da morte, o segredo que tem o senhor Júlio de Castilhos para dignificar povos. Como não pensariam eles o prazer que sentiria o senhor Castilhos ao saber dessa nova forma de funerais republicanos.

Nero não teria melhor nos seus circos romanos, ordenados por Tigeltino para lhe ser agradável.

E o senhor Conrado devia dizer — mereço bem ser o dono do Rio Grande, quando o divino Júlio o for do Brasil.

E mais de oitocentas pessoas assistiram a isso, sem protesto. Dignificações republicanas do povo!...

18 de junho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado

---

**ECO DO SUL, 20/06/1902 P 1**

### **O hipócrita**

“Se o mundo fosse governado por ateus, disse Voltaire, seria o mesmo que viver-se sob o domínio imediato desses seres infernais que se pintam enfurecidos contra as suas vítimas”.

O doutor Júlio de Castilhos escolheu para a sua religião a do ateísmo, tanto vale o positivismo, que adora a *humanidade*, o grande ser.

(Não nos referimos a isto senão para encontrarmos, talvez, uma atenuante aos crimes do senhor Júlio de Castilhos, na sua grande inconsciência, porquanto sendo ele o grande positivista, a dulcâmara

de todos, que, calculando friamente sentem que o patriotismo lhes ensina que com Júlio de Castilhos ainda há muita coisa que roer no Brasil, e que o homem poderá viver tranquilamente nos seus empregos sem atacar a outrem nas ruas da cidade para roubar, como na antiga Calábria e em Sierra Morena).

Outros, os que se dizem sacerdotes do positivismo, consideram-no como o bathybius[?] do positivista Huxley, uma substância gelatinosa do fundo do mar que envolvia a terra toda, e era origem de tudo — a vaza viscosa, criadora seria o senhor Castilhos para os positivistas; creio porem, que esses, os ingênuos, cedo viram que o seu bathybius não era mais do que um explorador do meio como qualquer hipócrita vulgar, senão um inconsciente que a turba explora.

*Positivista*, o senhor Castilhos viu que não ia bem com a igreja do Rio; criou a sua, cujo ritual aguentou-se no poder a força de bala etc., e por esse meio apoderar-se de tudo, e cujo preparo, cuja demonstração de que podem ser bathybius, e digam serem senhores de todos os conhecimentos humanos e cortar a barba em cunha bem fina.

Desculpem-me os positivistas crentes se falando em barbas envolvi-os aqui. Não é a eles que me dirijo, creem e eu respeito a todas as suas crenças, desde que elas não prejudiquem; refiro-me aos positivistas castilhistas, que vendo o senhor Castilhos no seu positivismo chegar a fazer fortuna todos cortaram a barba para serem positivistas, e assim enriqueceram-se depressa, a custa mesmo da vida da humanidade, o grande ser que eles adoram.

Só ao ateísmo poderia se permitir o que se passou no cemitério no enterro do Vignoli, em presença de vasta multidão. O senhor Conrado acabava-se de empossar-se do cargo de intendente por designação do senhor Júlio de Castilhos.

Quatro dias eram passados depois do ferimento de Vignoli, portanto já o doutor Conrado já deveria ter-se comunicado com o senhor doutor Castilhos em relação aos seus grandes planos de governo positivista e talvez recebido do senhor Castilhos em cifra combinada alguma recado que lhe desse o prazer da vingança contra essa população que conforme ele diz só lhe tem causado desgosto e por isso considera-a talvez fora da lei.

Felipe II quando quis livrar-se de dom Juan Lanuza, juiz de Aragão, que lhe falava de justiça e criticava seus atos de tirano, mandou este recado a d. Juan Nalço, seu instrumento: “En recebiedo esta prendereis a d. Juan Lanuza e tan pronto sepa yo su muerte como su prisión, hareis-le luego cortar la cabeza.” E assim foi feito.

O senhor Júlio de Castilhos talvez tivesse dito ao senhor Conrado: — Não me fale nessa terra maldita causadora dos meus desgostos, ninho de maragatos que não me deixam viver tranquilo, nem pensar na

felicidade de meu povo, dos meus queridos positivistas que só com o meu flat encheram o Rio Grande do Sul, menos essa laguna arenosa.

Só depois de um recado destes um bom compreender como o senhor Conrado poderia no dia em que tomou posse de primeira autoridade pronunciar estas palavras, no cemitério, no último abrigo de todos, onde a própria morte parece convidar-nos a pensar na nossa fraqueza e que até os positivistas castilhistas dizem que se deve respeitar — vai irmão —, vai republicano sem jaça, para vingar a tua morte cometeremos horrores, crueldades sem nome etc etc.

E ali via-se em torno as coronhas de revólveres novos; muitos sendo portadores de dois.

E os que lá foram prestar seu último tributo a Vignoli, sentiram os cabelos arrepiarem-se ouvindo o moço intendente e vendo o movimento que deveria ser chamado — o juramento dos revólveres que poderia ir a história como o jogo de palmas dos estados gerais; ou a bênção dos punhais dos huguenotes.

E, já na porta do cemitério, outros ouviram os mais aproximados do senhor Castilhos, ou que pretendiam dele mais se aproximarem dizer “— deveríamos começar daqui mesmo matando estes maragatos que cá vieram”.

No enterro de Vignoli, concorreu segundo consta-nos pessoas de alto prestígio moral nesta cidade, e representantes de autoridades militares, senão altas patentes do exército e armada que tudo só ouviram, como ouviram mais de quinhentas pessoas que ali se achavam.

Santo positivismo! Santa hipocrisia assassina, segredo que deve ser o que o senhor doutor Varela, diz possuir o senhor doutor Júlio de Castilhos para salvar o Brasil, na sua honra, finanças, e...

19 de junho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL, 21/06/1902 P1

### O hipócrita

Corria de boca em boca a profissão de fé que acabava de jurar o moço intendente doutor Conrado Miller de Campos que a certeza estadística do dr. Júlio de Castilhos descobrira perdido no meio do exército onde seus grandes méritos não seriam aproveitados.

Pasmava-se o espírito dos que se ocupam muitas vezes na observação das coisas e viu como o simples contato, a simples influxão do senhor Júlio de Castilhos pode revelar-se qualidade *sui generis*; pode mesmo perverter a alma, se a tem ainda até mesmo os adolescentes que ouvem o seu nome, e seus feitos louvam.

*Para vingar-te cometeremos horrores, todas as crueldades etc,* disse o senhor intendente dr. Conrado de Campos ao cadáver de Vignoli no cemitério, em presença de mais de quinhentas pessoas de todas as classes.

Como é possível isto em uma autoridade de eleição popular? Não será punida? Não será desautorizada? Não será processada? Não será encarcerada? Não haverá mais neste país uma simulação de pudor governamental? O sr. dr. Júlio de Castilhos teria conseguido matar tudo até o galvanismo de austeridade e honestidade de que se reveste para apresentar-se aos itinerantes?

Um jornal que caía-me pela janela veio tudo clarear noticiando o sepultamento de Vignoli dizia: *foram colocadas muitas coroas com expressivos dizeres, sobressaindo a do DR. JÚLIO DE CASTILHOS, CHEFE,* etc, com todos os adjetivos que se lança mão quando se fala a alguém que exige que se lhe trate como quase divindade, como aquele Nabucodonosor que a custa de se considerar onipotente julgou-se afinal *boi* guardado por uma serpente.

Ironia da lógica.

Ah! Estava explicado tudo!

A chave telegráfica do sr. Castilhos ali estava. Um objeto fúnebre, uma referência qualquer a objetos dessa natureza quer dizer — “MORTE, EXTERMINIO; CORTAR CABEÇAS AOS PARES, ÀS DÚZIAS, AOS CENTOS”. A vesânia do leproso Maral: o código ASSASSINAI, ASSASSINAI.

E a mente humana sente-se acovardada julgando que realmente o homem não é mais do que o monstro obrigado a restringir-lhe às conveniências por leis sociais; e que no momento em que estas leis são regularizadas por um monstro desaparece o que parecia dignificar. E, de um lado vê-se o rugir da fera sanguinária confiante nas garras, do outro a pusilanimidade, a covardia, o medo, o terror que paralisam o passo à gazela ao sentir próxima a hiena que a busca para pasto.

Bastou estar ali aquela capela fúnebre em nome do hierofante da seita do extermínio para todos silenciarem ante o insulto de um homem a todo um município, todo um estado, toda uma nacionalidade pois tal valem aquelas frases pronunciadas ali, e por quem; como já haviam silenciado ante a selvageria de linchadores quando levaram o prestígio a parar em frente a habitação das pobres e sofredoras irmãs de Virgínio.

E nas almas, que ainda não perderam a fé na redenção, o ímpeto impotente, contra a inoportunidade, cede a irritação a tristeza, e à sua mente se desenrola o panorama do passado já quase apagado pela lufada de infâmias soprada sobre ele em tão curta etapa republicana!

Rio Grande, berço de heróis da dignidade, berço

legendário da bravura! Eis-te aí Rio Grande, como o leão que sentisse-se sem ação pela simples rosca de uma sanguessuga.

E esse Rio Grande, essa terra fecunda de heróis, se me apresentava a mente como aquela formosa mulher de seios fecundos, esterilizados no fundo de um alcouce onde um cafetão sem alma obrigasse-a a receber nas faces o escarro pútrido de um tísico sensual. Pobre Rio Grande, pobre Brasil.

19 de junho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado

---

## ECO DO SUL, 23/06/1902 P 1

### O hipócrita

E à noite daquele mesmo dia começaram os horrores da vingança se não quiser-se admitir que os atos monstruosos praticados antes, tais como o cerco e varejamento de casas, não fossem praticados pelo intendente e sim pelo chefe castilhista.

Foi a prisão de Virgínio efetuada à meia noite, a bordo de um iate onde pedira asilo por misericórdia, pelo próprio intendente.

Não me ocuparei com a ilegalidade dela, a lei do sr. Castilhos é somente o interesse seu, prova-o o procedimento dele em Porto Alegre, num caso idêntico, entre dois *amigos* seus onde um ficou morto e o outro criminoso, que *indo se apresentar a justiça confessando ter morto ao outro; a justiça respondeu-lhe que não lhe podia aceitar como preso por não tê-lo prendido em flagrante,* e o que mais é, e que mostra o diapação para afinar-se a individualidade governamental deste estado, se a tara dos crimes praticados para lá chegar permite que se chame a esta orgia sua norma de governo.

O dr. Júlio de Castilhos foi visitar o delinquente, estava no seu direito, não é ele o governador diante da lei, e a sua visita poderia ser considerada como conforto de um amigo a outro, ferido por um fundo golpe moral, era para que visse a população do seu feudo que ele absolvía aquele homem do seu crime, e o dr. Borges de Medeiros, que é encarregado do expediente do governo sob o título de presidente do estado, foi também visitá-lo.

O sr. presidente do Rio Grande do Sul não tem direito de guardar o decoro, ao menos em aparência, quando o dr. Júlio de Castilhos interessa-se por alguém ou alguma coisa.

Fosse o próprio filho um criminoso, um pai que fosse autoridade não poderia visitá-lo publicamente, afrontando a lei e impondo a sua inocência antes que os juizes singulares a decretassem.

Mas que há nisto de admirar nesta terra onde o sr. Júlio de Castilhos governa a sua descrição sobre



bens e vidas?

Nem me ocuparei dos horrores cometidos contra Virgínio, desde o ato da prisão até ser retirado da cadeia daqui. Tratou deles o ilustre sr. dr. Pinto da Rocha, em quem o amor filial despertou as qualidades nobres, sopradas no fundo da alma, pelo contágio com o dr. Júlio de Castilhos; mas não lhe acordou de todo, pois ainda continua ao seu lado, prova de que não viu a convivência do sr. Júlio de Castilhos em todos os insultos dirigidos a seu velho e nobre pai, um dos benfeitores desta terra, arrastado ao pelourinho, de que o jornal da imediata inspeção do sr. Castilhos tornou-se eco e que seria causa da morte moral do prestimoso ancião se tudo quanto faz o sr. Castilhos, e os seus, não fosse conhecido como o contrário à justiça e à verdade, e que deve-se olhar como candidatos futuros às galés todos aqueles que ali recebem elogios, o que deveria servir de aviso para os bons e honestos que ainda não foram expulsos do casticismo pela elite castilhista.

Nessa longa série de artigos que o *repto* insultuoso nos obrigou, temos narrado os fatos públicos e notórios, e por demais sabidos e sentidos. O hipócrita negou ter sido conivente neles, nem mesmo ter tido deles ciência. O hipócrita! É sua manha, chamar-se à inocência dos crimes que só a loucura encontraria desculpava, dizendo que não mandou, que não consentiu, que não ordenou, mas aceita-lhes os proventos e galardão executantes.

Prova-o o seu discurso quando designado pelos mensageiros da morte para presidente do estado, e depois de ter verberado os crimes e assassinatos em um brinde, terminou abraçando e bebendo à saúde dos executores de tais crimes, que se achavam no banquete e eram as figuras mais salientes dele, na capital, quando já a campanha se abeberava de sangue, que reclamava a guerra civil como único meio de por termo aos crimes legais.

A outros amigos que lhe vão censurar, por tais horrores, se ele não pode devorá-los, chora como choraria o jacaré, e diz: — *“esses cabelos brancos não me nasceram por causa dos nossos inimigos; são os nossos amigos com seus erros e desmandos que nos perdem e que os fazem nascer.”*

Mas os tais amigos que lhe criam cabelos brancos e sangues podres, continuam cada vez mais prestimosos diante da lei; portanto se não há justiça para puni-los há elogios para acoroçoá-los no crime, se não há ordens reservadas matem, assassinem, roubem, estraguem, enquanto houver uma voz que clame. Precisamos do silêncio para podermos viver tranquilos em meio do nosso crime. O que é preciso é não serem tolos; escolham a ocasião, preparem-na, depois matem, matem, em nome da lei e para salvar a república.

Mas a lógica é vingadora e a lógica é infalível, é a

providência divina.

19 de junho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado.

---

## ECO DO SUL, 24/06/1902 P 1

### O hipócrita

Para responder ao insultuoso *repto*, tivemos de nos alongar além do que pretendíamos.

Tivemos em mente narrar fatos de que foi testemunha toda esta população, de que os jornais dedicados ao castilhismo fizeram menção com ameaças e aplausos, e os neutros, ou da oposição, apenas referiam esquivos em considerações ou com receios bem fundados.

Admitir-se portanto que o sr. Júlio de Castilhos, o chefe incomparável, o excelso apóstolo da república, de nada soube, nada autorizou, é derrocar toda a sua importância intelectual; torná-lo um inconsciente, porquanto não pode haver um homem que habite num país, que tenha interesses nele, que seja indiferente a atos de certa natureza, sobretudo se partem das autoridades, porque então todo o princípio de ordem estável desaparece e todos terão de empunhar armas para chamar as autoridades ao caminho do seu dever, quando os que as nomeiam e impõem são os que as acoroçoam nos crimes; ou são impotentes para puni-los, ou incapazes de compreender o perigo que ameaça a ordem pública, ou, indiferentes a tudo que possa suceder, continuam alegres recebendo ovações pelo progresso que imprimem à terra que governam; pelo grau de civilização a que levaram, e pelo exemplo de moralidade, justiça, respeito aos direitos.

Que mais será o sr. Júlio de Castilhos nos tristes acontecimentos desta cidade?

Conivente, indiferente, impotente, ou traidor para aqueles que iam pedir justiça em nome da hora de um velho progenitor; em nome da própria lei que ele fez; e ele diz que de nada soube! Eu não mandei insultar a ninguém! Eu não mandei coroa fúnebre a ninguém!

Em medicina podemos encontrar explicações para isso; nos acessos de epilepsia larvada; acessos transitórios; no espasmo cínico segundo Ch. Fêre[?] na sua monumental obra: “La Pathologie des Émotions”. Os epiléticos mesmo quando tenham sido os acessos francos, tão tristes para os seus pacientes, podem tê-los rápidos, fugazes, numa irascibilidade franca a que sucede um estado sombrio ameaçador, ou que sucedem a esse estado.

Há, então um estado indefinível, alternando-se entre a suspeita e o medo, a energia e a coragem, muito semelhantes ao dos alcoolizados lentamente

que tem depressões horríveis, que só cedem a ação de pequenas doses de álcool.

No caso dos epiléticos se estabelece a cromopsia, ou visão colorada, também comum à histeria. Nessa visão colorada há uma espécie que é a eritropsia; visão vermelha. O paciente vê tudo cor de sangue, excita-se com essa visão e torna-se sanguinário; destruidor; indiferente ao sofrimento alheio; destruindo tudo por suas próprias mãos, se é um degenerado de baixa classe; mandando destruir, insistindo nas ordens, se o é de alta classe, e assim vai até que passe o estado cínico, e então de tudo se esquece; até que novas excitações lhe venham imprimir novas emoções, e de novo os fenômenos epiléticos se manifestam; e então nem só ele confessa que os atos anteriores foram ordenados por si, como estará pronto a mandar cometê-los de novo para provar que os autorizou conscientemente; e se negou o fato foi por mero gracejo etc. etc. Neste caso, poderíamos encontrar desculpa para o sr. Júlio de Castilhos, em referência aos fatos públicos e notórios do Rio Grande, onde o nome de s. ex. foi impresso em letra de forma como mandatário, tal se compreende pela declaração inicial do "Rio Grandense" de que nada fazia sem autorização do chefe supremo, mais ou menos isto.

Depois se se quiser dizer que ele não perde o seu tempo em ler tal jornal, como a mim garantiram amigos íntimos seus, lá foram ansiosos emissários como o dr. Chermont, falar-lhe sobre a biblioteca; outros sobre outros casos; e mesmo invisível como dizem ser ele para a plebe a não ser nas demonstrações de poder e gordura, quando passeia pela rua cercado dos seus batedores o turiferários, creio que ainda não adotou as bayaderes[?], será breve, na ditadura, essa elite que o cerca devia tê-lo avisado de tudo e ele ou desmentiria ao senhor Conrado, ou puni-lo-ia. Mas isto não se deu mesmo depois de ter se formado esse grupo de homens honestos, embora castilhistas, sobre a denominação de centro, ele continua a dar carta branca ao dr. Conrado, para ir tirando do centro para si os que forem aptos para a transfusão.

Salvo o caso de que seu médico, se ele o admite, conhecendo qual a sua idiosincrasia, faça com que os amigos silenciem em torno de si, para não perderem o mascote que conhecido perderá o encanto.

Nesse caso teve razão o ilustre dr. Pinto da Rocha em aceitar-lhe o "eu nada mandei eu de nada soube".

E assim irá o apóstolo da ditadura para dizer qual o seu segredo para regenerar o caráter brasileiro.

19 de junho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado.

ECO DO SUL, 25/06/1902 P1

### O hipócrita

Recapitulemos. O *Rio-Grandense*, jornal criado pelo grupo castilhista União Cívica cujo chefe e futuro tabelião e intendente, hoje ambas as coisas, declarou assumir a responsabilidade de tudo que ali fosse impresso, declarou que tudo que fazia era por ordem e unidade de vistas com o excelso chefe; e não houve dia em que aquele jornal não lançasse sobre todos aqueles que ainda tinham um pouco de pudor uma torrente e injúrias infamamente caluniosas.

Mais sofreram os castilhistas que tendo um pouco de amor à terra que parecia condenada a destruição ou escravização com direito de chicote e faca não se uniram ao grupo, e o sr. Júlio de Castilhos considerou-os inimigos, e, como tais, maragatos.

Chegou porém a vez do sr. comendador Pinto da Rocha, velho e respeitável português, aqui domiciliado, há longo tempo; que aqui tem família constituída e que já no ponto da idade a que atingiu deu tempo a que se lhe estudasse o caráter e os feitos, testemunhas que limpariam de seu nome tudo que a luta pela vida poderia considerar pouco digno; mas se isso não bastasse, se as afeições ou antipatias naturais podem criar otimismo ou pessimismo, e por isso cada qual tem o direito de proceder julgando com justiça, bastaria ser ele o progenitor do moço de talento que adotando a policia do sr. Castilhos prestou-lhe os maiores serviços no terreno das lutas incruentas, com prejuízo seu, alienando simpatias, perdendo amigos, adquirindo inimigos, enfim, tomando sobre os ombros todo o ódio, todo o desprezo que o espírito do sr. Júlio de Castilhos cria para os que lhe seguem; sem uma paga a não ser a satisfação íntima de ter cumprido o seu dever.

Não leu o sr. Castilhos o *Rio-Grandense*; não o lê, dizem. Mas a *Federação* transcreveu um espécimen dos insultos. O sr. Castilhos dirá que não lê a *Federação*. Mas não teve um amigo que lhe contasse o que estava sofrendo um dos seus maiores companheiros, por gente que dizia obedecer as suas ordens; por criaturas suas?

O sr. Castilhos dirá que não tem um amigo; que todos só visam os interesses próprios, e que ele tem certeza de que no dia em que o seu prestígio, nascido das forças dos outros, diminuir serão esses próprios amigos que o enforçarão nas janelas mesmas do palácio; logo a conclusão se impõe; ou o sr. dr. Júlio de Castilhos é um chefe apenas ostensivo; uma figura de balcão; o Santo Antônio dos taberneiros que garante a boa qualidade dos gêneros, ou é um hipócrita que tudo manda fazer e depois tudo finge ignorar; e senão, um traidor.

Deu-se o fato aqui Vignoli-Virgnínio. Como vi-

mos e provamos, de tudo o sr. dr. Castilhos soube; soube por último, pelas cartas abertas do sr. dr. Pinto da Rocha.

Ali foram denunciados crimes, como prisões ilegais, etc., mas isto nada é; no governo do sr. dr. Júlio de Castilhos esses crimes são como o maná do céu, no meio dos horrores do deserto, tal é o Rio Grande para os que nele habitam dizerem que o sr. Júlio de Castilhos é seu dono.

Mas no próprio supremo tribunal provou-se com testemunhas, horrores cometidos pelos homens da justiça, e foram ditos e escritos por pessoas insuspeitas.

Nós só agora nos utilizamos destes fatos para podermos mostrar que o repto insultos que nos dirigiram seria respondido; não com o insulto soez, mas com a lâmina do escalpelo da verdade, embora se nos ameace com aquela fúria com que tem sido e serão tratados todos os que tentam por a descoberto o que é o honesto e digno sr. Júlio de Castilhos.

Responsabilizou-se a alguém? O próprio supremo tribunal federal, onde ainda há tipos de hombridade, chamou alguém para dizer porque e com que direito mata os presos à fome; se lhe inunda as lajes da célula de água nas frias noites de inverno? Por que não o fizeram? Pergunte ao sr. dr. Júlio de Castilhos; só ele poderá responder.

Mas povo que tem o rudimento das coisas em sua natureza, diz — foi porque quem mandou foi o dr. Júlio de Castilhos, e se não fora isso, eles estariam criminosos; portanto é o sr. dr. Castilhos um homem sem alma; um homem de instintos mais perversos do que os antigos oficiais do Santo Officio da Inquisição, e senão é um impotente que se intitula chefe, e nem tem força nem coragem para em nome da lei chamar os seus encarregados a prestar contas, e ao menos em aparência, em nome da humanidade, e do próprio decoro do seu partido mostrou que não se comete impunemente atos como os que o sr. dr. Pinto da Rocha apresentou diante dos tribunais, sem contestação.

Em um momento pareceu que o homem ia agir. Foi por sua ordem que criou-se o CENTRO, onde estão os homens bons que ainda se conservam no seu partido.

Nunca desejei que a cívica caísse. Se o sr. Castilhos a matasse ganharia benemerência diante do município, mas para quem tantos crimes tem cometido esse ato seria o mesmo que comprar indulgência com o próprio dinheiro roubado.

Não nos assustemos. A cívica vive e viverá como o farol da barra mostrando o estuário dos feitos do sr. Castilhos. E ele a aumenta, por isso dá-lhe força.

Sejamos chineses fatalistas a espera da morte, mas esperemos um pouco e veremos onde irá o sr. Castilhos e os seus.

24 de junho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado.

---

## ECO DO SUL, 2/07/1902 P1

### O apóstolo

Diz o adágio popular: o mundo só acaba para quem morre; e nós poderemos dizer: acaba-se o povo para quem morreu a liberdade o direito, e com ele talvez, para muitos a própria esperança.

Mataram-lhe o sentimento de nobreza, de um lado; do outro cavaram o ergástulo, fizeram-lhe as paredes de forças armadas, e o estuque superior da tirania, na vontade de um só homem, de má índole.

Fizeram da vida própria a morte dos outros; dos gozos a miséria alheia; e arrogantes bradam: este é o progresso, esta é a ordem, esta é a felicidade pública; e no orgulho, no lupanar, entoam o hino: "AQUI HÁ HONRA".

Os povos não podem, por si, como coletividade, traçar o plano do seu itinerário.

A diversidade de ideias impõe a anulação dos projetos, chegando mesmo a destruir o que lentamente se fez ou conquistou.

Embora com as mesmas ideias, o modo de ação paralisa a marcha, porque se uns querem avançar outros se quedam, dando, não o equilíbrio, mas o gosto das forças dos que querem avançar, lutando contra os obstáculos e tendo atado aos pés o peso dos que tudo esperam do acaso.

Foi daí que nasceu a necessidade de um chefe, de um diretor, de um homem, enfim, capaz de arrastar os obstáculos, resolvê-los, contorná-los, vadeá-los, e levar o seu povo à Terra prometida, depois de ter conhecido o istmo por onde transporia o Mar Vermelho das dificuldades; e que seria a sepultura dos perseguidores desmoronando-se ao peso dos exércitos e máquinas guerreiras.

Seja considerado o povo de Deus; o Israel de Moisés, mas, a humanidade, esse conjunto de fortes e fracos; de ignorantes e letrados; de confiantes por boa fé, e velhacos; de exploradores e explorados, de senhores e escravos, de escravizares covardes, quem lhe atrai a atenção, e ele compreende que ir viver entre os humildes, ensinar-lhes a verdade tão singela e salutar como a luz nos seus efeitos sem se incomodarem de sua origem ou atribuindo-a a uma vontade onisciente, mais fácil de compreender que o fagulhar do carvão pelo atrito que implica a existência do fogo ali posto por aquela vontade; que diz-lhe que a única justiça é não fazer a outrem o que não se quereria que se fizesse para si; e para provar a consciência dessa verdade despreza o poderio, as grandezas que lhe oferecem para corrompê-lo, e bebe o cálice

da amargura destinado a todos os que lutam contra os fortes e pelos fracos ignaros; e sobe ao patíbulo como infame; e morre; não morrerá; é o Cristo, é o redentor; é Deus.

E o seu martírio sela a pureza de seu ensinamento; e os homens rudes, os simples aldeões, tão ingênuos como crianças que aceitam a pombola[?] como ato realizado; propaga a sua lei, tão rija, tão recíproca, tão verdadeira que o sofisma baqueia ante ela; que prepotência curva-se ou se anula, e Roma, o Universo, muda sua face diante do evangelho.

E os crentes vão aos circos, aos coliseus, as fogueiras, e fazem mais crentes; e o discípulo amado descreve no Apocalipse esses apóstolos que surgiriam todos os dias em todas as épocas, onde houvesse alguma coisa para a rapinagem, portanto, facilidade.

E se lhe chamará Moisés; e se as suas leis são estreitas, odientas, sem quartel nem paz para o inimigo, salva-se-lhe a intenção em uma era em que a traição era a lei; em que ninguém dava quartel nem paz para o inimigo, em que a astúcia era o direito; em que ninguém dava quartel; em que o hóspede era o traidor; o eleito o senhor, e mais ainda — labutava um povo que se deixara levar à escravidão, pelo interesse, pela pusilanimidade, pela covardia, sempre pronta a chamar razão — o direito concedido para viver, — resignação a covardia; e o azorrague nos lombos, a vontade vingativa de Jeová sanguinolento.

Se ele surge em época propícia, e é o ideal que o guia, o ideal nobre, patriótico, levantado, ele busca dar o seu povo, ou a sua raça uma unidade promissora da grandeza futura, e luta e arrisca a vida; e se não encontra auxílio; se o abandonam; se o traem; se mesmo conhecendo a sua execução, a sua boa intenção, o seu altruísmo franco e constatado sem interrupção, a inveja o chama traidor; a ambição ambicioso, ele abandona o que pelo direito não pode conseguir, preferindo o exílio a sacrificarem voluntariamente uma vida em benefício de outras.

Chamar-se-á Bolívar, e se o povo ingrato foi punido e aniquilado, o seu nome sobe com os seus feitos como um obelisco que atingiu o céu das remotas eras futuras; padrão glorioso que anima os povos nos seus sofrimentos, exemplo vivo para os povos que se esquecem que só os tiranos dividem, para sobrepujarem as frações.

Se não é um povo, embora em positivismo, onde a paga, a convenção, a coalisão faria vir encerrar ais que tentam destruir as verdades evangélicas aqueles mesmos que se dizem os encarregados de propagá-lo ou ensiná-lo.

São a estrige, a quimera adaptada as paredes dos templos, de contas para as linhas finas que formam a ogiva, a harmonia de simples colunatas sustentadas manhas. Seja a catedral gótica o evangelho; os seus zeladores de hoje a estrige que olha o espaço dese-

jando a presa que lhe promete o apóstolo do mal. É o reverso da medalha.

2 de julho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado.

---

## ECO DO SUL, 4/07/1902 P 1

### O apóstolo

Quando um homem torna-se o árbitro de um povo, ou de uma facção, ai! desse povo, ou desse grupo que ele domina, se o seu olhar não vê, na natureza, senão o meio de lhe dar gozos, prazeres, poderio e riquezas.

A tudo ele destruirá, e os seus serão instrumento com que levará o embate às forças antagônicas, que é preciso anular ou submeter, embora, nesse embate seus elementos se envergonhem.

Não lhe importa, porém, porque terá meios no espólio dos vencidos para adquirir novos elementos, mais aptos, talvez mais aperfeiçoados, porque os valentes se aprazem em respeitar os valentes.

Não julgue quem me ler que há nisto alguma coisa relativa à situação do sr. Júlio de Castilhos e o senador Pinheiro Machado.

O dito do dr. Manuel Vitorino, no seu artigo — Boatos de ditadura — em referência ao general Pinheiro Machado, dizendo que é ele um dos espíritos mais liberais e de melhor golpe de vista da atualidade, nada influi para nós, cá no rio Grande. O sr. senador Pinheiro Machado poderá ser tudo isso, no Rio.

Sei mesmo que particularmente é cavalheiresco; mas o sr. Pinheiro Machado obedece ao sr. Júlio de Castilhos e o sr. Júlio de Castilhos é o espírito encarnado de Francias e Rosas; e é talvez por isso, talvez por iniciativa sua que exigem o retrato desses tiranos em procissão com o do marechal Floriano, para assim habituar o povo a temê-lo, e preparar o advento do sr. Castilhos que terá procissão em vida como Nero as teve.

Poderão logo depois atirar-lhe o cadáver a alguma cloaca, o que pouco importará. Todos temos um fim, e *habent sua fata tyrannus*.

Logo após a *pacificação* quando ainda bufaram as feridas que eles depois tem renovado, eu disse por escrito, publicado em letra de forma, sobre o general Pinheiro Machado o que acabo de dizer.

Referi o que tinha visto na região serrana, isto é que era entre os nossos adversários o sr. general Pinheiro Machado, o homem de maior prestígio pessoal.

Referi-me a ditos de chefes federalistas do caráter incorruptível, e de bravura e abnegação sem limites, como Philippe Portinho, que federalista puritano

dos mais aperfeiçoados.

Mesmo assim, se esse homem é um lutador, se ele vai chefiando sua corte, embora cruel, embora justificativos, porque arrisca a vida nos combates, suporta os sofrimentos que os seus suportam; não é um senhor, é um chefe; não é um industrioso da morte alheia, é um compartilhado dos perigos, por isso é justo que afaça a sua parte nos produtos.

Ainda assim, ainda mesmo nas lutas mais cruéis, esses inimigos que se buscam, que se perseguem, que não se dariam quartel, passada a luta, não se odeiam, embora o mais profundo sulco os separe, embora a diversidade de ódios os distancie.

Temos o exemplo nessa tristíssima guerra civil a que o sr. Dr Júlio de Castilhos arrastou o Rio Grande.

Passada a luta, os adversários de ontem, nos campos sanguinosos, se abraçaram, e sem se tornarem aliados ou correligionários, se tornaram amigos, porque sofreram as mesmas dores, os mesmos martírios, os mesmos perigos, quando motivos particulares não os separavam.

Encaravam a morte juntamente, e a sorte seria terrível para o que fosse colhido pelas armas.

Foi um grande tático que nos cansava diariamente só aceitando combates onde a sorte das armas lhe poderia ser favorável.

Suas gentes talavam os campos, em nome da lei, ou obedecendo a sanha palaciana; entretanto, embora distanciando dos federalistas por uma abismo mediante, estes não lhe guardam [...]

Portinho, que federalista puritano, nunca deixou de fazer referências as mais elevadas ao nosso adversário e perseguidor então, quando a nossa palestra recaía sobre o assunto adequado.

O que não sucedia com referência ao sr. Júlio de Castilhos; porque não era homem das lutas francas.

Escondido em palácio, bem guardado, suas ordens eram sentenças de morte; seus soldados deviam ser carrascos e depredadores.

Só sabia comandar a legião que escrevia — a dos difamadores; só tinha um campo de ação para os seus combates — a Federação, outrora fonte de águas puras no convívio das ideias, depois encanamento de esgotos, ramificando-se por toda a parte onde a injúria, a calúnia, e até as fezes humanas podem ser armas manejadas por mãos aptas para essa luta sem pudor.

2 de julho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado.

ECO DO SUL, 8/07/1902 P 1

### O apóstolo

A fortaleza, a energia de um homem, sobre todos, os que se propõe a dirigir povos, o que quer dizer governar, não está na sua insensibilidade, nem tampouco nos títulos que lhe emprestam, galvanismo usual nas falsificações industriais; mas, sim nos seus atos, na sua ação desinteressada e justa; isto é, imparcial.

É máxima irrefutável — sê puro se queres ser forte; vive de tuas forças, parcas embora, se queres viver como homem.

Montesquieu confessa publicamente que, um dia, num jogo tremendo de lutas morais, ele prometera, a si mesmo, ser um homem bom.

Sem essa promessa talvez tivesse ele desaparecido no meio da avalanche que se anula no — *todos os meios são bons para chegar ao fim* — embora este fim seja a opulência pelo crime; seja o poder, dado pelos forçados nas cadeias; seja a onipotência adquirida pela doubles subserviente; seja o apostolado ganho a custa dos sicários.

Ao homem que num momento despenha, embora na irreflexão, na exaltação imposta pelo temperamento, será permitido rebuscar caminho procurando desfazer o que fizera.

Ao homem, porém, que afivelando a máscara da hipocrisia, fala em Deus, quando tem na alma o diabo; fala em república quando venderia todo o povo se achasse quem o comprasse; e depois se torna forte pela crueldade, pela ameaça, pelo insulto, esse homem é um perdido, moralmente; e o será materialmente, no dia em que as vítimas o apontarem ao tribunal de justiça, se ela existir; ou da massa popular em revolta triunfante, que sempre aparece onde a justiça foge; e que enfrenta os maiores tiranos sem receio, quando a alma do povo acorda e diz-lhe que os que lá estão alinhados, como instrumentos da crueldade, também têm vida; e também são de carne, e portanto sujeitos à morte.

Milton pinta, no Paraíso Perdido, uma cena, que o meu espírito guardou desde o dia que a li sob o olhar do meu professor de inglês.

Satanás, o anjo da ambição, perdeu o sentimento do Bem, que deve ser a essência de Deus, e por isso foi precipitado da morada divina, por um bueiro, ou cratera, que devia levá-lo ao inferno.

O gênio de Albion é sublime na descrição dessa queda. Quem o lê, e o compreende, sente a grandeza da pintura medonhamente sublime, só igualável por Michelangelo no Juízo Final, ou Isaías evocando o Leviatã.

A queda transforma o anjo em monstro; e as unhas tornam-se-lhe garras; e o gesto toma a expressão medonha.

Agarra-se às rochas, às cavas, às menores saliências; mas vai caindo sempre. Olha o paraíso, de onde caiu, com ódio, e bufa a injúria contra o Bem que perdeu.

Afinal cai, acurvado no abismo; onde se julga sepultado para sempre.

Mas a obscuridade, pelo hábito, torna-se luz para ele; e faz-lhe ver um povo igual a si que vai formar o seu mundo, a sua potestade, a sua força.

Com tais companhias julga-se forte. Então o Bem, a Justiça, o Direito, tornam-se-lhe odiosos.

Apostrafá[?] o céu donde caiu, denominando-o inferno, e brada:

*Mal d' hora avante serás tu o meu bem; só de ti, e por ti, viverei.*

E a corte de demônios, ao seu mando, inunda o universo sob todas as formas, com todas as linguagens, desde a doçura hipócrita, da serpente no paraíso, até a ameaça precursora da morte, que, depois derrama num flagelo constante, endêmica ou epidemicamente.

Há homens que encontrariam fácil comparação com os decaídos do Bem.

Seu primeiro ato é tornar-se ateu. Negando a Deus, nega a alma, e com ela a consciência, portanto o remorso.

Houve que alguém proclamou divindade à humanidade, e ele aceita porque essa divindade será um terreno de exploração; será o seu Bem, o seu instrumento, podendo matá-la parcialmente, a título de aperfeiçoá-la, como o general Labatut que mandava fuzilar os soldados delinquentes “para tomar juízo”.

O ódio à humanidade é sua aura vital; sua individualidade a única preocupação. Odeia todos, aos seus próximos mesmos, fingindo-se Catão.

Insulta a todos que não lhe são subservientes, vendo em todos um concorrente ao mando. Insulta aos mais forte, de longe; mas se ele lhe acena, com auxílio forte, corre acuado, a seus pés a penitenciar-se.

O três vezes traidor de ontem, torna-se magnânimo hoje; embora o seu ódio cresça contra ele por ser mais forte. Para subir não olha meios. Todos são úteis. Se não tem um exército que o aclame abre os cárceres e nivela-se com os criminosos.

O efeito não pode ser diverso da causa. E julga que cresce porque o seu meio é grande, em concavidade. Cresce para baixo.

Todas as ideias levantadas; tudo que a nobreza da alma sopra no homem, que o eleva até Deus, é um crime para ele, é um vício herdado do obscurantismo; e vai descendo, a proporção que o meio escasseia, como a raiz da gameleira que cresce para o chão até encontrar no fundo da terra a água de que precisa.

Mas deve haver um momento em que o espírito lhe acorde, e ele tenha saudade do tempo em que

mesmo fingidamente viveu entre almas limpas.

2 de julho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado.

---

## ECO DO SUL, 9/07/1902 P 1

### O apóstolo

Os homens predestinados, ou antes os homens geniais que num momento sabem aproveitar a oportunidade para perpetuar seu nome na história, embora cometendo crimes, mas compensando-os com atos tão gloriosos que ofuscam as faltas; e os olhos da posteridade só lhes sentem a rutilância dos feitos, que aos contemporâneos fariam perdoar-lhes os crimes, tem sempre o maior cuidado de cercar-se de homens de mérito que lhes preparam o caminho, lhes corrigem os erros; lhes justifiquem as faltas, como o veneno empregado na cura das enfermidades, desde que seus feitos produzam qualquer coisa que nobilite o povo, de onde saiu, ou que dirige.

E a elite nobre; a elite comparsa das glórias que tem o direito da crítica, seja na franqueza, seja na máxima, seja na fábula ou mesmo na comédia. Condé, e depois Bonaparte, não dispensaram esse conselho de sábios, de notabilidades nas suas campanhas da Itália, e do último, até na do Egito. E se este teve faltas pode-se dizer que deveu-as ao meio; a infeliz França devastada pela loucura que colocou-a em condições de seguir como a rês faminta a quem lhe acena com o molho de relva alimentícia.

Mas os homens rudes e fanáticos que se denominavam “da velha guarda”, que entravam em todos os combates do jovem chefe, não deixavam que ele no seu egoísmo ouvisse a voz dessa elite e daquela plêiade de jovens generais que lhe falavam do dever.

Nem na ilha de Elba essas vozes se calaram; porque, se não fora assim, o governo dos 100 dias seria o da sua salvação e da França, buscando a paz e a concórdia das nações, e não provocando-as para a Santa Aliança, que em Waterloo lhe abria as portas de Santa Helena.

Os tiranos nascem, mas a tirania é amoldada pelos aduladores. Os povos por pequenos que sejam, podem ser livres ou tiranizados; um herói ou um comediante, pouco importa, será sempre um tirano se o povo se lhe submete.

Clitarco, um sofista imundo e borracho, foi tirano de uma cidade grega. E não faltou sem dúvida quem o elevasse além de Péricles, Demóstenes e Simon, ou mais que eles todos reunidos em sabedoria, bondade etc. etc., uma alma de pomba, um mártir por amor de seu povo do engrandecimento de sua cidade.

É porém vezo julgar-se temeridade quando alguém que vive numa tirania safada já, ou ainda florescente,

ousa atacar ao excelso, ao divino, entretanto é lei natural esse fato.

E se eles morrem, os que não se submetem, todos julgam que foi bem feito; ninguém tem o direito de revoltar-se contra a opressão, contra a injustiça, e não faltarão os que digam que assim devia ser para salvar a moral pública e fazer respeitar a autoridade constituída, em nome da liberdade. Quando Alexandre, o grande Alexandre, que se julgava filho de Deus, pois sua mãe era bacante do Épiro, que domesticava serpentes, num momento de orgulho ofendido, matou seu amigo mais útil, Clito, veio-lhe depois o pranto. Haviam-lhe feito um mal. Sua mãe aconselhara-lhe a matar ao próprio Felipe, quando este parecia se opor aos seus desmandos. Era um louco; era um inconsciente nas lutas. Ia por onde pensava ir, sem curar do que aconteceria depois.

Mas tinha consigo um exército que lembrava as lutas de Salamina, Maratona, Platéia, e mais que essas lembranças, tinha a combater povos que se aniquilavam pela tirania dos seus, e que pediam aos deuses um libertador, embora estrangeiro. Alexandre tornara-se um herói.

Seu livro era a *Iliada* que lhe servia de travesseiro; mas os atos do sábio Ulisses, o persistente conquistador de simpatias, não lhe servia; seus amigos mostravam-lhe a figura de Aquiles, o medonho herói do país dos centauros. Por isso, apoderou-se de Tebas para imitar Aquiles em Tróia, como Nero depois incendiou Roma para poder ter uma cena de Homero.

Hoje já não se incendiam as cidades, mas se consente a opressão até a revolta para ser-se *enérgico* e *estadista* capaz de consolidar coisas. Também hoje não há mais na Ásia de pequenos povos, nem Babilônia, nem Roma de escravos.

O tempo hoje é curto, mais curto talvez do que se pensa; do que foi o dos imperadores loucos de Roma. Não faltou quem dissesse a Alexandre que um homem como ele não devia mostrar-se fraco ante a morte de um homem, embora fosse ele Clito, e o sofista Anaxarco, (como eles se reproduzem na comédia embora, na comédia sangrenta, dos tempos da nossa indefectível felicidade!!) disse-lhe, galhofando de suas lágrimas, que nele nada era crime por que ele era a *Lei*.

Hoje chama-lo-iam como? Mas ali mesmo teve ele quem protestasse sem temer a morte.

Os tiranos nascem, mas a tirania é amoldada pelos adúladores. Os povos por pequenos que sejam, podem ser livres ou tiranizados; um herói ou um comediante, pouco importa, será sempre um tirano se o povo se lhe submete.

E o anarquismo se abaterá nos tempos modernos em que a história é escrita ao sabor dos que a praticam, em que se galhofa de tudo em nome da força, em que se mente impunemente ante o testemunho

de um povo inteiro, contando com a impunidade, e mais ainda com a recompensa, o anarquismo sim; esse estoicismo humanamente divino, será a única salvação dos oprimidos, já que a própria cruz do Cristo vai de rastos até a fimbria das saias de Clotilde de Vaux, que entre nós tudo permite.

2 de julho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado.

---

## ECO DO SUL, 11/07/1902 P 1

### O apóstolo

Conseguida a posição pela força, o arbítrio torna-se a razão da agremiação. Todos os crimes, todas as violências recíprocas, serão conciliadas sem que na balança do critério se cogite da tara do pudor, da dignidade dos cabelos brancos, dos serviços, nem tampouco decoro público.

Não os une um ideal, une-os o interesse, e no balcão do interesse só tem cotação o que tem valor mercantil.

Se a ofensa, embora mesmo crime de morte, é contra o adversário, isto é, os que não se subordinam à infâmia, não a idealizam, não divinizam os que a exercem, entra em jogo a lei do cinismo. A vítima foi autora. Se viva ainda busque-a para o cárcere ou obrigue-a ao exílio.

Cubra-se-lhe o nome do labéu infamante, ou faça pesar sobre os seus, crianças embora, mulheres ou donzelas, o estigma da desonra; faça horrorizar o espírito dos que julgam que a desonra apregoada mancha a quem não a desonra, em um meio onde o despudor tem foros de benemerência.

Mas se entre eles se vislumbra um gesto, um modo apenas de um que não indica louvor a um ato do excelso chefe, do grão-vizir da banda, ai dele.

Por maiores que sejam seus serviços, por mais que fosse a dedicação com que o seguiu, com que o defendeu, com que o salvou na hora do perigo, sua sentença está lavrada; sua perda será irreparável se não vier descalço, e penitente com o barço ao pescoço pedir misericórdia, prometer nunca mais erguer a vista senão para acompanhar o olhar do chefe e achar bom tudo que ele julgar bom, mau tudo o que ele julgar mau.

Mesmo assim, não ocupará mais o seu lugar. Irá para o presídio moral penitenciar-se. Será um rebelde; e diante da vontade soberana a rebeldia é crime que só a misericórdia das almas de pomba podem comutar em desprezo temporário o que seria perpétuo.

Teríamos para provar o que dissemos fatos históricos em que todos os povos se aviltam; seria, porém, isto uma demonstração de erudição que não nos

preocupa, e seria uma chateação para quem lê um jornal atual, que tem sob os seus olhos milhares de exemplos e por isso pouco se importa com o que se passou algures, quando os povos se deixavam aniquilar.

Demais para escrever por meio de analogias é dar muito trabalho a quem lê; e obrigá-los a ter em mente a história dos povos desde os feitos de um beduíno que se apoderasse de um território marroquino, até o recente Galvez se tivesse conseguido firmar a sua república do Acre.

Mas a história se reproduz diariamente para os que tem olhos para ver, onde e aonde os homens se apresentam com os mesmos sentimentos, embora atenuados pelo meio, pela época, vistam eles o albornoz do árabe errante, e se cubra com o turbante luzente dos vidrilhos, ou o branco burel dos dominicanos da inquisição, ou o casaco plebeu dos estadistas autoritários, nascidos na podridão da época que os merece.

Um exemplo da atualidade... Sabem quem é o senhor coronel José Gabriel, da Cruz Alta? Sabem que foi ele um dos criadores do sr. dr. Júlio de Castilhos; que o sustentou até a sua emancipação, ou antes, até fortificar-se nas ameias do bastião que eles construíram? Sabem que foi esse mesmo coronel quem conservou a região serrana nos domínios castilhistas, ora pela manha, ora pela bravura com que enfrentava os revolucionários? Sabem que então era ele o grande amigo do sr. Castilhos que nem só na serra via um baluarte do seu futuro poderio auxiliando-o a triunfar, ou o caminho franco para a fuga se os nossos planos não falhassem?

Pois bem; feito o sr. Júlio de Castilhos; *consolidado* no poder absoluto e perpétuo, segundo a moderna lei a governar povos *livres*, o sr. José Gabriel que tudo envidara para criá-lo, teve assomos de dignidade a ponto de pedir ao seu poderoso ex-pupilo que reconsiderasse uma ordem que feria diretamente a dignidade partidária tão decantada antes.

Foi seu decreto de morte. O senhor quis dar uma lição ao servo rebelde, e chamou outro servo, que com aquele lutara juntamente, e que fizera as maiores loucuras sem que companheiro de então, por lealdade, deixasse de compartilhar a responsabilidade que ainda hoje lhe pesa.

Era preciso um exemplo duro que só o poder divino permite. Era preciso ver com quem contava. Se a obediência era absoluta, ou se seria preciso entregar todos à justiça pública pelos crimes cometidos e registrados no seu canhenho de estadista.

Eu não conheço o sr. dr. Júlio de Castilhos mas o estou vendo com aquela humildade, com que a sucuri baba a rês que quer engolir, dizer ao sr. Firmino de Paula: vocês me amarguraram a existência; Zé Gabriel é um ingrato; não é republicano; assim é

que me paga tudo.

Podia tê-lo metido na cadeia, ouviu o sr. Firmino? Tenho documentos... mas poupei-o. Vá, há forças do 2º provisório em Santa Maria. ele é ousado, não se deixe desmoralizar. Livre-me dele. E sem dúvida chorou.

E a turba da elite olhava desconfiada pelo dia de amanhã, mas depois bradou: que energia! Que força! Que estadista! E o único! Talvez mesmo disse — como ele é belo assim?

*Pulcher et fortissimus!*

9 de julho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado.

---

## ECO DO SUL, 15/07/1902 P 1

### O apóstolo

No jogo dos interesses individuais a sociedade, ou melhor a comunhão periclita, se o imprevisto é o eleitor. Não tem norma nem caminho, o imprevisto, e quem nele confia só tem um pensamento — vencer —, um objetivo — usufruir.

A efemeridade lhe inerva a voracidade. Todos os meios lhe são úteis, todos os elementos aproveitáveis. Quer ser o único a se impor por quê? Pelo segredo que lhe atribuem.

É como árvore no meio dos pantanais: só lhe chegará a sombra quem enchafurda no lodo. Para esses os frutos são sempre saborosos, segundo dizem, conquanto ao tragá-los sintam sua acridez.

Para chegar a esse ponto nem sempre são as qualidades ativas, embora cruéis, que os elevam. É, muitas vezes, a intrepidez, que exigem silêncio, e o silêncio em meio das massas ignaras é sabedoria. Em certos grupos ser canhoto indica força, e a força exige a predominância, e o canhoto é a aclamação pela simples suposição de que é a personificação da força.

Em outros é a gagueira. Ser gago é ser forte, resolutivo, genial, porque a gagueira exige esforço na articulação das palavras que nada exprimindo deixam pensar que naquele cérebro havia um mundo de ideias, mas que a língua ingrata não promete exprimir.

O povo hebreu temia mais a Moisés pela raiva com que falava por ser gago, de que pelos mandamentos que lhes dava. A raiva ameaçava a cólera de Jeová, o raio, a tempestade próxima a explodir; ao passo que a lei era ali mesmo desprezada pelo bezerro de ouro. Aclamado chefe, não é mais quem o aclama que lhe forma o séquito. Eleito, ele elege sua elite! Donde a tira? Dos capazes de tudo. É esta a maior virtude nos grupos egoístas. Basta muitas vezes um suíço forte, turbulento, que todas as ameaças para fazer obedecerem ao seu chefe pelo terror que espalha.



**O apóstolo**

Nem sempre todos estão dispostos, ou algum mesmo, a medir-se com o Hércules valentão corpo a corpo. Há Hércules também na difamação e na injúria. Então todos se retraem; todos que tem receio de que se lhe rompendo o manto dourado pela convenção se lhe veja os mulambos rotos. Estabelece-se em torno do chefe o vazio pelo receio de ser insultado, desautorizado, enxovalhado, outros com medo da morte, porque quem tudo pode, pode também tirar a vida de outrem à sua vontade.

Ele é a lei, como Alexandre; no juízo dos aduladores; é o apóstolo que tem o segredo do futuro, pode portanto desbravar a sebe humana à sua vontade, não tem crime; todos os seus crimes são legais. Estabelece-se então, não a divisão, mas a seleção. Ele cerca-se dos capazes — de tudo — paga-os bem. Essa paga é agradarem para quem não tendo coragem para o trabalho sente que a ociosidade é a suprema bem-aventurança quando no fim de cada mês, ou mesmo de cada dia vê entrar pela porta o que chega para viver, e ainda sobrar para os presentes, onomásticos.

É a escravidão paga; a escravidão escravizadora. Não há dor que não se suporte; não há insulto que não se traga, é pelo pão, é pelo bem estar, é pela fortuna, fortuna que no livro dos provérbios hebreus é a única muralha de que se pode cercar o homem; quando não aguarda consigo, nem em bens que podem ser um dia inventariados e indagados a procedência, como por entre nós o sr. Fausto Cardoso lembrou-se. Lembrança fatal que fez arrepiar os cabelos aqueles mesmos que eles pensavam ser os juizes na causa.

Senhor dessa força paga, e que julga então, bem comidos, bem bebidos e bem vestidos, que a obediência é a base da perfeição ele vê criar-se na penumbra, no caos, uma outra força muito mais numerosa, e a dos pretendentes a quem ele promete, afaga, num amanhã próximo do remoto.

Essa massa obscura torna-se o terror da que já goza a sua doce escravidão. Ele ameaça chamá-la, para substituir a que tem; serão talvez melhores aqueles mais obedientes, mais dedicados. E os que estão de posse horrorizam-se. Como viver na miséria, depois de ter vido no regabofe? E o luxo, e a ostentação da família? Não, ele tem razão. Ele pode castigar porque dá o pão, e quem dá o pão, dá o castigo. Ele é o apóstolo. Só ele os pode garantir. Tem a faca e o queijo. É seu segredo. Ele s[ó] é senhor. Só ele é grande, e nós somos seus escravos.

9 de julho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado

O homem volúvel pronto a aceitar ideias sem refletir, sem prever quanto mal lhe advirá no futuro por um gozo ou posição momentânea, embora esse momento seja no tempo a soma de anos, aliena de si todos os caracteres que indicam ou reclamam o respeito, embora seja ele um valente nas armas, ou em qualquer outro ramo da atividade humana.

São como essas pedras, sem coesão, entre as moléculas, que rolam no fundo dos arroios lajeados e vão tomando formas diversas, muitas vezes tão perfeitas como se o cinzel do estatuário as delineasse; mas que vai rolando e fundindo-as até transformar-se em areia ou em calhaus nulos, só sentidos pelos que lhe tocam com os pés, desprezadamente. São os loucos, do inferno de Dante, que caminham, caminham sempre, mas não sabem para onde? Embora, dissemos nós, os que os exploram ou cuidam lhes digam sempre que marcham para a suprema ventura, que para muitos é o supremo poder.

Tudo fazem, tudo permitem; tudo sancionam, até que se anulam. Mas não são eles os culpados. É o meio em que vivem, que os suportam covardemente uns, enquanto outros os exploram canalmente.

Há poucos aptos para essa adaptação, são os que não cuidando do futuro, não ouvem a voz dos que lhes falam a verdade, dura embora, mas nem sempre em relação com a baixeza a que o indiferentismo os arrastam.

E até os povos que mais lutaram, que mais fizeram, ou que mais lutam e mais fazem, estão sujeitos a essa triste contingência que os aniquila, os anula, os escraviza, se povos mais firmes, embora mais obscuros, ou mesmo mais fracos, esperam a hora propícia para se lhe imporem.

Tomemos como exemplo a Grécia, que ainda hoje, depois de três mil anos enche de admiração aos que lhe vão ver a ossada gigantesca. Rija, forte, heróica, mas ligeira no adotar novas ideias, embora os seus homens encham ainda hoje o mundo com seus nomes e feitos, ela se viu depois de ser presa da Macedônia pela astúcia e paciência de Felipe, depois de ter conquistado a Ásia para Alexandre, depois de suportar trinta tiranos, escrava de Roma, e escrava cujas filhas eram vendidas como concubinas. Por que? Teseu e Aquiles desapareceram das suas lendas.

Prometeu morreu com a fuga de Ésquilo que bradava contra a tirania dos novos deuses, que seriam novos senhores.

Mas Potion, era elegante, e substituía Baco a todos os deuses, e Baco devia triunfar. Baco permitia o comércio, enriquecia aos comerciantes, afogava as mágoas das mulheres feias ou desprezadas, e por isso

era adorado. Pintavam-no sobre um burro, o burro carregador dos odres; carregador da mercancia, portanto esse burro era um benemérito; o portador do negócio lucrativo, e da alegria dos desamparados.

Pois bem; esse burro quase chegou a ser divindade. Já não chamavam burro-Pior; chamavam-no Bel-Pior senhor burro. E como não, se ele conduzia Baco, o deus da alegria, da preguiça, da vagabundagem e dos lucros? E não ficou nisso, se o burro foi senhor o deus que o montava tornou-se herói.

Substituíram-no à Hércules, fizeram-no vencer os titãs, conquistou os índios, andou em carro tirado por tigres! Aristófonos, procurou amortecer o entusiasmo, e pintá-lo gorducho, sonolento, os olhos amortecidos pela embriaguez, que importava? O povo aceitou-o assim mesmo.

Mostrava mais sua dedicação. Não era mais o Adônis, o Atis, o Sabas; era o deus tremendo e cruel que dominava as consciências, desviava as vontades; impunha o seu império; dava alegria a uns e nessa alegria faziam chorar os outros; enriquecia a muitos pobres, fazendo andar rotos e descalços os que eram ricos, antes; criava a indústria da preguiça e do bem-estar.

Que mais era preciso para esse povo tão feliz senão de entoar-lhe louvores?

Quem poderia matar a Grécia se ela era tão forte, e tão alegre? Se ela tinha tudo: Homero que lhe criara deuses, heróis, se ela tinha tido heróis que a libertaram da invasão asiática em tal número que seu território não caberia os exércitos que lhe vinham contra? Bastava-lhe o passado, e quanto ao presente o regabofê, a alegria. a lei seria sua vontade.

Acabaria todas as crenças impondo a que lhe parecesse boa em cada dia; o *teu* desapareceria nos fracos, só persistiria o *meu* nos fortes. Sobretudo nada de trabalho, para uns; nada de descanso para outros.

Ele teria para fazer-lhe as honras agradáveis os sátiros e os solemos cruéis, e seria ele mesmo o Deus da Morte. Foi por isso que desapareceu o povo grego. E se um deus mitológico, porque prometia em seu nome fortuna e alegria aos seus crentes destruiu esse grande povo, o que não fará um homem num povo fraco em nome de quem tudo se promete e tudo se permite?

14 de julho de 1902.

Doutor Ângelo Dourado

ECO DO SUL, 29/07/1902 P1

### O corvo branco

#### Questão alemã

Um jornal alemão, tratando da roubalheira feita aos pobres alemães neste estado, trabalhadores do campo, chama ao sr. dr. Júlio Prates de Castilhos, donatário desta capitania, de corvo branco.

Quem tal artigo ler, julgará que existe uma raça especial de corvos brancos; entretanto tal não é.

Quem escreveu aquele artigo tem, sem dúvida, um golpe de vista abranger, daqueles que possuía Goethe, que numa frase definia toda a situação.

O corvo branco é uma degeneração da espécie. É uma espécie de encarecimento precoce que lhe dá as plumas brancas. Talvez, pela decrepitude se conserva isolado dos outros.

Busca a carniça sozinho. Alimenta-se dos olhos e das partes moles da rês, porque não pode estar no meio do bando disputando as carnes putrefatas.

Isto faz com que os nossos campônios atribuam-lhe particularidades especiais; uma eleição especial de único capaz de ser rei entre os corvos; daí o nome que lhe deram de *Aribú-rei* (aribú é a corruptela de urubu). Dizem eles, os campônios supersticiosos, que — quem tiver a sorte de achar uma pena do *aribú-rei* estará de posse de todos os talismãs da ventura. Quem a terá achado aqui, no Rio Grande? Tantos são os felizes... Mas tão pouco dura-lhes a felicidade...

Por enquanto o que está na ponta é o Marsicano; o futuro plenipotenciário da Itália no Brasil, se soube guardar bem a misteriosa oba do *aribú-rei*. Mas cautela. Na partilha tudo pode ser falaz; e os sertanejos dizem também — aonde pousa o *aribú-rei* (corvo-branco) vai haver carniça...

Doutor Ângelo Dourado

27 de julho de 1902.

.....